UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLITICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SÉRGIO LUIZ PINHEIRO SANT'ANNA

DO MERCOSUL À UNASUL: AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO BRASIL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Área de Concentração: Estudos Estratégicos.

ORIENTADOR: PROF. DR. THEOTÔNIO DOS SANTOS JÚNIOR

NITERÓI
2013

SÉRGIO LUIZ PINHEIRO SANT'ANNA

DO MERCOSUL À UNASUL: AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO BRASIL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como Requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Área de Concentração: Estudos Estratégicos.

Data da Aprovação em 01/07/2013

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Professor Doutor Theotônio dos Santos Júnior (UFF) (orientador)

Professor Doutor Eurico de Lima Figueiredo (UFF) (examinador interno)

Professor Doutor Cláudio Roberto Marques Gurgel (UFF) (examinador interno)

Professora Doutora Ingrid Sarti (UFRJ) (examinadora externa)

Professor Doutor Marcos Costa Lima (UFPe) (examinador externo)

Professor Doutor Carlos Henrique Serra (UFF) (examinador interno suplente)

Professora Doutora Beatriz Bissio (UFRJ) (examinadora externa suplente)

A meus pais, Nilson e Eunice (*in memorian*), pela formação e

À Catarina, Lívia e Beatriz, pelo amor e paciência nestes anos de estudos e pesquisas

AGRADECIMENTOS

A presente Tese de Doutorado é o encerramento de quatro anos de estudo e pesquisa no Curso de Doutorado em Ciência Política, área de concentração Estudos Estratégicos.

Esta tese é produto da pesquisa, das entrevistas e da coleta de dados que refletem o período de quase dez anos no estudo da integração sul-americana, no intercâmbio de idéias, na leitura de importantes autores, na participação em importantes conclaves e viagens à Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Peru e Equador.

Gostaria de enumerar a todos os que me ajudaram no desenvolvimento da pesquisa, destacando os meus sinceros agradecimentos:

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, através dos seu Coordenador, Professor Carlos Henrique Serra, e o seu corpo docente;

À Rede e Cátedra Unesco/ Universidade das Nações Unidas sobre a Economia Global e Desenvolvimento Sustentável – REGGEN e suas atividades acadêmicas e videoconferências com Universidades e Instituições da América Latina (Argentina, Chile, México e Venezuela);

À Rede Internacional do Conhecimento (*Red Internacional del Conocimiento*) e seus Congressos e Encontros Latino-Americanos reunindo Professores e Instituições Acadêmicas;

À Secretaria da Unasul e seus funcionários, em Quito, pelo apoio na visita à sede;

À Secretaria do Mercosul e seus funcionários, em Montevidéu, pelo apoio na visita à sede;

À Academia Brasileira de Direito Internacional e seus Congressos acadêmicos reunindo professores e pesquisadores brasileiros e de outros países, em especial da América do Sul;

Ao Itamaraty, Fundação Alexandre de Gusmão e aos eventos que proporcionaram ricos debates sobre integração regional;

Ao Instituto dos Advogados Brasileiros, em especial sua Comissão de Direito da Integração;

Ao Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, em especial a Coordenação de Relações

Internacionais e os Congressos Sul-Americanos de Direito do Estado;

Ao Fórum Universitário do Mercosul e aos eventos acadêmicos sobre a integração regional de altíssimo nível;

Ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães pela gentileza de sua entrevista em Brasília-DF;

Ao Assessor Político da Unasul, Dr. Pedro Sassone, pela gentileza de sua entrevista em Quito – Equador;

Ao Senador José Sarney e assessoria nas respostas ao questionário;

Ao Secretário Executivo do Mercosul, Dr Jeferson Miola, pela gentileza de sua entrevista em Montevidéu;

Ao Senador Fernando Collor de Mello e assessoria nas respostas ao questionário;

Ao Ministro Celso Amorim pela gentileza de sua entrevista na Escola Superior de Guerra – ESG no Rio de Janeiro;

Ao Embaixador Luiz Felipe Lampréia pela gentileza de sua entrevista em sua residência em Ipanema, Rio de Janeiro;

À equipe do BNDES, que enviou dados técnicos em resposta ao meu protocolo;

Aos colegas da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região e da Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), em especial pelos três meses de Licença-Capacitação para a Conclusão da Tese;

Aos Professores que participaram da banca no projeto e na qualificação - Luiz Pedone (UFF) e Oswaldo Munteal (UERJ) e o Professor Alfredo Dolcino Motta pelo apoio na revisão do texto;

RESUMO

O processo de integração regional na América do Sul é um fenômeno político que tem fundamentos históricos em dois modelos antagônicos, originários do século XIX: o panamericanismo e o bolivarianismo. O retorno da democracia na região permitiu maior aproximação entre estes países, impregnados, contudo, pelos fundamentos do neoliberalismo entre as décadas de oitenta e noventa do século passado. Já no limiar do novo século, verifica-se uma mudança significativa dos fundamentos da integração, até então nitidamente comercial, para um modelo institucional com dimensão política, econômica, social, cultural e estratégica, tendo relevante participação do Brasil, que, através de diferentes estratégias dos seus governantes, soube se apresentar com maior densidade representativa no cenário regional e nos grandes debates do cenário geopolítico internacional, principalmente a partir de um pensamento estratégico baseado num movimento de contra-hegemonia.

Palavras-chaves: Bolivarianismo, Pan-americanismo, Integração Regional, Mercosul, Unasul, Análise Crítica, Pensamento Estratégico, Contra-hegemonia.

ABSTRACT

The process of regional integration in South America is a political phenomenon that has historical foundations in two antagonistic models, originating in the nineteenth century: Pan Americanism and bolivarianismo. The return of democracy in the region has allowed these countries closer together, impregnated, however, on the grounds of neoliberalism between the eighties and nineties of the last century. On the threshold of the new century, there is a significant change of the foundations of integration hitherto clearly trade for an institutional dimension to political, economic, social, cultural and strategic, with significant participation of Brazil, through different strategies their rulers, learned to perform with greater density representative on the regional and in the great debates of the international geopolitical scene, mainly from strategic thinking based on a movement of counter-hegemony.

Keywords: Bolivarianismo, Pan-Americanism, Regional Integration, MERCOSUR, UNASUR, Critical Analysis, Strategic Thinking, Counter-hegemony.

LISTA DE SIGLAS

Ace - Acordo de Complementação Econômica

Aids - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

Aladi - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento

Alalc- Associação Latino-Americana de Livre Comércio

Alba - Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América

Alca - Área de Livre Comércio das Américas

Alcsa - Área de Livre Comércio Sul-Americana

Api - Agenda de Projetos Prioritários da Integração (Agenda Prioritária de Projetos de Integração

Arena - Aliança Renovadora Nacional

Asa - Cúpula América do Sul – África

Asean - Associação de Nações do Sudeste Asiático

Aspa - Cúpula América do Sul – Países Árabes

Bei - Banco Europeu de Investimentos

Bid - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Bndes - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

Brics - Fórum Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul

Brt - *Bus Rapid Transit*

Btnf - Bônus do Tesouro Nacional Fiscal

Cab - Convênio Andrés Bello

Cade - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Caf - Corporação Andina de Fomento – Banco de Desenvolvimento da América Latina

Calc - Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento

Can - Comunidade Andina de Nações

Caricom - Cúpula Brasil – Comunidade do Caribe

Casa - Comunidade Sul-Americana de Nações

Ccg - Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo

Ccmasm - Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul

Ccs - Comitê Coordenador de Saúde

Cdb - Banco de Desenvolvimento da China

Cds - Conselho de Defesa Sul-americano

Cebaf - Centro Binacional de Atenção de Fronteira

Ceed - Centro de Estudos Estratégicos de Defesa

Cei - Comunidade dos Estados Independentes

Celac - Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos

Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

Ciad - Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora

Cies - Conselho Interamericano Econõmico e Social

Cmc - Conselho Mercado Comum

Cmn - Conselho Monetário Nacional

Cni - Confederação Nacional da Indústria

Cnt - Confederação Nacional do Transporte

Coseccti - Conselho Sul-Americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação

Cosiplan - Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento

Cplp - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

Csds - Conselho Sul-americano de Desenvolvimento Social

Csef - Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças

Cspmd - Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial da Droga

Css - Conselho de Saúde Sul-americano

Ct - Comitês Técnicos

DBSA - Banco de Deenvolvimento da África do Sul

Dieese - Departamento Intersindical de Estatistica Sócio-Econômica

Dss - Determinantes Sociais de Saúde

Ecla - Comissão Econômica para a América Latina (sigla em inglês)

Ecnt - Enfermidades Crônicas Não Transmissíveis

Elc - Espaço de Livre Comércio

Emce - Estratégias do Mercosul para o Crescimento do Emprego

Esma - Escola de Mecânica da Marinha

Farc - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

Fat - Fundo de Amparo do Trabalhador

Fces - Fórum Consultivo Econômico e Social

Fccr - Foro Consultivo de Estados Federados, Municípios, Províncias e Departamentos do Mercosul

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Finame - BNDES Financiamento

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Fmi - Fundo Monetário Internacional
Flar - Fundo Latinoamericano de Reservas
Focalal - Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste
Focem - Fundo da Convergência Estrutural do Mercosul
Fonplata Fundo para o Desenvolvimento da Cuenca do Prata
Funag - Fundação Alexandre de Gusmão
Gatt - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
Gee - Grupo de Especialista em Energia
Gef - Global Environmental Facility
Green - *Global Action for Reconciling Economic Growth and Environmental Preservation*
Gtif - Grupo de Integração Financeira
Gmc - Grupo Mercado Comum
Guuam - Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijã e Moldóvia
Hiv - Vírus da Imunodeficiência Humana
Ibas - Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ide - Investimento Direto Externo
Iirsa - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipea - Instituto de Planejamento Econômico Aplicado
Ippddhh – Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul
Ipri - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
Isags - Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde
Ism - Instituto Social do Mercosul
Jbic - *Japan Bank for Internacional Cooperation*
Lgbt - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
Mctr - Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (sigla em inglês)
Mercosul - Mercado Comum do Sul
Mre - Ministério das Relações Exteriores
Nafta - *North America Free Trade Agreement*
Ncm - Nomenclatura Comum do Mercosul
Nsg - Grupo de Supridores Nucleares (sigla em inglês)

Oea - Organização dos Estados Americanos
Oimt - Organização Internacional de Madeiras Tropicais
Oit - Organização Internacional do Trabalho
Olade - Organização Latino-Americana de Energia
Oma - Organização Mundial de Aduanas
Omc - Organização Mundial do Comércio
Oms - Organização Mundial de Saúde
Omtm - Observatório do Mercado de Trabalho
Onu - Organização das Nações Unidas
Opep - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Ops - Organização Pan-americana de Saúde
Oris - Rede de Relações Internacionais de Saúde
Otan - Organização do Tratado do Atlântico Norte
Otca - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Pac - Programa de Aceleração do Crescimento
Pae - Plano de Ação Estratégica
Pdt - Partido Democrático Trabalhista
Peas - Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul
Pfl - Partido da Frente Liberal
Pib - Produto Interno Bruto
Pice - Programa de Integração e Cooperação Econômica
Pnd - Programa Nacional de Desestatização
Pnetd - Planos Nacionais de Emprego e Trabalho Decente
Ppb - Processo Produtivo Básico
Proer - Programa de Reestruturação das Empresas
Pmdb - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Psci - Programa de Substituição Competitiva de Importações
Psdb - Partido da Social Democracia Brasileira
Pt - Partido dos Trabalhadores
Ptb - Partido Trabalhista Brasileiro
Redssur-Oris Rede de Oficinas de Relações Internacionais e Cooperação em Saúde
Regs - Rede de Escolas de Governo em Saúde
Resp-Unasul- Rede de Escolas de Saúde Pública da Unasul
Rets - Rede de Escolas Técnicas de Saúde

Rinc - Rede de Institutos Nacionais do Câncer

Rins - Rede de Institutos Nacionais de Saúde (RINS)

Rmads - Reuniões de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul

Rms - Reunião de Ministros de Saúde

Sacu - União Aduaneira da África do Sul

Sadc - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Sicom - Secretaria de Informação e de Comunicação

Sim Mercosu - Sistema Integrado de Mobilidade no Mercosul

Sgt - Subgrupos de Trabalho

Stpt - Secretaria Técnica *Pro Tempore*

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Tca - Tratado de Cooperação Amazônica

Tec - Tarifa Externa Comum

Tiar - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

Tic - Tecnologias de Informação e de Comunicações

Tifa - Acordo Marco de Comércio e Investimentos

Tlc - Tratado de Livre Comércio

Tnp - Tratado de Não-Proliferação Nuclear

Udual - União de Universidades de América Latina e Caribe

Eu ou Eu-ALC -Cúpula Interregional União Européia- América Latina e Caribe

Unasul - União das Nações Sul-Americanas

Unctad- *United Nations Conference on Trade and Development*

Ups - Unidade de Participação Social

Urp - Unidade de Referência de Preço

Zopacas - Zona de Paz e Cooperação ao Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19

PARTE 1
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA, SISTEMA MUNDO E ANÁLISE HISTÓRICA DA INTEGRAÇÃO

CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA e SISTEMA MUNDO 29
1.1 - Um Marco Teórico para o Desenvolvimento 30
1.2 - Teoria da Dependência 38
1.3 - Teoria do Sistema Mundial 48

CAPÍTULO 2 – O BOLIVARIANISMO E O PANAMERICANISMO NA CONJUNTURA HISTÓRICA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA 51
2.1 - O século XIX 52
2.2 - O Século XX (1901 – 1945) 63
2.3 - O Século XX (1946 – 1990) 67
2.3.1 - A Ação da CEPAL e o Surgimento da Organização dos Estados Americanos 67
2.3.2 - Surgimento de Instituições no contexto da Integração 84
2.3.2.1 - A Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC (1960) 84

2.3.2.2 - O Pacto Andino/ Comunidade Andina de Nações - CAN (1966) e Corporação Andina de Fomento Banco de Desenvolvimento da América Latina (1970) 87
2.3.2.3 - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (1978) 89
2.3.2.4 - Associação Latino-Americana de Integração – ALADI (1980) 91
2.3.2.5 - Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA (2004) 94

2.3.2.6 - Área de Livre Comércio para as Américas – ALCA 95
2.3.2.7 - Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) (1986), a Cúpula da América Latina e do Caribe (2008) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) (2010) 98

PARTE 2
O BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL E DA UNASUL

CAPÍTULO 3 - A CRIAÇÃO DO MERCOSUL 101
3.1 - Mercosul do Primeiro Decênio (1991-2000) 124
3.1.1- Mercosul Comercial e Econômico 124
3.1.2 - Mercosul Político e das Instituições Democráticas 131
3.2 - Mercosul do Segundo Decênio (2001-2010) 133
3.2.1- O Desafio para a Superação das Assimetrias 139

3.2.2 - Avanços na Institucionalidade 141
3.2.3 - Mercosul Social e Sociedade Civil 142
3.2.4 - O Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) 146
3.2.5 - O Instituto Social do Mercosul 150
3.2.6 - Temas da Agenda do Mercosul para o Terceiro Decênio 152
3.3 - Mercosul do Terceiro Decênio (a partir de 2011) 160
3.4 - O Brasil e o Mercosul 161

CAPÍTULO 4 - DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES (CASA) À UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) (2004) 164
4.1- Contexto Histórico 164
4.2- Análise dos Fundamentos da Unasul 165
4.3- Objetivos e a Estrutura da Unasul 170
4.4- Conselho de Chefes e Chefas de Estado e de Governo da Unasul 172
4.5- Conselho de Ministras e Ministros de Estado de Relações Exteriores 173
4.6- Conselho de Delegadas e Delegados da Unasul 175
4.7- Secretaria-Geral 177
4.8 - Ratificação do Tratado Constitutivo do Protocolo Adicional sobre Compromisso com a Democracia 179
4.9 - A Unasul no Cenário Internacional

180
4.10 - Atividades dos Conselhos da Unasul
181
4.11 - Estrutura Institucional da Unasul: Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED) e o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)
183
4.11.1 - Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED)
183
4.11.2 - Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)
186
4.12 - A Unasul no Cenário Regional e Temáticas Prioritárias
188
4.12.1 - Secretaria Técnica Unasul-Haiti
188
4.12.2 - O Banco do Sul
191
4.12.3 - Processos Eleitorais
194
4.12.4 - A Segurança Pública
196
4.12.5 - Investimentos
197
4.12.6 - Direitos Humanos
198
4.12.7 - Política e Relacionamento Externo
198
4.13 - Os Desafios da Unasul
200
4.13.1 - Agenda Futura da Unasul
203
4.14 - Recursos Naturais e a Unasul
204
4.15 - A Unasul e o Brasil
206

PARTE 3
OS FUNDAMENTOS DA INTEGRAÇÃO

CAPÍTULO 5 - A INTEGRAÇÃO COMO POLITICA DE ESTADO NO BRASIL 209
5. 1 - Fatores Favoráveis à Integração 210
5. 2 - Fatores Desfavoráveis à Integração 213
5.3 - Marcos Jurídicos-Constitucionais no Brasil e em Países da América do Sul 217
5.4 - Significado da Integração 225
5.5 - Projeção Política do Brasil com o Mercosul e a Unasul 233
5.6 - O Brasil e a Ação do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) 238
5.7 - O Brasil e a Ação do Congresso Nacional 247
5.8 - Análise dos Depoimentos em Entrevistas com Samuel Pinheiro Guimarães, Pedro Sassone, Jeferson Miola, Celso Amorim e Luiz Felipe Lampréia e Questionários respondidos por José Sarney e Fernando Collor de Mello 251
5.8.1- Análise dos Depoimentos dos Representantes dos Governos Brasileiros 252
5.8.2- Análise dos Depoimentos dos Representantes do Mercosul e da Unasul 257
5.8.3- Futuro da Integração 258
5.8.4- Dados do IBGE, do Banco Mundial e da ONU 291
5.8.5- A Realidade Multilateral do Comércio Internacional segundo a Organização Mundial

do Comércio
295
CAPITULO 6 - CONCLUSÃO
299

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DA TESE
304

ANEXOS
316

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia da Integração Sul-Americana
316
Quadro 2 - Estado de Ratificações e Vigências de Tratados e Protocolos do Mercosul e Estados Associados de 1991 a 2000 (Primeira Década)
321
Quadro 3 - Estado de Ratificações e Vigências de Tratados e Protocolos do Mercosul e Estados Associados de 2001 a 2010 (Segunda Década)
327
Quadro 4 - Estado de Ratificações e Vigências de Tratados e Protocolos do Mercosul e Estados Associados de 2011 a 2012 (junho)
336
Quadro 5 - Decretos do Poder Executivo sobre Representações Diplomáticas
338
Quadro 6 - Decretos do Poder Executivo sobre Obras de Infra-Estrutura 350
Quadro 7 - Entrevistas e Questionários
352
Questionário respondido pelo ex- Presidente José Sarney
352
Questionário respondido pelo ex- Presidente Fernando Collor
357

Entrevista concedida pelo Chanceler e Ministro Celso Amorim sobre o Governo Itamar Franco 362
Entrevista concedida pelo Chanceler e Ministro Luiz Felipe Lampréia sobre o Governo Fernando Henrique Cardoso 367
Entrevista concedida pelo Chanceler e Ministro Celso Amorim sobre o Governo Luiz Inácio Lula da Silva 372 Entrevista concedida pelo Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães sobre o Governo Luiz Inácio Lula da Silva 374
Entrevista concedida pelo Assessor da Unasul - Dr. Pedro Sassone 380
Entrevista concedida pelo Secretário-Geral do Mercosul – Dr. Jeferson Miola 381
Quadro 8 - Aspectos Políticos e Transformações Sociais que justificariam o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) segund a Direção Executiva do Instituto Social do Mercosul 384
Quadro 9 - Criação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) 387
Quadro 10 - Premissas para uma Estratégica Comum da Unasul sobre Recursos Naturais 395
Quadro 11 - Conselhos da Unasul 400
Quadro 12 - Participação da América do Sul nas Exportações Mundiais 421
Quadro 13 - Estratégia Internacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) 428
Quadro 14 - Transcrição Integral do artigo 416 da Constituição da República do Equador 433
TABELAS

Tabela 1 - Proporcionalidade do Aporte Financeiro para sistema decisório do BancodoSul

193
Tabela 2 - Evolução do Desembolso do BNDES (período 2000-2009) 238
Tabela 3 - Quadro Comparativo das Agências Multilaterais de Investimento 239
Tabela 4 - Desembolsos do BNDES para apoio à exportação brasileira para obras de infra-estrutura na América do Sul (1998-2012) 240
Tabela 5 - Desembolso para Indústria de Alta, Média-Alta, Média-Baixa e Baixa Tecnologia 243
Tabela 6 - Dez maiores países com Potencial de Recursos Hídricos 280
Tabela 7 - Participação da América do Sul nas Exportações Mundiais 421
Tabela 8 - Perfil Exportador dos Países da América do Sul 424
Tabela 9 - Índices de Crescimento do Brasil - 1985 a 2012 435
Tabela 10 - Países Selecionados: Participação da Indústria no PIB (em %) 436
Tabela 11 - Países Índices de Participação nas Exportações Mundiais, por país - % 437
Tabela 12 - Países Índices de Participação nas Importações Mundiais, por país - % 438
Tabela 13 - Ranking de Países na Exportação Mundial 439
Tabela 14 - Esperança de Vida em Países Selecionados - 2006 440
Tabela 15 - Beneficiado por Países/ Programas Condicionados de Transferência de Renda – em milhões e pessoas 441

" ...

III.

...

Vamos olhar com atenção especial os nossos vizinhos da América do Sul.

O Brasil tem as sólidas credenciais de um país que há mais de um século vive em paz e harmonia com seus dez vizinhos. De um país que participou decididamente, desde sempre, da construção do direito internacional e da fundação das organizações multilaterais que são os pilares da boa ordem mundial.

Tem também as credenciais de um país que decidiu, pela força do voto, engajar-se num grande processo pacífico de mudança. Isso nos dá as melhores condições possíveis para sermos um ativo promotor da estabilidade política, econômica e sócia na região. Estabilidade que também interessa, evidentemente, aos Estados Unidos.

Queremos ajudar a garantir a paz e a democracia na região, condições essenciais para o avanço social.

Estamos profundamente empenhados na integração da América do Sul. Vemos essa integração não só do ponto de vista econômico e comercial. Acreditamos em um amplo processo de aproximação política, social e cultural entre os povos da região, processo no qual o Mercosul tem papel de destaque.

..."

Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente eleito da República Federativa do Brasil, no "*National Press Club*"

em Washington, DC, em 10 de dezembro de 2002, em atividade conjunta com o então Presidente George W. Bush

INTRODUÇÃO

A presente Tese de Doutorado avança na análise e no estudo dos fundamentos de natureza política que levaram o Estado brasileiro a estimular o processo de integração regional, obedecidos os marcos e o contexto temporal que possibilitaram o surgimento dos dois mais significativos processos de integração na América do Sul, a partir do restabelecimento do Estado Democrático no século passado, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Este processo de investigação metodológica busca compreender a evolução dos fatos históricos e suas influências no contexto político, relacionando mudanças temporais significativas da atuação do Estado brasileiro no avanço do processo de integração.

A pesquisa objetiva entender as diferenças e interesses que nortearam a atuação de diferentes governos brasileiros neste processo, liderados por José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, estes dois últimos por dois mandatos de quatro anos, e com reflexos até Dilma Rousseff, na criação e evolução do Mercosul e da Unasul, bem como a orientação das suas políticas externas e suas possibilidades de projeção na arena geopolítica internacional, principalmente pelo fato do Brasil ter posição de natureza econômica enquanto fator de relevância neste cenário.

Não obstante, reconhece-se o grau de complexidade que norteia os múltiplos interesses nas relações entre os Estados Nacionais e seus governantes, particularmente em processos de integração regional com assimetrias tão acentuadas como as que envolvem o conjunto de países da América do Sul, principalmente na comparação do Brasil com seus vizinhos, e mesmo o fato de sermos o único pais de colonização e língua portuguesa, em detrimento da grande maioria, que é de colonização e língua espanhola, com exceção da Guiana e do Suriname, no caso da Unasul.

A tese busca estabelecer diálogos e inserções entre o campo da Ciência Política, dos Estudos Estratégicos, das Relações Internacionais e o do Direito, notadamente o Direito Constitucional, o Direito Internacional e o Direito da Integração, de forma a possibilitar a análise das políticas adotadas pelo Estado brasileiro, no âmbito da integração regional.

OBJETO

A definição do objeto principal da pesquisa contempla o interesse e a atuação do Estado brasileiro no processo de integração regional sul-americano, no que tange às estratégias que levaram à criação do Mercosul e da Unasul, enquanto ambientes estabelecidos pelos Estados Nacionais após a consolidação da democracia junto aos países da América do Sul.

O cenário da conjuntura internacional aponta para uma fase de transição em que os Estados Nacionais tentam desempenhar um papel mais relevante e que poderá servir de paradigma para uma civilização planetária, com maior preocupação nas questões sócio-ambientais a partir dos princípios democráticos.

Nesta perspectiva, qualquer estudo sobre Globalização deve se constituir numa análise da dinâmica do capitalismo, no enfoque do neoliberalismo e do capitalismo de Estado, bem como o contraponto entre a visão hegemônica e a visão contra-hegemônica que tem propiciado a sua análise crítica conjuntural, conforme preconizado no pensamento de Wallerstein (1985) e de Arrighi (1996).

A perspectiva da integração regional abordada nesta tese converge para a necessidade de estímulo ao pensamento crítico e à necessidade de ampliar o campo da contra-hegemonia contra o modelo imposto pela potência central.

Para o Professor Theotônio dos Santos "A integração latino-americana depende não só da unidade de ação política e diplomática dos Estados Regionais, mas sobretudo da sua capacidade de gerar instâncias autônomas de decisão, instituições e estruturas sociais e políticas capazes de garantir a soberania de cada país"[1] (1999, p.132). Nesta dimensão, a presente pesquisa tem fundamento na análise crítica e na sua concepção teórica no campo da contra-hegemonia e da necessidade da reflexão da democracia como paradigma para a ação política em virtude do marco temporal pós-regime militar que viabilizou a criação destes órgãos sob o prisma dos valores democráticos, além de permitir ao Estado brasileiro a criação de ambientes estratégicos de diálogo institucional com os países vizinhos.

Ao fazer uma análise da evolução da democracia na América Latina, o professor Vladimir Davydov assim se posiciona:

> Nos países onde os líderes que aderiram à orientação anterior (neoliberal) continuam exercendo o poder, observa-se uma brusca perda de

[1] SANTOS, Theotônio dos. *Economia Mundial: Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável*, 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 132.

> confiança nas instituições democráticas , na sua capacidade de interpretar fielmente a vontade das massas e eleger uma via convergente às suas esperanças. A pesquisa anual realizada pela agência Latinobarómetro em 17 países, com uma amostra significativa de 18.500 pessoas entrevistadas, indica que atualmente o índice de insatisfação com a democracia elevou-se para 60% do conjunto da região, quer dizer quase o dobro em comparação com a situação registrada em meados dos anos 1990. A cifra de 52% de latino-americanos julga que agora o principal objetivo consiste em assegurar o desenvolvimento econômico e somente 25% consideram que a democracia é mais importante. (DAVYDOV, 2003, p. 231).[2]

O fortalecimento da democracia permite compreender diversas consequências junto ao processo de integração e de cooperação entre os povos e países vizinhos, situados na mesma região.

Dentre as abordagens de Ciência Política inseridas nesta tese, evidenciou-se a necessidade de se instrumentalizar o estudo acadêmico através da Teoria do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento; nas contribuições do pensamento latino-americano surgido durante o século XIX com as lutas de independência aliada ao pensamento integracionista de Simón Bolívar, ainda no século XIX; na Teoria da Dependência e na Teoria do Sistema Mundo, com o enquadramento do interesse, estratégia e atuação do Brasil na evolução do processo geopolítico e das políticas intra-blocos, com a abordagem e análise de autores como Fernand Braudel, Ruy Mauro Marini, Immanuel Wallerstein, Emir Sader, Theotônio dos Santos, Ronald Chilcote, Atílio Boron, Raúl Prebisch, Celso Furtado, Milton Santos, René Dreifuss, Giovanni Arrighi, Vania Bambirra, Gonzalez Casanova, Lopes Segrera, Boaventura de Souza Santos, Anthonny Giddens, Edgar Morin, André Gunder Frank, entre outros pensadores, com especial enfoque nos doutrinadores latino-americanos.

No que tange às Questões Metodológicas utilizadas, a tese se baseia no Método Comparativo, já que existem dois organismos internacionais sendo estudados e, evidentemente, a atuação do Estado brasileiro, e mesmo dos demais Estados Nacionais, tem distintos objetivos e prioridades nas suas estratégias políticas de curto, médio e longo prazos.

Na perspectiva de um estudo crítico, os dois processos de integração estão sendo abordados em suas múltiplas dimensões, todos os fundamentos da integração regional com a análise e a pesquisa da documentação e das atas oficiais das decisões tomadas, aliados aos depoimentos ou questionários respondidos por personalidades da área política e estratégica, como a diplomacia, bem como os interesses e abordagens que influenciaram a posição

[2] DAVYDOV Vladimir, As Reformas de Adaptação na América Latina e na Rússia: Coincidências e Paralelos. In: SANTOS, Theotônio dos. *Os Impasses da Globalização: Hegemonia e Contra-Hegemonia.* São Paulo: Editora PUC Rio, 2003, pág. 231. – Fonte do autor: El País, Madrid, 17; de novembro de 2002, pág. 2. (Posição crítica em relação à perda da confiança da democracia na época dos governos neoliberais dos anos 1990).

brasileira e a de outros países relevantes neste processo, já que não é possível uma integração unilateral que propicie movimentos isolados ou autônomos.

JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

A questão central analisada baseia-se na necessidade da Ciência Política analisar a democracia como marco político que favorece a integração regional, conforme o atual enquadramento histórico da América do Sul, e quais são os fatores que consolidam este complexo processo de integração regional com os seus diferentes atores, suas influências e perspectivas políticas distintas.

A presente Tese de Doutorado tem como justificativa a apresentação de um estudo sistêmico sobre o papel político desempenhado pelo Brasil para a intensificação de instituições regionais, neste caso específico, o nascimento e desenvolvimento do Mercosul e da Unasul, bem como se estes processos de integração regional contribuem para a evolução democrática do continente e, na hipótese positiva, quais seriam estas contribuições.

Deve ser, desta forma, objeto de investigação não somente o contexto em que se enquadra a origem dos respectivos blocos, mas também as suas principais diferenças nas suas bases e fundamentos constitutivos que acabam influenciando a tomada de decisões que fortalece a integração plena ou mesmo as decisões periféricas de interesse específico.

A necessidade de estudo das decisões políticas do Estado brasileiro no processo de integração regional, no âmbito do Mercosul e da Unasul, como espaço que se abre para o reconhecimento de uma liderança regional, deve ser objeto de análise e compreensão, se esta liderança ocorre, e se está sendo reconhecida e aceita junto aos demais países da América do Sul.

Outro ponto relevante consiste na análise de em que medida a Unasul pode ser compreendida como um estágio mais avançado de integração que o Mercosul, possibilitando, inclusive, base institucional para o fortalecimento do processo de integração entre países, com a consolidação de avanços nos indicadores sociais e no processo de inclusão de uma cidadania comunitária.

Pretendeu-se, ainda, investigar se a integração regional evidenciou a maturidade e a evolução democrática dos países componentes dos dois modelos de integração, e se existe um interesse localizado do Brasil para se credenciar como uma liderança regional e aumentar, desta forma, o seu poder e capacidade de atuação em outros foros internacionais no papel de *global player*.

A metodologia adotada na presente tese abrangeu o estudo empírico baseado em pesquisa de documentos, análise histórica, política e de corrente de pensamentos e fontes orais

para permitir uma compreensão reflexiva e crítica do contexto do surgimento do Mercosul e da Unasul, e como o Brasil tem se utilizado, interagido e comandado estes blocos, em conjunto com os vários países que compõem os dois espaços de integração, mesmo com atores políticos diversos, a saber, Presidentes da República de partidos políticos e coligações partidárias de diferentes correntes de pensamento.[3]

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dentre os objetivos específicos, este trabalho acadêmico tem o de avaliar, através do estudo empírico do processo histórico, notadamente ao longo dos séculos XIX e XX,[4] a importância do fundamento político e democrático do processo de integração no âmbito do Mercosul e da Unasul, bem assim o de aprofundar a análise de conjuntura política que tem viabilizado o processo de integração e, desta forma, apresentar, como eixo desta evolução, o compromisso com os valores fundamentais do Estado Democrático, previstos na Carta Fundamental brasileira e de outros países sul-americanos, possibilitando não somente a manutenção destes valores, mas também a estabilidade política desses países na essência do processo decisório.

Uma das temáticas centrais na perspectiva brasileira, é a de estudar o fundamento político do processo de integração regional, com base nos países componentes do Mercosul e da Unasul, o que possibilita compreender o estágio de solidez em que se encontra a democracia nos países da América do Sul.

Impõe-se uma reflexão crítica e analítica das estratégias do Estado brasileiro a partir da redemocratização em 1985 e em decorrência da promulgação da Constituição da República, em 05 de outubro de 1988, até os reflexos no Governo Dilma Rousseff, o que possibilitou avanços e retrocessos até a consolidação da liderança brasileira na América do Sul, notadamente no que tange à implementação de políticas de integração. Pela própria importância do comando constitucional, será abordado o processo de previsão da integração no campo jurídico-político consolidado na Constituição brasileira e na de outros países da América do Sul, após o retorno ao período democrático.

A construção da integração pelo Mercosul, tanto no processo decisório de natureza política, quanto no de natureza econômica, foi implementado pelos governos democráticos comprometidos com os fundamentos do modelo neoliberal de fins da década de oitenta e início da de noventa, tendo como princípio doutrinário o Consenso Econômico Neoliberal, o

[3] No Brasil, as eleições diretas para Presidente da República foram retomadas no ano de 1989, com o mandato do Presidente se iniciando em março de 1990.

[4] A identidade histórica regional se reporta a meados do século XVIII, com o processo de lutas contra o colonizador europeu.

também denominado Consenso de Washington, principalmente durante os dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), ao passo que a da Unasul começou a ser formulado com base em diretrizes de governos comprometidos com questões institucionais de cunho nacionalista, social e de fortalecimento político, liderados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007; 2007-2011), quando se preconiza um caráter institucional maior, sendo consequência dos avanços da integração através de uma concepção que consolida a importância das instituições e o papel do Estado no século XXI, principalmente como conseqüência de um mundo multipolar, complexo e com a ascensão de novos atores.[5]

Pretende-se, desta forma, pesquisar como objetivo específico a estratégia política brasileira na formação do Mercosul e da Unasul. Outros objetivos específicos relevantes e que se inserem no contexto deste estudo enquanto desenvolvimento natural da pesquisa seriam o grau de compromisso dos Estados sul-americanos com o processo de integração; a análise do ambiente político interno destes países; a existência ou não do compromisso com princípios democráticos; o fundamento político e econômico do processo de integração no Mercosul e na Unasul; a análise da atuação política dos Estados integrantes dos citados blocos econômicos; e as fases de consolidação democrática, em que os Estados obedeceram às estratégias econômicas e políticas, inclusive se existe alguma influência ideológica.

Insere-se como objeto do estudo a previsão de princípios e fundamentos constitucionais como instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e da integração sul-americana, além de se avaliar alternativas e estratégias de medidas governamentais, inclusive no que concerne ao papel da estrutura da Administração Pública na definição das prioridades a serem alcançadas, com base em um planejamento que legitima diretrizes para as políticas públicas e democráticas de integração sul-americana, sempre privilegiando os princípios constitucionais fundamentais e o processo democrático.

Este trabalho acadêmico busca aprofundar a análise política do Mercosul e da Unasul, notadamente as suas fases e etapas das decisões políticas que propiciaram o avanço institucional no processo de integração regional na América do Sul, com consequências na atual conjuntura geopolítica internacional.

Não obstante, verificou-se, ainda, a possibilidade de estudos de objetivos específicos a complementar a dimensão da temática central envolvida, nos quais se poderia destacar se os processos de integração a serem estudados retratam uma posição de liderança do Brasil no

[5] O multilateralismo, enquanto fenômeno característico deste início de século XXI, vem possibilitando que um número maior de países, notadamente os emergentes, possam atuar na agenda geopolítica internacional, ainda que com limitações no processo decisório.

processo de integração; se o processo de integração é consequência da retomada do processo democrático na América do Sul; se os países tem conseguido avançar de forma satisfatória em relação aos acordos assinados nestes foros; se existe compromisso dos atores envolvidos com a integração, sem prejuízo de outros aspectos relevantes que podem ser avaliados na perspectiva diagonal aos temas principais.

Foram, igualmente, incluídos como objeto de investigação acadêmica, diversas legislações, tratados e documentos que retratam a posição oficial dos países na esfera da decisão política, norteada pela regra jurídica aprovada e no posicionamento sobre questões de natureza institucional e que necessitam de decisões favoráveis no âmbito dos Poderes Legislativos dos países componentes dos respectivos blocos, em especial, no caso do Mercosul, pela sua personalidade jurídica de direito internacional, consagrada no Protocolo de Ouro Preto, e na Unasul, a partir do Tratado de Brasília e da ratificação e depósito dos seus países integrantes.

Pretende-se abordar como objetivo específico, também, a estratégia brasileira em nível político e diplomático em torno destas duas alternativas de integração que aprofunda o entendimento, expõe as divergências e consagra o respeito entre os povos sul-americanos.

Por derradeiro e pela natureza da pesquisa, urge enfatizar que as fontes orais observadas abrangeram entrevistas com lideranças políticas governamentais que participaram deste processo, destacando-se a entrevista com o ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; o Assessor Geral da Unasul, Dr. Pedro Sassone; o Secretário Executivo do Mercosul, Dr. Jeferson Miola; o atual Ministro da Defesa do Governo Dilma Rousseff e ex-Chanceler e Ministro das Relações Exteriores dos Governos Itamar Franco e Luiz Inácio Lula da Silva, Embaixador Celso Amorim; e o ex-Chanceler e Ministro das Relações Exteriores do Governo Fernando Henrique Cardoso, Embaixador Luiz Felipe Lampréia, bem assim os questionários respondidos pelos ex-Presidentes da República Federativa do Brasil, José Sarney e Fernando Collor de Mello, enquanto instrumentos de consulta e complementação do estudo realizado. [6]

A originalidade da tese se justifica pela Unasul ser uma instituição muito recente e que será estudada em comparação com outro bloco regional igualmente relevante, o Mercosul, destacando os mais variados aspectos de similitudes, de entendimentos, de divergências e de estratégias, bem como pela necessidade de o Brasil aprofundar as suas relações com os

[6] Entrevistas e questionários realizados com diferentes autoridades que participaram dos governos brasileiros desde 1985 e com representantes da estrutura administrativa do Mercosul e da Unasul.

demais países da América do Sul e ter base regional para maior capacidade de interlocução na arena internacional, enquanto fenômeno político.

QUESTÕES

No que tange à apresentação do modelo com as questões principais a serem estruturadas e verificadas, a pesquisa da tese objetivou estudar os dois principais modelos de integração sul-americano, para fins de comprovar:

1) o interesse do Estado brasileiro em priorizar a integração, bem como se existiu posição de liderança no processo de discussão política que culminou com a formação do Mercosul e da Unasul;

2) se estes processos de integração obedecem a uma evolução democrática do processo político em curso e, mesmo, se podem ser apontados como consequência natural da retomada da democracia na América do Sul após cerca de duas décadas de autoritarismo;

3) na perspectiva da integração na conjuntura geopolítica internacional do século XXI, tendo como base o modelo atual seguido pelo Mercosul e pela Unasul, quais seriam as estratégias a serem adotadas pelo Brasil para aperfeiçoamento destes modelos e para maior inserção nos grandes debates internacionais;

4) levando-se em conta que os processos de integração encontram-se em estágio evolutivo, ou seja, não se encontra estático, se esta evolução deve ser compreendida como natural ou se devem ser implementadas mudanças na filosofia da integração para a definição de políticas mais concretas;

5) sob o ponto de vista da conjuntura geopolítica internacional atual, como o Brasil se beneficia ao apostar no processo de integração regional sul-americano.

Estes cinco pontos são questões analisadas na pesquisa da tese, que busca encontrar as respostas que esclareçam as posições do Brasil e quais as prioridades do Estado brasileiro dentro da conjuntura e do modelo político atual, de forma a destacar se existe processo de liderança, qual o real interesse do Estado Brasileiro e as perspectivas futuras na efetivação deste papel de destaque no cenário político sul-americano, além do reflexo no cenário internacional.

ESTRUTURA

O planejamento de capítulos e o esboço da estrutura da tese apresentam a parte introdutória com a apresentação da proposta de trabalho da pesquisa e sua concepção teórica.

No primeiro capítulo, o objeto da análise foram as considerações do marco teórico da Teoria do Desenvolvimento, Teoria da Dependência e do Sistema Mundial, possibilitando a visão metodológica para a compreensão de um processo de integração.

O segundo capítulo contempla o período da evolução histórica da integração na América Latina e no Caribe, abordando o século XIX, a primeira metade (1901-1945) e a segunda metade do século XX (1946-1990), para uma melhor e mais adequada compreensão das determinantes politicas que vêm influenciando o processo de integração regional, possibilitando entender o significado do surgimento do Mercosul e da Unasul.

Apesar de a principal análise da integração estar voltada para a perspectiva sul-americana e, em especial, brasileira, foram mencionados aspectos relacionados a países da América Latina e do Caribe, além da América do Norte. Este tópico analisará a conjuntura histórica e seus desdobramentos no contexto desses países, relacionando vários recortes temporais significativos como o período da Guerra Fria durante a década de cinquenta; os Golpes e Regimes Militares de meados da década de sessenta, setenta e na primeira metade da década de oitenta no Cone Sul; o processo de redemocratização e a influência do projeto neoliberal do fim dos anos oitenta e durante a década de noventa; o processo de transição para governos comprometidos com projetos nacionalistas e de tendência de centro para a esquerda a partir de meados da década de noventa e o projeto integracionista da primeira década do século XXI, enfocando o papel dos Estados Nacionais e de seus governantes, analisando as influências externas e internas que dificultaram e/ou facilitaram o processo de integração.

O terceiro capítulo objetivou analisar o contexto do surgimento do Mercosul, em 1991, fazendo a análise da sua respectiva evolução desde sua gênesis até o marco temporal de dezembro de 2012, com reflexos no Governo Dilma. Pretendeu-se abordar o enquadramento do marco histórico, político, jurídico, institucional, econômico-comercial e social deste processo de integração com a análise da participação e interesse do Brasil. O capítulo teve o desmembramento na ênfase do Mercosul do Primeiro Decênio e do Mercosul do Segundo Decênio, onde foram abordados os estágios, avanços e retrocessos institucionais do Mercosul e a análise do processo decisório com atas e decisões oficiais com estudo sobre o potencial e o significado da integração sul-americana sob o formato deste modelo, com a ênfase na atuação do Brasil, além do Mercosul deste início de terceiro decênio e os reflexos no atual governo brasileiro.

O quarto capítulo teve como fundamento o de analisar o contexto do surgimento da Unasul, desde a sua proposta inicial sob a nomenclatura de Comunidade Sul-Americana de

Nações (CASA), fazendo o estudo de sua evolução desde sua gênesis até o marco temporal de meados de 2012, com reflexos no Governo Dilma.

Pretendeu-se abordar o enquadramento do marco histórico, político, jurídico, institucional, econômico-comercial e social deste recente processo de integração, através da análise da participação, interesse e atuação do Brasil. Ainda neste capítulo foram abordados os estágios, avanços e dificuldades institucionais da Unasul através da análise do processo decisório e atas oficiais com estudo sobre o potencial e o significado da integração sul-americana sob o formato deste modelo, com a ênfase na atuação do Brasil.

No quinto capítulo, o objetivo foi o de analisar a importância da Integração como Política de Estado nestas últimas décadas até o enquadramento na conjuntura atual, sendo, desta forma, objeto de reflexão se os projetos de integração dos Estados Nacionais foram previstos nas Constituições por intermédio dos marcos jurídicos principiológicos, a análide dos depoimentos e dos questionários, além do significado da Integração e a projeção política do Brasil com o Mercosul e a Unasul, enquanto processos de integração que delimitam prioridades e estratégias no campo político, em particular a política externa.

Foi analisada a compreensão da importância do regime democrático como sustentáculo que viabilizou a criação e o funcionamento destes dois processos de integração, sempre com o principal direcionamento para a perspectiva brasileira que possibilitou avaliar se existe posição relevante do país na conjuntura internacional, além da compreensão se o Brasil avançou ao apostar nestes espaços de integração e as projeções alcançadas no cenário internacional a partir da estratégia integracionista.

No sexto capítulo, o da conclusão da tese, foram elaboradas as respostas às questões formuladas que se constituíram no objeto de estudo.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA e SISTEMA MUNDO

O presente estudo acadêmico aborda as estratégias políticas utilizadas pelo Estado brasileiro que possibilitaram atingir o estágio atual do processo de integração que reúne cinco países no Mercosul, destacando o ingresso da Venezuela e a suspensão temporária do Paraguai até a consolidação do processo eleitoral naquele país,[7] acontecimentos no ano de 2012, e de doze países na Unasul.

A pesquisa apresenta as estruturas teóricas no campo da contra-hegemonia, no pensamento crítico, na compreensão do Sistema Mundo e na concepção dialética que caracteriza a densidade de um processo de integração regional, evidenciando ao leitor que existe uma tomada de posição a definir o pensamento conceitual do autor, optando por que o leitor tenha uma clareza de que não é uma obra imparcial.

Na análise teórica da Ciência Política e dos Estudos Estratégicos, destaca-se nesta tese a Teoria do Estado e a Teoria do Desenvolvimento. Esta abordagem do Desenvolvimento e do SubDesenvolvimento vem sendo compreendida com base no avanço ou recuo das forças produtivas a partir da reprodução e acumulação do capital com origem nos fundamentos do sistema capitalista, ou se já se pode falar da aparição de novos fundamentos derivados da análise do sistema socialista.

O sistema capitalista se caracteriza pela ótica da lucratividade, fundada em formas de maior ou menor liberdade de concorrência, ou afirmação de monopólios que se complementaram em parte com medidas de bem-estar social, ao passo que a economia socialista articula elementos no campo da social-democracia, em especial a europeia, da

[7] Em decorrência do processo de impedimento do então Presidente da República Fernando Lugo, no Paraguai, no qual teve 30 horas para se defender, e a rejeição da proposta de suspensão feita pelos Chanceleres da Unasul, o Paraguai foi suspenso do Mercosul e da Unasul através da aplicação da Cláusula Democrática até o restabelecimento da democracia, com a eleição direta do seu Presidente da República.

democracia socialista, do planejamento centralizado e da hegemonia do Estado, mesmo quando combinado com mercados parcialmente abertos.

As teorias do Desenvolvimento e do Subdesenvolvimento, em especial a Dependência, são trabalhadas com a perspectiva de divisão entre os países desenvolvidos ou avançados e os países dependentes, articulados respectivamente pelo processo de acumulação do capital em nível global.

1.1 - UM MARCO TEÓRICO PARA O DESENVOLVIMENTO

As estratégias de desenvolvimento que foram experimentadas na América Latina têm características antagônicas, a saber, as que partem de um projeto interno e as que são voltadas para um modelo que vem de fora. Para Jan Kregel:

> As estratégias de desenvolvimento que vêm de dentro significam que o fator propulsor do desenvolvimento vem de uma demanda interna suficiente para mobilizar de forma total os recursos do país por meio de sua exploração plena. No caso das estratégias de fora, baseia-se na participação plena e irrestrita no sistema global de comércio e finanças, permitindo que um comércio baseado em vantagens comparativas e financiado pelos recursos externos atue como propulsor do processo de desenvolvimento. (1995, p.95.)[8]

No século XIX, houve intenso comércio e fluxos financeiros abertos para financiamento das colônias recém independentes, principalmente já na segunda metade do século XIX, sendo que, a partir da década de 1920, principalmente depois do processo que culminou com a Grande Depressão, foi dada prioridade para o investimento interno, naquele modelo que seria definido como de "substituição de importações", cujo arcabouço era baseado num processo de desenvolvimento do próprio país.

Esta estratégia, utilizada nos grandes países da América Latina, Brasil, Argentina e México, teve um período que se iniciou nos anos 1930 e teve como ápice os anos 1960, tendo sido uma alternativa que possibilitou, inclusive, estratégias de integração com base no deenvolvimento interno.

Este processo de industrialização permitiu que países da América Latina tivessem taxas significativas de crescimento entre os anos 1950 e 1970, além de alguma intensificação do comércio regional.

Durante este período, os oito maiores países da América Latina, ou seja, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela, cresceram a uma taxa anual

[8] KREGEL, Jan. Há alternativas para as Estratégias de Desenvolvimento da América Latina? In: SANTOS, Theotônio dos. (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; BRUCKMANN, Mónica. *Países Emergentes e os Novos Caminhos da Modernidade*. Brasília: Cátedra UNESCO em Economia Global e Deenvolvimento Sustentável, UNESCO, 2008.

média superior a 5,25%, com a renda *per capita* aumentando em mais de 2,36%, sendo que no Brasil excedeu os 3%.

O debate sobre a Estratégia de Desenvolvimento é componente essencial para a análise sobre a América Latina, já que as teorias liberais defendiam que não era necessária uma teoria especial de Desenvolvimento Econômico para a América Latina, bastando a aplicação dos fundamentos da teoria e da política neoclássicas tradicionais.

Em períodos de crise ou ruptura democrática, setores acadêmicos, do empresariado e da burguesia nacional, defendiam a aplicação de receituários oriundos de países desenvolvidos ou mesmo dos agentes financeiros internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, como solução para os problemas de desenvolvimento destes países, muitas vezes até em total posição de dependência e submissão aos interesses internacionais e de setores do empresariado.

Esta dicotomia dos dois modelos permitiu que economistas da Organização das Nações Unidas, tais como Prebisch, Singer e Lewis, formulassem estudos para compreensão dos problemas da região, não obstante algumas formulações críticas à chamada "economia do desenvolvimento."

O marco teórico de uma Teoria do Desenvolvimento deve partir do pressuposto de que as condições da América Latina são diferenciadas e merecem uma análise fora dos padrões econômicos tradicionais, o que já demonstra a importância do aprofundamento desses marcos teóricos, a partir da própria região.

Esta perspectiva foi adotada por vários economistas nas décadas de 1950 e 1960 na CEPAL, onde a liderança de Raul Prebisch, em conjunto com outros intelectuais como Celso Furtado, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Thomas Balogh, Paul Streeten, Arthur Lewis e Dudley Sears, avançou na perspectiva de propor uma teoria do desenvolvimento com base na realidade e nas características dos países da América Latina.

O destaque maior para a análise deste marco teórico é a obra de Prebisch, seja pelo reconhecimento do seu trabalho em posições discutidas e adotadas pela ONU, mas também pela própria Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês), que foi criada a partir dos planejamentos teóricos deste economista argentino, cuja obra é de grande importância para o pensamento universal sobre comércio e desenvolvimento na escala mundial, sendo considerada um marco para um novo paradigma.

Prebisch, menos preocupado em tentar demonstrar por que as teorias neoclássicas não se aplicariam à América Latina, buscava fundamentos para demonstrar que determinados aspectos teóricos keynesianos não poderiam ser aplicados à realidade daqueles países, sendo

impossível a construção de uma base teórica sem levar em conta os problemas reais que enfrentava a América Latina.

Embora a teoria neoclássica parta do pressuposto do equilíbrio do mercado, passando pelos fatores da produção e dos benefícios que uma abertura poderia ocorrer na atividade de comércio, Prebisch já defendia que as economias da região sempre foram abertas à atividade comercial, em especial o comércio internacional.

Para Kregel (2008), não obstante todos os fundamentos da teoria neoclássica, as economias da América Latina neste período de transição dos séculos XIX-XX tiveram estruturas de produção e controle de preços voltadas para diretrizes políticas de governos coloniais, populistas ou militares, agregando características próprias àqueles fundamentos.

A própria matriz de produtos primários acabou sendo consequência do passado de exploração, em que países exportavam a matéria-prima para as estruturas industriais dos países colonizadores, já em processo de industrialização.

Prebisch partiu do enfoque da ação governamental como ponto de partida para uma análise de desenvolvimento.

Em relação à teoria tradicional do equilíbrio na relação retorno financeiro, lucratividade e nível do investimento, com base numa produtividade, acaba implicando o acesso a conhecimentos técnicos e índices crescentes de escolaridade que permitirão maior conhecimento, renda e consumo. A produtividade agrícola não acarretava em maior renda sob forma de salários reais, havendo uma transferência para os trabalhadores industriais dos países desenvolvidos. Este aumento do poder de compra gerava o aumento da demanda por produtos industrializados, o que aumentava as escalas e a produtividade das empresas destes países, em detrimento dos países exportadores da economia primária.

Para Prebisch, o problema da distribuição internacional dos ganhos de produtividade gerados pelo aumento dos retornos financeiros, pela economia de escala e pelo progresso técnico-científico era enfrentado pelos países em desenvolvimento e pelos países desenvolvidos, buscando, notadamente, uma distribuição mais equitativa entre os produtores agrícolas e industriais.

Em países avançados, poder-se-ia equilibrar os ganhos através de transferência de subsídios para o setor agrícola, mas os países em desenvolvimento tinham dificuldades de abrir mão desta estratégia desenvolvimentista. Em economias com forte vocação agrária, a estratégia desenvolvimentista era justamente proporcionar o desenvolvimento de um setor industrial no país.

Para Prebisch, a maneira de os países desenvolvidos terem acesso ao conhecimento

tecnológico corporificado na função produtiva neoclássica era importar tecnologia na forma de bem de capital. Não havia estrutura industrial capaz de produzir esses bens tecnologicamente avançados, mas as importações permitiriam que os países em desenvolvimento acelerassem o estágio para alcançar o desenvolvimento tecnológico.

O ciclo virtuoso passaria pela industrialização interna que geraria retornos para alcançar maior produtividade, possibilitando o aumento do nível salarial e um mercado interno aquecido para compensar eventuais restrições externas.

Para os países em desenvolvimento, a aquisição de bens de capital para a criação de um parque manufatureiro seria possível desde que a produção de bens para exportação permitisse o retorno financeiro.

A ênfase na industrialização interna estava atrelada ao fomento e desenvolvimento das exportações, o que poderia gerar um equilíbrio global maior entre países industrializados e não industrializados.

Prebisch, embora considerasse a relevância do mercado para o processo de desenvolvimento, avançou nos pontos estruturais do Estado, tais como a necessidade de eliminar as desigualdades sociais, através de políticas de distribuição de renda.

Tendo como fundamento o fato de que o mercado pouco se importava com esse problema, Prebisch aplicou o mesmo raciocínio, entre setor agrícola e setor industrial, ao tema da distribuição de renda entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, a saber, a necessidade de uma intervenção global para impedir o aumento da disparidade, já que os países em desenvolvimento ficavam reféns dos produtos primários, e os países industrializados, priorizavam os bens manufaturados.

O processo de distribuição desigual e da inserção no mundo tecnológico é antigo e remonta à maneira como as colônias foram incorporadas à divisão internacional do trabalho, ou seja, na condição de parte integrante do sistema produtivo do modelo britânico.

Em pleno período que vai conduzir às fases da Revolução Industrial, a Inglaterra já era produtora de bens manufaturados, cujos insumos vinham de matérias-primas oriundas das colônias. No caso dos países latino-americanos, os ingleses financiavam através de empréstimos os recursos financeiros aos países em desenvolvimento da América Latina para a compra das exportações de bens de capital, enquanto os países em desenvolvimento, em contrapartida, pagavam pelo serviço da dívida com a exportação de *commodities* primárias, estabelecendo um negócio duplamente favorável para a Inglaterra.

Nesta relação estabelecida, a periferia torna-se cada vez mais dependente do centro industrial. Levando-se em conta a tendência natural de os mercados de *commodities* serem

mais competitivos e terem demanda internacional, e a de os manufaturados serem oligopolistas e com demanda interna, associando-se aumento da produção, no primeiro, levava-se à queda nos preços e na renda, enquanto o aumento dos preços, no segundo, reduzia os custos e elevava os salários e as margens reais de lucro.

Na análise das contradições dos mercados, Prebisch defendia a correção do mecanismo de distribuição desigual por meio do desenvolvimento do setor industrial nacional enquanto alternativa para o seu melhor funcionamento, já que diminuiria a dependência industrial dos centros avançados e melhoraria o nível dos seus trabalhadores.[9]

A industrialização nacional implicaria um grau de intervenção estatal, bem como um grau de substituição de importações, devendo, no entanto, ser acompanhada pelo incentivo às exportações e pela criação de um mercado grande o suficiente para evitar monopólios estatais ou privados.

Prebisch, além de não enfocar o isolacionismo e o protecionismo, enfatizava que não havia alternativas ao modelo implementado, acelerado pelos efeitos danosos da Grande Depressão e da Segunda Grande Guerra Mundial[10] e no objetivo de continuar tendo acesso aos bens manufaturados, além das condições vigentes na década de trinta, de protecionismo e declínio do comércio internacional, que dificultavam uma indústria de exportação.

Na análise crítica de Prebisch, esse tipo de industrialização tendia a se concentrar em bens de consumo destinados a consumidores de alta renda, ao invés de bens de capital, gerando pouca produtividade e mesmo um mercado mais dinâmico. Outra desvantagem era um padrão nacional de consumo incompatível com os níveis de renda de países em desenvolvimento, o que levaria a um padrão de consumo prejudicial à poupança interna, criando divergência entre o aumento da renda nominal e real.

As análises de políticas governamentais defendidas por Prebisch vieram a ser adotadas nos anos 1950, por economias que vieram a se industrializar mais recentemente na Ásia, como os exemplos da Coréia e de Taiwan.

A visão preocupada de Prebisch era com a tendência de os padrões de consumo na América Latina acompanharem os padrões dos países desenvolvidos, no aumento da demanda por bens de consumo tecnológicos, onde se coloca no contraponto à teoria keynesiana de demonstrar que os países desenvolvidos podem conseguir um crescimento estável com a utilização plena de sua capacidade produtiva pelo uso de gastos governamentais para a parcela faltante no consumo e nos investimentos privados, e num efeito multiplicador para compensar

[9] Ver: PREBISCH, R. *The Economic Develpment of Latin America and its Principal Problems*. [s.l.] Unecla, 1950, p.1.
[10] Ver: PREBISCH, R. *La Crisis Del Desarollo Argentino: de la Frustración al Crecimiento Vagaroso*, Buenos Aires: El Ateneo, 1986, p.101.

o crescimento equilibrado das exportações.

Padrões de consumo determinado por empresas com estratégias para novos produtos que dependem de consumidores com alto padrão de renda certamente ocasionariam distribuição de renda desigual.

O economista Celso Furtado manifestava-se contrariamente à aplicabilidade da análise do efeito multiplicador keynesiano às economias em desenvolvimento, observando que numa economia como a brasileira que dependeu da importação de bens de capital e de mão-de-obra, como no início do processo desenvolvimentista, o aumento dos gastos escoavam para o exterior na forma de importação de escravos, de equipamentos e de materiais de construção. Sua conclusão foi que, numa economia desse tipo, não há perspectiva de crescimento baseado em demanda interna, que "poderia fazer surgir um processo de desenvolvimento autogerado [...]. A economia escravocrata, para todos os fins práticos, dependia da demanda externa" (1963, p.52).[11] Argumento semelhante vale também quando a força de trabalho recebe salários de subsistência, " uma vez que os efeitos secundários sobre a renda de aumento nos investimentos só produzem o equilíbrio automático da poupança e dos investimentos e dos investimentos caso a poupança seja positiva. Quando a totalidade da poupança é deixada a cargo da classe empresarial, que gasta em investimentos importados e em bens de consumo, o multiplicador terá impacto reduzido." (KREGEL, 2008, p.112)[12]

Em síntese, o problema maior era decorrente da inexistência de um setor industrial nacional e da desigualdade de distribuição de renda daí decorrente, uma vez que não havia apropriação do aumento de produtividade na forma de maior poder de compra interno.

O cenário de dificuldades de investimento, de falta de poupança interna e da falta de recursos disponíveis para o desenvolvimento não se constitui no problema central das economias em desenvolvimento, mas sim o desequilíbrio estrutural na produção representado pela inexistência de um setor industrial desenvolvido e de acesso à tecnologia. Segundo Kregel, na ausência de um plano de construção de um setor industrial nacional para substituir a importação de bens de capital e restringir a importação de bens de consumo, o problema não pode ser solucionado com financiamentos externos, fundamento este nunca defendido por Prebisch, que defendia a ampliação da poupança interna.

No relatório à Unctad I, a principal recomendação quanto às finanças externas era a criação de um fundo compensatório que ressarcisse os países em desenvolvimento pelos

---

[11] Ver FURTADO, C. *The Economic Growth of Brazil.* Berkeley: University of California Press, 1963, p. 52-57.
[12] KREGEL, Jan. op. cit., p. 112.

prejuízos sofridos com a deterioração dos termos de troca. Na Segunda Conferência da Unctad, Prebisch defendeu um limite para o financiamento externo aos países em desenvolvimento, usando a meta de 1% do PIB estabelecida pela ONU, sugerindo uma meta de 0,3% para os financiamentos privados.

Criticava-se a posição de falta de desenvolvimento devido à falta de poupança interna que pudesse ser completada pelas movimentações do capital internacional, caso as restrições aos movimentos internacionais fossem retiradas, porque se conflita com a realidade das grandes economias latino-americanas, muitas das quais em nível de industrialização consistente, o que leva ao debate sobre o desenvolvimento político adequado para elas alcançarem o patamar das economias desenvolvidas democráticas. Registra-se a forte entrada de capitais fruto dos investimentos externos diretos feitos por empresas estrangeiras, tanto no início do século XIX, como no início do século XX.

Existe, ainda, a grande dificuldade dos países em desenvolvimento, a saber, o alto conteúdo importado dos investimentos e exportações, agravado pela criação de zonas de montagem isentas de tributação, nas quais produtos semiacabados são importados com isenção de impostos e transportados em produtos finais. (KREGEL, 2008.)[13]

Prebisch, fugindo da visão tradicional keynesiana de que tanto a inflação, quanto o desequilíbrio externo são causados pelo desequilíbrio no fluxo entre renda e produtividade, em relação aos países da América Latina defendeu que o *deficit* externo, ao invés do excesso de demanda, pode ter relação com outros fatores como deterioração dos termos de troca, investimentos que podem possibilitar o aumento da importação de bens de capital, ou, ainda, a subida dos custos do serviço da dívida externa.

Ressalta-se que, na América Latina, o comércio internacional sempre teve papel relevante na economia, mesmo em situações de industrialização de substituição de importações, e onde a subutilização de recursos era um problema.

De uma perspectiva da teoria do desenvolvimento para a América Latina, tem-se avançado para algo mais concreto do que protecionismo ou substituição de importações, o que poderia se constituir em processos de integração que envolvam Estados Nacionais vizinhos que comunguem dos mesmos desafios externos e internos.

Se o próprio ambiente comercial que propiciou a anterior Rodada Uruguai do Gatt não favoreceu uma visão menos protecionista do comércio internacional, deve-se esgotar por ocasião dos debates da atual Rodada Doha acerca da necessidade de uma dimensão desenvolvimentista do comércio internacional, possibilitando um equilíbrio maior e mais justo

[13] KREGEL, Jan. op.cit., p. 122.

na relação entre os países, retomando, desta forma, as idéias de Prebisch.

Na análise de Kregel, um projeto de desenvolvimento latino-americano deveria apresentar três características fundamentais. Em primeiro lugar, o fracasso em converter progresso técnico em ganhos nas rendas reais. Ao contrário do que acontecia à época da análise de Prebisch, esse fator se aplica às *commodities* primárias e à indústria. Em segundo lugar, a desigualdade na distribuição de renda e tem relação com a maneira em que a indústria foi introduzida em diversos países em desenvolvimento. A última característica seria a subutilização dos recursos do país, levando ao paradoxo de tomar empréstimos de recursos externos quando os internos permanecem subutilizados ou ociosos.

O conjunto dos três fatores acabam implicando uma diminuição dos valores de troca para as *commodities* e os produtos industrializados, afetando relações com o exterior e com o mercado interno, prejudicando a formação deste mercado interno, o desenvolvimento de uma indústria nacional, utilização dos recursos e o emprego formal, inclusive criando uma diferença significativa entre salários comprimidos com baixo poder de compra e alta lucratividade de ganhos de determinados segmentos. As instituições financeiras, inclusive externas, contribuem para o quadro relacionado aos três fatores.[14]

É de se destacar a importância das políticas públicas objetivando o aproveitamento dos recursos e de programas sociais que seriam medidas no plano interno para compensar prejuízos aos cidadãos, embora se mencione a necessidade de um rigor fiscal. Nessa questão fiscal, Prebisch acabou acolhendo o entendimento de Kaldor de imposto sobre as despesas, com uma estrutura de alíquota altamente progressiva que poderia chegar a um máximo de 100%, o que poderia ser suplementado por um imposto de renda negativo e também por um imposto sobre a venda de bens supérfluos. (PREBISCH, 1986)[15]

Prebisch defendia a necessidade de um marco teórico da teoria do desenvolvimento baseado na realidade da América Latina, o que poderia ser a base para a formulação de teorias alternativas sem que se tenha de enfrentar os problemas da substituição de importações.

Desta forma, a questão central defendida por Prebisch era a de que, sem prejuízo de políticas internas a serem adotadas pelos países, o sistema de comércio internacional precisa ser revisto de forma a permitir que a América Latina conquiste seu próprio desenvolvimento sem ter que tomá-lo de empréstimo aos países desenvolvidos.

Ressalta-se que o papel do Estado é fundamental para planejar as fases do projeto de industrialização interna, bem como o fato de Estados Nacionais estarem comprometidos com

[14] KREGEL, Jan. op.cit., p. 122.
[15] PREBISCH, op. cit.

estas políticas desenvolvimentistas se constituiria numa vantagem significativa para o desenvolvimento regional.

André Gunder Frank na crítica às teorias dominantes do desenvolvimento, ressalta o papel dos países subdesenvolvidos, na seguinte perspectiva:

> Se os países desenvolvidos não podem difundir o desenvolvimento, a teoria do desenvolvimento, ou políticas de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, então os povos destes países terão de desenvolvê-los por si próprios. Estes três modos de abordagem são as roupas do imperador, as quais têm servido para esconder a nudez de seu imperialismo. Ao invés de desenhar um novo traje para o imperador, estes povos terão de destroná-lo e vestir-se a si mesmos (FRANK apud CHILCOTE, 1998, p.73)[16]

1.2 - TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Durante a década de 60, surgia uma teoria do sistema econômico mundial nos países do centro desenvolvido e surgia uma teoria na América Latina que contemplava tendências próprias da experiência histórica, política, social e econômica dos países periféricos que haviam sofrido os efeitos da expansão do sistema capitalista.mundial. A teoria da dependência se constituía neste movimento crítico de estudo teórico-metodológico que se propunha a uma reflexão sistêmica a partir de um método teórico e analítico-dialético.

A teoria avança na compreensão da realidade latino-americana dos países periféricos, a partir da análise de uma visão maior do sistema global da economia mundial, integrando a visão do sistema mundial com a situação específica de cada um destes países dependentes desde a época da relação de colônia. É a própria análise do sistema periférico.

A teoria da dependência se baseou na perspectiva de que o subdesenvolvimento das economias dos países da América Latina, assim como da África e da Ásia, não era consequência somente dos elementos internos destas economias, mas sim da forma como essas economias foram integradas à economia mundial. Havia uma análise crítica das concepções desenvolvimentistas que propunham iniciar um processo de transformação das economias pré-capitalistas em capitalistas, e que se apoiava num modelo único de modernidade, que determinava a maneira como essas economias pré-capitalistas deveriam se integrar ao mundo desenvolvido.

A teoria da dependência se propôs a analisar as estruturas de classe, derivadas destas condições históricas que tornaram mais possíveis as formas específicas de pobreza e, por

---

[16] FRANK, André Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*. Nova Iorque: Monthly Review Pres, 1967. O primeiro esforço do autor, para apresentar uma teoria do subdesenvolvimento capitalista, com estudo dos casos do Brasil e do Chile.

outro lado, dos movimentos sociais. Buscava-se com base em um novo método de análise do desenvolvimento, abordá-lo dentro da realidade dos países periféricos. Nesta perspectiva, foram sendo estudados novos conceitos como a relação do sistema centro-periferia, o conceito e categorização da dependência, a análise estrutural desta condição de subordinação, a importância do colonialismo interno que sobredeterminou e caracterizou a posição das elites oligárquicas dirigentes e das diferentes classes sociais, seu impacto sobre a criação massiva da pobreza e da "marginalidade", as análises sobre reformismo x revolução, a questão do modelo do Estado gerado por estas condições específicas, dentre outras questões.[17]

O surgimento da teoria da dependência soma-se a um esforço teórico maior de questionamento, dos países do chamado Terceiro Mundo, da ordem econômica, política e cultural mundial. O esforço já ocorria no Movimento dos Países Não Alinhados, na Conferência de Bandumg; no surgimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo; e no contexto de movimentos alternativos que surgiram na América Latina que defendiam a participação do Estado no processo desenvolvimentista, como no México, Brasil e Argentina, em governos progressistas, como Velasco Alvarado no Peru, e movimentos revolucionários, como Cuba e Bolívia.

Coloca-se como questão estrutural, se os efeitos do capitalismo poderiam ter possibilitado um desenvolvimento concreto dos países periféricos, em especial, avanços contra a fome, pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, da saúde e da educação?! No período que caracterizou o pós-Guerra, no entanto, diversos teóricos, através de análises marxistas ou não marxistas, demonstraram as críticas estruturais dos paradigmas utillizados, na busca para explicar a questão acima.

A análise não-marxista foi desenvolvida a partir do estudo de especialistas, em particular economistas, vinculados à Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (ECLA), cujo principal mentor foi o professor argentino Raúl Prebisch. Nesta corrente de pensamento entendia-se que uma emergente burguesia, de caráter industrial e comercial, surgiria para alavancar os interesses nacionais e estabelecer concorrência a um capital estrangeiro em crescente expansão nestas economias não desenvolvidas.[18]

Caracterizava-se uma posição nacionalista e de fundamento anti-imperalista, na medida em que se defendia a superação da divisão do mundo capitalista no centro industrial e

---

[17] Ver: CHILCOTE, op. cit. p. 311.

[18] O grupo de economistas associados à Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (ECLA) não podiam superar os limites impostos pelas burguesias dos países que compunham a CEPAL, apesar de fazeri várias críticas á concepção doutrinária dominante.

na periferia produtora de matéria-prima. Imaginava-se, inicialmente, que os dois mundos poderiam se beneficiar da maximização da produção, do consumo e da renda das famílias.

A partir da análise das contradições do Desenvolvimento capitalista, algumas teorias passaram a fazer o contraponto enfocando o Subdesenvolvimento. Na própria ECLA, estudiosos avançaram nesta definição como o economista brasileiro Celso Furtado, notadamente no trabalho *Development and Undevelopment*, datado do ano de 1964. Naquela célebre obra, Furtado fez a análise das variadas tendências no desenvolvimento da economia industrial européia e identificou que o processo levava ao dualismo, já que algumas estruturas levavam ao desenvolvimento do sistema capitalista, mas outras perpetuavam as estruturas que caracterizavam o sistema pré-capitalista anterior. O Subdesenvolvimento, desta forma, não se constituía necessariamente em um estágio que possibilitasse a sua superação como no processo de desenvolvimento industrial europeu, podendo ser uma etapa permanente, o que levou Furtado a estudar as causas estruturais do desequilíbrio externo das economias dos países subdesenvolvidos e a defender a autonomia interna como maneira de diminuir a submissão às economias mais ricas e o poder de suas empresas nas economias dos países dependentes.

A abordagem de Celso Furtado, embora não se declarasse marxista, é formulada com teor crítico e com determinados conceitos estruturais que têm alguma vinculação com a análise marxista, até pela própria consciência de Marx de que o capitalismo teria como consequência a produção da riqueza ao mesmo tempo que a ampliação da pobreza.

A contradição situa-se no centro da análise marxista, como na análise crítica positiva e negativa do desenvolvimentismo: “Uma nova divisão internacional do trabalho, uma divisão ajustada para as demandas de seus centros industriais prioritários, causa e converte uma parte do globo numa área de produção prioritariamente agrícola, para suprir a outra parte, que continua uma área prioritariamente industrial.” (FURTADO, 1967, p.451), o que leva a uma situação de crescimento, mas também de exploração.

Das teorias de subdesenvolvimento, esta tese utiliza fundamentos da Teoria da Dependência enquanto método utilizado na análise comparativa para incluir países não desenvolvidos, neste caso específico da América Latina, com especial análise na América do Sul.

Em síntese, a teoria da dependência foi pensada por alguns autores na América Latina nos anos sessenta ao formular a análise de desenvolvimentismo e subdesenvolvimentismo, apresentando uma concepção baseada na análise marxista e não marxista do tema.

A análise da dependência tem enfoques baseados na dominação de países e na diferença que caracteriza o sistema capitalista. Os fundamentos do capitalismo podem apontar para um sistema progressivo ou regressivo, baseado no fato de que nações dependentes acabam sendo objeto das nações dominantes, sendo o seu desenvolvimento consequência de uma ação objetiva desta relação.[19]

O cientista social brasileiro Theotônio dos Santos assim retrata a questão:

> Por dependência queremos dizer uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira está sujeita. A relação de interdependência entre duas ou mais economias e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem fazê-lo somente como um reflexo daquela expansão, a qual pode ter tanto um efeito positivo como um negativo sobre seu desenvolvimento imediato (SANTOS, apud CHILCOTE, p. 318).[20]

A análise da teoria da dependência sob o enfoque do desenvolvimentismo e do subdesenvolvimentismo é abordada por alguns autores à luz da influência estrangeira nas economias periféricas, ou seja, do Terceiro Mundo. Estas influências têm fundamento político e econômico e reforçam as diferenças de classe, notadamente a ascendência de uma classe dominante que tem o predomínio e controle dos meios de produção sobre uma classe dominada ou marginalizada, pertencente à maior parte da população.

Um dos teóricos nesta perspectiva foi o economista chileno Osvaldo Sunkel, nos seguintes termos:

> Fatores alheios são vistos não como externos, mas como intrínsecos ao sistema, com efeitos políticos, financeiros, econômicos, técnicos e culturais multifacetados e às vezes ocultos ou sutis dentro do país subdesenvolvido. [...]Assim o conceito de 'dependência' vincula a evolução do capitalismo no pós-guerra internacionalmente com a natureza discriminatória dos processos, de desenvolvimento locais como os conhecemos. O acesso aos meios e benefícios do desenvolvimento é seletivo; ao invés de distribuí-los, o processo tende a assegurar uma acumulação auto-reforçadora de privilégios para grupos especiais bem como a continuidade da existência da classe marginalizada. (SUNKEL apud CHILCOTE, 1998, p. 519)[21]

Dentre as formulações da dependência de fundamento não marxista, existe a abordagem desenvolvimentista, estruturalista e de desenvolvimento nacionalista autônomo, onde se destacam os citados Raul Prebisch, Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, sendo que, na

---

[19] As abordagens da dependência Não-marxista e marxista são antiimperialistas.
[20] SANTOS, Theotônio apud CHILCOTE, Ronald, op. cit., pág 318.
[21] SUNKEL, Oswaldo apud CHILCOTE, Ronald, op. cit., 312.

linha marxista, o subimperalismo retratado por Marini e a nova dependência de Theotônio dos Santos são abordagens paradigmas para a compreensão do tema. Num outro polo, situa-se a abordagem do desenvolvimento capitalista dependente de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que parte das teses da CEPAL para um posicionamento crítico deste pensamento, com influência weberiana.

O enfoque não marxista desenvolvimentista, estruturalista e de desenvolvimento nacionalista autônomo tem como base um projeto hegemônico de determinados centros, constituindo-se como principal exemplo o dos Estados Unidos, que se utilizou, ao longo do século XIX e XX, de uma série de estratégias para manter os seus interesses.

Este projeto hegemônico se manifestou de forma institucional, como no caso do surgimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), através de instituições financeiras, como no caso do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, de intervenções militares, ou mesmo na força comercial de tratados bilaterais de livre comércio para pressionar países menores.

Os Estados Unidos, principalmente aproveitando o cenário consolidado após o final da II Grande Guerra Mundial, vem se apresentando como alternativa para viabilizar a implementação do desenvolvimento de outros centros periféricos e atrasados.

Os países da América Latina, enquanto centro fornecedor de matéria-prima, como produtos agrícolas como café, açúcar, banana, entre outros, mudaram a sua estratégia exportadora após diversas crises, em particular devido as consequências da grave crise financeira de 1929, nos Estados Unidos.

Em busca do surgimento de uma burguesia industrial e do fortalecimento de uma atuação mais efetiva do Estado, a CEPAL e o economista Raúl Prebisch redefiniram o que seria uma estratégia para dentro, ou seja, a partir do fortalecimento interno para propiciar uma política de desenvolvimento mais dinâmica.

Essa premissa, embora não tivesse fundamentação marxista, apresentava um conteúdo marcadamente nacionalista, na medida em que defendia um grau mais avançado de autonomia com a intervenção do Estado no planejamento econômico e na modernização de suas atividades, o que levaria a burguesia local a apoiar as estratégias de desenvolvimento e o aumento do investimento, inclusive para a área rural.

De certa forma, havia uma certa preocupação com o controle do capital estrangeiro, através da diminuição de sua influência com a concomitante ampliação da participação do empresariado nacional. Para o Professor Ronald Chilcote,

> A abordagem da ECLA era baseada em duas proposições essenciais. Uma mantinha que as nações em desenvolvimento são estruturadas como sociedades duais, uma avançada e moderna e a outra atrasada e feudal. Sob o estado capitalista e o fortalecimento dos interesses nacionais, uma rede de estradas, energia e outras obras de infraestruturas poderiam ser estabelecidas para assegurar o avanço na direção da industrialização. A outra proposição dividia o mundo num centro industrial e uma periferia. Sob uma competição sem restrições, o centro tende a apropriar-se da maior parte do aumento da renda mundial, em desvantagem da periferia. (CHILCOTE, 1998, 314)[22]

A ECLA tinha posicionamento anti-imperalista na compreensão da consequência de o subdesenvolvimento da América Latina ter como causa o sistema econômico internacional, mas defendia a implementação de um modelo capitalista desenvolvimentista, o que propiciou uma simpatia de lideranças social-democratas à época, como Haya de la Torre no Peru, impedido de tomar posse pelos militares, Rómulo Betancourt, na Venezuela, e Arturo Frondizi, na Argentina. Estas lideranças acreditavam na capacidade de uma burguesia dinâmica emergir de um Estado capitalista, com projetos nacionalistas e visão anti-imperalista.

Sunkel e Furtado aprofundaram a concepção deste modelo. Celso Furtado formulou amplos estudos sobre as enormes desigualdades ocorridas no Brasil, ao longo de décadas, identificando mudanças das atividades econômicas da região Nordeste para o eixo Centro-Sul, que propiciou um maior investimento como centro industrial em São Paulo.

Antes do golpe militar de 1964, Furtado, à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), estava implementando estudos e identificando diversos problemas proporcionados pela concentração industrial e o desequilíbrio regional. Havia uma idéia de tentar impedir ou evitar uma concentração de renda em determinados setores, propiciando uma participação maior e mais equilibrada da população na relação com o mercado, além da ampliação do parque industrial e tecnológico. (FURTADO apud CHILCOTE, 1998).[23]

Sunkel defendia a necessidade de transformação das estruturas existentes, com a participação das massas populacionais e que planejamento e controle na atividade estatal poderiam implicar transformações estruturais com a possibilidade de desenvolvimento.

> Postulamos que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são duas faces do mesmo processo universal [...] e que sua expressão geográfica é traduzida por duas grandes polarizações: por um lado a polarização do mundo entre os países industriais, avançados, desenvolvidos

[22] Ver CHILCOTE,: op. cit, pág 314.
[23] FURTADO apud CHILCOTE, Ronald. Op. cit.

> e metropolitanos e os países subdesenvolvidos, atrasados, pobres, periféricos e dependentes; e, por outro lado, uma polarização no interior dos países em termos de grupos e atividades dependentes, atrasadas, marginalizadas, primitivas e espaciais. (SUNKEL Apud O'BRIEN, 1975, p. 14).[24]

A outra formulação que permitiu a análise da integração regional vincula a ideia da Dependência, conforme análise de Theotônio dos Santos. Nesta perspectiva, a dependência colonial relacionava a metrópole europeia à colônia, através da qual o monopólio comercial e o da terra, das minas e o trabalho humano se complementavam num ambiente centro e periferia. A dependência financeira e industrial consolidada no final do século dezenove com a dominação do capital pelos centros hegemônicos e através do investimento de capital nas colônias periféricas para obter matérias-primas e produtos agrícolas que seriam consumidos nos grandes centros. A chamada nova dependência surgida após a Segunda Guerra Mundial, com a nova configuração dos centros de poder, era exercida pelas empresas multinacionais.

Na teoria formulada por Santos, o desenvolvimento industrial é dependente das exportações, o que gera dinheiro estrangeiro para importar bens de capital. Nestes casos, as exportações estão vinculadas aos setores tradicionais da economia, controlados por uma burguesia que mantém vinculações com o capital internacional. Uma vez que os burgueses remetem seu capital para o exterior, não é surpreendente que o capital estrangeiro controle a comercialização de produtos, ainda que os países dependentes tenham tentado impor políticas de restrição ao intercâmbio, impostos sobre exportação e tenham defendido a nacionalização da produção. O desenvolvimento industrial, no entanto, condiciona-se às flutuações na balança de pagamentos, o que nos países dependentes frequentemente leva a *deficits* ocasionados pelo comércio num mercado internacional altamente monopolizado, à repatriação de lucros estrangeiros e à necessidade de apoiar-se no capital estrangeiro. O desenvolvimento industrial também é condicionado pelo monopólio tecnológico dos centros imperialistas.

A teoria avança na perspectiva de que o relacionamento entre países dominantes e dominados não tende a ser alterada, sem uma profunda mudança interna e nas relações externas. A estrutura de dependência se amplia e leva os países dependentes ao subdesenvolvimento com agravamento dos problemas da população, na medida em que existe

forte influência das multinacionais e dos mercados internacionais de mercadorias e de capitais financeiros, com enfraquecimento da produtividade nos países dependentes.

Em síntese, a necessidade de conservar a estrutura de exportação agrícola ou de

[24] Sunkel, apud O'Brien 1975, p.14.

minérios gera uma combinação entre centros econômicos mais avançados que extraem o valor excedentes dos setores mais atrasados, além dos centros "metropolitanos" internos e centros "coloniais" interdependentes internos, demonstrando o caráter desigual entre o desenvolvimento capitalista no plano externo e no plano interno. Outra consequência é a tendência da estrutura industrial interna estar mais vinculada aos interesses externos das grandes corporações do que a um projeto industrial interno. Finalmente, a concentração tecnológica e econômico-financeira das economias hegemônicas é transferida sem alteração substancial para muitas sociedades e economias diferentes, dando lugar a uma estrutura produtiva altamente desigual, uma alta concentração de renda, a subutilização da capacidade instalada, a exploração intensiva dos mercados existentes concentrados em grandes cidades. (SANTOS, 1970)[25]

Blomström e Hettne (1984) estabelecem as ideias centrais das diferentes correntes da teoria da dependência, da seguinte forma:

* O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;

* O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes de um mesmo processo universal;

* O subdesenvolvimento não pode ser considerado como primeira condição para um processo evolucionista;

* A dependência não é somente um fenômeno externo, mas que se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (seja social, ideológica ou política).

André Gunder Frank, em sua obra " O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento",[26] publicado em 1991, elaborou um quadro das escolas da teoria do desenvolvimento, a partir de citações de cinco autores: Borjn Hettne, Diana Hunt, Cristóbal Kae, Jorge Larrain e David Lehman, em publicações sobre este tema entre 1989 e 1991, distinguindo as teorias da modernização e do estruturalismo e as quatro correntes da teoria da dependência: a reformista, a não marxista, a marxista e a neo-marxista. Os autores em que Gunder Frank se baseia para sua análise coincidem ao incluir Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra como parte da corrente "neo-marxista".

A corrente marxista da teoria da dependência resgata a formação social latino-americana como campo de análise para estudo da relação histórica do desenvolvimento do

[25] Ver SANTOS, 1970: p.234-235.
[26] FRANK, André Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. 1991

capitalismo na região e sua relação com a economia mundial e o capitalismo contemporâneo como modo de produção geral.

Ruy Mauro Marini, na crítica ao marxismo de corte estruturalista por não ter sido capaz de desenvolver uma relação dialética entre o discurso teórico e as descrições empíricas, substituindo o concreto pelo abstrato, defende que a dinâmica dos processos estudados a partir do marxismo estruturalista, rompe a relação entre o concreto e o abstrato, dando lugar a descrições empíricas que correm paralelas ao discurso teórico.

A dificuldade do "marxismo estruturalista" conseguir trabalhar com os conceitos relacionados à economia latino-americana, leva à análise neomarxista da teoria da dependência, que orienta para ponderar as categorias marxistas, sem que isto signifique romper a lógica do raciocínio geral, criando um rigor conceitual e metodológico não dogmático.

Ruy Mauro Marini entende que existe uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde as relações de produção das nações dependentes são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Esta relação tende necessariamente a aprofundar a dependência; portanto, sua liquidação supõe a supressão das relações de produção que ela envolve (MARINI, 1985).[27]

O ponto central da gênesis da dependência na América Latina se originou no momento em que os Estados Nacionais recém-independentes se inseriram na moderna divisão internacional do trabalho, em particular a negociação com a Inglaterra para produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo e de dívidas, para com a metrópole européia.

Na medida em que o volume das exportações superou o das importações, se consolida uma situação de *superavit* comercial na América Latina, passando a dívida externa da região a ser um mecanismo privilegiado de transferência do excedente gerado para a Inglaterra, permitindo o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa.

Para Marini, o grande momento em que ocorre a articulação da América Latina com a economia mundial foi em 1840, a partir da criação da grande indústria, que consolida a divisão internacional do trabalho, não obstante momentos de exploração, a partir do século XVI, principalmente pelo envio de ouro e metais preciosos.

A indústria moderna européia teve o acesso aos bens agrícolas que os países dependentes ofereciam, o que propiciou a subsistência da crescente população urbano-industrial. Este fator aprofundou a divisão internacional do trabalho e a expansão em escala

[27] Ver MARINI, 1985.

mundial da produção industrial européia.

Na análise de Marini, as funções que a América Latina cumpre na economia capitalista mundial transcenderam as necessidades dos países do centro industrial, o que contribui para que os níveis de acumulação na economia industrial se desloque da mais valia absoluta para mais valia relativa, passando a produção a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que da exploração do trabalhador. O desenvolvimento da produção nos países dependentes, articulado com a lógica de acumulação dos países centrais, tende a ocorrer a partir de uma maior exploração do trabalhador, isto é, através do aprofundamento da mais valia absoluta. Este seria o caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina o conjunto das relações de produção do sistema capitalista, em cuja base se localiza a dinâmica do intercâmbio desigual.

Para Marini, a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo capitalista baseado na mais valia relativa, permitindo que as economias industrializadas atendam as necessidades de meios de subsistência da mão de obra assalariada através da oferta mundial de alimentos, que alcança o seu apogeu na segunda metade do século XIX. O efeito dessa oferta, proveniente de centros periféricos como a América Latina, ampliado pela depreciação dos preços dos produtos primários no mercado mundial, será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais. Como consequência, o incremento da produtividade do trabalho gerará quotas de mais valia cada vez mais elevadas, ou seja, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens e salário, a América Latina contribuiu para o aumento da mais valia relativa nos países industrializados.

Marini conclui sua análise enfatizando que não é somente ao nível de sua própria economia que a dependência latino-americana se revela contraditória, mas que a participação da América Latina na dinâmica do modo de produção capitalista nos países industrializados será também contraditória. O capitalismo dependente latino-americano é parte de uma dinâmica mais ampla e organicamente integrada às necessidades do processo de acumulação das economias centrais; a teoria da dependência se apropria da totalidade, a partir da especificidade da América Latina, elaborando elementos teóricos e conceituais para uma compreensão mais profunda, tanto da economia mundial e do capitalismo como processo universal, como da realidade histórica concreta latino-americana.

Fráncisco Lopez Segrera, na análise crítica do paradigma estrutural-funcionalista do marxismo tradicional e do pensamento desenvolvimentista da CEPAL, sustenta que houve uma falha do funcionalismo considerar que se poderia reproduzir na periferia o esquema clássico de desenvolvimento capitalista do centro, tese validada pelo marxismo tradicional. A

falha da CEPAL teria sido a de imaginar que bastaria a substituição de importações, um Estado e um setor publico fortes para se alcançar o desenvolvimento. E a Escola da Dependência, em sua crítica ao denominado capitalismo dependente latino-americano, não foi capaz de oferecer uma reflexão com resultados viáveis sobre como construir um modelo alternativo de sociedade (LÓPEZ SEGRERA, 1998),o que demonstra movimentos teóricos críticos.[28]

O processo de integração regional na América do Sul, apresenta elementos de fundamentação política e econômica; o antagonismo que envolve a relação centro-periferia; e a estratégia brasileira para o seu fortalecimento, como alguns pontos centrais para compreensão do atual estágio da integração regional sul-americana.

1.3 - TEORIA DO SISTEMA MUNDIAL

A necessidade de pensar o mundo a partir de uma perspectiva global está na base da teoria do sistema mundial e na crítica da dominação capitalista.

A noção de sistema-mundo permite a análise dos elementos da acumulação econômica, mas também a noção da existência de movimentos antissistêmicos, desenvolvida no Centro Fernand Braudel, por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. A análise do sistema-mundo inclui a noção dos ciclos de Kondratiev, dos períodos alternados de crises e de crescimento econômico.

O teoria do sistema mundo acaba se centrando nos alicerces da análise teórica da economia mundial, onde já se fazia a crítica à economia clássica, que minimiza o conceito de economia mundial, vinculando as economias nacionais, em detrimento da economia internacional. A economia clássica analisava as economias nacionais, independentes de uma visão mundial, tendo os neoclássicos defendido que as economias nacionais foram a base das relações econômicas internacionais.

Com base na experiência histórica, a teoria do sistema mundo parte do pressuposto de que as economias nacionais não estão isoladas e nascem a partir de uma economia mundial em formação, e transformação, a partir de uma concepção dialética.

Na análise de Fernand Braudel, as unidades econômicas básicas na quais se desenvolveu o capitalismo não foram nacionais nem locais, mas unidades econômicas regionais que incluem várias realidades locais ligadas entre si por um sistema de relações comerciais que formavam uma "economia-mundo". Immanuel Wallerstein avança nesta

[28] Ver SEGRERA, 1998.

análise ao definir esta economia mundial de "economia-mundo" européia, que se converterá em um sistema econômico mundial.

Baseado nos estudos do pensamento marxista, cujo enfoque teórico-metodológico situava o capitalismo como fruto de um processo histórico; a visão de Rosa Luxemburgo, avançava na ideia da visão imperialista do capitalismo e, baseado na estrutura da visão imperialista do capitalismo na crítica aos monopólios e o movimento dos capitais, aliado à ação do Estado, Braudel avança na perspectiva da análise crítica do sistema mundial, em detrimento da análise do sistema estatal interno, como se não houvesse influência.

Este diálogo com a análise marxista marca a obra de Fernand Braudel (1995), enquanto um dos principais teóricos da teoria do sistema mundo, a partir dos anos sessenta do século passado, na obra "Civilização Material – Economia Capitalista", onde se aborda a análise teórica do capitalismo enquanto fenômeno mundial. [29]

Autores como Schumpeter também defendem esta transcedência do fenômeno mundial em detrimento do fenômeno estatal local, incluindo a análise do fenômeno econômico e do social. A análise econômica de Schumpeter inclui os ciclos de Kondratiev e a compreensão das influências do sistema colonial e neocolonial enquanto compreensão de como se forma a dominação capitalista.

Destes conceitos e da análise da economia mundial nasce o conceito de sistema mundial, que busca integrar realidades nacionais, internacionais, transnacionais, multinacionais e globais que formam parte da economia mundial em um sistema onde seus distintos elementos estão integrados e são interdependentes entre si. Sendo assim, a economia mundial que integra este sistema é capaz de se "autorreproduzir" a partir dos Estados nacionais e das economias nacionais, podendo a economia local ter maior grau de integração com economias externas do que a sua própria economia local.

Na análise desenvolvida por Braudel, o conceito de sistema econômico mundial está diretamente relacionado ao fenômeno da expansão do capitalismo mercantil europeu entre os séculos XV e XVIII, que consegue integrar as várias regiões do planeta através de um comércio enquanto atividade mundial, tendo como referências as grandes navegações marítimas.

Para Arrighi, a conformação do sistema mundial tem como pressuposto três ciclos, a saber, o da hegemonia holandesa; o segundo ciclo, que marca a hegemonia britânica: e o terceiro ciclo, que é determinado pela hegemonia dos Estados Unidos. Para este autor, as crises hegemônicas que permitiram passar de um ciclo para outro se caracterizaram por três

[29] BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

processos, a saber: a) a intensificação da competência intraestatal e intraempresarial; b) o aumento dos conflitos sociais; e c) o surgimento de novas configurações de poder.[30]

Com base nestes fundamentos, percebe-se que o processo de acumulação mundial tem como característica a hegemonia de um centro articulador da economia mundial que promove a divisão internacional do trabalho onde os setores mais dinâmicos e influentes da acumulação encontram-se no centro do sistema, enquanto que os setores dependentes de demanda e desprovidos do conhecimento tecnológico submetem os seus mercados e capitais a um tipo de dominação, favorecendo a formação de excedentes econômicos nas economias do centro, que permitirão organizar a economia mundial e a situação de submissão das economias da periferia.

Esta teoria defende que este monopólio tem um papel fundamental nas relações econômicas mundiais, ao mesmo tempo em que os Estados Nacionais têm presença Importante no processo de integração da economia mundial. As empresas multinacionais que se formam depois da Segunda Guerra Mundial se transformam em empresas transnacionais que, nos dias atuais, se transformaram em empresas globais, cumprindo o papel vital desta economia mundial e operando como oligopólios e monopólios, em estreita aliança com os Estados nacionais e coloniais para favorecer sua acumulação de capital.

O quadro interpretativo desenvolvido por Arrighi, considera a configuração do século XX como o último dos quatro séculos longos, estruturados de forma semelhante e com cada um destes séculos constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial. (ARRIGHI, 1996). Esta perspectiva tem como fundamento analítico a estrutura de tempos históricos de Braudel, e privilegia o estudo comparativo destes "longos séculos" sucessivos, buscando uma compreensão da dinâmica da crise e seus desdobramentos. O declínio do modelo estatal está definido por Atílio Boron, que, ao manifestar-se sobre o processo de exclusão social e da pobreza resultantes da grave crise dos anos oitenta, inclusive da falência estatal na América Latina, ressalta que:

> Entre 1980, época em que a *grosso modo*, começaram os programas de estabilização e ajuste na região, e o ano de 1995, o 1% mais pobre da América Latina diminuiu sua renda, que passou de US$ 184,00 anuais para apenas US$ 159,00, uma redução de 14%; em troca, seus antípodas na pirâmide social, o 1% mais rico, passaram a dispor de rendas anuais que subiram de US$ 43,685 para US$ 66,363, um aumento de quase cinquenta por cento. Em consequência dessa evolução tão contrastante, a

[30] Ver: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Bevely. *Caos e governabilidades no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/UFRJ, 2003.

> *ratio* entre os extremos de riqueza e pobreza cresceu astronomicamente, de 237 a 417 vezes. (LONDOÑO e SZEKELY, 1998).[31]

A análise da situação da América Latina e Caribe, com especial enfoque na América do Sul, passa pela construção teórica de conceitos estudados a partir da realidade da região como centro-periferia, de Raúl Prebisch; subperiferia, de Wallerstein; dependência, de Theotônio dos Santos; neoliberalismo latino-americano, de Atílio Boron (1999); caos sistêmico, de Arrighi; desenvolvimentismo, de Celso Furtado; subimperialismo, de Rui Mauro Marini; e integração, baseada na concepção de Bolívar, O'Higgins, San Martín, Tiradentes e outros mártires da independência dos países da América do Sul.

CAPÍTULO 2

O BOLIVARIANISMO E O PANAMERICANISMO NA CONJUNTURA HISTÓRICA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

Inúmeras obras de variados pensadores estudados ao longo de séculos na Ciência Política vêm sistematizando um processo de evolução do pensamento político e a análise do papel do Estado em sua relação com o indivíduo e a sociedade.

Neste processo histórico, o estudo das obras de autores clássicos a modernos, destacando-se Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Max Weber, Karl Marx, Gramsci, dentre outros, nos direciona para as diversas teorias e métodos que evidenciam e situam a atuação do Estado e a essência do sistema democrático, inclusive nas relações entre os governantes e os governados.

O processo de integração entre países constitui-se em obra de dimensão política e diplomática, objeto de estratégias e interesses por parte dos Estados Nacionais, a partir das suas prioridades na ação governamental.

---

[31] LONDOÑO, Juan Luis & SZEKELY, Miguel. Sorpresas distributivas después de una década de reformas. *Pensamiento Iberoamericano*. Madri: Agencia Española de Cooperación Internacional, volumen extraordinario, 1998 in BORON, Atílio. *Quince años después: democracia e injusticia em la historia reciente de América Latina.* CLACSO, 1999.

Este capítulo objetiva a análise da evolução histórica sul-americana desde o século XIX, por ocasião dos processos de independência dos países sul-americanos, até as primeiras articulações que propiciaram a formação do Mercosul e da Unasul, tendo como referências as distintas concepções do significado do movimento bolivarianista e do movimento panamericanista para a intervenção dos países na América Latina e Caribe.

Para melhor delimitação dos marcos temporais, o Capítulo foi dividido na abordagem do século XIX, com os movimentos que caracterizaram posições antagônicas e suas influências; a primeira metade do século XX, especificamente entre 1901 e 1945, delimitando o período até o término da II Grande Guerra Mundial, e, finalmente, o início e término da concepção do mundo bipolar, que define o período da segunda metade do século XX, mais especificamente de 1946 a 1990, portanto, o período anterior à formação do Mercosul, objeto da análise do capitulo seguinte.[32]

2.1- O SÉCULO XIX

A proposta de construção de uma integração latino-americana, de uma maneira geral, e sul-americana, de forma específica, é longa e complexa. Esta história sempre contou com a oposição dos Estados Unidos à unidade da América Latina, já que seria considerado um rompimento da unidade maior do continente americano. Nenhuma análise política sobre integração regional pode ser elaborada, principalmente quando se estuda a América do Sul ou mesmo a América Latina e o Caribe, sem o entendimento do papel e dos interesses dos Estados Unidos da América na região, enquanto Estado nacional em claro processo expansionista.

Optou-se por estabelecer dois paralelos da evolução histórica deste processo. O primeiro seria através dos fatores que, nos planos interno e externo, influenciaram os movimentos de integração regional, e o segundo por meio da análise das instituições que foram sendo criadas no contexto da integração, anteriormente e posteriormente a II Grande Guerra Mundial, como forma de ressaltar o plano institucional.

Os interesses antagônicos que diferenciavam os processos de integração já se manifestava no século XVIII com as inúmeras rebeliões e protestos de indígenas e escravos negros, tendo como principal destaque a rebelião liderada por Tupac Amaru entre 1780 e 1783, na região do Peru e Alto Peru, atual Bolívia, região de exploração dos espanhóis.

---

[32] Na análise do processo de integração, optou-se por dividir o século XX num primeiro período até o final da II Grande Guerra Mundial (1901-1945) e num segundo momento até a formação do Mercosul (1946-1990).

No início do século XIX, ao mesmo tempo que os países da América Latina se libertavam do colonizador em sequência, tendo como objetivo principal de Simón Bolívar a idéia de unidade destes povos, estava sendo formulada nos Estados Unidos, a Doutrina Monroe, em 1823, que se constituía numa estratégia onde se planejava um papel dominante dos Estados Unidos no cenário continental.

Inúmeros autores procuraram demonstrar que os ideais em defesa de uma América unida datam já do século XVIII, sendo citado como um dos pioneiros o Padre Alexandre de Gusmão, brasileiro que servia na corte de D. João I de Portugal e um dos responsáveis pelo Tratado de Madri (1750), que tratava da paz perpétua entre a Coroa espanhola e a portuguesa.

> Nada tem a ver um tratado dessa espécie com a doutrina muito mais tarde nascida, e que procurava firmar um princípio de não intervenção estrangeira, de cooperação, de paz e harmonia entre Estados já constituídos. (SOUZA GOMES, 1966, p. 253). [33]

Outro nome de destaque é o do peruano Pablo Olavide, que, com base nos princípios do Iluminismo e da Revolução Francesa, organizou em Madri a Junta das Cidades e Províncias da América Meridional. Esta entidade era uma sociedade secreta que pretendia estimular a independência da América, criada em 1795. Mesmo considerando como um objetivo a ser realizado em conjunto pelas sociedades americanas, Olavide tinha uma visão limitada de união pan-americana na medida em que se situava a integração somente dos países da América do Sul.

No século XIX, no curso do processo de emancipação da América Espanhola, outras manifestações em defesa da América foram formuladas com base em projetos oriundos de integrantes da elite hispano-americana. Dentre estes, destacam-se Juan Martínez de Rosas, integrante da Primeira Junta Governativa e autor da Declaração dos Direitos do Povo Chileno, tendo sido defensor do princípio da solidariedade entre o Chile e demais sociedades hispano-americanas e da necessidade de união de todos os povos americanos em uma confederação com objetivo de garantir a independência contra os planos expansionistas europeus, além de evitar conflitos no âmbito interno.

Esses princípios foram sustentados, de igual forma, por Bernardo O'Higgins, que assumiu a liderança da luta pela independência do Chile. José de San Martin e o Coronel Bernardo Monteagudo, argentinos que participaram das guerras de libertação do seu país, do Chile e do Peru, apresentaram a idéia de realizar um congresso pan-americano para articular

---

[33] Souza Gomes, 1966, pág. 253

movimentos de defesa com o objetivo de resistir a eventuais ameaças de contra-ataque da Espanha contra suas ex-colônias, que se libertavam do jugo do colonizador europeu.

Ao pressentir o sentimento de solidariedade entre os povos em processo de independência, Francisco Miranda, um dos grandes precursores do movimento de libertação, previu a solidariedade continental, quando apresentou, ao Gabinete inglês, em 1790, o plano para libertar a América da tutela espanhola. Miranda defendia uma América única, geográfica e administrativa, um grande estado do Mississipi ao Cabo Horn, tendo nascido em Caracas e filho de família aristocrática basca. Vários descendentes criollos defendiam a ideia de independência.

Miranda retornou à Capitania-Geral da Venezuela para comandar a revolução libertadora, mas foi derrotado e preso, sendo sucedido no comando do movimento emancipador por Simón Bolívar, outro legítimo representante da aristocracia *criolla*.

A ideia de unidade continuou ganhando força com os pronunciamentos de lideranças que objetivavam estabelecer a união entre as sociedades que vieram a ganhar liberdade durante a luta pela independência das colônias europeias no Novo Mundo. Havia uma necessidade de defesa contra a ameaça que representava a volta do colonizador europeu, em especial o espanhol, assim como o estabelecimento de raízes históricas e geográficas comuns que forjaram o ideal pan-americano, o qual deveria ser entendido como um movimento de solidariedade continental a fim de manter a paz nas Américas, preservar a independência dos Estados Nacionais americanos e estimular seu inter-relacionamento.

No Brasil, destaca-se a luta de Tiradentes à frente da Inconfidência Mineira e a pressão contra o colonizador português que levou ao grito do Ipiranga e à independência do Brasil, enquanto colônia da antiga metrópole européia, Portugal, possibilitando a ascensão ao trono do Imperador D. Pedro I.

Entretanto, o século XIX de luta pela independência ficou marcado pelo início da concepção em polos opostos de duas doutrinas no campo político e da diplomacia no continente: as concepções de Bolívar e de Monroe.

A influência da Revolução nos Estados Unidos da América e de seus ideais democráticos e republicanos serviu de inspiração para vários movimentos de libertação nos países latino-americanos. Este país inicialmente se apresentava como a grande referência na luta contra o colonizador, por ter sido capaz de liderar a primeira grande revolução anticolonial em fins do século XVIII, mas acabou se convertendo num polo, depois potência, imperalista nas Américas, com grande influência na região, na medida em que ocupou parte

significativa do território mexicano, ocupou vários países, principalmente na América Central e Caribe e influenciou diversas decisões de Estado na convergência com os seus interesses.

Havia uma situação paradoxal porque os Estados Unidos se apresentavam a favor da luta anticolonial contra Espanha e Portugal, no início do século XIX , sendo que, no final do século XIX e início do século XX, sua luta se amplia contra as posições da Inglaterra, já num contexto de luta pelo predomínio da dominação política.

Por força do passado colonial, países latino-americanos contraíram dívidas e uma condição de dependência econômica em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos. Essa influência econômica estava sustentada numa liderança militar que proporcionou a anexação de territórios, não somente como o do caso do México, mas também através de invasões em países da América Latina, na anexação de Porto Rico e no controle do Canal do Panamá.

Afinal, o que significava a Doutrina em que se baseavam Bolívar e Monroe para a unidade das Américas? Em que pressupostos ela ocorria?

O Bolivarianismo representava a visão de irmandade concebida pelo libertador Simon Bolívar (1783-1830), venezuelano que esteve na liderança na luta pela independência da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador. Esta visão foi concebida, num primeiro momento, muito mais como necessidade de uma estratégia militar para a defesa contra o colonizador espanhol, do que como princípio para uma atuação conjunta de cooperação entre estes países. Bolívar concebia uma América hispânica (e portuguesa, por extensão) independente dos interesses dos Estados Unidos, cujas concepções distintas os afastavam de forma profunda.

Em vários escritos (cartas e proclamações), Bolívar defendia a necessidade dessa união face à possível contraofensiva da Espanha, apoiada pela Santa Aliança. A idéia da união das sociedades americanas, Bolívar a apresentara antes mesmo da Carta da Jamaica. A percepção prática foi perceptível em um artigo que Bolívar escreveu para o "*Morning Chronicle*", de Londres, em 05 de setembro de 1810, dizendo que se, os venezuelanos fossem obrigados a declarar guerra à Espanha, convidariam todos os povos da América a eles se unirem em uma confederação. O plano surgiu novamente no Manifesto de Cartagena, escrito por Bolívar em 1812, e em 1814, quando, já libertador da Venezuela, enviou a circular que condicionou a liberdade dos novos Estados ao que ele chamou de "união de toda a América do Sul em um único corpo político (...)". E, em 1818, respondendo à mensagem de saudação enviada a Angostura pelo ditador argentino Pueyrredón, declarava que, "(...) tão logo a guerra de independência estivesse terminada, procuraria formar um pacto americano, e esperava que as Províncias do Rio da Prata se unissem a ele." (BOLÍVAR, 1985, p.13).

Na realidade, Bolívar criou a Grã-Colômbia (1819), de duração efêmera, pois, em 1830, ano da morte do Libertador, terminou-se a Grã-Colômbia, fragmentada em três Estados, Venezuela, Equador e Colômbia, à qual se integrava o Panamá. Seus esforços no sentido de unir o Peru e a Bolívia foram infrutíferos diante da resistência oposta pelo forte regionalismo daquelas sociedades sul-americanas.

Entretanto, Bolívar ainda acreditava na luta pela fraternidade entre povos irmãos e, em dezembro de 1824, enviou nota circular aos governos americanos, convidando-os a se reunir com o objetivo de organizar uma confederação. A batalha de Ayacucho, no Perú, em 09 de dezembro de 1824 pôs fim ao domínio espanhol na América, com exceção das Grandes Antilhas.

Bolívar já projetava a idéia de um futuro político das repúblicas independentes, nos termos seguintes, em alusão aos espanhóis e sua presença militar e políticas nas colônias:

> Eu estou sentindo que enquanto não centralizemos nossos governos americanos, os inimigos obterão as mais completas vantagens; seremos de forma indefectível envolvidos nos horrores das dissensões civis e conquistados de forma vilipendiosa por esse punhado de bandidos que infestam nossas comarcas. (1985, p.16) [34]

Quase dois anos depois, reuniu-se o Congresso do Panamá, com sessões entre 22 de junho e 15 de julho de 1826, da qual participariam as recém-emancipadas nações da América Latina. Nesta data, aprovou-se a continuidade das discussões em Tacubaya, no México, mas a decisão não foi cumprida.

O Congresso do Panamá aprovou a assinatura do Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua entre os Estados Hispano-americanos presentes, com os seguintes princípios: a cota que caberia a cada país para a organização de uma força militar de 60.000 homens para a defesa comum do hemisfério; a adoção do princípio do arbitramento na solução dos desacordos interamericanos; o compromisso de preservar a paz continental; a concessão de cidadania comum aos habitantes das nações participantes e a abolição da escravidão.

Ao Congresso compareceram apenas os representantes da Grã-Colômbia, Peru, México e Províncias Unidas de Centro-América, sendo que os Estados Unidos enviaram observadores. Contou ainda com representantes de Grã-Bretanha e Holanda, fora do continente, com a ausência de representação da Argentina, Bolívia, Brasil e Chile.

---

[34] Bolívar acreditava que sem a unidade destes Estados Nacionias, o inimigo colocnizador teria todas as chances de retornar e reconquistar o território.

O Congresso do Panamá foi apontado como manifestação concreta de solidariedade continental, sendo, contudo, considerado um fracasso decorrente dos seguintes fatores: a resistência dos Estados Unidos, que pretendiam expandir-se pelas Antilhas e temiam a difusão

de movimentos abolicionistas; a oposição do Brasil, cuja Monarquia era contrária a regimes republicanos e temia a propagação de idéias antiescravistas, tendo D. Pedro I chegado a enviar a Missão Santo Amaro à Europa com a incumbência de negociar com Metternich, Primeiro-Ministro da Áustria e dirigente da Santa Aliança, o uso de forças militares brasileiras para substituir os governos republicanos americanos por monarquias confiadas a príncipes europeus; as manobras da Inglaterra, não somente porque George Canning, Ministro das Relações Exteriores, não tinha interesse na organização de uma América fortalecida e coesa,

como também porque temia a formação de um sistema americano sob a direção dos Estados Unidos, o que poderia criar problemas à expansão econômica inglesa. As decisões tomadas naquele conclave não foram posteriormente ratificadas.

Em 1830, ano da dissolução da Grã-Colombia, Simón Bolívar morre de tuberculose e desgostoso com a fragmentação do projeto de solidariedade entre os povos da América Latina, que foi combatido pelas elites locais, pela falta de interesse dos Estados Unidos na unidade destes países e pelos colonizadores europeus.

Os ideais do bolivarianismo, entretanto, continuavam em expansão com novos congressos sendo realizados sob a perspectiva da solidariedade continental.

A Conferência de Lima teve a participação de representantes da Bolívia, Chile, Peru, Equador e Colômbia, em 1847. Os pontos de pauta para discussão foram os princípios do direito americano, com ênfase em pontos como intervenção, agressão, as hipóteses de reparações e os limites jurídicos de questões importantes, tais como normas sobre comércio, navegação fluvial, serviços postais e consular e extradição.

Na Conferência de Santiago, em 1856, o Peru, o Chile e o Equador firmaram o compromisso de estabelecer a união da "grande família americana". Naquele ano, o Chile e a Argentina concluíram acordo comercial estabelecendo o fim das barreiras alfandegárias entre os dois países. A chamada "cordilheira livre" funcionou até 1868, quando foi suprimida, uma vez que o Chile preferiu estender aos produtos importados de outras nações os privilégios concedidos apenas aos produtos argentinos e chilenos.

Por iniciativa peruana, reuniu-se a Segunda Conferência de Lima, em 1864, com o objetivo de estabelecer uma confederação de caráter defensivo. Países como Peru, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Argentina e Venezuela concordaram em organizar

uma confederação, porque se sentiam ameaçados com as frequentes intervenções estrangeiras que ocorriam pelo continente e se constituíam em grande perigo para a segurança dos Estados Latino-americanos e Caribenhos.

Esta preocupação tinha precedentes como a invasão, em 1855, do aventureiro estadunidense William Walker, no território da Nicarágua. Em 1861, a Espanha ocupou Santo Domingo, na República Dominicana, e estabeleceu um protetorado até 1865. No ano de 1861 e 1862, Espanha, França e Inglaterra desembarcaram tropas na República Mexicana, onde Napoleão III instaurou a Monarquia de Maximiliano de Habsburgo (1863-1867). Em 1864, uma esquadra espanhola ocupara as ilhas peruanas de Chinchas, em incidente que acabou levando ao confronto do Peru e Chile contra a antiga metrópole, já em 1866.

Por sua vez, o império brasileiro evitou a reunião de Lima para não ver discutida a sua política no Prata, com críticas na própria Câmara dos Deputados brasileira pela ausência da representação brasileira naquela reunião. Os tratados assinados tinham pouca efetividade porque o sentimento de regionalismo não suplantava o sentimento de nacionalismo, já em expansão no Brasil, o que dificultava a aproximação com os países da América do Sul.

Outros congressos de movimentos bolivarianistas ocorreram, sendo significativos os que reuniram juristas sul-americanos, como os de Lima (1874), Caracas (1883) e Montevidéu (em 1888). Neste último, chegou-se a se discutir um Código Interamericano, incluindo questões comuns do Direito Internacional Público e Privado.

Deste modo, e apesar das inúmeras tentativas de resultados incompletos, o Bolivarianismo foi lançando bases de uma solidariedade continental assentada numa posição de igualdade entre os Estados-membros e da necessidade de unidade contra o inimigo colonizador.

A luta anticolonialista e anti-imperialista se colocou como ponto central contra o colonizador, incentivando um nacionalismo que se produz durante o processo de resistência anti-colonial e na afirmação de um conteúdo regional muito forte, expresso no pensamento de intelectuais como José Martí ou José Maria de Hostos em que vai se intensificando na região, tendo pontos importantes que foram se incorporando à luta, como a defesa das liberdades, a luta antiescravista, a irmandade entre estes povos, dentre outras temáticas relevantes.

No polo oposto, o ponto central que fundamentava a Doutrina Monroe era baseada no princípio de “Uma América para os americanos”, constituindo-se em alternativa política objetiva à colonização espanhola e portuguesa.

A primeira manifestação nesta perspectiva foi a Mensagem Presidencial de James Monroe, enviada ao Congresso dos Estados Unidos em 1823, onde Monroe negava aos

europeus o direito de intervenção no continente americano, seja para criar áreas de colonização, seja para suprimir a independência recém-conquistada pela maioria dos Estados americanos.

A análise deste documento evidencia que os Estados Unidos tinham posição contrária à Europa da Santa Aliança, devido aos seguintes fatores, principalmente:

1) a preocupação estadunidense com a sua própria segurança, uma vez que a política da Santa Aliança, marcada por intervenções armadas, visava a preservar as instituições monárquicas e combater os regimes republicanos. No ano de 1823, ocorrera a intervenção francesa (determinada no Congresso de Verona, de 1822) na Espanha, onde foram restaurados os poderes monárquicos de Fernando VII, a qual poderia estimular intervenções nas Repúblicas da América;

2) aos projetos territoriais expansionistas dos Estados Unidos que objetivavam avançar suas fronteiras até o litoral do Pacífico. Esses objetivos contrariavam interesses ingleses no noroeste da América, pois estadunidenses e britânicos disputavam o domínio do Oregon. Por isso, John Quincy Adams, Secretário de Estado, havia aconselhado o Presidente Monroe a rejeitar as propostas de George Canning, Ministro inglês, no sentido de Estados Unidos e Inglaterra formularem uma nota conjunta opondo-se à política de intervenção da Santa Aliança. Além do mais, o governo estadunidense temia o avanço da Rússia, já que, em documento de setembro de 1821, o Czar Alexandre I afirmara direitos russos sobre terras e águas do noroeste da América Setentrional, desde o Alasca até a Califórnia. Desta forma, havia uma grande preocupação estadunidense de frear o expansionismo europeu junto aos territórios do Novo Mundo;

3) ao interesse estadunidense em assegurar a atividade de comércio com países independentes. A inter-relação entre política e economia se manifestava na medida em que os Estados Unidos foram um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com os novos Estados surgidos das lutas de independência junto ao colonizador europeu, assegurando preferências no fluxo comercial.

A mensagem de Monroe, enquanto manifestação que fundamentou o ideal pan-americanista, representou a expansão de uma política nacional cuja aplicação cabia unicamente ao governo dos Estados Unidos. Além disto, a atitude e as palavras de Monroe não asseguravam qualquer garantia que livrasse os demais povos das Américas das agressões ou intervenções dos Estados Unidos. Isto foi comprovado quando, de 1824 a 1826, a diplomacia estadunidense expressou suas ambições em relação a Cuba, já que havia

preocupação de que as Antilhas espanholas pudessem se tornar independentes pela ação da Colômbia e do México, cujos governos pretendiam realizar uma expedição para fins emancipadores. Na verdade, o medo da anexação de Cuba pelo México ou por alguma das Repúblicas emancipadoras era tão grande quanto o de uma independência precária, com possibilidade de reocupação européia futura.

O Pan-americanismo baseado na Doutrina Monroe tinha como fundamento atender aos interesses expansionistas estadunidenses. Não houve solidariedade continental quando dirigentes estadunidenses se opuseram ao projeto de união americana no Congresso do Panamá, tampouco quando o Tratado Guadalupe-Hidalgo, em 1848, lhes assegurou a Califórnia, Novo México, Arizona, Utah, Nevada e Texas, que foram tomados ao México após campanha militar. Não houve qualquer manifestação de solidariedade continental quando o Tratado Clayton-Bulwer, assinado em 1850 com a Inglaterra, fixou as respectivas áreas de influência das duas sociedades, e os Estados Unidos assumiram o compromisso de não empreender, sem os ingleses, a construção de um Canal na América Central, deixando claras suas preocupações de ordem econômica.

Em fins do século XIX, quando o capitalismo e a industrialização já avançavam nos Estados Unidos, houve nova manifestação do pan-americanismo monroísta por iniciativa de James Blaine, Secretário de Estado daquele país. Reuniram-se, em Washington, 18 países americanos, entre outubro de 1889 e abril de 1890, na denominada Primeira Conferência Internacional Americana, também conhecida como I Conferência Internacional das Nações Americanas, tendo como objetivo o de discutir e recomendar, para os respectivos governos, a adoção de um plano de arbitragem para a solução de controvérsias e disputas que pudessem surgir entre eles, para considerar questões relativas ao melhoramento do intercâmbio comercial e dos meios de comunicação direta, entre esses países, e incentivar relações comerciais recíprocas que fossem benéficas para todos e assegurassem mercados mais amplos para os produtos de cada um desses países (OEA, 2010).

Este encontro foi a primeira grande reunião continental, contando com a presença de todos os países da região, exceto a representação de Santo Domingo. Nessa ocasião, os Estados Unidos já apresentavam propostas de negociação de acordos de livre-comércio nas Américas e a adoção, por todos os demais países, do padrão dólar como unidade monetária da região.

As decisões de maior importância naquele conclave foram a de condenar a guerra e afirmar a nulidade de cessões territoriais decorrentes de operações de conquista ou sob ameaça de guerra; aprovar o recurso ao arbitramento para solução de eventuais divergências

interamericanas; recomendar a construção de uma ferrovia intercontinental para melhor relacionamento entre os povos americanos; aprovar a criação de um órgão coordenador das relações comerciais, com o objetivo de incentivar relações comerciais recíprocas que fossem benéficas para todos os países e assegurassem mercados mais amplos para os produtos de cada um desses países.

O organismo criado foi a União Pan-Americana, iniciada sob a denominação de Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, com sede em Washington e mantida pelos recursos proporcionados pelos Estados-Membros. Na citada conferência, os estadunidenses tinham interesse em aprovar uma união aduaneira continental. Era o Destino Manifesto em sua segunda etapa econômica – a primeira fora a expansão territorial através da anexação de metade do espaço territorial do México, objetivando ampliar a expansão econômica dos Estados Unidos, já altamente industrializados, na América Latina, agrária e tradicional consumidora de produtos industriais europeus. O projeto de união aduaneira apresentado naquele conclave fracassou devido sobretudo à resistência do delegado da Argentina, Roque Sáenz-Peña. Essa Assembléia seria o início de uma série de outras que, no futuro, alteraria o conceito de solidariedade continental, chegando à criação de uma instituição, com poderes amplos, que incluem a intervenção nos Estados-membros, a ajuda ou cooperação técnica, a manutenção da ordem continental e o incentivo ao desenvolvimento. Encerrada a Assembléia, experimentou-se a primeira prova de seu êxito: o caso de Cuba. Na verdade, a preocupação maior não era com a União entre países com base em premissas, mas de como estabelecer o predomínio dos interesses dos Estados Unidos junto aos demais países da América Latina.

Entre 7 de janeiro e 08 de abril de 1890, ocorreu a Primeira Conferência Monetária Internacional Americana, com o objetivo de criar uma moeda única de circulação continental.[35]

As duas reuniões acima citadas foram convocadas e fizeram parte do esforço estadunidense para fortalecimento da sua hegemonia, aproveitando o enfraquecimento das potências colonizadoras e, concomitantemente organizando uma agenda para defesa dos seus interesses, já se apresentando como novo centro hegemônico .

Para se ter uma dimensão da estratégia estadunidense, após sucessivos encontros e reuniões entre países americanos, na Nona Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, Colômbia, no ano de 1948, veio a ser aprovada pelos vinte e um Estados

[35] Primeira Conferência de várias que aconteceriam, já ao longo do século XX, para consolidar a influência Panamericanista. Diante do lema defendido pelos Estados Unidos "A América para os americanos", o representante de Artentina Roque Saenz Peña tena expressado: "A América para a humanidade".

participantes a Carta da Organização dos Estados Americanos, que possibilitou o consequente surgimento da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em síntese, a análise da integração na América Latina e Caribe tem elemento central nos interesses antagônicos de uma elite minoritária que se pautava em seus interesses próprios, em detrimento das demandas da população local. A constituição de uma unidade entre os povos foi dificultada pelo grau de submissão e dos interesses das oligarquias destes países ao polo colonizador, pelo período de transição do processo oligárquico e pela luta pela independência destes países.

O ponto central do antagonismo que caracterizou o século XIX é, ao mesmo tempo, a viabilização de um processo de luta pela independência de vários países, para se libertarem, principalmente, do colonizador espanhol e português, no caso do Brasil, e a formulação nos Estados Unidos da Doutrina Monroe, em 1823, em que se planejou um papel dominante daquele pais no continente junto aos novos Estados, já praticando uma política expansionista, principalmente na primeira metade daquele século, onde ocupou territórios mexicanos, notadamente a anexação da Flórida em 1819, do Texas em 1835, do Oregon em 1846, do Novo México e Califórnia em 1848.

A idéia do movimento panamericanista, creditada aos anos oitenta do século dezenove, tem como base principiológica uma doutrina de ação política promovida pelo e*stablishment* estadunidense para influenciar e impor os seus interesses, principalmente econômico-comerciais aos demais países da América Latina, numa concepção hegemônica, permanente e dominadora.

O professor cubano José Bell Lara menciona que:

> *Fue José Marti quien más claro vio esto y en su denuncia del emergente neocolonialismo estadounidense enriqueció el ideal bolivariano al avizorar que la identidad y unidad de América Latina no es por un parentesco cultural o lingüístico sino que es una necessidad que surge de um pasado y un presente común de luchas contra el colonialismo europeu y el expansionismo estadounidense junto a las mismas aspiraciones, intereses, problemas y destinos históricos*. (LARA, 2008, p.27) [36]

Com base no quadro que caracterizou o século XIX, em particular a partir dos processos de independência das nações latino-americanas, verifica-se uma estratégia não somente política e econômica, mas, sobretudo, militar na execução da Doutrina Monroe, como no caso da intervenção em Santo Domingo, em 1861, no México, em 1867, na

[36] LARA, José Bell. *La Integración Latinoamericana: Un camino inconcluso* – Colección Integratemas Bogotá, Colombia: Ediciones Ántropos, 2008.p. 27

Venezuela, em 1887, e no Brasil, em 1893, além da Guerra contra a Espanha, na qual se conquistou Cuba e Porto Rico, em 1898.

Aliado à opção das classes hegemônicas e dirigentes para um alinhamento maior e automático aos interesses estadunidenses, em detrimento de processos de integração com países próximos e com uma identidade cultural e histórica maior, os Estados Unidos optavam em assegurar o controle e a preferência do intercâmbio comercial, na medida em que tinham a iniciativa de propor Acordos e tratados bilaterais ou no âmbito regional, de forma a dificultar a estratégia integracionista e a facilitar o processo de submissão aos seus interesses.

De uma forma ou de outra, os processos de integração regional acabaram sendo articulados com o acompanhamento, influência ou pressão dos interesses estadunidenses.

Sob a perspectiva histórica da dominação e da dependência, a posição da América Latina na relação Sistema Mundo se baseava em um aumento crescente da influência estadunidense sobre os demais Estados Nacionais, sendo fundamental para a potência hegemônica manter e ampliar a dominação sobre esta parte do continente americano, sob o ponto de vista da dominação capitalista, caracterizando-se como a primeira grande área de sua influência geopolítica, tendo as elites dirigentes dos países da América Latina exercido um papel significativo para este estágio.

Claro está o antagonismo entre o movimento bolivarianista, pautado numa concepção doutrinária favorável a uma maior aproximação entre os países da América Latina, e o movimento panamericanista, que concebia uma liderança estadunidense com a consequente submissão dos outros países aos seus interesses.

2.2 - O SÉCULO XX (1901 – 1945)

A história latino-americana do século XIX, marcada pela disputa entre a hegemonia inglesa e a estadunidense, culminou com o triunfo do pan-americanismo, nesse início de século XX.

O início do novo século conservou características do século anterior, inclusive no processo de formação das classes trabalhadoras, já marcadas pelos fluxos migratórios europeus, principalmente italiano e espanhol, que vieram a se constituir em movimentos anarquistas e movimentos de operários, em processo de vinculação com as atividades industriais, em maior escala, de tecelagem na área urbana, mas também com atividades na área rural.

Com a pressão das benefícios ocasionados pela Revolução Industrial, a partir da I Grande Guerra e ao longo dos anos vinte, verifica-se que a expansão da atividade fabril e de manufatura favoreceu o surgimento de um proletariado industrial que seria incorporado e reconhecido principalmente a partir da fase de industrialização promovida pelo Estado, no caso do Brasil a partir dos anos trinta.

Na primeira metade do século XX, até o período que compreende o início da Segunda Grande Guerra Mundial em 1939, houve uma continuidade da expansão dos Estados Unidos como país referência para resolver os conflitos na América Latina, através da influência crescente do fator econômico, político e militar, mesmo tendo ocorrido a grave Crise da Bolsa de Nova York de 1929, com reflexos ao longo da década de trinta.

A perspectiva estadunidense teve sua expressão mais clara na "política de boa vizinhança", de Franklin Roosevelt, nos anos da década de 30, o que permitiu abrir ou ampliar o espaço de colaboração profunda dos países da região com os Estados Unidos.

A perspectiva bolivariana ainda se baseava em relações de igualdade, respeito e independência entre as nações, até refletindo um movimento de solidariedade por ocasião dos movimentos de independência contra o colonizador no século anterior, tendo ainda reflexos em conflitos armados.

A Revolução Mexicana de 1910, liderada por Pancho Villa e Emiliano Zapata, conseguiu reunir setores do campesinato e dos centros urbanos na defesa de uma reforma agrária e contra o autoritarismo vigente naquele país, que veio a consagrar, em 1917, a Constituição de Querétaro, a primeira Constituição a proclamar os direitos individuais e os direitos sociais de forma sistematizada em uma Carta Política.

Os movimentos camponeses vieram a ter participação importante, ao longo dos anos vinte e trinta, quando já existia outra forma de dominação, através das empresas estadunidenses que atuavam na atividade industrial, de comércio e rural, em vários países, sem se preocupar com pagamento de direitos trabalhistas., portanto a um custo baixo para a produção.

Exemplo claro e objetivo da dominação podem ser apontados neste período, com a intervenção no Haiti, em 1902, no Panamá, em 1903, na República Dominicana, em 1905, em Cuba, em 1906, e, novamente no Haiti, em 1912 até 1934. Entre 1900 e 1914, o governo estadunidense decidiu assumir plenamente o protetorado militar e financeiro da República Dominicana, do Haiti, da Nicarágua, do Panamá e de Cuba, e afirmou a área do Caribe e da América Central como sua "zona de influência" imediata e incontestável.

Dentre os países que sofreram períodos longos de intervenção, destaca-se a República Dominicana (1916-1924); Nicarágua (1912-1933), não obstante os movimentos de revolta interna, através da liderança de Augusto César Sandino, assassinado em 1934; e Cuba (1898-1902, 1906-1909, 1912, 1917), o que provocou algumas iniciativas no continente objetivando equilibrar as relações entre países.

A mais significativa destas iniciativas entre os países do continente, possivelmente, tenha sido a VII Conferência Interamericana realizada em Montevidéu no ano de 1933, que consolidou o princípio da não intervenção, tendo a adesão formal dos Estados Unidos, através da assinatura do então Secretário de Estado, Cordell Hull.

Foi declarado solenemente naquele evento que "(...) os dias de intervencionismo haviam passado e que Norteamérica se unia aos demais países do hemisfério na aceitação do princípio de não intervenção. A diferença entre países americanos deviam resolver-se por meios pacíficos e procedimentos multilaterais." (VIZENTINI, 2013).

A política de boa vizinhança de Franklin Delano Roosevelt acabou estreitando as relações com os países e governos da região, ampliando e fortalecendo a posição estadunidense, dando novos contornos ao processo desenvolvido pela rivalidade entre os Estados Unidos e a Inglaterra durante o século anterior e início deste século, o que leva à fragmentação ou conflito entre nações, destacando-se a separação de México e Guatemala, do Panamá e Colômbia, a divisão de países andinos, o fortalecimento de pequenas ilhas no Caribe, entre outras medidas.

Com o quadro econômico da I Guerra Mundial (1914-1918), houve uma expansão dos gastos públicos, e mesmo com o surgimento do planejamento estatal, enquanto legado da Revolução Bolchevique, começa a surgir um capitalismo de Estado para expandir os gastos públicos.

Para Emir Sader, "A história política da América Latina é um fértil laboratório para o exercício da teoria gramsciana da hegemonia, seja em suas formas dominantes, seja nas intenções de construção de modelos alternativos", fazendo alusão ao século XX. (2000a, p.577) [37]

Ao longo da primeira e da segunda metade do século XX, a concepção bolivariana se rearticulou e avançou através de governos e lideranças populares, nacionalistas e com visão desenvolvimentista oriundas do período anterior, como Lázaro Cárdenas Del Rio (1934-1940) no México, Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945; 1951-1954) no Brasil, Juan Domingos Perón (1946-1955; 1973-1974) na Argentina, o governo de Battle no Uruguai, os

[37] Ver SADER, 2000.

governos desenvolvimentistas de Kubistchek no Brasil e Frondizi na Argentina, o governo popular de Arévalo na década de quarenta e de Jacobo Arbenz na Guatemala, entre 1951 e 1954, a Revolução boliviana de 1952,o transcurso da Revolução Cubana de 1959, o Governo social de João Goulart de 1961 a 1964, o Governo nacionalista do General Velasco Alvarado no Peru, entre 1968 e 1975, o governo de Salvador Allende e da Unidade Popular no início da década de 70, além de movimentos de contestação e de luta armada, como o da Revolução Sandinista na Nicarágua e a já citada Revolução mexicana de 1910.

No movimento oposto, é ponto convergente que a II Grande Guerra Mundial (1939-1945) se constituiu num momento difícil e crucial durante o século XX, seja pelos seus desdobramentos no campo econômico, no campo político e no campo militar, inclusive com a ascensão estadunidense como a mais importante potência em nível mundial, contando, inclusive, com investimento pesado do setor público e o estímulo ao setor privado para o aquecimento do seu parque industrial, que acabou se recuperando dos efeitos da grave crise de 29, tendo papel relevante o da indústria de armamento militar, que potencializou grande número de empregos, inclusive com a inclusão de mulheres no mercado de trabalho.

Criou-se, no ano de 1944, uma nova estrutura financeira e monetária construída por delegados de 44 Estados Nacionais que definiram, dentre outras medidas, pelo estabelecimento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional, através do Acordo de Bretton Woods, para reconstruir o capitalismo pós-crise de 1929.[38]

Para Vania Bambirra, em seu livro "O Capitalismo Dependente Latino-Americano",

> [...]se procurou separar as zonas onde se chegou a constituir um movimento operário significativo, nos países onde houve uma industrialização importante, daqueles onde não houve esta industrialização. A partir do pós-guerra, segundo Bambirra, a situação condicionante foi o processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico, principalmente aos Estados Unidos. Este processo de integração hegemônica se estende na América Latina partindo das estruturas econômicas: 1. Estruturas diversificadas, nas quais, ainda predomina, setor primário exportador, mas onde já existe um processo de industrialização em expansão e 2. Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário estava composto quase que exclusivamente por estruturas artesanais. Neste segundo caso, o processo de industrialização será conseqüência da integração monopólica mundial. (BAMBIRRA, 1990, p.23) [39]

[38] Para garantir a estabilidade da moeda nas Nações, definiu-se que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda "congelada" ao padrão dólar, com margem de manobra de cerca de 1%., aliado a criação de órgãos multilaterais para garantir o sistema e assegurar a liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

[39] BAMBIRRA, Vania. "O Capitalismo Dependente Latino-Americano", 1990, p.23

Segue abaixo uma relação de entidades que foram sendo criadas ao longo do século XX com diferentes objetivos, mas com o mesmo interesse que fundamentou o processo de integração pan-americanista.

INSTITUIÇÕES CRIADAS SOB O FUNDAMENTO PAN-AMERICANISTA ANTES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Organização Pan-Americana da Saúde (1902), que depois se converteu no Escritório Regional da futura Organização Mundial de Saúde;
Comissão Jurídica Interamericana (1906);
Instituto Interamericano da Infância (1927);
Comissão Interamericana de Mulheres (1928);
Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1928);
Instituto Indigenista Interamericano (1940);
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (1942);
Junta Interamericana de Defesa (1942);

INSTITUIÇÕES CRIADAS SOB O FUNDAMENTO PAN-AMERICANISTA APÓS A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Banco Interamericano de Desenvolvimento;
Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
Corte Interamericana de Direitos Humanos;
Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas;
Comissão Interamericana de Telecomunicações;
Comissão Interamericana de Portos;
Centro de Estudos da Justiça das Américas.

Com uma rede de instituições regionais articuladas, facilita-se a ideia do estabelecimento de uma cooperação entre Estados Nacionais com base numa variada agenda de temas de interesse comum.

O avanço do processo de integração na primeira metade do século XX aprofundou os interesses opostos e divergentes entre a construção de um projeto solidário e uma lógica de dominação determinada pelas necessidades estadunidenses, que já se materializavam na transição do processo oligárquico para o de independência dos países da América Latina.

2.3- O SÉCULO XX (1946 – 1990)

2.3.1 - A AÇÃO DA CEPAL E O SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

O período posterior à II Grande Guerra Mundial, que ficou marcado pela aliança na qual os Estados Unidos e a União Soviética se unem contra o nazismo e o fascismo, mostrou uma nova realidade a partir do fim desta aliança em 1947, colocando os dois países em polos antagônicos.

Este período, denominado de Guerra Fria, duraria pouco mais de quatro décadas e teria marcantes consequências na América Latina, principalmente pela ação dos Estados Unidos, já o grande centro hegemônico, contra movimentos anti-imperalistas e latino-americanistas, avançando para consolidar os fundamentos panamericanistas, sempre beneficiado por setores oligárquicos e da burguesia tradicional nesses países.

Na esfera internacional, havia vários movimentos anticolonialistas que já se situavam sob as influências geopolíticas delimitadas pela divisão do mundo bipolar entre a liderança dos Estados Unidos e dos países inseridos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), baseados na defesa do livre-mercado e na diminuição do papel do Estado, em contraposição à liderança comunista representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os países aliados e vinculados ao Pacto de Varsóvia, na defesa do Estado como detentor dos meios de produção e da economia planificada.

O surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, com uma configuração mais ampla que a Liga das Nações, foi um movimento político de diversos países favoráveis a uma entidade que pudesse conciliar os interesses dos países na priorização da solução pacífica dos conflitos, a partir de um foro para debate e deliberações já incorporando a participação de novos Estados, não mais colônias, como China Continetal, Índia, Indochina, Argélia, dentre outros que foram se libertando no avanço das décadas seguintes, além da queda da dominação europeia na África.

Destaca-se que, não obstante a expansão do modelo estatal através do socialismo pela União Soviética, países da Ásia, Cuba, dentre outros países em continentes distintos, havia uma expansão do capitalismo de Estado, seja pela necessidade de planejamento da atividade econômica, seja pela necessidade de expansão do complexo militar e industrial, seja pelas políticas comandadas pelo Estado do Bem-Estar social, ou mesmo pelos investimentos em infraestrutura, o que implicava aporte de recursos por parte do Estado.

Dentre os movimentos populares que caracterizam o modelo de integração bolivariana, no período posterior à II Grande Guerra Mundial, mais especificamente entre o ano de 1947 e

o de 1949, destaca-se a formação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), enquanto movimento de base para o pensamento crítico e de aproximação dos povos da América Latina, ou seja, contemplando um movimento de integração mais ampliado no citado espaço geopolítico. O pensamento cepalino se desenvolveu com base em modelos alternativos para desenvolvimento e a modernização com forte questionamento na sua concepção estrutural deficiente, além de significativas influências que foram sendo incorporadas, como a da Conferência de Bandung, em 1955, que iniciou o Movimento dos Países Não-Alinhados, que chegou a reunir, nos anos setenta e oitenta, bancada significativa junto aos debates na Organização das Nações Unidas e buscava criar um espaço político independente da confrontação dos blocos hegemônicos da Guerra Fria, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

Esta Conferência, celebrada em abril de 1955, teve importância significativa para a afirmação dos países do terceiro mundo e o movimento dos Países Não Alinhados, tendo a participação de 23 países asiáticos e 05 países africanos, manifestando posições na luta anti-imperialista e anticolonialista, além da defesa da autodeterminação dos povos e respeito aos princípios da solidariedade e cooperação econômica e cultural para o desenvolvimento desses países, bem como apresentava como foco principal as lutas nacionais pela independência e erradicação da pobreza e o desenvolvimento econômico, valorizando organizações regionais de cooperação entre os países do terceiro mundo.

Dentre os movimentos que caracterizavam a integração panamericanista, destaca-se a criação, em 1948, em Bogotá, da Organização dos Estados Americanos (OEA), enquanto organismo regional que continha 34 Estados do continente americano e constituída sob os auspícios e controle dos Estados Unidos para aperfeiçoar a então existente União Panamericana, tendo sede em Washington, além do Tratado de Cooperação Militar, de 1949, que estabeleceu um quadro de integração entre as Forças Armadas do continente.

Aquela Organização sempre foi utilizado como sustentáculo das políticas e dos interesses estadunidense para a América Latina, tendo dado cobertura diplomática à invasão da CIA na Guatemala contra o governo de Jacobo Arbenz, em 1954, à expulsão de Cuba, em 1962, ano em que ela proclama sua adesão ao sistema socialista, intervenção na República Dominicana, em 1965, dando respaldo à ocupação daquele país, dentre outras medidas.

Em síntese, interesses distintos e antagônicos continuavam inserindo em polos opostos os dois movimentos: o bolivarianista, ao defender um projeto integracionista mais amplo e includente, avançando nos aspectos políticos, sociais e culturais; e o panamericanista, com a preponderância da intensificação de uma estratégia política, econômico-comercial e

militar, com a utilização de órgãos financiadores como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI), traduzindo as concepções integracionistas nas Américas ao longo do século XIX e XX, cujas visões diferenciadas caracterizavam uma dinâmica de contradições que expunham dois modelos divergentes.

Sendo assim, e manifestando preocupação com a manutenção e controle da situação, os processos de integração regional, de uma forma geral, e após o período da II Guerra Mundial, em particular a Guerra Fria, tiveram algum tipo de influência do controle estadunidense, situação esta que tem determinadas características nos casos do Mercosul e da Unasul, por motivações que serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

Recém-saído da grande crise econômica, conhecida como "A Grande Depressão" ocorrida em 1929 e que devastou a economia estadunidense por boa parte da década de trinta, os Estados Unidos aproveitaram-se do fato de que o teatro onde ocorria o conflito era majoritariamente no continente europeu e em menor escala na África e na Ásia, com a exceção estadunidense do ataque japonês a Pearl Harbour, para iniciar a sua escalada como principal potência no mundo ocidental nas décadas de quarenta e cinquenta.

Com a derrocada econômica de países como França, Inglaterra, Alemanha, Japão, todos afetados pela II Grande Guerra, a década de cinquenta se constitui numa década de retomada e de reconstrução de países com economias devastadas, alto índice de desemprego, hiperinflação e problemas estruturais, inclusive na área da infraestrutura física e logística.

A ampliação do eixo de poder consolida a estratégia dos Estados Unidos de ampliação de sua influência no continente americano e pressupõe a tentativa da imposição hegemônica dos fundamentos panamericanistas aos fundamentos bolivarianistas, que consagra uma posição mais independente e autônoma.

Isto vai se consolidar em vários campos, inclusive no da cultura, entretenimento e artes, sendo um exemplo típico o cinema, através dos filmes produzidos em Hollywood, com destaque para atrações como Nelson Rockfeller, Walt Disney, Marilyn Monroe, a portuguesa radicada nos Estados Unidos Carmem Miranda, o inglês radicado nos Estados Unidos Charles Chaplin, dentre outros, que foram aproveitados para exportar o "*american way of life* ".

Esse período traduz uma diferente realidade econômica, a do capital internacional, então bloqueado pelas barreiras alfandegárias internas que protegiam o desenvolvimento industrial nacional, que consegue superar estas barreiras, vindo a instalar-se no interior destas economias, voltando-se para o controle do mercado interno pouco dinâmico e sentindo os efeitos da ausência de um programa industrial. Isto levou as empresas multinacionais a estabelecerem uma hegemonia do processo de desenvolvimento industrial da região,

prevalecendo interesses isolados e de grupos vinculado às classes dominantes e produtivas, em detrimento do desenvolvimento sócio-econômico da região.

No âmbito da contra-hegemonia, vários movimentos tinham motivações nacionalistas e acabaram modificando a geopolítica internacional, com destaque para a Revolução Chinesa de 1949, a Revolução do Vietnam, além de processos de descolonização contra europeus em solo africano e asiático, culminando com a independência de países como Índia, Indonésia, dentre outros.

Havia uma preocupação dos Estados Unidos em manterem sua dominação e evitarem o avanço soviético, caracterizando o período da Guerra Fria e os pilares da chamada Doutrina Truman, que, nos termos do NSC-68, se constituía num documento para deter o avanço do comunismo. Esta doutrina, sob o pretexto de triunfo do mundo livre para deter o perigo comunista, possibilitou a expansão de bases militares dos Estados Unidos em diversos países por todos os continentes.

Nesta perspectiva, e por pressão americana, foi aprovado, no âmbito regional, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio de Janeiro em 02 de setembro de 1947, que preconizava que:

> Um ataque armado por qualquer Estado contra um Estado Americano será considerado como um ataque contra todos os Estados e em consequência, cada uma das Partes Contratantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque em exercício do direito iminente de legítima defesa. (LARA, 2008, p.32).

Este Tratado veio a se mostrar inócuo, mais tarde, por ocasião do conflito das Ilhas Malvinas entre Argentina e Inglaterra em 1982, já que os Estados Unidos optaram por apoiar o seu tradicional parceiro europeu da Organização do Tratado do Atlântico Norte, tendo sentido os efeitos contrários da não adesão por ocasião dos atentados de 11 de setembro de 2001, que ocorreu em solo americano e deflagrou a luta dos Estados Unidos contra o terrorismo.

Entretanto, e no contexto da conjuntura do final da década de quarenta, o claro objetivo era o de intimidação de movimentos sociais, principalmente fazendo associação à sua vinculação ao perigo comunista.

Importante constatar que governos definidos como populistas[40] eram exercidos por governantes com forte apelo popular em países importantes, como Getúlio Dorneles Vargas no Brasil, Juan Domingo Perón na Argentina e Lazaro Cárdenas Del Rio no México.

---

[40] O conceito de populismo é amplo e comporta interpretações e análises diferenciadas no campo da ciência política e da história. Vincula-se a idéia de populismo, o governo de líderes mais fortes que os partidos políticos, bastante identificado com as classes sociais populares e com um projeto nacionalista de governo apoiado na perspectiva de um Estado forte.

Surge, desta forma, os projetos de cunho popular e de característica nacionalista, voltado para projetos desenvolvimentistas e de intensificação da atividade do Estado, como os já citados governos de Getúlio Vargas no Brasil, Juan Domingo Perón na Argentina e Lázaro Cárdenas no México, os principais países da América Latina, que acabam se constituindo nos principais paradigmas para compreensão deste momento histórico de conflitos no plano mundial, que exige alternativas no âmbito interno para a promoção do desenvolvimento de países com tradição rural.

Este modelo encontra características próprias na América Latina, propiciando uma maior identificação e alianças com determinados setores como o dos trabalhadores. A aprovação de legislações trabalhistas, projetos de previdência e seguridade social, ampliação de direitos individuais e coletivos através das garantias fundamentais foram medidas que foram sendo efetivadas, aliadas ao modelo de ampliação do Estado com a criação de inúmeros órgãos para ampliar a atividade estatal, consolidando o papel do *Welfare State* na implementação de políticas públicas.

O Estado denominado Intervencionista tem a característica de chamar para si a responsabilidade do processo desenvolvimentista, passando a participar, por conseqüência, da atividade econômica, principalmente levando-se em consideração que a iniciativa privada nem sempre estava interessada em investir em determinados setores, cuja lucratividade não estaria compatível com planejadas margens de lucro, ou mesmo se a atividade demandava pesquisa, investimento e recursos financeiros com retorno no médio ou longo prazo.

O chamado Estado populista acabou promovendo e incentivando políticas desenvolvimentistas de fundamento nacionalista, tendo como consequência a possibilidade de criação ou ampliação do parque industrial nacional, aliado ao processo de fortalecimento dos sindicatos através da organização da classe trabalhadora. Os chamados líderes populares eram rotulados de populistas, sendo que a definição de populismo na América Latina deve ser analisada sob características próprias que se relacionam com o processo histórico.

Fator significativo foi a capacidade de este modelo de Estado incorporar determinados setores, em particular as classes menos favorecidas e os trabalhadores, através de um modelo assistencialista e que tentava intermediar situações potenciais de conflito no âmbito do capital e do trabalho, na medida em que o sindicato sofria forte intervenção estatal. Por outro lado, foi capaz de criar elementos de interlocução com a sociedade, na medida em que foi criado um partido político para a defesa das propostas e dos projetos do governo.

No caso do Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era o porta-voz do governo e o defensor do trabalhismo histórico que consagrou líderes como Getúlio Vargas, João Goulart

e Leonel Brizola, tendo hoje uma participação bem menos relevante no cenário político nacional. No caso brasileiro, Getúlio Vargas foi presidente de 1930 a 1934 como "Chefe do Governo Provisório"; de 1934 a 1937, Getúlio comandou o país como Presidente da República, do Governo Constitucional, tendo sido eleito Presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, finalmente, de 1937 a 1945, enquanto durou o Estado Novo implantado após um golpe de estado.

Na Argentina, o Partido Justicialista foi chamado de o berço do peronismo e onde se defendiam as propostas de Juan Domingo Perón e, mais tarde, sua esposa Eva Perón, tendo até os dias atuais enorme influência na política argentina, embora com várias divisões internas.

No México, o Partido Revolucionário Institucional, enquanto berço dos ideais revolucionários de Emiliano Zapata e Pancho Villa, esteve durante quase todo o século XX exercendo o poder naquele país, com inúmeras acusações de fraudes eleitorais e corrupção junto ao aparelho estatal. Embora tenha perdido força no México, que tem enorme dependência da economia estadunidense, voltou a triunfar na última eleição presidencial naquele país.

São creditadas aos Estados populistas algumas conquistas importantes no âmbito popular, em especial direitos trabalhistas como a ideia de um salário-mínimo para o empregado urbano; políticas de seguridade social; retomada do emprego, principalmente se levarmos em conta o processo de crise mundial nas décadas de trinta e quarenta; direitos fundamentais sendo previstos nas Constituições e em legislações de âmbito nacional ou federal; implementação de projetos desenvolvimentistas a partir da atuação do Estado como indutor do processo de intervenção junto aos agentes e à atividade econômica.

Entretanto e por inúmeros motivos estruturais, o Estado populista não avançou em algumas questões importantes como a questão agrária, exceto o México, que estabeleceu diretrizes da Revolução mexicana na sua Carta Fundamental, de 1917, já que o problema do latifúndio era um obstáculo ao projeto desenvolvimentista, assim como havia a concentração de produtos e riquezas para pequenos grupos.

Os processos de industrialização começaram a ter influência, na medida em que havia demanda crescente por matérias-primas por parte dos países do hemisfério norte, possibilitando a acumulação de divisas nos países do sul, bem como a possibilidade de intensificação da produção industrial em contrapartida à diminuição de determinados produtos como os manufaturados.

Segundo Bell Lara:

> *De esta forma, em la inmediata posguerra, los países latinoamericanos, de acuerdo con el nivel que habían alcanzado em ellos los procesos de industrialización, se podian agrupar en:*
> ** Um pequeño grupo de países que tenían cierto grado de desarollo industrial, aunque en el conjunto de su economia primaba el sector primário exportador que constituía la fuente de divisas para la importación de equipos e insumos para la industria, y*
> ** El resto de los países cuya economia se apoyaba em los productos primários y las industrias que tenia generalmente eran de corte artesanal.* (2008, p. 44)[41]

A atuação estadunidense, materializada na Doutrina Truman, tinha como pressupostos: * manter o alinhamento da América Latina com os Estados Unidos; * conter e/ou destruir os processos de mudanças no continente, enquanto ameaça à hegemonia estadunidense e * criar as melhores condições para a expansão das empresas transnacionais estadunidenses no continente, o que já estabelecia algumas medidas práticas como o novo status jurídico da Ilha de Porto Rico, através da sua anexação como Estato Associado; a possibilidade de instalação de bases militares no Panamá e o contrato desse país com os Estados Unidos para a construção do Canal do Panamá.

No contexto dos conflitos da Guerra Fria e seus reflexos na América Latina, a Revolução Cubana, em 1959. veio a ser o ápice de movimentos que se contrapunham à dominação e aos interesses estadunidenses na região, neste caso de forma indireta, já que a luta política era contra o ditador Fulgêncio Batista, então aliado aos interesses de Washington, destacando-se, ainda, a Revolução na Guatemala, em 1952, o conflito na Nicarágua liderada por Sandino, a revolução boliviana e movimentos de massa como as ligas camponesas lideradas por Francisco Julião, no Brasil.

Estes movimentos se situam no contexto da afirmação da luta anticolonial do Terceiro Mundo, que se aprofundava na África e Ásia, em que se alinhava um quadro de estratégias de governo apoiadas num processo de planificação econômica e na cooperação entre os povos do terceiro mundo.

A evolução da crise cubana e o triunfo dos guerrilheiros de Sierra Maestra, materializados na expropriação de propriedades pelo Estado, com o apoio da então União Soviética, vieram a radicalizar a atuação mais efetiva pelos Estados Unidos, na criação de ambientes favoráveis à rupturas da ordem institucional, através de Golpes de Estados liderados por militares em países da América Latina, com o respaldo e ajuda direta ou indireta dos Estados Unidos, conforme diversos documentos oficiais e não oficiais têm demonstrado ao longo dos últimos anos, em especial a chamada Operação Condor[42], que estabeleceu

[41] LARA,op. cit: p. 44.

relação da diplomacia e setores militares dos Estados Unidos com intuito de apoiar os golpes de estado que, na visão estadunidense, objetivava evitar a implantação do comunismo na região.

A própria crise dos mísseis instalados pelos soviéticos em território cubano e apontados para os Estados Unidos, no início da década de sessenta, obrigou o então Presidente John F. Kennedy a recuar na sua postura agressiva, caracterizando o auge dos conflitos da Guerra Fria, tendo o fracassado episódio da Baía dos Porcos levado Cuba a declarar-se como uma República Socialista em 1962.

A influência estadunidense junto ao governo brasileiro, de uma forma mais ou menos intensa, ficou demonstrada em episódios como a entrada do Brasil na II Grande Guerra Mundial contra o eixo representado por Alemanha, Itália e Japão; o ambiente político do início dos anos cinqüenta, que levara ao suicídio de Getúlio Vargas, ameaçado de *impeachment*; o período Kubistchek-Quadros-Goulart, em especial o período 1960-1964, incluindo a experiência parlamentarista e a pressão exercida pelos sindicatos ligados aos movimentos comunistas e de esquerda, enquanto um dos fundamentos para justificar o golpe de Estado de 31 de março de 1964, no Brasil.

Outras experiências no campo do autoritarismo ocorreram na mesma perspectiva na região como as ditaduras oligárquicas de Somoza, na Nicarágua, de Trujillo, na República Dominicana, de Duvalier, no Haiti, de Batista, em Cuba, a de Juan Carlos Onganía Carballo na Argentina, governos militares na Bolívia, além das ditaduras militares que foram se ampliando pelo Cone Sul.

No campo oposto, experiências bem-sucedidas como a do governo Velasco Alvarado no Peru, em 1968, a vitória de Allende no Chile, em 1972, aliado à crise provocada pela intervenção desastrosa dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, caracterizavam o processo de luta contra o projeto hegemônico.

Os Estados Unidos, não obstante suas contradições internas, notadamente em relação ao racismo e à falta de igualdade nas liberdades civis e políticas para os negros, principalmente até o início dos anos setenta, continuavam na luta expansionista para manter sua posição hegemônica no continente, tendo a Organização dos Estados Americanos servido como estratégia de cunho institucional para suas finalidades, principalmente em decisões estratégicas como a da expulsão de Cuba daquela instituição, acompanhada pelos demais países, exceto o voto do México.

---

[42] A Operação Condor foi constituída com o objetivo de estabelecer ligações entre os Estados Unidos e os regimes militares de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai para estratégias conjuntas de combate ao comunismo através da repressão política.

Sob o enfoque econômico, o regionalismo econômico internacional é, juntamente com a globalização dos mercados, um dos traços mais marcantes da economia do Pós-Guerra. Percebe-se uma estreita relação entre a crise de legitimidade que as grandes instituições econômicas internacionais atravessam atualmente, com base no passado, e a proliferação de acordos comerciais nos últimos anos, envolvendo diversos países e instituições financeiras.

A integração regional pode ser compreendida como uma passagem para uma nova estrutura organizacional dos Estados-Nações, na qual novas formas de relacionamento interno e externo surgem formalizando um novo espaço comum, a partir da ideia de um espaço integrado, o que propicia como consequência uma nova concepção das fronteiras do espaço comum e novos conceitos de soberania que avançam sobre os conceitos tradicionais.

Constitui-se num movimento não somente de ampliação na atividade comercial, mas também de proteção dos produtos aliado à possibilidade de efetivação de políticas públicas.

Nesta análise conjuntural e neste contexto histórico, o segundo instrumento de análise para a compreensão do processo de integração na América Latina passa pelo nascimento e as características das diversas instituições que foram criadas para a integração regional, levando-se em conta o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em fevereiro de 1948.

Sendo assim, faz-se necessário entender o contexto do surgimento de instituições como a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio - ALALC (1960), o Pacto Andino, posteriormente Comunidade Andina de Nações (1968), o Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA (1978) e a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento - ALADI (1980), antes de iniciarmos a análise do Mercado Comum do Sul – Mercosul (1991) e da União das Nações Sul-Americanas - Unasul (2003), para se ter uma análise mais consistente das influências e características dos movimentos integracionistas nas quais estão inseridos os países da América do Sul a partir da Segunda Guerra Mundial.

Merece especial menção a análise de conjuntura da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que teve como um dos seus fundamentos compreender a estrutura dos projetos oligárquicos oriundos do século XIX que preferiam consolidar projetos exportadores para a Europa, em detrimento de atividades comerciais com países vizinhos, em alguns casos considerados concorrentes, na concepção centro e periferia desenvolvida por Prebisch, mais tarde ampliada por Wallerstein (1975).

Neste contexto histórico, durante o sexto período de sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em fevereiro de 1948, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por iniciativa do diplomata chileno Hernán Santa Cruz.

Para Zapata, sua tarefa era de "(...) brindar um panorama atualizado da evolução do desenvolvimento dos países e do subcontinente, com uma perspectiva global, onde se destaca as diferenças e disparidades entre as nações, também aponta para as coincidências e as tendências da região em seu conjunto." (ZAPATA apud LARA 2008, p. 45).[43]

A CEPAL foi criada com a oposição dos Estados Unidos, que a compreendia como uma possibilidade de mudança de foco dos seus interesses e da continuidade da manutenção da América Latina como sua zona de interesse e influência, embora o argumento oficial americano era o de duplicação das funções do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), criado anteriormente pela Organização dos Estados Americanos, cuja influência estadunidense era muito forte.

A então União Soviética manifestou-se, também, contrária a esta proposta, na medida em que a entendia como uma possibilidade efetiva de reforço da posição dos Estados Unidos e do mundo capitalista.

A CEPAL se caracterizava como movimento de base para o pensamento crítico e de aproximação dos povos da América Latina, ou seja, manifestava-se em favor dos movimentos de integração mais ampliados no citado espaço geopolítico.

Com a incorporação do economista argentino Raúl Prebisch, a Comissão se ampliou no seu propósito inicial de estabelecimento de um diagnóstico com a formulação de ideias que serviriam de perspectiva para a promoção do desenvolvimento na região, tendo uma apresentação de um estudo sobre a divisão internacional do trabalho.

Em seguida foi elaborado um diagnóstico da economia da América Latina e do Caribe para subsidiar estudos sobre desenvolvimento regional.

No mês de junho de 1949, durante seu segundo período de sessões, celebrado em Havana, Cuba, foi apresentado o primeiro Estudo Econômico da América Latina, ocasião em que Raúl Prebisch divulgou o documento "O Desenvolvimento da América Latina e alguns de seus Principais Problemas."

O texto acima é uma interpretação das causas do Subdesenvolvimento latinoamericano e uma proposta para superá-las, sendo a base do pensamento estrutural cepalino para compreender a situação da América Latina.

A análise do pensamento cepalino é importante para o entendimento da evolução das bases estruturais do processo de integração ao longo do século XX, notadamente a partir do início do período da Guerra Fria.

[43] ZAPATA apud LARA, 2008.

A teoria e a base do pensamento cepalino têm como fundamento a análise do modelo centro-periferia, a partir da compreensão acerca das desigualdades do sistema capitalista mundial. A dinâmica das relações entre países do centro e da periferia, na qual se articulam as propostas de desenvolvimento.

Para a Comissão, o Centro e a periferia formam parte de um único sistema, e cada qual cumpre funções específicas a partir de suas estruturas produtivas, que são diferenciadas. A dos países do centro costumam ser homogêneas e apresentam grau de diversificação, não havendo desníveis significativos entre os setores, tendo uma capacidade de movimentar vários produtos que abastecem o mercado interno e podem ser destinados à exportação. Entretanto, a análise da estrutura da periferia é heterogênea e especializada, contendo setores de alta e baixa competitividade com concentração em determinados produtos primários.

Esta diferença de estruturas determina as funções de cada parte do sistema na divisão internacional do trabalho. O centro se constitui em exportador de bens, com destaque para produtos manufaturados, e recebe como contrapartida alimentos e matérias-primas oriundas da periferia.

A compreensão da lógica deste sistema conduziu a CEPAL a uma postura crítica da teoria clássica do comércio internacional, em particular em oposição à teoria das vantagens comparativas em seus postulados no âmbito do comércio, na medida em que, na dinâmica real do comércio ,não se mantinha um equilíbrio para manter os preços entre os bens primários e os produtos manufaturados.

O resultado final era uma deterioração dos intercâmbios em prejuízo da periferia, além de um desequilíbrio no progresso entre os países integrantes dos dois grupos.

A fórmula para conter o desequilíbrio seria através do processo de industrialização, já que havia uma deterioração dos índices de crescimento dos países que dependiam das exportações de produtos primários.

A ideia de promoção de políticas de industrialização seria um eixo para reverter o quadro vigente. Estas políticas seriam promovidas pelo Estado, já que teriam como objetivo o de reequilibrar os prejuízos da atividade comercial acima explicitada, bem como promoção de medidas que efetivem um eixo de desenvolvimento mais equilibrado e continuado como proteção tarifária e industrialização através de parques.

A proposta de industrialização da CEPAL se inseria no marco da substituição de importações e de sua análise se concluía que a integração era uma condição para o êxito do processo.

Documento da Cepal assim se manifestava:

> *Es difícil concebir una solución de esta naturaleza si cada uno de los países Latinoamericanos, sin excluir a los más avanzados de la región, se enfrenta inerme a los poderosos países industrializados y a los más poderosos bloques regionales y políticos que entre ellos han constituídos. No queda , en consecuencia, otro camino que el de establecer un proceso gradual de integración que lleve a uma unión económica de los países latinoamericanos. De essa manera las economias nacionales aprovecharían los recursos y el potencial de la región y podrían organizarse para producir, com uma productividad mucho más alta que la actual, para um mercado de 230 millones de habitantes que se multiplica a una de las tasas más altas del mundo* [...].
>
> *La integración regional, en las condiciones actuales de las técnicas de producción y de la política económica mundial, aparece como la única solución eficaz para crear nuevos impulsos dinámicos y otra estructura de crecimiento más flexible y productiva que brindó el proceso de sustitución*.(CEPAL, 1969, p. 169-170).

A CEPAL defendia um estado forte que pudesse implementar medidas que atingissem o objetivo principal indutor do processo de industrialização. Para atingir estas metas a Comissão defendia a criação de uma infraestrutura que permitisse o pleno desenvolvimento industrial interno; investimento maciço em setores estratégicos que são base para o desenvolvimento de outros setores, tais como eletricidade, petróleo, dentre outros, e a programação econômica expressada em políticas coordenadas de substituição de importações e em promoção de indústrias (políticas de subsídios, tarifas protecionistas, entre outras).

A Comissão se baseava na proposta de desenvolvimento determinada pelo objetivo que os países industrializados ofereciam ao sistema, estando, em consequência, baseada numa política fortemente industrial. Esta industrialização seria impulsionada pelo setor correspondente da burguesia e haveria estímulo à tecnocracia estatal, sendo o Estado o principal protagonista deste processo.

Em conclusão, o pensamento cepalino, em sua formulação original, se baseava na análise do modelo centro- periferia e a proposta de promoção de uma industrialização mediante o projeto de substituição de importações. Complementava-se com uma política de integração para aproveitar as potencialidades do mercado latinoamericano e respondia aos interesses das frações industriais da burguesia latino-americana e, com isto, houve uma simbiose entre os beneficiários da modernização capitalista, juntando a burguesia industrial, que se favoreceu destas políticas, a classe média, que melhorou seu padrão de vida, e setores da classe trabalhadora, por conta dos governos nacionalistas e de uma previsão legal para direitos individuais e, em particular, trabalhistas, bem como ampliação de setores estatais na implementação de políticas de seguridade, previdência e assistência social.

O pensamento cepalino demonstra a importância dos setores produtivos internos e a necessidade de coordenação de políticas por parte do Estado. Seus principais teóricos, além de Raúl Prebisch, foram sul-americanos, destacando-se Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Pedro Paz.

A CEPAL possibilitou avançar na perspectiva de compreensão dos principais problemas que dificultavam o desenvolvimento da América Latina, cujo fundamento teórico se alimentava das experiências práticas da região durante as primeiras décadas do século XX, em especial a terceira e a quarta, o que implicou perceber a necessidade de se estabelecer o processo de substituição de importações.

Refletia a necessidade de alternativas para o período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial e, finalmente, pensaram em recomendações que se converteram, em alguns países, em eixos de políticas de Estado para fins de promoção do desenvolvimento.

Para compreender o sistema de trabalho para atuação da CEPAL, quatro aspectos estavam como eixo de atuação:

> * o fundamento teórico, na análise e posição crítica para interpretação do subdesenvolvimento e as estratégias de superação;
>
> * o fundamento analítico, possibilitando o estudo da realidade latinoamericana com diversas publicações de estudos econômicos, sociais e estruturais, destacando os principais problemas regionais;
>
> * o fundamento político-econômico, enquanto base para a elaboração de políticas públicas por parte dos Estados;
>
> * o fundamento técnico através da formação sistemática de especialistas e possibilidade de assistência aos governos do continente interessados na aplicação destas políticas. (NAVARRO apud LARA, 2008, p.54).[44]

Algumas vantagens e desvantagens do pensamento cepalino podem ser apontadas para análise. No campo das vantagens, destaca-se o fato de este órgão haver proposto a primeira efetiva tentativa de teorização global sobre o subdesenvolvimento e as estratégias para superá-lo, o que se contrapunha às teorizações oriundas do centro do sistema. O professor Bell Lara aponta que outra vantagem significativa foi chamar a atenção sobre as relações centro-periferia e estabelecer o caráter assimétrico desta relação. Em decorrência destas relações pode-se compreender as condições de atraso com a formulação de diagnóstico e soluções.

Entre os problemas, é inequívoco que, à medida que regimes militares consolidavam o seu poder político mediante golpes de estado, havia uma perda de diálogo e entrosamento para

[44] NAVARRO apud LARA, 2008.

o estabelecimento de diretrizes e políticas orientadas pela Comissão. Alguns autores assinalam algumas limitações do pensamento cepalino na medida em que se priorizava o processo de industrialização, mas não era enfatizada a necessidade de crescimento e redistribuição no plano interno. Era apresentada uma ideia de valorização da chamada tecnocracia que se encontrava presente nos estudos formulados.

O fato é que, independente dos interesses das classes produtoras, o Estado tinha que promover políticas para indução do crescimento e do desenvolvimento, o que conduz ao pensamento acerca de quais políticas devem ser adotadas. Nota-se, também, a ausência de uma visão mais clara dos interesses políticos e econômicos na relação centro-periferia, já que, desde a colônia, o interesse dos países desenvolvidos é muito mais voltado ao seu bem-estar e seu desenvolvimento do que propriamente estar preocupado com o desenvolvimento e crescimento de nações periféricas.

A década de cinquenta apresentou situações antagônicas que evidenciaram o conflito de interesses. A pressão exercida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre as políticas econômicas em Estados Nacionais se constituíram em elementos de fortalecimento do pan-americanismo. A Organização dos Estados Americanos (OEA), organização com sede em Nova York e fundada com perfil pró-Estados Unidos, demonstrou em vários momentos ponto de divergência entre a grande maioria dos seus membros e os Estados Unidos como no caso da independência de Porto Rico, a invasão estadunidense no Panamá e a discussão acerca da soberania junto ao Canal do Panamá, a intervenção da Guatemala em 1954 ou a de Santo Domingo em 1965. Registra-se que essa intervenção militar estadunidense na República Dominicana, em 1965, apoiada pela OEA, acabou dando respaldo a um ato de força contra um país membro. Em contrapartida, movimentos como a revolução boliviana levam a uma mudança radical, já que naquele país os operários mineiros e camponeses destruíram as forças armadas e criaram um Estado que tinha como base as milícias operárias, mineiras e os camponeses, sendo que o Movimento Nacionalista Revolucionário governou a Bolívia de 1952 até 1964, quando foi varrido do poder por um golpe de Estado, sendo suas lideranças Victor Paz Estenssoro e Hernán Siles Suazo.

O pan-americanismo foi sendo consolidado com a criação de instrumentos de financiamento e crédito como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em dezembro de 1959, e através dos limites impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelas multinacionais ao Acordo de Montevidéu, em 1960, de criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), em contraponto ao modelo integracionista

defendido pela CEPAL, conforme abordado na perspectiva de análise da evolução histórica através dos modelos integracionistas.

Desta forma, os movimentos populares que caracterizaram o modelo de integração bolivariana, no período posterior à II Grande Guerra Mundial, mais especificamente entre o ano de 1947 e o de 1949, influenciaram a formação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), enquanto movimento de base para o pensamento crítico e de aproximação dos povos da América Latina, ou seja, contemplando um movimento de integração mais ampliado no citado espaço geopolítico.

O pensamento cepalino se desenvolve com base em modelos alternativos e com fortes questionamentos na concepção estrutural, além de significativas influências que vão sendo incorporadas, como a dos Países Não Alinhados, em 1955.

Este período foi marcado por movimentos anticolonialistas delimitados pelas influências geopolíticas determinadas pela divisão entre os países inseridos na Organização do Tratado do Atlântico Norte e os vinculados ao Pacto de Varsóvia, caracterizando um mundo bipolar, dividido entre a liderança estadunidense e a soviética.

Neste contexto temporal na América Latina, estariam claramente situados dois modelos de integração distintos: o modelo estadunidense com a preponderância da intensificação da atividade comercial e do livre-mercado, através da utilização de órgãos financiadores como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e o modelo de integração protagonizado pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio, através de um projeto integracionista mais amplo e avançando nos aspectos econômicos e do livre-comércio entre os países da América Latina.

O movimento de cooperação entre os povos do terceiro mundo vai dar conteúdo diplomático no âmbito da ONU, e, com a influência latino-americana, vai ser criada a já mencionada *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD, ou Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a partir dos planejamentos teóricos de Prebisch.

Iniciativas como a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, vieram a ser um elemento de risco para os grandes países, na medida em que poderia haver mudanças profundas do preço do barril de petróleo, conforme ocorreu na crise de 1973.

Os vínculos de apoio entre Estados se reforçaram com a cooperação militar entre os Estados Unidos e outros países do continente sob a premissa de se evitar agressão externa, mas que, na verdade, reforçaram sistemas de proteção que objetivavam cooperação contra guerrilhas, insurgências e protestos de grupos mais à esquerda ou qualquer forma de

manifestação contrária à ditadura militar. O reequipamento das Forças Armadas e investimentos em inteligência, informação e setores especializados acabaram ampliando os laços pan-americanistas.

Exemplos significativos apontam para o fato de que o processo revolucionário em curso no Peru (1968-1975), liderado por Juan Velasco Alvarado, acabou sendo interrompido por uma contraofensiva iniciada com o golpe liderado por Francisco Morales Bermudez, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, apoiada por forças conservadoras e pela Cia, em agosto de 1975.

A própria Operação Condor evidencia um processo de apoio ao golpe contra governos democráticos em curso, mas também cooperação para reprimir movimentos de esquerda ou mesmo reivindicatórios, alcançando a relação estadunidense com países da América do Sul, ou entre países sul-americanos, como Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

O avanço de setores militares em países como Brasil, Argentina e Uruguai, objetivando implementar uma indústria militar nacional; programas de energia nucleares com países europeus, como o Acordo Brasil e Alemanha; o desenvolvimento de indústria de armamento, entre outros fatores, levaram a um processo de recuo pelos Estados Unidos através da defesa da retomada de governos civis na América Latina já na primeira metade da década de setenta, salvo situações pontuais como o caso do golpe no Chile, o caso dos Tupamaros no Uruguai e o retorno do peronismo na Argentina.

Mas em situações isoladas, os interesses da potência hegemônica eram mantidos, não importa o grau de contradição dos apoios conseguidos, como a já citada aliança com a Inglaterra, que acabou levando a desconsiderar o TIAR no Conflito das Malvinas, entre argentinos e ingleses, e com posição favorável ao parceiro europeu; uma certa complacência até onde foi possível com o regime segregacionista do "*aparthaid*" na África do Sul; determinadas posições e apoios no Oriente Médio, além do processo expansionista no conflito da Coréia e do Vietnã, dentre outros exemplos ao longo das décadas de sessenta, setenta e oitenta do século passado, aliando situações de *soft power* com momentos de *hard power* para assegurar os interesses.

Até recentemente esta contradição foi manifestada, por ocasião do golpe contra o Presidente Hugo Chavez, em 2002, que contou com o apoio de setores da diplomacia estadunidense atuando naquele país; o conflito de Honduras com a deposição do então Presidente Manuel Zelaya; e o recente impedimento do Presidente Lugo, em todos os casos colocando em pólos opostos a posição dos países da América do Sul, em especial na Unasul e no Mercosul, com a posição dos Estados Unidos, além da posição ambígua da OEA, situando-

se entre a omissão e a falta de uma declaração mais firme sob o ponto de vista do posicionamento oficial do órgão.

Ao longo da década de sessenta e em contraposição ao avanço da visão estruturalista da CEPAL e das reformas de base, o processo de golpes e ditaduras militares em inúmeros países da América Latina implicou rupturas institucionais que duraram até meados dos anos oitenta do século passado, caracterizando um período de duas décadas em que regimes políticos autoritários conviveram em conflito com os ideais democráticos.

Sob o ponto de vista de uma teoria do desenvolvimento, a rejeição dos Estados Unidos se manifestava pela defesa da não existência de uma economia para o desenvolvimento, pressionando, em conjunto com setores do empresariado e das atividades comerciais, para que os grandes países da região implementassem os programas alinhavados sob os interesses de Washington e não do movimento desenvolvimentista interno de cada país.

No Brasil, em 1961, Jânio Quadros recebeu da Conclap um conjunto de sugestões para a política econômica, em especial para uma Política Nacional de Desenvolvimento que reafirmava o papel primordial do setor privado e dos investimentos externos no processo de desenvolvimento, a redução do papel do Estado, o controle das tendências populistas, a redefinição da atividade do Estado, o controle inflacionoário e o aperfeiçoamento da administração pública, temas que depois foram instrumentos de pressão dos setores conservadores da sociedade brasileira e das Forças Armadas, tudo a propiciar o golpe militar ao Governo Civil de João Goulart.

A atuação do Brasil nos foros regionais, principalmente entre os anos sessenta e oitenta, marca a atuação dos governos durante o regime militar, que tinha o objetivo de consolidar o capitalismo de Estado com maior base industrial, iniciado na Era Vargas, além de conter os movimentos políticos de oposição e de revolta popular pela perda de direitos e liberdades individuais.

No México, a Coparmex, representando a elite financeira do setor bancário e interesses empresariais de Monterrey, em 1971 apresentou um programa com sete pontos em que se destacavam a reprivatização das empresas controladas pelo Estado; o fim de todos os subsídios para as empresas estatais; o aumento dos investimentos externos diretos; e o fim de todos os programas de reforma agrária e "reorganização" da zona rural.

No ano de 1976, durante a ditadura argentina, o *Consejo Económico Argentino* produziu para o novo governo militar um programa econômico amplo, o *Proceso de Reorganización Nacional,* baseado em três pontos: redefinição do papel do Estado e redução de seu papel na economia; liberalização, abertura e modernização da economia; e estabilidade

monetária, o que serviu de elemento de pressão que veio a ser utilizado pelo governo civil de Carlos Menem.

O conflito ideológico entre o capitalismo e o comunismo perdeu força em 1989 com a Queda do Muro de Berlim e, em 1991, com a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas com base na *glasnost* (transparência) e *perestroika* (reestruturação), marcando um novo período de triunfo do pensamento único, que influenciou de forma direta a formação do Mercosul.

2.3.2 -SURGIMENTO DE INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO

2.3.2.1 -A ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO - ALALC (1960)

No estudo dos processos integracionistas, o primeiro organismo que merece destaque é a fundação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), em 18 de fevereiro de 1960, através do Tratado de Montevidéu, num momento em que os países da América Latina manifestaram o interesse e a vontade política de promover um processo integrado no âmbito da atividade comercial e da busca pela ampliação dos seus mercados em interesses antagônicos aos estadunidenses.

O momento politico na América Latina de revoluções ao longo da década de cinquenta, na Bolívia, na Guatemala, na Venezuela e Cuba, além das posições nacionalistas e de movimentos populares na Argentina, Brasil, México, aliado aos projetos da CEPAL, criou um instrumento de pressão na formação e início de atuação da ALALC.

Para atenuar os conflitos, os Estados Unidos criaram o Aliança Para o Progresso (*Alliance for Progress*), que se constituía num programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos para a América Latina estabelecido entre 1961 e 1970, com o intuito de criar um ambiente de crescimento econômico e cooperação no campo social, enquanto clara estratégia de contrainsurgência.

A ALALC propunha a criação de uma zona de livre comércio em que cada país poderia manter sua independência para aplicação de tarifas diferenciadas aplicáveis ao comércio com outras áreas.

Os países signatários do Tratado de Montevidéu foram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, tendo a adesão da Colômbia e do Equador em 1961 e, posteriormente, da Venezuela e Bolívia. Em 1970, a ALALC incluía todos os países da América do Sul e o México. O seu objetivo era o de, com base em uma zona de livre

comércio inicial que seria implantada em doze anos, criar um mercado comum que abrangesse, num prazo maior, toda a América Latina.

A ALALC não tinha o objetivo de se constituir em uma união aduaneira, mas sim o de estimular o comércio entre seus membros o que implicou objetivos e resultados modestos por múltiplos fatores, como falta de perspectiva de reestruturação dos fatores de produção, falta de planejamento para a atividade de comércio, assimetrias, infraestrutura, dentre outros problemas.

Em 1967, em uma reunião presidencial realizada em Punta del Este, Uruguai, foi estabelecido que o propósito dos governos latino-americanos seria o de marchar para uma integração mais efetiva, tendo sido acordado que o ano de 1970 seria o início do novo processo. Evidentemente que fatores políticos já tinham alguma influência no processo decisório até pelo fato de os Estados Unidos não estarem dentro da ALALC.

Em plena época da Guerra Fria, os Estados Unidos tinham interesses maiores em evitar uma ascendência de posições definidas como comunistas, levadas por grupos pró-União Soviética e que iriam contra as teses liberais, a livre-iniciativa e os interesses estadunidenses.

Neste ano de 1967, o governo militar brasileiro já tinha ascendido ao poder através de um golpe de Estado ocorrido três anos antes, e já estava sendo outorgada a Constituição brasileira daquele ano, que viria a consagrar instrumentos de arbítrio.

Mecanismos de liberação comercial não estabeleciam um consenso entre os países-membros da ALALC. Desta forma, foi acordado um prazo de doze anos para eliminação de tarifas e restrições aduaneiras para facilitar o livre-comércio. Nesta perspectiva, os países se comprometeram a reduzir paulatinamente os impostos sobre importação e regras comuns para produtos originários da zona de livre-comércio, além da tarifa de cerca de oito por cento a serem aplicados a países estranhos à zona. O objetivo era que nenhum país se visse obrigado a abrir totalmente suas fronteiras aduaneiras aos produtos dos demais membros.

Foram estabelecidas duas listas de produtos, a lista comum e a nacional. A lista de produtos comuns representava o intercâmbio essencial interno da ALALC, sendo que a lista nacional era confeccionada segundo o interesse de cada país em determinados produtos. A principal diferença entre as listas era a de que a nacional era revogável e qualquer país-membro poderia solicitar a retirada das concessões feitas a outros países, enquanto a lista comum tinha um caráter definitivo. Foram incluídas também numerosas cláusulas de salvaguarda.

Na análise dos objetivos econômicos da ALALC, verifica-se que, nos primeiros anos de seu funcionamento, o intercâmbio entre os países membros da região passou de 332

milhões de dólares, no ano de 1962, para 700 milhões de dólares em 1967, ou seja, mais do que dobrou em termos estatísticos. Este intercâmbio comercial representava treze por cento do comércio exterior da área abrangida.

Em 22 de setembro de 1965, foi assinado um Acordo de Pagamento e Créditos Recíprocos entre os Bancos Centrais dos países da ALALC, e, de 28 de agosto a 02 de setembro de 1967, foram aprovadas as Resoluções 202 e 203 do Conselho de Ministros de Relações Exteriores da ALALC com previsões para a constituição de acordos sub-regionais.

Importante destacar a aprovação, em 12 de dezembro de 1969, do Protocolo de Caracas, enquanto instrumento modificatório do Tratado de Montevidéu, que instituiu a ALALC e a entrada em vigência do Protocolo que cria o Conselho de Ministros da ALALC, em 27 de setembro de 1975.

Entretanto, a ALALC entrou num período de estagnação ao longo de boa parte da década de setenta, implicando a necessidade de mecanismos de negociação e liberalização comercial. Neste contexto foi repensada a estratégia de integração através da criação da Associação Latinoamericana de Integração (ALADI), em 12 de agosto de 1980, em Montevidéu.

A ALALC fracassou, e seus objetivos pretensiosos não foram alcançados, principalmente em decorrência dos altos desníveis econômicos e assimetrias entre os países-membros e das medidas protecionistas impostas pelos regimes militares autoritários que predominavam na região desde meados da década de sessenta a meados da década de oitenta do século passado. O comércio exterior predominantemente continuava extrarregional.

2.3.2.2 - O PACTO ANDINO/ COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES – CAN (1966) E CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA (1970)

Anteriormente à criação da ALADI, através da Declaração de Bogotá, em 16 de agosto de 1966, foram iniciadas as tratativas para a criação do Pacto Andino, enquanto preparação para o Acordo de Cartagena, ocorrido em 1969.

Este bloco era formado por Bolívia, Colômbia, Chile, Peru e Venezuela, tendo o Chile deixado o bloco em 1977, e a Venezuela em 2006 - neste caso para aderir ao Mercosul em virtude de profundas divergências ocasionadas pelas assinaturas de Tratados de Livre Comércio (TLC) feitos por Colômbia e Peru com os Estados Unidos.

A partir de 1996 veio a chamar-se Comunidade Andina de Nações, sendo que o Brasil passou a ser membro-associado em 2005. Constam, também, como membros associados a

Argentina, o Paraguai e o Uruguai, desde 2005, e o Chile, o que poderá sacramentar o seu retorno à CAN, além dos membros observadores México e Panamá.

Como principais eventos da Comunidade Andina de Nações destaca-se a formação de uma Comissão Mista de Negociadores, integrada por representantes da Colômbia, Equador, Chile, Peru, Venezuela e, em seguida, a Bolívia, em 30 de junho de 1967, para, finalmente, assinarem, no Palácio de San Carlos, em Bogotá, o Convênio Constitutivo de criação da Corporação Andina de Fomento, enquanto banco multilateral e agência de promoção do desenvolvimento e da integração andina, em 07 de fevereiro de 1968.

No ano seguinte à assinatura do Convênio Constitutivo da CAF, mais precisamente em 26 de maio de 1969, foi aprovado o Acordo de Cartagena, Colômbia, com entrada em vigor em 16 de outubro daquele ano, que estabeleceu o marco político do grupo sub-regional andino, através da adoção de um modelo conjunto de desenvolvimento econômico, social e comercial entre esses países, que apresentavam características e modelos similares e que encontravam dificuldades em obter benefícios no sistema de integração regional da ALALC, que acabava possibilitando maiores vantagens para as economias maiores.

Verifica-se que, em virtude dos desacertos da ALALC, alguns países buscaram outras estratégicas de integração, o que propiciou o Acordo de Cartagena, que possibilitou o nascimento do chamado Pacto Andino.

Em 08 de junho de 1970, a CAF passou a iniciar as suas operações tendo como sede Caracas, na Venezuela, e teve maior destaque pela capacidade de adaptação às mudanças no cenário regional e mundial, com incentivo aos seus pilares básicos, a saber, investimento em infraestrutura, desenvolvimento social, meio-ambiente, políticas públicas e pesquisas e setor corporativo e financeiro. São países acionistas Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Trinidad Tobago, Uruguai e Venezuela. A Corporação Andina de Fomento (CAF) foi considerada como "primeiro órgão financeiro multinacional totalmente latinoamericano", segundo Celso Furtado. (FURTADO, 1969, p.240)[45]

Destaca-se o papel do Chile neste processo, já que foi o país em que a substituição de importações teve resultados mais efetivos, aliado ao crescimento econômico e aproveitamento do mercado interno, nos moldes da estratégia diagnosticada pela CEPAL. Credita-se ao Chile a iniciativa de estabelecer contatos com outros países com situações econômicas similares, tais como Peru, Colômbia e Venezuela, todos integrantes da ALALC.

[45] Ver FURTADO, Celso. 1969, p. 240

O Acordo de Integração Sub-regional, mais conhecido como Acordo de Cartagena, teve como signatários Equador, Chile, Colômbia, Peru e Bolívia, com a adesão da Venezuela em 1973.

Como principais metas para atingir os objetivos no campo da integração: * harmonização de políticas econômicas e sociais e a aproximação das legislações nacionais nas matérias pertinentes; * programação conjunta, intensificação do processo de industrialização sub-regional e execução de programas setoriais de desenvolvimento industrial; * programa de liberação de intercâmbio mais acelerado que o que vem sendo adotado no marco da ALALC; * uma tarifa externa comum cuja etapa inicial será a adoção de uma tarifa externa mínima comum; * programas destinados a acelerar o desenvolvimento do setor agropecuário; * a canalização de recursos de dentro e de fora da sub-região para prover o financiamento das prioridades que sejam necessárias no processo de integração; * a integração física; e * tratamentos preferenciais a favor da Bolívia e Equador.

Para atingir estes objetivos, o Pacto Andino se estruturou em dois órgãos principais: a Comissão, enquanto órgão máximo do Acordo, constituída por representantes dos governos dos países membros e que expressa suas deliberações mediante decisões, e a Junta, que se manifestava enquanto órgão técnico do Acordo.

Antes do Pacto Andino, o comércio era bastante reduzido, tendo um aumento significativo do comércio entre os seus membros. Entre as previsões do Acordo, estava a criação de empresas multinacionais com capital de países componentes, ou mesmo outros países da América Latina, permitindo aumentar o processo de industrialização na sub-região.

Houve uma previsão na Decisão nº 24, que estabelecia regras para o investimento estrangeiro, mais especificamente que empresas estrangeiras tinham um prazo de quinze anos para transformar-se em nacionais ou mistas, ou seja, com capital dividido, proibição de novos capitais estrangeiros em instituições financeiras, bancos, seguros, serviços públicos, transporte, agências de publicidade, meios de comunicação e comercialização interna de produtos de qualquer espécie.

Credita-se a esta decisão, enquanto Protocolo Adicional ao Acordo de Cartagena, em 05 de outubro de 1976, a saída do Chile de Pinochet, do Pacto Andino.

Sob o ponto de vista institucional, o bloco avançou na criação de um Tribunal de Justiça Andino, com a responsabilidade de resolver as diferenças entre os países membros, em 28 de maio de 1979; a criação de um Parlamento Andino enquanto órgão deliberativo, em 25 de outubro de 1979, e uma Secretaria-Geral, encarregada de efetivar e acompanhar o cumprimento das normas do Acordo.

Dois importantes convênios são destacados no Pacto Andino: o Convênio Andrés Bello, de integração educativa, científica e cultural, e o Convênio Hipólito Unanue, cujo objetivo era o de melhorar a saúde nos países do Tratado.

Em que pesem avanços institucionais demonstrados neste processo de integração, como a aprovação de um Parlamento Andino, em 1979, de uma Corte de Justiça, em 1983 e de uma Tarifa Externa Comum, em 1994, dentre outros avanços institucionais, divergências e contradições entre os membros dificultaram a efetivação do Pacto Andino.

O processo de integração sul-americana em determinados momentos tem que conviver com momentos de incertezas e desafios, o que têm motivado diversas reflexões sobre o seu futuro.

A própria ampliação do Mercosul, através da adesão da Venezuela como membro-permanente, acabou significando um processo de diminuição da Comunidade Andina de Nações, ocasionado, principalmente, pelas divergências ocorridas entre o Presidente venezuelano Hugo Chávez com os então Presidentes da Colômbia, Álvaro Uribe, e do Peru, Allan Garcia, por estarem negociando acordos comerciais, de forma bilateral com os Estados Unidos, ignorando, desta forma, acordos inseridos naquele bloco.

2.3.2.3 - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA (1978)

Enquanto estratégia de integração regional, o Tratado de Cooperação Amazônica foi criado em 03 de julho de 1978, constituindo-se numa iniciativa da diplomacia brasileira para um maior envolvimento dos países da Região sob forma de Cooperação e Coordenação de políticas comuns e integradas.

Este Tratado entrou em vigor em 1980 após o depósito do último instrumento de ratificação, feito pelo Governo da Venezuela. O artigo IV do Tratado estabelece que “as partes contratantes proclamam que o uso e o aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios são direitos inerentes à soberania do Estado, e seu exercício não sofrerá restrições, exceto as que resultam do Direito Internacional”, o que demonstra a preocupação brasileira com a soberania e a utilização dos recursos naturais face ao processo de utilização dos recursos ambientais da Amazônia.

Os países signatários do Tratado são Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tendo o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento harmônico da Bacia Amazônica, bem como a preservação do meio-ambiente e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) foi criado em 1995 para fortalecer e implementar os objetivos do Tratado, sendo firmado, em 14 de dezembro de 1998, em Caracas, o Protocolo de Emenda ao TCA, no qual "Reafirmando os princípios e objetivos do Tratado de Cooperação Amazônico, e Considerando a conveniência de aperfeiçoar e fortalecer institucionalmente, o processo de cooperação desenvolvido", os países firmantes do TCA acordaram a criação da OTCA, dotada de personalidade jurídica, sendo competente para celebrar acordos com as Partes Contratantes, com Estados não-Membros e com outras organizações internacionais, encarregada de implementar os objetivos previstos no Tratado em conformidade com as resoluções emanadas das Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e do Conselho de Cooperação Amazônica.

O seu principal objetivo é o de implementar, promover e coordenar ações conjuntas para o desenvolvimento harmônico da Bacia Amazônica, sendo a data de início de vigência o mês de dezembro de 2002 com a assinatura, em Brasília-DF, do Acordo Sede entre o Governo Brasileiro e a OTCA, que estabeleceu a sua Secretaria Permanente.

Segundo informações obtidas junto ao sítio do Ministério das Relações Exteriores, dentre os avanços alcançados por este espaço de integração, encontram-se em fase de execução programas como o Sistema de Vigilância Ambiental da Amazônia e o Programa OTCA Biodiversidade, ambos com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento; o Programa Regional Amazônia, com o financiamento das Agências de Fomento da Alemanha e Holanda. Destacam-se entre os projetos em fase de elaboração o de Gestão de Recursos Hídricos, com financiamento do Fundo Mundial para o Meio-Ambiente – GEF (*Global Environmental Facility*) e o de Monitoramento da Cobertura Florestal, que conta com o apoio da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), e consiste na capacitação de técnicos de todos os países para a implementação dos sistemas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE de monitoramento de desmatamento, incluindo a transferência da tecnologia brasileira, como o sistema de informática denominado *TerraAmazon*. (MRE, 2013). [46]

2.3.2.4 - ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO – ALADI (1980)

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foi criada em 12 de agosto de 1980, em Montevidéu, através de um Tratado cujo objetivo era o estabelecimento de um Mercado Comum de América Latina, utilizando bases menos rígidas do que as da ALALC. A

[46] Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/> . Acesso em 25 ago. 2013.

transformação da ALALC em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) apresenta-se, no cenário internacional, como o novo organismo intergovernamental que substitui a antiga ALALC.

A finalidade da ALADI consistia em incrementar o comércio bilateral entre as Partes Contratantes, e entre as Partes Contratantes e terceiros países através de acordos bilaterais e multilaterais, alcançando uma zona de livre comércio regional e, posteriormente, um mercado comum. Seus integrantes eram a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela, sendo que, em 1999, Cuba passou a ser integrante, totalizando uma área geográfica de 20 milhões de quilômetros quadrados, onde vive uma população de mais de quinhentos milhões de habitantes.

Este Tratado foi estabelecido com os seguintes princípios para a instituição: * pluralismo em matéria política e econômica; * convergência progressiva de ações até a formação de um mercado comum latinoamericano; * flexibilidade; * tratamentos diferenciais sobre a base do nível de desenvolvimento dos países membros; * multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais.

A ALADI era composta por três órgãos, a saber, o Conselho de Ministros de Relações Exteriores, a Conferência de Avaliação e Convergência e o Comitê de Representantes, formado pelos embaixadores dos países membros, estabelecidos em Montevidéu.

Os mecanismos estabelecidos pela ALADI para a área de preferências econômicas se dividiam em três: uma preferência tarifária regional em relação a outros países; acordos de alcance regional em que participam todos os países membros; e acordos de alcance parcial que envolvem dois ou mais países membros.

A ALADI acabou criando um mecanismo de promoção de acordos de livre comércio entre seus membros. No ano de 2003, a Secretaria Geral do órgão contabilizava a assinatura de cento e três acordos comerciais entre seus membros, dos quais sete instrumentos eram de alcance regional e noventa e seis de alcance parcial.

Dados da organização demonstram o predomínio de acordos bilaterais ou plurilaterais sobre os acordos regionais no âmbito da ALADI.

Destacam-se a Modificação introduzida no Acordo de Santo Domingo pela qual os Bancos Centrais incorporam dois novos mecanismos de financiamento para atender deficiências transitórias de liquidez, em 22 de setembro de 1981; a substituição do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, celebrado no México em 1985, através de reunião realizada em 25 de agosto de 1982; a assinatura de Acordos Regionais de Abertura de Mercados em favor da Bolívia, Equador e Paraguai, em 30 de abril de 1983; assinatura de

Acordo de Alcance Regional relativo à Preferência Tarifária Regional e Resolução do Conselho de Ministros, cujo objetivo era a redução das restrições não tarifárias, ambas de 27 de abril de 1984; assinatura de Acordo de Alcance Regional para a Recuperação e Expansão do Comércio Intrarregional, em 15 de julho de 1988; a assinatura do Protocolo Interpretativo do Artigo 44 do Tratado de Montevidéu, em 13 de junho de 1994; a formalização do depósito do instrumento de adesão pela República de Cuba, em 26 de julho de 1999; a Resolução 55 do Conselho de Ministros da ALADI com medidas para fortalecer o papel da ALADI como principal marco institucional da integração regional, em 22 de fevereiro de 2002; e Resoluções do Conselho de Ministros da ALADI para a efetivação de um Espaço de Livre Comércio (ELC), assinadas em 18 de outubro de 2004.

Entre os Acordos de Alcance Parcial, os mais importantes são os de Complementação Econômica (ACE), tendo como objetivo o de impulsionar o desenvolvimento dos países componentes da ALADI mediante a complementaridade dos sistemas produtivos da região. Podem ser mais abrangentes ao incluir todo o universo tarifário, ou possuir um número menor de produtos. Os ACEs comportam desde sistemas de integração sub-regional, como o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações e acordos de livre-comércio, a simples acordos de preferências tarifárias fixas.

Sob o ponto de vista das relações econômico-comerciais, o Brasil, individualmente ou com os parceiros do Mercosul, estabeleceu uma rede de acordos comerciais cujo propósito central é o da integração regional, destacando-se o ACE -35 (Mercosul –Chile), o ACE 36 (Mercosul – Bolívia), o ACE-53(Brasil – México), ACE-54 (Mercosul – México – Acordo Quadro), ACE-55 (Mercosul – México: Setor Automotivo), o ACE-58 (Mercosul- Peru), o ACE-59 (Mercosul- Colômbia/Equador/Venezuela) e o ACE-62 (Mercosul- Cuba). Destaca-se que o ACE-36, ACE-58 e ACE-59 constituem os fundamentos centrais da integração entre Mercosul e Comunidade Andina de Nações.

Nos Acordos de Alcance Regional, destaca-se o Acordo de Preferência Tarifária Regional nº 04 (APTR04), assinado por todos os países-membros da ALADI e que estabelece a Preferência Tarifária Regional, conforme dispõe o artigo 5º do TM – 80. Por intermédio deste Acordo, os países-membros outorgam preferências tarifárias de acordo com seu desenvolvimento econômico.

No ano de 2010 foi realizado no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, um Seminário para avaliar os 50 anos da ALALC/ALADI com a participação do Secretário-Geral do órgão, diplomatas, professores, especialistas e membros da sociedade civil.

As opiniões ficaram divididas, sendo que, por parte da diplomacia, na perspectiva favorável, foram destacados os inúmeros avanços na área do comércio entre os países, inclusive pelo ambiente, concomitantemente , de crise política e econômica no âmbito interno de cada país e o próprio ambiente externo. Por outro lado, na perspectiva inversa, professores e especialistas puderam expressar sua opinião, com base numa análise desfavorável da ALADI pela falta de compromisso dos países e a dificuldade de estabelecer prioridades num processo de integração a ser realizado por países vizinhos e respeitando suas peculiaridades. O Secretário-Geral da ALALC/ALADI fez um balanço crítico destacando os avanços conseguidos no âmbito do comércio regional, não obstante o momento difícil da Guerra Fria, dos governos militares, de momentos de crise econômica mundial com reflexos na América Latina e das assimetrias entre os Estados membros.

Segundo dados da ALADI, o comércio entre os países membros multiplicou-se por quatorze entre 1980 e 2008, passando da cifra de 10 bilhões de dólares para 140 bilhões de dólares no comércio dentre seus membros, enquanto que o comércio mundial multiplicou-se por nove durante o mesmo período.

O comércio entre os países da região tem se caracterizado por incluir maior valor agregado na análise comparativa das exportações dos países membros da ALADI para o restante do mundo.

A ALALC/ALADI, justamente por não conseguir atingir os seus objetivos de promoção e articulação de estratégias no âmbito do comércio regional, possibilitou que outros espaços de integração fossem criados na América do Sul, em especial, o Pacto Andino, no final da década de sessenta do século passado;, o Tratado de Cooperação Amazônica, no final da década de setenta; e, principalmente, o Mercosul, no início da década de noventa; e a Unasul, na primeira década deste século.

A ALADI representou um avanço em relação à ALALC, tendo em vista que permitiu a ampliação comercial entre seus integrantes. No caso do Brasil, a ALADI, incluindo os parceiros do Mercosul responde por cerca de 20% do comércio brasileiro pertinente à pauta de exportações, sendo concentrada em produtos manufaturados, de maior valor agregado e média-alta intensidade tecnológica, o que demonstra a prioridade brasileira com América Latina e Caribe, em particular a América do Sul, dos últimos anos.

A ALALC continua na sua política de ampliação, tendo, na XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da ALADI, realizada em abril de 2009, sido aprovada, por meio da Resolução nº 64, a solicitação de adesão do Panamá como membro pleno da ALADI.

Na XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da ALADI, de agosto de 2011, foi aprovada a Resolução nº 75, pela qual se estabelecem os requisitos para incorporação da Nicarágua como membro pleno da ALADI, o que demonstra a perspectiva de ampliação.

2.3.2.5 - ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DE NOSSA AMÉRICA - ALBA

A Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América foi uma proposta apresentada por Hugo Chávez em dezembro de 2001, durante a II Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, com a proposta de ser um movimento com viés social e político.

A instituição surgiu formalmente em dezembro de 2004, em Havana, através da iniciativa dos Presidentes da Venezuela, Hugo Chavez, e de Cuba, Fidel Castro, que firmaram os protocolos de sua fundação. As ideias que suscitaram o nascimento da ALBA foram bastante discutidas nas diversas edições do Fórum Social Mundial, principalmente nas edições em Porto Alegre-RS-Brasil, e têm como principal objetivo deslocar o foco da integração da questão econômica para a social, com forte ênfase nos valores de solidariedade e justiça social.

A ALBA foi criada como pretensão de se constituir em uma alternativa à proposta estadunidense da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), já que, se esta objetiva a liberação absoluta de bens, serviços e investimentos, aquela estaria empenhada em lutar contra a pobreza e a exclusão social, segundo seus fundadores.

Reunidos em Havana dias 27 e 28 de abril de 2005, Fidel Castro e Hugo Chávez firmaram um plano para o início de implementação da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), uma espécie de solidariedade econômica e financeira entre os dois países.

Em 27 e 28 de abril de 2007, foi realizada em Barquisimeto, Venezuela, a V Reunião de Cúpula da ALBA, tendo como países observadores convidados o Uruguai, Equador, Dominica, Saint Kitts y Nevis, S. Vicente e Granada. Numeroso contingente cubano presta "colaboração" a países integrantes da ALBA: 39 mil na Venezuela, 2.300 na Bolívia e 58 na Nicarágua.

A chegada ao poder do presidente da Bolívia, Evo Morales, possibilitou a adesão daquele país, que tem dado uma conotação muito forte a este processo de integração, em virtude de ser o primeiro presidente representante das etnias indígenas, historicamente marginalizadas no continente, inclusive naquele país. Em sequência, houve a adesão de

Dominica, na VI Reunião de Cúpula da ALBA, realizada em Caracas, dias 24 e 25 de janeiro de 2008, com a presença dos países-membros e dos convidados, Granada, S. Vicente, Antigua, Barbados, Saint Kitts y Nevis, Equador, Haiti, Uruguai e Honduras. Ainda, em janeiro de 2008, houve a adesão da Nicarágua, esta, após o triunfo da candidatura de Daniel Ortega nas eleições para a presidência daquele país.

Entre Cuba e Venezuela, diversos acordos foram assinados, inclusive para a erradicação do analfabetismo em território venezuelano e o envio de dentistas para este país em troca de petróleo a preço subsidiado. Trata-se de um movimento de forte conotação social e que tem apresentado melhorias efetivas, com o alcance de sucesso, junto aos setores mais carentes das sociedades desses países.

Ainda em 26 de janeiro de 2008, Bolívia, Cuba, Venezuela e Nicarágua assinaram um documento fundando o Banco da ALBA, com um capital de US$ 1 bilhão, banco que teria decisões de fundamento político em preponderância aos interesses de fundamento econômico e financeiro. Atualmente, os países componentes são Antigua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadina e Venezuela, tendo tido uma situação de conflito com Honduras face à crise política deste país, através da deposição do seu Presidente Manuel Zelaya, que o levou à saída do território nacional.

2.3.2.6 - ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO PARA AS AMÉRICAS - ALCA

Os países sul-americanos, em diferentes estágios, resolveram estabelecer estratégias conjuntas, com o objetivo de dar um freio aos prazos estabelecidos pelos estadunidenses para a implantação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

O projeto da ALCA se constituiu num processo de criação de uma Zona de Livre Comércio, concebida pelos Estados Unidos na Cúpula das Américas em 1994, em Miami, que não somente consolida a sua liderança nas Américas, mas também amplia as escalas das empresas estadunidenses. A proposta de criação da ALCA, na sua essência, é uma ampliação do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), assinado pelos Chefes de Estado do Canadá, Estados Unidos e México em dezembro de 1992 e que entrou em vigor em 01 de janeiro de 1994. O NAFTA constitui-se numa Zona de Livre-Comércio e prevê, em sua essência, a eliminação gradual das barreiras ao comércio de bens e serviços e aos investimentos entre os países-membros, de forma a constituir uma área de livre-comércio em

um prazo de quinze anos, em acordo com as regras da então Rodada Uruguai do GATT, atual Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Declaração do compromisso para a implantação da ALCA, a partir de 31 de dezembro de 2004, com a consequente redução alfandegária a partir de 2005, foi oficializada por trinta e quatro chefes de Estado e de Governo na Cúpula das Américas, de Santiago do Chile, em abril de 1998.

Não há qualquer interesse dos EUA em avançar a ALCA do estágio de zona de livre-comércio para o de uma união aduaneira, até porque objetiva permitir acordos bilaterais para abertura dos mercados, beneficiando, desta forma, produtos de outros países.

Constata-se, em relação à ALCA, as seguintes questões: 1) trata-se de uma estratégia de integração com contornos nitidamente econômicos e comerciais; 2) as assimetrias existentes poderiam promover um enorme desequilíbrio, em favor das empresas estadunidenses; e 3) a possibilidade de invasão de produtos americanos e canadenses no mercado brasileiro e demais países, principalmente os menores, poderia asfixiar o parque industrial, o que demonstra a necessidade de uma preparação para uma concorrência entre empresas, além da garantia efetiva da reciprocidade para salvaguardar os mercados e os consumidores.

A estratégia e o modelo de integração defendida pelos Estados Unidos para a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), propiciaram um sentimento contrário do Brasil e de grande parte dos demais países sul-americanos, até porque a competitividade das empresas estadunidenses é muito maior do que a destes países, propiciando, inclusive, uma desigualdade de competição na defesa dos mercados.

Os Estados Unidos não mudavam a estratégia comercial de mecanismos de salvaguardas e de proteção aos seus produtos, contra os de outros países. A estratégia brasileira, para se questionar as barreiras comerciais estadunidenses contra os produtos brasileiros, passava por uma articulação com outros países com economia mais fragilizada, com potencial de crescimento e que teria muito mais prejuízos do que vantagens no seu mercado interno com a área de livre-comércio defendida pelos Estados Unidos.

Pela dimensão da ALCA, diversos setores da sociedade organizada iniciaram um movimento de debate no Brasil e em outros países, destacando a necessidade de definição de prioridades na ação política governamental, a viabilização de medidas e estratégias para que o Estado pudesse atuar a partir de uma redefinição do seu papel, além do estabelecimento de uma política industrial, que incluísse o setor produtivo, além da modernização das relações de trabalho, preocupados com a terceirização e a precarização, bem como a inserção maior dos

produtos brasileiros no mercado externo.

Sem o objetivo de aprofundar os princípios filosóficos do Estado Intervencionista, com fundamento no Estado do Bem Estar Social, em contraposição ao Estado Neoliberal, este com fundamento no liberalismo clássico e nos princípios do "*laissez faire*", é inequívoco que o Estado deve assumir um papel de implementador e formulador de diversas políticas públicas para que o País possa retomar o processo de desenvolvimento, e que isso signifique, necessariamente, redistribuição de renda, como única forma específica de resgatar milhões de brasileiros, e sul-americanos, para um processo de cidadania plena.

Para atingir tal objetivo, o papel do Estado vem sendo reconhecido como fundamental para o estabelecimento de políticas públicas e metas de investimento, o que não exclui a participação de setores da sociedade, seja num Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com a participação de vários segmentos representativos do movimento popular e organizado, o setor produtivo e as Organizações Não-Governamentais, como forma de discutir e legitimar o pensamento da sociedade, como existe no Brasil, seja através das Universidades e dos Centros de Estudos Estratégicos, que poderiam utilizar o conhecimento e a pesquisa desenvolvida para subsidiar o processo de integração no campo científico e tecnológico, e no desenvolvimento sustentável.

Por uma questão estratégica, a integração entre os países sul-americanos tende a se implementar e fortalecer através de um processo de integração regional próprio, o que não inviabiliza que acordos de livre-comércio com países da América Central e Caribe não possam ser implementados, apesar da influência econômica dos Estados Unidos junto a esses países.

É indispensável que medidas regionais como o acordo de livre-comércio assinado entre o Mercosul e os países da Comunidade Andina de Nações, além da própria adesão da Venezuela ao Mercosul, possam desenvolver um fortalecimento nas relações de integração política, econômica, social e cultural, resgatando o princípio constitucional brasileiro da integração latino-americana e, ao mesmo tempo, fortalecendo a posição de negociação face á não implantação da ALCA.

A alternativa dos Estados Unidos diante das dificuldades de retomar o projeto de implantação da ALCA tem sido a de pressionar os países para a implantação de Tratados de Livre Comércio bilaterais e com várias condicionantes que dificultam efetivamente o livre-comércio destes países com os seus países vizinhos, ficando vinculados ao acordo estabelecido com os estadunidenses, se contrapondo, desta forma, aos processos de integração na América do Sul, em especial o Mercosul, em virtude de não contemplar uma

Tarifa Externa Comum.

2.3.2.7 - MECANISMO PERMANENTE DE CONSULTA E CONCERTAÇÃO POLÍTICA (GRUPO DO RIO) (1986), a CALC (CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE) (2008) e a COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC) (2010)

Cabe registrar a atuação do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (o chamado Grupo do Rio), criado em dezembro de 1986, sendo consequência do trabalho político e diplomático dos Grupos de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), em favor da paz na América Central. Nesta evolução do processo histórico, o Grupo do Rio firmou-se como mecanismo regional de diálogo e concertação política e interlocutor representativo da América Latina e do Caribe junto a outros países, tendo a adesão atual de vinte e quatro países membros.

Nestas duas décadas de existência, o Grupo do Rio funcionou como foro privilegiado de comunicação entre Chefes de Estado e Chanceleres dos países membros e na interlocução com outros blocos como no caso da União Européia, com o qual existe um diálogo institucional.

A sua criação tem como pressuposto a constituição de um mecanismo regional de diálogo e concertação política, principalmente em situações de instabilidade e divergência política, como nas situações de intervenções dos Estados Unidos em países da América Central.

Nos últimos anos, o Grupo do Rio tem enfrentado um gradual enfraquecimento na sua agenda política, bem como lutado contra dificuldades para definição de uma atuação no atual contexto político e econômico da América Latina. Houve diminuição da sua capacidade de se apresentar como articulador do conjunto de interesses regionais. Esse processo reflete, de certo modo, o fortalecimento de outros blocos da agenda regional da América o Sul, América Central e do Caribe compatíveis com uma agenda de um novo momento histórico.

Em face à nova conjuntura foi proposto pelo Governo Lula, em 2008, a realização da I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) tendo como tema Integração e Desenvolvimento. Esta Cúpula foi realizada em Costa do Sauípe, na Bahia, e teve a importância histórica de reunir Chefes de Estado e de Governo da região para a discussão de temas e desafios comuns. Estiveram presentes os representantes de Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba,

Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, um total de 33 Chefes e Chefas de Estado e de Governo.

Ao final, a Declaração de Salvador destacou a importância da integração regional, da cooperação, do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e da promoção da justiça social e da democracia. Foi realçada a preocupação com a crise financeira internacioal, a energética, alimentar e ambiental e a necessidade de se manter o diálogo e a cooperação permanente entre os países para enfrentar os desafios.

Os resultados da Cúpula além da preocupação com temas como infra-estrutura, energia e desenvolvimento, incluiu questões operacionais como a das Ilhas Malvinas, o bloqueio econômico imposto à Cuba, apoio à solicitação de benefícios ao Panamá, apoio à Bolívia e iniciativa no âmbito da CALC contra a crise financeira internacional.

A Reunião Ministerial Preparatória para a II CALC realizou-se em novembro de 2009, em Montego Bay, na Jamaica com discussões sobre cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração; crise financeira internacional; energia; infra-estrutura; desenvolvimento social e erradicação da fome e da pobreza; segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento sustentável; desastres naturais; e mudanças climáticas, demonstrando a enorme agenda de discussão que passou a ser incorporada no âmbito da CELAC.

Na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, ocorrida em Cancún em 22 e 23 de fevereiro de 2010, que congregou a XXI Cúpula do Grupo do Rio e a II Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento - CALC, decidiu-se criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), tendo como fundamento a fusão do Grupo do Rio e da CALC, segundo "Declaração da Cúpula da Unidade", assinada pelos Chefes e Chefas de Estado e de Governos presentes. Em face de este projeto ainda estar sendo debatido, não há prejuízo para o funcionamento e atuação do Grupo do Rio e da CALC.

Existe uma Secretaria *Pro-tempore*, cujo mandato está sendo exercido pelo Chile, e dentre os principais objetivos institucionais está o de coordenar posições acerca de temas relevantes para a região, como, por exemplo, a estabilidade política e a preservação dos valores democráticos e das instituições do Estado de Direito, bem como o de servir como um interlocutor da região com outros países e grupos de países, para discussão de temas de interesse da América Latina e do Caribe, como migrações e cooperação regional.

O principal instrumento jurídico do Grupo do Rio foi a chamada Declaração do Rio de Janeiro, tendo sido firmada pela Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela.

Na atuação política, o Grupo do Rio se consolidou como um espaço de ampliação dos canais democráticos, tendo como pressuposto a atividade diplomática dos Grupos de Contadora e de Apoio em favor da paz na América Central, sendo natural a sua articulação com a CALC por ser um foro de natureza político, tendo se articulado para ter maior interseção na área econômica e de cooperação.

Em síntese, durante este um quarto de século, o Grupo do Rio auxiliou na mediação de conflitos entre países como aconteceu na crise entre Colômbia, Equador e Venezuela após violação da soberania equatoriano pela Colômbia em março de 2008, para matar guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colombia (Farc's) que estariam naquele país.

Talvez tenha sido durante as décadas de oitenta e noventa o principal foro de concertação política para discussão de temas de interesse da América Latina e Caribe, através de inúmeras declarações que visavam a demonstrar o equilíbrio regional e a defesa da solução pacífica de conflitos, embora tenha perdido importância política à medida que outras instâncias foram ocupando este espaço.

A CELAC poderá herdar os contatos políticos e o diálogo estabelecido pelo Grupo do Rio com diversos parceiros, como União Européia, China, Rússia, Canadá, Japão, Índia, Coreia do Sul, ASEAN, Israel, Ucrânia, Liga Árabe – G-77, Grupo GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldova), Austrália, Estados Unidos, União Africana, Conselho de Cooperação do Golfo, dentre outros.

A CELAC conta com 33 países fundadores, tendo tido um período de suspensão de Honduras em virtude da situação política da deposição do Presidente eleito.

CAPÍTULO 3

A CRIAÇÃO DO MERCOSUL

Embora com os interesses direcionados para a intensificação da atividade comercial, verifica-se que as políticas de integração nas últimas duas décadas vêm ampliando seus contornos de forma significativa ao contemplar a preocupação política e institucional, a social e a jurídica.

No caso do Mercosul observam-se múltiplos fatores influenciados pela conjuntura política mundial, principalmente no início da década de noventa do século passado, através das consequências do modelo preconizado pelo pensamento neoliberal, conhecido como Consenso de Washington, e a ascensão do modelo unipolar através da liderança estadunidense no contexto geopolítico da hegemonia global.

Se todos os outros modelos já citados de integração ocorreram sob a luz do mundo bipolar representado pelas potências que se aliavam às posições antagônicas lideradas pelos Estados Unidos e pela União Soviética, o Mercosul nasceu já refletindo a ascensão estadunidense e a derrocada soviética, esta já proveniente de um processo de fragmentação do início dos anos oitenta e durante os noventa. O mundo unipolar praticamente teve um período muito curto de duração, de cerca de pouco menos de duas décadas, intensificado principalmente ao final da década de oitenta e durante a década de noventa do século passado.

A própria criação do Mercosul e a sua evolução demonstram a estratégia diferente do Estado brasileiro, que avançou na intensificação de atividades exclusivamente comerciais, mas sobretudo na busca de um processo mais consistente, que vai significar, mais tarde, o reconhecimento de sua importância por outros países intra e extrabloco.

No caso deste espaço de integração, existe um histórico que fundamenta esta evolução, tendo em vista a trajetória da atividade de comércio com a Argentina durante parte da década de oitenta, bem como de rivalidade entre estes países, que foi importante para justificar a necessidade de pilares mais sólidos para um processo de integração.

Com pressuposto nos seus estágios evolutivos, a análise do Mercosul compreende o contexto que situou as diretrizes governamentais dos Governos liderados por José Sarney,

Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, abordando os fundamentos que nortearam a atuação durante a primeira década de seu funcionamento (1991-2000), e a segunda década (2001-2010), bem como os reflexos no governo da Presidente Dilma Rousseff, que avança neste início de terceira década do Mercosul, a partir de 2011.

O Mercosul foi constituído no período de redemocratização pós-transição dos regimes militares para as democracias, tendo neste sentido uma legitimidade enquanto consequência da decisão política de governantes eleitos pelo voto direto, das novas Constituições oriundas de processos constituintes originários, sendo característica do processo de transição política que culmina com a redemocratização do país.

Esta fase de transição intensificou-se ao longo da década de oitenta do século passado, tendo como política estabelecida pelo governo a do processo de diminuição do tamanho do Estado através de amplos programas de privatização, com a coordenação de políticas macroeconômicas, incidência de altas taxas de juros com aumento do desemprego e do subemprego, pouca liquidez para investimentos, dentre outras características.

A opção por esse projeto era baseada na concepção política unilateral que simbolizou o triunfo dos fundamentos do chamado Consenso Econômico Neoliberal, enquanto visão conservadora e idealizada por pensadores econômicos da Escola de Chicago, tendo sido marcado pela tentativa de imposição do livre mercado e o destaque no papel das empresas e das organizações financeiras internacionais, com clara diminuição da importância e da atuação social do Estado.

Enquanto política de governo, o pensamento neoliberal tem como principais modelos os implementados pelos Chefes de Estado dos Estados Unidos da América, o ex-Presidente Ronald Reagan, e do Reino Unido, a ex-Primeira Ministra Margareth Thatcher, no início dos anos oitenta.

Para o sociólogo português Boaventura de Souza Santos,

> O Consenso de Washington diz respeito à organização da economia global, incluindo a produção, os mercados de produtos e serviços, os mercados financeiros, e assenta em liberalização dos mercados, desregulamentação, privatização, minimalismo estatal, controle da inflação, primazia das exportações, cortes nas despesas sociais, redução do déficit público, concentração do poder mercantil nas grandes empresas multinacionais e do poder financeiro nos grandes bancos transnacionais. As grandes inovações institucionais do consenso econômico neoliberal são as novas restrições à regulamentação estatal, os novos direitos internacionais de propriedade para investidores estrangeiros e criadores intelectuais e subordinação dos Estados nacionais a agências multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do

Comércio. (SANTOS, 1998, p.17).[47]

No âmbito dos países emergentes, a reafirmação dos princípios constitucionais como instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e da integração sul-americana poderiam se constituir na reafirmação de algumas alternativas e estratégias de medidas governamentais, inclusive no que concerne ao importante papel da estrutura da Administração Pública na definição das políticas sociais a serem alcançadas, tendo como base um planejamento previamente definido e que legitime diretrizes para as políticas públicas de integração, em contraponto às medidas recessivas e ortodoxas da cartilha neoliberal.

O receituário neoliberal influenciava, durante este período, vários países em todo o mundo, principalmente porque o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial direcionava aos países, inúmeras medidas que eram aplicadas em nome do livre-mercado e do comércio livre.

Esse movimento teve forte impacto na América Latina na medida em que os novos governantes do período de redemocratização optaram por aplicar, ao longo da década de oitenta, as políticas neoliberais por intermédio da privatização de ativos; extinção de empresas públicas; transferências de atividades econômicas para a iniciativa privada mediante concessão; coordenação de políticas macroeconômicas; poucos investimentos nos serviços públicos; perda de direitos do servidor público; pouca prioridade nas políticas e nos direitos sociais com profundas mudanças na Constituição; defesa da promoção de reformas e quebra de monopólios, dentre outras políticas estabelecidas na esfera de governo.

O Brasil, recém convertido ao sistema democrático, em 1985, após vinte e um anos de ditadura militar, tinha problemas estruturais sob o ponto de vista econômico, além de uma frágil democracia em processo de institucionalização.

O triunfo da chapa Tancredo Neves- José Sarney no Colégio Eleitoral, ou seja, eleitos através de uma eleição indireta no ano de 1984, permitiu o primeiro governo civil após o golpe militar de 31 de março de 1964.

Tancredo Neves era um político de centro, Senador da República por Minas Gerais, veterano da política que tinha participado da experiência do Parlamentarismo como Primeiro Ministro de 1961 a 1962, após a renúncia de Jânio Quadros, antes do golpe militar.

Sua plataforma fazia alusão a uma Nova República,[48] baseada num projeto reformista que consolidasse a transição democrática, corrigisse os índices inflacionários, fizesse a

[47] SANTOS. Boaventura, 1998, p.17

[48] Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, a eleição de Tancredo Neves foi realizada no Colégio Eleitoral, tendo sido a última eleição indireta para Presidente da República. O seu vice José Sarney foi Presidente Nacional da Arena, partido de situação ao regime militar, tendo sido um dos líderes da dissidência que apoiou Tancredo e veio a fundar o Partido da Frente Liberal.

renegociação da dívida externa e lutasse por uma Constituição Democrática através de uma convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, além da defesa da melhoria da distribuição de renda, já que a ditadura tinha concentrado a riqueza baseada na tese de que o bolo tinha que crescer, para depois dividi-lo, conforme declaração à época do então Ministro do Planejamento, Delfim Netto.

O legado do regime militar (1964-1985) foi contraditório porque, apesar dos altos índices de crescimento e de uma maior diversificação do quadro industrial em comparação com os seus países vizinhos, é fato que o Brasil esteve sempre em posição secundária nos indicadores sociais, tais como índices de mortalidade infantil, analfabetismo e acesso aos direitos elementares, associado aos piores indicadores de desigualdade social do mundo, tendo aprofundado os níveis de dependência, além da marca registrada do endividamento externo provocado por empréstimos contraídos para a realização de obras faraônicas como a Rodovia Transamazônica, Usina Nuclear de Angra, Ponte Rio-Niterói, dentre outras obras.

A elite tradicional, tanto no campo como na base industrial, procuraram caminhos de modernização e de pressão sob o Estado, que, graças a um modelo concentrador, ampliava as condições de desigualdade da sociedade brasileira. Na medida em que o mercado interno não apresentava condições de absorver as mercadorias desta base produtiva, abriram-se espaços para novos mercados, sob o discurso de uma modernização econômica que, na verdade, já tendia às mudanças no plano internacional da ascensão do neoliberalismo e da abertura desenfreada dos mercados.

No plano político, o triunfo no Colégio Eleitoral contou com o apoio de políticos de centro para a direita, do antigo Partido Democrático Social que não votaram no então candidato do partido político da situação (Arena), Paulo Maluf, e marcaram a dissidência ao fundar o Partido da Frente Liberal (PFL), posteriormente Partido Democratas.

O Brasil dos anos oitenta era um país marcado por inflação alta, o que proporcionou diversos choques econômicos, com perda de zeros e mudanças de moedas, implementação de gatilhos e reposições salariais, instituição do planos econômicos como o Bresser (1985) e o Verão (1986), criação da Unidade de Referência de Preço (URP), enfim, inúmeros projetos e tentativas de controle da inflação implementados pelos governantes ao longo da década para tentar recuperar o poder de compra da moeda.

A morte de Tancredo Neves consolidou-se como espaço de manipulação da opinião pública através da mídia, já que a real condição da saúde do Presidente fora omitida durante bom período. A população teve conhecimento pleno da gravidade da situação quando foi veiculada a notícia da sua internação no dia 14 de março de 1985. Submetido a várias

operações e com notícias de boletins veiculadas de forma não muito clara, o falecimento, em 21 de abril, feriado nacional de Tiradentes, até hoje é envolto em mistério e possibilidade de a informação ter sido controlada, já que verdadeira comoção popular seguiu-se àqueles dias entre março e abril de 1985.

A versão oficial do falecimento por uma diverticulite sequer permitiu sua assunção ao cargo de Presidente da República, tendo tomado posse o então Vice-presidente da sua chapa, Senador pelo Estado do Maranhão, José Sarney, no mandato que viria a ter cinco anos, de 1985 até março de 1990, sendo que, cerca de um ano antes, era o líder da Arena, partido de sustentação política do regime militar.

O legado deste período proporcionou algumas decisões que vieram a ter influência no futuro, notadamente em relação ao processo de integração regional sul-americano.

A política externa do Governo Sarney, simbolizando a então Nova República, foi conduzida pelo Ministro Olavo Setúbal, que tratou de mudar a então vigente política do pragmatismo responsável e do universalismo, do Governo Militar, baseada no fato de que o Brasil, sendo um país ocidental, deveria maximizar suas oportunidades, priorizando a cooperação com os Estados Unidos para chegar ao Mundo Desenvolvido.

Num momento de mudanças profundas em curso na conjuntura internacional, inclusive marcado pela dificuldade no diálogo Norte-Sul, conforme ocorreu na Cúpula do G-7, realizada em Cancún, naquele ano de 1985, o chanceler acabou sendo substituído por Abreu Sodré, que, numa visão mais pluralista da política externa, reatou relações diplomáticas com Cuba, numa demonstração de mudança na orientação política.

Começam a se estreitar os contatos com a Argentina, tendo em vista o interesse estratégico demonstrado pelo governo Sarney numa maior cooperação e integração com o país vizinho.

Proveniente da realidade dos anos setenta com o encaminhamento sobre diferenças históricas quanto ao aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata, os dois maiores países da América do Sul, Brasil e Argentina, passaram, então, a promover a cooperação e o diálogo como princípio norteador de suas relações bilaterais, através dos Presidentes civis José Sarney e Raúl Alfonsin, respectivamente.

Importante registrar a difícil conjuntura econômica interna de Brasil e Argentina, já que havia uma crise da dívida que deixava os países sul-americanos vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

No quadro diplomático do continente, interessava ao Governo Reagan trazer o conflito centro-americano para o restante do hemisfério, o que possibilitava utilizar instrumentos

diplomáticos e militares para exercer pressão suplementar sobre a América Latina. (VIZENTINI, 2004).[49]

Foi nesse contexto que Brasil e Argentina aderiram ao Grupo de Apoio a Contadora, o que ajudou a consolidar o quadro de aproximação entre eles.

Este processo de discussão culminou, em 30 de novembro de 1985, com a assinatura da Declaração de Iguaçu, concomitantemente ao processo de redemocratização dos dois países, tendo sido assinada pelos Presidentes Raúl Alfonsín, pela Argentina, e José Sarney, pelo Brasil. Neste documento os Presidentes enfatizaram a consolidação do processo democrático e da união de esforços com vistas à defesa de interesses comuns nos foros internacionais. Foi criada a Comissão Mista de Cooperação e Integração Bilateral, à qual coube a formulação de propostas de integração entre o Brasil e a Argentina.

Como consequência do trabalho da Comissão Mista foi assinada em 29 de julho de 1986, a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, na qual se comprometeram a cumprir o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que estabeleceu Protocolos setoriais voltados para a integração de alguns setores produtivos específicos. O objetivo do Programa era abrir, de modo seletivo, os mercados nacionais e estimular a complementaridade das economias, a fim de permitir condições de adaptação dos agentes privados ao novo ambiente econômico, o que permitiria, no longo prazo, a intensificação da atividade comercial com a diversificação das mercadorias.

O aumento do intercâmbio comercial entre os dois países implicou no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, assinado em 29 de novembro de 1988, no qual se previu um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum, com possibilidade de eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e a elaboração de políticas conjuntas. A ideia de um mercado comum já apontava uma visão estratégica das duas maiores economias da América do Sul, na busca de alternativas face às enormes dificuldades dos países da América Latina no cenário econômico internacional.

Havia uma compreensão nos dois países, não somente da necessidade de ampliação de espaços na arena internacional, mas de busca de alternativas para a crise e as dificuldades internas.

O Governo Sarney tinha clareza de que o processo de integração permitiria aumentar a base regional para a inserção internacional do país, embora sem ter um projeto integracionista detalhado no âmbito político, concentrando as preocupações na possibilidade de uma maior participação no comércio internacional.

[49] VIZENTINI, 2004. p. 69

Para fins de compreensão dos aspectos políticos que compõem a *genesis* do Mercosul, impõe-se conhecer a conjuntura política internacional e o funcionamento da economia brasileira até os anos noventa.

No aspecto diplomático, a segunda metade da década de oitenta foi conturbada decorrente do clima de instabilidade entre Brasília e Washington, inclusive com imposição de sanções comerciais e críticas à integração regional sul-americana, num momento em que a posição americana já era a de apostar numa área de livre-comércio entre o Alasca e a Patagônia, excetuando Cuba, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A pressão recorrente do Governo Reagan era com relação ao pagamento da dívida e à economia do país. A posição brasileira, decorrente da pressão dos movimentos sociais organizados reticente aos acordos e às renegociações junto ao Fundo Monetário Internacional, se baseava em políticas recessivas de orientação monetarista, criava dificuldades com os Estados Unidos da América. Com Planos Econômicos não dando certo no plano interno e face à pressão externa, o Brasil recorreu às linhas de crédito fechando acordos de pagamento da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional.

Concomitantemente, os Estados Unidos pressionavam pelo alinhamento da posição brasileira, até então autônoma e de visão favorável ao entendimento entre as nações, com a posição daquele país em temas complexos, como Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, meio-ambiente, Amazônia, patentes, informática, energia nuclear, livre-comércio, dentre outros pontos, inclusive pressionando pela aprovação de legislações federais no âmbito interno, como Lei de Patentes, Pipeline, Compras Governamentais, etc.

Com base no processo de mudanças que estavam acontecendo na arena internacional e na pressão americana permanente, a diplomacia brasileira passou a priorizar acordos e tratados com outros países e regiões, o que possibilitaria uma diversificação maior para o Brasil ficar menos vulnerável à pressão americana.

Esta tentativa de demonstrar uma maior autonomia em relação aos Estados Unidos, propiciou que o país tivesse uma maior inserção na América Latina, mas também o início de diálogo com outras partes do mundo, inclusive junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e alguns países do Leste Europeu, além do início de uma maior cooperação no eixo Sul-Sul, incluindo África, Ásia e Oriente Médio.

No que tange à África, além de mantidas as posições diplomáticas de reconhecimento de independência de países, o que ocorreu durante a década de 70, saindo da zona de influência da posição estadunidense, houve uma intensificação do fluxo comercial com uma maior participação do Estado brasileiro, através de Agências e Empresas.

No que tange à Ásia, destaca-se a visita do Presidente Sarney em julho de 1988, sendo recebido pelo líder comunista Deng Xiaoping, propiciando a intensificação do comércio sino-brasileiro, até então muito reduzido, além de acordos de cooperação firmados na área de ciência e tecnologia, inclusive espacial.

No que tange ao Oriente Médio e aos países árabes, o intercâmbio ocorreu em áreas como cooperação econômica, industrial-militar, técnico-científica, transporte e navegação e intercâmbio comercial, propiciando novos espaços para o comércio. (Vizentini, 2004).

Importante destacar, na órbita diplomática, o início da aposta no eixo Sul-Sul, pelo fato de a delegação brasileira, em outubro de 1986, na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, ter apresentado um projeto de resolução declarando o Oceano Atlântico, no espaço que compreende a América do Sul e a África, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, projeto este aprovado com o único voto contrário do representante dos Estados Unidos, Noel Gron. Trata-se de um instrumento significativo, com reflexo nos dias atuais, principalmente por ocasião das descobertas do Pré-sal, além de ser instrumento de dissuação no campo diplomático, contra eventual e recorrente manifestação estadunidense de reativação da sua Quarta Frota no litoral brasileiro, sob o argumento dos perigos oriundos do terrorismo internacional, o que, inclusive, já foi rechaçado pelos países da América do Sul, através de Declarações da Unasul.

No aspecto econômico, além da inflação alta, o Brasil tinha um quadro de conflitos sociais com inúmeras greves gerais e setoriais, particularmente do setor público e de categorias organizadas da iniciativa privada, além da herança militar de baixos indicadores sociais, com altos índices de mortalidade infantil e profundo abismo na redução nos indicadores de renda.

O quadro econômico no início de 1990, na transição de Sarney para Collor, tinha sinais de reserva de mercado como a proibição de importação de 1.200 produtos, inclusive automóveis e eletroeletrônicos; o fato de os preços estarem sob controle governamental, sendo os percentuais de reajuste calculados pelo Conselho Interministerial de Preços e fiscalizados pela Sunab; o fato de ser recorrente a prática de cartel na formação dos preços, já que havia reajustes lineares dos preços; e a proibição de aplicação de investidores estrangeiros nas bolsas de valores brasileiras.

A chegada ao poder do Presidente Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1990, foi traumática em decorrência das inúmeras medidas jurídicas tomadas sob a justificativa de conter o legado inflacionário em curso. Foi decretado feriado bancário, tendo o

Presidente da República apresentado à nação o Plano Brasil Novo, também chamado de Plano Collor, através da publicação de 22 Medidas Provisórias.

Dentre as polêmicas medidas, destacavam-se o bloqueio, denominado confisco, das Cadernetas de Poupança e outros investimentos acima de CzN$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos); a privatização de Empresas Estatais; a reforma administrativa, com a demissão de cerca de 115 mil servidores públicos; e a abertura da economia com liberação gradual de preços e redução das tarifas de importação, tudo sem qualquer estudo ou critério técnico que justificasse opção tão radical logo nos primeiros dias do mandato.

O caso das cadernetas de poupança e das contas correntes, cujo confisco reteve mais de cem milhões de cruzados novos, implicou milhares de cidadãos buscando os seus direitos através dos Autos dos Processos Judiciais em trâmite junto às instâncias do Poder Judiciário, objetivando o desbloqueio de recursos financeiros acima daquele valor fixado.

A justificativa utilizada de fim da reserva de mercado para as mudanças profundas que vieram a ser implementadas veio a se caracterizar como uma decisão protecionista porque várias empresas tiveram de mudar o seu planejamento e investir em inovação, qualidade e produtividade, de forma a poder enfrentar a ameaça de invasão de produtos estrangeiros, gerando prejuízo para as empresas nacionais, dificuldade de competitividade e incapacidade gerencial para enfrentar a situação no curto prazo, o que acabou provocando desemprego e dificuldade de manutenção dos postos de trabalho.

Se a abertura para os produtos importados poderia ter tido o mérito de forçar uma competitividade, por outro lado, deveria ter sido mais bem planejada, com etapas bem definidas, principalmente de curto e médio prazo, além de sistemas de compensação e o acompanhamento governamental para que as empresas pudessem se preparar para o novo modelo, através de estratégias de gerenciamento, e mesmo ter maior autonomia em relação ao grau de dependência do apoio das instituições públicas, o que ajudou a provocar uma recessão sem precedentes, com inúmeras falências, diminuição dos investimentos e falta de acesso aos créditos públicos, inclusive no campo.

Em virtude desta nova realidade, foram criadas as Câmaras Setoriais, com a participação do governo, dos empresários e dos trabalhadores, objetivando disciplinar as políticas a serem implementadas, os investimentos, os níveis de emprego, equilíbrio dos preços, além de ser uma estratégia para tentar conter a pressão inflacionária, o que acabou não gerando resultados satisfatórios.

A implementação destas medidas fortes e de forma autoritária e impositiva, sem nenhuma discussão com a sociedade, com o Congresso Nacional e com as instituições,

provocou efeitos desfavoráveis como a diminuição da classe média, que, em 1989, era de 6,5% da população, e, em 1992, era de 3,4%; aumento do índice de demissão de servidores públicos, e índices crescentes de desemprego. O salário-mínimo também perdeu poder de compra, tendo o país aprofundado um quadro de recessão, na ordem de 4,3%, a maior no período pós-guerra.

O quadro desfavorável levou, no segundo ano de mandato de Fernando Collor, ao lançamento do Plano Collor II, em 31 de janeiro de 1991, já que a inflação acumulada no ano de 1990 tinha chegado ao índice de 1.620.97%. O lançamento do Plano Collor II ocasionou o fim das operações de *overnight*, muito utilizada para remunerar o capital em operações de curto prazo, bem como o fim do Bônus do Tesouro Nacional fiscal (BTNf), utilizado pelo mercado para indexação de preços.

O governo instituiu um cronograma de redução das tarifas de importação, justificando que a ampliação das compras externas de vários itens, dentre eles o automóvel, proporcionaria a abertura comercial que levaria à elevação da concorrência interna para contribuir com a redução dos índices inflacionários. Até o fim de 1991, o índice inflacionário cairia a 472%.

Embora tenha iniciado o mandato com uma inflação de cerca de 82,39%, com a diminuição para 25,24% em dezembro de 1992, houve forte avanço inflacionário no início de 1993. O confisco das rendas e valores financeiros das famílias e a redução do tamanho do Estado serviram para manter a dívida pública interna no elevado patamar de 38,1% do PIB no ano de 1991.

A privatização das Empresas estatais, em que pesem as inúmeras críticas à época por se tratar de uma desnacionalização para estatais européias, com financiamento de dinheiro público do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou através de moedas-podres (títulos públicos), enquanto política para diminuição do tamanho do Estado, acarretou um processo de diminuição dos ativos públicos, destacando-se a inclusão de 68 empresas públicas, algumas bastante lucrativas, no Programa Nacional de Desestatização (PND), sendo que 18 foram efetivamente privatizadas através de leilões na Bolsa de Valores, sempre com contestação e protesto da sociedade, inúmeras Ações Judiciais com o objetivo de impedir os leilões e conflitos com a polícia no Rio de Janeiro, prática esta recorrente durante os dois anos de Fernando Collor de Mello, os dois anos de Itamar Franco, em menor escala, e os oito anos de Fernando Henrique Cardoso.

A Usiminas foi a primeira estatal a ser privatizada, em 24 de outubro de 1991, cuja sede era no Município de Ipatinga, Minas Gerais.

Outras empresas relevantes foram a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta

Redonda, Rio de Janeiro, no ramo da siderurgia; a Celma, reparadora de turbinas e fabricante de motores de avião, cuja sede era no Rio de Janeiro; a Mafersa, uma das maiores do mundo na fabricação de rodas de eixos para ferrovias nacionais e trens para metrô, com sede em São Paulo;a Cosinor, Companhia Siderúrgica do Nordeste, que atuava na laminação de vergalhões de aço para construção, do ramo da siderurgia, com sede em Pernambuco; a Aços Finos Piratini, na produção de metais forjados para revendedores e usuários de arame, com sede no Rio de Janeiro; a Petroflex, na produção de elastômero SBR, para pneus, com sede no Espírito Santo; a Companhia Siderúrgica de Tubarão, na produção de placas de aço, no Espírito Santo; a Nitriflex, empresa do setor petroquímico, com unidades no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul; a Fosfértil, produtora de fertilizantes à base de fosfato, com sede no Espírito Santo; a Polisul Petroquímica, com atuação na área da injeção aditivada, sopro e extrusão, filmes, tubos e rotomoldagem, com sede no Rio Grande do Sul; e a Companhia Industrial de Polipropileno, na produção de resinas de polipropileno, com sede no Rio Grande do Sul.

A justificativa da privatização era a necessidade de redução do tamanho do Estado, que apresentava déficits correntes na manutenção de sua estrutura, e de necessidade de plena abertura para o ingresso de capitais privados internacionais. Ocorria, no entanto, maior ingresso de capital especulativo do que capital produtivo, beneficiado por altas taxas de juros e a crítica de que a privatização serviu para a aquisição dos ativos integrantes do patrimônio nacional por empresas estrangeiras, a preços abaixo do valor de mercado e com financiamento público.

O próprio ingresso destes recursos na contabilidade pública não significou mudanças profundas na situação econômica do país, num momento em que havia estímulo às importações e queda natural das exportações, inclusive pela desintegração da máquina pública, menor capacidade de financiamento e falta de medidas governamentais de incentivo às exportações, caracterizando um quadro de extrema dificuldade para o desenvolvimento nacional.

O fim da atribuição de determinar os reajustes dos preços, através do Conselho Interministerial de Preços, provocou uma realidade de mercado até então desconhecida, já que se modificou a reserva de mercado para um sistema livre

O fim da reserva de mercado, notadamente os citados 1.200 produtos que eram proibidos de serem importados, como automóveis e eletroeletrônicos, facilitou, de certa forma, as tratativas para abertura dos mercados através do Mercosul, embora sem o necessário planejamento e estudo técnico para medidas com impactos desta natureza.

Situações conjunturais da abertura da economia brasileira, iniciada naquele governo,

foram diretrizes mantidas posteriormente, inclusive quando da adoção do Plano Real, já que a economia fechada dificultava uma participação mais destacada na atividade de comércio internacional.

O regime de câmbio flutuante foi adotado no Governo Collor e se estendeu até julho de 1994, quando entrou em vigor o sistema de banda cambial. Entretanto, o Brasil permaneceu suscetível a turbulências externas, aliado ao fato de que a moeda nacional não tinha força, o país não tinha reservas suficientes em dólar, e o Banco Central era obrigado a intervir fortemente no câmbio para manter um certo controle e estabilidade.

No plano da política externa, o Governo Collor já manifestava posição de defesa da representação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, tendo a estratégia de estar em completo alinhamento com os objetivos das grandes potências, em especial, os Estados Unidos, a potência hegemônica, o que imaginava ser uma credencial para o ingresso naquele órgão, e que acabou se comprovando como uma estratégia equivocada e sem qualquer base, não somente pela falta de compromisso dos Estado Unidos com as demandas brasileiras, mas também pelo que ocorreu no plano interno, o seu impedimento do cargo de Presidente da República.

No plano da política externa, a nomeação do ex-Ministro e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral na época da eleição presidencial, Francisco Rezek, desencadeou um conflito no Itamaraty por grupos divergentes do novo eixo apresentado, que, ao invés de manter uma diplomacia universal e multilateral, volta a ter um alinhamento mais direto com os Estados Unidos e passa a desenvolver uma política mais voltada para as Américas, acompanhando com outros países a guinada neoliberal sem contrapartidas.

Embora o argumento do governo fosse o da abertura para a modernização da economia, na prática, não havia compensações, constituindo-se a política econômica numa abertura comercial unilateral e sem reciprocidades, proporcionando a queda de competitividade do país.

Na explicação do Embaixador Paulo Nogueira Batista, atualmente na representação junto ao Fundo Monetário Internacional, a premissa de Collor era rever o Consenso do Desenvolvimento, iniciado nos anos trinta, substituindo-o pelo Consenso de Washington, submetendo-se as diretrizes impostas pela comunidade financeira internacional, tais como eliminação de taxas de comércio externo, sem contrapartidas dos parceiros comerciais, tampouco salvaguarda de proteção aos produtos brasileiras da concorrência externa, bem como regras impostas pelos Estados Unidos e alinhamento com suas posições inclusive nas rodadas do GATT e junto à Organização Mundial do Comércio, aceitando a inclusão de novos

temas, ao invés da questão agrária, sua anterior prioridade.

Sob o ponto de vista dos fundamentos doutrinários, o Mercosul sofreu a influência da visão do mundo unipolar e nasceu sob a perspectiva do pensamento ideológico hegemônico que dominava a cena política à época.

A Ata de Buenos Aires, assinada em 06 de julho de 1990, pelos Presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Menen alteraram a metodologia de trabalho para a criação de um mercado comum, com a marcação da data de 31 de dezembro de 1994 como prazo para a constituição de um mercado comum entre Brasil e Argentina. Nestes acordos, ao invés de negociações setoriais, privilegiou-se a redução linear de tarifas aduaneiras e de barreiras não-tarifárias.

As estratégias de integração econômica ocorreram em um momento em que os dois países passavam por amplas reformas econômicas, processos em curso de privatização e diminuição da atuação do Estado na economia objetivando a liberação comercial, o que se mostrou um instrumento de pressão favorável ao empresariado dos dois países.

Em que pese o processo de acordo e possibilidade de trocas comerciais terem aproximado o Brasil e a Argentina durante os anos oitenta do século passado, o Mercado Comum do Sul, criado pelo Tratado de Assunção, acabou incluindo o Uruguai e o Paraguai, países de tarifas externas baixas, o que poderia acelerar a redução junto aos parceiros maiores, para se constituir numa estratégia de integração com fases e objetivos preestabelecidos sob o ponto de vista dos estágios da integração para um processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos, mas, sem dúvida, com perspectivas econômico-comerciais preponderantes.

Objetivou-se a ampliação das dimensões dos seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração se constituiria numa condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos.

De certa forma, os governos seguintes, em particular dos então Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique, mantiveram fundamentos iniciados no Governo Collor, na redução do tamanho do Estado, no ajuste da balança de pagamentos através do aumento dos juros, e mesmo no sistema de banda cambial.

Após denúncias de corrupção e relatório aprovado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a abertura do processo de impedimento (*impeachment*) do Presidente Collor foi aprovado na Câmara dos Deputados em setembro de 1992, com a renúncia ao mandato no dia 29 de dezembro daquele ano, minutos antes de ter o seu impedimento votado e aprovado pelo Senado da República, propiciando a posse do então Vice-Presidente Itamar Franco.

Claro está que os fundamentos desenvolvimentistas iniciados na década de trinta do século anterior por Getúlio Vargas, além de uma visão autônoma da diplomacia, foram colocados em segundo plano, para se estabelecer uma visão mais estreita, com a idéia da abertura dos mercados e a adoção da concepção neoliberal influenciada pelos Estados Unidos.

Em consequência ao processo político acima explicitado, o então Vice-presidente Itamar Franco, em outubro de 1992, assumiu a Presidência da República para cumprir o restante do mandato - portanto, dois anos de governo.

O perfil nacionalista do ex-Senador da República por Minas Gerais, embora não interrompesse o processo em curso das privatizações das Estatais, sem sombra de dúvidas, deu uma diminuída significativa, até porque o seu perfil histórico era mais desenvolvimentista e favorável à atuação do Estado.

No plano da Política Externa, foi nomeado Fernando Henrique Cardoso para o Ministério das Relações Exteriores e que defendia a maior integração do Brasil no plano internacional, aliado à defesa de princípios como democracia, justiça social, direitos humanos, liberdades individuais e justiça social com desenvolvimento, além de princípios constitucionais no plano internacional como o direito à autodeterminação dos povos, o princípio de não-intervenção em assuntos internos e a solução pacífica dos conflitos.

A atuação de Fernando Henrique Cardoso no Ministério das Relações Exteriores no Governo Itamar, de outubro de 1992 a maio de 1993, é apontada como momento de ênfase para a América do Sul em relação à América Latina, embora consagrada no texto constitucional, aproveitando o passado de convivência pacifica com os vizinhos desde a Guerra do Paraguai.

A análise do período Itamar Franco permite, claramente, entender a aposta de seu governo nos foros multilaterais e a inserção na integração regional. Registra-se que o Brasil foi eleito, por dois anos, como membro do Conselho de Segurança da ONU, com participação em sete operações de paz, tendo apresentado proposta de candidatura como membro permanente, além de marcar posição na defesa da não-proliferação de armas de destruição em massa.

Teve as seguintes iniciativas: propôs uma Agenda de Desenvolvimento ligada a uma Agenda da Paz; resolveu pendências econômico-comerciais com outros países; estabeleceu parcerias com países vizinhos e os de língua portuguesa, estimulando o Mercosul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e defendeu a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), proposição brasileira no âmbito das alternativas à ALCA, e da ZOPACAS.

Na análise de Vizentini, "Entre as prioridades brasileiras, estava a defesa do sistema multilateral nos planos econômico e político, a consolidação de sua atuação junto a órgãos internacionais, como Nações Unidas, OMC e blocos regionais, e a afirmação do sistema multilateral de comércio e da integração regional. Com isso visava combater os países ricos e lutar para que o país tivesse acesso às tecnologias de ponta." (VIZENTINI, 2004, p. 86).[50]

O governo Itamar Franco apostou na consolidação do Mercosul, ao implementar várias medidas que possibilitaram a intensificação do fluxo comercial com os países vizinhos, sendo que deve ser ressaltada a enorme pressão à época, por ocasião da entrada em vigência, em 01 de janeiro de 1994, do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), a área de livre comércio liderada pelos Estados Unidos e da qual participavam o Canadá e do México.

A estratégia estadunidense de convencimento para o ingresso de outros países que estavam adeptos ao receituário neoliberal se constituiu em um grande desafio, principalmente pela postura governamental de governos como o da Argentina, da Colombia e do Chile.

Na estratégia para a integração regional não ficar paralisada pela iniciativa estadunidense, o Mercosul implementou acordos com a Bolívia, em relação ao gás natural, e, com o Chile, foram assinados acordos de cooperação em áreas como a cientifica, a tecnológica e a técnica, com a criação do Conselho Bilateral de Economia e Comércio e conversas para uma futura ligação bioceânica, dentre outras estratégias para estimular o processo de integração. Houve, inclusive, com a Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana negociações bilaterais em áreas como Amazônia, meio-ambiente, agricultura, repressão ao narcotráfico, entre outros pontos. Com o Equador e o Peru, houve negociações relacionadas ao corredor que facilitasse o fluxo comercial entre os Oceanos Atlântico e Pacífico.

No âmbito da integração, o objetivo primordial do Tratado de Assunção era a integração dos quatro Estados-partes por intermédio da livre-circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, bem como da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Uma das metas do bloco era a ampliação de investimentos, a partir de um ambiente propício que atraísse o capital externo sustentado em uma união aduaneira consolidada e em pleno funcionamento.

Alguns aspectos foram sendo aperfeiçoados ao longo deste período, em especial o institucional, objetivando uma melhor estrutura para lidar com questões importantes, inclusive no âmbito legislativo, comercial e dos sistemas de solução de controvérsias.

[50] VIZENTINI, 2004, p. 86.

O status jurídico do Mercosul, através do Protocolo de Ouro Preto, ocorreu no momento em que se realizava a Cúpula das Américas, em Miami, com as lideranças dos 34 países da América, exceto Cuba, evento liderado pelos Estados Unidos, com o objetivo de lançar as bases para a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), cuja constituição previa a eliminação de barreiras ao comércio no continente a partir do ano de 2005.

Questões isoladas demonstravam um certo protagonismo no continente, como em relação a Cuba, em que foi proposto o reexame de sua situação junto à Organização dos Estados Americanos e a adesão ao Tratado de Tlatelolco,[51] que combate os armamentos nucleares na América Latina e que é objeto de várias críticas de especialistas e do setor acadêmico pela maneira como se deu a adesão do Brasil; o Haiti, que viveu uma séria crise de governo e que obteve da parte do Brasil a defesa de uma solução negociada e pacífica para o conflito interno, sem intervenção externa, como queriam os Estados Unidos. Apoiar a decisão da OEA de intervenção naquele país, mesmo para derrubar governo que depôs presidente legitimamente eleito, se constituiria em precedente perigoso pela tradicional posição brasileira pelo princípio da não-intervenção.

Ainda no âmbito da política externa, o governo Itamar Franco se mostrou bastante preocupado com a defesa da indústria nacional frente à ALCA, preferindo apostar em relações bilaterais com os Estados Unidos e conseguindo uma importante decisão de não aplicação de sanções norte-americanas ao comércio brasileiro, a chamada Super 301, com base nas discussões na Rodada Uruguai.

Como a União Européia era o maior parceiro comercial do Brasil, com cerca de 26% da atividade comercial, havia um descontentamento dos Estados Unidos com a posição do Brasil e a própria evolução do Mercosul.

Ampliou-se o diálogo e a cooperação com o Oriente Médio, com a Rússia, com a Índia, com a Coreia do Sul através da assinatura de Acordos e Protocolos em diversificadas áreas. Continentes como Ásia e Oceania foram contactados para discussões, inclusive, para aproximação no âmbito dos Acordos do Mercosul.

Registra-se que, no âmbito da ONU, a posição brasileira defendia uma maior transparência nos processos decisórios e que o Conselho de Segurança fosse mais democrático e representasse a nova ordem internacional para a possibilidade de solução dos

[51] Este Tratado foi assinado no Governo Fernando Henrique Cardoso e é muito criticado por especialistas da área acadêmica e militar pelo fato do Brasil ter renunciado à possibilidade de fabricação de armas nucleares, que é um significativo instrumento de dissuassão.

conflitos. A estratégia brasileira era de participação na agenda internacional e de articulação de alianças para tentar influenciar a ordem internacional.

Destacam-se, ainda, no âmbito internacional, a participação na reunião do Grupo dos 15 (Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul) que se reuniu em Dacar, Senegal, onde foi reafirmada a articulação da Agenda da Paz com a Agenda para o Desenvolvimento; o lançamento de uma Agenda para o Desenvolvimento, com ênfase para as questões sociais na Cúpula Ibero-Americana, realizada em Salvador, em 1993; em Conferência, no ano de 1994, em Cartagena, com a intervenção do Brasil em favor de Cuba; a III Reunião da Zoopacas, no Brasil, em setembro de 1994, quando foi aprovada uma Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul; e, finalmente, a assinatura do Brasil junto à Convenção sobre Armas Químicas e a Convenção para a Proibição de Armas Biológicas.

Fato relevante, no âmbito interno, ocorreu em maio de 1993, pelo Embaixador Celso Amorim ter assumido o Itamaraty, e Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Economia. Quase um ano depois, em junho de 1994, o governo Itamar Franco lançou o Plano Real, ampliando as taxas de juros para atração do capital externo, conseguindo controlar a inflação e estabilizando a moeda, o que favoreceu o ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso na sua candidatura ao cargo de Presidente da República nas eleições de 1994, não obstante alguns problemas estruturais como os *déficit* em sequência no comércio exterior e na balança de pagamentos, bem como a dificuldade de planejamento, em virtude da tradição de passado inflacionário.

O triunfo de Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial de 1994, com base no sucesso do Plano Real, foi um fato político de enorme relevância, que significou a retomada do projeto neoliberal, freado, de certa forma, pelo governo anterior.

A nomeação de Luiz Felipe Lampréia para o Ministério das Relações Exteriores e de Pedro Malan para o Ministério da Fazenda, sinalizava para uma linha de atuação política no campo internacional e de identificação com reformas ditadas pela agenda formulada pelo Consenso de Washington.

A imagem de um Presidente intelectual, oriundo do mundo acadêmico e poliglota, identificava uma nova apresentação do Brasil no cenário político internacional, o que, de certa forma, contribuía no roteiro de Presidentes do centro-liberal, identificados com a nova ordem internacional, ditada pelo país mais importante e que estaria comprometida com a diminuição do tamanho do Estado, a abertura de sua economia e a agenda de reformas liberalizantes contra o modelo estatal e intervencionista vigente e que teria sobrevivido ao Governo de Fernando Collor de Mello, principalmente.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou ao Congresso Nacional, várias Propostas de Emendas à Constituição, de conteúdo econômico-comercial e que vieram a ser aprovadas no contexto da agenda neoliberal, além de mudanças políticas, destacando-se a reeleição do Presidente da República para um mandato de mais quatro anos. Esta Agenda de Reformas, buscava abrir a economia e atrair os investidores estrangeiros para participar deste processo de abertura. Dentre as propostas, houve a quebra do monopólio estatal do petróleo, gás canalizado e navegação de cabotagem, além de financiamentos públicos concedidos às empresas estrangeiras.

Enquanto país mais importante da região, havia uma preocupação econômica dos Estados Unidos para implementar a ALCA o mais rápido possível, sendo os prazos antecipados de 2005 para 2002, assegurando a integração hemisférica multilateral sem Cuba e, ao mesmo tempo, combatendo modelos alternativos que poderiam influenciar outros países da região, como no caso do Presidente Hugo Chavez, na Venezuela, país relevante pelo volume de petróleo importado pelos americanos.

Aliado ao conflito no Congresso americano republicano, que não aprovava o mecanismo que permitia conduzir as negociações políticas para a ALCA, o chamado *fast track*, o próprio ritmo implementado pela alternância de poder no Brasil, do impedimento de Collor ao governo do nacionalista Itamar Franco, houve um atraso na agenda de implantação do modelo neoliberal no Brasil, o que levou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a aproveitar o sucesso do Plano Real para acelerar as reformas e a consequente retomar a implantação do modelo liberalizante.

Um certo esvaziamento do Itamaraty acabou ocorrendo pela própria diplomacia presidencial representada pelo Presidente, no comando da política externa.

Na visão do Professor Amado Cervo, a ação prioritária naquele governo se baseava em:

a) avançar no caminho da integração regional aprofundando o Mercosul;
b) estimular a estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais;
c) insistir junto às organizações econômicas multilaterais, em particular a OMC, no ideal de multilateralismo, sempre sustentado pelo país;
d) concentrar esforços para elevar a condição de potência internacional do Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU a partir de argumentos como seu tamanho territorial, seu contingente populacional, assim

> como o status de ser o décimo maior contribuinte do orçamento da ONU. (CERVO, 2009).[52]

Com saldo negativo na balança comercial, aliado a um grande volume de ingresso de capitais voláteis e de curto prazo, a estratégia de inserção no mundo globalizado do Governo Fernando Henrique tinha como credibilidade a estabilidade de sua moeda.

Nesta perspectiva, retomou-se o processo de reformas priorizando a privatização de várias estatais rentáveis, sendo a maior delas a Companhia Vale do Rio Doce, cujo valor e todo o processo de privatização foram objeto de questionamento através de Ações Judiciais e de movimentos políticos de protesto da sociedade organizada, sendo criticados até os dias atuais.

A pressão estadunidense na priorização da ALCA levou o governo brasileiro, em dezembro de 1994, a aceitar a proposta de iniciar negociações pertinentes à sua implantação, tendo em vista que o país não queria se confrontar com a posição estadunidense e ficar isolado nesta perspectiva, face ao posicionamento favorável de grande parte dos governantes, embora a população destes países fosse majoritariamente contrária, inclusive no Brasil.

Apesar das posições favoráveis ao multilateralismo, não havia interesse em confrontar com as posições dos Estados Unidos, o que levou o Brasil a aderir ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear), ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR) e ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG), como aceitação das demandas das grandes potências, em especial os Estados Unidos, igualmente gerando críticas de setores políticos da oposição, da academia, da sociedade e de setores nacionalistas, inclusive da área militar.

Com balanço deficitário permanente em relação ao comércio com os Estados Unidos e interessado em ganhar tempo nos debates da ALCA, inclusive pela própria manifestação contrária da opinião pública brasileira, a dificuldade do Governo Clinton em conseguir o respaldo do Congresso Americano, de maioria republicana, para acelerar as negociações comerciais, acabou sendo providencial para que o tema não avançasse na agenda dos demais países do continente, em particular os da América do Sul.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, os países da União Européia se constituíam no principal mercado para produtos brasileiros e a principal fonte de investimentos diretos no país, inclusive decorrente das privatizações das empresas públicas, iniciando-se um processo de negociação entre a União Européia e o Mercosul para a liberalização do comércio, conforme o Acordo-Quadro de 1995, não tendo, contudo, maiores resultados concretos.

---

[52] CERVO, Amado Luiz. A Construção do modelo industrialista brasileiro. *Diplomacia, Estratégia e Política.* Brasília, n.10, 2009.

Este multilateralismo, cercado de pragmatismo, levou o Governo a ter iniciativas junto aos países do Mercosul, com os Estados Unidos por ocasião da ALCA, com a União Européia por ser grande parceiro comercial, além do intercâmbio com países asiáticos, a intensificação de parceria com países africanos e uma maior aproximação com a China, face à estagnação em curso do Japão e da diminuição do ritmo dos tigres asiáticos.

Destaca-se neste momento que a Índia e a Malásia passaram a ocupar um lugar importante no cenário internacional, já que este último liderava uma iniciativa para a retomada do Movimento dos Países Não-Alinhados, como forma de criar um contrapeso à globalização econômica e à hegemonia estadunidense. Abriu-se, desta forma, um caminho para um maior diálogo do Brasil com Índia, Rússia e China, envolvendo, num primeiro momento, a cooperação espacial, nuclear e científica.

No final do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, o cenário de crise financeira interna ameaçava o Plano Real, embora o governo tivesse certo controle da situação, baseado nas reservas financeiras no montante á época de quase U$ 70 bilhões de dólares. Entretanto o cenário era complexo no plano externo, tendo a crise asiática de 1997 e a crise russa de 1999 provocado a fuga de capitais, a maior parte deles volátil, e com maior interesse nos ganhos de curto prazo. Tendo em vista o aprofundamento do quadro econômico, em especial a crise financeira e cambial de janeiro de 1999, o governo desvalorizou o real como estratégia para equilibrar as contas públicas, sob protesto da oposição política que acusou o governo de ter "escondido" a crise durante a campanha eleitoral da reeleição e sob protesto dos parceiros do Mercosul, em especial, a Argentina, que cobrava ciência destas medidas que acabavam atingindo todos os demais parceiros do bloco.

Neste quadro complexo, o governo já mudava o discurso da inserção necessária e subordinada à globalização neoliberal tendo sido substituído pela crítica à globalização assimétrica.

A necessidade de reconquistar a confiança dos demais membros do Mercosul, a partir de compromissos e objetivos tornou-se relevante para o reconhecimento do Brasil no cenário internacional, não obstante alguns problemas domésticos como a manutenção da paridade peso-dólar na Argentina, o que dificultava a integração e as dificuldades de equilíbrio na balança entre Brasil e Argentina, com permanente *superavit* em favor do Brasil

Algumas iniciativas foram tentadas como a Cúpula de Brasília, realizada em 31 de agosto e 01 de setembro de 2000, enquanto estratégia de retomada da confiança como medida de longo prazo, inclusive pela diminuição significativa da demanda interna no Mercosul em

virtude da crise do período 1998-1999, em total contraponto ao crescimento do período 1991-1997.

Tendo em vista a pequena expansão do comércio em um quadro de crise financeira internacional e a retração dos investimentos, a conseqüência natural acabou sendo o estímulo às pressões protecionistas, dentro do Mercosul.

Com base nestas dificuldades e nos avanços do quadro protecionista, a posição da diplomacia brasileira priorizou a necessidade de "relançamento do Mercosul", retomando, desta forma, o projeto inicial de consolidação de uma União Aduaneira, não somente para retomar as diretrizes do Tratado de Assunção, mas também para restabelecer a relação de confiança entre os parceiros.

Sendo assim, a estratégia para retomada da integração passou pela necessidade de construção de projetos e obras de infra-estrutura física, transportes e comunicações, facilitando uma integração no plano externo, mas também uma maior facilidade de deslocamento interno, o que permitiu o lançamento da cartilha da Iniciativa da Integração Regional Sul-Americana (IIRSA).

Enquanto espaço de regionalismo aberto,[53] ou seja tendo por objetivo não somente o aumento do comércio intrazona, mas também o estímulo às trocas com terceiros países, o Mercosul já tinha como premissa, a participação de outros países na condição de Estados-associados como a Bolívia e o Chile, ambos desde 1996, durante o Governo Fernando Henrique, o Peru, desde 2003, a Colômbia e o Equador, ambos desde 2004 e já no Governo Lula, além da Venezuela que passou do status de membro-associado para o de membro pleno em 2012, tendo o seu pedido de ingresso ocorrido em 2001 e sua aprovação pelos demais Estados membros em 2006, para posterior ratificação pelos Parlamentos dos respectivos países, o que veio a acontecer com exceção do Parlamento do Paraguai.

O regionalismo aberto se constitui num modelo de integração regional dominante na década de 1990, preconizado especialmente pela Cepal. A integração sob esta perspectiva é concebida como "um cimento que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, o que levaria a imaginar que os acordos de integração deveriam tender a eliminar as barreiras aplicáveis a maior parte do comércio de bens e serviços entre os signatários no marco de suas políticas de liberalização comercial frente a terceiros, ao tempo em que se favorece a adesão de novos membros aos acordos" (CEPAL, 1994).

[53] O Mercosul vem buscando estabelecer acordos comerciais com países como Israel, África do Sul, Cuba, Egito, entre outros, e blocos como a União Européia, além da Autoridade Palestina.

Naquele momento histórico, os Estados Unidos representavam cerca de 25% das exportações brasileiras, ao passo que a União Européia em torno de 27%, índices de dependência muito altos que ajudavam a manter o Brasil muito suscetível à um quadro de crise no Hemisfério Norte.

O cenário da crise internacional, o resultado da eleição do Presidente e do Congresso Americano, aliado às pressões dos movimentos organizados nos países sul-americanos, ajudaram a diminuir a pressão sobre o Projeto ALCA, que além de facilitar o ingresso de mercadorias estadunidenses nos outros mercados, acabaria com o Mercosul já que anularia as vantagens que a Tarifa Externa Comum assegurava às empresas dos países membros, além de prejudicar a indústria local devido à total impossibilidade de se ter condições recíprocas de competitividade.

No ano de 2001 ocorreram dois encontros importantes na agenda internacional do Brasil no continente: a VI Reunião dos Ministros de Comércio do Hemisfério, realizada em Buenos Aires e a III Cúpula das Américas, em Quebec, sendo que em ambas as reuniões discutiu-se, mediante pressão estadunidense, a antecipação dos prazos para lançamento da ALCA, em detrimento das conseqüências de sua implantação para os demais países do continente.

O Brasil e os Estados Unidos estavam divergindo sobre alguns pontos, tendo destaque o acordo estabelecido em junho de 2001 sobre as patentes dos medicamentos contra o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana)/AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), além da aprovação do Plano de Ação Global, juntamente com outros 188 países-membros da ONU, para o tratamento e prevenção da AIDS, junto com a idéia de um Fundo Global para financiar sua implementação.

Se, na política externa, as prioridades se relacionavam ao livre-comércio e a diversificação dos mercados, no plano interno, se verificou que a total ausência de políticas públicas e de integração na área social, marcaria toda a década de 90 e acentuaria os reflexos negativos da década anterior, batizada como “A Década Perdida”. A adoção pelo país de políticas ortodoxas neoliberais dos organismos internacionais de Concessão de Crédito, possibilitou que o Brasil, ao invés de estimular o processo de integração com outros países da América Latina, priorizasse medidas internas como a diminuição do tamanho e atuação do Estado acentuando, em consequência, o processo de desestatização iniciado por Collor, aliado a medidas internas para conter o surto inflacionário.

A implantação do Plano Real, no Brasil, afiançou a continuidade dos princípios e fundamentos ideológicos do neoliberalismo ao permitir que o País buscasse a retomada das

políticas recessivas e de reordenamento do papel do Estado, através de medidas políticas que definissem regras, projetos e facilidades para acelerar o processo de privatização, inclusive com medidas jurídicas consolidadas através de Emendas Constitucionais, como as que estabeleceram a abertura do então monopólio do gás canalizado; pesquisa e lavra dos recursos minerais; transporte de mercadoria na cabotagem e navegação interior; e os serviços de telecomunicações e do petróleo, utilizando o sistema da autorização, concessão ou permissão da exploração, além de facilidades de obtenção de crédito, através de empréstimos de instituições públicas.

Assim sendo, a eleição de Fernando Henrique Cardoso e da coligação PSDB-PFL, no Brasil, ficou marcado pelo compromisso com os fundamentos do neoliberalismo, através da redução do papel do Estado e apoio às políticas de privatização, incluindo mudanças na Carta Política.

No final da década de noventa, novas mudanças estruturais na Carta Fundamental, a chamada Reforma Administrativa e a Reforma Previdenciária, reafirmaram a força da proposta de Reformas, no plano interno, em detrimento de políticas mais consistentes de integração com os parceiros comerciais vizinhos, inclusive o cumprimento dos prazos e estágios do Mercosul, que se constituía numa união aduaneira incompleta.

A lógica neoliberal ortodoxa estimulou o fluxo de capitais para o Brasil, de forma indiscriminada e sem controle. O grau de dependência externa do País ocasionou enorme fluxo do capital especulativo, favorecido pelos juros altos e pela facilidade de retorno rápido para investimento de curto e médio prazo.

O questionamento aos fundamentos da implantação do modelo neoliberal começou a se intensificar na medida em que os indicadores sociais apontavam para um quadro permanente de crise, que não era atenuada com os valores obtidos nas privatizações.

Os indicadores de desemprego e subemprego, em que milhares de trabalhadores se encontravam sem qualquer proteção estatal quanto aos seus direitos trabalhistas ou previdenciários, eram crescentes, seja pela medição de órgãos oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), seja através de órgãos importantes como o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística Sócio-Econômica).

Por sua vez, o governo implementava a precarização das relações de trabalho, na implantação de medidas como a terceirização de determinados serviços; a concessão de serviços públicos; a defesa do contrato temporário de trabalho, com a diminuição de direitos trabalhistas previstos no texto constitucional, demonstrando, desta forma, a nítida prioridade econômica e comercial que caracterizou toda a década de noventa, em particular a própria

formação do Mercosul.

O quadro complexo da conjuntura internacional se intensificou, ainda, com os atentados do dia 11 de setembro de 2001, por ocasião dos ataques em Nova York e Washington, obrigando os Estados Unidos a um contra-ataque contra o suposto grupo responsável, implicando em deslocamento de unidades militares para ataques ao Afeganistão, em 2001, e ao Iraque, em 2003, provocando colossal aumento dos gastos públicos e a mudança de prioridades na ação política, deslocando para o campo militar.

A expressão definida por Giovanni Arrighi como o "caos sistêmico", é o que parecia ocorrer neste início de milênio em que uma nova ordem multipolar parecia emergir com diferenciados atores se posicionando, além dos Estados Unidos, como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), futuramente a Rússia e demais países que integravam a URSS, a China, o Japão, mesmo em crise, os anteriormente denominados tigres asiáticos, a Índia, a África do Sul com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADOC) e o Brasil, que apostava no aprofundamento da ALCSA para maior influência no âmbito regional.

A conjuntura de mudanças do Governo Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva se traduzia em um momento de instabilidade mundial, já marcado pela atuação estadunidense no campo da intervenção militar em curso sob o argumento de defesa contra o terrorismo, sendo que o Mercosul sentiu os efeitos econômicos do modelo implementado no Brasil e Argentina, principalmente, que se mostrou esgotado e necessitando de ajustes, além da falta de apoio popular.

Para a análise comparativa do Mercosul, pode-se dividir esse processo de integração em três fases, que incluiria a primeira e a segunda década do seu funcionamento, respectivamente, além de algumas perspectivas da terceira década, atualmente em curso.

3.1 - MERCOSUL DO PRIMEIRO DECÊNIO (1991-2000)

3.1.1- MERCOSUL COMERCIAL E ECONÔMICO

O Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, foi assinado em Assunção, a 26 de março de 1991, e promulgado no Brasil através do Decreto no 350, de 21 de novembro de 1991 (Diário Oficial de 22 de novembro de 1991), autodenominado Tratado de Assunção, tendo como origem os acordos comerciais entre Argentina e Brasil.

A formação do Mercosul não somente consolidou estes acordos, mas permitiu a ampliação da sua área de abrangência para novos parceiros e vizinhos menores, o Paraguai e o Uruguai, e se propunha a implementar a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países; o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC); a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os integrantes que assegurasse condições adequadas de concorrência, entre eles a harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Este Tratado entrou em vigência para os seus Estados Partes a partir de 01 de janeiro de 1995 por um período indefinido., tendo sido incorporado ao sistema da Associação Latino-Americana de Integração como Acordo de Complementação.

O Mercosul previa uma fase inicial que teria como principal objetivo a coordenação de políticas macroeconômicas, objetivando a redução gradual, linear e automática, para a unificação de tarifas, que teria como marco para o seu estabelecimento o dia 31 de dezembro de 1994.

As diretrizes acima permitem compreender que o Mercosul nasceu com uma prioridade de natureza econômico-comercial, que propiciou que suas prioridades institucionais fossem deslocadas para este eixo prioritariamente, o que não significa que a temática política, jurídica, sociológica e cultural não tivesse sido implementada, mesmo que de forma tímida.

No texto do Preâmbulo do Tratado de Assunção foi inscrito que a constituição do mercado comum deveria pautar-se pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, pela preservação do meio ambiente, pela melhora das interconexões físicas e pela coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores da economia.

As etapas preconizadas pelo Tratado de Assunção, permitiriam a evolução de uma zona de livre comércio até a constituição de um mercado comum, sendo que, atualmente, o Mercosul apresenta características de uma união aduaneira baseada num livre-comércio intrazona e política comercial comum, em fase de concretização deste estágio, ou seja, incompleta.

O Tratado de Assunção para fins de criação do estágio final de mercado comum, previu o estabelecimento de programa de liberação comercial, com vistas à aplicação de tarifa zero no comércio intrazona para a totalidade do universo tarifário.

A preocupação do Mercosul com as assimetrias estava no reconhecimento de que os associados menores deveriam se comprometer com o programa de liberação comercial de

forma diferenciada, e que o processo de desgravação tarifária ocorresse de forma menos célere do que em relação aos parceiros maiores.

A dimensão do Mercosul pode ser avaliada pelo enfoque em disciplinas relativas ao comércio de bens, as negociações em matéria de serviços e circulação de trabalhadores e nas inúmeras atividades de cooperação, envolvendo coordenação de políticas, harmonização normativa e realização de projetos conjuntos em áreas variadas como regulamentos técnicos, regulamentos sanitários e fitossanitários.

Nesta fase inicial é de se destacar inúmeros Protocolos que foram aprovados no campo da institucionalidade, com fundamento nas diretrizes do próprio Tratado para a Constituição de um Mercado Comum - Tratado de Assunção.

O Protocolo para Solução de Controvérsias, conhecido como Protocolo de Brasília, assinado em 17 de dezembro de 1991, foi, posteriormente, derrogado pelo Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, tendo previsto inicialmente um sistema de solução de controvérsias no bloco, de forma a permitir que os conflitos fossem objeto de decisões imparciais e com respaldo dos países membros.

A aprovação do Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativo (Protocolo de Las Leñas) assinado em Valle de Las Leñas, em 27 de junho de 1992, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, demonstrou preocupação da regulamentação de questões importantes no âmbito jurídico.

A assinatura do Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul, assinado em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994 (encontra-se sem vigência e sem depósito de aprovação pela Argentina, Brasil e Uruguai), se constituia numa etapa importante para facilitar a atividade comercial, tendo os trabalhos para a aprovação do Código Aduaneiro, sido concluídos no ano de 2010.

O Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, assinado em Ouro Preto, em 17 de dezembro de 1994, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, avançou no campo institucional e do reconhecimento jurídico do bloco.[54]

O Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a estrutura institucional do bloco, além de dotá-lo da personalidade jurídica de direito internacional, sendo outro marco institucional de contornos significativos, além de marcos de compromisso, com o processo de integração.

No Protocolo de Ouro Preto, os Estados-membros decidiram pela necessidade de formação de união aduaneira, como etapa para efetivação de um Mercado Comum, sendo que

[54] A personalidade jurídica de direito internacional foi de grande relevância para o caráter oficial e de reconhecimento do Mercosul como um bloco representativo de Estados Nacionais na atividade de comérrcio junto a outros blocos ou Estados isolados.

o sistema adotado foi o da implementação da Tarifa Externa Comum (TEC), como medida necessária para a convergência das políticas comerciais comuns.

Para viabilizar a implementação da TEC, foi necessário trabalhar na harmonização das nomenclaturas tarifárias e na adoção de uma Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), aprovada também em 1994, e que tem como base o Sistema Harmonizado de Designação e Classificação de Mercadorias da Organização Mundial de Aduanas (OMA). A entrada em vigor da TEC ocorreu em 1º de janeiro de 1995, de modo que, a partir daquela data, os quatro países membros originários, passaram a aplicar a mesma tarifa de importação para a maior parte do universo tarifário.

A própria evolução da TEC ao longo dos anos demonstrou que seria possível consolidar um regime tarifário comum, para a maior parte dos setores econômicos, assegurando segurança jurídica aos setores produtivos que investem na região, e contribuem para o crescimento dos fluxos comerciais.

Este Protocolo institucionalizou a previsão de participação da sociedade civil por intermédio do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), cujo objetivo era o de garantir a participação de setores da sociedade civil no processo de integração, através da participação de representantes dos setores sindical e empresarial

O Protocolo de Harmonização de Normas sobre Propriedade Intelectual no Mercosul, em matéria de Marcas, Indicação de Procedência e Denominação de Origem, assinado em Assunção em 05 de agosto de 1995 (encontra-se sem depósito de Argentina e Brasil), constitui-se em tema relevante para tentar regulamentar as normas sobre propriedade intelectual.

O Acordo Marco Interregional de Cooperação entre a Comunidade Européia e seus Estados Membros por uma parte, e o Mercado Comum do Sul e seus Estados Partes, por outra, assinado em Madrid em 15 de dezembro de 1995 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai objetivou avançar no estabelecimento de acordos junto à Comunidade Européia, demonstrando o interesse econômico-comercial do bloco, muito embora interesses comerciais de alguns setores, tenham dificultado avanços nesta área.

O Acordo de Sede entre o Mercosul e a República Oriental do Uruguai, para o Funcionamento da Secretaria Administrativa do Mercosul, assinado em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que objetivou a infra-estrutura que permite o funcionamento do Mercosul, se constitui em tentativa de avançar no processo de institucionalização do bloco.

O Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, assinado em Buenos Aires, em 23 de julho de 1998, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem depósito do Paraguai), e o Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional entre o Mercosul, Bolívia e Chile assinado em Buenos Aires, datado de 23 de julho de 1998, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem vigência e sem depósito do Paraguai, Bolívia e Chile), são exemplos de normas, que refletem a preocupação dos Estados-Membros, em avançar nas temáticas de interesse econômico-comercial do bloco.

O Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, República de Bolívia e República de Chile, assinado em Ushuaia, em 24 de julho de 1998, com posterior Ata de Adesão de República Bolivariana de Venezuela, assinada em Assunção em 20 de junho de 2005; Ata de Adesão da República do Peru, assinada em Assunção em 20 de junho de 2005 e Ata de Adesão da República do Equador, assinada em Assunção em 29 de junho de 2007, foi o acordo normativo que inaugurou o chamado Mercosul Político, que consolidava o compromisso dos Estados-membros com os princípios democráticos e o respeito à Constituição dos respectivos países.

Já o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, Chile e Bolívia, assinado em Assunção em 14 de junho de 1999 (encontra-se sem vigência, sendo que encontra-se sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai e do Uruguai, além de Bolívia e Chile), consolida uma preocupação no campo educacional, portanto avançando nos termas de direitos sociais.

O Acordo de Assunção sobre Restituição de Veículos Automotores, Terrestre e Embarcações que Ultrapassam ilegalmente as Fronteiras entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Montevidéu, em 07 de dezembro de 1999 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina, do Paraguai e do Uruguai), e o Acordo de Assunção sobre Restituição de Veículos Automotores, Terrestre e Embarcações que Ultrapassam ilegalmente as Fronteiras entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em Montevidéu, em 07 de dezembro de 1999 (encontra-se sem depósito do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e do Chile), avançaram na necessidade do estabelecimento de políticas conjuntas, para a solução de problemas que envolvem os países do Mercosul.

O Memorandum de Entendimento sobre Intercâmbio de Informação e Assistência Recíproca entre Veículos Automotores e Condutores dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em Montevidéu, em 07 de dezembro de 1999 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia), igualmente faz parte deste esforço conjunto dos países membros e associados.

O Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados-partes do Mercosul, assinado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Paraguai e Uruguai), avançou na perspectiva de uma maior mobilidade no espaço integracionista, incluindo a livre circulação no espaço físico.

O Acordo para a Criação de uma Área de Livre-Comércio entre os Estados-partes do Mercosul e África do Sul, assinado em 15 de dezembro de 2000, foi discutido na perspectiva de ampliação dos espaços comerciais do bloco, principalmente para um país bastante relevante do continente africano.

Ao longo deste primeiro período, o Mercosul abriu-se para outros países da América do Sul na condição de Estados Associados como no caso da Bolívia (1996) e o Chile (1996), sempre com a perspectiva de estabelecimento de novos acordos comerciais, inclusive possibilidade de aproximação com o então Pacto Andino.

No caso das negociações Mercosul-Chile houve um acordo de complementação econômica datado de 25 de junho de 1996, além de um Acordo de complementação econômica entre os Estados Partes do Mercosul e a Bolívia, assinado em 17 de dezembro de 1996.

Pelo fato do período 1991-1997, o comércio intrazona ter tido um acréscimo significativo, impulsionando o caráter econômico-comercial do bloco, estes acordos do primeiro decênio, foram sendo assinados com o interesse em se estimular avanços no caráter político-estratégico institucional, motivado pela possibilidade de ampliação comercial, o que estimulava a priorização de acordos com países vizinhos e fronteiriços.

Em 16 de abril de 1998, foi estabelecido um marco para a criação de uma zona de livre comércio Mercosul - Comunidade Andina de Nações, de forma a facilitar o fluxo e o intercâmbio comercial, entre estes dois significativos espaços de integração regional sul-americano.

Não obstante o marco democrático do Protocolo de Ushuaia e o compromisso com a instituição de um Parlamento, pontos que serão abordados em seguida, algumas dificuldades, decorrentes de crises econômicas na Argentina e no Brasil, levaram a construção de uma agenda comum, o que implicou, em 29 de junho de 2000, em uma Agenda de Trabalho para o "Relançamento" do Mercosul, enquanto estratégia para retomar a atividade comercial abalada pela perda da confiança, principalmente entre Argentina e Brasil, em virtude de decisões políticas e econômicas internas.

O fechamento desta primeira década nitidamente com prioridade comercial ficou marcado no início de 2001, através da autorização excepcional e temporária à Argentina em

matéria de direitos de importação, o que acabou gerando muitas críticas de especialistas do processo de integração e de setores empresariais brasileiros, ao entender que tal mecanismo seria incompatível com a evolução do bloco.

A crítica era extensiva a ausência de uma política de integração com os países vizinhos, e ao fato de que Estado brasileiro poderia ter optado em direcionar verbas públicas para o estabelecimento de políticas como a de exportação, a de infra-estrutura, a industrial, a elétrica e a de geração de empregos, tudo de forma a permitir que os acordos fossem fator de desenvolvimento regional, até pelo fato do Brasil ter o maior parque industrial do bloco.

Nesta conjuntura, o processo de participação das instâncias estatais no Mercosul foram sendo estimulados a participar de forma mais efetiva, em decorrência de uma enorme pressão de diversos segmentos, o que levou Municípios e Estados a participarem do Foro Consultivo de Estados Federados, Municípios, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) que se evidenciava como foro para discussão de questões de interesse comum, inclusive problemas e questões fronteiriças, de migração e temas voltadas para o interesse do cidadão.

Na passagem de 2001 para 2002 e por ocasião da crise internacional, a Argentina, por seu Presidente Menen e o seu Ministro da Economia Domingo Cavallo, apostava na ALCA para ressaltar sua posição de apoio aos Estados Unidos e ao receituário neoliberal, dificultando, ainda mais, a evolução do Mercosul.

Entretanto, a conjuntura internacional passava por um processo de mudanças profundas que teriam reflexos significativos na continuidade do processo de integração sul-americano.

Assim sendo, o fortalecimento institucional do Mercosul, teve importante componente na assinatura do Tratado de Assunção, que previu a sua constituição; no Protocolo de Brasília (1991) sobre Solução de Controvérsias, posteriormente revogado pelo Protocolo de Olivos; no Protocolo de Ouro Preto (1994), que definiu a estrutura institucional do Mercosul, e a personalidade jurídica de direito internacional do bloco; e no Protocolo de Ushuaia (1998), sobre Compromisso Democrático no Mercosul, República da Bolívia e República de Chile, ao iniciar o "Mercosul Político".

De qualquer forma, os dados comerciais reafirmam a importância dessa atividade no primeiro decênio do Mercosul, já que entre 1991 e 1996, as exportações brasileiras para os parceiros avançaram de US$ 2,3 bilhões para US$ 7,3 bilhões, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 217%, ao passo que as importações passaram de US$ 2,3 bilhões para US$ 8,3 bilhões, um crescimento de 260% , sendo que o intercâmbio comercial entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai passou de US$ 4 bilhões de dólares em 1991 para US$ 20 bilhões

de dólares em 1998, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Neste contexto, a participação dos sócios do Mercosul nas exportações brasileiras se elevou de 11,4% em 1992 para 15,3% em 1996.

Este aumento influenciou a qualidade das exportações brasileiras para estes mercados, ou seja, entre 1991 e 1996, as exportações de manufaturados para a ALADI cresceram de US$ 4,2 bilhões para US$ 9,8 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 130%. Desta forma, a participação dos membros da ALADI como mercado de destino das exportações brasileiras de manufaturados passou de 21,7% em 1991 para 36,8% em 1996.

Dados estatísticos do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo apontam para os seguintes índices:

*entre 1992 e 1996, as exportações da Região Sudeste para os países do Mercosul, passaram de US$ 3 bilhões para US$ 4,9 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 62%;

* neste período, as exportações da Região Sul cresceram de US$ 793 milhões para USS 1,7 bilhão, ou seja 117%;

* a Região Nordeste teve um aumento de US$197 milhões para US$ 482 milhões, o que equivale a uma taxa de 143%

3.1.2 -MERCOSUL POLÍTICO E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

No que tange ao aspecto legislativo e das instituições democráticas, o Tratado de Assunção previu uma Comissão Parlamentar Conjunta, com participação de representantes dos Parlamentos Nacionais dos Estados-Partes, que acabou fortalecida pelo Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, através do seu estabelecimento. Esta Comissão exerceu suas atividades de 1994 até o mês de dezembro do ano de 2005, com a assinatura do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

No que concerne à consolidação democrática, em 27 de junho de 1992 já havia sido adotada pelos governantes dos Estados Partes do Mercosul, a Declaração Presidencial de Las Leñas, que estipulava que a plena vigência das instituições democráticas seria condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, o que comprometia os Estados-membros que passassem a integrar o Tratado de Assunção em direitos e obrigações para as Partes signatárias.

A aprovação da Cláusula Democrática através da assinatura do Protocolo de Ushuaia, em 24 de julho de 1998, se consolidou como um efetivo compromisso com os princípios democráticos no espaço territorial e geopolítico do bloco e posição firme contra eventuais

rupturas institucionais, conforme estava ocorrendo no Paraguai naquele ano, onde o General Lino Oviedo ameaçava a ordem constitucional representada pelo Presidente Juan Carlos Wasmosy.

A adoção da Cláusula Democrática se revelou um instrumento de proteção contra as rupturas ou retrocessos contra a ordem constitucional e os governantes eleitos pelo sufrágio universal, direto e secreto.

A Decisão nº 18, adotada na Cúpula do Rio de Janeiro, em dezembro de 1998, criou o foro de Consulta e Concertação Política, sendo que em 19 de dezembro de 2007 foi acordada a instalação de um Foro de Consulta e Concertação Política no âmbito do Mercosul.

Sob o ponto de vista institucional, a criação do Parlamento do Mercosul em dezembro de 2006 foi outro avanço dos mais significativos, permitindo que se criasse espaços para a evolução legislativa harmônica supranacional, não consolidada até os dias atuais.

No processo de harmonização de legislações, diversas questões de natureza interna, principalmente no caso do sistema brasileiro, terão que ser discutidas e modificadas para fins de possibilitar o inequívoco avanço que significará a legislação supranacional. Dentre estas questões, discussões sobre o conceito de soberania e o avanço, interpretação e modificação das Constituições dos respectivos países, em especial a brasileira, se adequando a esta nova realidade, se constituem em um grande desafio para o avanço deste tema, até porque países como a Argentina já estão mais susceptíveis a estas inovações na análise do Direito Comparado.

Em 28 de abril de 2009, em cumprimento ao mandato do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, os membros da representação parlamentar aprovaram o Acordo Político para a definição dos critérios de representação para a constituição das respectivas bancadas nacionais do Parlamento. Em virtude de divergências ocasionadas pela representação do Paraguai e questões de natureza interna, a eleição da representação brasileira pelo voto direto não foi possível na eleição de outubro de 2010, mas a próxima representação a ser eleita em 2014 deverá ser submetida a sufrágio direto, universal e secreto junto aos eleitores brasileiros.

O Parlamento chegou a ter a composição igualitária de 18 parlamentares de cada Estado integrante, tendo membros observadores dos Estados-associados com direito a voz. O acordo aprovado pelos Chanceleres do bloco em 18 de outubro de 2010 previu um período de transição, entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2014, durante o qual o Brasil terá uma bancada de 37 parlamentares; a Argentina, 26; o Paraguai, 18 e o Uruguay, 18.

A partir de 01 de janeiro de 2015, ao final do período de transição, o Brasil passará a

contar com 75 parlamentares; a Argentina 43; a Venezuela 25; o Paraguai 18 e o Uruguai 18 parlamentares.

No âmbito do Parlamento do Mercosul, dentre as propostas apresentadas, destaca-se a aprovação da apresentada pela Mesa Diretora para criação de uma Comissão Especial com a finalidade de realizar gestões junto às autoridades de Inglaterra e Argentina, em busca de uma convergência entre estes países para a exploração de recursos naturais das Ilhas Malvinas, cuja soberania é reclamada pela Argentina junto ao Reino Unido, inclusive na Organização das Nações Unidas, além de debates sobre importantes temas como Infra-Estrutura, Direitos Humanos, Defesa, dentre outros temas.

3.2 - MERCOSUL DO SEGUNDO DECÊNIO (2001-2010)

A segunda fase do Mercosul, que poderia ser delimitada do ano 2001 até 2010, é caracterizada por mudanças na esfera internacional que acabam influenciando o processo de integração sul-americano, onde inclue-se o final conturbado do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (2001-2002) e os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010).

Os dois últimos anos de mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso foram vivenciados com sérias conturbações na esfera global. As mudanças estruturais provocadas pelos atentados ocorridos no dia 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington provocam uma verdadeira fragmentação na ordem internacional com os Estados Unidos da América declarando uma Guerra ao Terrorismo, mesmo sendo considerado um inimigo invisível.

Com os atentados terroristas em 2001, os Estados Unidos tiveram que modificar o eixo de sua política externa e internacional para demonstrar o seu poder de força militar, elegendo como alvos, o governo Talibã e o Al-Qaeda, no Afeganistão, e o Governo de Saddam Hussein, no Iraque.

No plano da integração regional, o projeto ALCA ficou bastante comprometido pelos governos nacionalistas que estavam sendo eleitos nos países da América do Sul e as pressões da sociedade civil.

Nesta perspectiva, a definição de um novo eixo político para a retomada do processo de integração latino-americano tem um importante capítulo com a eleição de Luíz Inácio Lula da Silva no Brasil, assim como a de outras candidaturas no campo oposto ao neoliberalismo, como Nestor Kirchner na Argentina, Fernando Lugo, no Paraguai, Tabaré Vasquez e José Mujica no Uruguai, o que indica que o neoliberalismo perdia fôlego nos países da América do

Sul, na medida em que a população não conseguia visualizar mudanças concretas nos indicadores sociais que poderiam distribuir renda e consolidar a cidadania dentre os povos da região.

A vitória destas candidaturas no campo mais nacionalista representou uma releitura da importância do papel do Estado, no sentido de assumir um papel efetivo que beneficie a toda a sociedade, notadamente os desassistidos e os mais fracos, e reequilibrar os interesses em conflito entre as camadas sociais em todos estes países.

Este novo governo brasileiro triunfou no pleito de 2002 ancorado por setores de esquerda, do campo nacionalista, setores progressistas da igreja, empresários interessados no mercado interno forte, setores das Forças Armadas preocupados com a desnacionalização do país e setores dos movimentos sociais organizados, contemplando trabalhadores, sindicatos, estudantes, profissionais liberais e da classe média, preocupados com os indicadores sociais e a dilapidação do patrimônio público, através das privatizações.

A própria repercussão e curiosidade internacional da mudança de governo para um líder metalúrgico definido como "esquerdista", criou um ambiente para que o Brasil pudesse defender suas políticas e bandeiras como a da alimentação, paz, justiça social, solução pacífica dos conflitos e uma agenda de sustentabilidade que contemplasse desenvolvimento econômico com a defesa do meio-ambiente.

Lula priorizou na agenda interna o combate à fome e na agenda externa a América do Sul com a retomada do Mercosul, após a Argentina ter tido vários problemas no governo de Fernando de La Rúa, após a situação econômico-financeira deixada pelo governo Menén.

O governo Lula optou por uma agenda integracionista ao indicar o Ministro Celso Amorim para Chanceler e Ministro das Relações Exteriores, buscando, por sua vez, um contraponto junto ao mercado na indicação de Antonio Palocci para o Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles para o Banco Central, tentando, desta forma, passar uma imagem de compromisso com rigor fiscal, para ter maior capacidade de exercer a sua liderança e carisma como um dos interlocutores dos países emergentes e em desenvolvimento na agenda internacional, utilizando os projetos sociais como prioridade no âmbito interno.

Na esfera internacional, a movimentação de Lula identificou a face da visão multipolar, através de inúmeros países oriundo de todos os continentes tentando exercer m papel de *global player*, com participação mais efetiva e mais influente nos espaços globais, oriundo de todos os continentes.

Lula em 2004 visitou a Índia e a China, tendo recebido a visita do presidente chinês Hu Jintao, do Presidente da Coréia do Sul, Ro Môo-Hyun, o do Vietnã, Tran Duc Luong, e o

da Rússia, Vladimir Putin, dando a tônica do que seria o seu mandato com muitas viagens internacionais e contatos com vários países, em especial os emergentes, intensificando a cooperação Sul-Sul.

Paralelamente, foi feita uma aproximação estratégica junto à África e junto aos países árabes, com visitas a Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Namíbia e África do Sul, facilitando a aproximação entre o Mercosul e a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), além de visitas ao Oriente Médio e o Magreb, com a inclusão na agenda, países como Síria, Egito e Líbia, o que viria a ser o início das reuniões de Cúpula do Mercosul e da América Latina com os países árabes.

Sem abandonar o projeto de criação de uma área de livre-comércio entre Mercosul e a União Européia, era importante resgatar o Mercosul das turbulências dos anos anteriores e redirecionar o bloco para ser um processo de integração mais profundo no projeto de inserção na esfera global.

Para compreensão da agenda prioritária do Governo Lula, impende resgatar o texto "A Política Externa do Brasil", publicado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI/FUNAG, que contém o discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente eleito da República Federativa do Brasil, no "*National Press Club*" em Washington, DC, em 10 de dezembro de 2002, em atividade conjunta com o então Presidente George W. Bush, foi mencionado que:

> [...] Vamos olhar com atenção especial os nossos vizinhos da América do Sul.
>
> O Brasil tem as sólidas credenciais de um país que há mais de um século vive em paz e harmonia com seus dez vizinhos. De um país que participou decididamente, desde sempre, da construção do direito internacional e da fundação das organizações multilaterais que são os pilares da boa ordem mundial.
>
> Tem também as credenciais de um país que decidiu, pela força do voto, engajar-se num grande processo pacífico de mudança.
>
> Isso nos dá as melhores condições possíveis para sermos um ativo promotor da estabilidade política, econômica e sócia na região. Estabilidade que também interessa, evidentemente, aos Estados Unidos.
>
> Queremos ajudar a garantir a paz e a democracia na região, condições essenciais para o avanço social.
>
> Estamos profundamente empenhados na integração da América do Sul. Vemos essa integração não só do ponto de vista econômico e comercial. Acreditamos em um amplo processo de aproximação política, social e cultural entre os povos da região, processo no qual o Mercosul tem papel de destaque.
>
> O Mercosul é um projeto nacional e como tal, uma das principais prioridades da política comercial externa brasileira. O meu governo está determinado a preservá-lo e fortalecê-lo, buscando, com os demais países membros, encontrar fórmulas para superar as atuais dificuldades e tornar os

> mecanismos comerciais existententes mais realistas e ajustados às peculiaridades de todos os parceiros.
>
> O Mercosul é um projeto estratégico e para seu aprofundamento existe vontade política de todas as nações que o integram. A visita que fiz na semana passada a Buenos Aires, a primeira ao exterior na qualidade de Presidente eleito, foi uma mensagem sobre minha determinação de trabalhar nesse rumo.
>
> Contudo, em um mundo cada vez mais interdependente, a ação de qualquer país, mas em particular a de uma nação das dimensões do Braasil, não pode ficar limitada a uma única região ou continente. Ela precisa ser global.
>
> O Brasil, em meu governo, estará aberto ao mundo. Queremos melhorar as relações que temos com os Estados Unidos e a União Européia. Buscaremmos novos parceiros comerciais em países com dimensão e potencial parecidos aos nossos, como é o caso da Rússia, da China e da Índia.
>
> [...] Para o Brasil, a construção de relações econômicas internacionais mais equilibradas passa, necessariamente, pela unificação do espaço sul-americano. Vamos continuar a apoiar a reunião de Chefes de Estado da região para dar seguimento aos projetos de integração nos campos dos transportes, da energia e das comunicações.
>
> Buscaremos concluir as negociações entre oMercosul e a Comunidade Andina de Nações para aproveitar, também na área comercial, o extraordinário potencial da vizinhança.
>
> A partir de janeiro de 2003, e até o final dos entendimentos, o Brasil participará das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Lá, defenderemos os interesses nacionais de maneira objetiva, realista e propositiva.
>
> O Brasil é favorável a uma verdadeira integração americana, mas não pode deixar de reconhecer que há uma situação de nítida desigualdade enre o norte e o sul das Américas.
>
> Essas assimetrias precisam ser corrigidas por novas práticas comerciais e por políticas de apoio ao desenvolvimento dos países mais pobres. [...] (SILVA; AMORIM; GUIMARÃES, 2003, p.14-22).[55]

No discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília, em 01 de janeiro de 2003, perante representantes dos Poderes da República, Chefes e Chefas de Estado e de Governo e o povo brasileiro, foi realçado que:

> [...] A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial um aação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.
>
> O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em

[55] Discurso do Lula já evidenciava a prioridade da América do Sul na política externa do seu mandato.

> alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e esforçados.
>
> Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democáticos e nas normas constitucionais de cada país.
>
> O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina. Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como outros países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. [...] (SILVA; AMORIM; GUIMARÃES,2003, p.40-41)

Sendo assim, o Mercosul, enquanto prioridade da agenda internacional brasileira, passou a ter uma maior relevância, na perspectiva de consolidação dos seus espaços institucionais e da ampliação de suas atividades e prioridades. O espaço integracionista não somente se inseriria como pólo de importância regional, mas também internacional, já que o Mercosul, enquanto espaço de regionalismo aberto, teria possibilidade de estabelecer inúmeras trocas e contatos com outros países.

Neste contexto, importante destacar o Acordo Marco para a Criação de uma Zona de Livre-Comércio entre o Mercosul e o México, assinado em 05 de julho de 2002 embora não implementado, o que permitiria abrir um canal com um país de significativa importância econômica e comercial no continente.

Acordos de livre-comércio devem significar um grau de compromisso dos governos com a integração, aliado a medidas que tenham ampla repercussão para o cidadão dos Estados signatários do bloco em questão.

A estratégia de integração passa pelo fortalecimento no relacionamento do Brasil e de seus vizinhos, que devem ser parceiros comerciais efetivos, possibilitando que os avanços da integração propiciem uma estratégia de negociações com outros blocos econômicos, de forma integrada e associada.

A miséria absoluta em que ainda vive boa parte da população latino-americana reflete a necessidade dos governos direcionarem medidas efetivas, adequando soluções emergenciais, tanto na área urbana das grandes metrópoles, como também medidas que

deverão ser implementadas na área rural, numa verdadeira cidadania comunitária.

O fato destes governantes terem tomado posse, encontrando-se, portanto, no curso de mandatos que lhe conferem legitimidade, propicia debater políticas públicas junto à sociedade organizada, estabelecendo objetivos e prioridades que deverão ser implementados no curto, médio e longo prazos, tendo como base o compromisso político com a integração.

Um dos principais desafios a serem enfrentados no curto prazo, é o de planejar uma política industrial que signifique a retomada do desenvolvimento com geração de empregos.

Esta política não é excludente de políticas compensatórias internas, tais como bolsa-escola, bolsa-família, renda mínima e programa fome zero, que deve ter como fundamento resgatar o sentimento de cidadania, redistribuir renda e promover um equilíbrio maior face ao quadro de desigualdades sociais e dos indicadores de miséria, num verdadeiro processo de inclusão social como política de Estado e não como mero assistencialismo.

Ainda neste mesmo ano de 2002, em 06 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Marco para a criação de uma zona de livre-comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, assim como em 25 de agosto de 2003 foi assinado um Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (ACE 58, 2005) que compromete o Mercosul e o Peru para fins de estabelecimento de uma zona de livre comércio, assim como com Colômbia, Equador e Venezuela (ACE 59, 2004) implementando o comércio no sub-continente.

Sob o ponto de vista comercial, é de se destacar como conseqüência natural desse processo, a adesão na condição de Estado-associado do Mercosul, do Peru (2003), da Colômbia (2004) e do Equador (2004), atraindo países da Comunidade Andina de Nações com um status de maior intercâmbio no âmbito regional.

A assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, assinado em 04 de julho de 2006, é outra decisão que teve contornos econômicos, mas também políticos, na medida em que aproximou o Mercosul do Caribe, além do fato da Venezuela ser um membro da Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP). A adesão da Venezuela ao Mercosul, que já contava com a aprovação dos Parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai, somente foi possível após a suspensão do Paraguai do bloco, nos termos da aplicação da Cláusula Democrática prevista no Protocolo de Ushuaia.

Em relação à Venezuela, o Brasil teve significativa importância diplomática por ocasião da tentativa de golpe contra o Presidente Hugo Chávez, ocorrido naquele país, em 2002, com acusação de participação dos Estados Unidos. Ao tomar a iniciativa da solução dos conflitos de forma pacífica, através da criação do Grupo dos Países Amigos da Venezuela e

na ajuda comercial, inclusive envio de petróleo, o Brasil se credenciou a ter maior legitimidade para a solução dos problemas na região.[56]

No primeiro mandato do Presidente Lula, marcado por muitas viagens internacionais, pela prioridade na América do Sul e na configuração de uma Agenda Sul-Sul, o Mercosul acabou se favorecendo destes contatos estabelecidos pelo Brasil.

A participação na Força de Paz para a estabilização política do Haiti, com mandato determinado pela ONU, embora tenha se constituído num tema polêmico, até pela tradição da nossa diplomacia de evitar ingerência interna em outro país, acabou credenciando a ação política do país ao ajudar a conter a violência interna, bem como pelas ações humanitárias em decorrência do terremoto de janeiro de 2010.

A participação como convidado, juntamente com o México, na reunião do G-8, na França e o convite para visitar o Presidente Bush, nos Estados Unidos, evidenciam momentos de reconhecimento na atuação no plano internacional, demonstrando, também, a preocupação estadunidense com a autonomia demonstrada por Lula, que, inclusive, no retorno desta viagem fez uma visita à Cuba, sob protesto dos setores mais ligados ao centro conservador, bem como visita a outros países acusados de violação dos direitos humanos como a Líbia, o Gabão e a Síria.

Ampliando o alcance comercial do Mercosul, foi assinado acordo com Cuba (ACE 62, 2006) para dinamizar o fluxo e troca de produtos comerciais. Ainda na perspectiva do comércio o bloco firmou acordos de livre comércio com Israel (2007) e Egito (2010).

Nesta segunda fase do Mercosul, o Conselho do Mercado Comum aprovou o "Sistema de Pagamento em Moedas Locais", o que possibilitaria permitir redução de custos financeiros nas transações comerciais. Esta medida se constitui numa medida alternativa ao processo de crise econômica. O Brasil e a Argentina já estabelecem operações financeiras utilizando como parâmetro as suas respectivas moedas, desde 03 de outubro de 2008, o que, inclusive, se consolida como política de valorização das moedas locais para a intensificação do comércio entre estes dois países, em detrimento da utilização do padrão dólar.

Esta proposta de valorização das moedas locais foi, inclusive, apresentada pelo Brasil na II Cúpula dos BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China, ainda sem a presença da África do Sul), realizada em Brasília, como alternativa para as relações comerciais entre estes países, enquanto alternativa ao padrão dólar e até face à crise do euro, encontrando-se em fase de estudos para análise de sua viabilidade futura.

[56] O Brasil adotou a solução negociada do conflito, ao passo que países como Estados Unidos e Espanha chegaram a reconhecer o novo governo que tinha dado o golpe.

3.2.1- O DESAFIO PARA A SUPERAÇÃO DAS ASSIMETRIAS

A constituição do Mercosul, no seu momento inicial, não se preocupou muito com as enormes assimetrias existentes entre os seus integrantes que incluem território, população, parque industrial, diversificação de produtos e de matérias-primas, tamanho da economia, nível científico e tecnológico, entre outros indicadores.

Não era prioridade por ocasião da assinatura do Tratado de Assunção, a abordagem desta temática, até pela crença ilusória de que as forças do mercado e o dinamismo da atividade de comércio poderiam beneficiar a todos, seja no estágio inicial da área de livre comércio, seja na composição da união aduaneira.

Entretanto, a questão mostrou-se bastante complexa, na medida em que as enormes desigualdades na infra-estrutura física e social, de parque industrial, de qualificação da mão-de-obra profissional faziam com que os investidores, notadamente privados, optassem por localidades que já possuíam infra-estrutura logística, maior proximidade com grandes centros urbanos consumidores, maior escolaridade da mão-de-obra, dentre outras vantagens comparativas. Esta situação aprofundava a desigualdade e a distância entre parceiros do mesmo bloco.

Passados pouco mais de vinte anos da assinatura do Tratado de Assunção, verificou-se que o problema das assimetrias existentes entre os sócios, é um tema fundamental para a consolidação do Mercosul, através da compensação para investimentos nos sócios menores, tendo sido um significativo avanço nesta segunda fase, o enfrentamento desta demanda bastante sentida pelos sócios menores desde a primeira fase, o que ocasionava a dificuldade de promoção do desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada e para o benefício de todos os Estados-membros.

A demanda justíssima reclamada por Uruguai e Paraguai, enquanto economias menores do Mercosul, tinha precedentes em outros processos de integração como no caso da União Européia, cujos parceiros maiores contribuíram com os parceiros menos desenvolvidos, em busca de um equilíbrio, conforme ocorreu com Portugal e Espanha e o próprio exemplo das duas Alemanhas.

A aprovação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul), constituído em 2004 e criado com o objetivo de promover um equilíbrio maior entre os países do bloco, através de linhas de crédito para financiamento de programas e projetos, em particular de infra-estrutura, busca a competitividade e promoção do desenvolvimento interno, propicia uma integração mais justa e includente em relação aos

parceiros menores do bloco.

Sua constituição é feita através de Contribuições anuais não-reembolsáveis dos quatro Estados Partes no valor de US$ 100 milhões (dos quais 70 milhões correspondem à parte integralizada do Brasil na condição de sócio maior do grupo), tendo sido aprovados até 2010, cerca de 34 projetos nas áreas de infra-estrutura elétrica, habitação, educação, transportes, dentre outras áreas. O Paraguai e o Uruguai são destinatários de 80% (oitenta por cento) destes recursos, tendo sido aprovados 9 projetos de desenvolvimento regional pelo Conselho do Mercado Comum.

Deve-se destacar que os projetos de investimento em curso totalizaram U$ 795 milhões de dólares, dos quais U$ 650 milhões serão financiados pelo Fundo. Em 18 de janeiro de 2007, sob o ponto de vista institucional, foram aprovados os primeiros projetos-pilotos a serem financiados com recursos provenientes do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul.

O Fundo deve ser pautado na compreensão por parte dos Estados maiores de que eles devem ser os principais financiadores dos Estados menores, a partir de projetos de infra-estrutura de curto, médio e longo prazo e estes projetos devem priorizar setores estratégicos como energia, transporte e telecomuniações.

Os projetos aprovados envolvem linhas de transmissão elétrica, rodovias e apoio a pequenas e médias empresas. Constam projetos de reforma de escolas públicas na Argentina e projetos de saneamento básico no Brasil. Nos termos do novo regulamento aprovado para esta iniciativa, os recursos aplicados serão integralmente destinados a empresas e fornecedores do bloco.

O reconhecimento das assimetrias entre os países é fator de estabilidade com investimentos importantes para que o desenvolvimento seja justo e na medida do possível já que as desigualdades dos parques industriais são profundas. O financiamento de programas para promover a convergência estrutural, busca desenvolver a competitividade e promover a coesão social, tendo como meta o processo de integração mais equilibrado.

3.2.2 - AVANÇOS NA INSTITUCIONALIDADE

No que tange ao aspecto do fortalecimento institucional, embora existam organismos criados para a solução de questões específicas, ainda existe um longo caminho para se atingir um processo de institucionalidade plena do bloco.

A aprovação do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias entre os Estados-partes, cuja vigência se iniciou em 02 de janeiro de 2004 e que veio a substituir ao Protocolo

de Brasília, teve papel relevante para discussão de diversos contenciosos ocorridos no bloco, mas ainda convive com as instâncias do Poder Judiciário dos Estados-Membros, que tendem a desconsiderar a norma aprovada nas instâncias competentes do bloco, quando confrontadas com os ordenamentos internos vigentes.

O citado Protocolo permitiu a criação do Tribunal Permanente de Revisão, com sede e estrutura em funcionamento em Assunção, e tem o objetivo de buscar a aplicação, interpretação e cumprimento do conjunto normativo do Bloco, no que concerne às questões que gerem controvérsias, conflitos e dúvidas na aplicação jurídica das normas.

Aliado ao problema jurídico da solução dos conflitos, em que pese a criação do Parlamento do Mercosul, existem limites que não foram superados como a previsão e aplicação da norma a ser aprovada neste Parlamento supranacional, em relação à norma deliberada nos Parlamentos internos.

Ainda não foi possível superar o estágio de hierarquização da supranacionalidade legislativa, que poderá facilitar o direcionamento de políticas públicas e medidas supragovernamentais para aplicação imediata em todos os Estados-partes do bloco, conforme ocorre na União Européia, onde o Parlamento europeu aprova legislações, objetivando a harmonização no campo legiferante que possibilita segurança jurídica e compromisso dos Estados-Membros, com as medidas discutidas e aprovadas no âmbito do órgão legislativo do bloco.

Por uma questão de coerência, todos os Parlamentares que compõe o citado Parlamento devem ser objeto de votação livre, direta e secreta em cada um destes países-membros, de forma a ter a legitimidade obtida no sufrágio de cada Estado-parte.

3.2.3 - MERCOSUL SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL

Através da iniciativa e das reuniões entre os Ministros e as Autoridades responsáveis pelo Desenvolvimento Social dos Estados Membros do Mercosul e dos Estados Associados, o Mercosul Social foi institucionalizado para o início do ano 2001, constituindo-se na instância setorial do Mercosul responsável pela coordenação de políticas e ações conjuntas para a promoção do desenvolvimento social dos povos dos Estados Membros.

O Mercosul Social objetiva pautar sua atuação, mediante a criação e consolidação de um espaço técnico-político, para o intercâmbio de experiências e de consenso político entre os países membros, em matéria de desenvolvimento social.

As reuniões nesta instância foram previstas em encontros sistemáticos de trabalho, com periodicidade semestral e que objetivavam estimular o intercâmbio de experiências nacionais vitoriosas, relativo ao desenvolvimento de programas sociais e indicadores sociais harmonizados e que pudessem servir de base para atividades conjuntas no âmbito do Mercosul. Buscava-se discutir linhas de ação para a elaboração e implementação de políticas sociais, para a solução de problemas comuns a região.

O Mercosul Social foi instituído no ano de 2001, através da assinatura da Decisão nº 61/00 por parte dos Chefes de Estado dos membros plenos do Bloco, por ocasião da XIXª Reunião do Conselho de Mercado Comum (CMC), ocorrida em dezembro de 2000, em que o Conselho Mercado Comum criou oficialmente a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS), tendo como objetivo o de propor medidas objetivando orientar a coordenação de políticas de desenvolvimento e ações conjuntas para o desenvolvimento social dos Estados Parte. A continuidade aos trabalhos desta Reunião se efetivou mediante o Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul (FCCP), órgão vinculado ao próprio CMC.

Houve uma primeira iniciativa de formação de uma instância encarregada de promover o desenvolvimento social na região surgida em 1997, quando a Secretaria de Desenvolvimento Social da Argentina convocou a primeira reunião entre as máximas autoridades de cada país responsável pelas políticas de desenvolvimento social e de luta contra a pobreza.

A partir do ano de 2005 se avançou nesta atividade através da criação da Secretaria Permanente do Mercosul Social, a qual esteve até o ano de 2007, sob a responsabilidade da delegação do Paraguai. Esta secretaría tinha como objetivo estimular a discussão e facilitar o intercâmbio de experiências entre os países, bem como tentar elaborar uma Agenda Social para o Mercosul e a sua execução. Além da Agenda Social para o Mercosul e a execução de um Plano Bienal de ação da RMADS.

No ano de 2006 foi criada a Cúpula Social doMercosul, enquanto espaço para se promover um diálogo entre os governos e a sociedade civil, reunindo-se, a cada semestre, os representantes do governo, dos parlamentos, das centrais sindicais, da igreja, do empresariado, organizações não governamentais, associações que tinham por objetivo, a

discussão de temas como direitos humanos, saúde, meio ambiente, educação, diversidade e orientação sexual, economia solidária, dentre outros temas.

Este projeto tinha antecedente no Programa Somos Mercosul, lançado em 2005, que tinha como objetivo de envolver a sociedade civil com o processo decisório do bloco, tendo ocorrido o I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social, em Córdoba, na Argentina, em 2006, paralelo à Cúpula de Presidentes realizada naquela cidade. Foi consolidada uma Agenda do Mercosul Produtivo e Social e convocada a I Cúpula Social do Mercosul.

No final do ano de 2007, entre a XIII RMADS realizada em Montevideu e a Cúpula de Presidentes realizada na mesma cidade, se marcou um ponto de transição no qual foram debatidos muitos objetivos que foram definidos no Plano Bienal anterior e foram discutidas algumas propostas para o Plano Bienal de 2007-2009, tendo sido aprovada a Declaração de Princípios do Mercosul Social.

Destaca-se a iniciação de 5 projetos sociais (dois do Paraguai e três do Uruguai), pertencentes ao Programa de Coesão Social dos Fundos de Convergência Estrutural do Mercosul, assim como o início dos trabalho em um projeto comum de economia social de fronteira, dando continuidade ao grupo de trabalho e elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Social do Mercosul.

Na reunião do Conselho do Mercado Comum – CMC, enquanto órgão executivo máximo do Mercosul, realizada em 15 de dezembro de 2008, em Costa do Sauípe, Brasil, se marcou uma mudança fundamental para o processo de institucionalização das políticas sociais do Mercosul. Nesta ocasião foram definidas duas resoluções que firmaram bases para uma recomposição e uma potencialização das políticas sociais no bloco. A primeira foi a criação da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMASM) e a segunda foi a adoção de um documento contendo eixos e diretrizes para a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), além da definição da estrutura do Instituto Social do Mercosul (ISM)

Nesta mesma ocasião foram tomadas decisões fundamentais para o funcionamento do Instituto Social do Mercosul, definindo-se sua estrutura e seu financiamento.

O CCMASM se constituía em foro político para a coordenação das diversas Reuniões de Ministros da área social do Mercosul. Estavam sendo implementadas as diretrizes do Plano

Estratégico de Ação Social (PEAS), que objetivava a construção de um conjunto de metas de médio e longo prazo na área social, notadamente desenvolvimento social, agricultura familiar, meio-ambiente, trabalho e emprego, direitos humanos, igualdade de gênero, educação e cultura. O CCMAS ficou com a incumbência de apresentar propostas de trabalho para o PEAS.

No âmbito nacional foi criado o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, criado por Decreto presidencial que veio a congregar representantes das mais diversas organizações da sociedade civil, incluindo Organizações Não Governamentais, associações, sindicatos, redes de participação social, dentre outros órgãos da sociedade civil, além de ministérios envolvidos na área do Mercosul. O seu objetivo é estabelecer um canal institucional do Governo com a Sociedade Civil sobre temas do Mercosul, através de suas reuniões, definidas para ocorrer duas vezes por semestre.

Foi criada uma agenda para o Mercosul, com base em áreas relevantes para o bloco como Ciência, Tecnologia, Inovação e Capacitação, destacando-se iniciativas como a criação do Sistema Integrado de Mobilidade no Mercosul (SIM MERCOSUL), que representa importante iniciativa para a concessão de bolsas a docentes e discentes no âmbito do bloco; e a criação da Rede Mercosul de Pesquisa, a partir da integração da infraestrutura das redes avançadas de pesquisa das instituições dos Estados-Partes.

Foi criada a Secretaria Permanente do Mercosul Social, tendo como temas definidos para uma Agenda de Trabalho, a saber, Juventude, Adulto, Seguridade Alimentar, Economia Social e Infância e Adolescência.

A criação do Instituto Social do Mercosul se constituiu num estágio de compromisso institucional efetivo para aprofundar a temática social no bloco, tendo sido criado para subsidiar a formulação de políticas sociais no âmbito regional.

Atualmente, o mandato da Secretaria Permanente do Mercosul Social, através da coordenação e condução das atividades, está sob a responsabilidade da delegação do Uruguai, através do Ministério de Desenvolvimento Social daquele país.

O tema social é da maior relevância no espaço integracionista decorrente das enormes desigualdades que atingem milhões de habitantes na América do Sul. O coeficiente de Gini I da renda domiciliar *per capita*, medido pela Pesquisa Nacioal por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, de 2008, estava em 54,4, ao passo que o Uruguai tem 47,1 e a Venezuela 44,8, sendo que nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE) o coeficiente médio é de 31,0.

Um dos temas centrais da pauta social é o Estatuto da Cidadania, projeto que acarretaria numa cidadania regional, para fins de consolidar os diretos criados para os cidadãos do bloco ao longo destes anos de existência, além dos direitos futuros.

O Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, aprovado pelo Conselho do Mercado Comum durante a Presidência Pro Tempore Brasileira de 2010, é um exemplo claro de que o tema tem avançado Este Plano de Ação estrutura-se com base em três objetivos gerais: implementação de política de livre circulação de pessoas; igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos para nacionais dos Estados Partes; e igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação.

Dentre os direitos que beneficiam os cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL consta:

> Documentos de Viagem: os cidadãos dos Estados Partes e dos Estados Associados do MERCOSUL não precisam de passaporte ou visto para circular pela região, bastando a carteira de identidade nacional ou outro documento considerado válido, aprovado pelo Anexo da Decisão CMC Nº 14/11;
>
> Acordo de Residência: O Acordo concede o direito à residência e ao trabalho para os cidadãos sem a exigiência de outro requisito que não seja a nacionalidade. Cidadãos dos Estados Partes e dos Estados Associados que integram o acordo gozam de trâmite facilitado para a solicitação de visto de residência, desde que tenham passaporte válido, certidão de nascimento e certidão negativa de antecedentes penais. É possível requerer a concessão de "residência temporária" de até dois anos em outro país do bloco. Antes de expirar o prazo da "residência temporária", os interessados podem requerer sua transformação em residência permanente, conforme a Decisão CMC Nº 28/02;
>
> Acordo Multilateral de Seguridade Social: O Acordo permite que trabalhadores migrantes e suas famílias tenham acesso aos benefícios da seguridade social, possibilitando que os cidadãos de um Estado Parte tenham contabilizado o tempo de serviço em outro Estado Parte para fins de concessão de benefícios por aposentadoria, invalidez ou morte, conforme Decisão CMC Nº 19/97;
>
> Integração Educacional: O MERCOSUL possui protocolos para a integração educacional, os quais preveem a revalidação de diplomas, certificados, títulos e o

reconhecimento de estudos nos níveis fundamental e médio, técnico e não técnico. Os protocolos abrangem, ainda, estudos de pós-graduação. Há, também, o Sistema ARCU-SUL, para equivalência plena de cursos superiores, e o Programa Marca de mobilidade estudantil;

Mobilidade Acadêmica: o Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL (SIMERCOSUL), criado em dezembro de 2012, tem o objetivo de promover um salto qualitativo e quantitativo nas iniciativas de mobilidade acadêmica em educação no âmbito do bloco. O SIMERCOSUL promove o intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores entre as universidades da região, tanto no nível de graduação quanto em pós-graduação. Priorizam-se a mobilidade nos cursos acreditados pelo mecanismo regional de acreditação existente (Sistema ARCU-SUL) e iniciativas que estimulem o aprendizado do espanhol e do português no MERCOSUL.

3.2.4- O PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO SOCIAL DO MERCOSUL (PEAS)

A criação do Instituto Social do Mercosul é uma demonstração clara das mudanças institucionais e filosóficas ocorridas no Mercosul do primeiro decênio, em relação ao Mercosul deste início de terceiro decênio.

Se naquele momento durante a primeira década, a estratégia de integração se baseava num projeto econômico-comercial, atualmente a integração vem assumindo responsabilidades no âmbito político, cultural, jurídico, ambiental e, principalmente, social.

Esta nova dimensão está pautada na convergência da ação política dos governantes, preocupados com os indicadores sociais da população, inclusive com grandes contingentes populacionais na linha da miséria e da pobreza absoluta, bem como a grave crise que afetou os países da região, notadamente entre 1998 e 2002, que teve conseqüências graves em países como Brasil e Argentina, que tiveram que modificar políticas microeconômicas, em curso, sem deixar de registrar os efeitos em países importantes como o México.

Estas crises ajudaram a demonstrar que o modelo neoliberal então vigente, que priorizava os fundamentos para uma gestão em benefício do mercado, pautada em privatizações e na diminuição do tamanho do Estado, não estava conseguindo reverter os problemas sociais gravíssimos da região, cujos indicadores sociais negativos aumentavam.

Uma vez que o modelo de Estado mercantilista pautava a agenda do bloco econômico, a sua continuidade implicaria no fracasso do modelo de integração, uma vez que sem a participação do Estado, ou mesmo com um Estado fragilizado, seria irreal qualquer

continuidade de um projeto de integração da importância do Mercosul.

O processo de crise econômica levava a protestos, greves e pressões internas que, tampouco, facilitava qualquer elaboração de uma política integracionista.

A mudança da filosofia de ação política dos governantes, na medida em que a população civil sufragava candidaturas de Presidentes, representados por Partidos Políticos e Coligações que tinham uma visão diferenciada e que priorizavam a ação do Estado e a necessidade de políticas sociais, verifica-se o nascimento de um novo Mercosul, o que pautou as políticas estabelecidas ao longo do segundo decênio (2001-2010).

O problema dos indicadores de pobreza não podem ser creditados ao primeiro decênio do Mercosul, mas a um contexto mais amplo, já que o problema é histórico e tem relação direta com o processo de colonização estabelecido pela metrópole e pelos centros europeus, com a exploração da riqueza e da matéria-prima, com a dependência estabelecida junto aos centros desenvolvidos, com as políticas ortodoxas estabelecidas por agências financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com a falta de compromisso e prioridades da elite financeira e política, dentre outros motivos.

O problema dos indicadores sociais se constitui num processo de mais de dois séculos, já que estes países conseguiram suas respectivas independências ao longo do século XIX, principalmente nos primeiros trinta anos, e o problema já foi herdado pelos então recentes Estados Nacionais.

Na transição do século XX para o século XXI, se não houvesse uma mudança na ação política dos governantes, poderíamos ter a concretização de um processo de exclusão que poderia levar a uma convulsão social de graves conseqüências, podendo chegar a uma Guerra Civil.

A "nova questão social" (CASTEL, 1997a)[57] se coloca com maior violência, baseada em altos índices de mortalidade, pobreza, desemprego, exclusão social, baixa qualificação da mão de obra, pessoas sem moradia e acesso aos direitos fundamentais elementares básicos.

O processo de transformação social provocado por mudanças nas ações de governo, vieram a provocar algumas dúvidas na efetividade de políticas assistencialistas, na medida em segmentos beneficiados poderiam provocar um abismo maior em relação aos não beneficiados, afetando os níveis de coesão e integração social, bem como o questionamento das políticas públicas adotadas.

No contexto do Mercosul, os desafios são imensos na medida em que uma população significativa ainda não conseguiu ser beneficiada pelos programas sociais, em que pese a sua

[57] CASTEL, 1997a.

ampliação e o grau de compromisso dos governos dos países membros e dos países associados, a partir do segundo decênio.

O complexo cenário atual levou o Mercosul a debater a necessidade de uma coordenação de esforços e um projeto que estabelecesse linhas de convergência entre as políticas adotadas, objetivando maior nível de bem-estar e alcance para um número maior de cidadãos beneficiados e incorporados a um processo de desenvolvimento que contemplasse os indicadores sociais.

Esta mudança de foco, possibilitaria repensar a integração regional sob o prisma de um projeto político-estratégico, que conseguisse contemplar o interesse econômico aliado ao interesse social, de forma a que possibilitasse uma articulação entre estas duas temáticas.

A compreensão da relevância da dimensão social num processo de integração, demonstra que o fator social não pode ser conseqüência de estratégias econômica-comercial, mas sim como parte fundamental de um projeto político de Estado que tenha como pressuposto o desenvolvimento humano.

A definição de políticas econômicas e sociais de forma articulada, possibilitaria o acesso a um processo de construção de uma cidadania participativa e includente, o que levaria a uma dimensão no campo ético e civilizatório das relações sociais mais equilibradas e pautada na justiça social.

Sob a perspectiva da complexidade do tema, o Mercosul passou a fazer alusão a uma Dimensão Social a partir da necessidade de uma intervenção social necessariamente articulada, "pois a verdadeira dimensão de uma política social leva em conta todos os campos da realidade, em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais."

A criação do Instituto Social do Mercosul (ISM) é conseqüência dos debates e análises dos problemas sociais diagnosticados nas Reuniões de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS) e pela Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS), que concluem pela necessidade de mecanismos institucionais para coordenar as ações a serem desenvolvidas.

A instauração do Instituto, enquanto instrumento de apoio a RMADS, exigia a definição de um marco conceitual para orientar as políticas sociais a serem adotadas.

Na Cúpula de Assunção realizada em junho de 2011, se analisou e aprovou como marco conceitual, o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) que procurou envolver a todos os Ministérios e Secretarias com competência no campo das políticas sociais existentes no Mercosul, sendo um desafio a difusão do PEAS, de forma a proporcionar debates, análises e medidas que possam ajudar a difundir o Plano.

O principal objetivo foi deliberado em junho de 2003, durante a XXIV Reunião do Conselho Mercado Comum, realizada em Assunção, Paraguai, nos seguintes termos: "A necessidade de priorizar a dimensão social do Mercosul para incentivar o desenvolvimento com equidade dos Estados Partes e na região em seu conjunto, com ênfases naquelas medidas tendentes a propiciar a inclusão social e econômica dos grupos mais vulneráveis da população."

Na análise de Chrstian Adel Mirza, indicado em julho de 2011 e com mandato até julho de 2013 pela República Oriental do Uruguai para responder pela Direção Executiva do Instituto Social do Mercosul, as transformações sociais na região neste início de século XXI foram fruto de um processo que apresenta características políticas e sociais, nos termos do anexo à presente tese no quadro 8.

Através da Decisão nº 12/11 do Mercosul/CMC, foi aprovado o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), tendo como fundamento jurídico o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões nº 39/08, 45/10 e 67/10 do Conselho Mercado Comum.

A aprovação do PEAS se justificava pelo fato da importância da Dimensão Social nos últimos anos, ter se tornado um eixo prioritário e estratégico para o processo de integração regional e que na Cúpula do Mercosul, realizada em Córdoba, em julho de 2006, os Presidentes já haviam se proposto a elaborar um Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul e, finalmente, no fato de que a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMASM) ter elaborado uma nova versão do documento "Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS)", que incorporava os aportes adicionais remetidos por distintas reuniões de Ministros e Reuniões Especializadas, responsáveis pelos temas sociais no marco da Decisão CMC nº 67/10.

A Decisão se baseou num documento que contém "Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do Plano Estratégico de Ação Social", sendo que esta Decisão não teve necessidade de ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização e do funcionamento do Mercosul, conforme disposto no Quadro 9 do Anexo à presente tese.

A questão social tem integrado a agenda do Mercosul, principalmente pela mobilização de setores da sociedade organizada, onde destacam-se entidades sociais, associativas e organizações não governamentais, além de profissionais que atuam na área.

Os governantes a partir do segundo decênio do Mercosul tem tido maior sensibilidade

em relação ao tema, na medida em que tem atuado de forma mais consistente e ordenada para que os indicadores sociais e as condições de vida da população melhorem de forma significativa e sustentada, através da ação do Estado.

3.2.5 - O INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL

No ano de 2007 algumas novidades se mostraram como efetivos avanços para o Mercosul Social, com destaque para a criação do Instituto Social do Mercosul enquanto órgão técnico-político que foi criado em 18 de janeiro de 2007, através da Decisão da XXXII Reunião do Conselho Mercado Comum nº 03/07, enquanto iniciativa da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS).

Ao término da Presidencia *Pro Tempore* do Paraguai e início da Presidência do Uruguai, foi aprovada a decisão do Conselho Mercado Comum o Acordo Sede para instalação do Instituto Social do Mercosul em Assunção, Paraguai, e se convocou a Primeira Reunião do Grupo de Instalação do ISM, além de finalizar o Plano Bienal 2005-2007 da RMADS destacando seu nível de comprometimento. Se transferiu a Secretaria Permanente do Mercosul Social para o Uruguai e se encomendou o Ponto Focal do Uruguai (MIDES) a elaboração do Plano Bienal para o período de 2007 – 2009, entre outras atividades de competência desta secretaria.

A RMADS está formada pelos Ministérios e Secretarias de Desenvolvimento Social da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a recente adesão da Venezuela, que dão o aporte técnico e financeiro para o regular funcionamento do Instituto.

Cada Estado Parte tem representação para integrar o Conselho do ISM, órgão diretivo que tem por objetivo definir, em coordenação com a Direção Executiva, as linhas estratégicas e programáticas, o pressuposto e os projetos a serem executados.

O Instituto Social do Mercosul se insere como uma instância técnica de investigação no campo das políticas sociais e implementação de linhas estratégicas com o objetivo de contribuir para a consolidação da dimensão social como um eixo central no processo de integração do Mercosul. O Instituto se soma aos esforços de consolidação do processo de integração, através de iniciativas que contribuam para a redução das assimetrias sociais entre os Estados Partes e a promoção do desenvolvimento humano integral.

A diretriz 26 do PEAS, reforçou a necessidade de fortalecimento do Instituto Social do Mercosul como organismo de apoio técnico para a execução do Plano. Como objetivos

prioritários defende-se dotar o ISM de instrumentos adequados para a implementação, monitoramento e evolução de projetos sociais; promover e consolidar acordos e convênios de cooperação com instituições de investigação dos Estados Partes e viabilizar associações para a implementação dos projetos sociais previstos.

O Instituto Social do Mercosul foi instalado em julho de 2009 durante a Presidência Pro Tempore do Paraguai, primeiro país a assumir a Direção Executiva da Organização, através da nomeação da socióloga Dra. Magdalena Rivarola, que foi responsável pela consolidação do órgão, cuja sede permanente está localizada em Assunção, no Paraguai.

Em fevereiro de 2011, um novo ciclo se iniciou através da incorporação de funcionários para constituir uma equipe técnica e de um Conselho Político integrado por um representante de cada um dos Estados Partes, designado pela RMADS, que, junto com a Direção Executiva, definem as linhas estratégicas e programáticas.

A principal missão do Instituto é a de consolidar a Dimensão Social do Mercosul como um eixo fundamental no processo de desenvolvimento por meio da investigação, intercâmbio, articulação e difusão de políticas sociais regionais, contribuindo para a redução das assimetrias e a promoção do desenvolvimento humano integral.

Nestes quase seis anos, o Instituto vem se consolidando e se legitimando na região como um órgão técnico-político ,com capacidade para incidir e assessorar aos governos em processo de construção de Políticas Sociais Regionais.

Dentre os principais objetivos está o de coordenar o desenho, o monitoramento, a evolução e difusão de projetos sociais regionais; promover e desenvolver investigações como o fim de apoiar a tomada de decisões no desenho, implementação e evaluacion dos impactos das Políticas Sociais; fomentar Espaços de reflexão, análise e difusão sobre os temas emergentes na agenda social do Mercosul e intercambiar e difundir as melhores experiências e práticas sociais a nível regional e interregional.

No que tange à infra-estrutura, o Instituto contém uma Direção Executiva e quatro Departamentos, estruturados da seguinte forma:

> *Departamento de Investigação e Gestão da Informação, que é o responsável por realizar investigações e estudos comparativos, identificar indicadores sociais regionais e gerar espaços de intercambio em torno a gestão dos sistemas de informação social (indicadores sócio-econômicos e de programas sociais);
>
> *Departamento de Promoção e Intercâmbio de Políticas Sociais Regionais, que

> é responsável de contribuir na geração de instâncias técnicas de diálogo e elaboração de projetos em matéria de políticas sociais regionais, no intercâmbio de práticas socialmente relevantes e na identificação de oportunidades para a cooperação horizontal;
>
> *Departamento de Comunicação, que é responsável pelo desenho e a execução da estratégia de comunicação pública e institucional do ISM, com finalidade de promover a transparência, interatividade e participação dos diversos atores da sociedade civil;
>
> *Departamento de Administração e Finanças, que é responsável de assistir a Direção Executiva em todas as atividades relativas às demandas administrativas, financeiras e de recursos humanos.

Importante realçar o compromisso do Mercosul com a agenda social, possibilitando uma nova dimensão para o bloco na elaboração de políticas públicas sociais e articuladas entre os Estados-Membros e Associados.

3.2.6 - TEMAS DA AGENDA DO MERCOSUL PARA O TERCEIRO DECÊNIO

No aspecto empresarial, o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas foi criado para garantir operações de crédito, contratadas por empresas menores que participem de projetos de integração na escala produtiva, e visa redirecionar a característica de auxílio somente para as grandes empresas. Enquanto instrumento efetivo para avançar na integração produtiva, encontra-se atualmente no contexto de sua regulamentação pelos Estados-Partes, principalmente no que tange aos critérios de financiamento e pode ser um fator de desenvolvimento e ampliação do emprego, já que o setor tem participação significativa no nível de emprego dos trabalhadores.

Paralelo à Cúpula de Brasilia de 2012, foi organizado o I Fórum Empresarial do Mercosul, com a participação da representação do governo e de setores do empresariado para a discussão de temas relacionados ao agronegócio, energia, inovação, infraestrutura e logística.

No âmbito da reunião do Mercosul, de San Juan, na Argentina, ocorrida nos dias 02 e 03 do mês de agosto de 2010, onde a Argentina passou a presidência rotativa para o Brasil, devem ser destacados avanços nas negociações de temas da maior relevância e que permitiram a aprovação do Código Aduaneiro do Mercosul; a aprovação de um programa para

a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), no intercâmbio comercial entre os países-membros do bloco; o Acordo sobre o Aquífero Guarani que amplia o compromisso institucional com o meio-ambiente e com recursos naturais de enorme importância, através da regulamentação sustentável do seu uso, o acordo de livre comércio com o Egito; a criação de um Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul; e nove projetos de desenvolvimento regional.

O Acordo de Livre Comércio com o Egito foi o primeiro com um país do mundo árabe, sem prejuízo de negociações em curso para um Acordo de Livre-Comércio entre Mercosul e Jordania, Acordo Comercial Preferencial Mercosul-Índia, além de negociações em curso com a Autoridade Palestina. Este acordo permitirá a eliminação gradativa de tarifas sobre produtos brasileiros e dos outros associados exportados para o Egito, destacando-se carros, café e frango, sendo destaque dentre as mercadorias egípcias, o adubo e algodão.

O Egito está sendo o segundo país fora da América do Sul a estabelecer um acordo de livre comércio com o Mercosul, sendo o primeiro Israel, cujo Acordo foi assinado em 2007 com vigência a partir de abril de 2010.

O acordo para o Brasil é avaliado como bastante positivo, já que dos 25 produtos exportados pelo Brasil para o Egito em 2009, 22 terão tarifa zero no final do período de transição, que pode durar até dez anos, conforme a natureza do produto.

Outro ponto relevante da pauta é relacionado aos recursos naturais do Mercosul, como no caso do Aquífero Guarani. O acordo sobre o Aquífero Guarani é significativo, tendo em vista a sua extensão pelos territórios de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Ficou estabelecido que cada um dos países membros poderia exercer, em seus respectivos territórios, o direito soberano de promover a gestão, o monitoramento e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos do Sistema Aquífero Guarani, e esses recursos poderiam ser utilizados com base em critérios de uso racional e sustentável, além de respeitar a obrigação de não causar prejuízo sensível às demais partes nem ao meio ambiente. O documento prevê que qualquer projeto com potencial de afetar o aqüífero deverá ser apresentado aos vizinhos, e não poderá ser levado adiante se for comprovado o seu caráter danoso. Este avanço é um avanço nas relações entre países vizinhos na área ambiental, principalmente pelo fato de Argentina e Uruguai terem tido sérias divergências, decorrente do conflito das "*papelleras*".

Na agenda dos Direitos Humanos, o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDDHH) foi criado com a perspectiva de contribuir ao fortalecimento do Estado de Direito nos Estados-partes e de favorecer a consolidação dos Direitos Humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do Mercosul. O organismo tem previsão de

funcionamento no prédio da antiga Escola de Mecânica da Marinha (Esma), em Buenos Aires, a maior prisão clandestina durante a ditadura argentina.

A implementação destas políticas demonstram as apostas estatais no sucesso da continuidade do processo de integração, que são aliados aos dados que expressam a efetiva expansão da atividade comercial, embora se constituam em estratégias distintas, embora complementares .

Entre 2003 e o ano de 2010, o Mercosul logrou aperfeiçoar seu arcabouço normativo-institucional para fins de incrementar o fluxo comercial entre os Estados-membros. De 2002 ao ano de 2008, a corrente de comércio entre o Brasil e os países do bloco apresentou forte crescimento, passando de US$ 8,9 bilhões, em 2002, a US$ 28,9 bilhões, em 2007 e US$ 36,5 bilhões, em 2008, tendo o Brasil tido *superavit* em relação a todo os parceiros comerciais do Mercosul. Se o cálculo incluir o comércio com a Venezuela que em 2007 alcançou US$ 5,07 bilhões de dólares, os valores do comércio total do Brasil com o Mercosul alcançaria a cifra de US$ 33,97 bilhões de dólares, em 2007.

Existe, no entanto, a possibilidade de desequilíbrios, já que o intercâmbio comercial com o Mercosul em 2002 registrou déficit de US$ 2,2 bilhões de dólares para o Brasil, tendo em 2007 gerado *superávit* a favor do Brasil no montante de US$ 5,7 bilhões de dólares. O Governo brasileiro tem se preocupado em equilibrar estes números em relação aos demais parceiros, não somente diversificando a pauta de produtos para importação, mas também através de algumas instâncias de trabalho.

Foram criadas Comissões de Monitoramento Bilaterais do Comércio, cuja prioridade tem sido a ação no desmantelamento de barreiras não-tarifárias e na solução de problemas pontuais de acesso a mercados. O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) é uma iniciativa que tem como pressuposto o estabelecimento de ações para facilitar o contato de importadores brasileiros com exportadores dos países da América do Sul. Existem, igualmente, iniciativas no campo da integração produtiva e do problema das assimetrias.

Entretanto merece reflexão, alguns índices que demonstram os impactos da crise financeira internacional de 2008, principalmente no comércio intra-bloco, seja pela redução de 27,38% no valor das exportações brasileiras para a Argentina, e de mais de 40% do saldo comercial favorável ao Brasil na balança com o Paraguai, entre outras. Dados de 2010, entretanto, indicam a retomada das trocas comerciais já em níveis maiores do que os de 2008.

De 2002 a 2009, o fluxo de comércio entre Brasil e Argentina aumentou em cerca de 354% passando de U$ 7 bilhões (2002) para U$ 24,8 bilhões (2009), sendo que na relação de comércio entre Brasil e Paraguai e Brasil e Uruguai, o crescimento foi de 239% e 289%,

respectivamente, durante o mesmo período. Em termos absolutos, com o Paraguai a corrente de comércio passou de U$ 942 milhões para U$ 2,26 bilhões; com o Uruguai, de US$ 897 milhões para US$ 2,6 bilhões, destacando-se que a pauta de exportações brasileiras para os três países é constituída em sua maior parte por produtos industrializados.

O comércio intra-zona é de fundamental relevância para o Brasil com participação significativa no quadro geral. Segundo dados de 2007, o comércio com os países do bloco representa 10,8% das exportações e 9,64% das importações nacionais, excluindo o comércio com a Venezuela.

Embora os Estados Unidos tenha diminuído sua participação nos índices gerais, ainda aparece com relevância no quadro individual de países com participação na ordem de 15,6% das exportações e 15,52% nas importações. A participação da China é crescente e supera a do Mercosul no quadro das importações situando-se em torno de 10,4%.

Conforme a análise das fases que corresponde ao primeiro e segundo decênios, o Mercosul nos dias atuais procura se inserir na conjuntura multilateral, buscando ocupar espaços e maior capacidade de interlocução nas questões políticas na esfera internacional.

Deve ser destacado que o volume do comércio do Brasil com os países da América do Sul aumentou quatro vezes entre 2002 e 2008, tendo queda em 2009, para retomada dos índices em 2010.

No primeiro semestre de 2010, o comércio do Brasil com a América do Sul representou 16,5% do comércio realizado com o mundo, ultrapassando os índices de comércio com os Estados Unidos.

Entre 1990 e 2007, o PIB mundial passou de US$ 22 trilhões para US$ 54 trilhões, sendo a metade desse crescimento se deu nos mercados emergentes.

No plano dos investimentos, as empresas brasileiras realizaram um grande avanço em direção à internacionalização, tendo o ano de 2008 tido um saldo de US$ 20 bilhões em remessas ao exterior. Em 2009, o saldo de comércio exterior foi negativo no total aproximado de 10 bilhões de dólares.

Segundo dados da Fundação Dom Cabral, o número de novas contratações das empresas, no ano de 2008 para o ano de 2009, foi de aproximadamente 45.000, o que indica, interna e externamente, um significativo índice de crescimento, mesmo em tempos de crise.

Estes dados apontam, ainda, que as empresas transnacionais brasileiras tiveram a América Latina como o principal destino dos investimentos, aproveitando-se das facilidades geográficas, culturais e estratégicas, bem como fatores relacionados aos espaços de integração como, por exemplo, preferências tarifárias na ALADI ou mesmo melhoria de infra-estrutura

nestes países.

Segundo dados que retratam o comércio entre Brasil-Argentina, destino preferencial neste processo de internacionalização, sendo que o volume de investimentos realizado pelas empresas brasileiras na Argentina no período 1997-2008 foi no montante aproximado de US$ 9 bilhões, segundo consta em informações junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, incluindo novos projetos, fusões e aquisições,

No âmbito do período entre 2003 e 2009, as exportações brasileiras para os países da América do Sul cresceram de US$ 10, 1 bilhões em 2003 para US$ 27 bilhões em 2009, perfazendo um total de 165,6%. O total exportado para a América do Sul em 2009 representou 17,6% das exportações brasileiras.

No que tange às importações, as provenientes dos países da América do Sul cresceram de US$ 7,6 bilhões em 2003 para US$ 19,1 bilhões em 2009, perfazendo um total de 149%. O total importado da América do Sul em 2009 representou 14,9% das importações brasileiras.

O Brasil tradicionalmente apresenta *superavit* comercial com toda a América do Sul e passou de US$ 2,5 bilhões em 2003 para US$ 7,9 bilhões em 2009, num total de 216,2%. O saldo comercial do Brasil com a América do Sul corresponde a 31,4% do *superávit* comercial total do País com o resto do mundo.

Embora com retração de 26,5% em 2009, face aos efeitos da crise financeira internacional, a recuperação no ano de 2010 foi significativa, já que as exportações para os países da América do Sul passaram de US$ 11,1 bilhões no primeiro semestre de 2009, para US$ 16,2 bilhões no primeiro semestre de 2010, o que caracterizou um aumento de 46,2%. No campo das importações verificou-se um crescimento de US$ 8,4 bilhões no primeiro semestre de 2009 para US$ 11,9 bilhões no primeiro semestre de 2010, perfazendo um aumento de 40,5%.

Sem prejuízo dos dados comerciais no âmbito da América do Sul, o triunfo dos processos eleitorais em 2009/2010, no final do segundo decênio do Mercosul, em especial a eleição de José Mujica no Uruguai, a reeleição de Evo Morales na Bolívia, a eleição de Dilma Rousseff no Brasil, além da eleição parlamentar na Venezuela, vem apontando para uma conjuntura que favorece o processo de continuidade para o terceiro decênio, das políticas adotadas e que vieram a modificar os fundamentos do bloco no segundo momento, aliados ao posicionamento pró-integração dos atuais governantes destes países, bem como da Argentina com Cristina Kirchner e Paraguai, quando estava em efetivo exercício, Fernando Lugo. Este país deverá ter o seu processo eleitoral no mês de abril de 2013, voltando a ter um Presidente eleito, com o conseqüente retorno ao Mercosul e à Unasul.

Mesmo com a eleição do candidato da situação na Colômbia, Julio Santos e do candidato dos setores mais conservadores no Chile, Sebastian Piñera a agenda tem continuado intensa e dinâmica, inclusive na condição de membros-associados.

Verificam-se alguns avanços patrocinados pelo governo brasileiro no campo externo e interno, seja pela implementação das obras de infra-estrutura física que vem permitindo um maior desenvolvimento regional com aumento dos empregos, como no caso da inauguração da Rodovia situada na fronteira entre Brasil, no Estado do Acre, e o Peru, que permite um corredor Atlântico-Pacífico permitindo o deslocamento das mercadorias para o Pacífico, a ampliação do turismo e a livre circulação de trabalhadores, bem como com iniciativas na área de Educação através da criação de entidades como a inauguração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu.

Por todos estes fatores, verifica-se que, inclusive, as agendas e prioridades na política externa estão sendo objeto de debate nos processos eleitorais das eleições presidenciais e legislativas, bem como retratam a preocupação do conjunto de países com a continuidade de políticas governamentais e de Estado.

A integração regional vendo sendo compreendida não como uma política de governo, mas sim como uma política de Estado que deve ter continuidade e deve ser implementada independentemente do resultado dos processos eleitorais dos Estados-partes. Deve se constituir num claro estímulo para que os países sul-americanos possam buscar o entendimento e encontrar os seus próprios caminhos de forma democrática e na perspectiva de uma concertação, até em observância à retomada dos processos democráticos que está completando, duas a três décadas dependendo de cada país.

A reunião dos Chefes de Estado em dezembro de 2010 em Foz do Iguaçu, Brasil, no momento em que se concluía o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidência Rotativa do Mercosul era transferida do Brasil para o Paraguai, novas medidas foram apresentadas e aprovadas como etapas necessárias no caminho da efetiva consolidação do Mercosul para o terceiro decênio.

É inequívoco que o Mercosul tem avançado no compromisso institucional, que permite imaginar que o seu crescimento será permanente e contínuo, a partir de uma perspectiva mais ampla do real significado da o que seja uma integração. É fundamental, entretanto, que a dinâmica da integração se consolide através de medidas que sejam sentidas pela população, de forma a permitir que as pessoas percebam os benefícios da integração regional, o que se constitui num grande desafio.

O Mercosul ainda carece de uma compreensão de sua importância por parte dos

cidadãos dos seus países-membros, o denominado cidadão mercosulino. Uma das possibilidades do Mercosul avançar através da compreensão de sua importância, seria mediante o aprofundamento dos instrumentos de democracia participativa no seu caráter institucional, de forma a possibilitar que o cidadão, efetivamente, seja parte do seu processo de consolidação, principalmente através da participação popular e democrática por intermédio de plebiscito, referendo e consultas públicas.

Por outro lado, verifica-se que o processo de integração depende de fatores externos que, em muitas situações, dificultam os fatores internos, na perspectiva de consolidar um processo de governabilidade e de adoção de políticas pró-integração, a partir do âmbito interno.

Ao longo do primeiro e do segundo decênio, dentre os fatores externos que provocaram enormes dificuldades junto ao Mercosul, certamente os de cunho econômico afetaram de maneira decisiva o espaço de integração, como no caso das crises internacionais sistêmicas do capitalista.

O quadro recente destas crises aponta para as questões estruturais que ocasionaram graves problemas nas principais economias do continente, como no caso do México em 1994, Brasil em 1998 e Argentina em 2001, o que sempre provoca impactos na população com a ampliação dos problemas e das questões sociais.

A crise mais recente, a de 2008 nos Estados Unidos, é considerada a mais grave e tendo reflexos no mundo inteiro, sendo equiparada à Grande Depressão americana, no ano de 1929.

No âmbito do bloco, o terceiro decênio do Mercosul poderá evidenciar uma nova etapa de fortalecimento institucional para negociação com outros blocos ou países, na medida em que existe uma compreensão maior de sua importância, principalmente como instrumento para intensificar o diálogo Sul-Sul, a possibilidade de ampliação de suas deliberações nos espaços decisórios como o G-20 e em foros internacionais como Organização Mundial do Comércio, nas questões ambientais, dentre outras.

A decisão política do início do segundo período do Mercosul de interromper as negociações que objetivavam a criação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), enquanto projeto estadunidense iniciado na Cúpula de Miami em 1994 e que buscava a criação de uma zona de livre-comércio entre o Alasca e a Patagônia, com a exclusão de Cuba, se mostrou acertada, pois certamente causaria um impacto negativo no Mercosul que dificultaria o avanço das trocas comerciais e ampliação dos mercados.

Relevante apontar a atuação do Estado nos dois primeiros períodos do Mercosul,

conforme já abordado, o primeiro decênio caracterizado pelas políticas neoliberais, maior incentivo à ocupação de espaço pelas Empresas e menor participação estatal, e o segundo decênio caracterizado por políticas com maior grau de intervencionismo, com maiores compromissos sociais, com maior grau de nacionalismo e maior intervenção estatal.

Esta intervenção estatal, inclusive, foi utilizada pelo governo Barack Obama nos Estados Unidos para, através da aplicação de recursos financeiros, evitar que grandes empresas fossem à falência e dificultassem a já complicada situação daquele país, o que foi objeto de crítica de setores americanos que não toleram qualquer tipo de intervenção na economia.

O Programa de Reestruturação das Empresas (PROER), que auxiliou Bancos com dificuldades financeiras, criado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso no Brasil em meados da década de noventa, foi outro exemplo de socorro do Estado para instituições financeiras, que não tiveram competência, tampouco capacidade de se recuperar em época de crise financeira.

Esta aparente contradição da intervenção estatal direcionada é apontada como uma questão relevante pelo Professor argentino Julio Gambina, nos seguintes termos:

> [...] *la política económica de salvataje aplicada por los principales países capitalistasdejó en el camino la retórica contra la participación directa del Estado en laeconomía. El segundo mito que se derrumba es el que asume el carácter progre-sista de toda intervención pública. No es un dato menor considerar esta tesis, yaque ciertas opiniones avorables a la intervención pública son sustentadas comomecanismo de restaurar el orden capitalista en crisis.* (GAMBINA, 2013, p.40)[58]

Em que pesem contradições e dificuldades naturais do processo de integração, a participação do Estado se constitui em peça fundamental para sua evolução, devendo ter propostas para a adoção de políticas públicas sociais e em favor do cidadão.

No plano institucional, o Bloco tem avançado no plano de solução de controvérsias através da criação de um Tribunal Permanente de Revisão para fins de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento das normas a serem emanadas pelas instâncias competentes do bloco.

O primeiro momento tem características próprias que delimitam o início mais restritivo de um processo de integração, tendo a visão governamental e a participação mais efetiva do empresariado, ao passo que o segundo momento consolida o avanço institucional e abre o bloco para com uma participação mais ampla de outros setores importantes, notadamente o político e o social, além do institucional.

[58] GAMBINA, 2013.

No processo de evolução do bloco, diversos setores foram sendo inseridos nos estágios de integração por meio de Comitês Técnicos (CTs), Subgrupos de Trabalho (SGTs), Reuniões e Foros Especializados, Reuniões e Grupos *Ad Hoc* e Reuniões de Ministros específicas, incorporando a participação de Ministérios, Autarquias, Órgãos e Agências na área do setor público.

O fortalecimento institucional do Parlamento do Mercosul é outra institucionalidade que tem que ser priorizada possibilitando a ampliação da discussão e a legitimação do processo decisório.

Mesmo com todos os problemas de exceção para a Tarifa Externa Comum e das dificuldades no plano comercial, o intercâmbio comercial intrabloco alcançou 45 bilhões de dólares em 2010, o que demonstra que existe um potencial significativo de crescimento.

3.3 - MERCOSUL DO TERCEIRO DECÊNIO (A PARTIR DE 2011)

Pelas ratificações e vigências de Tratados e Protocolos envolvendo os países do Mercosul e os Estados Associados, verifica-se que da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, até o mês de junho de 2012, existem 64 documentos em plena vigência.

O Brasil tem ratificado a Decisão política do Chefe de Estado, através do instrumento legislativo conhecido como Decreto Legislativo, onde propicia a participação da instância legislativa do Estado Membro. Os outros Estados-Membros tem preferido o sistema de aprovação através da Legislação Ordinária, com a possibilidade de regulamentação através do Decreto, enquanto ato de competência do Poder Executivo para regulamentar o ato anterior de competência do Poder Legislativo.

Dos Estados Membros do Mercosul, verifica-se uma participação de depósitos na seguinte ordem: Paraguai com cerca de 70 depósitos; Brasil com cerca de 66 depósitos; Argentina com cerca de 62 depósitos; Uruguai com cerca de 53 depósitos e a Venezuela com 2 depósitos, levando-se em consideração o seu recém-ingresso como membro pleno no Mercosul.

Dos Estados Associados do Mercosul, verifica-se que os países que mais tem depositado são Chile com cerca de 13 depósitos e Bolívia com 4 depósitos, tendo tido recentemente o primeiro depósito do Equador.

Nos últimos três anos, o que seria a perspectiva do início do terceiro decênio do Mercosul, verifica-se que países como Colômbia, Equador e Perú, tem se interessado em participar dos atos oficiais, através de ata de adesão aos acordos formulados anteriormente. Este processo tem avançado na perspectiva de um ampliação do processo de integração

através do Mercosul, embora em velocidade ainda reduzida.

Ainda existem muitas Decisões necessitando dos procedimentos que estão a depender de deliberações no âmbito dos Estados Nacionais, antes do depósito na esfera do espaço de integração.

O total de Normas oficiais aprovadas entre 1991-2012 é de 748 Decisões, 1.513 Resoluções e 355 Diretivas, o que demonstra a preocupação jurídico-normativa e no campo da oficialidade no Mercosul.

3.4- O BRASIL E O MERCOSUL

A estratégia brasileira tem se mostrado pragmática, tanto na percepção de evitar problemas no âmbito do comércio com a Argentina, apesar da pressão do empresariado brasileiro, como também apostar em soluções que contemplem as assimetrias dos sócios menores, Paraguai e Uruguai, através do FOCEM.

Os avanços na questão institucional e na formulação de políticas públicas ou de estratégias conjuntas, tem sido mais vitoriosa do que os avanços na área de comércio, embora a aprovação do Código Aduaneiro tenha demonstrado que existe espaço para avanços nesta área.

As dificuldades para avançar no objetivo da consolidação de uma união aduaneira completa, acaba passando também pela percepção da intensidade da crise e da diminuição do comércio, além dos reflexos na economia de cada país, o que atrasa estratégias conjuntas no campo do comércio.

Na perspectiva de que integração ultrapassou o campo comercial para estender-se por todas as outras áreas, alguns exemplos no Brasil demonstram esta evolução como recentes programas de vacinação contra febre aftosa em rebanhos da Bolívia, do Brasil e do Paraguai, além da devolução de carros roubados no Brasil e encontrados na Bolívia, para ficar em exemplos recentes. Ambas as questões estão sendo discutidas e viabilizadas através dos projetos do Mercosul.

No âmbito do comércio, o Brasil tem sinalizado pelo governo e pela diplomacia que é importante a ampliação dos membros plenos do Mercosul, com o ingresso do Equador, da Bolívia, da Guiana e do Suriname, no curto para o medio prazo.

O caso da Colômbia, do Peru e do Chile é mais complexo, não somente pela Acordo de Comércio Aliança do Pacífico junto com o México, mas também pelos Tratados de Livre-Comércio que são negociados com os Estados Unidos. A Colômbia, inclusive, recebe recursos financeiros decorrentes de acordos com os Estados Unidos que envolve envio de soldados

estadunidenses e cessão de bases colombianas para monitoramento da ação das FARC's (Forças Armadas Revolucionárias da Colombia), por parte destes soldados.

É importante que seja intensificada a política de comércio do Mercosul objetivando ampliar a relação de países e regiões que estabeleçam novos acordos com o bloco, principalmente na perspectiva de viabilização de forma mais ampliada da Tarifa Externa Comum.

O fortalecimento jurídico-institucional precisa continuar sendo priorizado para o fortalecimento da integração social, principalmente no campo dos direitos individuais e coletivos, dos direitos humanos e das políticas públicas.

A integração social deve articular políticas públicas por parte dos Estados-membros e associados, objetivando a ampliação da atuação do Estado e seu efetivo benefício ao cidadão destes países.

No âmbito cultural, percebe-se que as políticas nesta área necessitam de maiores recursos e incentivos financeiros, além de medidas mais articuladas para troca de informações e para a elaboração de projetos conjuntos.

O Brasil, através do Mercosul, tem buscado credenciais para desempenhar o papel de interlocutor de questões que interessam aos demais países, favorecido pela sua capacidade de representação e por sua grandeza.

A dimensão territorial do bloco está abrangida numa área de 12.794.686 km2 e por uma população aproximada de 274.902.636 habitantes, através de dados do ano de 2011.

Em que pese a perspectiva de que a integração é muito mais ampla do que as questões comerciais, existem conflitos comerciais entre Brasil e Argentina, que necessitam ser superados com diálogo e compreensão da importâncias destes dois países na América do Sul.

Atualmente, verifica-se que existem barreiras impostas pela Argentina no setor automobilístico e da chamada linha branca (geladeiras, fogões, etc), pois a indústria brasileira tem maior condição de competitividade do que a argentina.

No setor agrícola, os argentinos denunciam que o governo brasileiro frequentemente utiliza-se de subsídios para favorecer aos produtores de açúcar, o que levaria a uma situação de vantagem em favor do produtor brasileiro e em prejuízo ao produtor argentino.

O momento mais tenso ocorreu no ano de 1999, quando o Brasil recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em decorrência da Argentina ter exigido selo de qualidade nos calçados oriundos do Brasil, o que dificultava o ingresso dos calçados brasileiros no mercado argentino, inclusive, não havendo espaço para a solução do conflito através dos Sistemas de Solução de Controvérsias do bloco.

É necessário que se estabeleça um diálogo e se superem os conflitos nas questões comerciais, objetivando a superação dos entraves que dificultem a ampliação do comércio no Mercosul.

CAPÍTULO 4

DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES (CASA) à UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) (2004)

4.1- CONTEXTO HISTÓRICO

O eixo político para a retomada do processo de integração regional tem um importante capítulo com a eleição, em sequência, de Presidentes da República no campo oposto ao projeto neoliberal, implementado pelos governos anteriores, indicando que o neoliberalismo perdia fôlego nos países da América do Sul, na medida em que a população não conseguiu visualizar mudanças concretas nos indicadores sociais que poderiam distribuir renda e consolidar a cidadania dentre os povos da região.

Durante a primeira década do século XXI, a eleição de Luis Inácio Lula da Silva no Brasil, assim como a de outras candidaturas vitoriosas, como Nestor Kirchner na Argentina, Tabaré Vasquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia, aliado aos governos da *Concertación* no Chile e de Hugo Chavez na Venezuela, já indicava uma nova dinâmica que foi se solidificando, com base nestes projetos nacionais.

O triunfo destas candidaturas no campo mais nacionalista e de viés progressista, dotado de preocupação social, longe de significar uma ruptura ou negação ao modelo capitalista, significava e representava uma nova releitura da importância do papel do Estado, no sentido de assumir um papel mais efetivo em benefício de toda a sociedade, notadamente os desassistidos e os mais fracos, além de se propor a reequilibrar os interesses em conflito, inclusive com maior inserção no cenário geopolítico internacional.

Deve-se destacar a participação dos seguintes Chefes de Estado e de Governo que, a partir desta primeira década deste novo século, participaram com maior ou menor intensidade deste processo, que consolida o processo de construção da Unasul: a saber Nestor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner; Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff; Rafael Correa; Hugo Chavez; Fernando Lugo; José Mujica; Michele Bachelet e Sebastián Piñera; Evo Morales; Alan Garcia e Ollanta Humala; Bharrat Jagdeo e Donald Ramotar; Desiré Bouterse e

Alvaro Uribe e Juan Manuel Santos.

O estabelecimento de Acordos de Livre-Comércio como estágio para uma União Aduaneira, acabaram sendo insuficientes para significar um grau de compromisso dos governos democráticos pós-regime militar, com um efetivo processo de integração entre países vizinhos.

A estratégia brasileira da integração passava pelo fortalecimento institucional no seu relacionamento com os países vizinhos, na perspectiva de que deviam ser mais do que meramente sócios comerciais, de forma a possibilitar o avanço de relações mais institucionalizadas no plano regional, sem prejuízo da intensificação de estratégias de negociações com outros blocos e parceiros econômicos.

Este novo tipo de integração deveria ter um estágio de institucionalização, de forma a permitir a consolidação da democracia e das instituições democráticas, a paz, o desenvolvimento e a segurança na região. As bases para a consolidação da Unasul deveriam passar por eixos e objetivos baseados no fortalecimento e no compromisso com a democracia e no respeito aos direitos humanos.

A situação de miséria absoluta em que vive boa parte da população latino-americana, sul-americana em particular, reflete a necessidade dos governos direcionarem medidas efetivas, adequando soluções emergenciais e de curto prazo, tanto na área urbana das grandes metrópoles, quanto para as populações da area rural.

Com base neste momento histórico de governos eleitos, portanto dotados de legitimidade, e interessados em debater políticas públicas e sociais, estabelecendo objetivos e prioridades, em especial medidas contra a fome, retomada do emprego e políticas públicas que avancem e propiciem a distribuição de renda, o modelo de integração objeto deste capítulo retrata este início de século de multilateralismo e do reconhecimento da importância do papel do Estado e de suas políticas.

4.2- ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA UNASUL

Com fundamento na perspectiva de segurança regional e de cooperação entre os povos, a Unasul apresenta como um dos seus objetivos fundamentais a convivência pacífica entre os povos, a proteção e manutenção dos sistemas democráticos, daí a resposta à crise paraguaia, e a consolidação de uma zona de paz, que apóie o desenvolvimento sustentável entre os países membros.

Este modelo de integração baseado numa dinâmica de cooperação entre os países se iniciou através da proposta do então Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva em 2004

com a proposta de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), apresentada na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, realizada em Cusco no Peru.

Posteriormente, através de proposta do Presidente venezuelano Hugo Chávez em 16 de abril de 2007, por ocasião da I Cúpula Energética Sul-Americana em Ilha Margarita na Venezuela, se avançou para a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), através da assinatura de uma Declaração.

Desde a I Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília em 01 de setembro de 2000, e da criação da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que o governo brasileiro veio sinalizando o interesse em se estabelecer uma liderança e estratégia junto ao tema da integração, não somente consolidando uma preferência pela América do Sul na política externa brasileira, mas também a viabilidade de formação de uma organização internacional no âmbito regional, dotada de personalidade jurídica de direito internacional, com estrutura institucional que pudesse atuar nesta perspectiva, facilidade de comunicação face à grande maioria da população se comunicar em espanhol ou português, além de recursos naturais, minerais, água doce, pesca, agricultura, biodiversidade e outras riquezas.

O Tratado Constitutivo da Unasul, aprovado durante a Reunião Extraordinário de Chefes de Estado e de Governo, em 23 de maio de 2008 em Brasília-DF, representa o compromisso político de todos os países sul-americanos com um processo de integração mais denso, com diretrizes baseadas no diálogo, na cooperação e intercâmbio de conhecimento para enfrentar os problemas internos e os desafios externos em suas diferentes dimensões, em especial a política, a social, a econômica, a cultural e a ambiental.

Sua sede foi prevista no Tratado para Quito, no Equador, e este espaço de integração, embora esteja baseado na concepção de um estágio de zona econômica, sempre apresentou preocupação mais ampla que o Mercosul, na medida que inclui temas como defesa, soberania, criação de um banco de desenvolvimento para a adoção de obras de infra-estrutura, além de implementação de políticas sociais, já na sua formação.

Os doze países signatários são a República Argentina, a República da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República Cooperativista da Guiana, a República do Paraguai, a República do Peru, a República do Suriname, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela.

A Unasul teve em 11 de março de 2011, a entrada em vigor do seu Tratado Constitutivo, tendo o Brasil assinado seu compromisso em 2008. O depósito de ratificação

feito pelo Uruguai, na citada data, assegurou ao bloco a personalidade jurídica de Direito Internacional, tendo sido o novo instrumento de ratificação. Atualmente, todos os países ratificaram o Tratado Constitutivo da Unasul, sendo que o Tratado entrou em vigor trinta dias após a data de recepção do nono instrumento de ratificação.

O Primeiro Secretário Geral da Unasulr foi o ex-Presidente da Argentina Néstor C. Kirchner, cujo mandato foi de 04 de maio a 27 de outubro de 2010. Assim pensava o ex-Presidente argentino sobre a integração:

> *Hemos buscado la integración física, econômica, uma actitud de solidaridad em la política internacional para dar respuesta a la crisis emergente. Trabajamos juntos, com creatividad. Así se puede crear um espacio inédito que puede ayudar muchísimo a la región. Estamos apostando muy fuerte, es algo verdaderamente estratégico. Hay que integrar dando trabajo a toda esta región. Este gesto integrador se traducirá, em lo interno, em las respuestas necesarias para nuestros pueblos. Hacia el mundo, queremos que América del Sur empiece a tener uma voz unida. Aspiramos a conformar um espacio econômico, político y cultural unificado que nos permita crecer como sociedades integradas y modernas.*(UNASUL, 2012, p.19)[59]

O mandato da chanceler colombiana Maria Emma Mejía Vélez, como Secretária-Geral da Unasul, se iniciou no período de 9 de maio de 2011, em Georgetown, Guiana, sendo finalizado em 11 de junho de 2012, destacando-se a sua atividade política pela aproximação dos povos da América do Sul, objetivando a inversão de um processo que sempre pautou a realidade política destes países de indiferença e pouco diálogo.

O atual Secretário Geral é o venezuelano Ali Araque, cujo mandato está previsto para até junho de 2013.

Os principais documentos jurídicos estão consagrados nas Declarações de Cuzco, de 08 de dezembro de 2004, de Brasília, de 30 de setembro de 2005, e a de Cochabamba, de 09 de dezembro de 2006, além do já citado Tratado Constitutivo da Unasul assinado em Brasília-DF, em 23 de maio de 2008.

A estrutura institucional da Unasul está dividida em dois níveis: os órgãos centrais, responsáveis pela orientação política geral e a supervisão do processo de integração formado pelo Conselho de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, Conselho de Ministros e Ministras das Relações Exteriores, Conselho de Delegados e Delegadas e a Secretaria-Geral, além dos treze Conselhos Ministeriais Setoriais: Conselho Energético Sul-Americano; Conselho de

[59] O ex – Presidente Nestor Kirchner foi Secretário-Geral da Unasul, tendo tido importantes resultados no âmbito do diálogo entre os países como no conflito entre Colômbia e Venezuela, tendo falecido no curso do mandato de Secretário-Geral.

Saúde Sul-Americano; Conselho de Defesa Sul-Americano; Conselho Sul-Americano de Infra-Estrutura e Planejamento; Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social; Conselho Sul-Americano de Educação; Conselho Sul-Americano de Cultura; Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação; Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas; Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças; e Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação contra a Delinquência Organizada Transnacional; Conselho Eleitoral; e Conselho de Segurança Pública, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Transnacional que funcionam com base em estatutos e planos de ação, além da previsão de constituição de Conselho de nível ministerial e de Grupos de Trabalho.

Estes Conselhos são considerados vitais para o sucesso desta integração porque tratam de temas institucionais de alta relevância, estando dotados de Coordenação e seguindo diretrizes dos órgãos decisórios, em especial o Conselho de Chefes e Chefas de Estado e de Governo; o Conselho de Ministros e Ministras das Relações Exteriores; e o Conselho de Delegados e Delegadas, com o apoio e interface junto a Secretaria-Geral do órgão, para possibilitar a infra-estrutura necessária para a efetiva atuação.

No caso dos Grupos de Trabalho, foram criados três Grupos, o de Integração Financeira atualmente subordinado ao Conselho de Economia e Finanças; o de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, no qual estuda-se a possibilidade de utilização de arbitragem, o Centro de Assessoria Legal e código de conduta para membros de tribunais arbitrais; e o de Resposta a Emergências, tendo sido realizadas, ainda no ano de 2010, reuniões dos Presidentes de Poderes Legislativos e dos Poderes Judiciários da Unasul.

A Unasul conta com uma Presidência *Pro Tempore* rotativa com mandato anual seguindo a ordem alfabética dos países, tendo o Chile exercido a Presidência pelo período de 2008/2009, o Equador exercido a presidência pelo período de 10 de agosto de 2009, tendo passado a Presidência rotativa para a Guiana em agosto de 2010 que a passou para o Paraguai em 2011.

Com base nas diretrizes do bloco, existe uma clara prioridade com a institucionalidade democrática, o estado de direito, a ordem constitucional, a paz, a solução pacífica dos conflitos e os direitos humanos.

Nesta perspectiva, o interesse primordial da Unasul é o de promover a integração regional, com base na convergência de interesses em torno da consolidação de uma identidade própria e do desenvolvimento econômico e social da região, permeado por um ambiente de estabilidade política plena.

Algumas questões de natureza política já suscitaram a manifestação das instâncias da Unasul, bem como do seu Secretário-Geral, destacando-se o papel de intermediação na crise institucional da Bolívia em 2008 entre o Governo Central e o Governo das Províncias do Sul, na área conhecida como Meia-Lua, e, em particular, a Província de Pando; o conflito entre a Colômbia e a Venezuela entre os meses de julho e agosto de 2010 por ocasião da tensão política entre aqueles países; a ameaça à democracia no Equador em 30 de setembro de 2010, através da possibilidade de uma ruptura institucional; e a suspensão do Paraguai, em junho de 2012, por violação ao "Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia", conhecido como Cláusula Democrática, pelo fato do Presidente deposto Fernando Lugo ter tido 30 horas para sua defesa num processo de *impeachment* (impedimento), junto ao Senado daquele país.

Nos dois conflitos de 2010, a posição do então Secretário-Geral Néstor Kirchner, na defesa do diálogo, foi fundamental para erradicar a confrontação, objetivando uma mediação entre Colômbia e Venezuela, evidenciando a vocação para o diálogo, promoção da paz e a solução pacífica dos conflitos existentes entre os seus países-membros.

No caso do Equador, convocou-se uma reunião urgente dos mandatários dos países integrantes da Unasul, na qual saiu a Declaração de Buenos Aires de 01 de outubro de 2010, em que os Estados Sul-Americanos reafirmam o compromisso com a preservação da institucionalidade democrática, que serviu de fundamento principiológico para o futuro "Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia".

Por esta razão, no dia 26 de novembro de 2010, em Georgetown, na Guiana, o Conselho de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, órgão de maior hierarquia no âmbito da Unasul aprovou o "Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia" como "garantia fundamental a ordem democrática e constitucional e condição especial do processo de integração dos Estados Membros da Unasul" (UNASUL, 2010). Este Protocolo deve ser objeto de aprovação legislativa dos doze Estados membros.

Em todos estes processos de desestabilização política, coube á Unasul um papel de conciliador para possibilitar o diálogo e a solução pacífica na busca do entendimento, numa clara aposta no diálogo institucional.

Por outro lado, o órgão tem se posicionado de forma contrária ao uso de bases militares na Colômbia pelos Estados Unidos, a pretexto de combater o terrorismo, além da participação da Secretaria-Geral da Unasul para acompanhar o Mecanismo de Cooperação

entre Colômbia e Venezuela, assinado em julho de 2010, já sob a nova Secretaria-Geral colombiana, para desenhar uma estratégia conjunta acerca da problemática fronteiriça entre os dois países, sem prejuízo do acréscimo das temáticas sociais, econômicas e de segurança.

Existe uma grande preocupação com a participação cidadã se constituindo num dos princípios da União, nos termos do previsto no artigo 18 do seu Tratado Constitutivo, que estabelece a necessidade de observância à "interação ampla, democrática, transparente, pluralista, diversa e independente com os diversos atores sociais, estabelecendo canais efetivos de informação, consulta e seguimento nas diferentes instâncias da Unasul." (UNASUL, 2008).

Importante destacar a Cúpula Extraordinária da União de Nações Sul-Americanas na Costa do Sauípe, Bahia, em 16 de dezembro de 2008 que aprovou Declaração do Conselho de Chefias e Chefes de Estado e de Governo. Esta reunião decidiu pela criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul enquanto instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa, que será abordado adiante.

A Unasul traduz foros de discussão de temas importantes como saúde, defesa, segurança, questões de matéria econômica, financeira, dentre outras.

Em novembro de 2011, foi aprovado por iniciativa dos Ministros de Infra-Estrutura e Planejamento dos países-membros, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) que prevê uma mudança estrutural física para os próximos dez anos.

Foi decidido pelo estabelecimento de um Conselho de Saúde Sul-Americano para a Unasul, na perspectiva da necessidade de se contar com um órgão de consulta e cooperação em matéria de Saúde.

Outra iniciativa de extrema relevância é a criação do Banco do Sul, atualmente em fase de estudos, com finalidade de promoção de políticas desenvolvimentistas, em especial a priorização de financiamento para obras de infra-estrutura física, destacando-se grandes obras como portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, dentre outras.

Cumpre destacar que o Conselho Energético Sul-Americano, criado na Declaração de Margarita, na Venezuela, em 17 de abril de 2007, é parte integrante da Unasul e pode constituir-se numa importante estratégia de estudos e políticas para o aproveitamento dos recursos naturais e potencialidades da região.

No que tange aos objetivos e a estrutura, o Tratado Constitutivo da Unasul, assinado em Brasília-DF, em 23 de maio de 2008, é o documento que consolida a fundamentação jurídica do bloco. Relevante destacar o objetivo, os objetivos específicos e os órgãos da Unasul.

Percebe-se que a fundamentação jurídica do Tratado é bastante abrangente contendo fundamentos de ordem social, econômica, política, antropológica e cultural, o que possibilita a compreensão acerca da abrangência deste processo de integração.

4.3 -OBJETIVOS E A ESTRUTURA DA UNASUL

O Tratado Constitutivo da Unasul, assinado em Brasília-DF, em 23 de maio de 2008, é o documento que consolida a fundamentação jurídica do bloco.

Relevante destacar o objetivo, objetivos específicos e os órgãos que compõe a estrutura da Unasul, nos termos abaixo relacionados:

O artigo 2º delimita, enquanto objetivo, que:

> A União das Nações Sul-Americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio-ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (UNASUL, 2008).

Dentre os objetivos específicos previstos no art. 3º consta:

a) o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da Unasul no cenário internacional;
b) o desenvolvimento social e humano com eqüidade e inclusão para erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região;
c) a erradicação do analfabetismo, o acesso universal a uma educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos;
d) a integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região;
e) o desenvolvimento de uma infra-estrutura para a interconexão da região e de nossos povos de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis;
f) a integração financeira mediante a adoção de mecanismos compatíveis com as políticas econômicas e fiscais dos Estados Membros;
g) a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos ecossistemas, assim como a cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos da mudança climática;
h) o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração equitativa;
i) a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana;
j) o acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde;

k) a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas;
l) a cooperação econômica e comercial para avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, eqüitativo e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul, assim como a promoção do bem-estar de todos os setores da população e a redução da pobreza;
m) a integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva;
n) a definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios;
o) a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades;
p) a participação cidadã, por meio de mecanismos de interação e diálogo entre a Unasul e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sul-americana;
q) a coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a desminagem;
r) a promoção da cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados Membros da Unasul;
s) o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa;
t) a cooperação para o fortalecimento da segurança cidadã; e
u) a cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação.

A fundamentação jurídica do Tratado busca abranger diversos fundamentos que contemplam ordem social, econômica, política e cultural, o que possibilita a compreensão da essência e da dimensão deste processo de integração.

No que tange à estrutura, o artigo 4º delimita que são órgãos da Unasul 1- O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo; 2- O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; 3- O Conselho de Delegadas e Delegados e 4- A Secretaria Geral.

Estas instâncias deverão se organizar sob a forma de reuniões, grupos de trabalho e outras instâncias, sendo relevante destacar que a nomeação do representante maior da Unasul, o seu Secretário-Geral, é mediante eleição por consenso entre os Estados-Membros, sendo a instância máxima de deliberação da Unasul, o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. (UNASUL, 2008).

4.4- CONSELHO DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL

Este Conselho se constitui no órgão da maior importância do bloco, definindo o compromisso político de cada Estado-membro com os temas e questões políticas de integração.

Cabe aos Presidentes e Presidentas deliberar as diretrizes e prioridades dos demais órgãos, além da definição dos eixos de ação a serem implementados pela Unasul, após as tratativas iniciais da área diplomática.

Durante o ano de 2011, este Conselho se reuniu em duas ocasiões: no dia 28 de julho em Lima, no Peru, na posse do Presidente Ollanta Humala e no dia 29 de outubro em Assunção, por ocasião da transferência da Presidência *Pro Tempore* da Guiana para o Paraguai.

Na primeira reunião, o Conselho deliberou por uma declaração denominada "Compromisso da Unasul contra a Desigualdade", o que estabeleceu pela primeira vez o compromisso de todos os Estados em trabalhar em um tema de agenda social. Foi, inclusive, solicitado ao Conselho de Desenvolvimento Social estabelecer uma Agenda de Ações Sociais Prioritárias para sua execução.

Nesta mesma reunião, decidiu-se pela adoção de medidas por parte da Unasul, como bloco, para fazer frente aos desafios provocados pela crise financeira internacional e para preservar níveis de investimento e de crescimento sustentável. Com esta finalidade, foi convocada uma reunião preparatória de Ministros de Economia e Finanças, uma semana depois da primeira reunião do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças que se reuniu pela primeira vez em 12 de agosto de 2011.

Coube a este Conselho retomar a agenda definida na reunião de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, em Lima, no sentido de aprofundar a coordenação e a cooperação regional frente ao fluxo das reservas internacionais, fortalecimento do comércio intraregional e o estudo de mecanismos de compensação de pagamentos que utilizem regras de utilização das moedas locais.

Em Assunção, o Conselho teve a sua V Reunião Ordinária anual, no dia 29 de outubro de 2011, por ocasião da transferência da Presidência *Pro-Tempore* da República Cooperativa da Guiana para a República do Paraguai.

Foram aprovadas as recomendações dos Chanceleres de iniciar o procedimento de incorporar o Conselho Eleitoral à institucionalidade da União e aprovação do Estatuto e Plano de Ação do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças.

Nesta reunião fez-se um balanço dos fatos ocorridos em 30 de setembro de 2010, na República do Equador com a condenação da tentativa de golpe e posterior sequestro do Presidente Rafael Caldeira, bem como foi emitida Declaração que respalda os legítimos direitos da República Argentina na disputa da soberania com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Georgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes e ratificaram o permanente interesse em que haja um processo de negociação entre estes países.

4.5-CONSELHO DE MINISTRAS E MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES

Além de ser um órgão técnico importante, trata-se de uma relevante instância política, conforme se observou na reunião do depósito do Uruguai, enquanto nono instrumento de ratificação que possibilitou a entrada em vigência do Tratado Constitutivo da Unasul.

Naquela reunião realizada em Quito, se deliberou pela indicação da Chanceler colombiana Maria Emma Mejía Vélez e do Ministro para Energia Elétrica da Venezuela, Alí Rodriguez Araque, como candidatos à Secretaria-Geral da Unasul, em substituição ao ex-Secretário Nestor Kirchner, que havia falecido cinco meses antes.

Em uma decisão política e estratégica, deliberou-se que o restante do mandato seria dividido entre os dois candidatos de forma igualitária, prestigiando Colômbia e Venezuela, por ocasião da retomada do diálogo entre estes países. Seria uma forma de prestigiar o ex-Presidente argentino que tanto lutou pela reconciliação através do Acordo de Santa Marta.

Em reunião extraordinária ocorrida em 24 de agosto de 2011, em Buenos Aires, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da Unasur, foram adotadas importantes resoluções para impulsionar o processo de integração, tais como: recomendação ao Conselho de Chefas Chefes de Estado e de Governo a aprovação do Estatuto e do Plano de Ação 2011-2012 do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças; aprovação dos detalhamentos da estrutura e funcionamento da Secretaria Geral da Unasul e encaminhamento ao Conselho de Delegadas e Delegados a elaborar uma proposta de Regulamento da Unasul e um sistema de contriuição financeira de forma a garantir a continuidade do seu funcionamento; ratificação do compromisso de apoio solidário com Haiti e decisão acerca da prorrogação do mandato da Secretaria Técnica da Unasul naquele país até 31 de agosto de 2012; ratificação do acordo de sede entre Unasul e o Governo da Argentina para o funcionamento do Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED); aprovação do Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) e convocação de uma reunião preparatória de Ministros de Defesa, Justiça e Interior, que ocorreu em 16 de fevereiro de

2012 em Bogotá, com a finalidade de analisar as ameaças de crimes de grupos organizados transnacionais e outras formas de ameaça à paz e segurança da América do Sul, com a recomendação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa iniciar estudos sobre estes riscos e ameaças.

Com o objetivo de aprofundar os canais democráticos, o Conselho de Ministras e Ministros decidiu recomendar ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado implementar o Acordo da II Reunião de Organismos e Autoridades Eleitorais da Unasul, ocorrida em Caracas em 11 de julho, que propôs a inclusão do Conselho Eleitoral na institucionalidade da Unasul.

Na reunião de 17 de março de 2012, em Assunção, foram debatidos e aprovados os seguintes temas: aprovação de um Calendário Anual de Funcionamento da Secretaria Geral e das Iniciativas Comuns do Mercosul para o ano de 2013. Foi discutido um mecanismo de quotas para financiar este Calendário, além da decisão de criar um Comite para apoiar as tarefas do Conselho de Delegados e Delegadas; se orientou ao Conselho de Delegadas e Delegados para que defina o seu Regulamento Geral e que o apresente a esta instância deliberatória na reunião de 11 de junho de 2012 e, posteriormente, o apresente para sua aprovação junto aos Chefes e Chefas de Estado e de Governo; foi aprovada a prorrogação do mandato do Escritório Técnico para o Secretário Técnico Unasul-Haiti até o dia 31 de dezembro de 2012, objetivando finalizar os projetos em curso; foi debatida a proposta do Equador de analisar a possibilidade de criação de uma Coordenação de Direitos Humanos da Unasul e convocação de um grupo de trabalho que faça recomendações para este fim. Este Grupo de Trabalho teve sua primeira reunião em Quito nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2012; solicitaram ao Conselho de Delegadas e Delegados elaborar uma proposta objetivando regulamentar o relacionamento com terceiros, assim como os demais Estados da América Latina e Caribe que solicitem sua participação como Estado associado. Os Chanceleres, por sua vez, ao fazerem uma análise da conjuntura internacional, regional e mundial, entenderam pela necessidade de atuação conjunta na diplomacia multilateral e pela convergência de uma ação estratégica e articulada junto à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+ 20); III Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA); XLII Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a III Cúpula América do Sul – África (ASA); houve, também, uma Declaração aprovada pelos Chanceleres dos direitos legítimos da República Argentina na disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Georgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes e destacam a permanente atitude construtiva e a disposição do governo argentino de alcançar uma solução pacífica e definitiva

com o Reino Unido pela via diplomática; finalmente, se discutiu a necessidade de se criar um plano estratégico de curto, médio e longo prazo para a Unasur, com prioridade de temas e atividades concretos que permitam sua consolidação como bloco de países da América do Sul em um mundo multipolar.

4.6- CONSELHO DE DELEGADAS E DELEGADOS DA UNASUL

O Conselho de Delegadas e Delegados é composto por funcionários das Chancelerias dos doze países que tem como tarefa primordial a de implementar as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da Unasul, além de propor medidas para garantir a coerência do processo de integração, segundo o mandato disposto no artigo 9 do Tratado Constitutivo da Unasul.

Cabe ao Conselho a promoção de diálogo permanente sobre os rumos do processo de integração e de preparar os subsídios necessários para as reuniões dos demais órgãos decisórios. O Conselho de Delegadas e Delegados proporciona à Unasul uma sólida institucionalidade, com ênfase na elaboração do Regulamento Geral e as Prioridades aprovadas para os anos de 2011, 2012 e 2013.

No ano de 2011, este Conselho teve quatro reuniões ordinárias, a saber: 30-31 de março em Georgetown; 24-25 de maio e 29-30 de setembro, ambas em Quito e 7-8 de dezembro no Rio de Janeiro, além de uma reunião extraordinária que ocorreu em Buenos Aires, no dia 23 de agosto daquele ano.

No primeiro semestre de 2012, o Conselho se reuniu em 14 a 16 de março em Assunção, anteriormente ao Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores, onde se propôs um calendário de atividades da Unasul pelo período 2011-2012 e 2013, além de mecanismo de distribuição de quotas dos Estados-membros.

A segunda reunião de 2012, ocorreu em 09 e 10 de junho com o objetivo de preparar a Declaração de Bogotá e de levantar junto ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, onze disposições pendentes de efetividade, dentre as quais se destacam as cinco decisões do Conselho Sulamericano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), a saber: Aprovação do Plano de Trabalho de 2012, do Plano de Ação Estratégica (PAE) 2012-2022, da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) elaborada em 30 de novembro de 2011 em Brasília; o informe de atividades do Comitê Coordenador da COSIPLAN e do Foro Técnico IIRSA 2011; e aprovar a criação de três Grupos no âmbito deste Conselho sobre Integração Ferroviária Sul-Americana, Telecomunicações e Mecanismos de Financiamento e

de Garantias.

As decisões relativas ao Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS): a aprovação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), o protocolo de notificação de eventos priorizados pelos Estados-Membros da Unasul e a criação da Rede de Escolas de Saúde Pública (RESP- Unasur) que estarão integradas pelos Institutos de Formação designados pelos Estados Membros.

Nesta reunião de Assunção, o Conselho propôs aos Ministros das Relações Exteriores debater junto aos Chefes de Estado a iniciativa do Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial da Droga (CSPMD) para a criação de Mecanismos de Consultas Regulares de Autoridades Judiciais, Policiais, Financeiras, Aduaneiras e órgãos de Combate às Drogas dos Países Sul-Americanos, estabelecido em reunião do Conselho em La Paz. Este Mecanismo, cujo objetivo é facilitar o intercâmbio de informação e ampliar uma cooperação regional efetiva no combate às drogas, sendo aprovado um dia depois pelos Chanceleres em sua reunião de 17 de março e tendo sua primeira reunião em 21 de março de 2012 para identificar os temas de sua competência e a metodologia de trabalho a seguir. O Conselho também pôs a disposição dos Chanceleres, o projeto de Resolução para aprovação do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano, elaborado na reunião que teve lugar em Lima no dia 10 e 11 de novembro de 2011.

Nas reuniões de 21 e 22 de maio e 9 e 10 de junho, se concluiu o Projeto de Regulamento Geral da Unasul, após intensas negociações nas cinco reuniões anteriores, sendo objeto de apreciação na reunião do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores antes da VI Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul que ocorreu em Lima, no dia 30 de novembro de 2012.

O Regulamento Geral é um importante documento normativo da Unasul que permite contribuir para o fortalecimento de uma institucionalidade, de forma a permitir o funcionamento da Secretaria - Geral e sua estrutura de trabalho, já que cabe a este órgão trabalhar e apoiar os demais órgãos, em particular os Conselhos Setoriais.

4.7- SECRETARIA GERAL

Quando do discurso de posse de María Emma Mejía, em 09 de maio de 2011, foi assinalado que :

> *UNASUR demonstro ya su capacidad de generar consensos internos para proyectar a la región em um diálogo político y de cooperación com otras regiones del hemisfério y del mundo, que nos mira com ojos de pares (...) Estamos ahora em el inicio de outro momento del proceso. Es fundamental*

> *que logremos la plena institucionalizacion de UNASUR para facilitar su adecuación operativa y física. De la solidez de ese trabajo, que haremos com el apoyo de los doce países miembros, dependerá em mucho nuestro futuro*.(UNASUL, 2011).

Foram estabelecidos eixos de ação para a Secretaria-Geral, tais como: a consolidação institucional e jurídica da Unasul e a conformação de uma Secretaria Geral operativa estruturada, sob o ponto de vista físico e jurídico; a promoçõo da ratificação do Tratado Constitutivo da Unasul pela totalidade dos Estados Membros, assim como o Protocolo Adicional sobre Compromisso com a Democracia; apoiar a atividade dos Conselhos Setoriais a fim de obter resultados concretos nas áreas prioritárias da integração sul-americana; o impulso a construção de um regionalismo positivo com valores compartidos que permita que a região avance no conjunto; e a contribuição ao posicionamento de Unasul como um bloco que tenha voz própria e peso político nos diversos cenários internacionais.

A Secretaria Geral da Unasul deve acolher as atribuições dispostas no artigo 10 do Tratado Constitutivo da Unasul, assim como as orientações das Chefas e Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros.

A sede da Secretaria-Geral da Unasul foi objeto de um acordo com o Governo do Equador, para fins de estabelecer a estrutura para uma sede permanente. A assinatura do acordo foi firmada entre o Ministro de Relações Exteriores, Comércio e Integração, por parte da República do Equador, e a então Secretaria-Geral do Mercosul, Maria Emma Mejía, em 16 de junho de 2011.

Foi formulada uma estrutura de funções com designação de funcionários pelas Chancelarias dos Estados Membros, com previsão de funcionários representando todos os Estados Membros para o final de 2012. Até meados de 2011, a Secretaria Geral contava com 11 funcionários diplomáticos e 7 administrativos, de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Equador, Paraguay, Peru, Uruguai e Venezuela, de forma a privilegiar as nacionalidades dos Estados-partes para a atuação na sede da instituição em Quito, no Equador.

Buscando, também, consolidar uma presença pública maior do bloco e de suas bases principiológicas, foi criada a área de Comunicação e Imprensa que permitiu, durante o ano de 2011, abrir canais permanentes de comunicação entre a Secretaria Geral, a Presidencia *Pro Tempore* e os Estados Membros e a Unasul, os meios de comunicação e líderes de opinião dos países membros e seus cidadãos. Foi construída uma rede de contatos incluindo imprensa, rádio, televisão e meios digitais, tendo como destaque a abertura do sítio oficial da Unasul, em 12 de dezembro de 2011.

Outro fator importante da atividade da Secretaria-Geral foi o envio à XXX Reunião do Conselho de Delegadas e Delegados, celebrada em 30 de setembro de 2011, em Quito, do projeto de Regulamento Geral da Unasul, cujo valor institucional é definitivo porque estabelece os parâmetros que regem o funcionamento da Unasul e as normas que devem atender aos Estados Membros. Após oito meses de debate e decisões, o Conselho de Delegadas e Delegados finalizou esta ferramenta, enquanto etapa final para a consolidação institucional da Unasul.

Foi aprovado o financiamento para os anos de 2011-2012-2013, consoante a previsão do artigo 10 do Tratado Constitutivo da Unasul, que, inclusive, estabelece que deve ser submetido à consideração do Conselho de Delegados e Delegadas. Este passo reflete um compromisso dos Estados-Membros com a consolidação do processo de integração. O financiamento é passo fundamental para possibilitar o pleno funcionamento da Secretaria-Geral, dos outros Conselhos e instâncias decisórias da Unasul e obedece a um critério de distribuição de quotas justos, que combina três variáveis: PIB relativo, população e participação das exportações de cada um dos Estados-Membros. O aporte financeiro ajuda a estabelecer o compromisso institucional dos Estados-Membros com a Unasul e o conseqüente funcionamento da Secretaria-Geral, tendo sido efetuado regularmente.

4.8 - RATIFICAÇÃO DO TRATADO CONSTITUTIVO DO PROTOCOLO ADICIONAL SOBRE COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA

Um dos objetivos prioritários da gestão à frente da então Secretária Geral da Unasul durante o período 2011-2012 foi oficializar a ratificação do Tratado Constitutivo da Unasul por parte do Brasil, do Paraguai e da Colombia, países que ainda estavam pendentes, após o nono instrumento de Ratificação por parte do Uruguai, em 11 de março de 2011.

A Secretaria-Geral, nesta perspectiva, efetuou contatos junto aos Congressos legislativos, a saber Câmara dos Deputados e Senado da República de Brasil e Paraguai, assim como o Presidente da Corte Constitucional da Colombia, pela pendência sobre a constitucionalidade da Lei nº 14.400, de 28 de janeiro de 2011.

Após a atuação da Secretaria-Geral, todas as situações de pendência foram solucionadas e todos os Estados-Membros não somente ratificaram o Tratado, mas também efetuaram o depósito dos respectivos Instrumentos de Ratificação ante o governo do Equador.

A preocupação com a democracia teve como fundamento a possibilidade de ruptura institucional ocorrida em 30 de setembro de 2010 no Equador, o que possibilitou a convocação dos Presidentes da Região que subscreveram a Declaração de Buenos Aires de 01

de outubro de 2010, na qual os Estados sul-americanos reafirmaram o compromisso com a preservação da ordem democrática, através do "Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia".

No que tange ao aperfeiçoamento do sistema democrático, a Secretaria-Geral impulsionou a aprovação do Protocolo Adicional sobre Compromisso com a Democracia junto ao Legislativo dos Estados Membros. Inicialmente, os países que tinham ratificado este Protocolo que foi subscrito pelas Chefas e Chefes de Estado de Governo da Unasur em Georgetown, Guiana, até o dia 26 de novembro de 2010, após a crise institucional do Equador em 30 de setembro de 2010. Estes países foram a Argentina, Bolívia, Chile, Guiana, Peru e Venezuela, sendo que na Colômbia o Protocolo estava em trâmite junto à Corte Constitucional.

Outra prioridade da Secretaria-Geral durante este ano foi o de apoiar o funcionamento dos Conselhos Ministeriais e demais órgãos da Unasul, tendo como perspectiva trabalhar com uma estrutura ágil, flexível e gradual; servir como mecanismo de inter-relação e eixo condutor entre os Conselhos Ministeriais e outros órgãos da Unasul; trabalhar e aprofundar a dimensão política da Unasul e atender de maneira prioritária e permanente todas as gestões que venham a fortalecer a concertação política; promover a criação de consensos que se reflitam em uma agenda de reuniões ministeriais setoriais, os conselhos de nível ministerial, os grupos de trabalho e outras instâncias institucionais da Unasul, além de realçar a identidade do organismo no seu relacionamento externo.

4.9 - A UNASUL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A estruturação da Unasul vem permitindo que a Secretaria-Geral possa atuar de forma mais ativa no cenário internacional. Desta forma, a Unasul foi admitida como Observadora Permanente pela Organização das Nações Unidas, através de deliberação em sua Assembléia Geral, ocorrida em 09 em dezembro de 2011, credenciando a participação desse organismo multilateral em distintos foros de discussão acadêmica, empresarial e governamental.

O reconhecimento da ONU sinaliza uma agenda de cooperação e de coordenação que pode render atividades de grande relevância como a mediação e a solução de conflitos; debater estratégias no combate ao problema mundial das drogas e outras situações ilícitas que desrespeitam os direitos humanos; situação de países que necessitam de ajuda, principalmente humanitária, como no caso do Haiti; e a própria participação na MINUSTAH; temas da agenda multilateral como o meio-ambiente e os desdobramentos da Rio+ 20; temas da

Cooperação Sul-Sul, entre outros temas.[60]

Dentre os temas levados ao conhecimento do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Ba Ki-moon, consta a posição dos países membros da União das Nações Sul-Americanas na defesa de uma solução negociada para o problema das Ilhas Malvinas, que situam em lados opostos pela soberania da ilha, a Argentina e o Reino Unido, e a participação da Unasul como observador de todos os processos eleitorais que ocorreram no continente, de forma a acompanhar o processo democrático no continente.

A Secretaria-Geral buscou espaço junto a outros organismos para a discussão de temas de interesse regional, destacando-se a Corporação Andina de Fomento e seu Banco de Desarrollo de América Latina e junto à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL.

O Convênio Marco de Cooperação entre a CEPAL e a Secretaria Geral da Unasul, assinado em 07 de março de 2012, estabelece a cooperação em trabalhos conjuntos sobre banda larga; energia; infraestrutura e recursos naturais; economia e finanças; integração e cooperação regional.

No âmbito interno, foram assinados outros convênios de cooperação, principalmente durante os anos de 2011 e 2012, com a União de Universidades de América Latina e Caribe (UDUAL) e a ONU Mulheres, abrindo-se um espaço com entidades e órgãos para tratar de temas relevantes.

No dia 09 de abril de 2012 foi assinado um Memorando de Entendimento entre a União das Universidades da América Latina e Caribe (UDUAL) e a Secretaria Geral da Unasul sobre homologação de títulos profissionais, melhoria da qualidade da educação, dentre outros pontos conexos.

Na questão relacionada às mulheres, busca-se avançar na luta pela eliminação de discriminação contra as mulheres e meninas; na luta para eliminar as barreiras contra a mulher; e a busca da igualdade entre as mulheres e os homens, como beneficiários do desenvolvimento e dos direitos humanos.

Outro ponto que merece ser abordado é a preocupação da Secretaria-Geral da Unasul com um legado de textos escritos. Foram publicadas duas obras em conjunto com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, e outra publicação elaborada em aliança com a Organização Latino-americana de Energia – OLADE.

Em junho de 2011 foi lançado na sede da CEPAL, em Santiago, a publicação "Unasul:

[60] Constam como temas multilaterais da agenda brasileira, segundo o Itamaraty, o Meio-ambiente; Governança Global; Paz e Segurança Internacionais; Direitos Humanos e Temas Sociais; Energia e biocombustíveis; Desenvolvimento, Comércio Internacional e Finanças e Bens Servíveis.

um espaço de Desenvolvimento e Cooperação por Construir", que, apresenta um estado da situação dos principais índices de desenvolvimento social dos doze países da Unasul e um diagnóstico dos grandes desafios que a região enfrenta.

Foi realizado em março de 2012, por ocasião da visita de Alicia Bárcena, Secretaria Executiva da CEPAL, o Foro titulado: "*Unasul: hacia um nuevo proceso de integración*", que contou com a participação da Ministra Coordenadora de Política Econômica do Equador, Janeth Sánchez e com o Secretário Nacional de Planificação, Fander Falconi.

Foi apresentado nesta ocasião, junto às autoridades equatorianas, diplomatas, acadêmicos, especialistas e jornalistas, a segunda publicação conjunta UNASUL-CEPAL, cujo tema versou sobre "Infraestrutura para a Integração Regional", que ajudou como base para o plano decenal de infra-estrutura regional, aprovado pelo Conselho Sul-Americano de Infra-estrutura e Planejamento.

4.10 - ATIVIDADE DOS CONSELHOS DA UNASUL

Durante os últimos meses, os Conselhos Setoriais da Unasul trabalharam com o objetivo de promover políticas regionais comuns nos seguintes temas: Energia; Saúde, Defesa; Infra-estrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Cultura, Educação, Ciencia, Tecnologia e Inovação; Problema Mundial das Drogas; e Economia e Finanças, tendo ealizado pelo menos uma reunião de nível ministerial, comprometendo políticas públicas.

A idéia de sistematização das atividades da Unasul através da atuação dos Conselhos tem sido de extrema relevância para a coesão institucional do órgão e o avanço das questões programáticas, das questões de ordem política, de ordem econômica, de ordem social, de infra-estrutura, segurança, dentre outros temas da agenda da integração.

Os Conselhos tem autonomia para o funcionamento e desenvolvimento dos seus trabalhos e permite o dinamismo na atividade da Unasul.

Este estágio de institucionalidade permite uma visão estratégica, com a formulação de uma agenda anual de planos e ações de trabalho junto aos órgãos e instâncias setoriais competentes para efetivar medidas concretas para uma integração efetiva.

Os Conselhos setoriais tem trabalhado de forma efetiva para atingir aos objetivos para o qual foram criados. O Conselho de Economia e Finanças, criado ao final de 2010, iniciou suas atividades de forma continuada e no propósito de atingir resultados concretos. O Conselho de Desenvolvimento Social; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação e o Conselho sobre o Problema Mundial da Droga, além dos Conselhos Ministeriais Setoriais

superaram o estágio inicial para definição de uma metodologia de trabalho e identificação de áreas de cooperação em busca de uma sinergia junto às políticas públicas implementadas pelos Estados-Membros. Esta estratégia permite ações articuladas intra-bloco e no plano interno de cada país.

A dinâmica de atuação permitiu, inclusive, o desmembramento e a criação de novos Conselhos envolvendo as áreas de : Educação; Cultura; Ciência, Tecnologia e Inovação; Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação contra a Delinquência Organizada Transnacional; Eleitoral; e Segurança Pública, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Transnacional.

Os Conselhos de Defesa, Saúde e Infra-estrutura deram demonstrações de grande dinamismo e buscam avançar no processo de integração, a partir de uma estratégia própria.

Medidas que contribuíram para implementar a atividade dos Conselhos foi a aprovação do Financiamento Geral da Unasul para o ano de 2013, com o efetivo compromisso dos Estados-Membros da Unasul com o aporte financeiro para aprofundar a institucionalização e possibilitar a criação de órgãos complementares, como o Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED) e o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), que desenvolvem atividades que aprofundam temas debatidos nos Conselhos.

O aporte dos recursos financeiros se constitui num compromisso institucional de todos os países-membros, que permitirão a infra-estrutura necessária para a realização das atividades oriundas das estruturas oficiais do órgão.

4.11 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UNASUL: CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA (CEED) E O INSTITUTO SUL-AMERICANO DE GOVERNO EM SAÚDE (ISAGS)

Foram criados dois centros de pensamento no âmbito da Unasul: o Centro de Estudos Estratégicos e da Defesa, (CEED), cujo principal objetivo é o de pensar uma doutrina sul-americana em matéria de defesa, e o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), cujo principal objetivo é o de estabelecer uma rede sanitária a nível regional, o que seria um enorme avanço para o cidadão e a sociedade na região.

Tratam-se de órgãos que podem contribuir para o avanço democrático e social da América do Sul, a partir de uma visão integracionista e que unifique as ações governamentais nestas importantes áreas do Estado.

4.11.1 - CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA (CEED)

O Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), criado pelo Conselho de Defesa Sul-americano, no qual é integrado pelos ministros de Estado de Defesa da Unasul, é um significativo compromisso institucional da Unasul, tendo sede permanente em Buenos Aires e sendo constituído em março de 2009, através de objetivos traçados no Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Dentre os objetivos, destaca-se o de gerar um pensamento estratégico a nível regional que contemple a coordenação e a harmonização das políticas de defesa na América do Sul, no sentido das suas necessidades e nas necessidades comuns e integradas da região.

No dia 04 de maio de 2010, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), mediante a Declaração de Guayaquil, aprovou o Estatuto do Centro que estabelece três objetivos fundamentais:

a. Contribuir na identificação de desafios, fatores de risco e ameaças, oportunidades e cenários relevantes para a defesa e a segurança regional e mundial, tanto no presente como no médio e longo prazo.

b. Promover a construção de uma visão compartida em matéria de defesa e segurança regional.

c. Contribuir a identificação de enfoques conceituais e lineamentos básicos comuns que permitam a articulação de políticas em matéria de defesa e segurança regional.

A condução do Conselho tinha ficado sob a responsabilidade de Alberto Forti, Secretário de Estratégia e Assuntos Militares do Ministério da Defesa da Argentina, cuja designação foi aprovada na II Reunião Ordinária de Ministros de Defesa, ocorrida em maio de 2010, sendo o seu subdiretor o equatoriano Pablo Celi, cuja nomeação ocorreu na III Reunião Ordinária do CDS, em maio de 2011.

Em 27 de maio de 2011, foi proferida a Conferência Inaugural do Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED), através do Seminário "O Posicionamento Estratégico da América do Sul no Século XXI", que contou com a participação do Ministro de Defesa da Argentina Arturo Puricelli, da Secretaria Geral da Unasul, María Emma Mejía e do vice-presidente da Bolívia, Alvaro Garcia Linera.

Por ocasião do Seminário, foi celebrado o Acordo de Sede entre o representante argentino e a Secretária-Geral da Unasul.

Em reunião realizada em dezembro de 2011, o CDS aprovou o seu Regulamento,

Plano de Atividades do Ano de 2012 e Financiamento do CEED, sendo que o Plano de Trabalho foi dividido em três áreas:

* Política de Defesa, Riscos e Ameaças à Segurança Regional;

* Institucionalidade dos Sistemas Nacionais de Defesa; e

* Prospectiva Estratégica.

O Plano contempla a elaboração do estudo prospectivo "Sul-América 2025", que consiste em um estudo completo de ativos estratégicos regionais e capacidades coletivas, e uma análise de sua incidência para a sustentabilidade, segurança e defesa estratégica da região, além de seu posicionamento no Sistema Internacional de Segurança. De conformidade com o encomendado pela IV Reunião da Instância Executiva do CDS, celebrada em Lima, no mês de abril de 2011, foi apresentado o "Informe Preliminar do CEED ao Conselho de Defesa Sul-Americano acerca dos valores de referência para o conceito de segurança e defesa na região sul-americana."

O Informe se pauta numa aproximação nas definições de segurança e defesa com origem nas respostas formuladas pelos Estados-Membros, e oferece uma análise destes conceitos com enfoque numa perspectiva regional, buscando identificar pontos de convergência e divergência, além de temas críticos que podem ser discutidos a partir de uma visão compartilhada dos riscos e ameaças à segurança regional.

O CEED conta com um Centro de Documentação e Informação, que se sistematiza e atualiza constantemente a base de dados sobre a institucionalidade da defesa na região, a partir da informação proporcionada pelos países-membros.

O CEED se encontra comprometido com a Sala Regional de comunicação virtual para atividades conjuntas em investigação, capacitação, coordenação de projetos e debate de temas de interesse comum.

No que tange a necessidade de se estabelecer uma visão regional comum sobre o tema "A Delinqüência Organizada Transnacional e as Novas Ameaças à Seguridade Regional", o tema tem suscitado inúmeros debates e reflexões.

Na Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros e Ministras de Relações Exteriores, realizada em Buenos Aires em 24 de agosto de 2011, foi encomendado ao Centro de Estudos Estratégicos da Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano iniciar estudos sobre esta matéria, para fins de apoiar os trabalhos da então futura reunião dos Ministros de Defesa, Segurança, Interior e Justiça, que teve lugar em 03 e 04 de maio de 2012, em Cartagena das Índias, na Colômbia.

Durante a reunião preparatória a Reunião de Ministros de Defesa, Segurança, Interior

e Justiça e Relações Exteriores, ocorrida em Bogotá, no dia 16 de fevereiro de 2011, o CEED apresentou um importante estudo acerca do Crime Organizado Transnacional e outras Novas Ameaças, intitulado "Unasul e a Cooperação na Luta contra o Crime Organizado Transnacional e os Delitos Fronteiriços ", além de recomendações para a implementação de uma instância regional em matéria de segurança pública, cuja qualidade foi destacada pelas várias delegações presentes, tendo a proposta sido utilizada para o debate ministerial posterior.

O Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa é um instrumento que está inserido no conjunto das Medidas de Confiança Mútua acordadas pelos países-membros e incorporado no Plano de Ação da CDS. Na II Declaração de Lima, os Ministros de Defesa da Unasul aprovaram o Informe Final do Grupo de Trabalho, encarregado de elaborar uma Metodologia Comum de Medição de Gastos de Defesa, a partir da qual se estabelece o Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa como mecanismo para medir os investimentos realizados pelos Estados Membros da Unasul.

Os primeiros registros apresentados oficialmente são correspondentes ao período de 2006-2010, tendo sido entregue através da Secretaria *Pró-Tempore* do CDS ao Centro de Estudos Estratégicos como instância de aplicação técnica. Este Registro inclue uma Definição Comum de Gasto em Defesa, excluindo os investimentos de Segurança Interna, e uma Metodologia para a apresentação da informação, assim como estabelece um Mecanismo anual para a Remissão de Informação por parte dos países membros.

No dia 09 e 10 de abril de 2012 foi realizada uma reunião entre o Grupo de Trabalho, que teve como objetivo o Desenho de uma Metodologia Comum de Medição de Gastos de Defesa e do CEED, para cumprir com o traslado da metodologia e o registro de informações enviadas pelos países-membros. Esta reunião contou com a presença de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Suriname, Uruguai e Venezuela.

O Resumo Executivo com a Informação Preliminar sobre este Registro é considerado inédito em qualquer outra região do mundo, o que confirma a política de entendimento que vem sendo implementada pelos países da região para fins de troca de informações sobre a metodologia de gastos em defesa, o que tem aproximado os países da região para atuarem na defesa da América do Sul, contra invasores externos.

Este Resumo foi apresentado por Alfredo Forti, diretor do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, no marco das Jornadas sobre "Pensamento Estratégico na América do Sul", realizado em 10 e 11 de maio de 2012 em Quito, no Equador, tendo sido organizado

pelo Ministério de Defesa do Equador com o apoio da Secretaria–Geral da Unasul e a Presidência *Pro-Tempore* do Paraguai (2011-2012).

Este Registro foi, também, apresentado formalmente aos Ministros de Defesa da Unasul durante a Reunião que se realizou em 05 de junho de 2012, em Assunção, no Paraguai.

Priorizou-se durante os mandatos da Presidência *Pro Tempore* de Guiana e Paraguai, respectivamente, avançar na institucionalidade da Unasul, através da aprovação de Regulamentos e a consolidação de uma Equipe de Trabalho da Secretaria Geral e dos Conselhos Setoriais. Assim como buscou-se um diálogo contínuo entre os Ministros dos Órgãos Decisórios da Unasul e seus Conselhos Setoriais, que tentaram construir uma agenda política e temática para o órgão.

4.11.2 - INSTITUTO SUL-AMERICANO DE GOVERNO EM SAÚDE (ISAGS)

O Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) surgiu da necessidade do Conselho de Saúde Sul-Americano ter uma instância de apoio executiva, para gerar uma rede sanitária para a região e para estabelecer um sistema de intercâmbio regional de experiências relacionadas ao sistema de saúde, capacitação em áreas chaves e definição de prioridades em matéria de desenvolvimento tecnológico.

Esta instância institucional foi criada pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul, na reunião realizada em Cuenca, Equador, em abril de 2010, com base numa Resolução previa do Conselho Sul-Americano de Saúde.

O ISAGS foi inaugurado em 25 de julho de 2011, tendo sua sede no Rio de Janeiro e apoio econômico e logístico da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), fundação pública federal, sendo um órgão de caráter intergovernamental, de natureza comunitária e caráter público.

Os Estatutos do ISAGS foram aprovados na reunião de Ministras e Ministros de Estado de Relações Exteriores, em 24 de agosto de 2011.

Seu principal objetivo é o de constituir-se em um centro de altos estudos e debate de políticas para o desenvolvimento de líderes e recursos humanos estratégicos em saúde, estimulando o governo a estabelecer políticas públicas na área da Saúde, bem como o fortalecimento das capacidades nacionais e regionais de seus sistemas de saúde pública e desenvolvimento adequado de recursos humanos.

Nesta perspectiva, o órgão visa promover o intercâmbio, a reflexão crítica, a gestão do conhecimento e a geração de inovações no campo da política e do governo na área da saúde,

pondo à disposição dos Ministros de Saúde da América do Sul as melhores práticas da gestão da saúde.

O ISAGS trabalha no desenvolvimento de recursos humanos, assistência técnica, investigação, informação, comunicação e mobilização de recursos, para aportar o objetivo máximo do Conselho Sul-Americano de Saúde, a saber o de consolidar a América do Sul como espaço de integração que contribua para uma saúde pública de qualidade aos seus cidadãos. Uma das principais funções será a gestão do conhecimento já existente e a produção daquele que ainda se faz necessário, de forma compartilhada com os atores sociais e políticos relevantes na esfera social e da saúde.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacou-se, o Painel de "Sistemas de Saúde de América do Sul: desafios para a universalidade, integralidade e equidade"; um Painel sobre "Sistemas de Vigilância Sanitária de América do Sul "; um Painel sobre "Vigilância em Saúde" e um Painel sobre "Saúde Global e Diplomacia da Saúde", tendo como objetivo o de discutir a melhora da governança da diplomacia da saúde e de cooperação internacional em âmbito regional.

Todos estes eventos ocorreram na sede da ISAGS e possibilitaram analisar os aspectos e experiências positivas e negativas de cada país nestas matérias, com o objetivo de intercambiar práticas e experiências.

Anteriormente à Cúpula sobre Determinantes Sociais da Saúde (DSS), se realizou um painel onde se discutiu e deliberou a posição da Unasul, para ser defendida naquele conclave.

O ISAGS, também, trabalhou na constituição e na primeira reunião da Rede de Institutos Nacionais de Câncer (RINC/UNASUR), no dia 26 de julho de 2011.

As iniciativas promovidas e organizadas pela ISAGS estão conectadas com o objetivo maior do Conselho de Saúde Sul-Americano, o de consolidar a América do Sul como um espaço de integração em saúde que possa contribuir para a Saúde de todos os cidadãos, fazendo parte, ainda, do Plano Quinquenal.

Existe uma estratégia de trabalho que, de forma articulada, compromete Redes de Instituições Estruturantes de Saúde, que inclui a Rede de Institutos Nacionais de Saúde (RINS), Rede de Escolas de Saúde Pública (RESP); Rede de Escolas Técnicas de Saúde (RETS); Rede de Relações Internacionais de Saúde (ORIS) e Rede Institutos Nacionais de Câncer (RINC), estabelecendo, desta forma, uma articulação com instituições nacionais dos Estados-Membros e com centros multilaterais de produção de pesquisa e de formação, Seria o método de integração em redes das chamadas "instituições estruturantes dos sistemas de saúde", como os institutos nacionais de saúde, as graduações em medicina, enfermagem e

odontologia, escolas de saúde pública e as escolas para a formação de técnicos em saúde.

A estrutura operativa do ISAGS está constituída por um Conselho Diretivo, Conselho Consultivo e pela Direção Executiva, sendo utilizado os Ministérios de Saúde e de Relações Exteriores dos doze Estados Membros como instrumento oficial de consulta.

Foi nomeado como Diretor Executivo o ex-Ministro da Saúde José Gomes Temporão, do Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, para dirigir o Instituto pelo período de 2011-2014, sendo que a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, tem dado suporte para o seu funcionamento no Rio de Janeiro.

4.12 - A UNASUL NO CENÁRIO REGIONAL E TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS

4.12.1 - SECRETARIA TÉCNICA UNASUL-HAITI

Em 09 fevereiro de 2010, as Chefas e Chefes de Estado de Governo da Unasul, reunidos em Quito, ao debaterem as conseqüências do terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, no Haiti, subscreveram uma Declaração de Solidariedade da Unasul com o Haiti.

Esta Declaração não somente teve o objetivo de manifestar a solidariedade com o povo e o Governo do Haiti, bem como reiterar o compromisso para apoiar a reconstrução do país, através das prioridades e necessidades detectadas pelas autoridades locais.

Para efetivar as medidas prioritárias para este processo de reconstrução, foi criado o Fundo Unasul - Haiti no valor de US $ 100 milhões de dólares, sendo a contribuição brasileira correspondente a 40% (quarenta por cento) desse valor, tendo sido aprovado para a aplicação desses recursos um Plano de Ação em 17 de março de 2010.

Foi enviada uma missão da Unasul em maio de 2010 para contatos com as autoridades haitianas para verificação de suas prioridades e demandas, sendo que no dia 24 de maio, na cidade de Cardales, Argentina, durante a IV Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo decidiu-se pela criação da Secretaria Técnica Unasul-Haiti, para definição de três temas na pauta de prioridades: infra-estrutura, segurança alimentar e fortalecimento institucional.

A Secretaria Técnica iniciou suas atividades no dia 31 de agosto de 2010, sob a direção do Embaixador argentino Rodolfo Mattarollo, que já havia sido Diretor Executivo Adjunto da Missão Civil Internacional OEA-ONU no Haiti entre 1996 e 2000, na qualidade Representante Especial junto a uma equipe de Delegados de Brasil, Chile, Equador e Venezuela.

As funções operacionais da Secretaria Técnica se iniciaram em 26 de novembro de

2010, sendo que no dia 28 de janeiro de 2011 foi assinado o Acordo de Sede com o Ministro interino de Relações Exteriores do Haiti, Ronald Baudin.

O Plano de Ação da Secretaria Técnica consta de três componentes:

* Contribuir com o programa de apoio a proteção e valorização das infra-estruturas urbanas e produtivas;

* Reduzir a vulnerabilidade da população e fortalecer a capacidade de resposta a inundações e catástrofes naturais; e

* Fortalecer as capacidades das instituições nacionais e locais e da institucionalidade democrática no processo de recuperação e reconstrução.

A Secretaria Técnica vem executando os seguintes programas em apoio ao Haiti:

* Segurança Alimentar, que se pauta no Programa "Prohorta- Haiti", cujo objetivo é melhorar a alimentação das populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade social em nove dos dez departamentos do país, por intermédio do consumo de alimentos frescos de qualidade, autoproduzidos através de técnicas orgânicas com a participação de organizações e instituições locais.

Os investimentos neste programa ultrapassam os 3 milhões de dólares e já beneficiou mais de 15.000 famílias ou cerca de 100.000 pessoas de cerca de 600 organizações comunitárias em 64 localidades do Haiti; foi dado formação técnica a 2.300 promotores em agricultura orgânica, capacitado 750 artesãos para manuseio de ferramentas e implementos manuais para trabalho em hortas e granjes, e foram realizadas 402 experiências de acesso a água, aproveitando água da chuva, através de cisternas e módulos de reservatórios. No ano de 2012, houve uma ampliação da cobertura deste programa para outras 100.000 pessoas.

* Construção de moradias, cujo Programa "Um Teto para meu País" se baseia num Convenio assinado com a Fundação um Teto para Meu País, para financiar a construção de 854 moradias provisórias, um centro de saúde e um centro de educação na localidade de Canaán, Município de Croix-des-Bouquets, a cerca de 15 quilômetros da capital Porto Princípe. O valor do Programa ultrapassa a US$ 1.800.000 dólares para financiar a aquisição de bens e serviços e a contratação de profissionais técnicos;

Este convênio teve como objetivo não somente propiciar alojamento às famílias afetadas pelo terremoto, mas também estimular atividades de trabalho conjunto envolvendo estas famílias e jovens voluntários, que podem participar do processo de construção de casas, estimulando com o trabalho comunitário as bases para a reconstrução social, tão importante quanto a reconstrução física do país.

Até 05 de março de 2012, haviam sido construídas 551 residências com a participação

de 2.800 voluntários, tendo 3.500 pessoas sido beneficiadas por estas medidas.

* Programa Nacional de Assistência Legal, em que seguindo orientação do Governo do Haiti, a Unasul-Haití vem apoiando o Programa Nacional de Assistência Legal, tendo o suporte do International Legal Assistance Consortium, tendo sido prestado assistência legal a pessoas detidas que não tem condições financeiras para pagar a sua defesa. Entre abril de 2011 e janeiro de 2012 se destinou um milhão de dólares para apoiar este programa;

* Apoio na Reforma do Código Penal, através da Secretaria Técnica que colaborou no financiamento de atividades de investigação científica e de redação de projetos encaminhados com a finalidade de reformar o Código Penal e o Código de Instrução Criminal do sistema penal haitiano;

* Projetos na área de saúde pública, na qual auxilia o Haiti em projetos, tais como o de Mirebalais-Lascahobas, Departamento do Centro, onde existe um aporte financeiro por parte da Secretaria na ordem de U$ 237.000 dólares para o fortalecimento da estratégia de atenção primária de saúde e de vigilância sanitária comunitária ante a epidemia de cólera. A organização executora é a Médicos do Mundo Argentina.

No Projeto nas comunidades rurais de montanha de Oranger, Parques, Beausejour e Citronnier, da Comua de Léogane, Departamento do Oeste, a Unasul-Haiti se comprometeu com o aporte financeiro de U$ 286.421 dólares para o fortalecimento da Rede de Atenção Primária em Saúde e a estratégia promocional da saúde preventiva para combate às causas que originam a epidemia de cólera, através das campanhas de educação, vigilância e ações de saneamento, tais como o manejo dos alimentos e da água. A organização executora, igualmente como a anterior, é a Médicos do Mundo Argentina.

* Projetos nas Comunidades campesinas de Mithon, Chatuley, K-Pity Alto e Baixo da Comuna de Léogane, Departamento do Oeste. A Secretaria Técnica financiará o fortalecimento da Rede de Atenção Primária e a estratégia promocional integral da saúde por um valor perto dos 245.000 dólares, sendo também de responsabilidade da Médicos do Mundo Argentina.

O total de investimentos nestes programas ultrapassa U$ 6,5 milhões de dólares, sendo que os países membros da Unasul financiaram mais de 60 dólares adicionais pela via da cooperação direta e a banca multiratel, que contempla 70% do compromisso adquirido).

A ajuda da Unasul, a partir do Haiti, significa que a reconstrução das redes sociais e o compromisso com a institucionalidade é tão importante quanto a reconstrução física do país. Neste sentido, o mandato da Secretaria Técnica Unasul-Haiti e de seu titular, o Embaixador

Rodolfo Mattarollo, foi prorrogado pelo Conselho das Ministras e Ministros de Relações Exteriores em duas oportunidades, sendo:

* na reunião técnica, ocorrida em 24 de agosto de 2011 em Buenos Aires, na qual os chanceleres resolveram prorrogar seu período até 31 de agosto de 2011;

* na reunião do Conselho no dia 17 de março de 2012, onde se estabeleceu uma nova prorrogação até 31 de dezembro de 2012 Este fato foi felicitado pelo Subsecretário Geral Adjunto do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas e ex-Chefe da Missão desse organismo no Haiti, Edmond Mulet, quem em reunião obtida junto à Secretária-Geral da Unasul, Maria Emma Mejía, no dia 30 de março de 2012 na ONU, destacou a importância da atuação e do compromisso que a Unasul vem mantendo nos dois últimos anos junto ao país caribenho.

Registra que já houve a prorrogação em duas oportunidades do mandato da Secretaria Técnica de Unasul-Haiti, tendo como base a necessidade de continuidade dos serviços de ajuda àquele país, tendo em vista o impacto provocado pelo furação que arrasou completamente aquele país caribenho.

4.12.2 - O BANCO DO SUL

A proposta de criação do Banco do Sul, uma instituição financeira a ser gerenciada pelos Estados-Membros, encontra-se, atualmente, em fase de estudos e teria a finalidade de promoção de políticas desenvolvimentistas, em especial a priorização de financiamento para grandes obras de infra-estrutura física, destacando-se a construção de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, usinas, dentre outras obras de grande impacto físico.

O Banco do Sul pode ser uma alternativa aos grandes instrumentos de concessão de crédito como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano do Desenvolvimento, tendo em vista a necessária reestruturação do sistema financeiro internacional.

Com o crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento, é natural que se procure alternativas institucionais para a realização de grandes obras de infra-estrutura, como a Corporação Andina de Fomento, e o seu banco, e o caso do BNDES brasileiro.

O que se definiu como nova arquitetura financeira regional acaba inserindo junto aos pólos desenvolvimentistas, a possibilidade de novas instituições financeiras com perfil de promotor e indutor do dsenvolvimento, como a criação do Banco do Sul.

A proposta de criação de um banco de fomento sul-americano, poderia potencializar os investimentos na região e as poupanças internas, as convertendo em investimentos produtivos.

Havia uma forte perspectiva de que esta nova arquitetura financeira poderia ser um fator de diminuição das assimetrias existentes entre os países, através do financiamento de projetos próprios para as economias menores.

Algumas divergências estão sendo discutidas por ocasião dos debates para a implementação do banco, sobretudo a composição do seu capital financeiro; o sistema de tomada de decisões, e quanto aos critérios de financiamento do banco.

No que se relaciona ao primeiro ponto, as divergências dizem respeito à origem dos fundos e aos aportes por país, seja pela igualdade ou proporcionalidade ao peso de cada economia. Em relação aos fundos, discute-se se serão formados apenas a partir dos recursos públicos de cada país membro ou se serão captados nos mercados de capitais.

Brasil e Argentina vem defendendo sistema proporcional ao voto por dólar aportado, ao passo que a Venezuela defende cada país, um voto.

O Convênio Constitutivo do Banco do Sul foi aprovado em setembro de 2009, quase dois anos depois da ata de fundação do Banco do Sul, sendo determinado enquanto objetivos do banco: financiar o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos "Países-Membros", de forma estável e equilibrada, fazendo uso de poupança intra e extra-regional; fortalecimento da integração; redução das assimetrias e promoção da distribuição equitativa dos investimentos entre os Países Membros.

Ficou acordado que o sistema decisório será o de cada país tendo direito à um voto, bem como que o aporte financeiro obedecerá a proporcionalidade das economias, nos termos seguintes:

Tabela 1: PROPORCIONALIDADE DO APORTE FINANCEIRO PARA SISTEMA DECISÓRIO DO BANCO DO SUL

Franja	País	Montante em milhões de dólares (US$)
1	Argentina, Brasil e Venezuela	2.000
2	Chile, Colômbia e Peru	970
3	Equador e Uruguai	400
4	Bolívia e Paraguai	100
5	Guiana e Suriname	45
	Total	10.000

A proposta para o Banco do Sul é a sua atuação junto a órgãos estatais, entidades autônomas, empresas mistas ou privadas, financiando projetos de desenvolvimento de setores

chaves da economia, orientados a melhorar a produtividade, a competitividade, aplicar recursos financeiros em educação, ciência, tecnologia, inovação, além da infra-estrutura e na logística para a melhoria do comércio na região.

Foram previstos investimentos na área social como saúde, educação, desportos, cultura, direitos humanos, luta contra pobreza e exclusão social.

Existe a perspectiva do Banco investir em projetos de interconexão regional e na criação de cadeias produtivas regionais, visando financiamento a projetos que reduzam as assimetrias, levando-se em conta a realidade dos países menores.

Outra idéia a ser desenvolvida é a utilização de moedas locais para as transações comerciais e que sejam agregados projetos de forte impacto social como soberania alimentar e combate à fome, o aproveitamento de recursos naturais, preocupação com meio-ambiente e promoção do emprego.

Na análise de Strautman & Soares sobre a nova arquitetura financeira na região:

> Em um primeiro momento, o comércio intra-regional com moeda local manteria os excedentes na região e em moeda local. Isso criaria um estímulo para a reorientação da substituição de importações de comércio com o resto do mundo por similares locais. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento na região, financiadas com os recursos de um banco de fomento nos moldes do Banco do Sul, criariam novas potencialidades,pois, produtos que hoje são produzidos fora da região, poderiam ser comprados aqui. Com efeito, deixaríamos de comprar baterias para celulares da China para quem sabe, comprá-las no Equador. (2007, pág. 10)[61]

A diminuição do padrão dólar nas operações financeiras poderia reduzir a dependência desta moeda, abrindo alternativa para a valorização das outras moedas, em particular as moedas regionais, a partir de um fator de paridade entre elas. Pelo fato do Equador não ter conseguido modificar a sua economia dolarizada, há um especial interesse do país andino nesta instituição financeira, tendo proposto avançar na criação de uma moeda regional, a partir de um projeto maior envolvendo instituição financeira, estratégia dos governos com os Bancos Centrais, valorização das moedas locais e utilização do padrão-dólar que seria utilizado em situações específicas, como a redução das vulnerabilidades em tempos de crise.

A grande questão no centro do debate pertinente ao Banco do Sul é o real interesse do Brasil em participar deste processo. Pelo peso do país, o seu engajamento é fundamental para que este projeto se traduza numa realidade. Entretanto, alguns setores no campo governamental ainda não se posicionaram de forma favorável a este projeto, porque entendem

[61] Strautman & Soares, 2007, pág. 10.

que o papel a ser desempenhado pelo Banco do Sul já vem sendo desempenhado pelo BNDES, enquanto estratégia política do Estado brasileiro para o financiamento de obras na América do Sul, ressaltando que os Estados Nacionais da região não tem uma instituição financeira estatal com o mesmo aporte de recursos da instituição brasileira.

Os três grandes temas de debate na concepção de como deve funcionar o Banco do Sul apontam por três orientações, a saber 1- ser um banco de fomento nos moldes do BNDES brasileiro, so que com a participação de vários Estados; 2- órgão que poderá coordenar políticas macroeconômicas, o que poderia levar a um futuro Banco Central Sul-Americano,

tema complexo pelo aspecto da soberania e das taxas de juros aplicadas neste país e 3- aplicação de um sistema monetário que permita a compensação de pagamentos em moedas locais, evitando o padrão dólar.

Sendo assim, a posição brasileira segue apoiando o Banco do Sul no plano regional, mas com avanços tímidos em decorrência do debate no âmbito interno relacionado ao papel do BNDES, questão envolvendo a soberania e política monetária, que ainda não tem uma posição oficial do governo brasileiro.[62]

4.12.3 - PROCESSOS ELEITORAIS

Uma das principais preocupações da Unasul é a consolidação e a defesa da democracia, além da participação cidadã, enquanto compromisso a ser seguido por todos os mandatários dos Estados-Membros.

Desde o ano de 2009, por iniciativa das Autoridades Eleitorais dos países sul-americanos, vem sendo realizadas reuniões para o aperfeiçoamento dos processos eleitorais na região.

A primeira reunião de Organismos Eleitorais discutiu-se critérios para se instrumentalizar mecanismos de coordenação, de observação e acompanhamento dos processos eleitorais da região, objetivando a integração, cooperação,e colaboração entre os Povos e para fortalecer a democracia, no que diz respeito a soberania, promoção da participação, independência e autonomia das autoridades eleitorais.

Na segunda reunião, ocorrida em Caracas, em julho de 2011, teve como objetivo estruturar uma instância setorial, dentro da União das Nações Sul-Americanas, para fins de se converter em um Conselho Eleitoral da Unasul, enquanto decisão política apoiada pelos

[62] O governo não tem uma posição oficial, embora apóie de forma tímida a criação do Banco do Sul, o que tem rendido críticas de setores da academia no Brasil que defendem a integração regional.

Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores, de agosto de 2011, iniciativa que ficou de ser apresentada às Presidentas e Presidentes.

Nesta perspectiva, foi autorizado o envio de 3 missões para acompanhamento eleitoral durante o ano de 2011, por ocasião do Referéndum Constitucional do Paraguai, eleições judiciais na Bolívia e eleições gerais e regionais da Guiana.

A III Reunião de Organismos e Autoridades Eleitorais foi realizada no mês de maio de 2012 em Assunção, ocasião em que foi aprovado o projeto de Estatutos do Conselho Eleitoral da Unasul e o projeto sobre Critérios e Normativas pra a Observação e o Acompanhamento nos Processos Eleitorais, elaborados pelos Grupos de Trabalho.

Deve ser destacado, durante a Presidência *Pro-Tempore* do Paraguai, que foi dado conhecimento do conteúdo da nota de 30 de abril de 2012, enviada pela República Bolivariana de Venezuela, na qual foi solicitada uma Missão de Acompanhamento Eleitoral da Unasul, para as eleições presidenciais do dia 07 de outubro de 2012, solicitação esta que foi apreciada e aprovada pelos órgãos competentes da Unasul.

Encontra-se, em fase de elaboração, a incorporação do Conselho Eleitoral à institucionalidade da Unasul, com o principal objetivo de acompanhamento e observação dos processos eleitorais da região, assim como a promoção e incentivo da participação cidadã e da democracia.

Registra-se que a Unasul tem enviado representantes para o acompanhamento dos processos eleitorais da região com delegados que dialogam com representantes dos Estados Nacionais, em particular da área eleitoral, representantes dos partidos políticos, visitas às seções eleitorais e às estruturas estatais do Poder Judiciário, de forma a subsidiar relatórios que confiram a legitimidade do sufrágio e do processo em curso.

Trata-se de inequívoco avanço, numa região que a três décadas atrás era conhecida pelos golpes de estado, a ruptura institucional e o desrespeito às Constituições.

4.12.4 - A SEGURANÇA PÚBLICA

O Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da Unasul na sua reunião de Buenos Aires de 24 de agosto de 2011, resolveu convocar uma reunião com a finalidade de preparação da Reunião de Ministros de Defesa, Justiça e Interior, cujo tema eram as ameaças do crime organizado transnacional e outras ameaças à segurança regional.

Esta reunião ministerial tripartite havia sido proposta pelo Conselho de Defesa Sul-Americano na III Reunião em Lima, em maio e 2011, tendo sido encomendado ao Centro de Estudos Estratégicos da Defesa – CEED, o início de reflexões sobre “situações de referência

para os conceitos de segurança e defesa na região sul-americana", tendo como objetivo o apoio aos trabalhos na futura reunião.

Esta reunião preparatória, foi realizada em fevereiro de 2012 em Bogotá, com a participação dos Viceministros e Altos Representantes que debateram o informe formulado pelo CEED sobre os temas do Crime Organizado Transnacional e as Novas Ameaças à Segurança Regional.

Esta foi considerada a primeira citação em que o tema da segurança pública foi abordado no enfoque regional, a partir de uma perspectiva especializada e multidisciplinar, como já haviam se manifestado, os Chefes de Estado da região, na Cúpula de Bariloche de 29 de agosto de 2009, quando combinaram "Fortalecer a luta e cooperação contra o terrorismo, o crime organizado transnacional e seus delitos conexos, o tráfico de armas menores, assim como a repulsa aos grupos armados que atuam ao arrepio da lei!" (UNASUL, 2009, p.1).

Se definiu os delitos transnacionais, como aqueles que ultrapassam o âmbito da segurança nacional, entre os quais se inclui o tráfico de substâncias ilícitas ou controladas; o tráfico de armas, munições e explosivos; o tráfico de pessoas; o tráfico de migrantes; a lavagem de dinheiro; o sequestro; os delitos cibernéticos; entre outros crimes de natureza grave.

Como resultado destes debates, as delegações dos Estados-Membros "reconheceram a importância de contar com uma instância setorial especializada dentro da estrutura institucional da Unasul, para enfrentar a problemática dos Crimes Organizados Transnacionais e questões relacionadas à Segurança Pública." (CEED, 2012).

As conclusões deste encontro foram levadas à histórica Reunião, que contou com a participação do Presidente da Colômbia Juan Manuel Santos, a presença de 27 Ministros da Defesa, Interior, Justiça, Segurança e Relações Exteriores dos países-membros e cerca de 40 altas autoridades da Unasul.

Esta reunião, realizada em Cartagena das Índias, na Colômbia, em 03 e 04 de maio de 2012, produziu debates de alto nível sobre as questões pertinentes aos Crimes Organizados e os novos Riscos que enfrenta a América do Sul, assim como as políticas de cooperação que devem ser desenvolvidas nesta área. Foi deliberado, ainda, pela criação de um Conselho com o objetivo de fortalecer a cooperação em matéria de Segurança Cidadã, de Justiça e a coordenação de ações contra o Crime Organizado Transnacional, evitando que instâncias da Unasul estejam com duplicação de funções.

Desta forma, resolveram criar um Grupo de Trabalho que possa elaborar, com o apoio da Secretaria-Geral da Unasul, o Estatuto e o Plano de Ação do Conselho de Segurança

Cidadã, de Justiça e de Coordenação de Ações contra o Crime Organizado Transnacional.

Este Grupo de Trabalho deverá avaliar a possível coordenação ou a integração deste novo Conselho com o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas (CSPMD) da Unasul. A avaliação, o Estatuto e o Plano de Ação deverão ser submetidos a aprovação definitiva do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo através do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da Unasul.

4.12.5 - INVESTIMENTOS

O Grupo de Trabalho sobre Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos foi criado por Resolução do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores de 27 de janeiro de 2008, com o objetivo de avaliar a possibilidade de estabelecer um mecanismo regional nesta matéria e redução da dependência dos centros internacionais de arbitragem.

No dia 26 de novembro de 2010, na IV Cúpula de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul, em Georgetown, Guiana, se deliberou renovar o mandato e a composição do Grupo de Trabalho, que passou a ser integrado por representantes de alto nível, designados especialmente pelos Chefes e Chefas de Estado e de Governo.

Esta instância, no novo formato, reuniu-se em 2011 em duas oportunidades, sendo a primeira em Quito, Equador, em 30 de maio e 01 de junho e a segunda em Assunção de 10 a 11 de outubro.

No ano de 2012, houve reuniões objetivando aprofundar os debates, inclusive na perspectiva de se criar um Centro de Arbitragem de caráter voluntário, seja em termos de adesão como de utilização dos serviços , ao qual os Estados-Membros poderiam recorrer nos casos de controvérsias em matéria de investimentos, tanto nas questões entre Estados, como também entre Estados e investidores privados.

4.12.6 - DIREITOS HUMANOS

As Ministras e Ministros de Relações Exteriores, em 17 de março de 2012, decidiram destinar a um Grupo de Trabalho, a análise de uma proposta do tratamento e a promoção dos Direitos Humanos, no âmbito da Unasul.

Foi convocada neste Grupo de Trabalho, composto por representantes dos Estados-Membros, uma reunião em 31 de maio e 01 de junho de 2012, em Quito, para se iniciar uma discussão que possibilite a criação de uma instância permanente que aborde esta temática de forma contínua e específica.

Esta instância no futuro poderá vir a significar uma plataforma para desenvolver ações e estratégias conjuntas, através da cooperação para o intercâmbio de melhores práticas e a

reflexão, com base em Conferências, Simpósios e outras atividades acadêmicas.

O tratamento dos Direitos Humanos poderá ser utilizado como uma instância que poderá contribuir para o avanço do tema, em consonância com outras instâncias já criadas e em funcionamento no bloco.

4.12.7 - POLÍTICA E RELACIONAMENTO EXTERNO

O relacionamento externo é um dos aspectos mais importantes do processo de consolidação da integração sul-americana.

Dispõe o artigo 15 do Tratado Constitutivo da Unasul, que:

> art. 15 – A Unasul promoverá iniciativas de diálogo sobre temas de interesse regional ou internacional e buscará consolidar mecanismos de cooperação com outros grupos regionais, Estados e outras entidades com personalidade jurídica internacional, priorizando projetos nas áreas de energia, financiamento, infra-estutura, políticas sociais, educação e outras a definir-se. (UNASUL, 2008).

Além disto, o artigo 19 abre a possibilidade para que os Estados da América Latina e o Caribe sejam admitidos como Estados Associados da Unasul, através do pedido formal e da autorização do Conselho de Chefas e Chefes de Estado.

Finalmente, o próprio Tratado Constitutivo atribui à Secretaria Geral da Unasul, a função de coordenar com outras entidades de cooperação da América Latina e do Caribe o desenvolvimento de atividades que lhe sejam atribuídos pelos órgãos da Unasul.

Registra-se que esta preocupação é anterior à formação da Unasul, na medida em que na Declaração de Cuzco, em 2004, os Presidentes Sul-Americanos manifestaram a necessidade de uma reflexão sobre como se daria a possível convergência entre os distintos organismos regionais de integração, já que o espaço integrado sul-americano deveria desenvolver-se através do aprofundamentos destes espaços.

No ano de 2005 na I Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA), se conferiu à Secretaria da então Comunidade Sul-Americana de Nações, o papel de coordenar em conjunto com a Liga Árabe o seguimento dos compromissos assumidos no âmbito do mecanismo. Na Cúpula América do Sul-África realizada em 2009, em Abujá, Nigéria, houve um pronunciamento na mesma linha.

Además, as Chefas e Chefes de Estado e de Governo do bloco reiteraram as Declarações de Quito de 10 de agosto de 2009 e de Georgetown de 26 de novembro de 2010, o desejo de participar ativamente nos foros multilaterais regionais para fortalecer a presença da Unasul, buscando soluções a problemas globais que são de interesse de todos os Estados e

blocos regionais.

Com base nestas orientações gerais, Conselhos como o de Economia e Finanças, Saúde e de Defesa, iniciaram o exercício de coordenação para a apresentação de posições comuns nos foros internacionais.

A Unasul participou de algumas reuniões de foros como a ASA e a ASPA, por intermédio de instâncias oficiais, em especial a Presidência Pro Tempore e a Secretaria-Geral, além de no dia 09 de dezembro de 2011, a Unasul ter sido admitido, por unanimidade, como Observador ante a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

A Secretaria-Geral, por sua vez, no exercício de suas atribuições, manteve uma intensa e extensa agenda de encontros com representantes de vários países e organizações internacionais, entre os quais se destacam a Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas, a Secretaria Executiva da CEPAL, o Secretário-Geral da OEA, o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Presidente da CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, o Diretor Regional da Organização Internacional para as Migrações, a Representante Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e com Representantes da União Européia.

A Secretaria-Geral da Unasul igualmente avançou nos contatos com outros órgãos de integração regional como a Comunidade Andina de Nações, a ALADI, a OTCA e o Mercosul, para o avanço numa agenda de convergência.

Reconhecendo a importância da projeção externa da Unasul e o grande interesse que a Organização tem suscitado nos mais variados Estados e blocos regionais, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores, na reunião ordinária de 17 de março de 2012, debateu a necessidade de regulamentação das suas relações com entes externos, inclusive no que é pertinente à participação da Unasul nos foros internacionais, como em relação à participação de terceiros países e organizações internacionais nas reuniões e atividades da Unasul, incluindo as situações de Estados-Associados e os temas relativos a convergência com outros processos de integração.

O Conselho de Ministros e Ministros de Relações Exteriores vem debatendo esta temática, tendo como base um documento de trabalho elaborado pela Secretaria-Geral.

Dentre as várias atividades realizadas, com a participação da Unasul nos últimos meses de 2012, com projeção para o início de 2013, destacam-se: a Rio +20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro; Reunião do G-20, em junho de 2012, no México; a Cúpula América do Sul - Países Árabes, de 26 a 28 de setembro de 2012, em Lima; a Cúpula América do Sul-África, no 2º semestre de 2012, em Malabo, na Guinea Equatorial; a XXII Cúpula

Iberoamericana, dias 16 e 17 de novembro em Cádiz, Espanha; e a reunião União Européia-América Latina, em fevereiro de 2013.

4.13 - OS DESAFIOS DA UNASUL

A Unasul se apresenta como uma articulada estratégia de integração da América do Sul, em particular pela sua capacidade de discussão de pontos importantes que se interagem no processo de ampliação das relações políticas e econômicas dos países sul-americanos, com o claro objetivo de promoção do desenvolvimento sócio-econômico; preservação da paz; aumento da competitividade dos países sul-americanos no mercado internacional; e o próprio fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil na defesa de suas propostas nos foros internacionais.

Mais ampla do que participação mais reduzida de um grupo de países, como no caso do Mercosul. mas não tão ampla a ponto de enfocar a amplitude e complexidade na inclusão de interesses e temas abrangendo questões relacionadas a todos os países da América Central e do Caribe, a União Sul-Americana de Nações priorizou a parte sul do continente americano, em que paises vizinhos, com problemas e dificuldades similares poderiam ter uma capacidade maior de interlocução global, quebrando a falta de diálogo e posições sobre temas complexos.

Os projetos de integração e a capacidade de interlocução política foram determinantes para a definição dos objetivos dessa integração, que ultrapassam os limites de uma concertação política já presente em outros foros regionais, ou a mera discussão de questões comerciais, igualmente contemplada em outros espaços integracionistas.

A intenção era a necessidade de formação de uma organização internacional no âmbito regional, dotada de personalidade jurídica e com estrutura institucional, possibilitando o enfrentamento dos grandes desafios.

Este ponto retrata um movimento de iniciativa da região, para transitar neste espaço geopolítico de um mundo multipolar e a capacidade dos países sul-americanos poderem decidir questões importantes, com autonomia e sem a influência e pressão direta dos Estados Unidos.

Os governos dos países sul-americanos tem se pautado em busca do consenso em posições complicadas, sendo certo que, na região, os pontos de discordância acabam confrontando a posição de países, que tem tido uma postura bastante contundente pela unidade sul-americana e mesmo latino-americana e caribenha, como Venezuela, Equador, Bolívia, em oposição ao grupo que tem posição favorável e aliada aos Estados Unidos, em

especial Colômbia e Peru. Na mediação dos conflitos, um terceiro grupo, sob a liderança do Brasil e composto por Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai acaba tentando conciliar os interesses, embora defendendo posições de forma clara, como no conflito de Honduras, a posição contrária às bases americanas na América do Sul e a defesa de organismos como a Unasul.

A posição da Guiana e do Suriname tem sido a de acompanhamento do processo de discussão e de decisão, e vale registrar a postura do Chile, onde triunfou o candidato direitista Sebastián Piñera, com a derrota da *Concertación*. Por ocasião da solidariedade dos países vizinhos em virtude do terremoto ocorrido naquele país no ano de 2010, as posições de Piñera tem sido a de acompanhar os demais países como no caso do bloco formado na Cúpula de Cancun, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe – CELAC, além de declarações de apoio à integração regional, até pela crise econômica internacional.

De qualquer forma, um espaço de integração que reúne toda a América do Sul constitui-se numa possibilidade significativa da Região ter maior peso econômico-comercial, principalmente com a implementação das obras de infra-estrutura física que permitirão um maior desenvolvimento regional com aumento dos empregos, conforme consta na agenda.

A similitude de pensamento da grande maioria dos governantes tem facilitado um maior entrosamento e articulação de políticas comuns e de interesses a estes países. É importante o acompanhamento do processo eleitoral na região até para se ter uma ideia das posições do eleitorado e se as candidaturas vitoriosas implementarão políticas de governo que favoreçam ou dificultem o processo pleno de integração regional.

O processo eleitoral da Colômbia, apesar do Presidente Júlio Santos ter sido eleito com o apoio político do ex-Presidente Alvaro Uribe, tem apontado para uma postura mais integracionista, não obstante a Colômbia continuar a sua estratégia favorável à aproximação com os Estados Unidos da América, sob a alegação da luta contra as FARC's e o narcotráfico.

Outro fator relevante foi a eleição no Brasil da candidata Dilma Rouseff que manteve-se na orientação política do Governo do anterior Presidente Lula da Silva, o que assegura o peso político, econômico e estratégico do Brasil, ao afiançar os processos de integração em curso, em especial a Unasul, o Mercosul e a CELAC, definindo-se no processo de continuidade, o status de política de Estado e não de Governo.

Isto demonstra a importância que as agendas de política externa tem simbolizado nas eleições presidenciais e a preocupação do conjunto de países com a continuidade de políticas governamentais e de Estado.

O caso do Brasil é emblemático porque este país de proporções continentais é o

grande parque industrial e econômico da América do Sul e interessa a qualquer bloco econômico na América do Sul, na América Central e Caribe, que o Brasil continue comprometido com políticas de integração, enquanto política externa e de Estado, ao consagrar princípios e valores do Estado Democrático e da Constituição Brasileira.

A possibilidade de defesa da soberania e do espaço territorial, manifestada no Conselho de Defesa Sul-Americano, é parte fundamental para se compreender a complexidade de iniciativas como a Unasul. A idéia de diminuição da influência americana propicia que o bloco possa discutir os seus problemas, criar a sua agenda, propor iniciativas conjuntas e, acima de tudo, tentar resolver os seus próprios problemas.

Defender o seu patrimônio biológico e de biodiversidade como a Amazônia, Chaco, Pantanal, Andes, litoral, aqüíferos, enfim, todos as fontes de recursos naturais e o seu aproveitamento sustentável, em benefício destas populações é de vital importância para o equilíbrio do planeta.

Deve caber aos Estados sul-americanos as iniciativas, discussões e tomadas de decisões de questões estratégicas e de interesse para os respectivos Estados e seus vizinhos.

O ingresso de tropas americanas na Colômbia, sob o pretexto de combate ao narcotráfico, a notícia da reativação da Quarta Frota estadunidense, as denúncias desse país de possibilidade de ataque terrorista na região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a pressão estrangeira na Região da Amazônia, dentre outros problemas, devem se constituir num claro estímulo para que os países sul-americanos, possam buscar o entendimento e encontrar os seus próprios caminhos, de forma discutida e consensuada, até em observância à retomada dos processos democráticos que está completando, duas a três décadas dependendo de cada país.

As Presidências *Pro Tempore* na Unasul de Bolívia, Chile, Equador, Guiana e Paraguai até a suspensão, nestes últimos anos, mantiveram as diretrizes da construção de uma integração de grande porte, contando com o suporte administrativo da Secretaria-Geral.

Esta similitude de pensamento da grande maioria dos governantes tem facilitado um maior entrosamento e articulação de decisões e políticas comuns e de interesses destes países, em questões relevantes da agenda regional que continuam sendo debatidas, destacando-se a condenação de uma lei racista anti-imigracionista do Estado do Arizona, nos Estados Unidos; a manifestação contra o governo de Porfírio Lobo, nascido de um processo eleitoral após um golpe de estado em Honduras, com a deposição do então presidente Manuel Zelaya; a posição contrária à instalação de bases militares americanas na Colômbia e no Peru, sob o pretexto de combate ao narcotráfico; posição contrária à reativação da 4ª Frota estadunidense; rechaço à

pressão dos Estados Unidos na Região da Amazônia; posições em defesa do multilateralismo e do livre-comércio, dentre outros pontos relevantes de agenda externa, além do compromisso com a efetivação de instrumentos que possibilitem aos países sul-americanos discutir e resolver os seus problemas, além de questões mais recentes como a Aliança do Pacífico.

4.13.1 - AGENDA FUTURA DA UNASUL

Os principais desafios apresentados pela Secretaria-Geral para o avanço do processo de integração, segundo a Memória Anual 2011/2012 são:

* Promover a pronta definição de uma agenda de ações prioritárias no âmbito social destinada a reduzir a desigualdade e promover a inclusão social, de acordo ao mandato expressado pelas Presidentas e Presidentes da Unasul em sua reunião de julho de 2011;

* Avançar na construção de uma visão sul-americana que assuma a soberania e governança de nossas imensas riquezas em recursos naturais. Ali radica nossa força e capacidade de construir uma nação sul-americana com um desenvolvimento econômico sustentável e socialmente mais justo;

* Continuar avançando em harmonia com o Tratado Constitutivo, para aproveitar as experiências exitosas de outros esquemas de integração sub-regionais, resgatando seus avanços e favorecendo a convergência temática e institucional;

* Impulsionar a ciência, tecnologia e inovação como eixos centrais na construção de um melhor capital humano que contribua com a prosperidade de nossas populações e diminua as assimetrias que hoje nos afetam. Fomentar o empreendimento de um processo de industrialização próprio, que facilite a agregação crescente de valor a nossas matérias primas;

* Devemos utilizar nossos valiosos recursos energéticos e criar infra-estrutura na região que sirva de apoio a um processo de desenvolvimento social e econômico sustentável, favorecendo o transporte e a circulação interna das pessoas, os bens e os serviços, através de uma melhor conectividade e transferência nas comunicações e da informação.

Todos os temas da agenda da Unasul são amplos e são compatíveis com um processo de inserção na pauta de debates na agenda do continente e na agenda internacional.

4.14 - RECURSOS NATURAIS E A UNASUL

Em novembro de 2012, o Secretário Geral da Unasul Alí Rodriguez Araque apresentou um documento da Secretaria-Geral, às Chefas e Chefes de Estado e de Governo

dos Países Membros da Unasul, sobre um tema de especial importância no mundo, a saber os Recursos Naturais. O documento "Os Recursos Naturais como Eixo Dinâmico na Estratégia de Integração e Unidade de Nossos Países", se constitui na mais atual temática de discussão junto às instâncias da Unasul, pela própria importância do tema e pelos efeitos e conseqüências que poderão gerar em benefício da integração regional e dos países isoladamente.

O documento faz uma análise inicial sobre o que significa o compromisso dos países da América do Sul em participarem de um processo de integração regional da magnitude da Unasul e das identidades e similitudes históricas, sociais, culturais, lingüísticas, democráticas e políticas, que aproximam estes países.

Sem prejuízo dos outros processos históricos que não avançaram tanto nos estágios de integração, o documento apresenta as seguintes indagações:

* Onde se estabelece a principal fortaleza que pode converter a Unasul em um processo exitoso e irreversível?

* Em conseqüência, qual é o eixo dinâmico fundamental em uma estratégia de integração e unidade sul-americana?

* quais são os principais desafios a encarar e superar para o curto, médio e longo prazo?

Partindo-se do pressuposto de que não há, dentre os países membros da Unasul,

nenhuma grande potência nuclear, militar, industrial e tecnológica, o que confere diferença à região em termos de possibilidade de protagonismo, são as suas imensas riquezas e recursos naturais, dentre elas os minerais fósseis e não fósseis, fontes de água doce, bosques, a concentração de biodiversidade e ecossistemas; terras aptas para a produção agrícola, todas as fontes primárias de energia, um grande potencial para a produção das energias limpas, para uma população de 401 milhões dos 612 milhões de habitantes que povoam os países de América Latina e do Caribe, segundo projeções da CEPAL para 2011, ao longo de uma superfície de 17 milhões de quilômetros quadrados.

Apesar do potencial acima descrito, ainda existe uma visão compartilhada dos nosso potencial, de nossos objetivos, o que acarreta na falta de uma estratégia e um plano coerente para materializar propostas que venham a convergir numa estratégia que aproveite o gigantesco potencial que representa estas reservas de recursos naturais e humanos nesta riquíssima região.

O documento destaca, desta forma, os enormes paradoxos existentes e que dificultam uma articulação conjunta dos Estados-Membros:

* Inegável que existe um aumento da atividade do comércio, inclusive no volume de exportações, mas no intercâmbio intrarregional verifica-se um aumento maior das manufaturas que vem superando as matérias-primas, sendo que no âmbito do comércio externo, ou seja, extra-bloco, o intercâmbio extra regional o peso relativo das matérias primas supera amplamente as manufaturas, que, inclusive, são de baixa composição tecnológica. Ao mesmo tempo, está situação aponta indica o potencial existente para uma forte expansão do mercado interno sul-americano com todas as vantagens que isto representa e como fator de integração e unidade;

* Enquanto nos convertemos em exportadores brutos de capital, tendo os excedentes financeiros, longe de converter-se em investimento produtivo local e regional, são enviados ao sistema financeiro internacional caracterizado hoje por intensa atividade especulativa. O mesmo que se converteu em quebra para as economias do norte;

* Ao mesmo tempo que nossas terras contém esta riqueza de enormes proporções, sobre elas habitam, no entanto, mais de 100 milhões de pessoas que ainda sofrem com padrões de pobreza absoluta, indigência e desemprego e milhares de crianças ainda morrem por desnutrição;

* Nossa região segue exibindo o alarmante recorde de representar o mais alto grau de desigualdade do mundo;

* Na outorga de direitos para a exploração de recurso naturais, nossos países se enfrentam por separado com gigantescos consórcios internacionais que se movem com estratégias a nível planetário. Representam grandes corporações articuladas em grupo e dentro dos seus interesses, ao passo que os Estados-membros atuam de forma desarticulada e com visões distintas de estratégia local. O resultado acaba sendo um enfrentamento desigual com perda de força diante dos grandes grupos internacionais;

Não obstante a estrutura institucional já alcançada e do pleno funcionamento da Unasul, em especial a Presidencia *Pro Tempore* e a Secretaria-Geral nota-se uma dispersão de esforços e falta de comunicação entre os distintos Conselhos, com lentidão para tomada de decisões, o que pode significar o problema da burocratização da União em prejuízo do estabelecimento das medidas de políticas públicas.

O documento faz alusão à necessidade de se desenhar e ter em ação um eixo dinâmico e articulador de políticas setoriais que possam dialogar com os distintos Conselhos. A criação do Centro de Comunicação, Informação e Documentação, atualmente em processo

de implementação, é um passo nesta direção ao interrelacionar a estrutura organizacional da Unasul em tempo real.

Com o objetivo de prover todos os dados empíricos que sustentam a afirmação assinalada, propôs-se formalmente a inclusão na agenda da Cúpula das Chefes e Chefes de Estado e de Governo da Unasul, realizada em 30 de novembro de 2012, a discussão de uma estratégia regional baseada no aproveitamento das enormes reservas de recursos naturais como eixo dinâmico para o desenvolvimento econômico, social, cultural, tecnológico e industrial das nações sul-americanas. Nesta oportunidade, poderia fazer-se uma primeira reflexão sobre um conjunto de aspectos tão cruciais como os que serão abordados nas Premissas para uma Estratégia Comum, conforme disposto no Quadro 9 do Anexo.

4.15- A UNASUL E O BRASIL

A União das Nações Sul-Americanas tem as credenciais da política externa brasileira desde a sua origem como Comunidade Sul-Americana de Nações. A opção da política externa brasileira em priorizar a América do Sul foi demonstrada de forma mais intensa na ação política do governo Lula, ao apostar numa atuação regional como instrumento de ação política na arena internacional, embora todos os outros governos tenham contribuído de alguma forma para a agenda regional.

Esta estratégia demonstra que a inserção no debate dos grandes temas internacionais não são excludentes de uma posição regional, pelo contrário, quando o país prioriza levar temas regionais para o debate internacional, existe o credenciamento natural como *player* de maior relevância e o reconhecimento dos países vizinhos de que suas demandas serão levadas a estes foros.

Liderança regional não se impõe, ou seja, é fruto do processo de interesse, participação e estreitamento das relações diplomáticas, no âmbito da relação com os países vizinhos.

A ação política do Governo Lula apostou neste organismo que reúne todos os países da América do Sul, ao mesmo tempo que os avanços institucionais são significativos, porque o alcance dos temas em debate é bastante amplo, ao enfocar questões de infra-estrutura, defesa, soberania, democracia, recursos naturais, meio-ambiente, dentre outras matérias de interesse dos Estados Nacionais.

Posições defendidas por um órgão regional do peso da Unasul, acaba tendo repercussão diferenciada na arena internacional, com possibilidade de maior impacto do que a demanda de um determinado país.

Exemplo claro é a questão territorial das Ilhas Malvinas que envolve a mais de um século a Argentina e o Reino Unido, tendo a Unasul já se posicionado por uma solução negociada e reconhecendo o legítimo interesse da Argentina na soberania daquelas ilhas. A Unasul já levou o seu posicionamento à Organização das Nações Unidas e já manifestou publicamente a sua posição.

Vem se caracterizando o reconhecimento dos outros Estados Nacionais da América do Sul, de que o Brasil tem peso político para defender as suas demandas em foros internacionais importantes.

Em que pese a enorme complexidade de um processo de integração reunindo 12 Estados Nacionais, com suas questões e prioridades de ordem interna, existe vontade política e uma compreensão de que o processo de integração regional deve ser uma política de Estado com continuidade de participação, independente dos candidatos e partidos políticos que ascenderem ao poder governamental.

Acima de tudo, a compreensão da necessidade de um Estado forte e que possa viabilizar as medidas necessárias para que o processo de integração possa avançar, é o pensamento que vem sendo a orientação política da Unasul.

A viabilização dos projetos de grande impacto, notadamente o pertinente às obras de infra-estrutura, se constitui num exemplo claro de que as políticas públicas devem consagrar compromissos e etapas a serem cumpridas.

Inúmeras questões, entretanto, podem ser apontadas como complexas e que devem ser aprofundadas para que o processo de integração evolua na sua plenitude, inclusive porque os atores políticos não podem ser somente o Poder Executivo, mas também o Poder Legislativo que, por sinal, contempla o Mercosul de forma precária, além da necessidade de participação da sociedade civil.

Os processos de integração regional ainda tem participação pequena da sociedade civil, o que dificulta a compreensão das vantagens e das estratégias para a aproximação de países vizinhos, cuja identificação é clara.

No âmbito da Unasul, a percepção pela sociedade da necessidade de integração entre os povos da região, constitui-se em importante estágio para ampliar os avanços, a partir de um processo maior de legitimidade entre a ação governamental e o respaldo popular.

Esta legitimação seria de fundamental importância para esta América do Sul integrada por doze Estados Nacionais, com uma população total de 360 milhões de habitantes, o que seria equivalente a 67% da América Latina e 6% da população mundial, segundo dados de 2007.

Além disto, o território seria de 17 milhões de quilômetros quadrados e o Produto Interno Bruto de cerca de US$ 3,5 trilhões de dólares, no qual tem o Brasil US$ 1,849 trilhões, segundo os citados dados acima.

CAPÍTULO 5

A INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO POLÍTICA DE ESTADO NO BRASIL

O Brasil, mesmo em períodos governamentais de Presidentes e Partidos Políticos de correntes diversas, tem atuado numa perspectiva de inserção regional do país nestas últimas quase três décadas, seja para busca de novos mercados e oportunidades, seja para exercer o seu papel de *player* que busca reconhecimento na esfera internacional.

A integração regional passou a se inserir como política de Estado, onde se contrapõe fatores favoráveis e desfavoráveis na busca para se atingir aos principais objetivos, bem como a compreensão do grau de compromisso do Estado com a integração, baseado na previsão normativa no seu mais importante documento jurídico-político, ou seja, sua respectiva Carta Política, o que permite a legitimidade do embasamento jurídico, no plano constitucional, que fundamenta a atuação do Estado brasileiro na articulação das políticas integracionistas.

O surgimento do Mercosul e da Unasul se deu em conjunturas distintas, mas caracteriza uma estratégia de aproximação entre países vizinhos no marco da conversão ao sistema democrático, com capacidade de ampliação do debate que envolve os interesses dos países da América do Sul e a clareza de que em qualquer processo de aproximação, necessariamente os Estados Unidos perdem influência no processo decisório final.

Assume relevância a posição do Estado brasileiro, pelo fato da República Federativa do Brasil ter metade da população da América do Sul (49%); mais da metade do Produto Interno Bruto (56%) e metade da área territorial, com os seus 8.511,965 km2, o que demonstra o peso político, econômico e territorial que representa a participação do país em qualquer articulação e estratégia política que venha a ser constituída na América do Sul.

O Brasil tem fronteiras com nove dos outros onze países da América do Sul, o que demonstra ser de grande interesse para a paz interna do país e da região, a manutenção de um sistema de relações amigáveis permanentes e duradouras com os seus vizinhos.

Por sua vez, o fato dos Estados Unidos sempre terem tido posição desfavorável a

articulação de países vizinhos na América do Sul e, em diversos momentos, orientado de forma direta ou indireta, algumas definições político-governamentais contra esta unidade de ação, sempre serve como um elemento adicional para dificultar qualquer movimento de integração entre estes países.

O Brasil apresenta posição significativa na comparação com qualquer outro país do continente. A Venezuela, que pode ser comparada como potencial liderança e contraponto aos interesses brasileiros pela postura e pelas posições do Presidente Chavez, tem 9% da população regional, tem o 3º Produto Interno Bruto da América do Sul, com pouco mais de 7%, e tem fronteira com outros dois países, além do Brasil.

Todos os indicadores comparativos com qualquer país da América do Sul tendem a ser favoráveis ao Brasil, exceto as enormes reservas de petróleo e gás venezuelano, que possibilita àquele país ser influente membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, além da possibilidade de estabelecer políticas sociais com outros Estados, através do envio de petróleo e combustíveis em troca de médicos e dentistas, como no caso de Cuba, ou mesmo das políticas de integração adotadas pela ALBA.

Nesta perspectiva da estratégia política, cabe destacar alguns fatores favoráveis e alguns fatores desfavoráveis à integração, como forma de compreender os fundamentos de determinadas decisões políticas e porque algumas dessas decisões são mais rápidas e outras demandam um tempo maior de negociação e de aceitação por parte dos demais Estados.

Determinadas decisões no campo externo acabam sendo dificultadas até pela falta de aceitação no campo interno do respectivo país, seja pela sociedade civil, seja pelo órgão legislativo dos Estados, seja pela pressão do empresariado local, que teme perder mercado ou escalas, com decisões governamentais na esfera do bloco e, sobretudo, pressão por parte de setores da mídia que não tem simpatia pelos processos de integração com os países vizinhos.

Como os Estados Nacionais procuram esgotar o consenso para o processo decisório, o processo de negociação e discussão tende a ser bastante lento, em determinadas matérias, até se chegar na fase de decisão, o que pode levar a vários problemas, inclusive o de se difundir na mídia que os processos de integração não avançam e não são vantajosos para o país, o que, muitas vezes, não reflete a complexidade da matéria e os motivos pelo qual não se avançou ou se avançou de forma lenta.

5. 1 - FATORES FAVORÁVEIS À INTEGRAÇÃO

Diversos fatores poderiam ser apontados como elementos que aproximam os países para uma política de integração ou de estratégias conjuntas.

Na América do Sul, a similitude histórica e política destes paises, sendo que neste início de século tem-se comemorado em seqüência, o aniversário do bicentenário da independência destes países na luta contra o colonizador europeu, podendo ser apontado como fator de identificação entre estes países.

O uso majoritário de somente dois idiomas, o espanhol falado em nove países e o português falado no Brasil, que detém parcela populacional significativa da América do Sul, registrando-se o holandês falado no Suriname, o inglês falado na Guiana, além do francês falado na Guiana Francesa, que é um Departamento da França, não estando na Unasul.

Outro fator de aproximação é a deficiência da infra-estrutura física que dificulta o

potencial de comércio regional, o que os aproxima para a implementação de atividades conjuntas, já que todos estes países tem problemas de infra-estrutura física, aprofundados por décadas de falta de investimento e na resolução de problemas micro-econômicos, como inflação e desemprego.

O entendimento político dos Governos em curso tem sido pela necessidade de priorização de políticas públicas conjuntas, de forma a enfrentar os grandes temas e projetos na esfera da agenda regional e mundial.

No caso do Mercosul, a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), em que o Brasil contribui com 70%, Argentina com 27%, Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%, vem sendo o instrumento que possibilita que estes países tenham maior condição de competitividade, a partir da melhoria da sua infra-estrutura física, se constituindo em fator relevante e que dimensiona a necessidade de enfrentamento do problema.

A compreensão da importância da criação de organismos internacionais como no caso do Mercado Comum do Sul, Comunidade Sul-Americana de Nações, posteriormente União das Nações Sul-Americanas e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe, objetiva discutir e deliberar temas de interesse destes países, sem a ingerência da posição dos Estados Unidos, principalmente, e do Canadá, o que possibilita maior autonomia decisória.

No âmbito da Unasul, a possibilidade de criação do Banco do Sul, enquanto instituição financeira que pode ter papel relevante para o desenvolvimento regional através das obras de infra-estrutura, que já vem sendo adotado no âmbito da Comunidade Andina de Nações, através do seu Banco de *Desarollo*, de fomento à atividade econômica, é fator indutor de desenvolvimento.

No âmbito do Mercosul, a concordância do Brasil, enquanto maior parceiro comercial, com a eliminação da dupla cobrança de tarifa externa comum aos produtos de fora do bloco que entram por Paraguai e Uruguai, mas têm o Brasil como destino, além da própria formulação de um Código Aduaneiro enquanto instrumento de complementação às medidas de ordem comercial do bloco, aprovado recentemente, apontam para a possibilidade de um diálogo para o avanço das instituições, de forma a permitir desdobramentos de longo prazo.

O aumento da participação e da possibilidade de acesso dos países-membros no mercado internacional, levando-se em consideração a dificuldade de complementação da Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC); a crescente participação da China no comércio internacional com sua demanda por alimentos e minérios, com grandes reflexos na América Latina; a unidade para a defesa contra o crescente protecionismo de economias, notadamente Estados Unidos e União Européia, que defendem o

livre-comércio, mas não as praticam na sua plenitude; bem como, finalmente, o quadro delineado pela crise financeira internacional, iniciada em setembro de 2008 nos Estados Unidos, e que atinge em maior ou menor escala todos os países, em especial, os países desenvolvidos, que demandam estratégias conjuntas contra estas medidas, são elementos da conjuntura internacional que demandam a possibilidade de ação coordenada e conjunta.

Outro ponto a destacar é o incremento do comércio regional, se levarmos em consideração, no âmbito do Mercosul, que no início dos anos 90 da década passada era de cerca de U$ 15 bilhões de dólares, ao passo que em 2006 o volume era de U$ 26 bilhões de dólares, embora questões cíclicas de ordem interna ou externa podem influenciar no ritmo de crescimento do comércio entre países.

A criação de políticas como no caso do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), para que o Brasil importe mais da região ao invés de outros países do mundo, desde que os vizinhos consigam competir, acaba sendo um fator de estímulo para os outros países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que equilibra a balança comercial entre os países, para não haver situação continuada de déficit comercial ou de superávit comercial.

São apontados, ainda, como fatores que facilitam a integração: a existência de um Sistema de Solução de Controvérsias que precisa ser prestigiado; a consolidação das instituições democráticas; a necessidade de adequação das elites a um projeto mais includente e de aceitação das políticas sociais, mesmo que sob críticas, e com a efetivação dos direitos e garantias fundamentais, em particular, temas como a fome, a inclusão social, os direitos humanos, inclusão das minorias, em especial negros e indígenas e adoção de políticas sócias, que passaram a fazer parte da agenda destes países; o apoio e o compromisso de cada Estado nacional às instituições supranacionais, levando-se em consideração esta nova realidade dos múltiplos atores, principalmente num mundo multipolar.

Em que pese a dificuldade decorrente da complexidade de qualquer processo de integração envolvendo realidades de países distintos, o próprio compromisso dos governantes em apostar na integração regional, possibilita avançar na agenda e na institucionalização do bloco.

Um último aspecto a ser destacado é potencial de recursos naturais e de biodiversidade da região, o que tem facilitado contatos, reuniões e debates acerca da necessidade de proteção e inventário deste patrimônio.

No âmbito da Unasul, principalmente no Conselho de Defesa Sul-Americano, nos debates sobre os Recursos Naturais, mas também em outros foros, tem-se avançado na perspectiva da necessidade de se regulamentar o aproveitamento sustentável de todo este

patrimônio natural que envolve a Amazônia, o Chaco, o Pantanal, a Patagônia, os Andes, os litorais do Oceano Atlântico e do Pacífico, os Aquíferos, enfim, a fauna, a flora e todos os recursos da região, que incluem diversos minerais estratégicos para o desenvolvimento de países e para o setor industrial e tecnológico de importantes setores da economia.

Isto possibilitará uma maior capacidade destes países em valorizar os seus produtos e ampliar as divisas financeiras oriundas de suas respectivas exportações.

Tem sido objeto de discussão, a proposta de um mapeamento das riquezas da região, particularmente aqueles recursos naturais considerados estratégicos e que tem enorme demanda por parte de países como Estados Unidos e China, para que os países da região tenham não somente uma maior capacidade de negociação de suas *commodities*, com preços compatíveis com a importância do recurso natural, mas também possam ter condições efetivas de proteção no âmbito governamental, inclusive no plano legiferante interno e administrativo, como patentear os seus produtos nativos, protegendo-os da biopirataria.

5.2 - FATORES DESFAVORÁVEIS À INTEGRAÇÃO

Um dos maiores problemas era a falta de uma identidade, inclusive cultural, do Brasil para com os países vizinhos, já que a opção das elites dirigentes desse país sempre foi a submissão aos interesses dos Estados Unidos e da União Européia, fato este com raízes históricas na medida em que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravatura pelos interesses da monarquia. O processo de identidade com os países vizinhos vem sendo aprofundado nas últimas quase três décadas, e vem se intensificando a partir do retorno à normalidade democrática nos países do continente.

Outro fator desfavorável a ser enfrentado é a necessidade de reconhecimento das assimetrias entre estes países, o que acaba sendo um processo permanente de compreensão dos países maiores em criar acessos e facilidades permanentes para os países de economia menores.

A falta de acesso ao mercado brasileiro continua sendo motivo de reclamações dos países vizinhos, já que é o maior mercado da América do Sul, muito embora em alguns setores, como o automotivo, existia um processo de negociação para que a situação fosse sendo modificada paulatinamente.

Existem inúmeras reclamações dos setores empresariais brasileiros em relação à Argentina, acusada de protecionista e de não estar comprometida com a abertura dos mercados, ao preferir instrumentos de proteção e de salvaguarda dos produtos internos.

Ainda existem pendências de regulamentação alfandegária e nas reclamações da burocracia no espaço de integração, principalmente no âmbito do Mercosul.

Reclama-se da infra-estrutura como um fator de entraves ao livre-comércio e circulação de pessoas, bens e serviços. Neste caso específico, alguns exemplos demonstram a preocupação dos Estados Nacionais no enfrentamento do problema como a adoção da carteira da IIRSA pela Unasul; a elaboração dos Eixos de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento; o projeto de criação do Banco do Sul, entre outras iniciativas, sendo que o problema de infra-estrutura é histórico e reflete a necessidade de priorização deste tema na agenda dos países integrantes dos processos de integração regional.

Existem Memorandos de Compromisso para a construção de nova ponte entre Brasil e Uruguai e, recentemente, foi inaugurada uma rodovia que se inicia no Estado do Acre, na fronteira brasileira, seguindo até o Oceano Pacífico, cruzando todo o Peru, enquanto pólo facilitador da mobilidade, do comércio e do turismo daquela região, além de construção de pontes na fronteira com Venezuela e Uruguai.

Alguns setores internos reclamam do procedimento político adotado pelo Presidente Hugo Chavez, da Venezuela, que em várias situações se manifestou em questões políticas internas de outros países, não podendo, todavia, ser caracterizado como um fator de instabilidade no bloco, até pela consolidação da democracia na Venezuela e pelo fato daquele país continuar a vender petróleo para os Estados Unidos regularmente, o que demonstra muito mais o estilo do Presidente venezuelano de fazer política.

Outro fator complicador é o fato do Uruguai ter assinado com os Estados Unidos o Acordo Marco de Comércio e Investimentos (TIFA, em inglês), tendo sido entendido como um primeiro passo para um Tratado de Livre-Comércio, o que contrariaria as regras do Mercosul. Embora o Uruguai manifeste seu total e irrestrito apoio ao Mercosul e que este Tratado não contraria as normas do bloco, é fato que os Estados Unidos, sem a estratégia da ALCA, passaram a apostar em Tratados Bilaterais de Livre-Comércio, justamente para dificultar as políticas de integração na América Latina, o que precisa ser melhor avaliado.

A necessidade do diálogo e do aperfeiçoamento dos Sistemas de Solução de Controvérsias, como na crise da implantação de uma fábrica de celulose no lado uruguaio do Rio da Prata é um tema que precisa ser enfrentado, já que criou um conflito diplomático com a Argentina, o chamado caso das *papelleras*. No bojo da discussão, se era possível que uma indústria européia pudesse instalar uma fábrica às margens do Rio da Prata, travou-se uma controvérsia que situou-se em campos opostos, a questão econômica, já que o Uruguai alegava ser um investimento que propiciaria empregos e traria impostos, bem como a questão

ambiental levantada pela Argentina, já que possível situação de poluição levaria à contaminação de elementos tóxicos para aquele país.

Fator igualmente relevante de preocupação é o processo de desindustrialização da região, na medida em que cresce o comércio com a China. Com um mercado consumidor em expansão e em que pese alguns sinais de retração na economia, em 2011 e 2012, o mercado chinês se apresenta como um destino natural de *commodities* dos países sul-americanos, cujo valor no mercado internacional mantém-se em preços atraentes.

Por conseqüência, ao invés de priorizar o investimento na tecnologia e na produção industrial, os países da região tendem a optar pelo comércio através do fornecimento de petróleo, gás, ferro, cobre, soja, trigo, carne bovina, dentre outros produtos, como principais produtos de suas respectivas pautas de exportação.

Outro ponto desfavorável que precisa ser enfrentado constitui-se numa grande contradição ao compromisso dos governantes progressistas da região, ou seja, o pouco envolvimento das sociedades e dos movimentos organizados destes países com os grandes temas de debate no processo de integração.

É inequívoco que ao longo destas últimas duas décadas, existem diversos setores e segmentos que tem participado e contribuído de uma forma mais efetiva, notadamente em foros e eventos de natureza institucional, acadêmica e empresarial, mas o cidadão dos países da América do Sul precisam ter uma maior compreensão da importância da integração com os países vizinhos, a partir do sentimento de unidade sul-americana.

Se esta participação tivesse atingido um estágio maior de discussão, o processo de integração estaria, possivelmente, num estágio maior de sua dimensão e envolvimento, por parte destes cidadãos.

Nesta perspectiva, a integração cultural ainda está num estágio abaixo do seu potencial necessário, até porque arte visual, cinema, teatro, espetáculos, enfim, a demonstração da cultura destes países, através da arte, seria uma maneira das pessoas criarem uma identidade integracionista.

Outro aspecto de dificuldade a ser destacado é a tradição das elites dirigentes, no campo político, industrial, financeiro e agrário, de negação ao direito de igualdade e de oportunidade a segmentos desfavorecidos como negros, indígenas, pobres, mulheres, enfim, camadas populares que eram permanentemente discriminados.

É muito mais difícil trabalhar a idéia de integração no campo externo, se no plano interno existem vários preconceitos a serem superados. As políticas sociais de inclusão, de acesso à Universidade e à escola, de melhoria nos indicadores sociais, incluindo alfabetização,

diminuição dos índices de mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, acesso à cesta básica, dentre outras políticas, embora com resultados importantes, constitui-se num processo lento, que ainda vai levar um bom tempo para se alcançar as parcelas mais desassistidas da população sul-americana, porque foram décadas sem políticas públicas consistentes nestas áreas.

Embora os indicadores sociais que levaram milhões de pessoas da região à melhoria de sua condição social, sendo considerado como acesso a uma nova classe média e aos padrões de consumo, ainda existem setores na sociedade com posições conservadoras que manifestam opiniões contrárias a estas políticas de inclusão social, não obstante todos os setores terem posição favorável ao investimento do Estado em educação, já que existe *deficit* na mão de obra qualificada para determinados setores da indústria, principalmente a que demanda alta tecnologia, além de setores técnicos.

Um terceiro setor ainda pouco comprometido com a integração é a mídia, de uma maneira geral, já que costuma se posicionar com base em uma visão crítica e na defesa de setores conservadores da sociedade que, inclusive, comandam os veículos de comunicação e seu editorial.

Não sendo uma questão específica a ser aprofundada nesta tese, é inequívoco que países como Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, para ficar nestes exemplos, através do Governo ou dos Partidos Políticos do Chefe de Estado e de Governo, ou mesmo as coligações políticas que sustentam a base do governo, tem questionado o papel como a grande imprensa tradicional, conduz os debates relacionados ao processo de integração.

Em virtude de grandes grupos de comunicação, alguns familiares, terem o controle da informação e não terem interesse em aprofundar o processo de integração, muitas vezes direciona-se o debate com uma maior intensidade para situações de dificuldade, que são consideradas como crise, e pouco espaço para os momentos de destaque, através do avanço de temas institucionais viabilizado nos acordos assinados.

Sem deixar de reconhecer a importância da imprensa no Estado Democrático e o seu papel histórico, o debate que envolve sua atuação e suas prioridades na divulgação da informação faz-se necessário para a própria evolução dos estágios de democracia nestes países, aliado à criação de espaços próprios e alternativos, como no caso da TELESUR, com participação de vários países, com destaque para a Venezuela.

Merece uma análise mais detalhada, a preocupação manifestada nos Estados Democráticos sobre os marcos jurídico-constitucionais no Brasil e em alguns países da

América do Sul, relacionado ao seu compromisso, enquanto princípio constitucional, com o processo de integração regional.

5.3 - MARCOS JURÍDICO - CONSTITUCIONAIS NO BRASIL E EM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

A temática que será objeto de estudo neste tópico, é, justamente, se as Políticas de Estado que se refletem nos processos de mudança política do regime militar para o regime democrático inclui, no âmbito jurídico-político, a Reforma das Constituições dos países sul-americanos, já no período da redemocratização.

A análise destes marcos jurídico-constitucionais permitirá compreender até que ponto o retorno à democracia viabiliza e respalda a participação no processo de integração regional, através da previsão de princípios consagrados no âmbito jurídico-político, e mesmo no campo institucional.

Cabe, desta forma, destacar o compromisso do Estado Democrático brasileiro, por ocasião da promulgação da Constituição da República, em 05 de outubro de 1988, que possibilitou exercer um papel de relevância na América Latina, notadamente no que tange à maior aproximação no campo da integração com os países vizinhos.

O Poder Constituinte Originário no Brasil, fruto dos representantes eleitos em eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados e em eleições majoritárias para parte da bancada de Senadores no ano de 1986, elaborou, em Assembléia Nacional Constituinte, a atual Carta Política, promulgada em 05 de outubro de 1988, a denominada Constituição-Cidadã, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães.

Destaca-se, entre os principais avanços, o retorno ao processo democrático com a consolidação do Estado Democrático de Direito, onde se privilegia a democracia representativa e a participativa, concretizando a travessia do arbítrio para o regime democrático.

O jurista José Afonso da Silva, na análise da importância do tema, sustenta que "A tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito consiste em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social." (2013, p.42).[63]

A previsão do compromisso jurídico-constitucional brasileiro com a integração está consagrado pela previsão do legislador constituinte originário, ao inseri-lo no Título I: DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 4º da Carta

[63] SILVA, José Afondo da. 2013, p. 42

Magna brasileira, que dispõe *verbis:*

> Art. 4º- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
>
> I - independência nacional;
> II - prevalência dos direitos humanos;
> III - autodeterminação dos povos;
> IV - não intervenção;
> V - igualdade entre os Estados;
> VI - defesa da paz;
> VII - solução pacífica dos conflitos;
> VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
> IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
> X - concessão de asilo político.
>
> Parágrafo único - A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988).[64]

A previsão no parágrafo único demonstra o compromisso do legislador constituinte originário ao estabelecer os fundamentos que rege o Estado brasileiro, nas suas relações internacionais.

Previu-se uma integração envolvendo a América Latina e com a inclusão da temática econômica, política, social e cultural, com a finalidade final da formação de uma comunidade latino-americana de nações, o que, futuramente, foi sendo deslocado para a prioridade em relação à América do Sul, o que não significou exclusividade, até pela política externa adotada, em especial a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

A partir da leitura de outros princípios constitucionais, pode-se encontrar outros fundamentos diagonais para a integração plena entre os povos, como o disposto no inciso I do artigo 3º da Carta Política, ou seja, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, "construir uma sociedade livre, justa e solidária", combinado com o inciso III, "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais", sendo esta temática também inserida como objetivo fundamental disposto no art. 170 da Carta Magna, que disciplina os princípios gerais da atividade econômica, a saber o inciso VII, que "trata da redução das desigualdades regionais e sociais", e o inciso VIII que é pertinente à "busca do pleno emprego" (BRASIL, 1988).

Com base no compromisso dos Estados envolvidos, inclusive com a previsão na sua matriz constitucional, a integração deve ser discutida em foros permanentes visando o estabelecimento de políticas públicas e investimentos na área industrial, de infra-estrutura e de

[64] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

comércio exterior, para que o processo de integração seja um fator de estabilidade e crescimento dos indicadores sociais.

Na perspectiva de uma integração plena, diversos países da América do Sul tem se posicionado pela previsão da integração regional no plano constitucional, a partir de um compromisso mais efetivo por parte do Estado Democrático e do reconhecimento da importância do tema, inclusive para nortear políticas de Estado.

A *Constitución de La República del Paraguay*, de 1992, na parte III DO ORDENAMENTO POLÍTICO DA REPÚBLICA, *Título I DA NAÇÃO E DO ESTADO*, *Capítulo I DAS DECLARAÇÕES GERAIS*, teve inserido um *Capítulo II DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*, cujo artigo 143 *DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS,* assim dispõe:[65]

> Artigo 143 - DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A República do Paraguai, en suas relações internacionais, aceita o direito internacional e se ajusta aos seguintes principios:
> 1) a independencia nacional;
> 2) a autodeterminação dos povos;
> 3) a igualdade jurídica entre os Estados;
> 4) a solidariedade e a cooperação internacional;
> 5) a proteção internacional dos direitos humanos;
> 6) a libre navegação dos rios internacionais;
> 7) a não intervenção;
> 8) a condenação a toda forma de ditadura, colonialismo e imperialismo.

Importante destacar o artigo 245 – DA ORDEM JURÍDICA SUPRANACIONAL, nos termos seguintes:

> Artigo 245 – DA ORDEM JURÍDICA SUPRANACIONAL.
>
> A República do Paraguai, em condições de igualdade com outros Estados, admite uma orden jurídica supranaciona que garanta a vigencia dos direitos humanos, da paz, da justiça, da cooperação e do desenvolvimento, no político, económico, social e cultural.
> Estas decisões somente poderão ser adotadas por maioria absoluta de cada Câmara do Congresso. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Destaca-se que a suspensão do Paraguai do Mercosul e da Unasul até que sejam restabelecidas as eleições diretas para o cargo de Presidente, após o impedimento do Presidente Lugo, sob a justificativa do Senado não ter respeitado o devido processo legal, o direito de ampla defesa e o contraditório, ao ter levado trinta horas para a sua defesa.

Não obstante este fato isolado da política interna daquele país, registra-se o compromisso da Constituição paraguaia no resgate de importantes princípios constitucionais

[65] Constituição da República do Paraguai de 1992

que avançam no período democrático, após a ditadura do General Alfredo Stroessner, de 1954 a 1992.

Em relação ao Uruguai, o processo de integração tem previsão expressa e mais efetiva, que retrata uma tradição de compromissos da Frente Ampla com o tema, até pelo fato do Uruguai ter uma tradição de integração regional, ao ter sediado a assinatura dos Tratados da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e da Associação Latino-Americana de Integração, sendo sede da ALADI e do Mercosul.

Na Constituição da República Oriental do Uruguai, de 1967, na Seção I DA NAÇÃO E SUA SOBERANIA, o *Capítulo IV*, artigo 6º dispõe que:[66]

> Artigo 6º – Nos tratados internacionais que celebre a República proporá a cláusula que todas as diferenças que surgam entre as partes contratantes, serão decididas pela arbitragem ou outros meios pacíficos. A República procurará a integração social e económica dos Estados Latino-americanos, especialmente no que se refere a defesa comum de seus productos e matérias primas. Assim mesmo, propenderá a efetiva complementação de seus serviços públicos. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010)

No caso da Bolívia, após longa trajetória de golpes militares e de governos depostos ao longo das décadas de sessenta, setenta e oitenta, o triunfo do Presidente Evo Morales permitiu a conformação de um Estado mais justo e compromissado com a nação indígena, que embora maioria da população, sempre foi relegada a planos inferiores por uma elite branca minoritária.

A Constituição boliviana reforça a integração dos povos, fazendo alusão específica para a América Latina. Trata-se de um país que, embora de maioria indígena, somente na Carta Política de 2009 consagrou os índios na formação étnica do povo boliviano.

A *Constitución Política del Estado da Bolívia*, de 2009, no *Título VIII RELAÇÕES INTERNACIONAIS, FRONTEIRAS, INTEGRAÇÃO E REIVINDICAÇÃO MARÍTIMA,* no *Capítulo III INTEGRAÇÃO*, assim dispõe:[67]

> Artigo 265 – O Estado promoverá sobre os principios de uma relação justa, equitativa e com reconhecimento das assimetrias, as relações de integração social, política, cultural, económica com os demais estados, nações e povos do mundo e, em particular, promoverá a integração latino-americana.
>
> […]

[66] Constituição da República Oriental do Uruguai de 1967.
[67] Constituição Política del Estado da Bolívia de 2009.

> II. O Estado fortalecerá a integração de suas nações e povos indígenas originário camponeses com os povos indígenas do mundo. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010)

Outro país comprometido com a integração regional é a Colômbia, cuja Constituição de 1991 deixa claro o tema da integração regional nos Princípios Fundamentais. Embora e não obstante as controvérsias relacionadas à aproximação com os Estados Unidos, sob a justificativa da luta contra as FARC's, com o episódio do bombardeio em solo equatoriano, o que levou a um conflito de graves proporções diplomáticas entre Colômbia, Equador e Venezuela, além de atritos ocorridos no período das controversas gestões de Álvaro Uribe, a Colômbia tem feito gestões muito claras no seu compromisso com a integração na gestão do Presidente Juan Manuel Santos.

A gestão da ex-Secretária-Geral da Unasul, Maria Emma Mejía se constitui em outro exemplo de prioridade daquele país com a integração, já que a dinâmica do período de sua gestão proporcionou inúmeros avanços no âmbito da Unasul, inclusive no plano institucional.

Na Constituição Política de Colômbia, de 1991, no *Título I – DOS PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS*, o artigo 9º prevê:[68]

> Artigo 9º - As relações exteriores do Estado se fundamentam na soberanía nacional, no respeito a autodeterminação dos povos e no reconhecimento dos princípios de direito internacional aceitos pela Colômbia.
>
> De igual maneira,la política exterior da Colombia se orientará a integração latino-americana e do Caribe. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

No *Título VII – DO RAMO EXECUTIVO, o Capítulo VIII – DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS* prevê nos artigos 226 e 227:

> Artigo 226 – O Estado promoverá a internacionalização das relações políticas, econômicas, sociais e ecológicas sobre bases de equidade, reciprocidade e conveniencia nacional.
>
> Artigo 227 - O Estado promoverá a integração econômica, social e política com as demais nações e especialmente, com os países da América Latina e do Caribe mediante a celebração de tratados que sobre bases de equidade, igualdade e reciprocidade, acreditem organismos supranacionais, inclusive para conformar uma comunidade latino-americana de nações. A lei poderá estabelecer eleições diretas para a constituição do Parlamento Andino e do Parlamento Latinoamericano. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

[68] Constituição Política de Colombia de 1991.

Outro exemplo significativo é o caso do Equador, cujo Presidente Rafael Correa triunfou no primeiro turno na disputa para sua segunda reeleição, tendo sido eleito em 2007 e 2009.

No ano seguinte de sua assunção ao cargo de Presidente da Republica liderou a convocação de uma Assembléia Constituinte, que aprovou a atual Constituição em setembro de 2008.

Conseguiu-se uma estabilidade política naquele país que, entre 1996 e 2006, teve 15 Presidentes da República, sendo que o Presidente anterior Lúcio Gutierrez, eleito em 2003 e deposto em 2005, fora acusado de nepotismo e diante de uma ampla manifestação popular, foi deposto do governo.

Nesta perspectiva, a que manifesta preocupação normativa com a integração está prevista na *Constitución de La República del Ecuador*, de 2008 que no *Título VIII – RELAÇÕES INTERNACIONAIS no Capítulo I: PRINCIPIOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS* prevê no art. 416, cujo texto integral consta no quadro 10 no anexo:[69]

> Art. 416 – As relações do Equador com a comunidade internacional responderão aos interesses do povo equatoriano, ele se reportará a seus gestores e executores e em consequência:
> […]
> 11. Impulsa prioritariamente a integração política, cultural e econômica da região andina, de América do Sul e da América Latina. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

O *capítulo III INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA do Título VIII*, dispõe no artigo 423:

> Art. 423 - A integração, em especial com os países da América Latina e do Caribe será um objetivo estratégico do Estado. Em todas as instancias e processos de integração, o Estado equatoriano se comprometerá a:
>
> 1. Impulsionar a integração econômica, equitativa, solidária e complementar; a unidade produtiva, financeira e monetária; a adoção de uma política económica internacional comum; o fomento de políticas de compensação para superar as assimetrias regionais; e o comercio regional, com ênfase em bens de alto valor agregado.
>
> 2. Promover estratégias conjuntas de manejo sustentável do patrimônio natural, em especial a regulação da atividade extrativa; a cooperação e complementação energética sustentável; a conservação da biodiversidade, os ecossistemas e a água água; a investigação, o desenvolvimento científico e o intercâmbio de conhecimento e tecnología; e a implementação de estratégias coordenadas de soberania alimentar.

[69] Constituição da República do Equador de 2008.

> 3. Fortalecer a harmonização das legislações nacionais com ênfase nos direitos e regimes trabalhista, migratório, fronteiriço, ambiental, social, educativo, cultural e de saúde pública e de acordo com os princípios de progressividade e de não regressividade.
>
> 4. Proteger e promover a diversidade cultural o exercicio da interculturalidade, a conservação do patrimônio cultural e a memoria común de América Latina e do Caribe, assim como a criação de redes de comunicação e de um mercado comum para as indústrias culturais.
>
> 5. Propiciar a criação da cidadania latino-americana e caribenha; a livre circulação das pessoas na região; a implementação de políticas que garantam os direitos humanos das populações de fronteira e dos refugiados; e a proteção comum dos latino-americanos e caribenhos nos países de trânsito e destino migratório.
>
> 6. Impulsionar uma política comum de defesa que consolide uma aliança estratégica para fortalecer a soberania dos países e da região.
>
> 7. Favorecer a consolidação de organizações de caráter supranacional conformadas por Estados de América Latina e do Caribe, assim como a subscrição de tratados e outros instrumentos internacionais de integração regional. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

A Carta Fundamental da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, onde as gestões do Presidente Hugo Chávez foram bastante significativas para o processo de integração regional, no Preâmbulo consta:[70]

> [...] impulsione e consolide a integração latino-americana de acordo com o principio de nãointervenção e autodeterminação dos povos, a garantía universal e indivisível dosdireitos humanos, a democratização da sociedade internacional, o desarme nuclear, o equilibrio ecológico e os bens jurídicos ambientais como patrimônio comum e irrenunciável da humanidade. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Assim dispõe no *Título IV: DO PODER PÚBLICO, Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS, Sección quinta: DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*:

> Artigo 153 - A República promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha em causa de avançar até a criação de uma comunidade de nações, defendendo os intereses económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região. A República poderá subscrever tratados internacionais que conjuguem e coordenem esforços para promover o desenvolvimento comum de nossas nações, e que garantam o bem-estar dos povos e a segurança coletiva de seus habitantes. Para esta finalidade, a República poderá atribuir a organizações supranacionais, mediante tratados, o exercicio dlas competências necessárias para levar a cabo estes processos

[70] Constituição da Republica Bolivariana da Venezuela de 1999.

> de integração. Dentro dlas políticas de integração e união com América Latina e o Caribe, a República privilegiará relações com a Iberoamérica, procurando seja uma política comum de toda nossa América Latina. As normas que se adotem no marco dos acordos de integração serão considerados parte integrante do ordenamento legal vigente e da aplicação direta e preferencia a legislação interna. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Finalmente o texto constitucional na República da Nação Argentina, cuja previsão *na Segunda Parte: AUTORIDADES DA NAÇÃO, Título I: GOVERNO FEDERAL, Capítulo Quarto: ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO, assim dispõe no artigo 75:*[71]

> Art. 75 – Corresponde ao Congresso:
>
> […]
>
> 24- Aprovar tratados de integração, que deleguem competências e jurisdição a organizações supraestatais en condições de reciprocidade e igualdade, e que respeitem a orden democrática e os direitos humanos. As normas ditadas em sua consequência tem hierarquia superior às leis.
>
> A aprovação destes tratados com Estados da América Latina requererá a maioria absoluta da totalidade dos membros de cada Câmara. No caso de tratados com outros Estados, o Congresso da Nação, com a maioria absoluta dos membros presentes de cada Câmara, declarará a conveniencia da aprovação do tratado e somente poderá ser aprovado com o voto da maioria absoluta da totalidade dos membros de Câmara, depois de cenro e vinte días do ato declarativo.
>
> A denuncia dos tratados referidos neste inciso, exigirá a prévia aprovação da maioria absoluta da totalidade dos membros de cada Câmara. (NEGÓCIO; CIPRIANO, 2010).

Os exemplos acima do Brasil, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela e Argentina demonstram que existe uma cultura jurídica favorável à integração, contemplando as respectivas Constituições democráticas daqueles países e, por conseqüência, diversas legislações infraconstitucionais no âmbito interno de cada um destes países.

As normas principiológicas fundamentais se constituem em exemplo do compromisso destes Estados, após o retorno da normalidade democrática, em estabelecer políticas e diretrizes de aproximação com os países vizinhos.

O marco jurídico-político do Estado Democrático contempla o estabelecimento de políticas públicas que favoreçam a integração com os países vizinhos, de forma a estabelecer medidas conjuntas de cooperação entre estes Estados Nacionais, o que vieram a permitir a formação do Mercosul, da Unasul e da Comunidade Andina de Nações.

---

[71] Constituição da República da Nação Argentina

A integração regional assume, desta forma, no Estado Democrático, o reconhecimento da sua importância e a necessidade de se estabelecer estratégias de aproximação com os países vizinhos.

Este reconhecimento se reporta aos ideais de irmandade e atuação conjunta entre os povos, que resgasta o movimento bolivariano e consagra a idéia de unidade entre os países que compõe a América do Sul, em menor escala, e a América Latina, numa visão mais ampla.

A integração regional se insere no marco constitucional que respalda as iniciativas dos Estados Nacionais e Democráticos em estabelecer estratégicas conjuntas nesta perspectiva.

5.4 – O SIGNIFICADO DA INTEGRAÇÃO

O significado do processo de integração, ao longo destas décadas, permite compreender os fundamentos que estimulam o intercâmbio entre os países na conjuntura atual, na qual existem elementos de ideologia, de base no Comunitarismo, na Solidariedade e no respeito entre os povos, aliados ao pragmatismo e visão mais próxima da análise de conjuntura, que levam à possibilidade de países de forma conjunta, poderem se constituir em atores com maior capacidade de interlocução global.

Os processos de integração tendem a ser influenciados pela visão econômica-comercial, por parte da atuação do empresariado e da representação do fator capital, na defesa e na ampliação dos seus interesses que acabam convergindo com os interesses do Governo, na medida em que ampliação de escalas produtivas, *superavit* na balança de pagamentos e aumento das exportações são políticas de interesse dos Estados para efetivar o crescimento econômico e o estímulo às políticas públicas internas, com a geração de emprego e renda.

Existe um aspecto significativo do processo de integração já neste início de século XXI, que foi a capacidade dos países da América do Sul, em grau de intensidade diferenciado evidentemente, mas dentro da lógica da integração, em compreender que integração não pode se limitar a atividade de comércio e na busca de indicadores econômicos, sem um projeto social, político e cultural que possibilite avançar no que seria a real dimensão de uma integração.

Qualquer desenho e formulação de medidas integracionistas é, antes de mais nada, política e deve ter conexão com um modelo de Estado que consiga aliar a orientação política às questões econômicas, sociais e culturais, objetivando estabelecer um projeto mais amplo de integração, embora seja natural a busca pelo avanço comercial.

Verifica-se que os dois processos de integração em curso estudados ao longo desta tese, o Mercosul e a Unasul, tem se pautado na perspectiva da legitimação dos canais decisórios, principalmente a partir da primeira década do terceiro milênio, mesmo com naturais dificuldades típicas de processos de integração com atores bastante diversificados e assimétricos, desde o fator econômico até o fator territorial, passando pelo populacional.

Na esfera do comércio, o desequilíbrio cambial entre o Brasil e os principais mercados China e Estados Unidos, acaba afetando o saldo comercial do Brasil com a América do Sul e a União Européia, segundo diagnóstico elaborado em pesquisa da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur), já que a pauta de exportações do Brasil é baseada em produtos primários, destacando-se minérios, soja em grãos, petróleo e derivados, entre outras *commodities*, que, inclusive, dominam a relação dos 15 (quinze) principais produtos.

No campo das importações destacam-se peças e componentes de itens de maior valor agregado como peças para a indústria eletrônica, o que vem provocando debates no Brasil, que se estende pela América do Sul, sobre o processo de desindustrialização.

Mesmo com todos os problemas do pós-crise de 2008, a corrente de comércio com os países vizinhos sul-americanos cresceu 41% no 1º bimestre de 2012, com a redução do *supera vit* comercial na ordem de – 26%, o que demonstra maior equilíbrio nas relações comerciais.

De 2009 para 2010, o peso da região no âmbito do comércio brasileiro saiu de 14,94% para 16,91%, sendo que entre janeiro a dezembro de 2009, o saldo comercial entre Brasil e a América do Sul foi favorável na ordem de R$ 7.929.014,00 (sete milhões, novecentos e vinte e nove mil e quatorze reais e a corrente de comércio movimentou R$ 46.087.095,00 (quarenta e seis milhões, oitenta e sete mil e noventa e cinco centavos), valores em reais.

Em 2008, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, sendo que as exportações do agronegócio para esse pais somaram U$ 8,9 bilhões em 2009, o que correspondeu ao equivalente a quase 14% dos embarques agropecuários nacionais. O principal produto exportado foi o complexo de soja, na ordem de U$ 6,75 bilhões.

O fator China é um componente de grande relevância para a região porque possibilita um equilíbrio e, ao mesmo tempo, um contraponto ao poder dos Estados Unidos da América, de forte tradição de intervenção e influência geopolítica na região.

O problema inverso é a quantidade de produtos que são enviados pela China para o mercado dos países da América Latina e Caribe, em especial os da América do Sul, alguns

deles com baixo padrão de qualidade, e que acabam competindo com os próprios produtos da região em condições favoráveis.

Registra-se que a China tem investido em ciência, tecnologia, inovação, capacitação da sua mão de obra e na qualificação dos seus produtos, tentando aperfeiçoar e diversificar a sua produção industrial, além da melhor qualidade dos seus produtos exportados para os outros continentes.

Embora não seja ponto para ser desenvolvido nesta tese, o peso da influência da China tem que ser pensado no curso do processo de integração, de forma a possibilitar o estabelecimento de políticas e medidas de curto, médio e longo prazo para a defesa dos produtos e dos mercados da região, que vem sendo inundado de produtos oriundos daquele país, em algumas situações caracterizando-se a prática de *dumping* e da concorrência desleal entre mercadorias internas.

Se o avanço do processo democrático e a atual convergência de orientação política dos governos e dos fundamentos ideológicos em campos políticos próximos na maioria dos países sul americanos, vem facilitando acordos e estratégias de atuação conjunta, questões relevantes suscitam controvérsias que precisam ser debatidas e superadas.

No âmbito militar, a ampliação do acordo de cooperação entre a Colômbia e os Estados Unidos para combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC's), é um fator de permanente instabilidade e preocupação para toda a região, até pelos antecedentes da atuação estadunidense que contribuíram para os regimes militares em diversos países.

A perspectiva de uma solução negociada e pacífica é sempre a melhor maneira de resolver o conflito, indo na contra-mão dos interesses estadunidenses que preferem a extensão destas bases militares, principalmente em razão do inimigo invisível do terrorismo, declarando a região da Tríplice Fronteira, localizada entre Brasil, Paraguai e Argentina como uma região de potencial foco de ingresso de terroristas no continente.

Mesmo tendo o Equador e o Peru, com a eleição de Ollanta Humala, declarado que não manteriam bases americanas em seus respectivos países, os Estados Unidos continuam utilizando instrumentos de pressão para continuar mantendo a sua hegemonia e o seu controle no continente.

No âmbito econômico-comercial, os acordos de livre-comércio bilaterais que os Estados Unidos tem tentado implementar com determinados países, sob o ponto de vista principalmente do Mercosul, constitui-se em fator de desestabilização, pois existe proposta de ampliação do Mercosul que choca-se com este projeto bilateral de comércio.

A quantidade de pessoas que saiu da linha de pobreza nos últimos dez anos é

significativa, mas a situação ainda é complexa e exige políticas públicas, baseadas num planejamento articulado para reversão de um problema histórico de décadas.

Os reflexos da crise mundial nas respectivas economias, que vem sendo debatido no âmbito da Unasul de forma mais intensa, vem demonstrando a necessidade de aprofundamento de temas de interesse de todos os países, como a priorização de projetos de infra-estrutura; as divergências na comercialização entre mercadorias de países vizinhos, como a recente agenda de reuniões para discussão de problemas entre Argentina e Brasil, sob o argumento de proteção da indústria interna; e a diminuição das assimetrias entre os países, que vem norteando os debates no âmbito do Mercosul.

Pela dimensão que adquiriram os processos de integração na América do Sul, em particular o Mercosul e a Unasul, deve-se buscar uma visão mais política da integração no paradigma da Contra-hegemonia, o que deve ser uma análise de fundamento político, já que se fosse para manter uma integração hegemônica, teríamos somente a preponderância da atividade comercial.

Dentro da perspectiva acadêmica, faz-se necessário estabelecer uma conceituação e caracterização dos processos de integração, de forma a se ter uma dimensão conceitual para os diversos estágios e sua dimensão causal, finalística e institucional pertinente aos diversos processos de integração.

Com várias experiências espalhadas pelo mundo, o processo de integração regional se apresenta em diferentes modelos, que podem ser ou não fases sucessivas da integração e podem ser classificados em zona de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária e união política, com suas respectivas características.

A Zona de Preferência Tarifária consiste em garantir níveis tarifários preferenciais para o conjunto de países que pertencem a esse tipo de mercado, como no caso da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que procurou estabelecer preferências tarifárias entre os seus onze membros que eram, em sua maioria, da América do Sul.

A Zona de Livre Comércio tem como característica a eliminação dos entraves à circulação de mercadorias, em especial a cobrança de imposto de importação entre os países participantes. Eventualmente, podem envolver a eliminação de entraves à circulação de serviços e capitais. O principal exemplo a ser destacado é o NAFTA que conta com a participação dos Estados Unidos, Canadá e México.

A União Aduaneira tem como característica a eliminação dos entraves à circulação de fatores de produção e a adoção de uma Tarifa Externa Comum que se constitui na adoção de

uma política tarifária comum em relação a terceiros países. A partir de um determinado estágio maior de integração, diversos instrumentos comuns de política comercial em diferentes setores são passíveis de serem viabilizados. O atual estágio do Mercosul, embora ainda incompleta, e a Comunidade Andina de Nações, podem ser apontados como principais exemplos.

O Mercado Comum tem como pressuposto o estabelecimento de uma política comercial comum e seus membros avançam na coordenação de políticas setoriais, possibilitando alcançar o estágio de livre circulação de pessoas e fatores de produção. Implica, ainda, este estágio, a harmonização da legislação referente a áreas fundamentais tais como regras comunitárias para o despacho aduaneiro de mercadorias, os controles sanitários e fitossanitários, a defesa comercial extrazona e a concessão de incentivos à produção. A Comunidade Econômica Européia,a partir de 1993, transformou-se em um bloco econômico do modelo Mercado Comum embora viesse a ocorrer um avanço neste espaço de integração.

A União Econômica e Monetária se constitui num estágio avançado de integração, na qual aliado a um Mercado Comum adota-se uma política monetária comum e adoção de uma única moeda corrente. A União Européia avançou para este estágio ao implementar a zona do euro, embora alguns países como o Reino Unido tenham mantido a sua unidade monetária.

A União Política pressupõe, além da União Monetária, a harmonização das políticas externa, de segurança e interior e, mesmo, a possibilidade de uma Constituição única. A União Européia aprovou o Tratado de Lisboa que trata da Constituição Européia que, em virtude de plebiscito anteriores na França e Holanda que rejeitaram o projeto inicial, acabou sendo diminuído e se constituindo numa Carta de Princípios.

Como se percebe pela complexidade dos diferentes estágios de integração, muitas dúvidas e questionamentos tem demonstrado que novos conceitos estão sendo aperfeiçoados ou revistos, tais como a noção de soberania, supraestatalidade, harmonização de legislações, Constituição do país, Constituição de um conjunto de países, dentre outras questões.

No âmbito do Mercosul, enquadra-se o bloco econômico em estágio para a efetiva consolidação de uma União Aduaneira, não obstante o artigo 1º do Tratado de Assunção deixar de forma clara e cristalina que o objetivo é alcançar o estágio de Mercado Comum em prazos dispostos nos acordos, por sinal não cumpridos, cabendo à Unasul um enquadramento de vertente política e institucional, embora não se negue sua vertente econômica.

Processos de integração como o Mercosul, a partir do segundo decênio, e a Unasul refletem o estágio em que se encontram as fases da Globalização do início deste século.

A Globalização deve ser entendida como um conceito em construção, dialético e que corresponde a uma realidade empírica, onde estudiosos das Ciências Sociais e das Ciências Econômicas convergem ao estabelecer uma relação de associação às mudanças significativas que vêm ocorrendo nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais do mundo contemporâneo.

Para o Professor Theotônio dos Santos a Globalização, que corresponde ao termo francês *Mondialisation* – em português mundialização, significa essencialmente "o surgimento e desenvolvimento de uma esfera de relações econômicas, sociais e políticas globais que tendem a se reproduzir como fenômenos mundiais que transcendem as fronteiras nacionais, formando um sistema global, apesar de que continua dependendo de sistemas nacionais ou locais para assegurar sua total reprodução." (2003, p.46).[72]

A Globalização/Mundialização é um fenômeno qualitativamente novo que se torna possível a partir da coincidência no tempo de três processos interdepentes com a sua própria lógica interna: a crise e a queda do socialismo real, o desenvolvimento vertiginoso das novas tecnologias de informação e da comunicação (era da informação) e no neoliberalismo. Sem estes três processos que explicam a queda do sistema de Bandumg, do modelo soviético e do Estado do Bem-Estar, a globalização não seria possível. Seu nascimento pode ser situado no início dos anos noventa e torna possível pela primeira vez que os empresários transnacionais desempenhem um papel-chave a nível da economia e na sociedade por um todo, conforme sustenta o Professor Francisco Lopez Segrera. (2003, p. 123)[73]

Para Anthonny Giddens, a Globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, ligando localidades distintas de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a grandes distâncias e vice-versa. (1999).[74]

A globalização retrata o mundo vitorioso da Segunda Grande Guerra baseado numa estrutura institucional do sistema mundial totalmente calcada na hegemonia estadunidense através de instituições como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), atualmente Organização Mundial do Comércio (OMC), além do desenho estrutural da Organização das Nações Unidas concebida no quadro desta hegemonia e que respeita o interesse das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial traduzida pelo poder de veto dos Estados Unidos, da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

[72] SANTOS, 2003, p.:46.
[73] LOPEZ SEGRERA, 2003, p. 123.
[74] GIDDENS, 1999.

atualmente Rússia, França, Reino Unido e China junto ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, mas a partir da década de noventa do século anterior se viu impulsionada por um cenário político internacional que não mais encontrava os obstáculos da Guerra Fria, aliado a um cenário que retrata o enorme avanço tecnológico da informática, dos meios de comunicação e da informação, com maior facilidade de deslocamento dos fluxos de capitais e as relações entre os países.

O processo de globalização passa a ter a visão unipolar com a ascendência americana da visão neoliberal e da doutrina preconizada pelo Consenso Econômico Neoliberal, baseada no pensamento único que durou por pouco menos de duas décadas, na medida em que o modelo preconizado por esta concepção política e econômica se mostrou falho e totalmente contrário a um processo de recuperação com soluções adequadas aos países que aplicaram o seu receituário.

O atual processo de globalização se pauta numa Hegemonia Compartilhada, a partir de uma visão multilateral que propicia que os Estados Unidos, em maior escala, e a Europa integrada e o Japão, em menor escala, terão menor poder de persuasão na medida em que verificam a ascensão de outras potências que se constituem em novas economias industriais e lideranças no âmbito regional, como a China, a Índia, o Brasil, o México, a Turquia, a África do Sul, países asiáticos, além do ainda considerável poder de influência da Rússia.

O multilateralismo tem propiciado que os países possam ter uma maior participação no processo de influência de grandes temas na agenda internacional, não somente por beneficiar-se do sistema do regionalismo aberto, mas também pela sua articulação em processos de integração regional.

O Regionalismo aberto consiste num complexo processo onde os países envolvidos tratam da liberalização do comércio de bens e serviços entre os membros do modelo de integração, mas sem aumentar as barreiras de tal comércio frente a terceiros países, dentro dos compromissos jurídicos adquiridos por força da Organização Mundial do Comércio. Em outras palavras, representa um processo de integração regional que intensifica a crescente interdependência econômica que pode avançar em aspectos políticos, sociais e culturais.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) admite duas interpretações para o conceito de regionalismo aberto. Na primeira é considerado como assegurada a consistência dos acordos regionais com o sistema multilateral, cuja natureza estaria ameaçada pela proliferação de grupamentos regionais, transformando em regra a exceção ao princípio da nação mais favorecida. Alguns autores entendem que chegaríamos em 20 anos, a uma divisão do comércio mundial em 2 ou 3 blocos intercontinentais, cada um com suas regras e livre-

comércio intrabloco, mas as barreiras entre os blocos continuaria a existir. Na segunda interpretação, considera-se que as barreiras internas ao comércio, no âmbito de uma determinada região seriam gradualmente eliminadas mais ou menos à mesma taxa e na mesma cadência de redução das barreiras em relação aos países não membros. Esse seria um caso ideal, mas utópico, onde haveria uma convergência gradual do regionalismo para o multilateralismo sem protecionismo e práticas discriminatórias, já que o princípio de nação mais favorecida seria preservado.

No início do século XXI a liberalização do comércio se intensificou e passou pelos caminhos do multilateralismo e o bilateralismo. Sobre o multilateralismo, um dos principais exemplos é o papel desempenhado pelos países nas discussões sobre a agricultura durante a Rodada Uruguai do GATT (1986-1993) pela sua amplitude, principalmente no que tange às questões agrícolas.

Sob a administração de Barack Obama, a partir de 2010, verifica-se que não houve mudança significativa na política para a América Latina, tendo no início de 2011 a primeira viagem à Região na condição de Chefe de Estado, com visitas ao Brasil, Chile e El Salvador.

A regionalização tem implicado num processo de multiplicação dos tratados de integração regional em todo o mundo. O Brasil tem se caracterizado por exercer a sua hegemonia não em termos tradicionais, baseada na ação armada, expansionista ou na dominação política, mas sim o de buscar o reconhecimento de sua liderança regional, e com isto ampliar o seu poder político no plano internacional se inserindo como um *global player*.

Esta inserção estratégia internacional do Brasil passa pelo fortalecimento do processo de integração regional sul-americano e tem como pilares fundamentais a delimitação desta região como área de sua influência através dessa integração regional, sem prejuízo de uma política multilateral de adesão e participação das instituições e acordos internacionais, como forma de aumentar a sua influência, mas também a manutenção da estabilidade regional.

Em síntese, depreende-se que o regionalismo e o multilateralismo complementam-se no sentido de se definir uma política externa "universalista" e que rejeita o alinhamento automático aos Estados Unidos e busca afirmar o exercício de sua hegemonia no plano regional, priorizando a sua ação política na América do Sul, através dos laços históricos e de similitude.

Com base nos pressupostos explicitados, os processos regionais sul-americanos, embora reconhecendo as naturais dificuldades e desacertos, tem buscado criar sua própria identidade, valores e procedimentos, com o objetivo de estabelecer metas e diretrizes conjuntas para uma maior inserção no cenário global. A integração regional vem se

consolidando, através de políticas e estratégias debatidas pelos Chefes de Estado e de Governo junto às instâncias institucionais, que foram criadas para que a efetividade do processo decisório, se traduza em ações no campo político e diplomático, com reflexo nas áreas sociais, econômicas e culturais, inclusive mediante regulamentação jurídica.

5.5 – PROJEÇÃO POLÍTICA DO BRASIL COM O MERCOSUL E A UNASUL

A projeção do Brasil na esfera internacional, vem se intensificando através da atuação do país junto aos espaços de integração regional, principalmente a partir do primeiro mandato do Presidente Lula, a partir de 2003.

As estatísticas do Ministério das Relações Exteriores apontam o número de viagens internacionais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de encontros multilaterais ou nas viagens pelos continentes, durante os seus mandatos, de 2003 a 2010, tendo sido contabilizadas as viagens de 2002, após o resultado da eleição.

Registra-se que ocorreram 4 viagens em 2002, portanto antes da posse, sendo 2 na América do Sul; 35 viagens em 2003, sendo 7 na América do Sul; 21 viagens em 2004, sendo 6 na América do Sul; 30 viagens em 2005, sendo 10 na América do Sul; 17 viagens em 2006, sendo 5 na América do Sul; 38 viagens em 2007, sendo 8 na América do Sul; 40 viagens em 2008, sendo 9 na América do Sul; 48 viagens em 2009, sendo 07 na América do Sul e 34 viagens em 2010, sendo 8 na América do Sul, perfazendo-se um total de 267 viagens internacionais durante os oito anos de mandato, sendo 88 viagens multilaterais, 62 viagens na América do Sul, 19 viagens na América Central, 9 viagens na América do Norte, 39 viagens na Europa, 28 viagens na África, 11 viagens na Ásia, 10 viagens ao Oriente Médio e 1 viagem à Antártida, demonstrando que durante os dois períodos de mandato houve uma intensa agenda de encontros e de reuniões sobre temas da agenda internacional e regional.[75]

Esse quadro de viagens se constitui numa estratégia que demonstra o objetivo de atuar e participar de forma mais ativa no cenário geopolítico internacional, possibilitando ampliar o diálogo e estabelecer uma interlocução permanente, sendo importante destacar que a primeira viagem internacional do Presidente Lula, em 02 de dezembro de 2002, foi à Argentina, para logo em seguida fazer uma viagem ao Chile, enquanto segundo país a ser visitado, o que demonstra clara sinalização aos países vizinhos, acerca da determinação política do novo Presidente em priorizar a América do Sul.

Ao longo deste período, foram visitados 83 países e 2 territórios neste processo de diplomacia agressiva, sendo que dos 11 países mais visitados, 09 foram da América do Sul, nos termos seguintes: Venezuela com 13 visitas bilatérias e 3 multilaterais; Argentina com 12

[75] Dados oficiais do Ministério das Relações Exteriores.

visitas bilaterais e 8 multilaterais; Bolívia com 7 visitas bilaterais e 2 multilaterais; Estados Unidos com 6 visitas bilaterais e 10 multilaterais; Paraguai com 6 visitas bilaterais e 03 multilaterais; Colombia com 6 visitas bilaterais e 1 multilateral; Uruguai com 05 visitas bilaterais e 4 multilaterais; Espanha com 5 visitas bilaterais e 2 multilaterais; França com 05 visitas bilaterais e 1 multilateral; Chile com 4 visitas bilaterais e 04 multilaterais e Peru com 04 visitas bilaterais e 3 visitas multilaterais.

Destaca-se, ainda, o Equador com 3 visitas bilaterais e 1 visita multilateral; a Guiana com 1 visita bilateral e 2 visitas multilaterais; e Suriname com 1 visita multilateral.

Esta agenda regional traduz de forma clara a prioridade da política externa centrada na América do Sul enquanto pólo de atuação regional.

A América do Sul foi o destino anualmente mais visitado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas destaca-se no resumo estatístico das visitas de Chefes de Estado e Chefes de Governo ao Brasil no período de 2003-2010, a seguinte origem dos líderes visitantes:

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
América do Sul	18	12	11	14	7	18	17	10	107
América Central/Caribe	1	1	4	4	3	5	3	7	28
América do Norte	0	3	1	1	2	1	1	0	9
Europa	15	4	4	4	6	11	6	6	56
África	5	4	11	6	5	1	9	7	48
Ásia	2	6	0	1	1	5	4	2	21
Oriente Médio	0	1	3	0	0	1	2	6	12
Total	41	31	34	30	24	42	42	37	281

Dentre os doze Chefes de Estado e de Governo que mais visitaram o Brasil, dez são oriundos de países vizinhos, na seguinte relação: 20 visitas da Venezuela; 13 visitas da Argentina; 12 visitas da Colômbia; 11 visitas da Bolívia; 10 visitas do Paraguai; 10 visitas do Perú; 8 visitas do Equador; 8 visitas do Uruguai; 7 visitas de Portugal; 6 visitas de Cabo Verde; 6 visitas do Chile e 5 visitas da Guiana, além de 3 visitas do Suriname, o que demonstra a dinâmica da agenda regional na discussão de temas bilaterais ou multilaterais.

O motivo das visitas dos Chefes de Estado e de Governo ao Brasil reforça o quadro de aproximação entre o Brasil e os demais países, em especial os da América do Sul, onde se destaca uma necessidade maior de intercâmbio e de elaboração de projetos conjuntos, e reflete

uma intensa mobilização do pais no campo diplomático, ao abrir espaços nas mais variadas áreas.

O quadro completo de visitas internacionais do Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, de 2002, após o seu primeiro triunfo eleitoral, até 2010 com o início, fim, descrição, País e Região, bem como o Quadro completo de visitas de Chefes de Estado e Governo ao Brasil, a partir de janeiro de 2003 até 2010, consta como anexo à presente Tese de Doutorado, sendo informação oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Alguns dos principais eventos multilaterais de nível presidencial realizados no Brasil no período de 2003 – 2010, no qual Chefes de Estado e de Governo estrangeiros vieram ao Brasil para participação nestes eventos multilaterais:

EVENTO	DATA	CIDADE
XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)	13-18/jun/2004	São Paulo
XVIII Cúpula do Grupo do Rio	04-05/nov/2004	Rio de Janeiro
XXVII Reunião da Cúpula do MERCOSUL	17/dez/2004	Ouro Preto
I Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA)	10-11/mai/2005	Brasília
I Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)	29-30/set/2005	Brasília
II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD)	12-14/jul/2006	Salvador
I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)	13/set/2006	Brasília
XXXII Reunião de Cúpula do MERCOSUL	19/jan/2007	Rio de Janeiro
Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL	23/mai/2008	Brasília
I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC)		
Cúpula Extraordinária da União Sul-Americana de Nações (UNASUL)		
XXXVI Reunião de Cúpula do MERCOSUL		
Cúpula Extraordinária do Grupo do Rio	16-17/dez/2008	Costa do Sauípe
Reunião de Cúpula dos Países Amazônicos		

e França sobre Mudança do Clima	26/nov/2009	Manaus
II Cúpula Brasil-Rússia-Índia-China (BRIC)	15/abr/2010	Brasília
IV Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)	15/abr/2010	Brasília
I Cúpula Brasil- Comunidade do Caribe (CARICOM)	26/abr/2010	Brasília
III Fórum da Aliança das Civilizações das Nações Unidas	27-29/mai/2010	Rio de Janeiro
XL Reunião de Cúpula do MERCOSUL	16-17/dez/2010	Foz do Iguaçu[76]

* não consta nesta relação as visitas bilaterais

A abertura de novas frentes de participação, como o Grupo dos BRIC's (Brasil, Rússia, Índia e China, com a recente incorporação da África do Sul), o Grupo do IBA's (Índia, Brasil e África do Sul) e a Cúpula com Países Árabes, se constituiu em estratégia de consolidação das posições brasileiras, sem prejuízo de continuar a ser priorizado o diálogo em foros tradicionais de discussão, como o Grupo do Rio, a CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe) e as instâncias de discussão promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Ampliou-se, desta forma, a agenda e os espaços de discussão de temas multilaterais que são de grande interesse para os Estados Nacionais, em especial os emergentes, e para a sociedade destes países.

Para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, são considerados Temas Multilaterais o Meio-Ambiente; a Governança Global, a Paz e Segurança Internacionais; os Direitos Humanos e Temas Sociais; a Energia e Biocombustíveis; o Desenvolvimento, Comércio Internacional e Finanças; e Bens Sensíveis.

A perspectiva de atuação do Brasil na discussão dos Temas Multilaterais foi reforçada através da participação dos debates relacionados ao Meio-Ambiente e que culminou com a participação como anfitrião da Conferência do Meio-Ambiente conhecida como Rio+ 20, evento da Organização das Nações Unidas que reuniu inúmeros Chefes de Estado e de Governo, além de representantes da sociedade organizada de vários países, embora com resultados aquém do esperado.

[76] Dados oficiais do Ministério das Relações Exteriores.

A participação e presença nos inúmeros debates no âmbito do G-20 e da Organização Mundial do Comércio demonstram uma maior capacidade de ampliar o raio de ação no cenário internacional, muito embora exista uma grande contradição em ser uma das principais economias do mundo e ter uma participação que não chega a 2% do comércio internacional.

A ampliaçâo do G-7 para G-20 foi aprovada na Conferência da OMC, em Cancun, no ano de 2003, com a proposta de inclusão de países emergentes para a discussão de regras comerciais para todas as nações, modificando a lógica da imposição por parte dos países desenvolvidos que era o que ocorria anteriormente, através da pressão destes países.

Outro fato marcante desta nova conjuntura multilateral é a reforma da estrutura do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, de forma a ampliar a participação dos países emergentes através da ampliação das cotas de participação, enquanto temas que evoluíram com a participação do Brasil, aliado à China e Índia.

Por não existir interesse dos Estados Unidos e dos países europeus em modificar a correlação de forças nestas instituições financeiras, somente com muita pressão e articulação estratégica dos países emergentes está sendo possível a alteração da composição atual.

Em relação aos Mecanismos Inter-regionais, segundo os interesses do Estado Brasileiro, o Brasil tem participado ou se interessado em estreitar relações junto a Aliança de Civilizações, vinculada à Organização das Naçoes Unidas e que objetiva superar conflitos, preconceitos e desavenças; a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, que reúne oito Estados Nacionais, cuja língua nativa é o português; a União Africana que objetiva a integração regional naquele continente; a Cúpula Iberoamericana, que avança na consolidação de um ambiente político que reúna América Latina, Caribe e Europa, em particular Andorra, Espanha e Portugal; a Cúpula América Latina, Caribe e União Européia, reunindo os Chefes de Estado e de Governo da América Latina, do Caribe e da União Européia, na perspectiva de abertura de um diálogo político; o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), que tenta articular posições e estratégias conjuntas entre estes três países; os BRICS, fórum que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com projetos de interesse destes comum a estes países; a Cúpula América do Sul- África (ASA),[77] enquanto foro multilateral que contempla cooperação política ao reunir 54 países africanos e

[77]A Cúpula America do Sul - África teve início com o diálogo Brasil e Nigéria em 2004, o que levou em maio de 2005 a realizar-se no Brasil, a Cúpula América do Sul - Países Árabes. A primeira Cúpula América do Sul - África foi realizada em Abuja (Nigéria) em 2006; a segunda em Ilha Margarita (Venezuela), em 2009 e a terceira, prevista inicialmente para a Líbia, foi marcada para o início de 2013 na Guiné Equatorial, tendo em vista a guerra civil naquele país.

12 sul-americanos; o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL),[78] que tem o objetivo de aprofundar o conhecimento entre estas áreas; a Cúpula América do Sul – Paises Árabes, enquanto mecanismo de cooperação e diálogo interregional; e, finalmente, o G-15, que busca conciliar temas e posições convergentes em relação a temáticas da agenda internacional.

5.6- O BRASIL E A AÇÃO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

Um dos principais vetores para impulsionar as políticas de integração tem sido a possibilidade de existência de um Banco Público para financiar investimentos na região.

Nos últimos anos, o BNDES vem se consolidando como principal banco de financiamento ao desenvolvimento no Brasil e na América Latina, sendo paradigma para outros modelos recém-criados, como a instituição financeira da CAF, e outros que estão em fase de debates, como o Banco do Sul.

Esta Instituição Financeira de Fomento ao Desenvolvimento veio a se consolidar com base na injeção de recursos públicos oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional durante o Governo Lula, de forma a manter o seu perfil desenvolvimentista.

Dentro da visão histórica de um Estado Intervencionista, preocupado com estratégias para o seu desenvolvimento, em especial a implementação de uma política industrial, de obras de infra-estrutura e de comércio exterior, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi fundado em 1952, sendo uma Empresa Pública de propriedade da União e tendo posteriormente incorporado o Social.

Apresenta um perfil de financiador de créditos de longo prazo para o investimento nas mais variadas áreas.

Para melhor compreensão da Evolução do Desembolso do BNDES durante o período 2000-2009, os dados oficiais demonstram que foram investidos em bilhões de reais:

Tabela 2 – EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO DO BNDES (período 2000-2009)

2000	23,4
2001	25,7

[78] O Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste congrega 18 países da América Latina e 16 países da Ásia/Oceania e objetiva promoção de maior diálogo político e intensificação de cooperação em diversas áreas, constituindo-se num mecanismo de concertação multilateral entre estas duas regiões. A região concentra 40% da população mundial: 29% da renda; 25% do território; 26% ds exportações; 22% das importações; 20% da produção de petróleo; 13% das reservas de petróleo; e 32% da produção de eletricidade do mundo, segundo dados da FOCALAL.

2002	38,2
2003	35,1
2004	40
2005	47,1
2006	52,3
2007	64,9
2008	92,2
2009	128

Num quadro comparativo com Agências Multilaterais e utilizando-se o ano de 2007 como referência, os dados oficiais abaixo-discriminados demonstram o potencial de investimento, ressalvando que o ano fiscal do BIRD correspondente ao período de 12 meses, encerrando-se em 30 de junho:

Tabela 3 – QUADRO COMPARATIVO DAS AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE INVESTIMENTO

US$ milhão	BNDES	BID	BIRD	CAF
	31/12/2007	31/12/2007	30/06/2008	31/12/2007
Ativos Totais	114.409	69.907	233.599	12.597
Patrimônio Líquido	14.070	20.353	41.548	4.127
Lucro Líquido	3.827	134	1.491	401
Desembolsos	33.962	6.725	10.490	5.844
Carteira de Crédito	92.885	47.954	99.050	9.548
Capitalização	12,3%	29,1%	17,8%	32,8%
Retorno sobre Ativos	3,8%	4,7%	1,9%	3,6%
Retorno sobre PL	33,2%	0,7%	6,0%	10,5%
Inadimplência	0,11%	0,10%	0,47%	0,01%
Fundado	1952	1959	1945	1968

Dados oficiais dos órgãos

Com a justificativa de possibilidade de aplicação de políticas anticíclicas diante da crise internacional, o BNDES teve no ano de 2009, o aporte de R$ 137 bilhões oriundos do Tesouro Nacional, constituindo-se num instrumento do Estado brasileiro para alavancar políticas públicas de desenvolvimento e viabilizar a participação de empresas brasileiras junto ao setor produtivo, inclusive na área internacional.

A análise da atuação internacional tiveram como base os índices de dados oficiais enviados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir do ano de 1998, quando efetivamente existiram desembolsos para que as empresas brasileiras pudessem atuar junto aos países da América do Sul.

O BNDES registra que os financiamentos às exportações brasileiras para estes países, inclusive as destinadas para obras de infra-estrutura, quanto os inseridos em projetos industriais ou outros projetos como expansão, incorporação ou fusão com empresas daqueles países, os desembolsos obedecem a alguns parâmetros, tais como o desembolso ter sido no Brasil, os valores destinados terem sido em reais (moeda brasileira) e terem sido destinados para empresas brasileiras exportadoras.

O quadro de desembolsos do BNDES no apoio à exportação brasileira para obras de infra-estrutura na América do Sul (US$ milhões), obedeceram os índices abaixo relacionados:5

Tabela 4 – DESEMBOLSOS DO BNDES PARA APOIO À EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL (1998-2012)

Ano	ARGENTINA	EQUADOR	PARAGUAI	PERU	URUGUAI	VENEZUELA
1998	-	46,4	-	-	-	-
1999	-	82,4	-	-	4,8	-
2000	-	66,4	-	-	7,3	-
2001	-	33,3	13,8	-	9,5	16,1
2002	-	3,3	16,3	-	-	18,0
2003	-	-	24,8	-	-	25,4
2004	-	112,3	17,2	-	-	44,0
2005	150,5	57,0	8,0	-	-	3,9
2006	-	55,8	-	-	2,6	10,4
2007	308,9	17,4	-	-	3,1	39,5
2008	260,1	0,5	-	-	2,4	6,8
2009	325,4	-	-	-	1,7	25,0
2010	172,5	-	-	129,9	-	315,2
2011	361,1	-	-	96,7	-	392,9
2012	208,3	27,1	-	-	-	137,7

O desembolso do banco data de 1998 e acaba contemplando empréstimos para participar de privatizações ou captação para realização de obras de infra-estrutura, tais como rodovias, ferrovias, pontes, hidroelétricas, etc.

Chama a atenção no caso da Argentina, uma certa demora para a disponibilização dos recursos, embora tendo sido significativo o valor destinado para os empréstimos, levando-se em consideração o montante disponibilizado. O Equador tem uma sequência significativa de valores continuados, o que demonstra interesse do empresariado brasileiro em fazer negócios naquele país. O caso do Paraguai apresenta um período razoável de investimento, mas que não traduz um ciclo de continuidade e de oportunidade de negócios. O Peru apresenta um fluxo pequeno, mas como é mais recente, aponta para uma possibilidade de intensificação. Finalmente, o caso do Uruguai aponta para um fluxo contínuo, mas bastante reduzido em termos de recursos disponibilizados (os menores de toda a estatística), que devem ser intensificados para uma agenda mais ativa e, finalmente, no caso da Venezuela percebe-se um fluxo contínuo e a permanente demanda por investimentos. Os empresários brasileiros tem vislumbrado a possibilidade de atuação naquele país, o que tem justificado o valor do fluxo crescente.

O fato de terem sido disponibilizadas linhas de crédito para investimento em outros países por parte das empresas brasileiras, notadamente para participar de obras de infra-estrutura, constitui-se em fator de grande relevância para a integração, já que propicia a geração de emprego, renda e a possibilidade de se deixar um legado de obras de infra-estrutura física, enquanto componente fundamental para intensificar os fluxos comerciais e a liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços.

Por ser um órgão componente da estrutura do Estado brasileiro, verifica-se o interesse político governamental na ampliação da integração regional, levando-se em consideração a dificuldade dos outros países em ter um órgão financiador, do porte do BNDES brasileiro.

Com a concretização do Banco do Sul, enquanto órgão financeiro que vem sendo discutido no âmbito da Unasul, os países da Região terão, certamente, uma estrutura financeira mais ampliada e diversificada para estimular as empresas e os negócios no âmbito da região, com juros e prazos para pagamento mais atraentes.

No caso do BNDES, os principais setores favorecidos pelo Banco vem sendo na Indústria, o de Química e Petroquímica; Material de Transporte, Metalurgia, Papel e Celulose como destaque; na de infraestrutura, o de transportes e energia elétrica, além de outros setores.

O fato do Governo Lula ter implementado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como vetor para o crescimento econômico através do financiamento para obras de infra-estrutura, demonstra a dinâmica do potencial de financiamento do banco.

Soma-se a este item, o Brasil ter sido escolhido para sede de grandes eventos internacionais, tais como Jogos Pan-Americanos, em 2007; Jogos Mundiais Militares, em 2011; Copa das Confederações, em 2013; Copa do Mundo, em 2014 e Olimpíadas, em 2016, o que tem proporcionado desembolsos significativos para obras de infra-estrutura nos grandes centros urbanos do Brasil.

Muitos setores estão sendo estimulados a apoiarem estes eventos como no caso de linhas de crédito para construção de hotéis e pousadas, além de financiamento para a qualificação da mão-de-obra.

A diversificação dos desembolsos pode ser conhecido pelos dados da atividade do Banco no ano de 2008, em que a Indústria foi contemplada com 39,6 bilhões que correspondeu a 43%; a Infraestrutura teve o desembolso de 36,0 bilhões que correspondeu a 39%; a Agropecuária teve o investimento de 5,5 bilhões que correspondeu a 6% e, finalmente, o setor de Comércio e Serviço recebeu o valor de 11,1 bilhões correspondendo a 12%.

Neste item relacionado à Indústria, existem desembolsos para Indústrias de Alta Tecnologia, média-alta tecnologia, média-baixa tecnologia e baixa tecnologia, conforme os dados abaixo do IPEA, referentes ao período 2002-2007):

Tabela 5 – DESEMBOLSOS DO BNDES PARA INDÚSTRIAS DE ALTA TECNOLOGIA, MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA, MÉDIA-BAIXA TECNOLOGIA E BAIXA TECNOLOGIA

	2002		2007	
	R$ milhões	% do total	R$ milhões	%do total
Indústria de Alta Tecnologia	7.988	33,1%	2.412	9,5
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	230	1,0%	271	1,1%
Instrumentos médicos de ótica e precisão	25	0,1%	67	0,3%
Farmoquímica, Farmacêutica	161	0,7%	595	2,3%
Componentes eletrônicos e de informática	251	1,0%	507	2,0%

Aeronáutica e aeroespacial	7.321	30,3%	972	3,8%
Indústrias de Média-alta tecnologia	4.939	20,4%	7.752	30,5%
Produtos químicos, exclusive farmacêuticas	1.235	5,1%	1.883	7,4%
Máquinas e equipamentos mecânicos	1.307	5,4%	1.716	6,8%
Máquinas e equipamentos elétricos	293	1,2%	837	3,3%
Veículos automotores, reboques e semirreboques	2.054	8,5%	3.065	12,1%
Equipamentos para ferrovia e material de Transporte não elétrico	49	0,2%	251	1,0%
Indústrias de média-baixa tecnologia	4.717	19,5%	7.481	29,5%
Indústrias de baixa-tecnologia	6.513	27,0%	7.750	30,5%
Total	24.157	100,0%	25.395	100,0%

Fonte: IPEA

Nos últimos anos, o BNDES tem adotado uma posição de apoio mais direto às chamadas multinacionais brasileiras que, através de fusões e aquisições, tem conseguido maior inserção no mercado externo.

Dentre as empresas brasileiras que, de alguma forma, estão inseridas nesse projeto de expansão e estratégia internacional estão a Vale do Rio Doce, a JBS Friboi, a Brazil Foods, a Odebrecht, a Camargo Côrrea, a Petrobrás e a Eletrobrás.

Verifica-se uma mudança de trajetória do perfil do Banco, já que nos anos 1990, durante o Governo Fernando Henrique, a sua atuação como gestor do Plano Nacional de Desestatização, foi fundamental para o projeto do governo à época, já que o Banco financiava os vencedores dos leilões, aumentando a possibilidade da privatização se concretizar, e propiciando uma situação vantajosa para as empresas.

Já no governo Lula, o BNDES tem atuado estimulando a concentração e internacionalização das grandes empresas brasileiras, destacando-se as produtoras de *commodities*, recursos naturais e produtos de baixa capacidade tecnológica.

Programas de financiamento às exportações através das linhas BNDES-Exim, criadas em 1990, propiciaram um acesso ao crédito destinado ao investimento direto no exterior. No

ano de 2002, houve mudança do estatuto do Banco permitindo o apoio a investimentos no exterior, desde que com incremento às exportações e aprovação das diretrizes para apoio ao investimento direto externo (IDE). No ano de 2005, foram aprovadas as normas aplicáveis ao apoio ao IDE, com o início das primeiras operações de acesso ao crédito. No ano de 2006, foi criado um Grupo de Trabalho sobre Internacionalização, sendo que no ano de 2007, houve a flexibilização das condições da linha de apoio ao IDE – "contribuição para o desenvolvimento econômico e social" que substitui a obrigatoriedade de incremento de exportações. Finalmente, e na perspectiva de uma atuação internacional permanente, no ano de 2009 foi criado o escritório de representação em Montevidéu e da subsidiária em Londres.[79]

Segundo diretrizes do BNDES, o Apoio ao IDE – Linha de internacionalização tem como objetivos estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional, através do apoio a investimentos ou projetos no exterior, sendo passíveis de apoio financeiro, a construção de novas unidades; aquisição, ampliação ou modernização de unidades instaladas e participação acionária, o que diversifica as possibilidades de financiamento. Existe, também, a estratégia de financiamento para capital de giro, associadas aos investimentos passíveis de apoio financeiro.

Há a previsão de financiamento dos gastos pré-internacionalização no Brasil com outras linhas e com custo em TJLP; possibilidade de operações de crédito para quem pretenda ampliar a sua atuação no exterior e na hipótese de unidades externas como ponto de referência e de apoio para as companhias brasileiras que já possuem presença global.

Cabe destacar a publicação do Decreto nº 7.635, de 05.12.2011, que alterou o Estatuto Social do BNDES para refletir a Resolução CMN nº 4.033, de 30.11.2011 que "Autorizou os bancos com PR superior a R$ 5 bilhões e autorizados a operar no mercado de câmbio a utilizar recursos captados no mercado externo para conceder crédito no exterior para empresas brasileiras, subsidiárias de empresas brasileiras e empresas estrangeiras cujo acionista com maior capital votante seja, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil, bem como adquirir no mercado primário títulos de emissão ou de responsabilidade das referidas empresas."

Encontra-se, atualmente, em fase de discussão no BNDES, a possibilidade de alteração na Linha de Internacionalização, para refletir as mudanças que ocorreram no Estatuto Social; o Financiamento para aquisição de marcas e patentes, bem como canais de comercialização e/ou centros de P & D no exterior; e aumento da competitividade da linha a partir da possibilidade de efetuar a captação e a liberação de recursos no exterior.

[79] As informações oficias foram obtidas junto ao BNDES

Dados sobre Operações com o objetivo de internacionalização apontam que no período 2005-2012, o valor de apoio do BNDES foi no montante de R$ 9,9 bilhões de reais para setores como Bens de Capital, Eletroeletrônica, Energia, Construção e Engenharia, Agroindústria, Serviços Técnicos Diversos e Tecnologia da Informação. Os destinos dos investimentos foram variados, sendo contemplados para a região, a Argentina, o Equador, o Paraguai e o Peru, mas também para outros destinos nos mais variados continentes, como Alemanha, Austrália, Canadá, Costa Rica, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Índia, Irlanda, Itália, México, Rússia e Turquia. A natureza do investimento variou entre Ampliação de Capacidade, Aquisições, Construção de Novas Plantas, Expansão de Atividades e Instalação de Filiais.

Nos desembolsos ao IDE que se constituem em operações de crédito com o objetivo de internacionalização, a distribuição do número de operações por setor de atividades de 2005 a 2012 foi diversificada nos seguintes termos: 6% para a avicultura; 27% para motores; 11% para construção e engenharia; 6% para farmacêutico; 11% para agroindustrial; 16% para tecnologia da informação; 6% para energia; 6% para eletroeletrônica e 11% para Química e Petroquímica, segundo dados do BNDES.

A distribuição de destinos dos investimentos nestas operações com objetivo de internacionalização, no período de 2005-2012, aponta para os seguintes percentuais: o percentual de 30,0% para Estados Unidos e Canadá; 27,5% para a América Latina; 27,5% para a Europa e 17,5% para as outras regiões do planeta, demonstrando um quadro equilibrado e que coloca a América Latina no mesmo patamar da Europa e pouco abaixo dos Estados Unidos/Canadá.

No que tange ao apoio às Empresas internacionalizadas, estudo interno das operações realizadas no período de janeiro de 2000 a agosto de 2010 aponta para um apoio total superior a R$ 10 milhões por empresa no período, sendo direcionado para empresas com controle de capital nacional e empresas com investimentos diretos no exterior.

Pesquisa realizada com 140 empresas beneficiadas, 45 delas estavam listadas no Ranking Sobeet/Valor 2009, que continha as 52 empresas brasileiras mais internacionalizadas, o que demonstra a participação do capital do banco no processo de internacionalização das empresas brasileiras. Registra-se que 26 diferentes segmentos haviam sido contemplados, demonstrando uma diversificação das atividades, beneficiadas com as linhas de crédito e o fato de que estas empresas receberam o montante de R$ 143 bilhões do BNDES para exportações e projetos de investimento destinados à ampliação, modernização e

expansão da capacidade produtiva, já excluídos os valores de desembolsos do produto BNDES/FINAME.

Dados do BNDES sobre a distribuição setorial no item Apoio às Empresas Internacionalizadas aponta a seguinte diversificação: 29% para Aeronaves e Peças; 14% para Alimentos; 8% para Construção e Engenharia; 7% para Mineração; 7% para Petróleo e Gás; 6% para Siderurgia; 5% para Papel e Celulose; 4% para Telecom; 4% para Finanças; 3% Veículos e Peças; 3% para Metalurgia; 3% para Transporte e Logística e 7% para outros setores.

Nesta perspectiva de apoio à exportação, o BNDES Exim tem como objetivos o de apoiar a exportação de bens e serviços brasileiros de maior valor agregado; aumentar a base exportadora do país, com tratamento diferenciado pra as micro, pequenas e médias empresas (MPME's); e expansão da capacidade de geração de renda e empregos no país.

Dentre os produtos financiáveis encontram-se os bens de maior valor agregado que necessitem de maior prazo de fabricação e/ou comercialização, tendo índice de nacionalização igual ou superior a 60% do valor FOB; produtos enquadrados no Processo Produtivo Básico (PPB) e Serviços de Engenharia e Software.

Dentre os produtos não financiáveis estão as *commodities* básicas tais como grãos, minério, celulose, açúcar e etanol, dentre outros produtos.

Os dados pertinentes aos desembolsos à exportação apontam para os seguintes valores em dólares, sendo a conversão ao dólar nas datas de desembolso: 2,6 em 2001; 3,9 em 2002; 4,0 em 2003; 3,9 em 2004; 5,9 em 2005; 6,4 em 2006; 4,2 em 2007; 6,6 em 2008; 8,3 em 2009; 11,3 em 2010 e 6,7 em 2011.

Não obstante alguns questionamentos sobre a Política Industrial brasileira está bastante claro o compromisso do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social com a infra-estrutura ao longo dos últimos anos, através da preocupação com obras e reformas de rodovias, ferrovias, portos, hidroelétricas e grandes obras que permitam o escoamento dos recursos energéticos do país, possibilitando, ainda, uma conexão com as diretrizes da Unasul, em especial os projetos relacionados à Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), através dos seus eixos de Integração e de Desenvolvimento.

No que é pertinente à atuação internacional, o BNDES vem tendo um papel relevante no apoio à inserção internacional das empresas brasileiras, seja através do incentivo à exportação, ou na elaboração de obras de infra-estrutura, sendo que a partir do ano de 2003

houve o estímulo ao investimento direto de empresas brasileiras no exterior, tanto por meio de financiamento quanto de participação acionária.

No ano de 2008, a criação da Área Internacional na estrutura organizacional do BNDES, teve o principal objetivo de se constituir no setor responsável pela coordenação para a implementação das atividades vinculadas à atuação internacional do Banco, em articulação com outra áreas afins, contribuindo, desta forma, para dinamizar a atividade do setor, fortalecer a atuação das empresas e dar maior competitividade à economia brasileira.

Além disto, verifica-se que o BNDES intensificou a sua presença externa através da ampliação de sua estrutura organizacional na esfera internacional, por intermédio da abertura dos escritórios em Montevidéu, no Uruguai, ocorrida em agosto de 2009 para identificar e facilitar os negócios junto à América do Sul, e a abertura de uma subsidiária em Londres, no Reino Unido, ocorrida em novembro de 2009, na forma de empresa de participações sem atividades financeiras ("*investiment holding company*"), tendo como principais objetivos ampliar a visibilidade do Banco junto à comunidade financeira internacional, auxiliar as empresas brasileiras no mercado internacional e estreitar relações dos investidores estrangeiros interessados no mercado brasileiro.

A atividade internacional foi estimulada no ano de 2011, seja pela participação de missões externas para abertura de novos mercados, seja pela vinda de delegações estrangeiras para visita ao Banco.

Houve estratégias para uma maior intensificação de contatos com os mercados tradicionais, mas destaca-se a performance junto aos novos mercados emergentes, seja por intermédio dos BRIC's, seja pelo potencial do mercado latino-americano, africano e asiático, aproveitando-se a conjuntura multipolar.

Os escritórios internacionais ajudam nesta estratégica, destacando-se o fato do escritório em Montevidéu propiciar uma maior integração junto ao mercado sul-americano, no que tange à aproximação com os países vizinhos.

No relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, foram destacados:

> o incremento do relacionamento internacional institucional, por meio da negociação de instrumentos de cooperação entre o Banco e entes externos; da participação em eventos no exterior; de reuniões com organismos multilaterais e das missões oficiais de governo. Isso se reflete na crescente participação m associações nacionais e internacionais e no grande aumento do número de delegações estrangeiras que visitaram suas instalações. (BNDES, p.132)

5.7- O BRASIL E A AÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

De março de 1991 até junho de 2012, houve inúmeras decisões do Congresso Nacional pertinentes à participação do Brasil no processo de integração regional.

Um dos mais significativos momentos foi a previsão da Comissão Parlamentar Conjunta, enquanto embrião da futura representação brasileira na representação junto ao Parlamento do Mercosul.

O Congresso Nacional tem tido uma postura muito mais reagente do que agente, a partir da lógica do Presidencialismo de Coalizão adotado no Brasil, dependendo das iniciativas e do interesse manifestado pelo Poder Executivo, ao inserir as suas prioridades na agenda do Legislativo.

Por via de conseqüência, o fato da agenda do Executivo ter grande influência na elaboração da agenda do Poder Legislativo, no sistema bicameral brasileiro, as respectivas Mesas Diretoras das Casas do Congresso Nacional brasileiro acabam dando preferência às matérias oriundas do Poder Executivo, o que não quer dizer que todas as matérias sejam priorizadas e sejam votadas imediatamente, conforme o que ocorreu na adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, tendo tido, inclusive, pressão externa de setores do movimento social organizado e dos empresários, por motivos totalmente distintos.

As Casas do Congresso Nacional tem Presidentes de Comissões Permanentes de Relações Exteriores que podem debater certas questões polêmicas, como o exemplo acima da adesão da Venezuela, a aplicação da Cláusula Democrática ao Paraguai no âmbito do Mercosul e da Unasul, ou mesmo a adoção de sistemas econômico-comerciais que venham a criar divergências no âmbito interno, em comparação com a aplicação no âmbito do bloco.

No âmbito de qualquer processo de integração, notadamente Mercosul e Unasul, cabe ao Congresso Nacional, enquanto representações legislativas do Povo e dos Estados-Membros, respectivamente, debater os desdobramentos e conseqüências das medidas que são discutidas e deliberadas no âmbito do Mercosul e da Unasul, até pela aprovação de medidas no âmbito jurídico-legal, através de Decretos Legislativos, o que referenda todas as decisões tomadas pelo Presidente no âmbito desses processos de integração regional.

Embora exista esta situação complexa para o Congresso Nacional de agenda delimitada pelos interesses do Poder Executivo, é inequívoco que a participação do Congresso Nacional no âmbito da representação parlamentar no Parlamento do Mercosul, demonstra um grau de compromisso com os desdobramentos do processo de integração, como conseqüência das atividades desenvolvidas na Comissão Parlamentar Conjunta.

A representação parlamentar tem participado de inúmeros debates no âmbito do Parlamento nas mais variadas áreas de atuação.

Conforme pesquisa realizada junto ao sítio da Presidência da República, a primeira legislação sobre temas de interesse direto ou indireto com a América do Sul após a redemocratização, foi a Lei nº 7.970, de 22 de dezembro de 1989, que "Autoriza a cessão em comodato de grupo turbogerador à República Cooperativista da Guiana, e dá outras providências.", enquanto conversão da Medida Provisória nº 120, de 1989, o que parece ser uma situação isolada e sem uma base ou projeto integracionista mais consistente, caracterizando o período final do governo Sarney.

Em sede legislativa, nova legislação aprovada no âmbito do Congresso Nacional, foi a Lei nº 8.871, de 20 de abril de 1994, que "Autoriza o Poder Executivo a doar quinze aeronaves A-122-A (T-23) à Força Aérea Boliviana", o que reforçou os laços com o país andino, através de doação de aeronaves. Esta iniciativa foi realizada durante o Governo Itamar Franco, tendo sido a iniciativa isolada neste período.

Em que pese o período de oito anos do mandato do Presidente Cardoso, pesquisou-se somente duas legislações aprovadas no âmbito do Congresso Nacional pertinente às relações com os países vizinhos.

Foi aprovada a Lei nº 9.652, de 27 de maio de 1998, que "Abre ao Orçamento de Investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A e Petrobrás Fertilizantes S.A, crédito especial até o limite de R$ 847.386.099,00, para os fins que especifica, o que retrata um ação política de investimento para empresa que atua num setor de infra-estrutura."

A segunda Legislação foi a Lei nº 10.466, de 29 de maio de 2002, que "Dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul", com programas de agricultura familiar, obras de infra-estrutura e atividades na área rural.

Destaca-se que a produção legislativa neste período foi reduzida, levando-se em consideração o período dos dois mandatos do Governo Fernando Henrique, enfatizando o papel da Comissão Parlamentar Conjunta que acabou sendo a base para a representação no Parlamento do Mercosul, destacando-se a atuação do Deputado Federal Dr. Rosinha (PT-PR) e o Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Durante o mandato do Presidente Lula, intensos debates foram travados sobre temas que vão desde a representação do Parlamento até a efetivação de medidas comerciais, de infra-estrutura e de inclusão da Venezuela, no âmbito do Mercosul, além da própria previsão da CASA e, posteriormente, da Unasul.

A produção legislativa durante o período foi pertinente a aprovação das seguintes legislações:

* Lei nº 10.643, de 14 de março de 2003, que "Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa", enquanto conversão da Medida Provisória nº 78, de 2002o que demonstra interesse de cunho sanitário e pertinente à saúde pública.

* Lei nº 10.851, de 25 de março de 2004, que "Autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa", enquanto conversão da Medida Provisória nº 149, de 2003, ampliando o campo e atuação no combate ao risco sanitário.

* Lei nº 11.071, de 30 de dezembro de 2004, "Altera o Programa Corredor Mercosul constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007", pertinente a obras de infra-estrutura.

*A Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005, "Dispõe sobre o ensino da língua espanhola", ampliando para a rede pública, principalmente, e a rede privada, a possibilidade do ensino da língua espanhola, que é fundamental para o processo de integração regional, na medida em que a maior parte dos países vizinhos tem como idioma pátrio, o espanhol.

*A Lei nº 11.181, de 26 de setembro de 2005, que "Autoriza o Poder Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e 6 à Força Aérea Paraguaia", através do sistema de doação e na perspectiva de uma cooperação no campo militar.

*A Lei nº 11.283, de 23 de fevereiro de 2006, que "Autoriza o Poder Executivo a doar 5 (cinco) aeronaves C-91A à Força Aérea Equatoriana", através do sistema de doação e na perspectiva de uma cooperação no campo militar.

*Ainda no campo do estreitamento das relações militares, a Lei nº 11.323, de 19 de julho de 2006, que "Autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai."

* A Lei nº 11.444, de 05 de janeiro de 2007, que "Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)", tendo como finalidade o de fomentar ações naquele País para a modernização da administração tributária e aduaneira e a redução de desequilíbrios locais, principalmente nas áreas sociais e econômicas, buscando melhor integração entre os países membros do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

*A Lei nº 11.580, de 27 de novembro de 2007, que "Revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai", fruto da

Conversão da Medida Provisória nº 391, de 2007, estabelece uma sistemática tributária em relação às mercadorias e produtos oriundos do país vizinho.

* Na mesma perspectiva tributária, a Lei nº 11.773, de 17 de setembro de 2008, que "Dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse país", o que delimita um procedimento relacionado a imposto de renda decorrente de uma situação específica relacionada ao Paraguai.

* Sob o ponto de vista do direito social e humanitário, a Lei nº 11.881, de 23 de dezembro de 2008, que "Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica", enquanto conversão da Medida Provisória nº 444, de 2008, é pertinente à doação dos estoques públicos de alimentos face à eventos meteorológicos adversos ocorridos naqueles países.

*A Lei nº 12.075, de 29 de outubro de 2009, que " Institui o Dia da Integração Jurídica Latino-Americana", se constitui num evento comemorativo da integração, assim como a aprovação da Lei nº 12.095, de 19 de novembro de 2009, que "Declara Sant'Ana do Livramento , Estado do Rio Grande do Sul, cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul", estabelecendo uma relação simbólica de uma região do extremo sul do Brasil que faz fronteira com Argentina e Uruguai, determinando, ainda, que o Poder Executivo faça a divulgação no âmbito do Mercosul, da Organização dos Estados Americanos – OEA e demais organizações intergovernamentais.

* A cooperação militar novamente se faz presente através da Lei nº 12.271, de 24 de junho de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a doar 3 (três) aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai", mediante termo de doação entre as áreas competentes, finalizando a atuação legiferante sob forma de aprovação de Lei Ordinária relacionada com o processo de integração, durante o Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Houve no Governo Dilma Rousseff, a aprovação da Lei nº 12.442, de 11 de julho de 2011, que "Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terestre Equatoriana", através do regime de doação.

Verifica-se que o período mais favorável à produção legiferante, sob forma de Lei Ordinária, pertinente à integração regional sul-americana, foi durante os oito anos de mandato do Governo Lula, através do envolvimento maior do Congresso Nacional brasileiro.

No âmbito da aprovação dos Decretos Legislativos a produção é mais intensa já que depende do Congresso Nacional a aprovação de normas no âmbito de sua competência que respaldam a decisão do Poder Executivo nos assuntos pertinentes aos processos de integração, inclusive para fins de depósito destas normas para sua vigência.

5.8- ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS EM ENTREVISTAS COM SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES, PEDRO SASSONE, JEFERSON MIOLA, CELSO AMORIM E LUIZ FELIPE LAMPRÉIA E QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR JOSÉ SARNEY E FERNANDO COLLOR DE MELLO

O estudo das estratégicas políticas do Brasil no processo de integração regional sul-americano procurou privilegiar as fontes orais, através de entrevistas e questionários de destacadas personalidades, que participaram ou ainda participam desse processo, dentro do período estudado, mais especificamente no período de 1985, na transição da ditadura para o período democrático, até o ano de 2012, nos reflexos do Governo Dilma.

A primeira entrevista realizada foi com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores nos dois mandatos do Governo Lula, no período de 2003 a 2010, em seu escritório em Brasília, no mês de agosto de 2012.

O segundo entrevistado foi o Dr. Pedro Sassone, Assessor Político da Secretaria-Geral da Unasul, em visita à sede da Unasul, em Quito, no Equador, no mês de setembro de 2012.

O terceiro entrevistado foi o Dr. Jeferson Miola, Diretor da Secretaria Geral do Mercosul, em visita à sede do Mercosul, em Montevidéo, no Uruguai, no mês de novembro de 2012.

O quarto entrevistado foi o Embaixador Celso Amorim, que foi o Chanceler e Ministro das Relações Exteriores do Governo Itamar Franco, no período de 18 meses e no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, sendo o atual Ministro de Defesa do Governo Dilma Rousseff, no mês de março de 2013, em seu Gabinete na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

Finalmente, o quinto entrevistado foi o Chanceler e Ministro das Relações Exteriores do Governo Fernando Henrique Cardoso, Embaixador Luiz Felipe Lampréia, em março de 2013, em sua residência no Rio de Janeiro.

Através de contatos com assessores por intermédio de correio eletrônico, foi enviado questionário com algumas perguntas pertinentes ao processo de integração aos ex-Presidentes da República José Sarney e Fernando Collor de Mello, posteriormente respondidos, com depoimentos e impressões relacionados, principalmente, aos seus respectivos períodos de governo.

Na análise destes depoimentos, foi feita uma divisão que contempla, inicialmente, as visões do Governo e do Estado brasileiro, a saber, José Sarney, Fernando Collor, Celso Amorim, este com o depoimento sobre o período Itamar Franco e Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Felipe Lampréia e Samuel Pinheiro Guimarães; e a segunda visão, já incluindo representantes que fazem a análise sob a ótica dos dois processos de integração, a saber o representante da Unasul, Dr. Pedro Sassone, e o representante do Mercosul, Dr. Jeferson Miola.

5.8.1- ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS DOS REPRESENTANTES DOS GOVERNOS BRASILEIROS

A riqueza de dados contidos nas entrevistas e depoimentos, constata que os diversos governos brasileiros, a partir de 1985, entendem que de alguma forma contribuíram, priorizaram e participaram de forma relevante do processo de integração, fazendo alusão às questões à época que dificultaram políticas mais efetivas.

Cabe enfatizar que o Presidente José Sarney teve um mandato de cinco anos, destacando sua prioridade em estabelecer uma relação de diálogo com a Argentina, a partir de um ambiente de retomada da democracia na América do Sul, ainda com instituições se fortalecendo e com uma preocupação maior na consolidação do Estado Democrático, tendo como base uma Constituição que simbolizasse este momento histórico.

Sarney deixou claro que sua prioridade era a de consolidação com a Democracia, tendo como primeiro reflexo externo dessa determinação a integração regional.

Ressaltou a compreensão do Parlamento brasileiro com os esforços favoráveis à Integração e o fato do Parlamento do Mercosul ter se tornado uma realidade.

Sarney conclui ressaltando quatro eixos que considera fundamentais: o primeiro interno, o de convencimento de que o futuro de nossa vida internacional está diretamente vinculado à nossa vizinhança geográfica, o que já aponta para uma situação natural de interlocução maior com os países vizinhos; o segundo, externo, de que o Brasil precisa ser generoso nas suas iniciativas, ou seja, aportar nos processos de integração, soma de recursos financeiros maior do que nossos parceiros, reconhecendo que somos uma economia mais

desenvolvida; o terceiro eixo, a sabedoria de que o alcance do projeto é de longo prazo, não sendo imediatista ou queimando etapas, inclusive pela própria complexidade de um processo desta natureza ao envolver tantos países; e, por último, a importância da manutenção do diálogo permanente, com o que além de aprofundarmos o conhecimento mútuo, seríamos capazes de identificar novos caminhos e de nos afastarmos de trilhas mais problemáticas, se constituindo num sinal de sabedoria.

O Governo Collor teve apenas dois anos de mandato, tendo relevância histórica por ter assinado o Tratado de Assunção.

Não obstante o curto período, as respostas aos questionamentos elaborados para o seu governo, demonstra que o ex-Presidente destacou o período de abertura da economia e dos mercados propiciado pelo seu governo como relevante para o período vindouro do Mercosul, além da continuidade do diálogo com a Argentina e a inserção na conjuntura internacional à época.

Faz alusão ao Mercosul ter tido tratamento prioritário, juntamente com a abertura da economia, a diminuição do peso do Estado e o corte de despesas governamentais.

Ressaltou, ainda, que a integração regional foi considerada política de estado, tendo citado a importância dos valores integracionistas, inclusive na própria Constituição, mas fez uma crítica ao viés ideológico que foi buscado por alguns setores.

Na sua análise, houve interesse do Congresso Nacional em acompanhar os debates sobre Integração e que a atual projeção internacional do Brasil reflete, sob o ponto de vista econômico, fundamentos lançados pelo seu governo, destacando, ainda, a necessidade de fortalecimento do Mercosul para enfrentar os grandes problemas econômicos, ressaltando a preocupação em evitar um viés ideológico.

O governo Itamar também teve dois anos de mandato, tendo sido montado às pressas para suprir o impedimento do Presidente Collor de Mello.

O período Itamar teve alguns destaques significativos, em especial a prioridade dada ao Mercosul, através da sua personalidade jurídica de direito internacional e o fortalecimento da Tarifa Externa Comum.

O Protocolo de Ouro Preto foi importante para dar este caráter de relevância ao Mercosul. Houve também a idéia da ALCSA que objetivava uma aproximação com os demais países do continente. O Embaixador Celso Amorim está convencido de que a iniciativa da ALCSA foi sacramentada anos mais tarde através da Unasul, por coincidência com ele à frente do Ministério das Relações Exteriores.

A estabilização monetária através do real, também foi importante a ser destacado,já que não tínhamos a tradição de planejamento, em virtude de indicadores altos de inflação. Outro ponto a ser destacado foi o reconhecimento das assimetrias que dificultavam a efetivação do bloco, o que veio a ser o embrião para a proposta brasileira de Fundo de Convergência Estrutural.

O Governo Fernando Henrique Cardoso teve oito anos ao longo dos dois mandatos, o que propiciou um tempo maior para planejar sua atuação política.

Foi destacado pelo Embaixador Lampréia, em 1994, a criação da Tarifa Externa Comum que determinou a ampliação da proposta inicial do Mercosul, bem como o destaque negativo para a crise do Governo na Argentina na gestão do Presidente De La Rua.

Enfocou-se a ampliação do Mercosul, tendo sido feito acordo para integrar Chile e Bolívia na condição de membros associados e a Conferência dos Presidentes dos Países Sul-Americanos da América do Sul, realizada em Brasília, em 2000, que, pela primeira vez, reuniu Presidentes de todos os países num evento deste porte.

Foi destacada a finalidade econômico-comercial inicial do Mercosul, a Cláusula Democrática e o fato da integração ter sido tratada como política de Estado. Foi formulada uma crítica ao que seria o seu desvirtuamento futuro para um viés político, tendo sido citado o caso da suspensão do Paraguai, e que o bloco está perdendo terreno no campo econômico-comercial, citando a Cooperação Trans-Pacífico e o possível bloco que está sendo negociado entre os Estados Unidos e a União Européia.

Finalmente, defendeu que o Mercosul precisa retomar o seu papel econômico-comercial e priorizar as grandes obras de infra-estrutura, tais como hidrovias, portos, ferrovias, rodovias, telecomunicações e outros projetos, que interessam aos Presidentes dos países da América do Sul.

O Governo Lula também teve dois mandatos de oito anos, com destaque para as inúmeras viagens internacionais que realizou, notadamente em relação à América do Sul.

O número de Chefes e Chefas de Estado e de Governo que visitaram o Brasil, inclusive antes da posse, além do número de Embaixadas criadas foi extremamente significativo.

O Embaixador Pinheiro Guimarães enfatizou a compreensão do problema das assimetrias, que teve como conseqüência a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, com o aporte de recursos para obras de infra-estrutura no Uruguai e Paraguai, os sócios menores.

O aumento de volume de recursos do BNDES para financiamento de obras de infra-estrutura foi outro ponto positivo destacado, até pelo fato dos outros países não terem um Banco de Desenvolvimento do porte do BNDES.

O processo de fortalecimento do Mercosul com a incorporação da Venezuela como membro-pleno mereceu destaque, assim como a proposta de surgimento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), proposta brasileira que veio a se tornar a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Foi destacado que muitas iniciativas se iniciaram na gestão de Lula, ou seja não seria um mero processo de continuidade de governos passados, citando a Unasul; a nova condução do Mercosul; as inúmeras viagens internacionais; as visitas dos Chefes de Estado ao Brasil; inclusive como primeira visita internacional; os investimentos; as criações de Embaixadas e Representações Consulares no exterior, enfim, movimentos políticos de integração iniciados naquele governo.

Em complemento ao depoimento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Embaixador Celso Amorim deixou clara a importância da integração no Governo Lula, aliado a medidas como o FOCEM e a ampliação do Mercosul, considerado motor do processo de integração.

A criação da Unasul foi destacada, relembrando o período em que foi o Chanceler no Governo Itamar Franco, onde houve a apresentação da proposta da ALCSA, que na opinião manifestada na entrevista, a Unasul seria a proposta da ALCSA, mais aprofundada.

Há uma clareza do Ministro Celso Amorim e do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães na perspectiva de que houve uma priorização do Governo Lula para a intensificação do processo de integração regional, inclusive com o comprometimento da Administração Pública e dos órgãos de governo, o que propiciou uma maior inserção estratégica na geopolítica internacional.

Na análise dos depoimentos, fica claro que todos os governos brasileiros tiveram compromisso com o processo de integração regional, levando-se em consideração que Sarney teve cinco anos de mandato, Collor e Itamar tiveram dois anos e. Fernando Henrique e Lula tiveram oito anos de governo.

De alguma forma, todos tiveram participações relevantes, seja pelo período inicial de retomada da democracia e da negociação com a Argentina, seja pela assinatura do Tratado de Assunção, seja pela assinatura do Protocolo de Ouro Preto, seja pelo início do Plano Real que permitiu a estabilização da economia, seja pelo processo de consolidação da Tarifa Externa

Comum, seja pela reconhecimento das Assimetrias através do FOCEM, seja pela apresentação da proposta de criação da CASA, posteriormente, Unasul.

Apesar da política externa ter uma continuidade na implementação de prioridades governamentais, existem características próprias que diferenciam cada governante brasileiro, em particular a quantidade de viagens e encontros internacionais, incluindo os foros multilaterais; o número de visitas de Chefes de Estados; o volume de investimentos; o perfil de atuação do BNDES; a atividade dos, órgãos da Administração Pública como Embrapa, Fundação Oswaldo Cruz e Universidades; a quantidade de normas discutidas e aprovadas no Congresso Nacional, entre outras medidas que destaca a presença do Presidente Lula ao longo dos dois mandatos.

Outra questão clara foram os pronunciamentos dos Embaixadores Celso Amorim, Luiz Felipe Lampréia e Samuel Pinheiro Guimarães, que puderam manifestar opiniões mais detalhadas relacionadas ao período Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente.

As diferenças de estilo, de prioridades na orientação política e de atuação governamental fica evidenciada, principalmente pelas críticas do Embaixador Lampréia ao estágio atual do Mercosul que teria abandonado o viés econômico-comercial, ao fato de que, em sua opinião, não existe clareza do que a Unasul defende.

No plano da projeção internacional do Brasil, formula crítica contundente à participação do Brasil, juntamente com a Turquia, por ocasião dos acordos negociados com o Irã sobre desarmamento nuclear, durante o segundo mandato do Governo Lula.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no plano contrário, ressalta o caráter mais ampliado do que significa uma integração, realçando a necessidade de intensificação do diálogo com outros países e o fato do país ser o motor da integração regional. Defende, ainda, a necessidade da Unasul como foro para discussão de questões importantes, sem a presença de Canadá e dos Estados Unidos, e o protagonismo do Brasil no cenário político internacional, a partir do reconhecimento da importância do país, aliado à uma posição de destaque do próprio Presidente Lula.

Todos os entrevistados enfatizaram que integração regional foi tratado como política de Estado, e que diversas medidas foram tomadas nesta perspectiva, notadamente para fins de ampliação, consolidação ou de institucionalização para atingir as finalidades.

A segunda visão é pertinente aos representantes das instituições que fazem a análise do papel do Brasil sob a ótica dos dois processos de integração em curso, a saber o representante da Unasul, Dr. Pedro Sassone, e o representante do Mercosul, Dr. Jeferson Miola.

5.8.2- ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS DOS REPRESENTANTES DO MERCOSUL E DA UNASUL

Sob o ponto de vista da análise de técnicos que estão atuando nas instituições, nota-se uma preocupação em realçar a posição do Brasil no comprometimento do processo de integração.

Como ambos os entrevistados atuam na parte da burocracia da Secretaria, vivenciam os problemas estruturais do cotidiano, embora tanto no âmbito do Mercosul, quanto no âmbito da Unasul, o trabalho da Secretaria encontra-se em estado de ampliação para servir de canal junto a outras instâncias de atuação dos respectivos blocos e mesmo com as instâncias decisórias mais importantes.

O compromisso dos Estados deve se refletir não somente na parte financeira, mas também na infra-estrutura, através do envio de funcionários e no suporte técnico para permitir a continuidade do funcionamento.

O Secretário brasileiro Jeferson Miola destacou a necessidade do Brasil, pela sua densidade no Mercosul, assumir uma posição mais efetiva, possibilitando acelerar o processo de integração, já que sendo o maior membro do Mercosul deve assumir maiores contra-partidas para o avanço deste processo de integração. Fez, ainda, uma crítica sobre a institucionalidade do bloco, destacando a paralisação atual do Parlamento do Mercosul diante de divergências na sua composição, o que prejudica um importante órgão que poderia fazer uma ponte com os Parlamentos nacionais, ou mesmo legislar sobre questões importantes do bloco.

O assessor colombiano Pedro Sassone elogiou o compromisso dois países, que tem assumido as responsabilidades da Unasul, em especial com a parte institucional que tem se intensificado, através dos vários órgãos que estão sendo criados.

A estrutura da sede da Unasul, em Quito, tem contado com a ajuda do Governo do Equador e tem possibilitado dar o suporte para o pleno funcionamento destes órgãos técnicos que estão sendo criados para o desenvolvimento de suas atividades.

É de ressaltar que a criação da Unasul/CASA alcançou os governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma Rousseff, no âmbito dos governos brasileiros.

5.8.3- FUTURO DA INTEGRAÇÃO

Este trabalho acadêmico objetivou avançar na complexidade que envolve um

processo de integração regional, que depende das variáveis da conjuntura geopolítica regional e internacional e as variáveis da conjuntura interna, comportando múltiplos fatores que possibilitam uma maior densidade política ao Brasil.

A atual conjuntura geopolítica internacional contempla dois fatores sem precedentes na história recente.

O primeiro grande fator é a perda de influência dos Estados Unidos, a partir de uma conjuntura multilateral em que vários países tem se colocado para um protagonismo no cenário político; aliado a crise financeira e econômica de setembro de 2008, iniciada no mercado imobiliário estadunidense, além do déficit gêmeos aprofundado pela necessidade de aumentos de gastos militares para o combate ao terrorismo, oriundo do atentado de 11 de setembro de 2001; o segundo fator é a ascensão da China enquanto potência concorrente na hegemonia global; dentre outros aspectos com menor influência.

Embora os Estados Unidos tenham condições de manter o status de maior potência econômica, política e militar por um longo tempo, é inequívoco que o atual quadro da conjuntura internacional tem sido o mais complicado para os interesses de Washington, nas últimas décadas.

Para se contrapor ao crescimento de processos de integração regional em fase de fortalecimento, em especial na América do Sul, os Estados Unidos optaram em propor algumas vantagens em Tratados de Livre Comércio, seja na área do comércio, das finanças, de determinados produtos, investimentos ou na esfera produtiva, setor de serviços, proteção à propriedade intelectual, compras governamentais, dentre outros setores, com claro objetivo de influenciar ou, no mínimo, ganhar tempo em relação às negociações que estão em curso.

Nos últimos vinte anos, esta estratégia foi tentada através do Acordo de Livre Comércio reunindo o Canadá; a ampliação através do México com a criação do NAFTA, além do próprio Canadá; a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, e os recentes acordos que estão sendo propostos junto a países como Colômbia, Chile, Peru e países da América Central e do Caribe.

Sem capacidade momentânea de incorporar Brasil e Argentina nos seus projetos de livre comércio, os Estados Unidos acabam optando por tentar persuadir potenciais parceiros que poderiam ampliar os projetos integracionistas, em especial o caso Mercosul e da Comunidade Andina de Nações.

Foi debatido por ocasião da defesa estadunidense para a implantação da ALCA, que qualquer projeto de livre-comércio, a pretexto de defesa do livre mercado e do setor produtivo, poderia se constituir numa estratégia de permissão para grandes empresas

estadunidenses e canadenses pudessem ter o controle maior de sua área de atuação, maior possibilidade de lucratividade com acesso a novos mercados e numa estratégia que poderia, inclusive, debilitar os Estados Nacionais.

Na análise do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães:

> A existência do Mercosul, cuja premissa é a preferência em seus mercados às empresas (nacionais ou estrangeiras) instaladas nos territórios da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai em relação às empresas que se encontram fora desse território e que procura se expandir na tentativa de construir uma área econômica comum, é incompatível com objetivo norte-americano de liberalização geral do comércio de bens, de serviços, de capitais etc que beneficia as suas megaempresas, naturalmente muitíssimo mais poderosas do que as empresas sul-americanas. (2012, p.3)[80]

Outro fator que orienta a geopolítica estadunidense é a preocupação com o suprimento de energia para a sua indústria e o crescente consumo interno, levando-se em consideração a sua dependência de recursos naturais que não dão vazão à enorme demanda. Seu grande parceiro comercial na demanda por petróleo no continente continua sendo a Venezuela.

Na medida em que este país modificou a situação anterior de total dependência dos Estados Unidos, inclusive nas importações, para um estágio de maior diversificação dentre as parcerias comerciais, tanto na venda do seu petróleo, como no plano das importações, possibilitou deslocar o seu eixo de atuação política para uma integração com países da América do Sul, da América Central e do Caribe. Para esta estratégia utilizou o petróleo como um bem para a realização de trocas comerciais, o que, inclusive, motivou uma tentativa de golpe naquele país, em 2002, cujo novo governo não se viabilizou, mas obteve o reconhecimento dos Estados Unidos e do governo conservador do Partido Popular na Espanha, iniciando um estremecimento na relação política entre Caracas e Washington.

O segundo grande fator de influência na geopolítica internacional, verifica-se através da ascensão da China nesta última década, quando passa a ser o maior pólo exportador do mundo, notadamente dos produtos industriais, e a segunda maior potência importadora do mundo, consumindo *commodities* para suprir o seu processo de desenvolvimento, além de alimentos para seu enorme contingente populacional, o que acaba sendo o contraponto no processo de diminuição do poder de influência dos Estados Unidos, face aos fatores explicitados acima.

Desde o ano de 2001, por ocasião do ingresso da República Popular da China junto à Organização Mundial do Comércio e para subsidiar a sua demanda interna, este país passa a ter colossal participação no comércio internacional, com relevante destaque para a América

[80] Texto acadêmico do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

do Sul.

No Brasil, em 2009, a China passa a ser o maior parceiro comercial ultrapassando os Estados Unidos, fato político e econômico sem precedentes, inclusive na configuração de uma prioridade para o eixo Sul-Sul.

O ingresso da China na atividade de comércio direto, a partir de 2001/2002, levou a uma pauta de exportações concentrada em commodities, recursos energéticos e minerais, ao passo que as importações oriundas da China estão concentradas em produtos manufaturados.

Estudo de Gallagher e Porzecanski (2010) ao analisar o impacto do comércio entre América do Sul e China, aponta uma concentração em poucos estados e poucos setores (ver gráfico no anexo à tese), sendo que em 2006, dez setores e seis estados representavam 74% de todas as exportações da América Latina para a China, sendo 91% de todas as exportações de *commodities*.

Dos seis países, somente o México não pertencia à América do Sul, sendo que dados de 2009 apontam que cinco países – todos da América do Sul – e oito setores concentram todo o comércio entre América Latina e a China.

Destaca-se que as exportações da China para a América Latina são compostas por produtos eletrônicos e mecânicos, levando países como Brasil e Argentina, que possuem um parque industrial iniciado a partir da década de 1930, sofram os efeitos desta competitividade.

Pela sua dimensão econômica, o Brasil é considerado estratégico, inclusive pela sua participação no Mercosul e na Unasul, razão pela qual existe interesse chinês em utilizar o mercado brasileiro para o ingresso de mercadorias chinesas para o restante da América do Sul. Nesta relação estratégica, a China ocupa a segunda posição como sócio comercial em matéria de importações, atrás dos Estados Unidos, com 12,61%, além de ser o primeiro colocado em exportações de mercadorias e produtos brasileiras, com 12,49%.

Em relação ao Peru, a taxa de exportação e importação se mantém equilibrada em 15%; a Colômbia já tem a China como 3º destino de seus produtos, com 5,2% e segundo sócio em matéria de importações, com cerca de 13,4%; o Chile exporta 16,46% dos seus produtos para a China, sendo o primeiro destino dos seus produtos, e sendo o terceiro sócio na pauta de importações; na Argentina, a China é o quarto sócio comercial em importações com 10,26% e o segundo sócio em exportações com 9,26%; e a Venezuela tem intensos acordos na área do petróleo, notdamente pesado, extra-pesado e betume, além da área energética e de infra-estrutura.

A China, com seus indicadores contínuos de crescimento em dois dígitos, embora com algumas interrupções trimestrais fruto de oscilações internas pertinente à política de

câmbio e desvalorização do yuan, tem algumas previsões de se tornar a maior potência do mundo num prazo de vinte e cinco anos.

Este país, nas últimas duas décadas, passou a ser um ator decisivo na América Latina e no Caribe, inclusive criando uma situação econômica diferenciada, pelo fato desta região ser considerada como tradicional área de influência dos Estados Unidos.

Ocorre que as políticas econômicas anticrise dos países do Norte implicaram numa oferta crescente de dólares e euros junto aos outros países, ocasionando a valorização da moeda local, aliado aos índices de crescimento econômico dos países da América Latina e do Caribe, o que favorece aos investimentos.

A combinação destes fatores pode acarretar um grave problema no âmbito da integração, o fenômeno da desindustrialização, que deve ser tratado junto com a problemática da ascensão do comércio com a China para os países da América do Sul.

As indústrias locais vem sofrendo grande pressão na concorrência das importações industriais, inclusive com a utilização de mão-de-obra mais barata, e com a facilidade das importações destes produtos, aliado à demanda por *commodities*, em especial de minerais e de alimentos, sustentada por preços atraentes no mercado internacional, o que acaba implicando no desestímulo a novos investimentos na indústria, em detrimento aos investimentos naqueles setores.

Faz-se necessário que políticas industriais, no âmbito de cada Estado-Membro, e no âmbito do Mercosul, principalmente, e da Unasul, possam combater o fenômeno da desindustrialização, até pelas conseqüências sociais que podem ocorrer como o desemprego através da diminuição dos postos de trabalho, a falta de investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação e a diminuição do parque industrial.

Neste contexto da desindustrialização e da necessidade de se manter o crescimento em taxas crescentes, três graves questões precisam ser enfrentadas enquanto política intra-bloco e enquanto política de Estado dos países membros do Mercosul e da Unasul, a saber a manutenção dos índices de emprego, o problema de infra-estrutura que dificulta a atividade econômica e o nível de investimento em educação.

A implementação de políticas públicas de distribuição de renda tem sido fundamentais para possibilitar a incorporação de setores marginalizados para os níveis de consumo, reduzindo os indicadores de pobreza e possibilitando um maior equilíbrio, a partir da redução dos níveis de desigualdade social.

Acontece que as políticas públicas de distribuição de renda, por si só não resolve os problemas de incorporação da maior parte do contingente populacional na esfera produtiva.

Este problema é resolvido com o emprego, principalmente os de maior qualificação, e com a manutenção do poder de compra do salário. As políticas de valorização do salário mínimo, com ganhos reais acima da inflação e os baixos índices de desemprego no caso brasileiro, tem sido um paradigma importante para manter a estabilização da situação econômica, aliado à ampliação do desenvolvimento social, mesmo com crescimento baixo do Produto Interno Bruto.

Nos países sul-americanos, o problema da falta de investimento em infra-estrutura é histórico e demanda prioridade na agenda política. A ausência de infra-estrutura de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, de portos, de aeroportos, de energia, de saneamento, informática, comunicações nestes, é fator que dificulta a integração entre os países e o estabelecimento de políticas públicas conjuntas, o que vem sendo atenuado nos últimos anos.

Em relação à educação, juntamente com ciência, tecnologia e inovação, constitui em fator prioritário e fundamental para que o Brasil possa participar dos debates e dos acordos internacionais, ampliando a sua participação no comércio internacional, além do aumento do número de patentes e na priorização do setor de inovação.

Todos estes aspectos favorecem a articulação a nível internacional para a elaboração de uma agenda integrada e articulada em bloco, em detrimento de posições isoladas e que estejam em conflito com posições de países vizinhos.

Entretanto, a complexa conjuntura que corresponde à Nova Ordem Internacional pressupõe uma superação do debate ideológico do papel a ser desempenhado pelo Estado, face aos desdobramentos da crise financeira internacional no contexto do século XXI.

Se no auge do pensamento neoliberal, triunfavam as visões governamentais ortodoxas de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, que influenciaram tantos países, através da própria monitoração das equipes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, na defesa da desregulamentação, da privatização, da terceirização, da precarização das relações de trabalho e abertura desenfreada dos mercados, em que pese o Estado ter influência na condução da atividade econômica e regulatória, verifica-se uma mudança radical das relações econômico-financeira no espaço de três décadas.

O atual momento se simboliza pelo enorme abismo e permanente contradição nos interesses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, que, inclusive, se traduz em grandes debates promovidos pela Organização das Nações Unidas, na qual grandes potências não assumem suas responsabilidades em temas como meio-ambiente, clima, direitos humanos, desenvolvimento, água, alimentação, dentre outros assuntos.

Existe, também, um processo permanente e contínuo do avanço tecnológico, que

possibilita uma expansão da globalização, em particular a atividade de comércio através de empresas multinacionais e transnacionais que tem enorme facilidade de deslocamentos de seus investimentos, de acordo com seus interesses lucrativos, pressionando, inclusive, Estados Nacionais.

A própria facilidade de liquidez e acesso ao crédito originou a crise financeira nos Estados Unidos e traduz um movimento especulativo, que envolve a participação de bancos, financeiras, corretoras, fundos de investimentos e agências de crédito. Os países em desenvolvimento, em especial os emergentes, conseguiram manter uma capacidade de enfrentamento desta crise, possibilitando indicadores de crescimento com redução de contingentes populacionais significativos da pobreza, aliado a manutenção ou mesmo ampliação do nível de emprego com o incremento de novos postos de trabalho.

Os desafios do atual quadro geopolítico internacional avançam na análise político-militar a partir do movimento estadunidense, ao longo da primeira década deste século, em dar uma resposta ao terrorismo, o inimigo invisível que pode estar em qualquer lugar. A participação em conflitos armados no Iraque e no Afeganistão, além de operações como a do Paquistão para perseguir o principal alvo do Grupo Al Kaeda, o terrorista Bin Laden, tem mobilizado tropas estadunidenses em todo o planeta, caracterizando um gasto financeiro sem precedentes na história das civilizações.

Como conseqüência, os Estados Unidos, através da tese do direito de defesa contra possíveis ameaças, tem imposto decisões de força, inclusive avançando na ampliação dos poderes de atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ultrapassando a sua competência e finalidade, além de posições favoráveis a movimentos populares de revolta para deposição de governantes, principalmente no mundo árabe, justamente em países que, apesar de ditaduras, tinham o apoio estadunidense. Países como Estados Unidos e Israel acompanham o desenrolar destas crises, inclusive a que ocorreu em países como Egito e Líbia e o que vem acontecendo na Síria, preocupados com a tomada de poder por grupos heterogêneos e com visões distintas das ditaduras que prevaleciam, mas que conviviam de forma conveniente, mesmo com divergências pontuais.

Verifica-se um quadro de contradição no campo dos direitos humanos, de total desrespeito aos princípios básicos de respeito à pessoa humana e à conduta social, justamente num momento em que vários países europeus tem diversas manifestações racistas, xenófobas e que tem avançado no campo da violação aos direitos humanos, além das violações aos direitos civis e políticos, provocados pelas autoridades estadunidenses na base militar de Guantánamo, sob a alegação de que os presos são terroristas, o que está sendo utilizado como

justificativa para privá-los de direitos fundamentais, como designação de advogado, conhecimento das razões para o cárcere, contraditório e ampla defesa, além do próprio devido processo legal, totalmente desvirtuado de suas finalidades.

Neste quadro complexo, o Brasil, a partir do processo de redemocratização, vem buscando avançar na perspectiva de deixar claro o seu comprometimento, enquanto Estado Nacional, com responsabilidades maiores em relação ao processo de integração regional, principalmente sul-americano. Ao longo destas quase três décadas de retorno à normalidade democrática, tivemos momentos que demonstram a projeção de uma estratégia para viabilização de uma participação mais ampliada e sólida do país no cenário geopolítico internacional.

Esta forma de atuação política, no entanto, não foi elaborada, construída ou priorizada da mesma forma pelos vários Presidentes da República e seus respectivos governos, apontando, atualmente, como um processo de consolidação no estágio de prioridade da integração regional como política externa, bem como na necessidade de sua concepção como uma política de Estado, e não de Governo, mantendo, desta forma, a continuidade de suas diretrizes.

As diferentes percepções governamentais de como priorizar ou mesmo atuar de forma conjunta a estes países, tem relação com as demandas, crises e prioridades que caracterizaram determinado período histórico e que pode apontar na melhor estratégia para se enfrentar as dificuldades, a efetivação de medidas de continuidade e mesmo a superação de divergências localizadas no processo de superação dos conflitos.

Conforme já abordado e seguindo a tendência manifestada durante o período que compreende a sua primeira década, o Mercosul, criado a partir de uma conjuntura econômica e comercial que pautou a agenda do bloco, foi bastante expressivo porque todas as projeções apontam para um aumento significativo no fluxo comercial do Brasil com Argentina, Uruguai e com o Paraguai, além da nova integrante, a Venezuela.

Embora o Brasil já tivesse participado de outros processos de integração na América Latina e, em particular, na America do Sul, os fluxos comerciais efetivamente não eram significativos e a pauta de exportações do Brasil acabava priorizando o eixo Norte, em especial o comércio com os Estados Unidos da América e os países componentes da União Européia.

Embora a diversificação do fluxo comercial através das exportações e importações para outros países, regiões e continentes, tivesse se ampliado, principalmente, a partir do primeiro mandato do Governo Lula, é significativa a diversificação da pauta comercial ao

ampliar o comércio com os países do Mercosul, enquanto prioridade na agenda, aliado à diversificação para outras regiões e países.

Constata-se que o sucesso do processo de integração é a visão ampla e dialética que dá amplitude ao tema, ao contrário de algumas análises restritivas que, atualmente, diagnosticam o fracasso do Mercosul e da integração sul-americana, em virtude de contenciosos específicos na área econômico-comercial ou mesmo a diminuição momentânea dos fluxos comerciais pelos desdobramentos da crise internacional ou por pressões protecionistas de algum dos seus membros.

É lógico que não se rejeita o significado e a importância econômica e comercial da integração sul-americana, mas configura-se bastante tendencioso creditar eventual fracasso da integração a esta justificativa, já que visa esconder através da análise simplista, a posição de determinados segmentos críticos à este modelo de integração.

Sendo assim, os diferentes governos brasileiros tiveram posições importantes a serem destacadas em favor da integração a partir da conjuntura hegemônica, embora de forma pragmática, não obstante as visões distintas de qual seria a melhor estratégia e mesmo das prioridades governamentais naquele momento histórico.

O governo do Presidente Sarney teve posição estratégica, ao coompreender a necessidade de aproximação com a Argentina nos idos dos anos oitenta e conseguir criar uma agenda econômico-comercial que, inclusive, serviu para intensificar um novo ambiente político, afastando a rivalidade dos Governos militares dos dois países e o receio de uma corrida armamentista, em particular, a nuclear e, finalmente, contornar questões domésticas como os Tratados de Itaipu, realizado entre Brasil e o Paraguai, sem anuência à Argentina, além do fato de que ambos tinham cenários parecidos na esfera política, com a retomada do processo democrático após o regime autoritário, e grandes dificuldades no cenário interno com problemas de ordem macroeconômica e microeconômica..

Este ambiente de negócios, de acordos e de reuniões possibilitou a compreensão de que Argentina e Brasil atuando juntos, teriam muito mais vantagens do que separados na arena internacional, num momento em que havia uma grande crise nas economias periféricas, dificuldade nas políticas micro-econômicas, problemas de desemprego, inflação alta e indicadores significativos em índices como taxas de natalidade, de mortalidade infantil, índices de analfabetismos e o problema da dívida externa contraída nas décadas anteriores, através de empréstimos externos realizados em um ambiente de juros atraentes.

Com este complexo cenário, a estratégia e a decisão política de firmar acordos com a Argentina, longe de ter uma visão para médio e longo prazo, até pela falta de tradição dos

países sul-americanos em planejamento, significou a efetiva vontade de mudar, no curto prazo, o paradigma vigente de rivalidade para o de cooperação, possibilitando o cenário para mudanças que acabaram propiciando a assinatura do Tratado de Assunção.

A transição para o governo Collor se deu com o cenário político já consolidado de compromisso daquele governo com o projeto de reformas e o desmantelamento do Estado da agenda neoliberal, refletindo a diminuição do debate ideológico entre esquerda e direita que tinha influenciado de forma significativa, os debates ocorridos durante a Assembléia Nacional Constituinte em 1987 e 1988 e a texto da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988.

Esta fase de defesa da vinda do capital externo e da prioridade dos investimentos através do setor produtivo e da regulamentação e apoio aos investidores externos por parte do Poder Público, direcionou-se a estratégia daquele Governo para uma situação que levasse à abertura indiscriminada do mercado brasileiro.

As diretrizes consolidadas no Tratado de Assunção, já com a inclusão do Uruguai e do Paraguai, estabelecem em primeiro plano medidas que poderiam intensificar os estágios que levassem o recém-criado Mercosul para uma União Aduaneira, a partir de prazos e estágios a serem cumpridos pelos seus países membros, previstos no Tratado.

Com as dificuldades enfrentadas no plano interno face às denúncias de corrupção, o Governo Collor não teve condições de projetar uma estratégia de política externa para o Mercosul, tendo como grande mérito o fato de ter participado da assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, mantendo a continuidade do processo iniciado no Governo Sarney.

Estas dificuldades foram ampliadas na medida em que o Plano Brasil Novo não conseguiu atingir os resultados previstos pelos seus mentores, além da crescente impopularidade decorrente do confisco de recursos financeiros de pessoas físicas e jurídicas e, principalmente, nas denúncias de corrupção que possibilitaram investigações através de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que levaram ao impedimento do Presidente, mediante a aceitação da Câmara dos Deputados através do Juízo de Admissibilidade e o julgamento pelo Senado da República atuando como um verdadeiro Tribunal Político.

Registra-se que ao longo do seu curto mandato, o Brasil se destacou no cenário internacional por ocasião da UNCED 92, a chamada Rio 92, que foi uma Conferência Mundial sobre Meio-Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro com a presença de mais de uma centena de Chefes de Estado e de Governo, e que culminou com a Declaração do Rio de Janeiro, a Convenção do Clima, da Biodiversidade e a Agenda 21, contando, ainda, com a

participação de milhares de cidadãos do mundo inteiro, que participaram do Fórum Global no Aterro do Flamengo.

Com o impedimento do Presidente Collor, os dois anos seguintes do seu mandato foram cumpridos pelo então Vice-Presidente eleito na chapa, Itamar Franco. Por tratar-se de um político experiente de forte viés nacionalista teve o apoio de setores majoritários do centro liberal, além de alguns setores conservadores e mais à esquerda, para um governo de coalizão.

Com a pressão externa favorável aos fundamentos neoliberais e com as dificuldades internas da economia, aliado à fragilidade pelo fato dos dois Planos Econômicos elaborados no governo antecedente, o Plano Collor e o Plano Collor II, não terem alcançado os resultados desejados, o Governo Itamar Franco acabou tendo o mérito do lançamento do Plano Real, que veio a ser a estratégia mais exitosa para viabilizar a atividade econômica, através da estabilização e valorização da moeda, bem como o fim do processo inflacionário.

No que tange à política externa, o Governo Itamar não teve estratégia de projeção internacional para o Brasil, até pelas circunstâncias da sua assunção ao cargo de Presidente, mas o legado do lançamento do Plano Real foi de extrema importância para o início de uma cultura de inflação baixa e de planejamento, tendo, inclusive, conseguido eleger o seu Ministro da Fazenda como o seguinte Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O Governo do Presidente Cardoso apostou numa estratégia mais participativa no cenário internacional, sem, necessariamente, priorizar a relação com os seus vizinhos. Esta estratégia favorecia ao país continuar sendo um exemplo de defensor da paz e da solução pacífica dos conflitos, bem como apostar no diálogo e na posição da Organização das Nações Unidas, como foro para debates e exposição das divergências.

Na medida em que este Presidente foi eleito para um mandato de quatro anos, tendo sido reeleito para mais quatro anos, verifica-se uma prioridade clara na intensificação de abertura da economia, diminuição do tamanho do Estado, a manutenção de altas taxas de juros para impedir o aumento inflacionário e a intensificação das privatizações do patrimônio público.

No âmbito da política externa e do cenário internacional, o fato do Presidente ser reconhecido como um intelectual, colocava o governo em evidência como um país emergente que apostava nas reformas para atrair o capital externo. Exemplo claro, além das privatizações, foram as mudanças implementadas na Constituição Brasileira através das Emendas à Constituição, cuja finalidade era a quebra do monopólio do petróleo, gás canalizado, navegação de cabotagem, enfim sinalizar ao mundo e aos agentes financeiros, em

particular, que o país apostava nas reformas estruturais, além de buscar segurança jurídica para as empresas e consórcios transnacionais poderem investir no Brasil.

Setores como telecomunicações, telefonia, concessões de serviços públicos, dentre outros, foram intensificados a partir da primeira abertura no Governo Collor, sob a justificativa que o Estado era lento e havia concentração de atribuições por parte do Poder Público, gerando ineficiência e prejuízo ao cidadão.

A política externa do Governo Fernando Henrique se aproximou, de forma natural, dos Estados Unidos e da União Européia, não somente sob o ponto de vista econômico através do fluxo de exportações e importações, mas também sob o ponto de vista político, principalmente nas questões relacionadas à vinculação da nova ordem internacional ao centro hegemônico unipolar.

No plano regional, o Governo Fernando Henrique Cardoso ao longo dos oito anos de mandato, pode ser bem mais efetivo do que os dois Presidentes anteriores, na medida em que começou a haver uma preocupação na consolidação institucional do Mercosul, o que se materializou através de vários Protocolos e de decisões de várias instâncias do bloco, principalmente pela necessidade de avanços mais concretos, além da comprovação, na prática, da impossibilidade de cumprimento das etapas para se chegar a uma união aduaneira.

Dentre as mais significativas mudanças proporcionadas pelo Governo Cardoso foi a assinatura do Protocolo de Ushuaia que instituiu a Cláusula Democrática, consolidando o que se convencionou chamar de início efetivo do Mercosul Político.

O Tratado de Assunção e alguns documentos já faziam menção à democracia, ao ambiente democrático e respeito às Constituições e legislações internas, mas o Protocolo de Ushuaia foi articulado em virtude de uma questão concreta, a saber, a possibilidade de golpe de Estado, por parte do Comandante Militar General Lino Oviedo contra o Presidente Civil do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy.

Este episódio, a saber a participação do Governo e da representação diplomática brasileira, e a participação argentina, em particular, a diplomática, foram fundamentais para que não houvesse a desmoralização do bloco, com a conseqüente perda de credibilidade internacional, num momento em que os países da América do Sul tinham total interesse em aprofundar as raízes democráticas e sepultar o passado de arbítrio.

A inequívoca sinalização ao mundo da vocação democrática do bloco, possibilitou o aumento da credibilidade e a necessidade de reconhecimento do Mercosul como um ator regional relevante, pelos próprios números da área territorial, populacional e em termos de Produto Interno Bruto.

Nesse momento em que os Estados Unidos da América ainda exerciam pressão em favor da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a pressão contrária maior não vinha dos Governos dos países da América Latina e do Caribe, mas sim da sociedade organizada e dos movimentos populares dos países da América do Sul, inclusive sindicais, preocupados com o desemprego, e até de segmentos do setor produtivo, preocupados com a falta de competitividade das empresas nacionais face às estadunidenses,que exerciam pressão contrária junto aos seus Governantes.

Houve um aliado de última hora no Congresso Americano, na medida em que o Poder Executivo era Democrata e o Poder Legislativo, de maioria Republicana, por conta de divergências políticas, o Congresso estadunidense não aprovou o *Fast Track* que possibilitaria a autorização daquele Poder para o Executivo estabelecer os acordos relacionados à efetivação da ALCA, até porque alguns setores da economia eram contrários à abertura para bens e mercadorias de outros países do continente americano.

O período do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso utilizou o Mercosul para conseguir uma projeção maior em termos da visibilidade do Brasil e do próprio Mercosul como mercado, além da sua política externa ter projetado uma maior ênfase comercial junto aos países do norte reconhecendo a importância dos Estados Unidos e da União Européia como principais atores no cenário global, dentro desta conjuntura unipolar.

A mudança de prioridade na política externa do Governo de Fernando Henrique para Lula foi significativa, na medida em que fez viagem à América do Sul antes de iniciar o mandato e em seus primeiros discursos ficou clara a opção pela América do Sul na política externa e, por conseqüência, a priorização dos blocos regionais.

O Presidente Lula conseguiu perceber de forma bastante lúcida, as mudanças no cenário geopolítico internacional a partir da evidência de novos atores na cena política, além das mudanças no cenário sul-americano, através da eleição de Presidentes com visão nacionalista em sequência, favorecendo, desta forma, o processo de integração regional.

A política externa do Governo Lula priorizou a América do Sul e, como consequência, abriu um diálogo e um reconhecimento maior da importância do Brasil no cenário regional.

No âmbito do Mercosul, a mudança de prioridade e de ação política do Brasil, Argentina e Uruguai, posteriormente o Paraguai, possibilitou mudar a diretriz econômica-comercial para avançar e consolidar a projeção institucional, social, política e cultural nas medidas de políticas públicas a serem priorizadas, registrando-se que algumas medidas já tinham sido aprovadas ou estavam em curso ao longo do primeiro decênio do Mercosul, conforme abordado neste estudo acadêmico.

Evidentemente, a dimensão econômica-comercial, no segundo decênio, também era considerada importante para fins do aperfeiçoamento dos estágios comerciais da integração. Nesta perspectiva de avanço para consolidar a União Aduaneira, foi aprovada em 2004, a Decisão CMC nº 54/04 sobre a uniformização da legislação aduaneira entre os Estados Membros e a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). A eliminação da dupla cobrança da TEC é importante instrumento para o aperfeiçoamento da União Aduaneira, ao fazer com que um bem que cumpra com a Política Tarifária Comum (isto é, o pagamento da TEC) ao ser importado, seja considerado originário, podendo, desta forma, circular dentro do Mercosul sem pagar novamente o imposto de importação.

A dificuldade ainda existente de harmonização de legislações no Mercosul, a partir das dificuldades em estabelecer uma supranacionalidade no campo legiferante, contribui para a continuidade dos desequilíbrios nesse bloco, decorrentes da falta de regras claras comuns a todos os Estados Membros, proporcionando falta de segurança jurídica e o interesse das empresas em investir nos Estados maiores.

Entretanto, vem sendo compreendido que a estratégia de consolidação de espaços de integração regional, aliado à estratégia de inserção internacional, passa pela ampliação de espaços como o Mercosul para novos países, com destaque para a possibilidade de ingresso de Equador, Bolívia, Suriname e Guiana, registrando-se a necessidade do estabelecimento de prazos especiais face ao tamanho de suas economias e dos seus níveis de desenvolvimento, sem deixar de acompanhar a opção de países vizinhos como Chile, Colômbia e Peru, de estratégia de inserção internacional através de acordos de livre comércio.

Quanto maior o bloco regional, maior a capacidade e as condições para enfrentamento dos grandes temas e problemas da agenda nacional, regional e da geopolítica internacional, tais como desindustrialização, crise financeira internacional, demanda da China, o meio-ambiente, defesa dos recursos naturais, melhoria dos indicadores sociais, dentre outros temas.

No debate sobre os temas relevantes da Agenda Internacional, inclue-se o relacionado à participação do país no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, demanda pleiteada ao longo de vários mandatos de Presidentes da República, tendo maior ênfase durante o Governo Lula. Este tema não tem uma decisão consensual dentre os países da América Latina e Caribe, face a pretensão de outros países, com especial destaque para o México. Há um consenso, no entanto, de que o atual Conselho de Segurança está longe de representar o mundo multipolar deste novo cenário geopolítico, que permite a participação de múltiplos atores.

Em outros temas, a participação brasileira tem sido bastante evidenciada tais como nas questões relativas ao Meio-Ambiente, em particular todos os eventos convocados para a discussão sobre o tema, tendo especial destaque para a Conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas, a Rio+ 20, realizada no Rio de Janeiro, com a participação de dezenas de Chefes de Estado e de Governo e da sociedade civil.

Outros temas de destaque no cenário da agenda multipolar é o da reforma do Sistema Financeiro Internacional, em particular maior participação das cotas dos países emergentes em instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; solução de conflitos relacionados ao Oriente Médio, como a participação do Brasil e da Turquia, em acordo celebrado com o Irã, posteriormente não aceito pelos Estados Unidos; a ampliação do G7+ Rússia para o G-20, incluindo a participação dos países emergentes como o Brasil, Argentina e México, e de outras regiões como Ásia e África.

Paralelo ao reforço da integração regional, sob o ponto de vista econômico houve uma diversificação da pauta de exportações/importações com outros mercados, o que propiciou alternativas ao eixo tradicional de comércio com Estados Unidos e União Européia, vindo a se mostrar uma decisão acertada com a crise financeira internacional, que afetou de forma significativa o mercado e o crescimento da economia daqueles países, em contraposição a países da América Latina, em especial América do Sul, além de países da África e da Ásia, que permanecem com taxas e indicadores de crescimento sustentável.

Importante registrar que a condução dos conflitos entre países, propiciou que o Brasil, através de sua diplomacia, fosse protagonista na lutar pela solução pacífica dos conflitos nas situações de divergências, apostando no diálogo de forma racional e pacífica, o que leva ao processo de continuidade e avanço das instituições, não obstante os naturais obstáculos e dificuldades.

Exemplos nessa perspectiva ao longo destas últimas décadas foi a já citada criação do Grupo de "Amigos da Venezuela"; a participação e liderança brasileira na MINUSTAH, Força de Paz enviada pela Organização das Nações Unidas para ajudar na estabilização política do Haiti, composta por diversos países, sendo liderada pelo Brasil; as estratégias utilizadas para impedir a ruptura institucional no Paraguai, em virtude da pressão exercida pelo General Lino Oviedo, o que levou ao Protocolo de Ushuaia; o apoio à implantação da CELAC; o apoio na OEA ao reingresso de Cuba na instituição, dentre outros fatores.

Outro fator de relevância que reflete a conjuntura multipolar é a implementação de um diálogo Sul-Sul, através do reconhecimento da necessidade de diversificação de sua agenda geopolítica para outras regiões.,

Nesta perspectiva do Diálogo Sul-Sul, a participação do Brasil nos BRIC'S (Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul), enquanto potências regionais que apresentam relevância no cenário internacional; a participação no IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o reconhecimento da capacidade do país para sediar grandes eventos como a já citada Rio+ 20, em 2012, o Encontro Mundial da Juventude Católica e vinda do Papa, em 2013 e os eventos esportivos, o que vem demandando grandes investimentos em obras de infra-estrutura, demonstra a agressividade de uma estratégia diplomática no século XXI, que possibilita um maior reconhecimento do peso do país na discussão de grandes temas da agenda internacional.

Os reflexos no Governo Dilma são inequívocos, pelo fato dela ser filiada ao mesmo partido do anterior Presidente Lula e ter sido integrante do seu Governo, ou seja, foi a candidata da situação e da continuidade daqueles projetos políticos, tendo sido, inclusive, a Ministra-Chefe do Gabinete Civil e condutora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos dois mandatos do governo do Presidente Lula.

Nesse período do seu mandato, algumas estratégias políticas demonstram o processo de continuidade no campo regional, como a prioridade pela América do Sul, através do Mercosul e da Unasul, como a aplicação da Cláusula Democrática ao Paraguai, no âmbito destes dois blocos; a condução do processo de integração com Bolívia e Equador, no âmbito do Mercosul, e o avanço das discussões sobre a agenda dos recursos naturais, no âmbito da Unasul, para ficar nestes temas.

A Presidenta Dilma vem tendo algumas dificuldades no âmbito interno que tem implicado na falta de crescimento da economia ao longo dos seus dois primeiros anos do seu mandato.

Na visão mais estratégica do que significa um processo de integração, a Unasul e o Mercosul acabam se constituindo num fator de estabilidade na região, na medida em que movimentam os atores políticos em múltiplas questões de interesse comum, em decorrência da ampliação destes interesses, incorporando os interesses sociais, políticos, jurídicos e culturais, aos interesses econômicos e comerciais.

O fato de contribuir para um ambiente de paz permanente e de cooperação mútua, por si só já seria importante, mas outro aspecto significativo é a possibilidade de aprovação de projetos conjuntos de infra-estrutura que poderão propiciar o desenvolvimento econômico e social da região.

No âmbito deste processo de evolução histórica, a integração sul-americana se constitui numa obra de extrema complexidade política e que se pauta na necessidade de um

diálogo permanente e claro nas estratégias para atingir os seus objetivos, o que provoca em certos momentos determinada falta de coordenação e de posições conjuntas, além da pressão externa já que vem sendo acompanhada por grandes atores do cenário internacional, principalmente pelo seu potencial de recursos naturais, minerais, petróleo, gás, *commodities*, água, além de compreender, sob o ponto de vista geopolítico, áreas com potencial que precisam ser melhor estudadas e exploradas de forma sustentável, como a Amazônia, os Andes, o Chaco e o Pantanal.

Cabe um importante papel às lideranças políticas e à sociedade civil de todos os países, em especial a do Brasil, para estimular, conhecer, aprofundar e radicalizar as políticas institucionais no âmbito do Mercosul e da Unasul, buscando nos ideais da democracia política, na consolidação e respeito aos princípios fundamentais e nos direitos humanos e no Estado Democrático de Direito, a inspiração para a integração sul-americana, já que a opção da grande maioria das nações sul-americanas tem sido pelo aprofundamento e ampliação dos canais de articulação política, que permitam o avanço de uma política regional com características próprias e independentes, mas irmanados num sentimento de ajuda mútua entre estes países e seus povos.

Este sentimento resgata o ideal bolivarianista de unidade, de fraternidade, de busca pela solução de problemas comuns e de apoio mútuo.

Estimular e ampliar o processo de integração é atividade meramente política e que ajuda a consolidar e aprofundar o estágio das jovens democracias, que caracterizam os países da América do Sul.

A intensificação do processo de integração de forma a atender às suas demandas regionais e sem a pressão estadunidense, tem sido estratégia que proporciona autonomia interna e alternativas de busca de novos mercados em acordos econômico-comerciais, além de sinalizar que a área não é uma zona de influência de qualquer potência. A integração regional surge como conseqüência natural do atual estágio da globalização, em que os países buscam as estratégias de interlocução regional para permitir uma posição mais forte no comércio internacional, no âmbito dos mercados e no debate dos grandes temas internacionais, o que possibilitaria maior participação política e representatividade para o debate de grandes temas internacionais.

O século XXI traz uma conjuntura nova através do enfraquecimento do modelo neoliberal na América do Sul, propiciando que sejam criadas estratégias de integração com paradigmas e valores regionais, com menor influência e pressão estadunidense, voltados para os seus interesses. Esses governantes eleitos que traduzem este novo momento, precisam

consolidar o processo de integração regional como política de Estado e inequívoca alternativa ao modelo neoliberal que vem sendo rechaçado pelas urnas na América do Sul, principalmente pelo fato da população não ter sentido qualquer mudança efetiva de suas condições e indicadores sociais e de renda.

Com a crise econômica estadunidense e, mais recentemente, a européia, em países como Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda e Itália, o próprio papel do Estado passou a ser reconhecido como importante e estratégico, enquanto alternativa para a retomada do processo indutor de crescimento e financiamento de políticas públicas que venham a possibilitar um estágio maior de desenvolvimento, principalmente com políticas sociais e diretamente voltadas para a população, consagrando a falência do modelo neoliberal e da filosofia do pensamento único, enquanto fundamento do mundo unipolar preconizado pela liderança dos Estados Unidos, cada vez mais em evidência e sendo objeto de questionamento, principalmente pela maior parte dos países sul-americanos tanto no plano externo, quanto no interno.

A rearticulação de blocos econômicos como o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, possibilitou intensificar o fluxo de comércio entre os países integrantes destes espaços de integração, inclusive com medidas de impacto, como no caso do Brasil e da Argentina ao utilizarem suas moedas nas transações comerciais, ao invés do padrão dólar, além de medidas como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), enquanto medidas concretas para a efetivação dos projetos de integração.

Ainda no campo econômico e com forte viés institucional, foi criado, em fevereiro de 2010, em Cancun, no México, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), enquanto foro que pode vir a ocupar o espaço político da Organização dos Estados Americanos (OEA) de forte influência americana, mas que sente os efeitos de um certo esvaziamento por não contemplar o conjunto dos temas importantes para a região.

Algumas decisões no campo político, tem deixado de forma clara que os interesses no âmbito da OEA tem sido antagônicos, como a pressão para o retorno de Cuba àquela Organização, o que acabou sendo aprovado, mas não foi concretizado em virtude do posicionamento dos dirigentes cubanos.

Outra situação de campos opostos no âmbito do Continente Americano, foi o golpe de estado em Honduras que depôs o Presidente Manuel Zelaya do poder e que deixou claro a existência de divergências profundas sobre o papel da democracia no continente, já que os Estados Unidos apostou na interinidade até a conclusão no processo eleitoral, que culminou

com a vitória do candidato Pepe Sanchez, ao passo que países sob a liderança do Brasil repudiaram o golpe chegando a não reconhecer o governante eleito e empossado.

A posição de divergência veio a ocorrer no golpe da Venezuela, em 2002, ao reconhecer o lado que tinha participado daquele movimento e, mais recentemente, ao reconhecer o impedimento no Paraguai do Presidente Fernando Lugo, o que foi rechaçado pela Unasul e pelo Mercosul.

Existem, ainda, profundas divergências relacionadas às instalações de bases militares na Colômbia e Peru com o concomitante fim das bases militares em Mantra no Equador e a posição contrária à reativação da 4ª Frota americana no Atlântico, além da efetivação de instrumentos de representação política como o Parlamento do Mercosul.

Em relação à Unasul, trata-se de uma das mais articuladas estratégias de integração da América do Sul, em particular pela sua capacidade de discussão de pontos fundamentais para a agenda da América do Sul.

No caso da Unasul, está clara a intenção de variados governos poderem ter um grau de autonomia maior no processo decisório e na capacidade de interlocução com outros atores, até porque a primeira década do século XXI retrata uma pressão maior por um mundo multipolar com um número significativo de atores no processo decisório global atuando ou tendo a perspectiva de atuar na condição de "*global player*".

Em termos de processo de integração neste novo século, a formação da União das Nações Sul-Americanas se constitui num processo em que se valoriza o peso institucional criado à margem dos interesses estadunidenses.

Este processo distoante deve ser creditado ao início do século XXI, em que inúmeros governos com visão independentista tiveram posições e decisões que consolidaram uma fragmentação e relação contrária ao posicionamento anterior do pensamento único e do contexto neoliberal.

A União das Nações Sul-Americanas é uma das principais respostas dos países da América do Sul ao poderio e influência estadunidense no campo diplomático, pressupondo a dificuldade histórica de união de todos os países da América do Sul em criar uma instituição independentista.

A própria decisão favorável à formação do Conselho Sul-Americano de Defesa com uma visão estratégica de políticas e decisões conjuntas no âmbito da soberania do continente, dimensiona a posição de independência.

O reforço ao pensamento bolivariano retrata uma posição consensual em relação à necessidade destes países apostarem em estratégias conjuntas e criarem os seus próprios foros de deliberação, sem interferência ou pressão de países ou instituições externas.

A maioria dos governos dos países sul-americanos tem convergido em diversas posições, sendo certo que na região os pontos de discordância acabam confrontando a posição de países que tem tido uma postura bastante contundente pela unidade sul-americana e mesmo latino-americana e caribenha, como Venezuela, Equador, Bolívia, e o grupo que tem posição favorável e aliada aos Estados Unidos, em especial Colômbia e Peru. Na mediação dos conflitos, um terceiro grupo, sob a liderança do Brasil e composto por Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai acaba tentando conciliar os interesses, embora defendendo posições de forma clara, como no conflito de Honduras, a posição contrária às bases americanas e a defesa de organismos como a Unasul.

A posição da Guiana e do Suriname tem sido a de acompanhamento do processo de discussão e de decisão, tentando buscar uma maior identidade com os demais países sul-americanos.

De qualquer forma, um espaço de integração que reúne toda a América do Sul constitui-se numa possibilidade significativa da Região ter maior peso econômico-comercial, principalmente com a implementação das obras de infra-estrutura física que permitirão um maior desenvolvimento regional com aumento dos empregos.

Esta similitude de pensamento da grande maioria dos governantes tem facilitado um maior entrosamento e articulação de políticas comuns e de interesses a estes países. É importante o acompanhamento do processo eleitoral na região até para se ter uma idéia das políticas de governo, sufragadas pela população, continuarão a favorecer ou dificultar o processo pleno de integração regional. Isto demonstra a importância que as agendas de política externa tem sido objeto de debate nas eleições presidenciais e a preocupação do conjunto de países com a continuidade de políticas governamentais e de Estado.

O caso do Brasil é emblemático porque este país de proporções continentais é o grande parque industrial e econômico da América do Sul e interessa a qualquer bloco econômico na América do Sul, na América Central e Caribe, que o Brasil continue comprometido com políticas de integração, enquanto política externa e de Estado, ao consagrar princípios e valores do Estado Democrático e da Constituição Brasileira.

Acima de tudo, a Unasul se propõe a ser um espaço de integração com forte vocação para uma análise desenvolvimentista e de mudança de paradigmas, o que explica a criação do Conselho na área de Saúde.

A possibilidade de defesa da soberania e do espaço territorial, manifestada no Conselho de Defesa Sul-Americano, é parte fundamental para se compreender a importância de iniciativas como a Unasul.

Defender o seu patrimônio biológico e de biodiversidade, enfim, todas as fontes de recursos naturais e o seu aproveitamento sustentável em benefício destas populações é de vital importância para o equilíbrio do planeta.

Devem caber aos Estados sul-americanos, de forma consensuada, as iniciativas, discussões e tomadas de decisões de questões estratégicas e de interesse para os respectivos Estados e seus vizinhos.

A criação da Unasul enquanto espaço de integração traduz o movimento político de participação no cenário internacional traduzido pelo multilateralismo e pela opção bolivarianista em detrimento da panamericanista. Se a integração bolivariana é caracterizada pela necessidade de um processo autônomo e com características próprias e o movimento panamericanista traduz uma integração controlada e condicionada aos interesses estadunidenses, a opção da grande maioria das nações sul-americanas tem sido pelo aprofundamento e ampliação dos canais de articulação política que permitem o avanço de uma política regional com características próprias. Deve ser igualmente relevante o Compromisso Democrático entre os Estados Membros e a preocupação institucional que poderá propiciar num estágio futuro, a criação de Tribunais ou Sistemas de Solução de Controvérsias entre os Estados-Partes e Parlamentos enquanto órgãos representativos das respectivas populações.

Estimular e ampliar o processo de integração é atividade meramente política e, ao mesmo tempo que ajudará a consolidar o pilar institucional das jovens democracias que caracterizam os países da América do Sul, deveria privilegiar a democracia participativa, através de instrumentos como plebiscito e referendo, e nas estratégias políticas de institucionalização do bloco para o desenvolvimento de políticas conjuntas.

A intensificação do processo de integração de forma a atender às suas demandas regionais e sem a pressão direta dos Estados Unidos, tem sido estratégia que proporciona autonomia interna e alternativas de busca de novos mercados em acordos econômico-comerciais, além de sinalizar que a área não é uma zona de influência de qualquer potência.

A presente Tese de Doutorado possibilitou demonstrar que o processo de integração regional surge como conseqüência natural do atual estágio da globalização, em que os países buscam as estratégias regionais para permitir uma posição mais forte, de forma independente,

sem vinculação à qualquer superpotência e com o objetivo de maior interlocução nos grandes temas internacionais.

O processo de integração regional deve ser conseqüência do efetivo compromisso dos Estados Nacionais e soberanos com bases nos valores e ideais democráticos, nos valores de fraternidade entre os povos, defesa da paz e em benefício dos cidadãos destes países.

Esses governos que traduzem este novo momento precisam consolidar o processo de integração regional como política de Estado e inequívoca alternativa ao modelo neoliberal que foi rechaçado pelas urnas na América do Sul, principalmente pelo fato da população não ter sentido qualquer mudança efetiva de suas condições e indicadores sociais e de renda ao longo da década de oitenta e noventa do século passado.

O cenário que se projeta para a terceira década do Mercosul e o período da primeira década da Unasul é de ampliação das suas agendas no âmbito interno e externo.

Na agenda interna, os canais institucionais tendem a se expandir na perspectiva de busca de maior legitimidade em instâncias como o Parlamento do Mercosul, a consolidação e reconhecimento do Tribunal Permanente de Revisão como foro apropriado para solução de controvérsias, aliado a priorização das políticas sociais, a ampliação da agenda econômica, dentre outros projetos em curso, priorizando as grandes obras de infra-estrutura, com destaque para a efetivação dos eixos que compõe a Iniciativa de Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), esta já incorporada à Unasul, o que demonstra que a agenda interna do Mercosul e da Unasul pode ser articulada com outras agendas, como a da Comunidade Andina de Nações, principalmente em questões de natureza institucionale na ampliação do livre-comércio.

No caso mais específico da Unasul, dois exemplos podem ser citados na agenda comum da integração, a saber o Banco do Sul e o Conselho de Defesa Sul-Americano.

O Banco do Sul ainda está sendo idealizado, mas poderá se constituir em poderoso instrumento de financiamento de obras de infra-estrutura e de desenvolvimento regional, tendo a participação de diversos países, dentre eles, o Brasil. O Brasil responde de forma significativa nos aportes de recursos desta instituição financeira que deverá ocupar um papel totalmente diferente do desempenhado pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

No caso do Conselho de Defesa Sul-Americano pode consolidar-se como a instância competente para que questões relacionadas à este tema possam estar inseridas num projeto de deliberação das temáticas de interesse de todas as nações da América do Sul. A iniciativa de criação de uma instituição desta natureza junto ao processo decisório sobre questões

estratégicas como soberania, atuação conjunta contra ataques externos, defesa das riquezas dos países da região, meio-ambiente, dentre outros aspectos, é ponto de destaque de uma agenda conjunta.

Outro ponto vital é o processo de integração energética, no qual existem algumas ações concretas como a Hidrelétrica Binacional de Itaipu, em parceria com o Paraguai, tendo, inclusive, revisto o Acordo originário da época do regime militar; o projeto do gasoduto Bolívia-Brasil, com a participação da Petrobrás; as negociações com a Venezuela, tanto na importação de petróleo, como no projeto da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, enquanto atividade conjunta da Petrobrás e da PDVSA, não obstante problemas pelo lado venezuelano no aporte dos recursos financeiros acordados. Neste caso específico, a parceria permitirá o o processamento do refino do óleo brasileiro, em geral pesado, diminuindo a importação do petróleo leve; o projeto de transmissão de energia elétrica entre Argentina e Brasil e Uruguai e Brasil, além da Venezuela, na Região Norte, dentre outros projetos, que visam avançar de forma articulada, a partir de projetos que envolvam diversos países da região.

Apesar da abundância do petróleo na região, principalmente na Venezuela, as futuras projeções de escassez no futuro, projeta a necessidade de se estabelecer uma visão estratégica para o longo prazo, já que uma política para o petróleo deve ser integrada para uma política dos combustíveis e biocombustíveis, bem como uma política de energia elétrica e de fontes alternativas de energia limpa e renovável.

Nesta perspectiva, existem projetos que estão sendo debatidos, com maior ou menor intensidade, tais como a ampliação das relações entre a Venezuela (petróleo e gás), a Bolívia (gás natural) e os demais países do Mercosul; a potencialidade das reservas de carvão mineral da Colômbia e do gás natural da região de Camisea, no Perú; a ampliação da cooperação com a Argentina nas políticas energéticas, inclusive na região de fronteira; a possibilidade de estratégias conjuntas entre Argentina e Brasil no campo nuclear; a ampliação do etanol, biomassa, biocombustível e da energia limpa desenvolvida no Brasil e que pode ser ampliada, sem que se crie divergências com a Venezuela, que é bastante dependente da exportação de petróleo. As fontes alternativas, incluindo eólica e solar, vem sendo intensificadas, além do crescimento dos motores flex para veículos automotores que contemplam álcool e gasolina.

Pela sua importância estratégica no cenário global, o petróleo é uma *commodity* que deve ser trabalhada como prioridade, inclusive pela demanda momentânea da China e dos Estados Unidos, podendo ser um fator de desenvolvimento, principalmente pelo potencial de reservas do pré-sal no litoral brasileiro, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Nas situações acima explicitadas, é possível a ampliação do comércio regional como no caso das reservas de gás natural, já que, além da Venezuela, existem reservas na Bolívia e na Argentina, com grande potencial de exportação; no Peru, existem reservas na região de Camisea que poderiam ser exportadas para o Brasil, face ao consumo reduzido naquele país, demandando, neste caso, obras de infra-estrutura; a parceria para utilização do gás boliviano pelo Brasil, sendo que esta importação foi viabilizada pela Petrobrás S/A em parceria com multinacionais, não somente na extração, mas também na produção e no transporte através de um gasoduto. Foram ultrapassadas as divergências por ocasião da expropriação de empresas estrangeiras realizada pelo governo boliviano, em virtude do valor remuneratório ser bastante reduzido, não obstante contratos que foram assinados anteriormente; outra alternativa é o carvão mineral que apresenta alto nível de reservas no Brasil, seguido de Colômbia, Peru, Venezuela e Argentina, ressaltando que a qualidade do carvão colombiano seja superior à do carvão brasileiro e que o maior problema é o nível de poluição a partir da emissão do envio de gases no efeito estufa, o que aumenta a pressão da sociedade contra a utilização desta fonte energética.

No que tange ao setor elétrico propriamente dito, o Brasil é o país que tem maior capacidade instalada e energia gerada, seguido de Venezuela, Argentina e Paraguai, este último por ocasião da Usina Hidroelétrica de Itaipu que tem a maior parte de sua produção exportada para o Brasil a um preço especial, estabelecido em contratos bilaterais.

Segundo dados da publicação oficial da Primeira Reunião de Chefes de Estado da então Comunidade Sul-Americana de Nações, realizada em Brasília, em 29 e 30 de setembro de 2005, prevalece na região a energia hidroelétrica que atinge 99,5% da energia gerada no Paraguai, 80% no Brasil, mais de 70% na Colômbia, mais de 60% na Venezuela e no Equador. A geração termelétrica convencional tem sua maior participação percentual na Bolívia com 75%, seguida do Peru e da Argentina com cerca de 50%, enquanto a energia nuclear comparece apenas na Argentina e no Brasil. (1ª REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES, 2005).[81]

O dado mais significativo é o potencial de recursos hídricos, dentre os quais foram incluídos o Brasil (em primeiro lugar), o Peru (em sétimo lugar) e a Venezuela (e m décimo lugar), o que destaca o potencial da região. O quadro abaixo apresenta os dez maiores do mundo nos recursos hídricos:

[81] Dados oficiais obtidos na publicação oficial da então Revista da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Tabela 6 – DEZ MAIORES PAÍSES COM POTENCIAL DE RECURSOS HÍDRICOS

	km3 / ano	m3 / ano / habitante
Brasil	8,2	48,3
Rússia	4,5	30,9
Canadá	2,9	94,3
Indonésia	2,8	13,3
China	2,8	2,2
EUA	2,0	7,4
Peru	1,9	74,5
India	1,9	1,8
Congo	1,3	25,1
Venezuela	1,2	51,0
Dez Maiores	29,7	34,9
Mundo	43,7	7,2

(1ª REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES, 2005, p.57).

Na capacidade instalada o Brasil ocupa o quarto lugar, atrás do Canadá, dos Estados Unidos e da China, com a Venezuela em décimo segundo lugar entre os países do mundo com maior capacidade energética, sendo que na capacidade instalada gerada, o Brasil está em terceiro lugar e a Venezuela em décimo primeiro lugar.

Finalmente, no campo da energia nuclear existe um potencial de ampliação da cooperação Brasil – Argentina, principalmente na tecnologia dos reatores.

Ressalta-se, ainda, que pelo uso crescente na ampliação do mercado do álcool motor no Brasil, esta experiência poderia servir de base para transferência de tecnologia para os países sul-americanos, o que contribuiria para a redução das emissões de gases do efeito estufa para a atmosfera e, concomitantemente, para ser incluído como projeto no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quito.

Por outro lado, a superação de problemas internos tem sido verdadeiros testes para a maturidade do processo democrático e são fundamentais para o processo de continuidade de uma agenda comum.

Nestes últimos vinte e cinco anos poderíamos citar problemas gravíssimos que foram superados como a crise política no Brasil com o impedimento do Presidente Collor em 1992; a crise política na Venezuela com o impedimento de Carlos Andréz Perez e, posteriormente, a

tentativa de golpe no governo Hugo Chavez, em 2002 ; a crise econômica e política argentina, inclusive com a renúncia do ex-presidente Fernando de la Rúa, no início deste milênio; a crise política paraguaia, principalmente em 1996, 1998 e 2001, em que foram vivenciadas tentativas de golpe de Estado contra o governo Wasmosy, através do General Lino Oviedo, posteriormente preso em Assunção ao ser acusado, também, de ter relação com o assassinato do vice-presidente Argaña; a renúncia do presidente Raul Cubas Grau e a quase convulsão social, também no Paraguai; a grave crise econômica no Uruguai; o conflito do Presidente Evo Morales com os Governadores das Províncias da chamada Meia-Lua; a tentativa de golpe de Estado no Equador, em relação ao Presidente Rafael Correa; o impedimento do Presidente Fernando Lugo no Paraguai; a crise econômico do peso argentino e do real brasileiro, dentre outros acontecimentos que se constituem em desafios constantes e permanentes que demonstram a necessidade de avanço e maturidade do processo de integração, obedecidos os princípios democráticos para a solução dos conflitos e divergências .

Desta forma, não se pode perder de vista as questões internas e os ajustes entre Executivo, Legislativo e Judiciário, enquanto pilares do Estado Democrático e Republicano.

Percebe-se, não obstante aos eventuais focos de conflito, um processo de consolidação e respeito institucional nestes países, entendido, assimilado e acompanhado pela população, segundo os índices sobre medição da democracia, do sítio Latinobarômetro, face aos índices de medição da confiança na democracia terem aumentado nas últimas décadas, mesmo com graves problemas como corrupção.[82]

Finalmente inúmeras crises e conflitos conseguiram ser resolvidos total ou parcialmente no campo externo, o que demonstra a complexidade de um processo de integração que deve apostar sempre no diálogo e na tentativa de buscar o consenso.

Os conflitos acabam sendo mais evidenciados no plano econômico-comercial, destacando-se a crise das *papelleras* entre Uruguai e Argentina; a crise da chamada linha branca, em especial eletrodomésticos, entre Brasil e Argentina; a quase ruptura institucional no Paraguai já apontada, que desmoralizaria o Mercosul enquanto espaço comercial, o que acabou sendo determinante para a previsão da Cláusula Democrática; o problema da estatização dos hidrocarburos, levando a uma pressão em setores conservadores no Brasil em relação à Bolívia, por ter atingido a Petrobrás S/A, que responde por cerca de 18% (dezoito por cento) do Produto Interno Bruto daquele país; os conflitos históricos entre Chile e Bolívia (saída do Pacífico), que impede as exportações daquele país pela via marítima; dentre outras

[82] O sítio chileno Latinobarômetro faz o levantamento estatístico do grau de confiança na democracia em vários países da A mérica do Sul.

questões que, constituem-se em desafios permanentes que demonstram a necessidade de avanço a ser construído com diálogo e maturidade no processo de integração.

A integração sul-americana se constitui numa obra política de extrema complexidade que exige permanente exercício de articulação política e diplomática, e que vem sendo acompanhada por grandes atores do cenário internacional, principalmente pelo já citado potencial da região em recursos naturais, minerais, petróleo, gás, alimentos, água, além de compreender, sob o ponto de vista geopolítico, áreas com potencial que precisam ser melhor estudadas e exploradas de forma sustentável.

Cabe um importante papel às lideranças políticas e à sociedade civil de todos os países, em especial a do Brasil, no objetivo de estimular, aprofundar e radicalizar as políticas institucionais no âmbito do Mercosul e da Unasul, buscando nos ideais da democracia política, na consolidação e respeito aos princípios fundamentais e nos direitos humanos e no Estado Democrático de Direito, a inspiração para a integração sul-americana.

Seja como conseqüência da necessidade de ampliação do comércio, no caso do Mercosul, seja pela consolidação de um projeto mais sólido, com base institucional e foco na infra-estrutura, caso da Unasul, os espaços de integração traduzem o movimento político natural de buscar consolidar posições no interesse destes países no cenário internacional, traduzido pelo multilateralismo dos tempos atuais.

Existe nos fundamentos da criação destes processos, embora nem sempre de forma clara, uma opção bolivarianista em detrimento da visão panamericanista, eis que mesmo com viés comercial, existem movimentos de aproximação entre estes países vizinhos que ultrapassam este aspecto, notadamente no caso do Mercosul, a partir do segundo decênio.

É de se destacar que ao longo destas pouco mais de duas décadas do Mercosul, houve uma guinada para se aproximar ao modelo integracionista bolivariano, ao passo que a Unasul, já nasceu dentro deste modelo.

A integração bolivarianista necessariamente passa por uma aproximação estratégica em temas sociais, políticos e culturais, o que enquadra o Mercosul do segundo decênio, como a Unasul neste primeiro decênio. A opção da grande maioria das nações sul-americanas, tem sido pelo aprofundamento e ampliação dos canais de articulação política, que permitam o avanço de uma política regional com características próprias, e a partir de prioridades a serem definidas por estes países.

Em pronunciamento no ano de 2011, a Presidente Dilma Rousseff frisou que em 2010, as trocas comerciais bilaterais entre Brasil e Argentina bateram recorde histórico, com quase

US$ 33 bilhões de intercâmbio, e, no primeiro semestre de 2011, o aumento no fluxo comercial atingiu a taxa de quase 30% daquela cifra.

Segundo a Chefe de Estado brasileira:

> A qualidade de nossas trocas bilaterais – 90% das quais correspondem a produtos industrializados – reflete seu caráter estratégico e seu potencial de irradiação de desenvolvimento. Com uma integração econômica dessa magnitude, é impossível retroceder. Diante dela, os problemas que surgem aqui e ali – e que estamos pacientemente resolvendo – são de pouca monta. (BRASIL, 2011).

No espaço de oito anos o comércio entre Brasil e Argentina cresceu mais de 360%, levando-se em consideração o cenário externo e as divergências em alguns setores.

A participação mais ativa do Brasil no cenário global é uma das conseqüências do governo Luis Inácio Lula da Silva no cenário multipolar e envolve pretensões na esfera da Organização das Nações Unidas. O desejo brasileiro de assento permanente o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas foi expressado de várias formas, a partir do Governo de Fernando Collor de Mello e se intensificando no Governo Lula.

No ano de 1993, o governo brasileiro, em conjunto com o indiano, já tinha se articulado para impedir que a Alemanha e o Japão fossem incluídos como membros permanentes, sob o argumento de que tal inclusão ampliaria a distância entre a representatividade dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Atualmente, a agência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) é presidida pelo brasileiro José Graziano, que teve destacada participação no governo Lula.

Em relação à ONU, existe um permanente estado de pressão dos países emergentes face às demandas pela ampliação da participação destes países, nas suas instâncias de atuação, como pelas próprias Conferências e Cúpulas importantes como a UNCED-92, a das Metas do Milênio (2004), a Rio+ 20 (2012), Conferências das Mulheres, de Moradia, Questões Raciais, Fome, dentre outros temas sociais.

No âmbito econômico, algumas projeções da Goldman Sachys apontam um cenário mundial para os anos 2050, em que colocam a China como principal potência econômica, com os Estados Unidos em segundo lugar, a Índia em terceiro, o Brasil em quarto, seguido do Japão e da Alemanha. Para este cenário, o Brasil teria que manter uma taxa de crescimento médio em torno de 4,5% em média.

Recentemente, estudos apontaram o Brasil, principal potência econômica da América do Sul, entre a 6ª e 7ª economia do mundo, disputando com o Reino Unido, a possibilidade de se aproximar da França.

A postura agressiva e pró-ativa da diplomacia brasileira foi uma das formuladoras do G-20, enquanto ampliação do núcleo das maiores economias que compõe o G-7 mais a Rússia, e que acabou possibilitando a participação das nações emergentes. O estudo do Banco Merrill Linch sobre a economia mundial indicou quatro países-chave para a economia mundial na metade do século XXI, sendo denominado pelo professor Jeffrey Sachys como BRIC, que reúne Brasil, Rússia, Índia, China, tendo incorporado, mais recentemente, a África do Sul.

Sob o ponto de vista da conjuntura econômica internacional, a crise financeira de 2008, permitiu aos BRIC'S ter um papel estratégico e decisivo na ordem econômica internacional, com a própria perspectiva de crescimento sustentável acima da média dos países desenvolvidos, em especial, Estados Unidos, União Européia e o Japão. Os países do BRICS representam mais de 40% da população do planeta, com participação crescente no PIB mundial.

O economista Jim O'Neill, criador da sigla, defende que estes países nas próximas décadas terão papel destacado no centro da economia mundial, enfatizando que estes países tem 25% da cobertura de terra do planeta; 40% da população mundial e PIB combinado de cerca de 18.486 trilhões de dólares.

Paralelamente ao movimento de estreitamento das relações político-econômicas entre os governos destas potências emergentes, houve uma aproximação entre os seus bancos de desenvolvimento. Estas instituições vem participando de reuniões que podem avançar em políticas e ações estratégicas conjuntas, como quatro documentos assinados, entre acordos de cooperação e memorandos de entendimentos. Acordo assinado em 2011, na China, previa a criação de um grupo técnico entre os seus participantes a fim de estudar a viabilidade de concessão de empréstimos em moeda local, bem como a criação de outros mecanismos de cooperação.

Registra-se que a primeira reunião de cúpula do bloco ocorreu em junho de 2009, em Ecaterimburgo, na Rússia; a segunda reunião do grupo ocorreu em abril de 2010, em Brasília, no Brasil; a III Reunião do bloco foi realizada em abril de 2011, em Sanya, na China, ocasião em que foi oficializada a participação da África do Sul junto ao grupo; e a IV Reunião ocorreu em abril de 2012, em Nova Déli, na Índia.

A economia brasileira tem apresentado uma maior diversificação industrial, mas é bastante concentrada em *commodities* que apresentam preços atraentes no mercado internacional. Além disto, aos inúmeros recursos naturais, acrescentam-se as recentes

descobertas de reservas de petróleo nas camadas do pré-sal no litoral brasileiro que podem impulsionar o processo de desenvolvimento brasileiro.

Ao aliar espaço territorial, potencial econômico, poder militar, democracia em curso e fortalecimento das instituições, o Brasil amplia a possibilidade de reconhecimento regional de sua capacidade de liderança, não somente pela sua participação ativa no Mercosul e na Unasul, mas também por defender temas de consenso entre os demais países nos grandes debates internacionais.

Na medida em que os espaços de integração vão definindo estratégias políticas, naturalmente que inúmeras situações serão conflitantes com a posição dos Estados Unidos, com base nos fundamentos consolidados desde a Doutrina Monroe.

Merece especial análise o caso da China, pela ampliação de sua influência no campo econômico e político. A China apresenta o maior contingente populacional do planeta com mais de 1 bilhão de habitantes, tem a 3ª maior área territorial do planeta, atrás da Rússia e do Canadá, é, atualmente, a maior potência exportadora e segunda maior importadora do mundo, é o segundo maior destino dos investimentos internacionais, é grande detentora de reservas internacionais, grande investidora de títulos do Tesouro americano, além dos investimentos para aperfeiçoamento nos níveis de educação e no parque científico e tecnológico, além do programa aeroespacial.

Os indicadores de crescimento sofreram uma leve queda, mas o potencial de crescimento é significativo e aponta para ultrapassar a economia dos Estados Unidos num período de menos de trinta anos. A emergência da situação econômica, certamente vai ter conseqüências no plano político e militar.

No plano da América do Sul, verifica-se que as conseqüências são significativas com a China já se tornando principal exportador ou importador de vários países, inclusive ultrapassando a importância dos Estados Unidos.

Neste contexto, países da América do Sul que optaram em se inserir na atividade de comércio através de acordos bilaterais, seja com Estados Unidos, com China ou União Européia, podem estar abdicando da utilização de instrumentos de promoção do desenvolvimento, aprofundando os seus níveis de dependência e abdicando de outros possíveis mercados.

Estes países podem estar abdicando de participar de um processo de integração regional e de políticas de desenvolvimento ou de natureza industrial.

A demanda chinesa por alimentos, minérios, produtos primários, petróleo e energia se constitui numa excelente oportunidade para os países da América do Sul, até porque mantém os preços mundiais destas *commodities* de forma bastante significativa.

Entretanto, com a criação de várias empresas transnacionais chinesas, dos investimentos em tecnologia e da estratégia de desenvolvimento, além da possibilidade de superação da crise pelos estadunidenses e europeus, exigirá que os países da América do Sul tenham maior dinamismo tecnológico, investimento num parque diversificado e maior especialização na produção primária para exportação, além do próprio avanço dos mercados importadores, em particular a China, pelos produtos industriais dos países membros do Mercosul e dos demais países da América do Sul.

A necessidade de preparação desta mão de obra para a geração de postos de trabalho mais qualificados e inseridos na realidade global deve ser prioridade de todos os países da América do Sul, já que a possibilidade de integração através de produtos industriais é muito mais qualificada do que a de produtos agrícolas, possibilitando, desta forma, maior inserção no mercado global e no comércio interno.

O Mercosul, ao longo destes pouco mais de vinte anos, conseguiu avançar de um esquema de liberalização comercial com objetivo de eliminação de barreiras para inserção na economia internacional para um processo de integração mais amplo e fortalecido, sob o ponto de vista institucional.

O Tratado, quando implementado, não pensou nos estágios da abertura comercial em cada um dos países e mesmo o impacto econômico que poderia ser causado pela redução de tarifas, no caminho para uma Tarifa Externa Comum, o que levou a problemas como acordo provisório para o setor automotivo, acordos para bens de capital e de tecnologia de informação, e os acordos de organização do comércio em determinados segmentos empresariais. Alguns destes acordos são objeto de permanentes renovações, com várias críticas dos setores concorrentes.

Para o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que foi Alto Representante Geral do Mercosul, a transformação do Mercosul para um esquema de desenvolvimento regional equilibrado e harmonioso dos quatro Estados exigiria:

a) o reconhecimento enérgico das assimetrias, cuja realidade se verificaria pela constituição de fundos comuns assimétricos, com recursos adequados, em cada área de integração, para financiar projetos, inclusive de harmonização gradual da legislação;

b) a garantia de condições para permitir políticas de promoção do desenvolvimento industrial de cada Estado;

c) a celebração de acordos em setores industriais relevantes, semelhantes ao acordo automotivo;

d) a criação de mecanismos que impeçam a "desorganização dos mercados" nacionais e, ao mesmo tempo, evitem o desvio de comércio em favor de países não-membros do Mercosul;

e) o acesso das empresas de capital nacional, sediadas nos quatro Estados, aos organismos nacionais de financiamento de qualquer um dos quatro Estados do Mercosul;

f) a harmonização da legislação dos quatro Estados em todas as áreas de integração;

g) o avanço decidido na implementação do Estatuto da Cidadania.

No seu relatório ao Conselho de Ministros, datado de junho de 2012, o então Alto Representante Geral do Mercosul, Samuel Pinheiro Guimarães, enfatizou ao concluir o seu relatório que "A crise econômica internacional, a estratégia e as políticas de desenvolvimento implementadas pela China, os programas implementados pelos países industrializados para enfrentar a crise e a verdadeira 'suspensão', na prática, das normas incluídas nos diversos acordos da OMC, 'negociados' à época da hegemonia do pensamento neo liberal, criam um ambiente propício à adoção deste elenco de medidas", enquanto elementos indispensáveis para o futuro do Mercosul.

O cenário que se projeta para a terceira década do Mercosul e a continuidade da Unasul é o de ampliação das agendas interna e externa, na medida em que os seu governantes priorizem a integração regional, em especial o aperfeiçoamento das instituições e os instrumentos de democracia participativa, através da participação popular decisória e de uma integração não somente política, econômica e comercial, mas também social e cultural.

Em síntese, as mudanças na esfera planetária estão acontecendo numa velocidade rápida. No espaço de pouco mais de uma década, o debate teórico, político e acadêmico se modifica para a análise de uma crise de hegemonia da conjuntura geopolítica unipolar para um modelo que contempla uma hegemonia compartilhada, também conhecida como multipolar, com a ascensão de novos atores na arena planetária.

A inequívoca importância econômica e política de potências emergentes, inserem na escala global países como Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, assim como Turquia,

Coréia do Sul, Nigéria, México, Indonésia, Malásia, Argentina, dentre outros países, e proporcionam novos desdobramentos para se pensar a conjuntura internacional, na qual os processos de integração regional adquirem dimensão estratégica sob duas perspectivas principais, na arena geopolitica brasileira.

A primeira perspectiva é buscar maior espaço político para poder representar o conjunto de países e seus distintos interesses, na medida do que é possível ser uma proposta comum ou uma proposta de todos, nos foros internacionais, o que credencia a ter a representatividade e o reconhecimento da liderança regional.

A segunda perspectiva é criar uma inversão histórica da tradicional dominação política, econômica, estratégica e militar, a partir do norte para sul, com a conseqüente submissão, dependência e prioridade do sul para com o norte, possibilitando que se opte por uma agenda sul-sul, com nova dimensão econômica, com novos desafios na construção da arena geopolítica e com novas prioridades na arena global, a ser construída com a voz destes países emergentes do Sul.

A estratégia das novas relações Sul-Sul vem sendo pensada, inclusive, pela UNCTAD, que até pouco tempo atrás estava sendo dirigida pelo Diplomata brasileiro e ex- Ministro da Economia do Governo Fernando Henrique Cardoso, Rubens Ricúpero, que mantém as diretrizes anteriores atualizando para o atual momento.

Está adaptação acaba tendo três eixos: a) não obstante um processo de baixa de tarifas iniciado no período posterior à Segunda Guerra Mundial, manteve-se um clima alto nas tarifas auaneiras entre os países do Sul, tendo a UNCTAD na tentativa de ampliação da atividade de comércio estimulado a redução de tarifas ou assinatura de Tratados de Livre-Comércio entre estes países; b) a preocupação com as crescentes barreiras comerciais, provocadas pelo eixo Estados Unidos – União Européia – Japão, provocado por políticas protecionistas de subsídios, principalmente agrícolas, sendo uma permanente fonte de preocupação de todos os emergentes, manifestada em foros como o G-20, a Organização Mundial do Comércio e nos foros multilaterais; e c) o terceiro ponto trata-se de questões que surgem com a ampliação dos serviços, tais como a propriedade intelectual, associada, às patentes de novas formas de vida a partir das pesquisas da biotecnologia. Além disto, aprofunda-se o debate sobre o livre movimento de capitais propostos pelos países centrais na relação Norte-Sul, já que entre estes países existem restrições, associado às questões das privatizações de empresas públicas e de grande parte dos serviços públicos. Trata-se da pressão das empresas dos centros desenvolvidos em pressionar os países em desenvolvimento para a contratação de empresas internacionais nas concorrências públicas.

Numa conjuntura em que o projeto neoliberal concentrava o fortalecimento e atuação das empresas multinacionais, em articulação com Estados Nacionais desenvolvidos, situavam-se em pólos opostos a estratégia dos Estados centrais no processo de dominação aliado à estas empresas, em comparação com os Estados em desenvolvimento, cuja economia periférica estava sendo debilitada pela estratégia destas grandes empresas, o leva a UNCTAD a repensar sua estratégia de manutenção de uma agenda comercial que mantém a correlação de forças favoráveis às economias desenvolvidas e as grandes empresas, para pensar em novas propostas que implementem um ambiente comercial que busque também favorecer as economias emergentes.

No centro deste debate, em que a integração regional adquire importante dimensão estratégica, inclui-se a reelaboração de novos conceitos teóricos para compreensão do significado da soberania nacional, Estados Nacionais, desenvolvimento, democracia, cenário geopolítico e integração regional.

Fórum India- Brasil- África do Sul, desde 2004, que possibilitou quadruplicar em menos de uma década do volume de comércio entre estes países, aprofundando o diálogo sul-sul, com produtos como vinho, carne bovina, carne suína, frango, dentre outros produtos.

No debate que se inserem os novos conceitos para a integração regional, deve-se resgatar o pensamento bolivariano, cuja doutrina possibilita contemplar os aspectos civilizatórios comuns, para, através de medidas de curto, médio e longo prazo, possa compartilhar não somente o compromisso dos governantes eleitos em Estados Nacionais comprometidos com os fundamentos democráticos, mas também a força dos movimentos sociais e da participação popular que são elementos fundamentais para dar maior densidade ao processo de integração regional.

Verifica-se a abertura de novas frentes de articulação como a Cooperação Ibero-Americana que permitiu o encontro de Chefes e Chefas de Estado e de Governo para discussão de interesse de temas comuns a Portugal, Espanha e os povos da América Latina e do Caribe.

A própria abertura de um canal de negociação com os Países Árabes demonstra a intensão destes países em buscar novos parceiros para a atividade comercial.

A criação no âmbito da Unasul, em relação a um Conselho Sul-Americano de Defesa, vem conseguindo reunir as Forças Armadas dos países da região e objetiva estabelecer estratégias de defesa para assegurar a efetivação da proteção da soberania e a integridade dos recursos naturais e energéticos da região.

A criação de Parlamentos como o Andino, do Pacto Amazônico e do Mercosul

também se constituem em importantes instrumentos de representação que necessitam ser melhor definidos, e que pode converter-se em instrumento de ampliação das políticas integracionistas do interesse do cidadão dos países membros.

O debate que envolve a hegemonia na escala interplanetária, sob o ponto de vista político, econômico, militar e estratégico, apontaria para uma imensa superioridade dos Estados Unidos que durará por longo tempo, por tudo o que representou e construiu ao longo do século XX, mas a ampliação do campo da contra-hegemonia deve considerar o papel da China, da Índia, além da posição da Rússia, à frente dos demais países da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a posição do Brasil, à frente dos demais países da América Latina e Caribe, em especial a América do Sul, a posição da África do Sul, à frente do continente africano, além do Japão e dos chamados tigres asiáticos na década de noventa, Malásia, Coréia do Sul, Taiwan, Singapura, dentre outros países, até pelo alto conhecimento tecnológico.

Este quadro marca a possibilidade concreta de países da África e da América Latina e Caribe, pela primeira vez terem posição relevante, já que sempre foram excluídos do centro hegemônico de poder.

Na medida em que a população asiática, africana e latino-americana se beneficie dos índices de crescimento e da melhoria dos indicadores sociais, conforme dados recentes vem apontando, haverá um deslocamento do centro de poder global para países emergentes que foram marginalizados e que já tiveram índices de pobreza altíssimos, embora detentores de grandes riquezas e recursos naturais.

5.8.4- DADOS DO IBGE, DO BANCO MUNDIAL E DA ONU

No que tange aos dados econômicos do IBGE, alguns indicadores tem apontado para uma desaceleração do Produto Interno Bruto, o recuo da produção industrial e a diminuição dos investimentos, tendo como desempenho positivo a renda e o nível do emprego.

Nos dois primeiros anos do governo Dilma, a renda media das pessoas ocupadas teve um aumento de 2,9% ao ano, sendo que durante o governo Lula foi de 1,3% ao ano. No total a alta foi de 10,9% ao longo dos oito anos de mandato de Lula, tendo sido de 5,8% nos dois primeiros anos de Dilma.

Somente em 2012, o rendimento medio do brasileiro subiu 3,2% acima da inflação.

No que tange aos dados econômicos do Banco Mundial, o Brasil e o Chile foram apontados como os países que tem a maior mobilidade econômica da América Latina, tendo sido objeto de análise do início dos anos 1990 até a década de 2000. A pesquisa intitulada

"Mobilidade Econômica e Ascensão da Classe Média Latino-Americana" (FERREIRA et al, 2013) divide a população em pobres (pessoas que vivem com até US$ 4 por dia), vulneráveis (de US$ 4 a US$ 10), classe média (de US$ 10 a US$ 50) e ricos (acima de US$ 50,00) e aponta que no Chile, 60% da população subiu de classe nas duas décadas analisadas, maior percentual de toda a América Latina, estando a Costa Rica em segundo lugar, 56,2% e o Brasil, em terceiro, 54,8%. [83]

No relatório do Banco Mundial, avaliou-se a variação do rendimento de diferentes segmentos sociais. No caso do Brasil, os dados apontam que o crescimento da renda mediana dos que eram pobres e subiram para a classe dos vulneráveis foi de 45,42% entre 1990 e 2009, maior alta da América Latina. Neste critério, o segundo lugar coube a Honduras com 39,2% e o terceiro lugar ficou com o Chile com 32,6%.

Estes dados indicam que no Chile mais pessoas deixaram de ser pobres, ao passo que no Brasil, os ex-pobres tiveram um aumento mais significativo da renda, sendo que o estudo leva em consideração a cotação internacional do dólar, o que diminui o impacto no resultado
final dos efeitos da inflação ou a variação do câmbio.

Nos relatórios do Banco Mundial, na America Latina e no Brasil a pobreza se manteve estável durante a década de 1990, a chamada década perdida, atingindo mais de 40% da população, sendo que esse percentual começa a cair a partir de 2004, até chegar aos atuais 31% na América Latina e 28% no Brasil, registrando-se que os vulneráveis se constituem atualmente em 38% da população brasileira; a classe média, 32%, e os ricos, 3%.

Os números refletem uma boa mobilidade entre pessoas de uma mesma geração, mas desigual para pessoas de gerações diferentes.

O Banco fez um estudo comparativo entre alguns países desta e de outras regiões, usando como critério a "elasticidade intergeracional de ganhos", que seria um indicador entre 0 e 1, onde zero seria uma situação em que todas as pessoas, ao nascerem, teriam a mesma chance de ganhar dinheiro, e um seria o outro extremo, ou seja um quadro de profunda desigualdade. No caso do Brasil, o índice chegou a 0,6 ao passo que na Argentina e no Chile ficou um pouco melhor, 0,5.

O economista brasileiro Francisco Ferreira, líder do departamento de pesquisas do Banco Mundial para a América Latina, em relação à pesquisa manifesta que

> Foi o enorme crescimento da classe média na América Latina como um todo no período de 2002 a 2010. Até 2002 ou 2003, a linha (que indica o nível da

[83] Pesquisa elaborada pelo Banco Mundial.

> pobreza) ficou estável. A partir de então houve uma queda de 15 pontos percentuais na pobreza (de 45% da população para 30% da população. Isso se deve à aceleração do crescimento econômico,junto com a redução da desigualdade. Também observamos a formalização do trabalho, o aumento dos níveis educacionais dos trabalhadores, uma queda na taxa de fecunidade e o aumento da participação da mulher na força de trabalho. (FERREIRA, 2013) [84]

A situação do Brasil embora melhor e em processo de expansão, está, ainda, longe de parecer confortável, segundo Relatório do Programa ONU-Habitat, no qual estudo sobre distribuição de renda aponta o Brasil como o 4º mais desigual da América Latina, à frente somente de Guatemala, Honduras e Colômbia.

O Brasil, no entanto, avançou no combate à desigualdade em relação ao ranking de 1990, onde era o 1º colocado. O levantamento "Estado das Cidades da América Latina e do Caribe 2012 – Rumo a uma nova transição urbana" (ONU-HABITAT, 2012), divulgado em agosto de 2012 aponta a América Latina como a região mais urbanizada do mundo, sendo que o relatório projeta que a taxa de população na área urbana chegará a 89% em 2050, índices sem precedentes. O índice da urbanização brasileira foi o maior em toda a América Latina, entre 1970 e 2010, sendo que, atualmente, 86,53% da população brasileira vive em cidades.

Este crescimento não correspondeu ao índice de desenvolvimento destas regiões do país, que sofrem com problemas de infra-estrutura, destacando falta de saneamento, moradia, meio-ambiente, saúde, transporte, segurança pública, poluição, educação e outros direitos sociais.

Dados apontam que cinco cidades brasileiras situam-se entre as que tem a pior distribuição de renda entre as camadas da população em toda a América Latina: Goiânia, Fortaleza, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba.

O estudo destaca o crescimento significativo do PIB brasileiro entre 1970 e 2009, o que possibilitou ultrapassar o México e se consolidar como força econômica da América do Sul, o que possibilita relevância mundial como destaque regional. Atualmente, o PIB brasileiro corresponde a 32% do PIB total da América Latina, mas o resultado é contraditório porque o país ocupa a 13ª posição no PIB per capita, de pouco mais de US$ 4 mil por ano, o que o coloca abaixo da media da América Latina e das principais economias da região, como México, Chile, Argentina, Uruguai, e Venezuela.

Nos indicadores de pobreza, a situação ainda é muito precária na comparação com os países vizinhos. Pouco mais de 20% da população brasileira ainda vive em situação de

[84] Pesquisas apontam que a classe média se ampliou na América Latina com os programas sociais promovidos pelos Estados Nacionais. Um dos grandes desafios é a manutenção ou mesmo a ampliação destes índices.

pobreza, miséria absoluta ou indigência, percentual maior do que no Uruguai, na Argentina, no Chile e no Peru,na América do Sul, além de países como Costa Rica e o Panamá, na América Central, especialmente no que a pesquisa denomina como Taxa de Pobreza Urbana. Registra-se que a situação era muito mais desfavorável e que os programas sociais do governo, a partir de 2003, tem contribuído para reverter o quadro que ainda levará tempo considerável para patamares aceitáveis.

Nesta perspectiva, a própria pesquisa aponta que o número de pobres e indigentes no Brasil caiu pela metade em duas décadas: de 41%, em 1990, para 22% da população em 2009. Argentina e Uruguai também reduziram pela metade o número de pobres, que hoje são 9% da população, em ambos os países, registrando-se que o sucesso maior na redução da pobreza foi o Chile, com redução de 70%, sendo de 39%, em 1990, para 12%, em 2009, referente a percentual da população pobre no país.

Segundo dados da ONU-Habitat, existem atualmente 124 milhões de pessoas pobres vivendo nos grandes centros urbanos, o que equivale a cerca de 25% da população total da América Latina, sendo que 111 milhões vivem em favelas.

Alguns dados do relatório pertinentes ao Brasil podem ser destacados para a elaboração de políticas públicas no âmbito nacional e federativo, bem como no âmbito da integração regional, tais como:

SANEAMENTO - O estudo mostra que o Brasil é o 19º país da América Latina em atendimento de saneamento báisco, sendo que pouco mais de 855 da população urbana é beneficiada pelo saneamento em sua residência. Pequenas e médias cidades são bastante afetadas negativamente neste direito básico fundamental;

ÁGUA – Embora a maior parte do território urbano brasileiro seja coberto por abastecimento de água encanada, locais como favelas e periferias dos grandes centros urbanos são basante afetados, seja pela qualidade da água, seja por algum tipo de interrupção no fornecimento;

FAVELAS/HABITAÇÃO – O Brasil é o 14º país da América Latina com mais pessoas vivendo em favelas, sendo que cerca de 28% da população brasileira vive em comunidades com infra-estrutura precária e sem acesso a direitos elementares, O índice de moradores em favelas no Brasil é mais alto do que a medida latino-americana, de cerca de 26%;

POLUIÇÃO – O levantamento da ONU/Habitat aponta o Brasil como o segundo maior poluidor da América Latina, sendo responsável pela emissão de 23% dos gases que provocam o efeito estufa na região. Este percentual corresponde a emissão de

todos os paíse do Caribe somados aos quatro países do Cone Sul. O Brasil só perde para o México, que é responsável pela emissão de 30% dos gases poluidores da região. Cerca de 77% dos gás carbônico emitido na cidade de São Paulo são originados de veículos de transporte individual, como carros de passeio, caminhonetes, picapes e motos, o percentual de poluição mais alto do Brasil. O estudo cita São Paulo no problema do trânsito. Cada ocupante de um automóvel, produz, em quantidade de horas, 11 mais congestionamento do que o passageiro de um ônibus, sendo que os engarrafamentos na capital paulista ocasionam um custo adicional de operação de 15,8% para os transportes públicos.

VIOLÊNCIA E FEMINICÍDIO - O relatório aponta a violência e a delinqüência são consideradas as principais preocupações dos cidadãos latino-americanos. A taxa media de homicídios anual da região é a mais elevada do mundo, com mais de 20 mortes por cada 100 mil habitantes. O Brasil tem uma alta taxa de feminicídio – assassinatos de mulheres relacionados à violência de gênero -, ficando na 11ª posição na América Latina.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO – O relatório destaca os problemas e incertezas, mas destaca que o Brasil e a América Latina estão prestes a viver um novo ciclo de transição urbana, cujo principal objetivo é o de garantir "melhora fundamental de vida nas cidades", com igualdade e sustentabilidade. As principais soluções para as cidades consistem em promover políticas de harmonização e coesão territorial, acelerar o ritmo das reformas urbanas e maior investimento no monitoramento das cidades. Embora se reconheça que existe experiência, capacidade, recursos e consciência política para melhorar a qualidade de vida nas cidades, o principal desafio é como desenvolver instrumentos para combater as desigualdades enormes dentro das cidades.

DADOS IMPORTANTES DA PESQUISA – O ranking das desigualdades dentre os países da América Latina aponta como mais desiguais a Guatemala, Honduras, Colômbia, Brasil, Republica Dominicana e Bolívia; ao passo que os menos desiguais a Venezuela, o Uruguai, Peru, El Salvador, Equador e Costa Rica;

No índice de população urbana, o Paraguai tem 93,18%, a Argentina 92,39%, o Chile 89%, o Brasil 86,53%, o México 77,83% e o Uruguai 75,07%;

O ranking de pobreza em área urbana aponta Paraguai com 48,20%, México com 29,20%, o Brasil com 22,10%, o Chile com 11,70%, a Argentina com 11,30% e o Uruguai com 10,70%;

O indice de saneamento em residências aponta para o Uruguai com 100%, Chile com

98%, Argentina com 91%, Paraguai com 90%, México com 87% e Brasil com 85%

O relatório foi produzido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

5.8.5 - A REALIDADE MULTILATERAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Utilizando-se números concretos para avaliar o desempenho de importantes países na participação das exportações mundiais no período 2000-2010, constata-se redução dos países desenvolvidos como Canadá 41%, Reino Unido 40%, França 33%, Japão 32%, EUA 31%, Itália 21%, Espanha 10%, Bélgica 8% e Alemanha 3%, em contrapartida à elevação na participação de países emergentes como China 168%, Índia 121%, Emirados Árabes 85%, Rússia 60%, Brasil 56%, Arábia Saudita 38%, África do Sul 17%, Coréia do Sul 15% e Argentina 12%.

Quando se compara os índices percentuais de participação nas exportações mundiais de 2010 com os vigentes em 1950, a disparidade é total, pois existem crescimentos significativos (Coréia 30.500%, Emirados Árabes 14.300%, China 1.062%, Taiwan 1.025%, Japão 280%, Arábia Saudita 204%, Hong Kong 171%, Alemanha 159%, Itália 51% e Holanda 45%), e quedas expressivas (Argentina 76%, Reino Unido 74%, EUA 49%, Canadá 48%, Brasil 39%, França 31% e Índia 23%).

Na realidade, estes índices percentuais mostram que, no período do Pós-Guerra, havia uma grande supremacia e concentração de EUA e Reino Unido nas exportações mundiais, resultado de seu forte desenvolvimento tecnológico e industrial, contrariamente ao que se verifica no século XXI, onde existe uma diversificação industrial e tecnológica entre diferentes países, gerando desconcentração e descentralização nos índices de participação das exportações mundiais. Seria um autêntico multilateralismo comercial.

Em 2011, o Brasil acabou melhorando o desempenho, ao atingir o índice de 1,60%, seu melhor percentual de participação nas exportações mundiais, somente inferior ao obtido no ano de 1950, graças exclusivamente às cotações e às quantidades recordes alcançadas pelas exportações de *commodities* no ano de 2010.

Os dados da OMC mostram que, no período 2000-2010, os seguintes países, em sua quase totalidade desenvolvidos, tiveram perda de participação no quadro mundial de importação: EUA 32%, Reino Unido 29%, Canadá 28%, México 26 %, França 22%, Japão 21%, Espanha 13%, Itália 11%, Alemanha 6% e Bélgica 4%.

Em contrapartida, os chamados países emergentes ampliaram de forma agressiva o

montante de suas importações e elevaram suas participações no comércio mundial de importação, com destaque para os ganhos de participação de países como Índia 176%, China 170%, Rússia 142%, Arábia Saudita 47%, Brasil 42%, África do Sul 36% e Coréia do Sul 16%.

Confrontando-se os índices de participação nas importações mundiais de 2010 com os de 1950, verifica-se grande disparidade de crescimento de países como Coréia do Sul 1.625%, China 865%, Emirados Árabes 550%, Arábia Saudita 312%, Espanha 222%, Japão 188%, México 159%, Alemanha 64%, Itália 36% e Índia 22%, mas também expressivas perdas de participação em países como Argentina 76%, Reino Unido 68%, África do Sul 57%, Canadá 46%, Rússia 31%, Brasil 27%, Índia 23%, Bélgica 19%, França 19% e EUA 15%.

A China foi o país que mais evoluiu no ranking mundial de países exportadores, saindo de um distante 29º lugar em 1970 para atingir em 2009, pela primeira vez na história, a posição de maior exportador mundial.

Os EUA, que durante quase sempre ocupou o posto de maior exportador mundial, perdeu essa posição para a Alemanha em 1990 e 1991, recuperou-a em 1992 e a manteve até 2002, quando caiu para o segundo lugar entre 2003 e 2006, novamente caindo para a terceira classificação entre 2007 e 2009, mas recuperando em 2010 o posto de segundo maior exportador mundial.

A Alemanha, durante as décadas de 70 e 80 ocupou o posto de segundo maior país exportador. Em 1990 e 1991 assumiu o primeiro lugar, mas o perdeu para os EUA entre 1992 e 2002, para assumir novamente a liderança entre 2003 e 2008, e voltar a perdê-la para a China em 2009 e cair em 2010 para o atual terceiro lugar.

A Coréia do Sul também merece ser destacada, pois após ter registrado exportações simbólicas em 1950, ocupava em 1970 a 49ª posição no ranking, e a partir de 1990 acelerou seu processo de subida até alcançar em 2010 a 7ª classificação no ranking das exportações mundiais.

Outro país que começa a ter destaque nas exportações mundiais é a Índia, um país tradicionalmente fechado e voltado para dentro, que até meados da década passada ocupava a discreta 31ª posição no ranking, e que em 2010 já ocupa a 20ª classificação, superior a do próprio Brasil, e com viés de continuar subindo posições.

Por outro lado, três países devem ser destacados pela perda de posições, sendo o principal o Reino Unido, que após ostentar o segundo posto em 1950, foi caindo lentamente ao longo dos anos, até se estabilizar em uma atual modesta 10ª posição no ranking das exportações mundiais.

O segundo país é o Canadá, que após alcançar o 4º posto em 1950, foi perdendo força até ocupar a 6ª classificação em 2000, e durante a década passada ter acelerado o processo de queda para ostentar a atual 13ª posição.

O terceiro país é a Argentina, que após ser o 12º maior exportador em 1950, começou a regredir rapidamente, até se estabilizar a partir de 1990 em posições próximas à distante 40ª classificação.

Quanto ao Brasil, após ter alcançado a posição de 10º maior exportador em 1950, não conseguiu acompanhar a evolução dos demais países e a partir de 1970 se estabilizou em posições pouco acima da 20ª classificação. A explosiva elevação das cotações e quantidades de *commodities*, na década passada, provocou forte elevação das receitas de exportação, porém, não foi suficiente para fazer o Brasil dar saltos significativos na subida de posições no ranking mundial de exportação, permanecendo na 21ª posição.

As exportações mundiais de bens cresceram a uma taxa media anual de 7,68%, entre 1980 e 2010, sendo que as exportações dos países desenvolvidos ficaram na média de 6,96%, enquanto os países em desenvolvimento tiveram alta média de 9,36%. A América do Sul teve média semelhante à mundial de 7,69%, mas ficará atrás dos países em desenvolvimento tendo em vista os indicadores provocados pelo avanço das exportações asitáticas.

Em um período mais curto, entre 1995 e 2010, as exportações mundiais de manufaturados cresceram a uma taxa similar às exportações de bens primários, excetuando o petróleo. Entretanto, se existem mudanças nas exportações de manufaturas. As manufaturas de alta intensidade tecnológica são as que mais crescem seguidas das de baixa intensidade tecnológica e, em último, as de media intensidade tecnológica. Os países em desenvolvimento mostraram algumas tendências no período, ou seja, um forte incremento na participação dos bens primários em suas exportações e um acréscimo muito significativo nas exportações manufatureiras de alto conteúdo tecnológico. América do Sul é protagonista relevante da maior participação dos primários nas exportações dos países em desenvolvimento e Asia do incremento na participação das manufaturas com maior conteúdo tecnológico.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO

As raízes históricas do bolivarianismo e do panamericanismo estão na origem dos interesses, debates e decisões tomadas pelos Estados Nacionais sul-americanos, muitas vezes antagônicos e paradoxias, que buscam identificar e ajustar os seus interesses nos estágios de construção do processo de integração regional.

A redemocratização na América do Sul, nos anos 1980, abriu espaço político para a retomada paulatina de uma agenda integracionista no novo contexto da geopolítica internacional e sob amparo das Cartas Políticas destes países, que passa a ter maior consistência no início da primeira década deste novo século.

Mesmo com as restrições provocadas pela crise da dívida externa, pela inflação alta e pelos péssimos indicadores sociais herdados da ditadura, os governos José Sarney (Brasil) e Raúl Alfonsín (Argentina) tiveram o mérito de iniciar uma nova etapa de integração, impulsionando o que, no inicio da década de 1990, se transformou no Mercosul, com a inclusão do Uruguai e do Paraguai.

As políticas regionais dos anos 1990, fortemente influenciadas pelas diretrizes do Consenso de Washington, limitaram-se ao comércio e sofreram intensas pressões nos momentos em que ocorreram crises financeiras internacionais, com forte repercussão no âmbito regional, em particular Brasil e Argentina.

A desvalorização forçada da moeda brasileira, em janeiro de 1999, foi fator que contribuiu para paralisar temporariamente o Mercosul, mas que ajudou a demonstrar que uma integração não pode ser somente em bases comerciais.

A partir de 2003, a política externa brasileira, com base numa perspectiva de inserção internacional soberana que passa, necessariamente, por uma estratégia mais agressiva de atuação política na arena internacional, reforçou uma maior e mais ampla integração regional sul-americana, contribuindo para maior proximidade entre os países vizinhos.

O fortalecimento do Mercosul – que inclui a redução das assimetrias entre os países e a ampliação de sua institucionalidade, em especial com a implementação do Parlamento do Mercosul, e a consolidação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), surgida na proposta brasileira da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA, em 2004, retrata a prioridade numa integração regional concreta, incluindo temas como a infraestrutura das diferentes economias nacionais e novas pautas como a coordenação das políticas de defesa, recursos naturais, entre outros temas.

Projetos capitaneados pelo Brasil – tais como a Universidade da Integração Latino-Americana (Unila) e o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) – constituem expressão de que a integração regional é compreendida como um projeto econômico, mas também como construção política, social e cultural, através de pilares institucionais e com fundamentação jurídica, o que levaria a reforçar a posição de liderança do Brasil neste processo, aliado à capacidade de maior interlocução nos debates dos grandes temas na geopolítica internacional.

No estudo formulado na presente tese, todas as hipóteses foram objeto de estudo, na perspectiva de análise se as estratégias políticas no processo de integração regional constituíram-se em oportunidades favoráveis ao Estado brasileiro, bem como se estas estratégias contribuíram para um maior protagonismo no Brasil no cenário internacional.

A questão número 1 - se houve interesse do Estado brasileiro em priorizar a integração, bem como se existiu posição de liderança no processo de discussão política que culminou com a formação do Mercosul e da Unasul -, através dos depoimentos, dos questionários, dos documentos analisados e do estudo realizado, ficou demonstrado que o Brasil teve participação no processo de integração regional, em todos os governos a partir do restabelecimento do processo democrático, embora por razões e contextos diferenciados que justificaram maior ou menor destaque e relevância junto aos demais países.

O governo Sarney pelo momento histórico do início das tratativas com a Argentina e o governo Lula, pela estratégia de criação da Unasul e pelo segundo decênio do Mercosul, podem ser apontados como grandes protagonistas deste processo de integração regional, ressaltando que houve momentos de relevância protagonizados por Collor, Itamar e Fernando Henrique, conforme demonstrado, bem como ficam ressaltadas as inúmeras dificuldades enfrentadas por todos estes governos, sendo que algumas foram sendo resolvidas, de forma diplomática e consensuada, sempre apostando no diálogo e nos instrumentos normativos do bloco, ao passo que outras continuam em processo de discussão.

Embora houvesse uma preocupação nas entrevistas em realçar que não houve uma intenção de exercer uma posição de liderança, o Brasil soube utilizar seu peso político aliado ao territorial, econômico, estratégico e o tradicional perfil conciliador de sua diplomacia para condução de algumas questões; discussão e resolução de eventuais conflitos com a tomada de decisões; e utilização do seu peso político em discussão de temas no cenário internacional.

A questão número 2 - se estes processos de integração obedecem a uma evolução democrática do processo político em curso e, mesmo, se podem ser apontados como conseqüência natural da retomada da democracia na América do Sul, após cerca de duas décadas de autoritarismo -, a resposta é positiva.

Os processos de integração estudados se constituem em conseqüência integral do processo democrático, e os estágios de evolução do Mercosul e da Unasul são exemplos inequívocos da força do ambiente e das instituições democráticas. Existe um processo natural de consolidação institucional, embora ainda exista um *deficit* de participação popular no bloco, o que pode ser identificado como uma questão a ser priorizada para os próximos anos.

A questão número 3 - se na perspectiva da integração na conjuntura geopolítica internacional do século XXI, tendo como base o modelo atual seguido pelo Mercosul e pela Unasul, quais seriam as estratégias a serem adotadas pelo Brasil para aperfeiçoamento destes modelos e para maior inserção nos grandes debates internacionais - , foram observados alguns aspectos que devem ser ressaltados.

A necessidade de se ampliar o Mercosul é indispensável, mas será lenta e demanda estratégias para médio e longo prazo face à conjuntura de Tratados Comerciais como a Aliança do Pacífico, enquanto estratégia que seduz determinados países, e que converge com a perspectiva estadunidense dos Acordos de Livre Comércio.

Outro tema fundamental e que foi muito bem conduzido no governo Lula é o fato de que o país de maior dimensão econômica, tem que ter uma maior generosidade, inclusive sabendo o momento de ceder na negociação para propiciar um desenvolvimento que melhore o conjunto de países integrantes do bloco. Exemplo claro é a proposta brasileira do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM), que precisa ser aprofundada e intensificada para promover o desenvolvimento dos países menores.

Para a Unasul, o fortalecimento institucional e a efetivação das políticas de integração, são medidas necessárias para maior capacidade de interlocução do bloco.

A inserção nos grandes temas internacionais decorre de uma capacidade de participar da discussão de todos os grandes temas da agenda internacional, onde se complementa a postura da Chefe ou do Chefe de Estado ou de Governo, aliado à sua política pública e diplomática, na capacidade de enfrentamento destes temas.

Num momento em que se amplia o reconhecimento da participação dos países que apresentam potencial de representação regional, é importante que o Brasil se apresente com legitimidade para defender temáticas de interesse dos países da América do Sul, principalmente pela sua importância no Mercosul e na Unasul, além de incentivar uma agenda Sul-Sul.

No que tange à questão número 4, - levando-se em conta que os processos de integração encontram-se em estágio evolutivo, ou seja, não encontram-se estáticos, se esta evolução deve ser compreendida como natural ou se devem ser implementadas mudanças na filosofia da integração para a definição de políticas mais concretas -, cabe acrescentar que a velocidade da integração tem relação com o compromisso dos seus Estados-membros.

Existem problemas e divergências em pontos relevantes, mas seria irreal mencionar que existe uma situação estática no Mercosul ou na Unasul, até porque existem estruturas e funcionários que fazem a agenda se movimentar, além dos foros representativos de autoridades e instâncias, com poder decisório.

Entretanto, a questão central é saber se a velocidade da integração é a mais adequada à importância que o tema exige. Neste aspecto, a participação do Brasil tem sido a referência para que esta velocidade se acelere ou se diminua, principalmente por ser o Estado maior e que tem ou deveria ter maiores responsabilidades. Nesta linha de análise, espera-se que esta

terceira década de Mercosul e este primeiro decênio de Unasul sejam, efetivamente, espaços de integração regional que aprofundem a democracia na região, melhorem os indicadores sociais, tenham crescimento econômico sustentado e consolidem a posição favorável da América do Sul na agenda internacional.

As entrevistas e o estudo realizado demonstram que existe compromisso e interesse do Brasil no processo de integração regional sul-americano, mas também o fato de que a agenda externa acaba ficando pressionada pela agenda interna, pelos setores influentes como o empresariado, além da dificuldade orçamentária, adoção de políticas públicas, e outros temas que dificultam acelerar a agenda externa, em especial a do processo de integração.

Finalmente, em relação à questão número 5, - sob o ponto de vista da conjuntura geopolítica atual, como o Brasil se beneficia ao apostar no processo de integração regional sul-americano -, pode-se concluir o Brasil tem demonstrado interesse em participar do debate externo, principalmente no Governo Lula.

Não obstante eventuais problemas pontuais, o Brasil vem se beneficiando do processo de integração, na medida em que consolida-se a paz entre os povos e a discussão conjunta de variados temas como meio-ambiente, defesa, recursos naturais, infra-estrutura, saúde pública, questões sociais, dentre outros temas que visam consolidar a unidade entre os povos no cenário regional.

Sem prejuízo dos problemas conjunturais externos, o Brasil vem tendo uma influência crescente no cenário geopolítico internacional, não somente se aproveitando do cenário regional favorável ao processo de integração, mas também pela capacidade demonstrada de debater e participar de temas relevantes, aproveitando-se, sobretudo, de elementos favoráveis que incluem tamanho territorial, economia, paradigma de políticas de inclusão social e combate à fome, democracia estável e interesse governamental no fortalecimento de uma Agenda Sul-Sul, liderada e protagonizada por países emergentes.

Os cinco pontos acima foram analisadOs na pesquisa da tese, que buscou encontrar as respostas que esclarecem as posições do Brasil e quais as prioridades do Estado brasileiro dentro da conjuntura e do modelo político atual, de forma a destacar a ação política e as estratégias adotadas pelos diferentes governos no cenário político sul-americano, além dos reflexos no cenário internacional, a partir da redemocratização do país.

Com a política de priorização da agenda integracionista facilitado pela conjuntura multipolar e os governos de perfil nacionalista, resgata-se a consagração do ideal bolivariano de irmandade entre as nações; o fortalecimento do movimento de contra-hegemonia, que traduz a atual conjuntura geopolítica multipolar do Estado Contemporâneo; e a consagração

de uma civilização planetária mais equilibrada e com Estados Nacionais que possam reduzir os padrões de dependência, com maior participação e acesso aos processos decisórios dos grandes foros internacionais.

Conclui-se que o processo de integração é essencialmente de concepção e fundamento político, sendo facilitado pelo ambiente democrático e como princípio de um Estado Democrático, includente, nacionalista e de valorização da cidadania e de projetos de inclusão social para os povos da América do Sul.

O fortalecimento e avanço institucional do Mercosul e da Unasul é fundamental para que este projeto político se consolide e avance pautado na evolução dos princípios e fundamentos democráticos.

VII – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DA TESE

1ª REUNIÃO de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. Disponível em <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul1Reuni%C3%A3o.pdf> Acesso em 19 ago. 2013.

ACTA Fundacional del Banco del Sur. Buenos Aires, 2007. Disponível em <http://www.integracionsur.com/sudamerica/ActaFundacionBancoSur2007.pdf> Acesso em 24 ago. 2013.

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. *Do Grão ao Pão: o Trigo nas Relações Brasil-Argentina.* Rio de Janeiro: PUBL!T Soluções Editoriais, 2011.

ALVARADO, José Félix Rivas. *Nueva integración para um viejo modelo de desarrollo?* Buenos Aires: 2001. Disponível em <http://alainet.org/images/Articulo%20Integraci%C3%B3n%20JFRA-1.pdf> Acesso em 24 ago. 2013.

AMORIM, Celso. *O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Política Externa, São Paulo: v. 3, n. 4, 1995.

_____. *A Diplomacia Multilateral do Brasil.* Brasília: Funag, 2007.

_____. *A Integração Sul-Americana in DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch no 10* (Outubro/Dezembro 2009) – Brasília : Projeto Raúl Prebisch, 2009.

ARAÚJO, Nádia de; MARQUES, Frederico V. M.; REIS, Márcio M. *Código do Mercosul: tratados e legislação.* Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

ARAUJO, Roberto D'. *Seminário sobre Estratégias Energéticas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O poder norte-americano*. Praga: Estudos Marxistas. São Paulo, Hucitec, 1999. N. 8.

_____. *Globalização e desenvolvimento desigual*. Revista de Estudos e Pesquisas

sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez. 2007.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima; RAMOS, Alexandre Luiz Ramos. (organizadores). *Globalização, Neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998.

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. *Globalização: Desafios socioeconômicos, éticos e educativos.* 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latino-americano*. México, DF: Siglo XXI, 1974.

_____. *Favelas y movimientos de afavelados en el Estado de Rio de Janeiro. Politica y Administración*. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, v. 1, n. 2, jul/set. 1985.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Relatório Anual 2011*. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2011/relatorio_anual2011.pdf> Acesso em 19 ago. 2013.

BARROS, Sebastião do Rego. Mercosul: Tempos de Desafio. In: Revista Latinoamericana de Temas Internacionais. *Archivos Del Presente* . Buenos Aires: Fundación Foro Del Sur, n. 19. 2000,

BASSO, Maristela (org.), *Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros.* Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1996.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. *Brasil, Argentina e América do Sul*. São Paulo: Estudos Avançados. vol. 19, n. 55, set/dez, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda : razões e significados de uma distinção política.* Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BORON, Atilio. *A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Quince años después: democracia e injusticia em la historia reciente de América Latina.* CLACSO, 1999.

_____. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Unesp, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*, 5ª edição, Malheiros Editora.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

BRASIL e Argentina defendem integração da América do Sul frente à crise econômica global. Blog do Planalto. Brasília, 29 julho 2011. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/author/magda/page/40/>. Acesso em 19 de ago. 2013.

BRUCKMANN, Monica. *O Inventamos o erramos: La nueva Coyuntura Latinoamericana y el Pensamiento Crítico*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CAMARGO, Sonia de. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal? *Lua Nova*, São Paulo , n. 68, 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Aug. 2013.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *A Consolidação da capacidade processual dos indivíduos na evolução da proteção internacional dos direitos humanos: quadro atual e perspectivas na passagem do século*. In: Direitos Humanos no século XXI. IPRI, 1998.

CAPUTO O.; PIZARRO, R. *Dependencia y Relaciones Internacionales*. Costa Rica: Educa, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica.* Rio de Janeiro: Guanabara, 7ª Ed. 1970.

CASELLA, Paulo Borba (coord.) *Mercosul: integração regional e globalização*. Rio de Janeiro: Renovar. 2000.

CASTEL, Robert. *Metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires: Paidós, 1997a.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE–WANDERLEY, Mariangela et al. (Orgs). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997b.

_____. As transformações da questão social. In: BELFIORE–WANDERLEY, Mariangela et al. (Orgs). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997c.

CEED. *Unasul e a Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado Transnacional e os Delitos Transfronteiriço*. Argentina, 2012. Disponível em <http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORTCRIMEN_ORGANIZADO.pdf> Acesso em 24 ago. 2013.

CEPAL/INTAL. America Latina en la Economia Mundial. *Seminário en Homenaje al Dr. Raul Prebisch*, Santiago: Publicación de las Naciones Unidas, 1998.

_____. *Cincuenta años del pensamiento de la Cepal: textos seleccionados*. Santiago: Fondo de Cultura Económica/Cepal, 1998.

_____. *Anuário Estadístico de América Latina y Caribe*. Santiago do Chile, Cepal, diversos anos.

_____. *Panorama social de América Latina*. Nações Unidas, Santiago do Chile, 1996.

_____. *Estudio Econômico de América Latina y el Caribe* 1997-1998. Santiago do Chile, 1998.

_____. *Panorama social de América Latina.* Nações Unidas, Santiago do Chile, 1998.

_____. *Panorama de La inserción internacional de América Latina y el Caribe 2009-2010*. Santiago do Chile, 2010.

_____. *Unasur um espacio de desarrollo y cooperación por construir*. Santiago do Chile, 2011.

_____. *Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. La integración econômica en servicio de la transformación productiva con equidad.* Santiago do Chile, 1994. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm> Acesso em 24 ago. 2013.

_____. *Transformación productiva com equidad; la tarea prioritária del desarrollo de América Latina y el Caribe.* Nações Unidas, Santiago do Chile, 1990.

CERVO, Amado Luiz. Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional.* Brasília, v.46, n. 002, 2003.

_____. A Construção do modelo industrialista brasileiro. *Diplomacia, Estratégia e Política.* Brasília, n.10, 2009.

CHILCOTE, Ronald H. *Teorias de Política Comparativa. A Busca de um Paradigma Reconsiderado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CORREA, Antônio. *MERCOSUL - Soluções de Conflitos pelos Juízes Brasileiros*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editora, 1997.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarômetro 1995-2005. Diez años de opinión pública*. Santiago do Chile, 1995. Disponível em <http://www.revistafuturos.info/documentos/docu_f13/LatBar2005.pdf> Acesso em 24 ago. 2013.

DAHL, Robert A., *Sobre a Democracia*, Brasília: Editora UnB, 2009.

DAVYDOV Vladimir, As Reformas de Adaptação na América Latina e na Rússia: Coincidências e Paralelos. In: SANTOS, Theotônio dos. *Os Impasses da Globalização: Hegemonia e Contra-Hegemonia.* São Paulo: Editora PUC Rio, 2003.

DE DOSMAN, Edgar Júnior. *Rául Prebisch (1901-1986): A Construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. *A Época da Perplexidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

_____. *Transformações: Matrizes do Século XXI, Petrópolis:* Editora Vozes, 2004.

FERREIRA, Francisco H. G. et al. *Mobilidade Econômica e a Ascensão da Classe Média Latino-Americana*. Washington DC: Banco Mundial, 2013. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/LACEXT/Resources/MiddClass_portugues.pdf> Acesso em 19 ago. 2013.

FERREIRA, Francisco H. G. *Brasil e Chile têm maior mobilidade econômica da América Latina, diz Banco Mundial* [26 de março de 2013]. São Paulo, Blog Achados e Perdidos. Entrevista concedida a Silvio Guedes Crespo. Disponível em <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2013/03/26/brasil-e-chile-tem-maior-mobilidade-economica-da-america-latina-diz-banco-mundial/>. Acesso em 19 ago. 2013.

FILGUEIRAS, Marcos Simão. *O MERCOSUL no contexto latino – americano*, São Paulo: Atlas, 1994.

FURTADO, Celso. *The Economic Growth of Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1963.

_____. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. 14ª ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

_____. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Os Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

GAMBINA, Júlio. *Las crisis de la economia mundial y los desafios para el pensamiento crítico.* Buenos Aires: Fundación Investigaciones Sociales y Políticas – FISyPEdición, 2013.

GENTILI, P (Org.). *Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. São Paulo: Vozes, 1999.

GERTH, Hans; MILLS. C. Wright, eds. *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GIDDENS, A. *The transition to the late modern societ. International Sociology,*volume 13. n. 1, março 1998.

GLOBALIZAÇÃO e REGIONALIZAÇÃO *Hegemonia e Contra-hegemonia* (volumes 1, 2 e 3) – Coordenação Theotônio dos Santos Editora PUC-Rio, 1ª Edição.

GONZALEZ CASANOVA, P. (Coord.). *História política de los campesinos latinoamericanos*. 4 v. Mexico: Siglo Veintiuno e Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, 1998.

_____. *El Estado em América Latina, teoria y prática*. México: Siglo Veintiuno y Universidad de las Naciones Unidas, 1998.

GUDER Frank, André. *El desarollo del subdesarrollo. Em lecturas sobre el desarrollo*. México: FCE, 1985.

GUIMARAES, Samuel Pinheiro. Capital nacional e capital estrangeiro. *Estud. av.*, São Paulo, v. 14, n. 39, Aug. 2000 Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000200011&lng=en&nrm=iso>. Accesso em 24 Ago. 2013

COMUNICAÇÃO & POLÍTICA. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Cebela, v. 3, n. 3, 2000.

GURRIERI, Adolfo (organização e introdução). O Manifesto Latino-Americano e outros Ensaios – Raúl Prebisch. Rio de Janeiro, Editora Contraponto/ Centro Celso Furtado, 2011.

_____. *La Obra de Prebisch em la CEPAL. Lectura El Trimestre Econômico* nº 46 - 1982

HACIA UMA CIUDADANIA PLENA: *Los desafios de las políticas antidiscriminatórias em el Mercosur: Instituto Nacional contra La Discriminación, la Xenofobia y el Racismo*. Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos Presidencia de la Nacion, Argenina, 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. *El choque de civilizaciones*, Buenos Aires, PAIDOS, 1997.

IANNI, Octávio. *Teoria da Globalização*, Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1996.

INSTRUMENTOS JURÍDICOS - PARLAMENTO *DEL MERCOSUR* – Tratado de Asunción – Protocolo Constitutivo e Reglamento Interno – Mercosul.

LARA, José Bell. *La Integración Latinoamericana: Un camino inconcluso* – Colección Integratemas Bogotá, Colombia: Ediciones Ántropos, 2008.

LAVAGNA, Roberto. *Alianzas Regionales: Mercosur, Nafta y la Unión Latinoamericana*. *Argentina y Brasil en el Mercosur*. Grupo Editor Latinoamericano, 1995.

LONDOÑO, Juan Luis & SZEKELY, Miguel. Sorpresas distributivas después de una década de reformas. *Pensamiento Iberoamericano*. Madri: Agencia Española de Cooperación Internacional, volumen extraordinario, 1998.

LÓPEZ SEGRERA, F. *Cuba: capitalismo dependiente y subdesarollo (1510-1959)*. Havana: Casa de las Americas, 1972.

_____. *Los procesos de integración em América Latina y El Caribe: retos, variables, escenarios y alternativas em la era de la globalización.* In: SADER, E. (org.) *Democracia sin exclusiones ni excluídos*, Caracas: Nueva Sociedad, 1998.

_____. *Los Retos de la Globalización*. Caracas: Unidad Regional Ciencias Sociales, CRESALC, 1998.

LÓPEZ SEGRERA, F; FILMUS, D. (coord.). *América Latina 2020: Cenários, Alternativas e Estratégias*. São Paulo: Editora Viramundo, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependência*. Mexico: Ediciones Era, 1973.

_____. *O movimento operário no Brasil. Política y Administración*. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, v. 1, n. 2. Jul./set., 1985.

_____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. *Procesos e tendências de la globalización capitalista*. In: _____. & Márgara Millán. *La teoría social latino-americana*, vol. IV, Cuestiones contemporâneas, Edições El Caballito, 1996.

MARQUES, Renato L.R. *MERCOSUL 1989-1999 Depoimentos de um Negociador*. Kiev, [s.e], 2008.

MELLO, Prudente José Silveira. *Trabalho, Globalização e Reestruturação Produtiva do Fordismo ao toyotismo* In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho*. Curitiba: EDIBEJ, 1998.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. A Política Exterior da Revolução Brasileira. Brasília: Seção de Publicações do MRE, 1996.

NEGÓCIO, Ramon de V.; CIPRIANO, Rodrigo C. (orgs). Constituições da América Latina e Caribe. Brasília: FUNAG, 2010, v. 1, 2, 3 e 4.

O'BRIEN, Philip J. A Critique of Latin America Theories of Dependency . In: OXAAL,Ivar; BARNETT, Tony; BOOTH, David (eds.). *Beyond the Sociology of Development*. Londres:

Routledge and Kegan Paul, 1975.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA: *Revista Trimestral del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: Clacso, [s. d.]

ONU-HABITAT. Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012. ONU-Habitat, Brasil, 2012. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>. Acesso em 19 ago. 2013.

PATEMAN, Carole. *Participation and Democractic Theory*. New York: Cambridge University Press, 1970.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). *MERCOSUL no Cenário Internacional : Direito e Sociedade.* Curitiba : Juruá Editora, 1998.

PREBISCH, Raúl. *El desarrollo economic de la América Latina y algunos de sus principales problemas. En cincuenta años del pensamiento de la CEPAL.* Santiago: CEPAL, 1949.

_____. *La Crisis del Desarollo Argentino: de la Freustración al Crescimiento Vigoroso.* Buenos Aires: El Ateneo, 1986.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy.* Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

QUIJANO, José Manuel. *Mecanismos y Modalidades para Fomentar el Comércio entre los Países de América del Sur.* Caracas: SELA, 2012.

RAMALHO, José Ricardo et al. *Pós-Neoliberalismo : as políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro : Paz na Terra, 1995.

RAMOS, Abelardo Ramos. *História da Nação Latino-Americana.* Florianópolis: Editora Insular, 2011.

REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guilherme (org). *Democracia no Brasil dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

RODRIGUES, Horário Wanderley (org.). *Solução de Controvérsias no Mercosul.* Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997.

SADER, Emir. O mundo depois da queda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. (Ed.). *Democracia sin exclusiones ni excluidos*. Caracas: Nueva Sociedad, 1998.

_____. Modelos de Acumulação e Crise Hegemônica - Elementos de uma hegemonia alternativa na América Latina. O caso do Brasil. In: LÓPEZ SEGRERA, F.; FILMUS, Daniel. (coord.). *América Latina 2020: Cenários, Alternativas e Estratégias*. São Paulo: Editora Viramundo, 2000a.

_____. *Século XX – Uma Biografia não Autorizada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000b.

SALLUM Jr, Brasílio. *Brasil e Argentina hoje – política e economia*. São Paulo: EDUSC, 2004

SANT'ANNA, Sérgio Luiz Pinheiro, *As perspectivas do Mercosul: análise econômica e social*. Anais da XVI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Fortaleza, 1996.

_____. *Cláusula Democrática: sua importancia para a Política de Integração no Mercosul.* Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a Democracia: Entre o Pré-Contratualismo e o Pós-Contratualismo. *Oficina nº 107*, Coimbra, Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade, São Paulo: Editora Cortez, 2000.

_____. (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Theotônio dos. *Do Terror à Esperança – auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Editora Idéias e Letras, 2004.

_____. Economia Mundial: Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. (coord.) *Países Emergentes e os Novos Caminhos da Modernidade*. Brasília: UNESCO, 2008.

_____. *Economia mundial, integración regional y desarollo sustentable: Las nuevas tendências y la integración latinoamericana*. Lima: Infodem, 2010.

_____. (coord.) *Os Impasses da Globalização: Hegemonia e Contra-Hegemonia* Rio de Janeiro: Editora Loyola - PUC, 2003. v. 01.

_____. *La Crisis y los movimientos sociales en Brasil. Política y Administración*. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público,v. 1, n. 2, jul/set., 1985.

_____. *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. (coord.) *Globalização Dimensões e Alternativas: Hegemonia e Contra-Hegemonia* São Paulo: Edições Loyola e PUC, 2004. v. 2.

_____. (Coord.) *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável – As Novas Tendências da Economia Mundial e a Integração Latino-Americana*, Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

_____. *Os Impasses da Globalização (Hegemonia e Contra-hegemonia)*, Rio de Janeiro: PUC/Reggen , Edições Loyola, 2003.

_____. *Hegemonia e Contra-hegemonia: Globalização, Dimensões e Alternativas*. Rio de Janeiro: PUC/Reggen, Edições Loyola, 2004, v. 1, 2 e 3.

_____. *Países Emergentes e os Novos Caminhos da Modernidade*. Brasília: UNESCO, 2008.

_____. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Tecnologia e capitalismo de Estado***.** Versus – Revista De Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ. Ano II, nº. 5, Agosto de 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos . *Crises, identidades, democratização: o cálculo do conflito em processo.* Rio de Janeiro: IUPERJ,1983.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Editora Malheiros, 2013.

SILVA, Luiz Inácio Lula da; AMORIM, Celso; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A Política Externa do Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SOUZA GOMES, L. *América Latina, Seus Aspectos, Sua História, Seus Problemas*: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

STIGLITZ, Joseph. *Nuevos instrumentos y metas más amplias para el desarrollo; hasta el camino post-Washington.* Desarrollo Económico. vol. 38. n.151. Out-dez/1998.

STRAUTMAN, Gabriel; SOARES, Daniel. "*O Banco do Sul desde a Perspectiva brasileira*".[s.l.], 2007. Disponível em: <http://www.oid-ido.org/IMG/pdf/Texto_Ponencia_Gabriel_Strautman_1_.pdf>. Acesso em 15 ago. 2013.

TENSÕES MUNDIAIS/ *WORLD TENSIONS* – Revista do Observatório das Nacionalidades vo. 5 n. 8/jan./jun.2009 Editora Gramma.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (Unasul). *Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas*. Brasília, 2008. Disponível em:
<http://www.unasursg.org/uploads/cb/f2/cbf2f9520ad902831b19a51f5b886959/Tratado-Constitutivo-version-portugues.pdf>. Acesso em 15 ago. 2013.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (Unasul). *Reunion Extraordinaria de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unasur*. Bariloche, 2009.
Disponível em:
<http://www.unasursg.org/uploads/f5/3f/f53f4fb0a389ad84072a66d59d3a2214/Declaracion-Bariloche-Agosto-2009.pdf> Acesso em 24 ago. 2013.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (Unasul). *Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de UNASUR sobre Compromiso con la Democracia.* Brasília, 2010. Disponível em:
<http://www.unasursg.org/uploads/61/5e/615e42826e009f160d8d8d420a2086bf/Protocolo-adicional-compromiso-con-la-democracia.pdf>. Acesso em 15 ago. 2013.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (Unasul). *Palabras de María Emma Mejía Vélez, Secretaria General de la UNASUR en la inauguración del Centro de Estudios Estratégicos de Defensa*. Buenos Aires, 2011. Disponível em:
http://www.unasursg.org/uploads/67/28/6728ab94c3a0470e7274fbf0c80c19ed/Inauguracion-del-Centro-de-Estudios-Estrategicos-de-Defensa-Buenos-Aires-mayo-2011.pdf> Acesso em 15 ago. 2013.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (Unasul). *Processo de Consolidación. MEMÓRIA ANUAL 2011 -2012.* Secretaria General de Unasur, 2012.

VALLADÃO, Alfredo. *Os dois trunfos do Mercosul: Soberania compartilhada e Miscigenação Cultural*. In: O Mercosul e a Integração Sul-americana: Mais do que a economia. Brasília: FUNAG, 1997.

VENTURA, D; PERROTTI, A. *El proceso legislativo del MERCOSUR, Comisión Parlamentaria Conjunta del Mercosur*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

_____.*1955 – A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012. Diplomacia, segurança e inserção na economia mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WALLERSTEIN, I. *O Capitalismo historico*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
_____. (coord). Abrir las ciencias socials. In: *Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestruturación de las ciencias socials*. México: Siglo XXI, 1996.

_____. *The heritage of sociology, the promise of social sciense*. Montreal: XIV World Congress of Sociology, 1998.

_____. Paz, Estabilidad y Legitimación; 1990-2025/2050. In: *Los retos de la globalización; ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas: UNESCO, 1998.

_____. *El legado de la sociologia, la promessa de la ciencia social*. Caracas, Nueva Sociedad, 1999.

_____. *The essencial Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.

WILLIAMSON, J. *Democracy and The Washington Consensus*. World Development, n.8, 21/08/1993.

FONTES CONSULTADAS

http://www.achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br

http://www.caf.com

http://www.eclac.cl (CEPAL/ Comissão Econômica para América Latina)

http://www.funag.org.br (Fundação Alexandre de Gusmão)

http://www.globo.com/brasil

http://www.historianet.com.br

http://www.ibge.org (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

http://www.itamaraty.gov.br

http://www.jb.com.br

http://www.latinobarometro.org

http://www.mercosur.int (sítio oficial do Mercosul)

http://www.mict.gov.br (Ministério da Indústria, Comércio e Turismo)

http://www.mre.gov.br (Ministério das Relações Exteriores)

http://www.pekea.org

http://www.planalto.gov.br (Presidência da República)

http://www.redem.buap.mx (Rede de Estudos da Economia Mundial)

http://www.reggen.org.br (Cátedra e Rede UNESCO-ONU sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável)

http://www.scielo.br

http://www.socialmercosul.org

http://www.trabalhonota10.com.br

http://www.unesco.org

http://zurdo-zurdo.blogspot.com

ANEXOS

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1

CRONOLOGIA DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

18/02/1960	Criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio com a assinatura do Tratado de Montevidéu	ALALC
16/08/1966	Declaração de Bogotá (preparação do Acordo de Cartagena)	CAN
30/06/1967	Formação de uma Comissão Mista de negociações com a Participação de representantes de Colombia, Equador, Chile, Perú, Venezuela e, em seguida, Bolívia	CAN
07/02/1968	Tratado de criação da Corporação Andina de Fomento, com sede em Caracas	CAN
23/04/1969	Tratado da Cuenca del Plata o Tratado de Brasília	Cuenca del Plata
21/11/1969	Instalação, em Lima, da Comissão do Acordo de Cartagena, assinado em 16 de outubro deste mesmo ano	CAN
27/09/1975	Entra em vigência o protocolo que cria o Conselho de Ministros da ALALC	ALALC
17/10/1975	Convênio Constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Convênio do Panamá	SELA
15/10/1976	Retirada do Chile de Pinochet, da Corporação Andina de Fomento. Início da tentativa de desarticulação da CAN	CAN
03/07/1978	Tratado de Cooperação Amazônica	COOP-Amazônia
12/08/1980	Tratado de Montevidéu com a criação da Associação Latino-Americana de Integração	ALADI
29/11/1988	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil	PICAB
26/03/1991	Tratado da Constituição do Mercado Comum do Sul entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	MERCOSUL
17/12/1991	Protocolo de Brasília	MERCOSUL
13/06/1994	Tratado de Livre Comércio reunindo Colômbia, Venezuela	G-3

	e México	
17/12/1994	Assinatura do Protocolo de Ouro Preto que concebe Personalidade jurídica de Direito Internacional ao Mercosul	MERCOSUL
25/06/1996	Acordo de Complementação Econômica entre os Estados-partes do Mercosul e o Chile	MERCOSUL-CHILE
17/12/1996	Acordo de Complementação Econômica entre os Estados-partes do Mercosul e a Bolívia	MERCOSUL-BOLÍVIA
16/04/1998	Acordo para a criação de uma zona de livre-comércio CAN-Mercosul	CAN-MERCOSUL
24/07/1998	Assinatura do Protocolo de Ushuaia instituindo a Cláusula Democrática no âmbito do Mercosul, tendo sido assinado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile	MERCOSUL
10/12/1998	Assinatura da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul	MERCOSUL
01/09/2000	Primeira Cúpula de Chefes de Estado dos Países Sul-Americanos em Brasília-DF	AMÉRICA DO SUL
18/02/2002	Assinatura do Protocolo de Olivos de Solução de Controvérsias no Mercosul	MERCOSUL
27/05/2002	Iniciativa para a Integração das Infra-estruturas Regionais Sul-Americanas	IIRSA
05/07/2002	Acordo para o Livre Comércio entre o Mercosul e o México	MERCOSUL
06/12/2002	Acordo para a criação de uma zona de livre-comércio CAN-Mercosul	CAN-MERCOSUL
25/08/2003	Acordo de alcance parcial Mercosul-Perú/ ACE 58	MERCOSUL-PERÚ
16/12/2003	Preparação de Acordo de Complementação Econômica entre Mercosul, Colômbia, Equador e Venezuela/ ACE 59	MERCOSUL Col-Equ-Ven
01/07/2004	Mercosul – CAN	MERCOSUL-CAN
07/07/2004	Criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)	MERCOSUL
03/08/2004	Tratado Geral de Integração e Cooperação Econômica e Social para a formação de um mercado comum entre Peru e Bolívia	CAN
11/08/2004	Brasil, Bolívia e Perú inauguram ponte da Amizade na	

	fronteira entre Brasiléia (AC) e a cidade boliviana de Cobija	
13/08/2004	Cerimônia em Assunção para a instalação do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul	MERCOSUL
18/10/2004	Bases para a formação de um espaço de livre comércio OC pelo Conselho de Ministros da ALADI	ALADI
08 e 09/12/2004	III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cuzco é lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações/CASA	CSN/CASA
14/12/2004	Acordo presidencial entre Venezuela e Cuba para a aplicação da Alternativa Bolivariana	ALBA
16/03/2005	Integração Sub-Regional da América do Sul, a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul. Formação da Comunidade Sul-Americana de Nações.	UNASUL
29/06/2005	14 Chefes de Estado caribenhos e o Governo da Venezuela formam o Petro-Caribe	ALBA-Caribe
08/09/2005	Brasil e Peru lançam em Puerto Maldonado a pedra fundamental da Rodovia Interoceânica que ligará o Brasil ao Pacífico	AMÉRICA DO SUL
30/11/2005	Comemorado em Puerto Iguazu, Argentina, os 20 anos da Declaração de Iguazu, que lançou o processo de integração Brasil – Argentina	AMÉRICA DO SUL
8 e 9/12/2005	Na XXIX Cúpula do Mercosul, em Montevidéo, toma-se a decisão política de promover o ingresso da Venezuela como membro pleno do Mercosul	MERCOSUL
09/12/2005	Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul	MERCOSUL
21/01/2006	Inauguração da ponte da Integração entre Brasil e Perú em Cerimônia em Assis Brasil, no Acre	AMÉRICA DO SUL
29/04/2006	Bolívia entra na ALBA	ALBA
04/05/2006	Em Puerto Iguazu, em decorrência da nacinalização boliviana dos hidrocarbonetos, os Presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela reafirmam o compromisso com a integração Energética na América do Sul.	AMÉRICA DO SUL
04/07/2006	Mercosul subscreve esquema de adesão da Venezuela, em especial o Tratado de Assunção, os ProtocolOs de Ouro Preto e Olivos	MERCOSUL

20/09/2006	Chile se incorpora à Comunidade Andina como país-Membro associado	CAN
13/11/2006	Em Ciudad Guyana, na Venezuela, Brasil e Venezuela inauguram a segunda ponte sobre o Rio Orinoco	AMÉRICA DO SUL
16/04/2007	Em Ilha Margarita, na Venezuela, através de proposta do Presidente venezuelano Hugo Chávez, por ocasião da I Cúpula Energética Sul-Americana se criou a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), através da assinatura de uma Declaração.	UNASUL
29/04/2007	Acordo Energético da ALBA entre Venezuela e Haiti	ALBA
29/04/2007	Acordo Energético da ALBA entre Venezuela e Nicarágua	ALBA
29/04/2007	Acordo Energético da ALBA entre Venezuela e Bolívia	ALBA
29/04/2007	Tratado Energético da ALBA	ALBA
06/06/2007	Criação do Banco da ALBA	ALBA
09/08/2007	Acordo de Livre-Comércio Colômbia – Triângulo Norte da América Central	AMÉRICA DO SUL
16/12/2007	Visita à La Paz, Bolívia, onde Brasil e Bolívia fazem Declaração sobre o Corredor Biocêanico	AMÉRICA DO SUL
26/01/2008	Acordo para instalação de um cabo submarino entre Cuba Venezuela com um ramal para a Nicarágua(já inaugurado)	AMÉRICA DO SUL
23/05/2008	Aprovação do Tratado Constitutivo da Unasul, durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo em Brasília –DF, com vigência a partir de 11 de março de 2011	UNASUL
2008	intermediação na crise institucional da Bolívia em 2008 entre o Governo Central e o Governo das Províncias do Sul, na área conhecida como Meia-Lua, e, em particular, a Província de Pando	UNASUL
26/08/2009	Forma-se o Banco do Sul, sendo membros Venezuela, Argentina, Brasil, Equador, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru, com a Colômbia permanecendo como membro-observador	BANCO DO SUL
14/09/2009	Em Bonfim, Brasil, Brasil e Guiana inauguram ponte sobre o Rio Tacutu	AMÉRICA DO SUL

07 e 08/2010	O conflito entre a Colômbia e a Venezuela por ocasião a tensão política entre aqueles países	UNASUL
30/09/2010	Ameaça à democracia no Equador através de uma ruptura nstitucional;	UNASUL
11/2010	Protocolo Adicional sobre Compromisso com a Democracia junto ao Legislativo dos Estados-Membros, subscrito pelas Chefas e Chefes de Estado e de Governo em Georgetown, Guiana	UNASUL
07/2012	Suspensão do Paraguai pela violação ao "Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre e Compromisso com a Democracia", conhecido como Cláusula Democrática, pelo fato do Presidente deposto Fernando Lugo ter tido 30 horas para sua defesa num processo de *impeachment* (impedimento) junto ao Senado daquele país.	UNASUL MERCOSUL

Elaboração com base em BELL LARA, 2008, p. 221-249

QUADRO 2

ESTADO DE RATIFICAÇÕES E VIGÊNCIAS DE TRATADOS E PROTOCOLOS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS DE 1991 A 2000 (PRIMEIRA DÉCADA)

A relação dos documentos registrados junto à Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) pela data cronológica e assunto do período que compreende a assinatura do Tratado de Assunção (26 de março de 1991) até dezembro do ano 2000:

1) Tratado para a Constituição de um Mercado Comum (Tratado de Assunção) assinado em Assunção em 26 de março de 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai;
2) Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias (Protocolo de Brasília) assinado em Brasília em 17 de dezembro de 1991 e derrogado pelo Protocolo de Olivos por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 01/91);
3) Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativo (Protocolo de Las Leñas) assinado em Valle de Las Leñas em 27 de junho de 1992 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, estando em vigência (Decisão nº 05/92);
4) Protocolo de Colônia para a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos no Mercosul assinado em Colônia de Sacramento em 17 de janeiro de 1994 (encontra-se sem vigência e sem o depósito da aprovação pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 11/93);
5) Protocolo sobre Promoção e Proteção de Investimentos Provenientes de Estados não integrantes do Mercosul assinado em Buenos Aires em 05 de agosto de 1994 (encontra-se sem vigência e sem depósito da aprovação pelo Brasil) (Decisão nº 11/94);
6) Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual assinado em Buenos Aires em 05 de agosto de 1994 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 01/94);
7) Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico assinado em Buenos Aires em 05 de agosto de 1994 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 04/94);
8) Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul assinado em Ouro Preto em 16 de dezembro de 1994 (encontra-se sem vigência e sem depósito de aprovação pela Argentina, Brasil e Uruguai) (Decisão nº 25/94);
9) Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul

(Protocolo de Ouro Preto) assinado em Ouro Preto em 17 de dezembro de 1994 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, encontrando-se pendente pela Venezuela;

10) Protocolo de Medidas Cautelares assinado em Ouro Preto em 16 de dezembro de 1994 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai(Decisão nº 27/94);

11) Protocolo de Harmonização de Normas sobre Propriedade Intelectual no Mercosul, em matéria de Marcas, Indicação de Procedência e Denominação de Origem assinado em Assunção em 05 de agosto de 1995 (encontra-se sem depósito de Argentina e Brasil) (Decisão nº 08/95);

12) Protocolo de Integração Educativa sobre Reconhecimento de Títulos Universitários para a Prosecução de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades do Mercosul assinado em Assunção em 05 de agosto de 1995, encontra-se atualmente derrogado pela Decisão nº 08/96 (Decisão nº 04/95);

13) Protocolo de Integração Educativa e Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico assinado em Assunção em 05 de agosto de 1995 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 07/95);

14) Acordo Marco Interregional de Cooperação entre a Comunidade Européia e seus Estados Membros por uma parte, o Mercado Comum do Sul e seus Estados Partes, por outra, assinado em Madrid em 15 de dezembro de 1995 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, aguardando notificação de ambas as partes (Comunidade Européia e Mercosul);

15) Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais assinado em San Luís em 25 de junho de 1996 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 02/96);

16) Protocolo de San Luis em Matéria de Responsabilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados partes do Mercosul assinado em San Luís em 25 de junho de 1996 (fé de errata. Assunção em 19 de junho de 1997) por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 01/96);

17) Protocolo de Defesa da Competência do Mercosul assinado em Fortaleza em 17 de dezembro de 1996 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem depósito de Argentina e Uruguai) (Decisão nº 18/96);

18) Protocolo de Santa Maria sobre Jurisdição Internacional em matéria de Relações de Consumo assinado em Fortaleza em 16 de dezembro de 1996 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 10/96);

19) Protocolo de Integração Educativa para a Formação de Recursos Humanos a nível de Pós-Graduação entre os países membros do Mercosul assinado em Fortaleza em 16 de dezembro de 1996 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 09/96);

20) Protocolo de Integração Cultural do Mercosul assinado em Fortaleza em 16 de dezembro de 1996 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com ata de adesão da República do Perú, assinada em San Juan, em 02 de agosto de 2010 (Decisão nº 11/96);

21) Protocolo de Integração Educativa para a Prosecução de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos países-membros do Mercosul assinado em Fortaleza em 16 de dezembro de 1996 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 08/96);

22) Acordo de Sede entre o Mercosul e a República Oriental do Uruguai para o Funcionamento da Secretaria Administrativa do Mercosul assinado em Fortaleza em 16 de dezembro de 1996 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 04/96);

23) Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países do Mercosul assinado em Assunção em 19 de junho de 1997 (Decisão nº 03/97), sendo derrogado por Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários subscritos em Assunção, em 14 de junho de 1999 pela Decisão nº 04/99);

24) Acordo Complementar ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativo assinado em Assunção em 19 de junho de 1997 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, sendo que encontra-se sem depósito de aprovação pelo Brasil (Decisão nº 05/97);

25) Acordo Complementar ao Protocolo de Medidas Cautelares assinado em Montevidéu em 15 de dezembro de 1997, encontra-se sem vigência e sem depósito de aprovação pela Argentina, Brasil e Uruguai (Decisão nº 09/97);

26) Anexo ao Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul assinado em Montevidéo em 15 de dezembro de 1997 (encontra-se derrogado pela Decisão nº 04/99)

27) Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo para a Implementação do Acordo assinado em Montevidéu em 15 de dezembro de 1997 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 19/97);

28) Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do Mercosul (Versão em espanhol: Montevidéu, 15 de dezembro de 1997; versão em português com seus anexos: Buenos Aires, 23 de julho de 1998, sendo que pela Decisão CMC nº 99/98 de 23 de julho de 1998, adotaram os Anexos com Disposições Específicas Setoriais e Listas de Compromissos Específicos Iniciai. As listas de Compromissos Específicos foram substituídas por Decisões CMC/ Nros 01/00; 56/00. 10/01, 22/03, 29/04 e 01/06) por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem depósito do Paraguai) (Decisão nº 13/97);

29) Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, República de

Bolívia e República de Chile assinado em Ushuaia, em 24 de julho de 1998/ Ata de Adesão de República Bolivariana de Venezuela, assinada em Assunção em 20 de junho de 2005; Ata de Adesão da República do Perú, assinada em Assunção em 20 de junho de 2005 e Ata de Adesão da República do Equador, assinada em Assunção em 29 de junho de 2007, em plena vigência;

30) Anexo ao Protocolo de Defesa da Competência do Mercosul, assinado no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1998 (Conforme o artigo 3º é parte integrante do Protocolo de Defesa da Competência do Mercosul de 1996), estando sem depósito de aprovação de Argentina, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 02/97);

31) Anexo ao Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países do Mercosul assinado em Buenos Aires em 23 de julho de 1998 (Decisão nº 02/97), sem do que encontra-se derrogado pela Decisão nº 04/99;

32) Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul assinado em Buenos Aires em 23 de julho de 1998 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 03/98);

33) Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional entre o Mercosul, República da Bolívia e República de Chile assinado em Buenos Aires em 23 de julho de 1998 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem vigência e sem depósito da Bolívia e do Chile) (Decisão nº 04/98);

34) Protocolo de Harmonização de Normas em matéria de Desenhos Industriais assinado no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1998 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 16/98);

35) Acordo sobre Extradição entre os Estados-Partes do Mercosul assinado no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1998 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem depósito da Argentina) (Decisão nº 14/98);

36) Acordo sobre Extradição entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República de Chile assinado no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1998 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de Bolívia e Chile, com ata de adesão da República do Equador assinada em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008 (encontra-se sem depósito da Argentina) (Decisão nº 15/98);

37) Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul assinado em Assunção em 14 de junho de 1999 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem depósito do Uruguai) (Decisão nº 04/99);

38) Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades

Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, República de Bolívia e República de Chile assinado em Assunção em 14 de junho de 1999 (encontra-se sem vigência, sendo que encontra-se sem depósito de Argentina, Brasil e Uruguai, além de Bolívia e Chile) (Decisão nº 05/99);

39) Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a República Cooperativa de Guiana em Matéria de Comércio e Investimento , assinado no Rio de Janeiro em 28 de junho de 1999

40) Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a República de Trinidad y Tobago em Matéria de Comércio e Investimento , assinado no Rio de Janeiro em 28 de junho de 1999

41) Acordo de Assunção sobre Restituição de Veículos Automotores, Terrestre e Embarcações que Ultrapassam ilegalmente as Fronteiras entre os Estados Partes do Mercosul assinado em Montevidéu em 07 de dezembro de 1999 (encontra-se sem vigência e sem depósito do Brasil, do Paraguai e do Uruguai) (Decisão nº 16/99);

42) Acordo de Assunção sobre Restituição de Veículos Automotores, Terrestre e Embarcações que Ultrapassam ilegalmente as Fronteiras entre os Estados Partes do Mercosul, República de Bolívia e República de Chile, assinado em Montevidéu em 07 de dezembro de 1999 (encontra-se sem depósito do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e do Chile) (Decisão nº 17/99);

43) Memorandum de Entendimento sobre Intercâmbio de Informação e Assistência Recíproca entre Veículos Automotores e Condutores dos Estados Partes do Mercosul, República de Bolívia e República de Chile, assinado em Montevidéu em 07 de dezembro de 1999 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia) (Decisão nº 14/99);

44) Acordo sobre Benefício de Litigar sem Gastos e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul assinado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000 (encontra-se sem depósito de Argentina e do Uruguai) (Decisão nº 49/00);

45) Acordo sobre Benefício de Litigar sem Gastos e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República de Chile assinado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000 (encontra-se sem depósito de Argentina, do Uruguai e da Bolívia) (Decisão nº 50/00);

46) Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados-partes do Mercosul, assinado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000 com Fé de Erratas em Puerto Iguazu, em 7 de julho de 2004 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 48/00);

47) Acordo sobre Isenção de Tradução de Documentos Administrativos para os Efeitos de

Imigração entre os Estados-partes do Mercosul, assinado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 44/00);

48) Acordo sobre Isenção de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados-partes do Mercosul, República da Bolívia e República de Chile, assinado em Florianópolis em 15 de dezembro de 2000, por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile (está em vigência e sem depósito da Bolívia) (Decisão nº 45/00);

49) Acordo para a Criação de uma Área de Livre-Comércio entre os Estados-partes do Mercosul e África do Sul, assinado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000 (Decisão nº 62/00);

Fonte: www.mre.gov.br (sítio do Ministério das Relações Exteriores) e www.mre.gov.py

QUADRO 3

ESTADO DE RATIFICAÇÕES E VIGÊNCIAS DE TRATADOS E PROTOCOLOS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS DE 2001 A 2010 (SEGUNDA DÉCADA)

50) Acordo marco sobre Meio-Ambiente do Mercosul assinado em Assunção em 22 de junho de 2001 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 02/01);

51) Memorando de Acordo entre a Comunidade Européia e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) relativo a Orientação Plurianuais para a realização da Cooperação Comunitária assinada em Luxemburgo em 26 de julho de 2001;

52) Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados-Partes do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires em 18 de fevereiro de 2002 (está sem depósito de Uruguai e Bolívia) (Decisão nº 12/01);

53) Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul assinado em Buenos Aires em 18 de fevereiro de 2002, que revogou o Protocolo de Brasília, e encontra-se em plena vigência;

54) Emenda ao Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Laboral e Administrativa entre os Estados-Partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires em 05 de julho de 2002 (está sem vigência e sem depósito de Uruguai) (Decisão nº 07/02);

55) Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Laboral e Administrativa entre os Estados-partes do Mercosul, República de Bolívia e República de Chile, assinado em Buenos Aires, em 05 de julho de 2002, com ata de adesão da República do Equador, assinada em San Miguel de Tucumán em 30 de junho de 2008 e com ata de adesão da República do Peru, assinada em Brasília em 06 de dezembro de 2012 (está sem depósito de Uruguai e Bolívia) (Decisão nº 08/02);

56) Acordo sobre Jurisdição em Matéria de Contrato de Transporte Internacional de Carga entre os Estados-partes do Mercosul, assinado em Buenos Aires em 05 de julho de 2002 (está sem vigência e depósito prévio de Argentina, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 11/02);

57) Acordo Complementar ao Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais

entre os Estados-partes do Mercosul, República da Bolívia e República de Chile, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002, Fé de Erratas em Porto Iguazu, Argentina em 07 de julho de 2004 e Ata de Adesão da República de Equador, assinada em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, está sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Uruguai e Bolívia) (Decisão nº 27/02);

58) Protocolo de Integração Educativa para Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados-partes do Mercosul e Bolívia, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Uruguai e Bolívia) (Decisão nº 26/02);

59) Protocolo de Integração Educativa para a Prosecução de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados-partes do Mercosul e Bolívia, assinado em Brasília, em 05 de dezembro de 2002 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina, Uruguai e Bolívia). (Decisão nº 26/02);

60) Acordo Complementar ao Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados-partes do Mercosul, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Brasil, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 27/02);

61) Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina) (Decisão nº 28/02);

62) Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina e Bolívia) (Decisão nº 28/02);

63) Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-partes do Mercosul, assinado em Brasília em 06 de dezembro de 2002 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 28/02);

64) Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-partes do Mercosul, Bolívia e Chile assinado em Brasília em 06 de dezembro de 2002, com ata de adesão da República do Peru, assinada em 28 de junho de 2011 e ata de adesão da República do Equador, assinada em Assunção em 29 de junho de 2011, sendo assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Bolívia e Chile (Decisão nº 28/02);

65) Acordo sobre o Regulamento do Protocolo de Defesa da Competência do Mercosul, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil e Uruguai);

66) Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos

de Nível Fundamental e Médio não Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002, assinado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, com ata de adesão da República do Equador, assinada em São Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008 (encontra-se sem depósito de Uruguai e Bolívia) (Decisão nº 26/02);

67) Acordo Marco entre o Mercosul e a República da Índia, assinado em Assunção em 17 de junho de 2003, tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem vigência pela falta de ratificação da Índia) (Decisão nº 09/03);

68) Acordo Marco de Cooperação entre o Convênio Andres Bello (CAB) e os Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), assinado em Montevidéu em 15 de dezembro de 2003;

69) Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, assinado em Montevidéu em 16 de dezembro de 2003 (Decisão nº 40/03, tendo sido derrogado pela Decisão nº 27/04);

70) Acordo para a Criação da Visa Mercosul assinado em Montevidéu em 16 de dezembro de 2003 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina) (Decisão nº 16/03);

71) Acordo Preferencial de Comércio entre o Mercosul e a República da Índia, assinado em Nova Déli em 25 de janeiro de 2004, sendo que os Anexos I, II, III, IV e V foram assinados em Nova Deli, em 19 de março de 2005, tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai;

72) Acordo Marco entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazu na Argentina em 07 de julho de 2004, tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem vigência pela falta de ratificação do Egito) (Decisão nº 16/04);

73) Protocolo Adicional ao Acordo Marco sobre Meio-Ambiente do Mercosul em Matéria de Cooperação e Assistência Frente a Emergências Ambientais assinado em Puerto Iguazu na Argentina em 07 de julho de 2004 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 14/04);

74) Acordo por Notas Reversas entre o Mercosul e a República Federal da Alemanha sobre Fomento da Gestão Ambiental e de Produção mais Limpa em Pequenas e Médias Empresas, assinado em Montevidéu em 17 de junho de 2004; Puerto Iguazú, Rep. Argentina em 7 de julho de 2004;

75) Acordo Marco de Comércio entre o Mercosul e o Reino de Marrocos, assinado em Brasília em 26 de novembro de 2004, tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se em trâmite de notificação das partes contratantes);

76) Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul CMC/ Decisão nº 27/04, assinado em Montevidéu em 09 de dezembro de 2004 e derrogado pela Decisão CMC/ Número 23/06, de 20 de julho de 2006;

77) Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Seguridade Regional entre os Estados-Partes do Mercosul, assinado em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004 (Decisão nº 35/04 e derrogado pela Decisão/ Número 16/06, de 20 de julho de 2006;

78) Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Seguridade Regional entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004 (Decisão nº 35/04 e derrogado pela Decisão CMC/Número 16/06, de 20 de julho de 2006;

79) Acordo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul assinado em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004 (encontra-se em vigência e tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 37/04);

80) Acordo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, a República de Bolívia e a República de Chile, assinado em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004 (encontra-se em vigência e sem depósito de Bolívia) (Decisão nº 37/04);

81) Acordo sobre Traslado de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004 (Decisão nº 34/04);

82) Acordo sobre Traslado de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul com a República de Bolívia e a República de Chile, assinado em Belo Horizonte em 16 dezembro de 2004 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Uruguai, Bolívia e Chile). (Decisão nº 34/04);

83) Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul, assinado em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004 (encontra-se sem depósito de Paraguai) (Decisão nº 32/04);

84) Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira de África Austral (SACU) Anexo I, II, III, IV, V, assinado em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai);

85) Acordo Marco de Cooperação Econômica entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), assinado em Brasília em 10 de maio de 2005, tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (encontra-se sem vigência pela falta de ratificação dos Estados Árabes do Golfo);

86) Acordo de Sede entre a República do Paraguai e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) para o Funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão, assinado em Assunção em 20 de

junho de 2005 (encontra-se sem depósito de Argentina, Brasil e Uruguai) (Decisão nº 01/05);

87) Emenda ao Acordo sobre Traslado de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, assinado em Assunção em 20 de junho de 2005 (encontra-se sem vigência e sem depósito do Brasil) (Decisão nº 12/05);

88) Acordo de Admissão de Títulos, Certificados e Diploma para o Exercício da Docência no Ensino de Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras nos Estados-Partes, assinado em Assunção em 20 de junho de 2005 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina e Brasil) (Decisão nº 09/05);

89) Protocolo sobre Traslado de Pessoas sujeitas a Regimes Especiais Complementar ao Acordo sobre Traslado de Pessoas Condenadas entre os Estados-partes do Mercosul, a República de Bolívia e a República de Chile (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia e Chile);

90) Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, assinado em Assunção em 20 de junho de 2005 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) (Decisão nº 17/05);

91) Acordo de sede entre a República Oriental do Uruguai e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) para o funcionamento no Território da República da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e sua Secretaria Administrativa Parlamentar Permanente, assinado em Montevidéu em 8 de dezembro de 2005 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Uruguai) (Decisão nº 34/05);

92) Acordo Marco do Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevidéu em 8 de dezembro de 2005 (encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina) (Decisão nº 22/05);

93) Acordo marco para a Adesão da República Bolivariana de Venezuela e Mercosul, assinado em Montevidéu em 09 de dezembro de 2005 (encontra-se vigente) (Decisão nº 29/05);

94) Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, assinado em Montevidéu em 09 de dezembro de 2005 e tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Decisão nº 23/05);

95) Acordo marco sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado em Montevidéu em 09 de dezembro de 2005 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile);

96) Protocolo de Adesão da República Bolivariana de Venezuela ao Mercosul (Anexos I, II,

III e IV), assinado em Caracas, em 04 de julho de 2006 (encontra-se em vigência, sendo a Venezuela aceita no Mercosul por ocasião da suspensão do Paraguai do bloco face ao procedimento que culminou com o impedimento do Presidente Fernando Lugo);

97) Acordo Marco de Comércio entre o Mercosul e a República Islâmica de Paquistão, assinado em Córdoba em 20 de julho de 2006 (encontra-se aguardando prazo da última notificação, tendo e sem depósito de Paraguai) Decisão CMC/ Número 07/06;

98) Acordo para a Concessão de um Prazo de noventa dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado em 20 de julho de 2006 (encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Uruguai, Bolívia e Chile) Decisão CMC/ n 10/06;

99) Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República de Bolívia, a República de Colômbia, a República de Chile, a República de Equador, a República de Peru e a República Bolivariana de Venezuela, assinado em Córdoba em 20 de julho de 2006, encontra-se sem vigência e sem depósito de Brasil e Bolívia) Decisão nº 16/06);

100) Acordo sobre Gratuidade de Vistos para Estudantes e Docentes dos Estados-partes do Mercosul, assinado em Córdoba em 20 de julho de 2006, encontra-se sem vigência e sem depósito da Argentina) Decisão nº 21/06;

101) Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, assinado em Córdoba em 20 de julho de 2006, encontra-se sem vigência e sem depósito de Brasil, Paraguai e Uruguai) Decisão nº 23/06;

102) Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados Parte e Estados Associados do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Federação de Rússia, assinado em Brasília em 15 de dezembro de 2006;

103) Memorando de Entendimento entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República do Paraguai, o Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Bolivariana de Venezuela para Estabelecer um Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília em 15 de dezembro de 2006, Decisão nº 36/06;

104) Protocolo Modificatório do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 2007, com Ata de Compromisso de Adesão da Venezuela ao Protocolo Modificatório do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no rio de Janeiro em 19 de janeiro de 2007 encontra-se sem vigência e sem depósito de Paraguai, Uruguai e Venezuela;

105) Acordo Complementar de Cooperação entre os Estados Partes do Mercado Comum do

Sul (Mercosul) e o Convênio Andrés Bello (CAB) sobre Reconhecimento de Estudos, Títulos e Certificados de Educação Primária, Básica e Média, Secundária Não Técnica, assinado em Assunção, em 28 de junho de 2007, encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, Decisão nº 29/07;

106) Acordo de Sede entre a República do Paraguai e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) para o Funcionamento do Instituto Social do Mercosul, assinado em Assunção, em 29 de junho de 2007,encontrando-se o Mercosul aguardando o prazo de 15 dias depois da notificação feita pelo Paraguai ao Mercosul, não tendo o depósito de Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela; Decisão nº 28/07;

107) Acordo de Sede entre a República Oriental do Uruguai e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) para o Funcionamento do Parlamento do Mercosul, assinado em Assunção, em 29 de junho de 2007, encontrando-se o Mercosul aguardando o prazo de 15 dias depois da notificação feita pelo Uruguai ao Mercosul, não tendo depósito de Argentina, Brasil, Paraguai e Venezuela, Decisão nº 34/07;

108) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimentos e Plano de Ação entre o Mercosul e a República de Singapura, assinado em Nova York, em 24 de setembro de 2007 ainda sem Decisão do CMC, documentos aprovados nos Estados-Membros, tampouco depósitos por parte dos Estados-Membros;

109) Tratado de Livre-Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideo em 18 de dezembro de 2007, tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, encontrando-se em vigência, Decisão nº 50/07;

110) Acordo Marco entre o Mercosul e o Reino Hachemita de Jordânia, assinado em São Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, estando a 30 dias da última notificação entre as partes, tendo procedimentos normativos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Decisão nº 28/08;

111) Acordo Marco para o Estabelecimento de uma Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a República de Turquia, assinado em São Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, não estando em vigência e com prazo de 30 dias da ultima notificação entre as partes, não tendo depósito do Paraguai, Decisão nº 29/08;

112) Acordo entre os Estados Partes do Mercosul e o Estados Associados sobre Cooperação Regional para a Proteção dos Direitos dos Jovens, das Jovens e dos Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade, assinado em San Miguel de Tucumán em 30 de junho de 2008, encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia e Chile, Decisão nº 25/08;

113) Acordo para a Implementação de Base de Dados Compartidos para Jovens e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade do Mercosul e Estados Associados, assinado em San Miguel de Tucumán em 30 de junho de 2008, encontra-se sem vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia e Chile, Decisão nº 26/08;

114) Acordo sobre Documentos de Viagem dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado em San Miguel de Tucumán em 30 de junho de 2008, encontra-se na fase da data da assinatura em 30 de junho de 2008, Decisão nº 18/08;

115) Acordo sobre a Criação e Implementação de um Sistema de Qualificação de Carreiras Universitárias para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica das Respectivas Titulações no Mercosul e Estados Associados, assinado em San Miguel de Tucumán em 30 de junho de 2008, com ata de adesão da República Bolivariana da Venezuela, assinada em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, encontrando-se sem vigência e sem depósito de Brasil, Venezuela, Bolívia e Chile, sendo a Decisão nº 17/08.

116) Protocolo de Intenções entre o Mercosul e a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, assinado em 30 de junho de 2008 Estado, encontra-se na fase da data da assinatura em 30 de junho de 2008, Decisão nº 16/08;

117) Acordo Preferencial de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África do Sul (SACU), assinado em Salvador em 15 de dezembro de 2008 e Maserú em 03 de abril de 2009, não estando em vigência e com prazo de 30 dias da ultima notificação entre as partes, e sem manifestação de depósito de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, Bolívia e Chile, Decisão nº 54/08;

118) Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Consultivo Conjunto para a Promoção do Comércio e os Investimentos entre o Mercosul e a República da Coréia, assinado em Assunção em 23 de julho de 2009, encontra-se na fase da data da assinatura em 23 de julho de 2009, Decisão nº 04/09;

119) Acordo de Sede entre a República Oriental do Uruguai e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) para o Funcionamento da Secretaria Permanente do Foro Consultivo, Econômico e Social, assinado em Assunção em 24 de julho de 2009, não estando em vigência e com prazo de 15 dias da notificação do Uruguai ao Mercosul, Decisão nº 13/09;

120) Acordo de Sede entre a República Argentina e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) para o Funcionamento do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, assinado em Montevideo em 8 de dezembro de 2009, estando em vigência e com prazo de 15 dias da notificação da Argentina ao Mercosul, tendo efetuado o Depósito, Decisão nº 32/09;

121) Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e a República Árabe de Egito, assinado em San Juan, em 02 de agosto de 2010, não estando em vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Bolívia e Chile, com depósito do Egito, Decisão nº 26/10;

122) Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificado, Títulos e Estudios de Nível Primário, Fundamental, Básico e Médio, Secundário entre os Estados Pattes do Mercosul e Estados Associados, assinado em San Juan, em 02 de agosto de 2010, não estando em vigência, Decreto nº 21/10;

123) Acordo Marco de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, em 02 de agosto de 2010, não estando em vigência e tendo o depósito do Equador, Decisão nº 22/10;

124) Acordo sobre a Ordem do Mercosul de detenção e procedimentos de entrega entre os Estados partes do Mercosul e Estados Associados, assinado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, não estando em vigência e sem depósito de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, sendo a Decisão nº 48/10;

125) Acordo de Defesa da Competência do Mercosul, assinado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, não estando em vigência e com prazo de 30 dias da ultima notificação entre as partes, não tendo depósito do Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, sendo a Decisão nº 43/10;

126) Memorando para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o Mercosul e a República de Cuba, assinado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, estando no prazo da data da assinatura, sendo a Decisão nº 41/10;

127) Acordo Marco para a criação de uma Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a República Árabe da Síria, assinado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, não estando em vigência e no prazo de 30 dias da última notificação entre as partes, não tendo depósito do Paraguai e do Uruguai, sendo a Decisão nº 34/10;

128) Acordo Marco de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, não estando em vigência e no prazo de 30 dias da última notificação as partes, não tendo depósito do Paraguai e do Uruguai, sendo a Decisão nº 40/10;

129) Memorando para o Estabelecimento do Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Estados Associados e a República da Turquia, assinado em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, encontra-se

na fase da data da assinatura em 16 de dezembro de 2010, Decisão nº 42/10;

Fonte: www.mre.gov.br (sítio do Ministério das Relações Exteriores) e www.mre.gov.py

QUADRO 4

ESTADO DE RATIFICAÇÕES E VIGÊNCIAS DE TRATADOS E PROTOCOLOS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS DE 2011 A 2012 (JUNHO)

130) Acordo Modificatório do Anexo ao Acordo sobre Documentos de Viagens dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, assinado em Assunção em 28 de junho de 2011, encontrando-se pendente, sendo a Decisão nº 14/11;

131) Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina assinado em Montevidéo, em 20 de dezembro de 2011, não estando em vigência e no prazo de 30 dias para procedimentos bilaterais, sendo a Decisão nº 35/11;

132) Acordo para a Criação da Rede de Especialistas em Segurança Documental Migratória do Mercosul e Estados Associados, cuja data de assinatura é 29 de junho de 2012, sem posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 08/12;

133) Acordo entre os Estados Partes do Mercosul e os Estados Associados para o Intercâmbio de Informação sobre a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Arma de Fogo, Munição, Explosivo e outros materiais relacionados, encontra-se sem vigência e sem posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 09/12;

134) Acordo sobre a Criação e Implementação de um Sistema de Acreditación de Carreiras Universitárias para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica das respectivas titulações no Mercosul e Estados Associados, assinado em São Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, com ata de adesão da República da Colômbia ao Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Acreditación de Carreiras Universitárias para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica das respectivas Titulações no Mercosul e nos Estados Associados, assinado em Mendoza em 29 de junho de 2012, encontrando-se em

data de assinatura em 29 de junho de 2012, sem vigência e sem posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 18/12;

135) Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, República de Bolívia e República de Chile, assinado em Ushuaia em 24 de julho de 1998, com ata de adesão da República de Colômbia ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, República de Bolívia e República de Chile, assinado em Mendoza em 29 de junho de 2012, encontrando-se em data de assinatura em 29 de junho de 2012, sem vigência e sem posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 19/12;

136) Acordo Modificatório do Anexo do Acordo sobre Documentos de Viagem do Mercosul, assinado em 28 de junho de 2011, com ata de adesão da República de Colômbia, República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela ao "Acordo Modificatório do Anexo do Acordo sobre Documentos de Viagem do Mercosul", assinado em Mendoza em 29 de junho de 2012, encontrando-se em data de assinatura em 29 de junho de 2012, sem vigência e sem posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 21/12;

137) Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, República de Bolívia e República de Chile, assinado em Brasília em 05 de dezembro de 2002, com Ata de Adesão da República do Perú ao "Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolivia e República de Chile, assinado em Mendoza em 29 de junho de 2012, encontrando-se em data de assinatura em 29 de junho de 2012, sem vigência e sem posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 22/12;

138) Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República de Chile, assinado em Buenos Aires em 18 de fevereiro de 2002, com Ata de Adesão da República do Perú ao "Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República de Chile, assinado em Mendoza em 29 de junho de 2012, encontrando-se em data de assinatura em 29 de junho de 2012, sem vigência e sem posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 23/12;

139) Acordo entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados sobre Jurisdição Internacionalmente competente, Lei Aplicável e Cooperação Jurídica Inernacional em Matéria de Matrimônio, Relações Pessoais entre os Cônjuges, Regime Matrimonial de Bens, Divórcio, Separação Conjugal e União não Matrimonial, assinado em 06 de dezembro de

2012, estando não vigente e com 30 dias do último instrumento de ratificação, não tendo posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 58/12;

140) Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional de Bolívia ao Mercosul, assinado em Brasília em 07 de dezembro de 2012, estando não vigente e com 30 dias do último instrumento de ratificação, não tendo posicionamento dos Estados Membros e Associados, sendo a Decisão nº 68/12;

Fonte: www.mre.gov.br (sítio do Ministério das Relações Exteriores) e www.mre.gov.py

QUADRO 5 – DECRETOS DO PODER EXECUTIVO SOBRE REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

ATO	ASSUNTO
	PERÍODO SARNEY
Decreto nº 92.312, de 21/01/1986	Dispõe sobre Embaixada do Brasil na República de Níger/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 92.313, de 21/01/1986	Dispõe sobre Embaixada do Brasil na República da Nigéria/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 92.314, de 21/01/1986	Dispõe sobre Embaixada do Brasil na República de Serra Leoa/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 92.315, de 21/01/1986	Dispõe sobre Embaixada do Brasil na República de Senegal/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 92.316, de 21/01/1986	Dispõe sobre Embaixada do Brasil em Barbados/ Criação de Embaixada
Decreto nº 92.430, de 26/02/1986	Cria a Embaixada do Brasil na República de Botsuana/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 92.868, de 30/06/1986	Extingue o Consulado-Geral do Brasil em Liverpool/ Extinção de Consulado-Geral em Liverpool no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
Decreto nº 92.869, de 30/06/1986	Extingue o Consulado do Brasil no Havre/ Extinção de

	Consulado do Havre, República Francesa
Decreto nº 92.870, de 30/06/1986	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Valletta/ Extinção do Vice-Consulado em Valletta, República de Malta
Decreto nº 92.871, de 30/06/1986	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Valparaíso/ Extinção do Vice-Consulado em Valparaíso, República do Chile
Decreto nº 92.872, de 30/06/1986	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Vigo/ Extinção do Vice-Consulado em Vigo, Espanha
Decreto nº 92.873, de 30/06/1986	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Willemstad/ Extinção do Vice-Consulado em Willemstad nas Antilhas Holandesas
Decreto nº 93.064, de 04/08/1986	Dispõe sobre Embaixada do Brasil na República do Zimbábue/ Criação de Embaixada
Decreto nº 93.370, de 09/10/1986	Extingue o Consulado-Geral do Brasil em Madri/ Extinção de Consulado-Geral do Brasil em Madri, Espanha
Decreto nº 93.371, de 09/10/1986	Extingue o Consulado-Geral do Brasil em Tóquio/ Extinção de Consulado-Geral do Brasil em Tóquio, Japão
Decreto nº 93.372, de 09/10/1986	Extingue o Consulado-Geral do Brasil em Dusseldorf/ Extinção de Consulado-Geral do Brasil em Dusseldorf, República Federal da Alemanha
Decreto nº 93.627, de 27/11/1986	Cria a Embaixada do Brasil na República de Vanuatu/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 93.970, de 23/01/1987	Cria a Embaixada do Brasil na República de Seychelles/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 94.056, de 25/02/1987	Dispõe sobre Embaixada do Brasil em Saint George's, Granada/ Dispõe sobre Embaixada Cumulativa
Decreto nº 94.057, de 25/02/1987	Dispõe sobre Embaixada do Brasil em Saint John's, Antigua e Barbuda/ Dispõe sobre Embaixada Cumulativa
Decreto nº 94.058, de 25/02/1987	Dispõe sobre Embaixada do Brasil em Mogadíscio, República Democrática da Somália/ Dispõe sobre

	Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 94.369, de 25/05/1987	Dispõe sobre Embaixada do Brasil em Basseterre, São Cristovão e Nevis/ Dispõe sobre Embaixada Cumulativa
Decreto nº 95.723, de 11/02/1988	Cria a Embaixada do Brasil na República Popular da Mongólia/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 96.695, de 14/09/1988	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Porto Ordaz/ Extinção de Vice-Consulado em Porto Ordaz, Venezuela
Decreto nº 96.696, de 14/09/1988	Cria o Vice-Consulado do Brasil em *Ciudad Guayana*/ Criação de Vice-Consulado em *Ciudad Guayana*, Venezuela
Decreto nº 96.703, de 14/09/1988	Cria a Embaixada do Brasil na República das Maldivas/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 98.128, de 11/09/1989	Extingue o Consulado-Geral do Brasil em Ciudad Presidente Stroessner e cria o Consulado-Geral do Brasil em Ciudad Del Leste / Extinção de Vice-Consulado em Ciudad Presidente Stroessner e Criação de Consulado-Geral em Ciudad Del Leste, Paraguai

Obs: Todos os Decretos foram revogados futuramente, exceto o Decreto nº 92.316 e 93.064

PERÍODO COLLOR

Decreto nº 99.404, de 19/07/1990	Cria a Embaixada do Brasil na República da Namíbia/ Criação de Missão Diplomática em Windhoek
Decreto nº 99.421, de 26/07/1990	Cria a Embaixada do Brasil na República Socialista do Vietnã/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 99.562, de 09/10/1990	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Guayaquil/ Extinção de Vice-Consulado em Guayaquil, República do Equador
Decreto nº 99.563, de 09/10/1990	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Mello/ Extinção de Vice-Consulado em Mello, República

	Oriental do Uruguai
Decreto nº 99.564, de 09/10/1990	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Iocoama/ Extinção de Vice-Consulado em Iocoama, Japão
Decreto nº 99.565, de 09/10/1990	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Milagro/ Extinção de Vice-Consulado em Milagro, República da Venezuela
Decreto nº 99.566, de 09/10/1990	Extingue o Vice-Consulado do Brasil em Nassau/ Extinção de Vice-Consulado em Nassau, Comunidade das Bahamas
Decreto nº 99.585, de 10/10/1990	Extingue a Embaixada do Brasil na República Democrática Alemã/ Extinção de Embaixada do Brasil na República Democrática Alemã, com sede em Berlim

Obs: Todos os Decretos foram revogados futuramente, exceto o Decreto nº 99.404, 99.421 e 99.585

PERÍODO ITAMAR

Decreto nº 1.136, de 06/05/1994	Estabelece a Cidade de Hanói como sede da Embaixada do Brasil junto à República Socialista do Vietnam/ Criação da Embaixada do Brasil junto à República Socialista do Vietnam, com sede em Hanói

PERÍODO FERNANDO HENRIQUE

Decreto nº 1.373, de 17/01/1995	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Tóquio/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Tóquio
Decreto nº 2.857, de 07/12/1998	Cria a Embaixada do Brasil em Skopie, República da Macedônia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Sofia/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 3.434, de 25/04/2000	Cria o Escritório de Representação do Brasil em Timor Leste/ Criação do Escritório de Representação do Brasil em Timor Leste, com sede em Díli
Decreto de 17/05/2002	Cria a Embaixada do Brasil em Dili, Timor Leste, Extingue o Escritório de Representação do Brasil naquela localidade/ Criação da Embaixada do Brasil em Dili, Timor Leste

Decreto nº 4.218, de 07/05/2002	Cria a Embaixada do Brasil em Pyongyang, República Popular Democrática da Coréia, cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Pequim, República Popular da China/ Missão Diplomática Cumulativa

Obs: Todos os Decretos foram revogados futuramente, exceto o Decreto nº 1.373, e o Decreto

PERÍODO LULA

Decreto nº 5.202, de 02/02/2004	Cria Escritório de Representação do Brasil em Ramalá, na Cisjordânia, subordinado à Embaixada em Tel Aviv/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 5.307, de 13/12/2004	Cria Consulado-Geral do Brasil em Atlanta, Estados Unidos da América/ Criação de Consulado-Geral em Atlanta, Estados Unidos
Decreto nº 5.308, de 14/12/2004	Cria o Vice-Consulado do Brasil em Puerto Ayacucho, República Bolivariana da Venezuela/ Criação de Vice-Consulado em Puerto Ayacucho, Venezuela
Decreto nº 5.309, de 14/12/2004	Cria a Embaixada do Brasil em San Marino, República de San Marino, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma/ Missão Diplomática Conjunta
Decreto nº 5.370, de 10/02/2005	Cria a Embaixada do Brasil em Iaundê, República dos Camarões/ Criação da Embaixada do Brasil em Iaundê, República dos Camarões
Decreto nº 5.372, de 17/02/2005	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Genebra, Confederação Suíça/ Criação da Embaixada do Brasil em Genebra, Confederação Suíça
Decreto nº 5.394, de 11/03/2005	Cria a Embaixada do Brasil na República Unida da Tanzania,/ Criação da Embaixada do Brasil na República Unida da Tanzania em Dar es Salam
Decreto nº 5.400, de 28/03/2005	Cria o Consulado do Brasil em Beirute, República Libanesa/ Criação do Consulado do Brasil em Beirute, República Libanesa
Decreto nº 5.401, de 28/03/2005	Cria Escritório de Representação do Brasil em Lagos,

	na República da Nigéria, subordinado à Embaixada em Abuja, capital daquele país/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 5.409, de 01/04/2005	Cria a Embaixada do Brasil no Estado do Catar, com sede em Doha,/ Criação da Embaixada do Brasil no Estado do Catar, com sede em Doha.
Decreto nº 5.422, de 14/04/2005	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Lagos, República da Nigéria/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Lagos, República da Nigéria
Decreto nº 5.423, de 14/04/2005	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Beirute, República Líbanesada/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Beirute, República Libanesa
Decreto nº 5.524, de 25/08/2005	Cria a Embaixada do Brasil em Belize, com sede em Belmopan./ Criação da Embaixada do Brasil em Belmopan
Decreto nº 5.569, de 31/10/2005	Cria a Embaixada do Brasil na República da Croácia, com sede em Zagreb./ Criação da Embaixada do Brasil na República da Croácia, com sede em Zagreb
Decreto nº 5.589, de 21/11/2005	Cria a Embaixada do Brasil na República da Guiné Equatorial, com sede em Malabo./ Criação da Embaixada do Brasil na República da Guiné Equatorial, com sede em Malabo
Decreto nº 5.590, de 21/11/2005	Cria a Embaixada do Brasil na República do Sudão, com sede em Cartum/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Sudão, com sede em Cartum
Decreto nº 5.599, de 01/12/2005	Elevação à categoria de Consulado-Geral do Consulado do Brasil em Caiena, Guiana Francesa/ Elevação à categoria de Consulado-Geral o Consulado do Brasil em Caiena, Guiana Francesa
Decreto nº 5.603, de 06/12/2005	Cria a Embaixada do Brasil na Comunidade das Bahamas, com sede em Nassau/ Criação da Embaixada do Brasil na Comunidade das Bahamas, com sede em Nassau
Decreto nº 5.604, de 06/12/2005	Cria a Embaixada do Brasil na República do Benin,

	com sede em Cotonou/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Benin, com sede em Cotonou
Decreto nº 5.615, de 13/12/2005	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Paris, República Francesa/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Paris, República Francesa
Decreto nº 5.632, de 22/12/2005	Cria a Embaixada do Brasil na República Democrática Socialista de Sri Lanka/ Criação da Embaixada do Brasil na República Democrática Socialista de Sri Lanka, com sede em Colombo
Decreto nº 5.633, de 22/12/2005	Cria a Embaixada do Brasil na República do Togo/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Togo, com sede em Lomé
Decreto nº 5.686, de 31/01/2006	Cria a Embaixada do Brasil na República do Cazaquistão/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Cazaquistão, com sede em Astana
Decreto nº 5.770, de 08/05/2006	Cria a Embaixada do Brasil na República do Guiné/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Guiné, com sede em Conacri
Decreto nº 5.771, de 08/05/2006	Cria a Embaixada do Brasil na República da Zambia/ Criação da Embaixada do Brasil na República da Zâmbia, com sede em Lusaca
Decreto nº 5.787, de 24/05/2006	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Madri, Reino da Espanha/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Madrid, Reino da Espanha
Decreto nº 5.807, de 19/06/2006	Cria a Embaixada do Brasil na República de Botsuana / Criação da Embaixada do Brasil na República de Botsuana, com sede em Gaborone
Decreto nº 5.808, de 19/06/2006	Cria o Consulado-Geral do Brasil na República da Índia/ Criação do Consulado-Geral do Brasil na República da Índia, com sede em Mumbai
Decreto nº 5.809, de 19/06/2006	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Mendoza, na República Argentina/ Criação do Consulado-Geral do Brasil na República Argentina, com sede em Mendoza
Decreto nº 6.113, de 15/05/2007	Cria o Consulado-Geral do Brasil no Canadá, com sede

	em Vancouver/ Criação do Consulado-Geral do Brasil no Canadá, com sede em Vancouver
Decreto nº 6.235, de 11/10/2007	Cria a Embaixada do Brasil na República do Congo/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Congo, com sede em Brazaville
Decreto nº 6.236, de 11/10/2007	Cria a Embaixada do Brasil na República Islâmica da Mauritânia, com sede em Nouakchott/ Criação da Embaixada do Brasil na República Islâmica da Mauritânia, com sede em Nouakchott
Decreto nº 6.237, de 11/10/2007	Cria a Embaixada do Brasil na República do Burkina Faso, com sede em Uagadugu/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Burkina Faso, com sede em Uagadugu
Decreto nº 6.238, de 11/10/2007	Cria a Embaixada do Brasil na República do Mali, com sede em Bamako/ Criação da Embaixada do Brasil na República do Mali, com sede em Bamako
Decreto nº 6.249, de 01/11/2007	Cria a Embaixada do Brasil em Liubliana, naRepública da Eslovênia/ Criação da Embaixada do Brasil na República da Eslovênia, com sede em Liubliana
Decreto nº 6.305, de 14/12/2007	Cria a Embaixada do Brasil em Santa Lúcia, com sede em Castries/ Criação da Embaixada do Brasil em Santa Lúcia, com sede em Castries
Decreto nº 6.342, de 04/01/2008	Cria o Consulado-Geral do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos, com sede na Cidade do México/ Criação do Consulado-Geral do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos, com sede na Cidade do México
Decreto nº 6.343, de 04/01/2008	Cria o Consulado-Geral do Brasil na República Bolivariana da Venezuela, com sede em Caracas/ Criação do Consulado-Geral do Brasil na República Bolivariana da Venezuela, com sede em Caracas
Decreto nº 6.432, de 14/04/2008	Cria a Embaixada do Brasil no Sultanato de Omã, com sede em Mascate/ Criação da Embaixada do Brasil no Sultanato de Omã,com sede em Mascate
Decreto nº 6.435, de 17/04/2008	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Washington DC,

	nos Estados Unidos da América/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Washington, DC, nos Estados Unidos da América
Decreto nº 6.436, de 17/04/2008	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Hartford, nos Estados Unidos da América/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Hartford, nos Estados Unidos da América
Decreto nº 6.437, de 17/04/2008	Cria a Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, com sede em Genebra, Confederação Suíça/ Criação da Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, com sede em Genebra, Confederação Suíça
Decreto nº 6.578, de 25/09/2008	Cria a Embaixada do Brasil em Baku, República do Azerbaijão/ Criação da Embaixada do Brasil em Baku República do Azerbaijão
Decreto nº 6.587, de 29/09/2008	Cria a Embaixada do Brasil em Pyongyang na República Democrática Popular da Coréia/ Criação da Embaixada do Brasil em Pyongyang na República Democrática Popular da Coréia
Decreto nº 6.599, de 09/10/2008	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Hamamatsu, no Japão/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Hamamatsu, no Japão
Decreto nº 6.612, de 22/10/2008	Cria a Embaixada do Brasil em Granada, com sede em Saint George's/ Criação da Embaixada do Brasil em Granada, com sede em Saint George's
Decreto nº 6.774, de 18/02/2009	Cria a Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, com sede em Basse Terre/ Criação da Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Neves, com sede em BasseTerre
Decreto nº 6.775, de 18/02/2009	Cria a Embaixada do Brasil na Comunidade da Dominica, com sede em Roseau/ Criação da Embaixada do Brasil na Comunidade da

	Dominica, com sede em Roseau
Decreto nº 6.776, de 18/02/2009	Cria a Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, com sede em Kingstown/ Criação da Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, com sede em Kingstown
Decreto nº 6.777, de 18/02/2009	Cria a Embaixada do Brasil em Antigua e Barbuda, com sede em Saint John's/ Criação da Embaixada do Brasil em Antigua e Barbuda, com sede em Saint John's
Decreto nº 6.778, de 18/02/2009	Reabertura da Embaixada do Brasil na República Popular de Bangladesh, com sede em Daca/ Criação da Embaixada do Brasil na República Popular de Bangladesh, com sede em Daca
Decreto nº 6.839, de 06/05/2009	Cria o Consulado-Geral do Brasil na República Popular da China, com sede em Cantão/ Criação do Consulado-Geral do Brasil na República Popular da China, com sede em Cantão
Decreto nº 6.989, de 23/10/2009	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Istambul, na República da Turquia/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Istambul na República da Turquia
Decreto nº 7.072, de 26/01/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Nicósia, na República de Chipre/ Criação da Embaixada do Brasil em Nicósia, na República de Chipre
Decreto nº 7.073, de 26/01/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Tirana, na República da Albânia/ Criação da Embaixada do Brasil em Tirana, na República da Albânia
Decreto nº 7.074, de 26/01/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Yangon, na União de Myanmar/ Criação da Embaixada do Brasil em Yangon, na União de Myanmar
Decreto nº 7.076, de 26/01/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Freetown, na República de Serra Leoa/ Criação da Embaixada do Brasil em Freetown, na República de Serra Leoa
Decreto nº 7.181, de 20/05/2010	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas, no

	Reino da Bélgica/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas, no Reino da Bélgica
Decreto nº 7.197, de 02/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Funafuti, em Tuvalu, cumulativa com a Embaixada em Wellington/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.198, de 02/06/2010	Cria o Consulado do Brasil em Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa/ Criação do Consulado do Brasil em Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa
Decreto nº 7.201, de 02/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Apia, no Estado Independente da Samoa, cumulativa com a Embaixada em Wellington/ Criação da Embaixada do Brasil em Apia, no Estado Independente da Samoa, cumulativa com a Embaixada em Wellington
Decreto nº 7.202, de 02/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Honiara, nas Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.206, de 11/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.207, de 11/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.208, de 11/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Melequeoque, na República de Palau, cumulativa com a Embaixada em Manila/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.209, de 11/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Thimphu, no Reino do Butão, cumulativa com a Embaixada em Nova Déli/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.210, de 11/06/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Monaco, capital do Principado de Monaco, cumulativa com a Embaixada em Paris/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.242, de 26/07/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Katmandu, na República Federal Democrática do Nepal/ Criação da

	Embaixada do Brasil em Katmandu, na República Federal Democrática do Nepal
Decreto nº 7.285, de 01/09/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Talin, na República da Estonia/ Criação da Embaixada do Brasil em Talin, na República da Estonia
Decreto nº 7.287, de 01/09/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Minsk, na República da Belarus/ Criação da Embaixada do Brasil em Minsk, na República da Belarus
Decreto nº 7.288, de 01/09/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Cabul, na República Islâmica do Afeganistão/ Criação da Embaixada do Brasil em Cabul, na República Islâmica do Afeganistão
Decreto nº 7.298, de 10/09/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Monróvia, na República da Libéria/ Criação da Embaixada do Brasil em Monróvia, na República da Libéria
Decreto nº 7.347, de 27/10/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Bangui, na República Centro-Africana, cumulativa com a Embaixada em Brazzaville/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.348, de 27/10/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Tbilisi, na República da Geórgia/ Criação da Embaixada do Brasil em Tbilisi, na República da Geórgia
Decreto nº 7.349, de 27/10/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Lilongue, na República do Maláui/ Criação da Embaixada do Brasil em Lilongue, na República do Maláui
Decreto nº 7.350, de 27/10/2010	Elevação da Categoria do Consulado em Rivera, na República Oriental do Uruguai/ Elevação da categoria do Consulado em Rivera, na República Oriental do Uruguai
Decreto nº 7.376, de 01/12/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Tarawa, na República de Kiribati, cumulativa com a Embaixada em Wellington/ Missão Diplomática Conjunta
Decreto nº 7.399, de 22/12/2010	Cria o Consulado-Geral do Brasil em Faro, na República Portuguesa/ Criação do Consulado-Geral do Brasil em Faro, na República Portuguesa

Decreto nº 7.401, de 22/12/2010	Cria a Embaixada do Brasil em Palikir, nos Estados Federados da Micronésia, cumulativa com a Embaixada em Manila/ Missão Diplomática Conjunta

Obs: Todos os Decretos encontram-se em vigência, tendo sido revogados futuramente o Decreto nº 5.400 e 5.401

PERÍODO DILMA

Decreto nº 7.914, de 07/02/2013	Cria a Embaixada do Brasil em Juba, República do Sudão do Sul, cumulativamente com a Embaixada em Adis Abeba/ Missão Diplomática Cumulativa
Decreto nº 7.915, de 07/02/2013	Cria a Embaixada do Brasil em Nuku'alofa, Reino de Tonga, cumulativamente com a Embaixada em Wellington/ Missão Diplomática Cumulativa

QUADRO 6 – DECRETOS DO PODER EXECUTIVO SOBRE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

ATO	ASSUNTO

PERÍODO COLLOR

Decreto nº 110, de 03/05/1991	Promulga o Acordo para Construção de uma Ponte Sobre o Rio Uruguai, entre as Cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina

PERÍODO FERNANDO HENRIQUE

Decreto nº 2.714, de 10/08/1998	Promulga o Protocolo Adicional ao Acordo para Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as Cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina

PERÍODO LULA

Decreto nº 4.979, de 03/02/2004	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, e Recuperação da atual Ponte Barão de Mauá, celebrado em 21 de novembro de 2000
Decreto nº 4.990, de 18/02/2004	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai, de 15 de dezembro de 2000
Decreto nº 5.112, de 22/06/2004	Promulga o Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas Proximidades das Cidades de Assis Brasil e Iñapari, celebrado em Lima, em 30 de setembro de 2003
Decreto nº 5.141, de 15/07/2004	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas Proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003
Decreto nº 6.858, de 25/05/2009	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré, entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin, firmado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007

PERÍODO DILMA

Decreto nº 7.761, de 19/06/2012	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapirrã enre as Cidades de Plácido de Catro e Montevidéu, firmado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007
Decreto nº 7.900, de 04/02/2013	Promulga o Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, fimado em San Juan de Achorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

QUADRO 7 – ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO ex- PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Em sede dos depoimentos, foram feitas as seguintes perguntas com as respectivas respostas enviadas pelo Presidente José Sarney:

1) Qual o balanço que V. Exa. faz sobre a contribuição do Governo Sarney para a integração regional sul-americana?

Um divisor de águas muito positivo. O sincronismo do retorno da Democracia na Argentina e no Brasil somado à determinação de ambos os governos de encerrar a rivalidade que os afastava desde o período colonial criaram o ambiente propício à aproximação e à integração que passamos a perseguir. Foi o ponto na linha da História em que os dois países se deram conta que tinham muito mais a ganhar com a integração do que com a separação artificial que os punha em campos opostos.

2) Quais os objetivos dos acordos comerciais entre o Brasil e a Argentina durante o Governo Sarney, que antecederam o início da formação do Mercosul?

Dar o embasamento concreto à integração entre os dois países. Havia uma complementaridade não-explorada que seria um fator multiplicador para o desenvolvimento econômico e social.

Menciono a decisão brasileira de aumentar as compras de trigo e de petróleo argentinos, itens expressivos da pauta exportadora daquele país, e que o Brasil buscava em outros mercados. O comércio, contudo, era apenas um dos elementos que pretendíamos incrementar e talvez um dos mais fáceis. O espírito que guiou o Presidente Alfonsín e a mim, foi desde seu início muito mais ambicioso: almejávamos uma integração profunda em todas as áreas, das cadeias produtivas, à da livre circulação das pessoas e do trabalho, da esfera econômica e comercial, com moeda única.

3) Havia alguma crítica argentina por ocasião dos acordos nos governos militares entre Brasil e Paraguai, notadamente de Geisel e Figueiredo com Stroessner, em virtude da Usina de Itaipu?
Prevalecia um clima de desconfiança encoberto. Havia um mito, infundado, de que a Argentina e o Brasil eram e seriam adversários e não parceiros. Foi com a firme determinação na crença de um espírito de união mutuamente benéfica que eu e o Presidente Alfonsín pudemos reverter essa tendência. Lembro com alegria o momento em que, fora da programação originalmente acordada, em uma visita do Presidente Alfonsín na fronteira, convidei-o para visitar a Usina de Itaipu e lá fomos fotografados com as águas da hidrelétrica como pano de fundo. A imagem enterrava a rivalidade que havíamos vivido e marcou o início de uma nova era entre nossos dois grandes países.

4) Houve algum tipo de pressão contrária ou crítica dos Estados Unidos (ou de algum outro país) às medidas integracionistas estimuladas durante o Governo Sarney, principalmente entre Argentina e Brasil?
Houve resistência interna, inércia, em nossos dois países. Havia muita incredulidade de que nossos esforços fossem prosperar.
Havia ainda, no plano externo, um temor difuso entre os entes credores que o endividamento de nossos países viesse a ser enfrentado com uma coordenação econômica maior de nossas economias. Esse tema contaminou nosso diálogo com as economias mais abastadas durante muito tempo.

5) Quais as iniciativas (Tratados, Acordos, Viagens Internacionais, Reuniões de Cúpula) durante o Governo Sarney que V. Exa. apontaria como mais relevantes (ou que tenham sido fundamentais) para o avanço do processo de integração regional sul-americano?

Visitei todos os países da América do Sul e muitos de nossos parceiros latino americanos. Com eles assinei diversos instrumentos de cooperação. Recebi igual número de colegas em Brasília e em outras cidades em que se realizaram encontros multilaterais. Vou apenas destacar os que mais me marcaram.

O primeiro encontro oficial que tive com o Presidente Alfonsín, em novembro de 1985, para a inauguração da "Ponte Tancredo Neves", entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, em que convidei o Presidente da Argentina para visitar Itaipu, foi um momento único. Ainda com Alfonsín, o convite que me fez, em julho de 1987, para visitar as instalações nucleares de Pilcaniyeu e, posteriormente, em abril de 1988, quando o levei para visitar Aramar, marcaram o sepultamento da desconfiança nuclear que marcava nossos dois países.

No plano comercial e econômico, lembro a assinatura, em julho de 1986, do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), entre o Brasil e a Argentina, que deu as bases palpáveis que seriam mais tarde utilizadas como alicerces do MERCOSUL.

Recordo visita conjunta que fizemos os Presidentes do Brasil, da Argentina e do Uruguai à posse do General Andrés Rodrigues, em maio de 1989, como novo Presidente do Paraguai, para marcar a importância da via democrática e para convidá-lo a juntar-se ao processo de integração que havíamos iniciado.

Cabe recordar o restabelecimento de relações com Cuba, em junho de 1986, após anos de afastamento, e que destacou o desejo brasileiro de participar de forma mais direta na América Central e Caribe.

A primeira reunião presidencial do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em Manaus, em maio de 1989, que realçou a convergência que tínhamos com nossos vizinhos do norte da América do Sul.

A criação do "Grupo do Rio" em 1986, e de cujas três primeiras reuniões presidenciais participei, de 1987 a 1989. Tratava-se naquele momento de instrumento representativo e eficaz para demonstrar o engajamento com a causa democrática e com a superação dos problemas reais que enfrentávamos.

Na Organização dos Estados Americanos (OEA), não só trabalhou o Brasil para reformular sua Carta, como reelegeu um brasileiro para a Secretaria-Geral da Organização.

Nas Nações Unidas, vali-me daquela tribuna para mostrar o Brasil redemocratizado e parceiro na defesa do sistema multilateral, e para lançar importantes iniciativas como a Zona de Paz e Cooperação ao Atlântico Sul (ZOPACAS). Voltou o Brasil a participar do Conselho de Segurança da Organização como também a cobrar sua reforma na busca de renovada representatividade e eficácia de seus membros permanentes.

Recordo a adesão brasileira da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, bem como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que assinei em 1985. No tratamento do meio ambiente, o Brasil passou a pautar-se por uma participação ativa nos debates, além de, de forma mais drástica, passar de uma atitude defensiva para uma postura demandante na busca de normas para esse tema global que se impunha no cenário internacional. Foi como resultado dessa mudança que lancei a candidatura do Brasil para sediar a Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento que se daria no Rio de Janeiro em 1992.

6) V. Exa. entende que a integração regional foi prioridade enquanto agenda de governo, ou haviam outras prioridades na conjuntura política e econômica interna/externa durante o Governo Sarney?

As dificuldades eram muitas tanto interna quanto externamente. O Brasil retornava à Democracia em condições econômicas muito desfavoráveis. Essas mesmas dificuldades eram enfrentadas por toda a região. A determinação de impulsionar a integração regional criou apoios aos próprios processos de restabelecimento democrático.

Respondi a esses desafios em todas as frentes, mas diria que minha prioridade foi a consolidação da Democracia. O primeiro reflexo externo dessa determinação era a integração regional.

7) V. Exa. entende que a integração regional sul-americana no Governo Sarney tenha sido prioridade enquanto política de Estado?

Dentre as inúmeras iniciativas que o Brasil empreendeu no campo externo, tanto no plano bilateral como multilateral, naquele período, a integração regional foi sem dúvida a prioridade. A busca de nosso desenvolvimento econômico e social e o devido lugar do Brasil e da região no teatro das nações não poderia ser alcançado de forma exitosa se mantivéssemos no nosso entorno imediato um ambiente de desconfiança. A integração não só revertia essa tendência como propiciava o aproveitamento integral de nossas potencialidades.

8) Quais os pontos favoráveis e desfavoráveis que V. Exa. destacaria como questões enfrentadas (ou vivenciadas) durante o Governo Sarney, relacionado ao processo de integração regional sul-americano?

É preciso ressaltar a visão e coragem do Presidente Alfonsín, amigo e parceiro nessa empreitada feliz. O Presidente da Argentina, como grande estadista que foi, soube compreender a importância da oportunidade histórica de reverter a desconfiança que nos afastava e abraçou, diria inclusive que com dificuldades maiores do que tive eu, a causa da

integração. Nesse mesmo plano lembro a parceria fundamental do Presidente Sanguinetti. Esse trabalho conjunto, que frutificou em verdadeira amizade, foi o grande alento favorável ao processo. Esse vento a favor da Democracia que varreu o continente naquele momento e que criou as condições possíveis para consolidarmos o espírito de convergência que vivemos até hoje.
Esse alento foi capaz de ultrapassar o mofo da desconfiança e as dificuldades financeiras que todos enfrentávamos naquela época.

9) No que tange à participação do Brasil no processo de integração regional sul-americano, o Governo Sarney projetava uma liderança política regional ou mundial para a posição brasileira na América do Sul/América Latina para o curto, médio e/ou longo prazo?
Brasil e Argentina demonstravam com ações concretas a partir daquele período sua crença na integração regional. A essa determinação somaram-se não somente Uruguai e Paraguai, mas um número expressivo de vizinhos que incrementaram seu diálogo e seus intercâmbios. Aponto os êxitos que tivemos tanto na região Amazônia, onde realizamos o primeiro encontro de Chefes de Estado do Tratado de Cooperação Amazônica em Manaus, bem como na esfera continental com a conformação do Grupo do Rio.
Foi um momento muito produtivo de aproximação que deixou raízes profundas em toda a região. Uma conjuntura muito favorecida pelo retorno da Democracia e que dependeu não de liderança, mas sim de um encontro de desejos de todos os países envolvidos. O acerto dessa integração é que ela continua a se aprofundar nos dias de hoje.

10) V. Exa entende que a projeção do Brasil no contexto atual, reflete uma política externa de continuidade, que durante o Governo Sarney já projetava uma posição de destaque, ou V. Exa. entende que algumas questões não estão sendo bem conduzidas (ou resolvidas da forma mais acertada), trazendo consequências negativas para a integração regional ou mesmo a liderança brasileira na América do Sul?
A integração não é um linha reta. Depende de uma série de fatores internos e externos que aceleram ou reduzem a velocidade do avanço. É preciso ter sempre presente a necessidade de consolidar esses avanços e modular a implementação de ações para não comprometer a obra como um todo. Além de determinação é preciso muito trabalho para evitar paradas bruscas.
O Brasil tem seguido de forma determinada essa idéia tão generosa.

11) V. Exa entende que o Congresso Nacional no período do Governo Sarney soube compreender a importância do processo de integração regional sul-americana ou o Poder Legislativo brasileiro teve uma postura passiva, dependente das iniciativas do Poder Executivo?

A iniciativa de conduzir a política externa brasileira cabe constitucionalmente ao Executivo. Ao Parlamento cabe sacramentar, pela ratificação, os compromissos empreendidos pelo Governo no plano internacional. O Congresso brasileiro compreendeu desde o início a importância dos esforços de integração acordados. Sempre apoiou as iniciativas e contribui com ideias próprias. Enfatizo a dimensão do projeto de integração que sempre almejou um processo profundo. O Parlamento do MERCOSUL é uma realidade.

12) O que significou a aproximação com a Argentina em meados dos anos oitenta, num mundo bipolar (mundo capitalista x mundo socialista), com o passado das ditaduras militares e antes da queda do Muro de Berlim em 1989?

Descobrir o futuro melhor para esses dois grandes países que, vizinhos, haviam acreditado na armadilha da separação durante tantos anos. A cristalização de um novo paradigma no qual a integração descortina possibilidades maiores que Brasil e Argentina teriam caso se mantivessem distanciados.

Uma idéia generosa que frutificou.

13) V. Exa. gostaria de destacar alguma(s) estratégia(s), ponto (s) relevante(s) e/ou medida(s) praticada(s) pelo Governo Sarney que tenha(m) sido importante(s) para o processo de integração regional na América do Sul, com reflexo nos dias atuais?

Posso afirmar que a estratégia, se assim pode ser chamada a iniciativa de integração, passa por quatro eixos: o primeiro interno, de convencimento de que o futuro de nossa vida internacional está diretamente vinculado à nossa vizinhança geográfica. Lembro aqui as palavras do filósofo espanhol Ortega e Gasset que melhor expressou essa realidade: “Eu sou eu e minha circunstância.”

O segundo, externo, na crença de que o Brasil precisa ser generoso nas suas iniciativas. A aceitação de que por nossas próprias dimensões tenhamos que aportar no processo recursos maiores dos que aqueles disponíveis a nossos parceiros. Em suma, devemos ser guiados por um espírito de grandeza.

O terceiro, a sabedoria de que o alcance do projeto é de longo prazo. Não se pode deixar que o imediatismo dos resultados nos afaste do objetivo último e maior. Não se pode cair na tentação de queimar etapas, por mais sedutoras que essas oportunidades sejam.
Por último, a importância da manutenção do diálogo permanente, com o que além de aprofundarmos o conhecimento mútuo, sejamos capazes de identificar novos caminhos e de nos afastarmos de trilhas mais problemáticas.

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO ex- PRESIDENTE FERNANDO COLLOR

Em sede dos depoimentos, foram feitas as seguintes perguntas com as respectivas respostas enviadas pelo ex- Presidente Fernando Collor de Mello:

1) Qual o balanço que V. Exa. faz sobre a contribuição do Governo Collor para a integração regional sul-americana?
A principal contribuição de meu Governo para a integração regional sul-americana foi o prosseguimento e consolidação do processo de distensão com a Argentina, que possibilitou a assinatura, por mim, do Tratado de Assunção de 1991, que criou o MERCOSUL. Dada a rivalidade histórica entre as duas nações, a integração só foi possível porque empreendemos uma busca de construção de confiança entre dois poderes regionais tradicional e mutuamente suspicazes. Nesse processo, foi essencial a eliminação de desconfianças mutuas obtida com a criação da Agencia Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares -- ABACC.

2) Na opinião de V. Exa, o Mercosul teve como objetivo criar um espaço estratégico macroeconômico com base no modelo europeu (União Européia), ou havia características distintas que estavam sendo consideradas?
A criação do Mercosul partiu da analise do cenário internacional de então, caracterizado por profundas mudanças, em que uma nova configuração substituía a estrutura basicamente bipolar que emergiu da Segunda Guerra. A derrocada da URSS e do Leste Europeu, a crescente hegemonia norte-americana, a consolidação da União Européia, a ascensão econômica da China e do Japão, e a aceleração da globalização foram elementos que caracterizaram a nova ordem. Nessa nova estrutura internacional, sem as rígidas divisões do período da guerra fria, houve um abrandamento das fronteiras estatais. Para competir em um

mundo cada vez mais globalizado os países procuraram, de um lado, tornar suas economias mais modernas e, de outro, maximizar seus mercados com medidas de integração. Era uma situação extremamente perigosa para economias isoladas e fechadas. O modelo europeu continha vários exemplos importantes, como a constituição de mercado comum a partir de um núcleo mas, no caso do Mercosul, decidimos aumentar de muito a velocidade do processo integrador.

3) Quais as iniciativas (Tratados, Acordos, Viagens Internacionais, Reuniões de Cúpula) que V. Exa. apontaria como mais relevantes para o avanço do processo de integração regional sul-americano durante o Governo Collor?
Sem duvida, a assinatura do Tratado de Assunção eh um marco histórico, mas devo registrar o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacifico da Energia Nuclear que celebrei em 1991. No mesmo ano de 1991, firmei, em Viena, o Acordo Quatripartite entre os dois países, a Agencia Nuclear Bilateral e a Agencia Internacional de Energia Atômica. Sem essas medidas de "*confidence building* " dificilmente a integração seria duradoura.

4) V. Exa. entende que o Mercosul foi prioridade no seu mandato, enquanto agenda de governo?
Junto com a abertura econômica, a diminuição do peso do Estado, (inclusive com sua reestruturação e busca de maior eficácia), a eliminação de ministérios e órgãos públicos, o corte de despesas governamentais, em suma, com a modernização da economia, o Mercosul foi ponto alto na agenda de meu governo. Todas essas medidas atingiram interesses enraizados na economia brasileira, mas eram necessárias e foram a base para o futuro desenvolvimento do pais.

5) Houve algum tipo de pressão contrária ou crítica dos Estados Unidos (ou de algum outro país) às medidas integracionistas estimuladas durante o Governo Collor, por ocasião da assinatura do Tratado de Assunção?
As medidas para dar maior competitividade aa economia brasileira, terminando com as reservas de mercado, que protegiam uma economia em muitos aspectos obsoleta, geraram de **per se** resistências e pressões por parte de segmentos retrógrados que se aproveitavam de uma economia fechada, que os protegia da concorrência. Pressões dos Estados Unidos ou de outros países não existiram, mesmo porque eu não as admitiria.

6) V. Exa. entende que a integração regional no Governo Collor teve o status de política de Estado?

A integração regional foi, pelo meu governo, transformada em política de estado, ampliando o ***rapprochement*** entre o Brasil e Argentina do meu antecessor (a Declaração de Iguaçu de 1985, e o Tratado de Integração Econômica de 1988, por exemplo), tornado possível pela consolidação democrática nos dois países. A grande demonstração de que a integração foi uma política de estado e a sua preservação, por vários e diferentes governos, até nossos dias.

7) Quais os pontos favoráveis e desfavoráveis que V. Exa. destacaria como questões enfrentadas durante o Governo Collor, relacionado ao processo de integração regional sul-americano?

Em grandes linhas, os pontos favoráveis foram o ambiente democrático no Brasil e Argentina, a aceitação de que se deveria terminar a rivalidade histórica, e a compreensão de que a integração era vital no novo cenário internacional. Os pontos desfavoráveis foram a resistência dos setores retrógrados e o pano de fundo de uma região onde, historicamente, países não eram acostumados a conviver e cooperar com seus vizinhos. A integração foi pensada como um espaço de solidariedade, em que passariamos a nos ver como parte de uma mesma realidade.

8) O Governo Collor projetou uma liderança política para a posição brasileira na América do Sul/ América Latina para o curto, médio e/ou longo prazo, relacionado à participação do Brasil no processo de integração regional sul-americano?

O Brasil não tem ambições de liderança na America do Sul, mas aspira sempre a uma posição de respeito mutuo e de superação pacifica de eventuais divergências, por meio da construção de um ***locus*** de interesses compartilhados.

9) V. Exa entende que a projeção do Brasil nos dias atuais reflete uma política externa de continuidade, que durante o Governo Collor já projetava uma posição de destaque ou V. Exa. entende que algumas questões não estão sendo bem conduzidas (ou resolvidas da forma mais acertada), trazendo conseqüências negativas para a integração regional?

Embora existam vários aspectos de continuidade, como a preservação dos valores integracionistas, alias inscritos na nossa própria Constituição, a utilização de viés ideológico por parte de alguns setores que influem na politica externa tem caráter divisivo e prejudica a

integração e os interesses nacionais que, evidentemente, são duradouros e devem transcender as inclinações politico-partidárias.

10) V. Exa entende que o Congresso Nacional no período do Governo Collor soube priorizar a integração regional sul-americana ou o Poder Legislativo brasileiro teve uma postura passiva, dependente das iniciativas do Poder Executivo?
O Congresso Nacional sempre entendeu e procurou apoiar as iniciativas de política externa de interesse do pais. Agora mesmo, quando completo dois anos à frente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, posso testemunhar, ainda mais de perto, que as discussões sobre política externa, por mais acirradas que as vezes sejam, sempre desaguam no terreno comum do bom senso e da prevalência dos objetivos mais altos e perenes do Brasil.

11) V. Exa poderia fazer um balanço do significado (importância) do processo de integração regional nos dias atuais, seja em relação ao Mercosul como em relação a Unasul.
Embora passe por naturais dificuldades, o Mercosul tem mostrado ser imprescindível para os interesses do pais e está consolidando-se como espaço de solidariedade e paz – essencial para o desenvolvimento e o bem estar econômico. Em período de tempo relativamente curto logramos fazer com que antigas rivalidades se transformassem em amizade. O Mercado Comum adquiriu dinâmica econômica e política próprias. Há, hoje, uma malha de objetivos comuns que tende a perdurar. Devemos, no entanto, redobrar cuidados para que essa construção não seja derrubada por atitudes conformadas por pendores ideológicos que não se coadunam com a política de estado de promover e aperfeiçoar a integração. Quanto a Unasul, merece o mesmo tipo de cuidado. Não podemos permitir que venha a ser objeto de deturpações de caráter doutrinário, que venha a ser utilizada para impor uma visão doutrinaria da política externa. Requer também, da nossa diplomacia, discernimento para que não de lugar a multilateralização de questões que podem ser resolvidas de forma discreta e tranqüila no âmbito bilateral.

12) Até que ponto, a projeção internacional do Brasil ou mesmo a liderança regional nos dias atuais tem relação com a política externa desenvolvida na agenda priorizada durante o Governo Collor?
A atual projeção internacional do Brasil reflete, do ponto de vista econômico, a importância dos fundamentos lançados pelo meu governo como a abertura de mercado, a busca da competitividade, a liberalização das forças produtivas, e a ênfase no desenvolvimento

tecnológico. Por sua vez a integração regional nos deu maior peso especifico, e as posições na área nuclear, bem como a Rio 92 nos deram maior respeito, pela prova de maturidade.

13) Em sua opinião, quais seriam os próximos passos para o processo de fortalecimento e consolidação do Mercosul e da Unasul?

O fortalecimento do Mercosul é essencial no momento em que a China consolida sua influencia em vários países africanos e no seu entorno; os EUA e a União Européia se engajam em negociações para o estabelecimento de uma zona de livre comercio que possivelmente terá efeito decisivo na geografia econômica mundial; e os Estados Unidos estão empenhados na *Inter Pacific Parternship*, que poderá ter papel decisivo na economia do Pacifico. No entanto, esse fortalecimento só se dará se for adotada uma política de consolidação do Mercado Comum do Sul, de implantação real da Tarifa Externa Comum, de busca de um quadro institucional leve, não burocratizado. Deve-se evitar a expansão antes de os alicerces estarem firmes. Cumpre, também, evitar a contaminação de caráter ideológico.

14) V. Exa. gostaria de destacar alguma(s) estratégia(s) e/ou medida(s) praticada(s) pelo Governo Collor que tenha(m) sido importante(s) para consolidar o processo de integração regional na América do Sul, com reflexo nos dias atuais?

A manutenção da estratégia de primeiro buscar a aproximação entre as duas potencias sub-regionais, o Brasil e a Argentina, para serem o núcleo da integração mostrou-se eficiente, pois criou uma "massa critica" que funcionou como polo de atração para que os outros países viessem a participar. Essa estratégia também dificultou o exercício de manobras pendulares do Uruguai e do Paraguai, que contribuiriam para desestabilizar o Mercosul em seus primórdios. Por outro lado, a escolha de objetivos temporais ambiciosos mostrou a seriedade, e mesmo a irreversibilidade, da opção integracionista.

15) Até que medida, a conjuntura interna ou externa dificultou ou acelerou a integração regional durante o Governo Collor?

A compreensão da conjuntura internacional já descrita, o entendimento de que no novo cenário externo o isolamento seria muito perigoso, facilitou a iniciativa da integração pois, na realidade, era o único caminho disponível, apesar de difícil. Ademais, a redemocratização simultânea no Brasil e na Argentina criou ambiente propicio ao dialogo necessário para o processo de integração.

ENTREVISTA COM O CHANCELER E MINISTRO CELSO AMORIM SOBRE O GOVERNO ITAMAR FRANCO

Em sede dos depoimentos, foram feitas as seguintes perguntas em entrevista com o ex- Chanceler e Ministro das Relações Exteriores do Governo Itamar Franco, Embaixador Celso Amorim:

1) Qual o balanço que V. Exa. faz sobre a contribuição do governo Itamar Franco para a integração regional sul-americana?

É algo complexo. O grande acontecimento foi o Protocolo de Ouro Preto, através da institucionalidade do Mercosul e a Tarifa Externa Comum, que deu a vértebra do Mercosul. O processo de integração é extremamente complexo.e foi um processo longo. Num livro de Política Externa quando Itamar faleceu, eu conto um pouco esta estória. Haviam forças centrífugas. A grande contribuição foi a idéia de uma tarifa externa comum, em um momento em que a Argentina através do Presidente Menén e do Ministro Cavallo defendiam uma aproximação com o NAFTA, através de uma área de livre comércio que possibilitaria a negociação com os Estados Unidos. Muito se falava que a Argentina estava procurando uma área de livre comércio, tendo liberdade para negociar com os Estados Unidos. O Brasil não aceitou mas em uma reunião em São Paulo com Winston Fritsch, Ciro Gomes e outros foi dado legitimidade aos argumentos favoráveis a uma integração com os vizinhos na busca de uma união aduaneira, ao invés da proposta da Argentina que queria livre mercado para tentar acordos com Estados Unidos. A Argentina procurou fazer em duas velocidades. Numa reunião bilateral, a Argentina chegou a propor uma união aduaneira entre o Brasil e Argentina com e o estabelecimento de uma área de livre comércio com Uruguai e Paraguai numa zona de livre comércio, proposta esta recusada pelo Brasil que defendia um modelo integracionista para todos os países envolvidos no tratado. A idéia da Tarifa Externa Comum era importante porque unificava procedimentos do bloco. A Tarifa Externa Comum, na existência de uma União Aduaneira é o que dá a vértebra do processo de integração. A maior contribuição foi a Institucionalidade, que se alcançou com o Protocolo de Ouro Preto, e a Tarifa Externa Comum, mas teve outra contribuição que foi a proposta da Área de Livre Comércio da América do Sul. Seria uma integração de livre comércio. Idéia lançada em outubro de 1993 numa reunião do Grupo do Rio, podendo ser uma contraposição à ALCA. Outro legado importante foi a defesa da ALCSA, lançada no Governo Itamar Franco, que foi defendida inicialmente na Reunião do Grupo do Rio, em outubro de 1993. A ALCSA, de certa forma,

seria um contra-ponto à proposta de ALCA e acabou sendo o início da CASA, posteriormente Unasul.

Finalmente, foi no Governo Itamar que iniciou-se a integração mais intensa com a Venezuela, nos contatos entre o Presidente Itamar Franco e Rafael Caldeira, sendo um dos principais documentos a ata de La Gusmania perto do Aeroporto de Maracaibo, tendo havido Reunião Ministerial Conjunta. Contudo, a conjuntura era difícil, face ao modelo seguido pelo governo argentino, o problema do Fujimori no Perú, instabilidade política no Perú, crise no Equador, dentre outras questões políticas nos países do continente, além da própria abertura feita no governo Collor.

2) V. Exa. entende que o Mercosul foi prioridade no Governo Itamar Franco, enquanto agenda de governo?

Sem dúvida. Certamente era um projeto de política externa e havia prioridade no governo Embora não gostasse tanto de viagens, Itamar participou de várias reuniões do Mercosul e do começo da negociação da ALCA. Se consolidou através da participação do Ministro do Exterior, mas também o da Fazenda e de outros Ministérios.

A conjuntura naquele momento não nos possibilitava ser contrário à proposta da ALCA, mas havia clareza de que tínhamos que protelar ao máximo o seu início, o que levaria a ampliar os prazos para o seu início. Tivemos reuniões importantes em Colonia, em Ouro Preto. O começo da negociação da ALCA, a unidade de atuação do Mercosul eram pontos importantes tratados pelo governo.

3) V. Exa. entende que a integração regional no Governo Itamar Franco teve o status de política de Estado?

Havia a iniciativa para as Américas do Bush. Na época do Itamar, o interesse econômico-comercial prevalecia e já haviam empresas que estavam exportando bastante, principalmente para a Argentina. Ficou difícil defender contra o Mercosul. Havia a política do *building blocks*, em que se admita o Mercosul, mas o interesse principal dos Estados Unidos era a ALCA. A integração regional teve status de política de Estado e destaco a importância da aproximação com os países vizinhos, o que possibilitou ganhos comerciais e maior equilíbrio na balança comercial, que sempre era muito favorável ao Brasil

4) Houve algum tipo de pressão contrária ou crítica dos Estados Unidos (ou de algum outro país) às medidas integracionistas estimuladas durante o Governo Itamar Franco, principalmente em relação ao então recém-criado Mercosul?

Não posso dizer que tenha havido alguma pressão direta. Estas coisas não são diretas. O que havia era um movimento que passava pelos formadores de opinião, pela mídia que acabam se posicionando contra o Mercosul e a favor da Alca.

A idéia de lançar a ALCA era uma idéia muito forte. A dificuldade era não permitir que idéias como a da ALCA diluíssem o Mercosul, Não havia condições políticas de ir contra a ALCA. A barganha era discutir a ALCA com os EUA, mas discutir junto com a idéia de Mercosul. A idéia era retardar para permitir que o Mercosul evoluísse. Pressões dos outros países para fechar o acordo comercial em 05 anos, mas nós queríamos ganhar tempo e fechamos com 10 anos. Em 1991, durante a Iniciativa para as Américas, havia uma maior pressão, inclusive para a abertura comercial, em virtude da Queda do Muro e dos fatos ocorridos nos Países Socialistas.

No entanto, a indústria brasileira já exportava para os países do Mercosul, criando um especial interesse nos países vizinhos porque havia maior facilidade para as exportações.

É importante registrar que existia naquela época um quadro de instabilidade, em virtude de conceitos que existiam à época, notadamente pelos debates favoráveis à expansão do NAFTA. Muitos defendiam a criação de Tratados de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos da América.

Importante que, embora a ALCA não tenha diluído o Mercosul, houve uma maior dificuldade para os acordos. Havia um temor que o Mercosul fosse esfacelado. Por esta razão, a importância da discussão da Tarifa Externa Comum (TEC) no âmbito do Mercosul, o que dava consistência para o longo prazo na integração, além do natural interesse do governo em retardar os prazos da instalação para a ALCA.

5) O governo Itamar Franco projetou uma liderança para a posição brasileira na América do Sul/ América Latina para o curto, médio e/ou longo prazo, relacionado à participação do Brasil no processo de integração regional sul-americano?

Estamos falando de uma outra época. Nas reuniões do Grupo do Rio se falava em temas de interesse da região, mas já era uma ousadia se falar em termos de América do Sul. A própria Constituição falava em integração da América Latina, mas incluir os países da América Central e do Caribe acabava sendo bem mais complexo porque envolve várias realidades e

aspectos distintos. Houve uma prioridade na América do Sul, sendo que no Grupo do Rio já era uma ousadia se falar em América do Sul.
Sempre é complicado se falar em liderança, mas sim em priorizar ações integradas junto aos países vizinhos.

6) V. Exa entende que a projeção do Brasil nos dias atuais reflete uma política externa de continuidade, que durante o Governo Itamar já projetava uma posição de destaque ou V. Exa. entende que algumas questões não estão sendo bem conduzidas (ou resolvidas da forma mais acertada), trazendo conseqüências negativas para a integração regional?
Na história sempre tem antecedentes. A questão do marco temporal implica em que existe uma sucessão de fatos que obedecem a um contexto histórico do momento.
As tratativas do Presidente Sarney foram importantes para interromper o clima de rivalidade entre países vizinhos, mas economicamente não estávamos avançando, o que era uma preocupação do Itamaraty.. Tecnicamente o tipo de integração estava empacada. Muito importante politicamente, colocando no nível da cooperação, mas economicamente não estava avançando. O Comércio tinha aumentado muito pouco. A preocupação era de como faríamos para liberalizar mais rápido o comércio com a Argentina, o que aconteceu com o Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE), processo que possibilitou avançar até a criação da Unasul.
Eu acho que houve um momento de uma certa esperteza histórica. Vamos liberalizar inicialmente com a Argentina, depois com os demais inegrantes do Mercosul. Reforço interno para a formação do Mercosul. Outro ponto importante foi a compreensão do reconhecimento da existência das assimetrias, o que leva a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), enquanto proposta brasileira. A consolidação do Mercosul, se deu na discussão da ALCA no Governo Lula, recriando aquela barganha que defendia uma posição unificada de negociação junto à ALCA, porque cada país tinha uma posição. Era importante também a consolidação de decisões externas, com cenários bastante complexos como junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). O reforço do perfil do Mercosul como negociador e o fortalecimento do Mercosul eram temas importantes.

7) V. Exa entende que o Congresso Nacional no período do Governo Itamar Franco soube priorizar a integração regional sul-americana ou o Legislativo brasileiro teve uma postura passiva, dependente das iniciativas do Poder Executivo.

Não vejo nenhum momento dramático dentro do Congresso Nacional, diferentemente das negociações do GATT/OMC. Havia um acompanhamento, mas não houve um papel significativo. Um Congresso Nacional sem resistência, mas também sem pró-atividade. Não me recordo do início dos trabalhos da Comissão Parlamentar Conjunta do Congresso Nacional, mas não houve um envolvimento significativo.

8) Até que medida, a conjuntura interna ou externa dificultou ou acelerou a integração regional durante o Governo Itamar?

Sempre há dificuldades. Gostaria de mencionar duas coisas interessantes. A primeira coisa foi a discussão do Acordo Mercosul – União Européia, quando na reunião com um Grupo de negociadores do Mercosul e da União Européia em São Paulo, na qual Durão Barroso pela Comunidade Européia iniciou este debate. Teve um segundo momento, numa reunião em Bruxelas. Já havia um sentimento de Mercosul e o próprio Presidente à época da representação da União Européia, Ministro Durão Barroso já tinha interesse que fosse fechado um acordo entre estes dois blocos. Internamente, havia também um duplo desafio para a União Aduaneira, a adesão liberal da dupla Menen-Cavallo, já pensando na ALCA, por outro lado setores mais nacionalistas no Brasil também questionavam a União Aduaneira, para não baixar a Tarifa. . Ocorreu uma situação interessante que foi a união de interesses destes dois grupos antagônicos. ou seja setores nacionalistas no Brasil questionavam se seria mais adequado a União Aduaneira contra a Tarifa Externa Comum, ao passo que os setores conservadores preferiam se aliar ao projeto dos Estados Unidos. Estes setores criticavam a TEC, ou seja a proposta de baixar tarifas dentro do Mercosul,

Itamar chamou uma reunião presidencial no Palácio, com minha participação, do Ministro Ricúpero da Fazenda, os 4 Embaixadores nos países do Mercosul e junto à ALADI, Paulo Nogueira Batista. Depois do meu pronunciamento e as defesas dos projetos, o Ministro da Fazenda me apoiou e o Itamar decidiu em seguir a linha do chanceler no objetivo de definir a linha favorável a uma Tarifa Externa Comum. Esta reunião predominou a idéia integracionista contra as posições ultraliberais dos argentinos e os setores nacionalistas do Brasil. O Presidente argentino apresentou a proposta em julho de 1994, ao final da Presidência argentina.Havia uma dinâmica própria naquele momento. Tentou-se um perfil negociador no âmbito de um acordo União Européia-Mercosul, que não foi possível até a presente data.

Estas foram as principais questões do período Itamar Franco.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO CHANCELER E MINISTRO LUIZ FELIPE LAMPRÉIA SOBRE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Em sede dos depoimentos, foram feitas as seguintes perguntas em entrevista com o ex-Chanceler e Ministro das Relações Exteriores do Governo Fernando Henrique Cardoso, Chanceler Luiz Felipe Lampréia:

1) Qual o balanço que V. Exa. faz sobre a contribuição do governo FHC para a integração regional sul-americana?

Houve uma base que parecia que o Mercosul ia ser forte, um momento de ouro porque nos primeiros anos tinha-se a compreensão de que seria completamente viável. A fase de consolidação inicial foi a grande contribuição, com um processo de redução de tarifas. Em 1994, a criação da Tarifa Externa Comum determinou a ampliação da proposta do Mercosul, Este bom momento foi até o desastre do Governo na Argentina com o Presidente De La Rua e a crise da Argentina e a paridade dólar/peso, o que possibilitou a perda de mais de 20% do PIB. Depois houve a ampliação do Mercosul, tendo sido feito acordo para integrar Chile, Bolívia como membro associado. Destacaria, ainda, a Conferência dos Presidentes dos Países Sul-Americanos da América do Sul, realizada em Brasília em 2000, que, pela primeira vez, reuniu Presidentes de todos os países num evento deste porte.

2) Quais as iniciativas (Tratados, Acordos, Viagens Internacionais, Reuniões de Cúpula) que V. Exa. apontaria como mais relevantes para o avanço do processo de integração regional sul-americano durante o Governo FHC?

Todas as reuniões intermediárias que se realizaram durante os dois mandatos do FHC. Houve 16 reuniões de Cúpula Presidencial do Mercsoul já que a periodicidade é semestral, sendo convidados países não associados e até outros não associados. Sempre haviam delegações de Venezuela, Chile, Bolívia e outros países para participar dos debates. Desses debates tivemos decisões importantes como a Adoção da Cláusula Democrática, em Ushuaia, sul da Argentina. Tivemos outras reuniões, como as preparatórias da ALCA, em Belo Horizonte inclusive, em que se aprovou prncípios básicos da negociação, deixando claro, inclusive, deixando claro que a ALCA não poderia prejudicar a continuidade do Mercosul, além de outras reuniões. Havia preocupação em definir princípios básicos de negociação.

3) V. Exa. entende que o Mercosul foi prioridade no Governo FHC, enquanto agenda de governo?
O Mercosul foi valorizado no Governo, sendo uma das três grandes prioridades.

4) V. Exa. entende que a integração regional no Governo FHC teve o status de política de Estado?
Teve o status de política de Estado, já que foi tratado como prioridade.

5) Houve algum tipo de pressão contrária ou crítica dos Estados Unidos (ou de algum outro país) às medidas integracionistas estimuladas durante o Governo FHC, principalmente por ocasião do fortalecimento do Mercosul?
Não diria. Os países que poderiam ter relevância seriam os europeus, que viam o Mercosul como uma cria da União Européia, ou seja, tinham origem no modelo de integração da União Européia. Os Estados Unidos achavam que deveria haver uma disciplina maior do comércio o que seria redundante ter o Mercosul, na hipótese de ter a ALCA. Nós resistimos a esta análise. Pesou a identidade do Mercosul, pois havia uma ênfase sob o ponto de vista econômico e comercial e passou para uma ênfase política. Todos percebem o viés político e anti-americano. Nos dias atuais ela é mais de conteúdo político, relevando o plano econômico e comercial para 5º plano.

6) Quais os pontos favoráveis e desfavoráveis que V. Exa. destacaria como questões enfrentadas durante o Governo FHC, relacionado ao processo de integração regional sul-americano?
O problema mais fora do Mercosul, foi a recusa do Chile de se incorporar ao Mercosul, pela concepção do Chile de ter uma tarifa externa muito liberal e linear e não tinha interesse em ter uma tarifa externa comum. Havia no Chile um certo embate, pois embora o Presidente Eduardo Frei e o Ministro da Economia Insulsa fossem favoráveis, pesou a pressão do empresariado chileno, o que levou o Chile a negar-se a participar do Mercosul como membro pleno. Fizemos acordos frouxos com o então Pacto Andino, que incidia numa parte pequena dos produtos, notadamente conversações com Perú e Colômbia. Nós tivemos problemas causados por segmentos, inclusive no Brasil, como os produtos lácteos. O governo sofreu pressão dos produtores lácteos e de governadores de Estados produtores, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, que reclamavam que não tinham condições de competir com argentinos e uruguaio. Houve pressão da Argentina que dificultou o açúcar no

Mercosul, em virtude de pressões de uma Província produtora, senão me engano Salta. O Mercosul foi prejudicado por exceções sendo, atualmente, uma peneira. O espírito comercial acabou sendo impregnado. A Tarifa Externa Comum não pode ser uma peneira, sem contemplar os mais variados produtos. Atualmente, o espírito atual é o de proteção o que leva a TEC a ser uma peneira, porque se criam inúmeros regimes de salvaguardas especiais, o que é contrário ao espírito inicial do Mercosul. Nós não permitimos, mas no Governo Lula tivemos sistema de salvaguardas que criou exceções que vieram a prejudicar o Mercosul.

7) O Governo FHC projetou uma liderança para a posição brasileira na América do Sul/ América Latina para o curto, médio e/ou longo prazo, relacionado à participação do Brasil no processo de integração regional sul-americano?
Havia um propósito de expandir a presença brasileira em termos de investimento, de comércio, integração física. Liderança propriamente não porque ninguém gosta de ser liderado. Não pega bem se achar liderança. Não acho que exista uma posição de liderança. O Brasil não tem atributos de liderança, tem mercado fechado, é um país de muita força e tamanho, mas não tem uma liderança decisiva. Tinha no Paraguai, mas com a situação ocorrida no Paraguai de sua suspensão, nós a jogamos fora.

8) V. Exa entende que a projeção do Brasil nos dias atuais reflete uma política externa de continuidade, que durante o Governo FHC já projetava uma posição de destaque ou V. Exa. entende que algumas questões não estão sendo bem conduzidas (ou resolvidas da forma mais acertada), trazendo conseqüências negativas para a integração regional?
Até que ponto, a projeção internacional do Brasil ou mesmo a liderança regional nos dias atuais tem relação com a política externa desenvolvida na agenda priorizada durante o Governo FHC?
Existe uma continuidade. Resultado da história, da geografia, das relações. Não há um rompimento de um processo que está em curso para uma mudança total. Houve um matiz mais grave no acordo de Teerã, que se constituiu num vexame diplomático. Foi desastroso porque o Brasil perdeu de 12 a 2 no Conselho de Segurança. Foi desastroso pela derrota por ter ficado do lado errado e também pelo fato de uma perigosa colocação do Brasil como um país do campo iraniano. Houve uma perigosa relação do Brasil com o projeto de enriquecimento de urânio iraniano. Todos tem confiança no Brasil e todos acham que o Irã está fazendo um programa nuclear. O Brasil teria ficado numa posição suspeita. Foi algo gravíssimo a posição do Brasil. Nenhum país concorda no enriquecimento do urânio pelo Irã,

porque não acredita nos fins pacíficos e aquele acordo do Brasil e Turquia acabou rejeitado por doze votos a dois.

9) V. Exa entende que o Congresso Nacional no período do seu mandato soube priorizar a integração regional sul-americana ou o Legislativo brasileiro teve uma postura passiva, dependente das iniciativas do Poder Executivo.
O Legislativo criou uma Comissão do Mercosul, com reuniões. Eu, inclusive, estive várias vezes no Parlamento para debater sobre Política Externa e problemas no Mercosul, outros representantes compareceram. O Legislativo se interessou mais na questão de política externa.

10) V. Exa poderia fazer um balanço do significado (importância) do processo de integração regional no dias atuais, seja em relação ao Mercosul como em relação a Unasul. Em sua opinião, quais seriam os próximos passos para o processo de fortalecimento e consolidação do Mercosul e da Unasul?
Eu acho que houve uma grande integração política, na medida em que todos os países já estão para entrar no Mercosul. Isto foi feito ao preço de desconsiderar todos o s requisitos econômicos para a entrada no Mercosul. Compromissos comerciais foram relevados para o segundo plano. Acho que ao longo do tempo, o Mercosul foi se auto-destruindo, principalmente na questão de suspender o Paraguai. E nas deliberações da atividade de comércio. Conseguimos poucos acordos com Egito, Palestina. Quanto mais se fica de fora, mais você se isola. Acaba saindo do circuito da cadeia produtiva e comercial. Vejo com preocupação a posição do Brasil, principalmente pela Cooperação Trans-pacífica Vejam os países do Pacífico que resolveram fazer uma integração via Pacífico, em que acaba fazendo com que fiquemos de fora. Perdemos vantagem em termos de investimento, serviço, ou seja, estamos ficando num clube isolado. Não há espaço para uma nova ALCA, mas os Estados Unidos estão fazendo acordos bilaterais com países como Chile, Colômbia e Perú e agora esta aliança do Pacífico, acaba dificultando o processo de integração através do Mercosul. Não entendo bem a finalidade da Unasul, se ela tem algum valor. Existem muitas cláusulas econômicas, mas não são muito seguidas. A integração física é benéfica para todo mundo. É uma boa notícia a incorporação da IIRSA, que nasceu na Conferência dos Presidentes de Brasília e interessa a todo mundo. Importante interligar com ferrovias, rodovias, sistemas elétricos, enfim, a integração física é o mais importante e é o que atrai o interesse dos países, sendo que estamos muito atrasados. Tem grandes obras de infra-estrutura como SUAPE, mas tem muito atraso no

PAC

11) V. Exa. gostaria de destacar as estratégias e medidas praticadas pelo Governo FHC que foram importantes para consolidar o processo de integração regional na América do Sul?
Todas as reuniões ministeriais até o abismo da Argentina que atrapalhou tudo. Vinha sendo um processo muito sustentado e vigoroso. A crise na Argentina acabou abalando pelas incertezas e pela intensidade da crise.

12) Os projetos de infra-estrutura através da IIRSA foram iniciativas que ocorreram durante o Governo FHC. Qual a sua importância para a integração regional?
Obra de hidrovia que são meios de comunicação, bastando dragagem e curso do rio, os portos, grandes ligações rodoviárias, ponte São Tomé-São Borja, no rio Uruguai, e pontes ligando países eram temas que interessam aos Presidentes, como ocorreu na reunião dos Presidentes em Brasília, em 2000. O que realmente excitava os presidentes era a integração física. Era muito importante para os Presidentes priorizar os seus projetos de integração física. A discussão da integração física é fundamental porque todos querem saber sobre estradas, ferrovias e grandes obras que possam intensificar a integração. A força maior dos EUA são a sua integração física, como portos, estradas

13) Até que medida, a conjuntura interna ou externa dificultou ou acelerou a integração regional durante o Governo FHC?
O problema maior foi quando desvalorizamos o real, em janeiro de 1999 em que o Armínio Fraga teve que vir dos Estados Unidos para uma reunião importante que levou a esta decisão. A desvalorização afetou as exportações. A moeda estava forte e era irreal porque dificultava os importadores. O real passou de R$1,50 para R$ 4,00, complicando para o exportador. Resultado de vários problemas, mas resultado de uma pressão especulativa, e nossa moeda estava vulnerável e artificialmente valorizada.
Havia um problema especulativo a nível internacional. O Brasil ainda não tinha feito o dever de casa. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio depois, bem como as contas abertas. Teve crise asiática, crise russa e nós estávamos vulneráveis, sendo que em 1999 desabou o teto. A situação ocorrida em 1999 foi um momento de grande dificuldade no Mercosul.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO CHANCELER E MINISTRO CELSO AMORIM

SOBRE O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Em sede dos depoimentos, foram feitas as seguintes perguntas em entrevista com o ex- Chanceler e Ministro das Relações Exteriores do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Embaixador Celso Amorim:

1) Qual o balanço (pontos favoráveis e desfavoráveis) que V. Exa. faz sobre a contribuição do governo Lula para a integração regional sul-americana, inclusive se o tema teve o status de política de Estado?

O grande fato positivo foi a consciência da manutenção do Mercosul como base para a política de integração. A integração possível da América Latina e do Caribe era a consolidação do Mercosul.

A idéia do Itamar do lançamento da proposta de ALCSA se consolida, com base em acordos de infra-estrutura, na idéia da criação da Casa que se transforma posteriormente em Unasul. Idéia de uma Secretaria permanente e um Conselho Sul-Americano de Defesa. O Mercosul se constitui no motor maior da integração, já que ultrapassa a idéia de Acordos de Livre Comércio. Trabalhamos pela entrada da Venezuela, entrada da Bolívia. É sempre mais fácil os acordos de livre-comércio, o que acaba provocando uma dificuldade maior de fazer um Mercosul incluindo todos os países da América do Sul. Não se podia pensar num acordo de integração com todos os países da América do Sul. Os acordos de livre-comércio para manter as preferências que já tinham, como no caso da Colômbia. Dava para fazer uma área de livre comércio com os outros países. Aumentaram nossa atividade comercial com todos os países da América do Sul. A questão comercial era importante para a estratégia política. Demonstrar que tinha vantagens para todos. Passa pela estratégia política o aprofundamento de acordos com outros blocos ou países, conforme ocorreu nos acordos do Mercosul com Chile, a Comunidade Andina e Venezuela e a participação conjunta na Organização dos Estados Americanos e na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe. É uma integração mais complexa. Com esta base se constrói a CASA e, após, a Unasul. Destaco o papel do Presidente Chavez que foi muito importante. A Unasul passa uma idéia de organização e não de foro, como a CELAC. Possibilidade de integração América Latina e Caribe, tende a ser mais complicada que a América do Sul, e a América do Sul, tende a ser mais complicada que o Mercosul. O Mercosul é o grande bloco que pode intensificar o processo de integração, agregando os países vizinhos.

2) V. Exa entende que o Congresso Nacional, durante o Governo Lula, soube debater a integração regional sul-americana ou o Legislativo brasileiro teve uma postura passiva, dependente das iniciativas do Poder Executivo?
Parte das dificuldades vinha de outros fatores, a oposição tinha que se sentir oposição. FHC fez importante reunião de Presidentes da América do Sul, cúpula convocada no final do Governo, cuja realização foi muito importante. Existe o problema da partidarização que implica em posições que podem divergir do processo político em curso. A partidarização contribuiu um pouco nesta questão. A principal dificuldade foi a entrada da Venezuela. No Brasil levou quase três anos.

3) No que tange à orientação da política externa, o Governo Lula projetou uma liderança regional para a posição brasileira na América do Sul, América Latina ou no mundo para o curto, médio e/ou longo prazo, tendo em vista o Mercosul e a Unasul?
Não há uma preocupação de ser liderança. O Brasil tem participado e defendido a participação dos países nos foros de discussão como o G-20, com a participação de México e Cuba. Houve uma reunião de Presidentes da America do Sul, em que ficou clara a prioridade do Brasil com a América do Sul.
Não existe uma projeção de liderança, eu não usaria este termo. Não se trata de uma questão de hegemonia, mas uma visão da importância do processo de integração. Não se projetou liderança.
O Brasil foi quem lançou a idéia, a base da integração foram os acordos de livre comércio que consolidaram o livre-comércio sem retórica e que foi assinado em Brasília. O próprio FOCEM é uma idéia brasileira. Tivemos importante reunião para o fortalecimento da CELAC na Costa do Sauípe, reuniões na América Central e Caribe, enquanto diretrizes de política externa.

4) A agenda da política externa do Governo Lula em relação à Integração Regional, principalmente no que tange ao Mercosul e à Unasul, demarca um novo paradigma relacionado à projeção internacional do Brasil, ou pode ser apontado como uma continuidade de governos anteriores?
O governo Lula tinha uma visão. A integração teve início com a retomada dos acordos de livre comércio que dá base para a integração. A proposta de reforço do Mercosul se deu através da FOCEM. Proposta de Foro da América Latina em Sauípe que dá a base para a CELAC. Dimensão de política externa, com viagens nos países da América Latina e do

Caribe. A ampliação para o G-20 da OMC, com participação de México e Cuba. Importante foi o peso que deu a participação do Brasil na América do Sul.Duas declarações importantes que demonstram o reconhecimento dos nossos vizinhos foi da Cristina Kirchner, da Argentina, que, durante a última visita no Governo Lula, me disse que "O Brasil é líder, mas o líder tem suas responsabilidades". Outro momento importante foi com Presidente Pepe Mujica, do Uruguai, em reunião em 2010, que disse "Quando vemos o Brasil nas negociações do Oriente Médio nos orgulha e representa o protagonismo da América Latina", o que leva a um reconhecimento de que estamos não somente defendendo questões do Brasil, mas também de um conjunto de países nos foros em que o Brasil participa.

5) Quais os pontos favoráveis e desfavoráveis que V. Exa. destacaria como questões enfrentadas (ou vivenciadas) durante o Governo Lula, relacionado ao processo de integração regional sul-americano?
O momento mais crítico foi o da discussão da ALCA, por ser desagregador com países com posições diferentes. Conseguimos passar desta fase adequadamaente, e não tomamos uma posição intransigente.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES SOBRE O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Em sede dos depoimentos, foram feitas as seguintes perguntas em entrevista com o ex- Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães:

1) Qual o balanço (pontos favoráveis e desfavoráveis) que V. Exa. faz sobre a contribuição do governo Lula para a integração regional sul-americana, inclusive se o tema teve o status de política de Estado?
Brasil faz fronteira com todos os países da América do Sul, exceto Equador e Chile. A infra-estrutura era um dos temas importantes que deveriam ser objeto da integração O tema teve status de política de status. Esta prioridade fez com que toda a administração pública ficasse mobilizada para tratar os temas relativos a relação do país em relação aos países vizinhos. Opinião pública também ficou mobilizada e alguns órgãos de imprensa

criticaram políticas adotadas pelo Pres. Lula. Havia crítica em relação à aproximação com Venezuela, com a Argentina, a questão da Petrobrás na Bolívia, as relações com o Paraguai em virtude nova forma de pagamento ao Paraguai pela energia comprada pelo Brasil. Defendiam a política tradicional em relação a prioridade com EUA e Europa e defendia priorizar sua relação com países conservadores como Chile, Colômbia e México. Não me lembro de pontos desfavoráveis. Hoje em dia, o Brasil tem excelente relação com todos os vizinhos, que, inclusive, vem ao Brasil durante a campanha eleitoral ou fazem a primeira viagem ao Brasil antes de tomar posse, o que mostra o sucesso de uma política equilibrada em relação a países que tem relação entre si difíceis como no caso de Colombia e Venezuela, Colombia e Equador, Argentina e Uruguai, Bolivia e Chile, Paraguai e Bolívia, mas nós temos excelentes relações com todos eles.

2) Quais as iniciativas (Tratados, Acordos, Viagens Internacionais, Reuniões de Cúpula) que V. Exa. apontaria como mais relevantes para o avanço do processo de integração regional sul-americano durante o Governo Lula, no que tange ao Mercosul e à Unasul?
Eu acho que em primeiro lugar, o esforço do Presidente Lula em estreitar as relações com todos os governos da América do Sul. Política não são sómente acordos, mas a capacidade de entendimento e compreensão. Lula viajou muitas vezes para os países da América do Sul e as visitas de Presidentes de países da América do Sul ao Brasil, enquanto primeira visita de Chefe de Estado. Determinação de Lula, de Celso Amorim, do Itamaraty de se empenhar neste sentido estabelecendo como prioridade os países vizinhos (Itamaraty).
Como Secretário-Geral, eu dei prioridade a esta cooperação técnica, cultural. Reformulamos os Centros de Estudos nestes países, iniciativas como os nossos funcionários antes de ir a uma reunião com Estados Unidos e Europa, as principais decisões eram discutidas com Argentina e Venezuela Ampliação do prêmio da América do Sul, tendo um país diferente como tema anualmente. Cursos para diplomatas de cada país viajarem ao Brasil e ficarem um mês para conhecimento. Aumentamos as Embaixadas em 30%. Onde havia 10 diplomatas passou a ter 13. A decisão, através de sugestão nossa, de estabelecer Escritório da Embrapa na Venezuela. Depois abrimos em Gana. A decisão de impulsionar a constituição da Unasul, quando vários países não queriam. O processo da Unasul foi complicado. Na primeira reunião, um diplomata disse que não reconhecia o conceito de América do Sul. Havia um grupo que era do contra, que achava que não necessitava por ser mais uma organização. A organização das reuniões de

política internacional para os Vice-Ministros, que se transformavam em Ministros, e facilitava a articulação política. A confiança não é coisa simples. Esforço da Funag foi muito importante. Inclusive, traduzimos vários livros de Equador, Argentina. O Presidente determinou a criação da Unila que foi da maior importância. Decisão do Presidente Lula de doação de 500 milhões de dólares para a construção da linhas de transmissão entre Brasil e Paraguai e para Assunção, Paraguai. A decisão do Focem, reconhecendo o problema das assimetrias e tendo sido uma idéia do Brasil para melhorar a infra-estrutura dos países menores. O Brasil é maior e tem que ter maiores responsabilidades.

3) Houve algum tipo de pressão contrária ou crítica dos Estados Unidos (ou de algum outro país) às medidas integracionistas estimuladas durante o Governo Lula, principalmente por ocasião das medidas aprovadas no âmbito do Mercosul e por ocasião da criação da Unasul?

É necessário compreender a política da América do Sul. O principal país da América do Sul são os Estados Unidos que a considerava área preferencial e de sua influência e que são reconhecidos pelos demais países. Muitos Ministros da Economia estudaram nos Estados Unidos. Existem laços e vínculos. Existe o investimento das empresas americanas que são maioria entre as 500 grandes empresas. Se pegar por setor, tem algumas empresas brasileiras, fundos de pensão. Os interesses americanos são enormes. Os interesses culturais, os institutos de língua, programas de intercâmbio, embora não apareça, mas, contando com a mídia tem uma influência gigantesca. Não interessa aos Estados Unidos a integração, mas sim se relacionar isoladamente com cada país da América do Sul. Há uma influência enorme na mídia brasileira, pois defendem esta posição, sendo que retomam algumas vezes a questão da importância da ALCA, com base no apoio da mídia. Tem capacidade para articular interesses dentro do país. Defendem posições favoráveis como no caso da ALCA, tendo, inclusive, pressões internas. Alguns países tem relação estreita com EUA. A ALADI, em reunião em Montevidéo, teve uma resolução sobre a situação do Paraguai. Quem votou contra: Chile, Colombia, Mexico e o Panamá. O que Panamá e México tem a ver com o Paraguai? No caso do Paraguai, houve forte resistência à política de integração da América do Sul. Questões que são criticadas como as relações com Venezuela, Argentina. Eles louvam o Mercosul, mas indiretamente não tem interessa. No caso do Paraguai, houve a violação da Constituição do Paraguai, mas a mídia fica repetindo que o Mercosul não deveria ter violado. Houve forte pressão, porque não há interesse dos Estados Unidos na integração. Os Estados Unidos apoiam política

global, com preferência às empresas internacionais, os países não devem ter preferência nem local, nem regional. Presidente Fernando Henrique mudou a definição de empresa nacional na Constituição para as empresas terem acesso ao BNDES. Estados Unidos são favoráveis a acordos de livre comércio, não havendo como existir ALCA em conjunto com Mercosul.

4) V. Exa entende que o Congresso Nacional, durante o Governo Lula, soube debater a integração regional sul-americana ou o Legislativo brasileiro teve uma postura passiva, dependente das iniciativas do Poder Executivo?
Dentro do Congresso, tivemos grupos diferentes. Não houve atitude unânime. Alguns Deputados e Senadores eram mais favoráveis, outros muito contrários. Debateu em determinados momentos, como o exame da aprovação da Venezuela no Mercosul, o caso da Bolívia. No governo Lula, aumentou bastante a participação do Congresso.

5) No que tange à orientação de sua política externa, o Governo Lula projetou uma liderança regional para a posição brasileira na América do Sul, América Latina ou no mundo para o curto, médio e/ou longo prazo, tendo em vista o Mercosul e a Unasul?
Estratégia política de alcance global, pois desde os primeiros dias deixou clara a posição de prioridade à América do Sul. Marcou posição no início do governo contra a invasão do Iraque. Através de várias viagens internacionais, movimentou-se em relação à África, Oriente Médio, não somente as viagens internacionais, mas também o aumento do número de Embaixadas. Mas o centro da política externa deve ser a preocupação com os países vizinhos. O Brasil tem que se empenhar no desenvolvimento dos países vizinhos. O papel do BNDES na infra-estrutura dos países vizinhos foi importante e houve aumento da quantidade de financiamentos. O Banco Mundial durante anos vetou a Rodovia Transoceânica no Peru. O que é integração? A integração econômica pressupõe que bens e pessoas possam circular. Tem que ter favorecimento da circulação de bens através de rodovias e ferrovias. Sempre se rejeitou a idéia de liderança. O Brasil não teve interesse em projetar lideranças, mas se relacionar bem com os vizinhos. Temos interesse em atuar em conjunto em relação a temas de interesse comum. Há um princípio da política externa brasileira para nas situações de conflito, o Brasil não deve se oferecer em caso de moderação, mas se for convocado através da solicitação dos outros países, dará todo o apoio, como no caso da Colômbia e da Venezuela.

6) A agenda da política externa do Governo Lula em relação à Integração Regional, principalmente no que tange ao Mercosul e à Unasul, demarca um novo paradigma relacionado à projeção internacional do Brasil, ou pode ser apontado como uma continuidade de governos anteriores?

A questão do antagonismo. Tentativa permanente de diminuir, ou seja, dizem que é continuidade, mas ao mesmo tempo, criticam. Não é verdade. 1- A Unasul é algo novo, a constituição de um novo organismo, de coordenação política; 2- o número de visitas a Presidentes da América do Sul é muito maior, é só fazer as estatísticas. Sempre tivemos relação com os países da America do Sul, mas a ênfase, a intensidade na relação com outros países é muito maior. Reconhecimento da importância da relação dos outros países em relação ao Brasil. 3- Em relação ao Mercosul, o próprio reconhecimento das assimetrias. A decisão de fazer a linha de transmissão de Itaipu e o processo de reconhecimento da relação comercial não tinha precedente. O Presidente Lula foi o primeiro presidente que visitou o Oriente Médio. Não somente o número de visitas, mas também o número de Embaixadas na África e na América Latina. A tentativa de encontro com países Árabes e América do Sul. A maior parte dos países da América do Sul somente tem embaixadas, em geral, no Egito e África do Sul, não tendo Embaixadas nos outros países da África. A embaixada da Argentina em Angola foi inaugurada recentemente, com apoio nosso. Estes governos não tinham contato com os africanos. O curso dos diplomatas é sinal de continuidade. Índice de pesquisa recente da CNT dá 69% de popularidade para o Lula e 59% para a Dilma. Onde você for, o Presidente Lula tem muito prestígio. A ampliação do volume de financiamento do BNDES, o número de visitas do Presidente Lula no exterior, lembrando que Sarney viajou bastante. Presidente Sarney deu grande ênfase nas viagens à América do Sul em política externa. Não é continuidade do Governo Fernando Henrique. A imprensa brasileira costuma criticar o Sarney ao enfatizar que representa as oligarquias e o que é de mais atrasado. Não é verdade. Sarney pegou um Ministério do Tancredo, fez a Constituinte, manteve a liberdade de imprensa, num momento difícil de transição. Tivemos problemas em outros momentos como adesão ao TNP (Tratado de Não Proliferação), que foi prejudicial ao Brasil, a questão da ALCA, cuja implantação teria mudado a posição do Brasil no sistema internacional. Seria importante para a sua tese, fazer um levantamento das viagens internacionais do Presidente Lula, visitas na América do Sul, número de Embaixadas no Brasil a ampliação no exterior em relação ao período anterior, as visitas dos Presidentes ao Brasil. Isto é fundamental.

7) V. Exa. poderia destacar qual foi a estratégia política no campo regional, quando foi proposta a criação da CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações), posteriormente Unasul pelo Governo Lula?

Havia todo o interesse na integração regional, infra-estrutura, coordenação política no debate dos grandes temas internacionais, em relação a ONU. Estratégia política e articulação a nível internacional. Discurso meu em 2003, já reconhecia a questão das assimetrias. Citei o Barão do Rio Branco. A Unasul é o foro para discussão dos nossos problemas sem a interferência externa. É um projeto político apoiado em alicerces econômicos e comerciais. A Continuidade tem que comparar o que era e o que é.

8) Qual o balanço dos vinte anos do Mercosul (1991-2010) e dos seis anos da Unasul (2004 – 2010)?

Balanço é altamente positivo. A Unasul cria a possibilidade de coordenação conjunta. Exemplo foi a crise na Bolívia e no Equador. O Mercosul atuou no caso do Paraguai, a Cláusula Democrática vincula a manutenção da democracia. Este instrumento possibilita dificultar o golpe. A questão da liberdade de imprensa. A Venezuela é fundamental para ingresso no Mercosul, porque dificulta o golpe na Venezuela. Caso da juíza que está sendo processada . Liberdade de imprensa na Venezuela é fantástica. Chávez tem 15% de vantagem. Imprensa insiste que a Venezuela não é democrática, e com o ingresso no Mercosul dificulta o golpe e amplia a questão econômica. O reconhecimento das assimetrias foi um grande momento de generosidade, o que é um aspecto diferente. O Focem é fundamental para reduzir as assimetrias. Ajudar na atuação do caso dos brasilguaios. Questões estruturais como a segunda ponte com a Argentina, no caso do Mercosul. O financiamento do BNDES para gasodutos, estradas. Qual foi o volume de financiamento concedido pelo BNDES, a partir determinado ano (1985). A idéia do Banco do Sul é extraordinária e foi muito combatida. A Telesur também é uma excelente idéia, enquanto canal importante de divulgação. O problema das comunicações é grave. Houve um progresso enorme no Mercosul, extraordinário, inclusive pela adesão da Venezuela. O Banco do Sul é importante porque os países da América do Sul não tem banco de desenvolvimento e tem dificuldades de acesso ao mercado internacional. Ter um banco que não vai impor condicionalidades. O juros não precisa ser mais baixo, porque eles não tem acesso. Dentro dos países, a infra-estrutura é fundamental. O Banco do Sul poderá propiciar financiamento para obras de infra-estrutura. Faltam estradas, ferrovias,

deficiências são muito grandes. Os próprios mercados nacionais não são integrados. As relações de investimento serão mais baixos, se não tiver melhores condições de infra-estrutura. Mercosul é um sistema intergovernamental e não supranacional. Não há estudos maiores. O sucesso do Mercosul depende fundamentalmente do Brasil, que tem que ter compromissos maiores.

A responsabilidade e iniciativa deve ser do Brasil. O PIB do Paraguai não é 1% do PIB do Brasil. O Brasil tem que assumir responsabilidades. Temos que ter um Mercosul forte para defender os seus interesses. A Presidente está tomando posições importantes como visitas, contatos. Ela não assume a posição da mesma forma do Lula que tinha feito 115 viagens internacionais antes de ser Presidente.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO PEDRO SASSONE

No caso da Unasul, a entrevista foi realizada na sede estabelecida em Quito, no Equador, nos seguintes termos:

1) Qual o balanço que V. Exa. faz sobre a importância da Unasul e a participação dos países integrantes?

A Unasul tem sido um experiência muito importante dentro do processo de integração dos países da América do Sul e tem existido um compromisso de todos os governos em participar das decisões. As decisões governamentais tem sido compatível com as responsabilidades de cada membro.

2) Qual seria a grande característica da Unasul, enquanto processo de integração?

A grande característica seria a capacidade de diálogo para resolver conflitos e avançar em pontos comuns. Existe, também, um grande compromisso com o processo democrático. A Unasul designa representantes que participam dos processos eleitorais na condição de observadores, acompanhando a manifestação democrática dos cidadãos.

3) Como se encontra a Unasul no campo das instituições? Existe alguma proposta de criação de um Parlamento ou já foi pensado um Sistema de Solução de Controvérsias?

Ainda não existe um Parlamento da Unasul, mas já existem discussões sobre este importante órgão deliberativo e representativo. Em março de 2011, os Chefes de Estado debateram sobre um organismo decisivo para intermediar os conflitos. Procura-se aprovar as questões

discutidas através do consenso, objetivando legitimar as decisões e esgotar os argumentos através do posicionamento de todos os integrantes.

4) Como está a estrutura de funcionamento e organização da Unasul?
Existem 4 órgãos, o Conselho, Secretaria-Geral e uma estrutura física sediada em Quito, no Equador. Existe uma autonomia para o funcionamento dos órgãos a serem criados, tais como o Conselho Sul-Americano de Defesa e o Conselho Sul-Americano de Saúde, que acabam tendo uma articulação com a Secretaria-Geral. Quanto ao Sistema de Solução de Controvérsia, existe um Grupo de Trabalho debatendo este tema.

5) Existe preocupação com as questões relacionadas à infra-estrutura? De que maneira o Banco do Sul pode implementar o desenvolvimento?
Está sendo debatido um Fundo Externo que estimule a iniciativa para obras de infra-estrutura, enquanto prioridade da Unasul. Existe uma discussão em torno do aporte financeiro proporcional a cada um dos 12 Estados participantes.

6) E como está estruturada a Unasul na sede em Quito?
Além do prédio histórico onde funcionários cedidos por vários países podem trabalhar, foi criado um Regimento da Secretaria-Geral para o funcionamento do órgão.

7) No que tange à democracia, como fica a posição da Unasul em relação ao Paraguai?
Foi aplicada a Cláusula Democrática com a suspensão do membro. Com a normalidade do processo democrático através das eleições, o Paraguai poderá retornar à Unasul.

8) Qual a sua opinião sobre a participação do Brasil na Unasul?
A participação do Brasil, tanto no governo Lula, quanto no governo Dilma, tendo sido muito importante até pelo peso do Brasil na América do Sul. A responsabilidade e participação tem sido compatível com a sua importância.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL DO MERCOSUL – DR. JEFERSON MIOLA

No caso do Mercosul, a entrevista foi realizada na sede estabelecida em Montevidéo, no Uruguai, nos seguintes termos:

1) Qual o balanço que V. Exa. faz sobre a importância do Mercosul e a participação dos países integrantes?
Mercosul é um incentivo nos temas atuais. Existem megablocos e o contexto da presença da China, destacando uma geopolítica, onde se destaca a crise do norte. A conjuntura aprofunda a consolidação do Mercosul enquanto instrumento de defesa e proteção das conquistas sociais dos últimos dez anos.
Existe a situação excepcional da suspensão do Paraguai e tem o fato novo do ingresso da Venezuela. Existe um esforço coordenado para implementar efetiva integração da Venezuela para consolidar a conjuntura econômica dos países. A Venezuela recém-ingressada se encontra num estágio para se adequar plenamente ao bloco.

2) Qual seria a grande característica do Mercosul, enquanto processo de integração?
Um processo intergovernamental tendo como valores constitutivos a democracia e enquanto espaço superador da lógica neoliberal. O Mercosul é concretizador da vida comunitária na região a partir de 2013 em diante com Lula no Brasil e Kirchner na Argentina.

3) Como se encontra o Mercosul no campo das instituições? Como se encontra o funcionamento do Parlamento e o Tribunal do Mercosul enquanto um Sistema de Solução de Controvérsias?
O Mercosul se encontra incipiente e minimalista. A institucionalização encontra-se insatisfatória diante do gigantismo do bloco. Entretanto, o FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul) é importante, mas a institucionalização ainda é pequena. O Parlamento não está funcionando, tendo um papel consultivo.

4) Como está a estrutura de funcionamento e organização do Mercosul através da Secretaria?
Acompanha o critério geral. Não exerce apoio substancial. Espera-se que seja capaz de incorporar visões teóricas e políticas necessárias ao estágio atual da integração. É um espaço de apoio documental. Existe um princípio de equilíbrio de nacionalidade e estou ocupando um mandato de dois anos pela representação brasileira que vai até dezembro de 2013. A decisão que respaldou o meu ingresso foi em reunião do Conselho do Mercado Comum em dezembro de 2011.

5) No que tange à democracia, como fica a posição do Mercosul em relação ao Paraguai?

A posição tomada pelo Mercosul foi adequada e possível. Foi uma decisão corretíssima, pois cabia a garantia da objeção ao governo golpista. Entretanto, deixo registrado que não há sanção econômica ao povo paraguaio e os investimentos do FOCEM foram mantidos.

6) Qual a sua opinião sobre a participação do Brasil no Mercosul?

O Mercosul estaria num estágio diferenciado se o Brasil estivesse em atendimento à sua posição na assimetria. O Mercosul é uma estratégia de prioridade na política externa brasileira, mas o Brasil está aquém do que poderia estar realizando. Deve-se levar em conta que o Mercosul tem posição estratégica.

QUADRO 8 – ASPECTOS POLÍTICOS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS QUE JUSTIFICARIAM O PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO SOCIAL DO MERCOSUL (PEAS) segundo a Direção Executiva do Instituto Social do Mercosul

1- Estabilidade democrática e continuísmo, partindo do pressuposto de que existe a consolidação das democracias e que existe uma continuidade na manutenção destes projetos que priorizam a ação social e o bem-estar;
2- Estabilidade macroeconômica, em que utiliza dados da CEPAL para assinalar que ante a crise mundial de 2008, as economias nacionais latino-americanas absorveram melhor a crise, em virtude da aplicação de políticas anticíclicas, com medidas sociais, proporcionando crescimento do PIB acima de 4% na média e baixos níveis de desemprego, ao contrário de medidas adotadas em países da União Européia, que tem provocado desemprego, recessão e crescimento baixo ou negativo;
3- Retorno ao Estado Protetor, num claro antagonismo ao Estado Mínimo, que defende a desregulação, os interesses do mercado e do capital financeiro. O Estado social pressupõe políticas públicas, instrumentos de proteção com programas e projetos sociais, e a necessidade de defesa dos trabalhadores no conflito capital e trabalho, relação assimétrica e desigual;
4- Cidadãos são sujeitos de Direitos, o que demonstra que a ação do Estado não deve ser pautada por compaixão ou pena, mas sim no reconhecimento de que são sujeitos de direito e cabe ao Estado garantir o pleno exercício; isto vem sendo a base conceitual das políticas sociais no âmbito do Mercosul;
5- Tensão entre universalidade e focalização, na medida em que os governos defendem o acesso universal a direitos básicos como saúde, educação, moradia, dentre outros, mas em contrapartida, existem critérios que acabam discriminando o acesso de todos aos seus direitos básicos. Novos programas sociais tem tentado resolver estas formas de acesso através da universalização;
6- Transferências Monetárias Diretas, enquanto instrumento utilizado pelo Estado para poder transferir renda para combater a pobreza e a indigência. Através destes

programas possibilitou-se o aumento do número de matrículas escolares e de acesso à saúde pública, além da melhoria de indicadores sociais;

7- Incremento do Gasto Público Social, que, embora devesse considerar o investimento direto na área social, em geral é considerado gasto aplicado pelo Estado para cobrir necessidades da população, incluindo bens, serviços e prestações. Se durante o período 1990-1991 o gasto social do PIB era em torno de 12,21% do PIB, para o período 2007-2008 aquele ultrapassava ao 18% e superava 20% no Mercosul naquele período. O Gasto Público Social, mesmo em caráter procíclico, pemite aos Estados Nacionais desenvolver uma política de expansão de gastos em conjuntura de contração econômica através de transferências, subsídios e estímulos ao emprego. Segundo o Panorama Social da CEPAL, a pobreza se incrementou levemente durante os anos 2008-2009 por causa da crise, mas ocorreu uma recuperação da tendência de queda. Segundo este Informe para Argentina, Chile, Peru e Uruguai a pobreza diminuiu pelo efeito do crescimento, enquanto para Brasil, Equador, Panamá e Paraguai ocorreu por efeito da distruição;

8- Convergência de Estratégias: a Questão Social na Agenda Política, sendo que o Mercosul caminha para superação da pobreza e da indigência, em virtude da dimensão social dada ao bloco. Neste sentido, foi assinalado na Declaração de Buenos Aires: "Por um Mercosul com rosto humano e perspectiva social.", de 14 de julho de 2006, a necessidade de "assumir a dimensão social da integração baseada no desenvolvimento econômico de distribuição equitativa, tendente a assegurar o desenvolvimento humano integral, que reconhece ao indivíduo como cidadão sujeito de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. De esta forma, a Dimensão Social da inegração regional se configura como um espaço inclusivo que fortalece os direitos cidadãos e a democracia" . A Declaração de Princípios do Mercosul Social, na qual ser refere a VII Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul, Bolívia, Chile e Perú em 2004; a Declaração de Assunção, a Declaração de Montevidéo em 2005 e a Declaração de Buenos Aires em 2006 apontam para: a centralidade da dimensão social na integração que pretenda promover um desenvolvimento humano e social integrado; a indissociabilidade entre o social e o econômico na formulação, o desenho, a implementação e a evaluación das políticas sociais regionais; a reafirmação do núcleo familiar como eixo de intervenção privilegiado das políticas sociais na região; a centralidade do papel do Estado; a proteção e a promoção

social desde uma perspectiva de direitos, superando a visão meramente compensatória do social; a participação de uma sociedade civil fortalecida organizacionalmente.

Na Cúpula de Presidentes em Assunção do final de junho de 2011, o Conselho do Mercado Comum aprovou a proposta da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS) e a Comissão de Coordenação de Ministérios de Assuntos Sociais (CCMASM) – o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) que articula nove eixos fundamentais e 26 diretrizes estratégicas para a Região, que começou a se desenvolver a partir do ano de 2012, através do formato de projetos sociais regionais.

Na reunião realizada em Montevidéo, em 6 e 7 de dezembro de 2011 e dias antes da Cúpula de Presidentes, a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS) resolveu definir em seu próximo Plano Bienal os eixos prioritários: a) aprofundar a institucionalidade da dimensão social do Mercosul, em particular seu apoio ao Instituto Social do Mercosul; b) elaboração e execução de projetos regionais no marco do PEAS; c) desenvolvimento da estratégia de identificação, intercâmbio e difusão de melhores práticas na área social; e d) fortalecimento da integração com outras instâncias do Mercosul, sobretudo as designadas pela CCMASM.

Segundo Mirza, a questão social significa recuperar a centralidade do trabalho como mecanismo de integração, observar as novas manifestações de exclusão social e da pobreza, identificar e ressaltar as formas históricas de discriminação de determinados coletivos sociais, lutar por uma cidadania plena, repartir a riqueza, reconhecer que a democracia se consolida e somente se assegura na medida em que pessoas e famílias sintam que na democracia residem as respostas a suas demandas e necessidades. Não basta ter um crescimento econômico sustentável, mas que as economias sigam crescendo para um desenvolvimento para as satisfações sociais, com redistribuição da riqueza de modo equitativo. As decisões governamentais que destacam a importância destes temas é fruto de uma decisão política e da mobilização dos atores sociais que reclamam cada vez mais participação.

O desafio do Mercosul é avançar no objetivo de reduzir a pobreza e eliminar a indigência, objetivando diminuir os abismos sociais ainda existentes. A qualidade de vida e o bem-estar da população é a prioridade inequívoca dos governantes do bloco, é o momento de aprofundar as estratégias comuns a nível regional para reversão do processo histórico de concentração de riqueza e permitir mecanismos de redistribuição equitativa.

QUADRO 9 – CRIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO SOCIAL DO MERCOSUL (PEAS)

A Decisão nº 12/11 do Mercosul/CMC aprovou o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), tendo como fundamento jurídico o Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões nº 39/08, 45/10 e 67/10 do Conselho Mercado Comum e destaca a importância da Dimensão Social ter se tornado um eixo prioritário e estratégico para o processo de integração regional.

O documento "Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS)", estabelece as prioridades, nos seguintes termos:

> O eixo 1 é "Erradicar a Fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais", sendo a diretriz 1 "Garantir a segurança alimentar e nutricional e os objetivos prioritários" "Reconhecer e Garantir os direitos e a alimentação adequada e saudável" , "assegurar o acesso a alimentação adequada para as populações vulneráveis"; "promover o intercâmbio de iniciativas, experiências exitosas e projetos na área de alimentação saudável"; "promover a alimentação materna e combater a desnutrição infantil" e "fortalecer a agricultura familiar como provedora de alimentos e abastecer os mercados locais."
>
> A diretriz 2 é " Promover políticas distributivas observando a perspectiva de gênero, idade, raça e etnia". Dentre os objetivos prioritários esta o de " Garantir o acesso aos serviços de assistência social para as famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social." ; " desenvolver programas de transferências de ingressos a famílias em situação de pobreza.", " garantir a responsabilidade equitativa dos membros do hogar, envolvendo aos homens nas tarefas de cuidado familiar estabelecidas nos programas de transferência de renda"; " Fortalecer os territórios sociais por meio da articulação entre as redes de proteção e promoção social" e " Promover o intercâmbio de iniciativas e experiências exitosas."
>
> O eixo 2 é " Garantir os Direitos Humanos, a assistência humanitária e igualdades

étnica racial e de gênero.", sendo a diretriz 3 " Assegurar os direitos, civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia, orientação sexual, religião, opinião, origem nacional e social, condição econômica, pessoas com discapacidade e de qualquer outra condição.

Dentre os objetivos prioritários, está o de " Combater o tráfico, a violência e a exploração sexual, especialmente das mulheres, crianças e adolescentes; "articular e implementar políticas públicas", "desenvolvidas para adolescentes que tenham cometido delitos, de caráter sócio-educativo, especialmente nas regiões de fronteira"; "articular e implementar políticas públicas dirigidas para a atenção da população de rua"; " Fortalecer o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) e criar canais de diálogo com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos"; "Combater todas as formas de violência, especialmente contra as mulheres; meninos, meninas, adolescentes e adultos maiores"; "Adotar medidas e políticas para a plena implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Discapacidade"; "Coordenar posições em temas de direitos humanos em organismos internacionais"; implementar o Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, aprovado pela GMC/RES nº 36/06, assegurando os Recursos financeiros necessários para tal; Reforçar o compromisso regional do direito a memória, a verdade e a justiça; Promover a acessibilidade e designação universal para facilitar o acesso às pessoas com discapacidade de todos os serviços previstos na comunidade; combater todas as formas de discriminação, violência, prejuízo contra os grupos LGBT, em vias de promover a plena realização de seus direitos nos países do bloco; Desenvolver e compartir instrumento de segmento da violência exercida contra adultos maiores no âmbito do Mercosul, com o objetivo de sensibilizar as sociedades dos países sobre as violações sofridas por este grupo; promover nos foros internacionais a promoção e defesa dos direitos do adulto maior através da criação de uma Convenção Internacional sobre o tema; criar um sistema de indicadores relativos.a situação dos direitos humanos na região, utilizando o marco metodológico desenvolvido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Coordenar a incorporação, nas políticas sociais, de ações preventivas, de proteção e atenção que contribuam a erradicação de todas as formas de violência, nos espaços públicos e privados, especialmente contra as mulheres e as crianças.

A diretriz 4, garantir a livre circulação no Mercosul seja acompanhada de pleno gozo

dos direitos humanos, tendo como objetivo prioritário o de articular e implementar políticas públicas destinadas a promover o respeito dos direitos humanos e a plena integração dos migrantes e a proteção dos refugiados.

A diretriz 5, fortalecer a Assistência Humanitária, tendo como objetivo Prioritário, coordenar esforços para o apoio e a proteção de populações que se encontrem em situações de emergência e desastre humanitário, com especial atenção aos menores e adolescentes.

A diretriz 6 é a de ampliar a participação das mulheres nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas, sendo o objetivo prioritário o de Criação, revisão e implementação dos instrumentos normativos regionais em vista a igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres e entre as mulheres, na ocupação dos postos de decisão.

O eixo 3 é Universalização da Saúde Pública, sendo a diretriz 7, Assegurar o acesso a serviços públicos de saúde integral, em qualidade e humanizados, como direito básico.

Os objetivos prioritários são Desenvolver estratégicas coordenadas para a universalização do acesso aos serviços públicos de saúde integral, em qualidade e humanizados; promover e harmonizar políticas específicas para a saúde indígena; aprofundar políticas de saúde pública para mulheres e para a atenção a primeira infância; articular as políticas e promover acordos regionais que garantam o acesso a saúde pública na fronteira; Promover a revisão de instrumentos normativos que garantam o acesso livre e responsável de homens e mulheres a serviços adequados, orientação científica e educação sobre saúde sexual e reprodutiva; Fortalecer a articulação intersetorial e de trabalho conjunto nas instâncias institucionais do Mercosul nos aspectos vinculados aos determinantes sociais de Saúde (DSS).

A diretriz 8 é a de ampliar a capacidade nacional e regional em matéria de investigação e desenvolvimento no campo da saúde, sendo o objetivo prioritário o de Implementar uma rede de investigação em saúde pública em determinantes sociais de saúde.

A diretriz 9 é o de reduzir a morbilidade e a mortalidade feminina nos Estados Partes, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do ciclo de vida e nos diversos grupos de populações, sem discriminação de qualquer espécie.

O objetivo prioritário é promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, e com deficiência, incluída a atenção em abortos inseguros, de forma a reduzir a morbilidade materna.

O eixo IV é Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo, sendo a diretriz 10 Acordar e executar políticas educativas coordenadas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e respeito a democracia, aos direitos humanos e ao meio-ambiente.

São objetivos prioritários, o de Fomentar ações de formação docente/ multiplicadores para a integração regional; implementar programas complementares de formação docente em espanhol e português como segunda língua; articular ações com outros setores dentro dos âmbitos de competência, para promover o direito a educação sexual e reprodutiva nas escolas de acordo com as normas vigentes em cada país e acordos internacionais vigentes; Fortalecer a integração regional entre os países do Mercosul a partir de estratégias e ações concretas nas regiões de fronteiras com as instituições educativas e Fortalecer a organização institucional para a gestão democrática da escola pública, grantindo a participação de todos os atores envolvidos na vida escolar.

A Diretriz 11 é o de Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo.

São objetivos prioritários impulsionar o reconhecimento de títulos docentes na Região; desenvolver um modelo educativo polifuncional e inclusivo de educação rural formal e não formal, baseado em: i) formação de docentes de acordo a propostas educativas de educação rural; ii) Coordenação interinstitucional entre os atores governamentais com participação das organizações da agricultura familiar nos espaços de definição e implementação de políticas de educação rural; desenvolver programas coordenados de educação profissional e tecnológica de qualidade; promover e harmonizar políticas de educação específicas para os povos originários e a construção de currículos adequados a suas necessidades, respeitando sua diversidade cultural; articular programas sociais para erradicar o analfabetismo feminino, em especial entre afrodescendentes, indígenas, mulheres portadoras de deficiência e mulheres com mais de 50 anos; garantir a igualdade de oportunidades de acesso, permanência e conclusão com qualidade, em tempo oportuno, aos menores e jovens nos sistemas educacionais; fortalecer a formação de professores na Educação Superior e harmonizar e coordenar iniciativas de educação a distância como meio de inclusão social e democratização.

A diretriz 12 é a de promover a cooperação solidária e o intercâmbio para o melhoramento dos sistemas educacionais.

São objetivos prioritários o de identificar e propor áreas para integrar as políticas educacionais dos países membros; propiciar espaços para o intercâmbio de

experiências relativas ao acompanhamento e formação de docentes recém-ingressados no sistema educativo; Promover ações de articulação dos estados – províncias – departamentos-regiões com os municípios que possuem escolas participantes do programa Escolas de Fronteiras; Fortalecer e aprofundar o Sistema de Creditação de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Diplomas Universitários o ARCU-SUR.

A diretriz 13 é impulsionar e fortalecer os programas de intercâmbio de estudantes, praticantes, investigadores, gestores, diretores e profissionais.

São objetivos prioritários o de fortalecer os programas de cooperação existentes que fomentem o intercâmbio acadêmico, de profissionais, especialistas, gestores, docentes e estudantes, de forma a contribuir com a melhoria e integração da Região e facilitar as condições de mobilidade educacional da Região.

O eixo 5 é Valorizar e Promover a Diversidade Cultural, sendo a Diretriz 14 a de Promover a consciência da identidade cultural regional, valorizando e difundindo a diversidade cultural dos países do Mercosul e das culturas regionais.

São objetivos prioritários, os de difundir atitudes igualitárias e valores éticos irrestritos em respeito a diversidade e a valorização da paz; articular ações com vista ao fortalecimento das iniciativas desenvolvidas pela Reunião de Ministros da Educação do Mercosul na área da diversidade cultural; alentar a produção cultural dos grupos culturais mais diversos, originários, populares e contemporâneos; fomentar o potencial cultural das zonas de fronteira como um espaço para o diálogo intercultural na formação de políticas conjuntas.

A diretriz 15 é a de Ampliar o acesso a bens e serviços culturais na região e fomentar suas indústrias culturais, favorecendo o processo de inclusão social e a geração de emprego e de ingressos.

São objetivos prioritários o de aumentar o nível de produção das pequenas e médias empresas no setor cultural, ampliando a empregabilidade; ampliar a canasta de exportações das grandes empresas no setor cultural e incrementar o intercâmbio de experiências, com o objetivo de reduzir os custos de produção; desenvolver atividades para a qualificação para o setor cultural independente; ampliar as ações associadas com a economia da cultura em todos os segmentos do patrimônio, o artesanato e a moda; ampliar as ações para a promoção das regiões de consumo cultural em desvantagem sócio-econômica; aumentar a participação nas atividades culturais no currículo escolar na educação primária e básica; desenvolver projetos de caráter

itinerante, a promoção do acesso às atividades e espaços culturais e meios de forma independente formalmente constituída; aumentar a difusão de produtos culturais subvencionados pelo Estado nas ações impulsionadas por meios tecnológicos, para os segmentos como a música e a dança.

O Eixo 6, Garantir a Inclusão Produtiva, sendo a Diretriz 16 a de Fomentar a integração da produção, em particular nas regiões fronteiriças, com a finalidade de beneficiar as áreas menos desenvolvidas e os segmentos vulneráveis da população.

São objetivos prioritários, estimular o acesso de setores vulneráveis da população às atividades produtivas global e integrado nas zonas fronteiriças.

A Diretriz 17 é a de Promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, cooperativas, granjas familiares e a economia solidária, a integração de redes e de produção, fomentando a complementariedade produtiva no contexto da economia regional.

São objetivos prioritários o de Facilitar o acesso ao crédito, a tecnologia e a tributação simplificada destas empresas; promover o desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar e fomentar sua organização produtiva e a inserção comercial; facilitar o processo de integração produtiva das micro, pequenas e médias empresas através da inserção na cadeia; estimular o investimento em infra-estrutura nas regiões fronteiriças, promover o consumo de produtos e serviços da economia de solidariedade; promoção dos direitos das mulheres no acesso a terra, reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável; promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, por meio de assistência técnica, do fomento da capacidade empresarial, o associativismo e o cooperativismo, mediante a integração das redes de mulheres a processos econômicos, produtivos e de mercados locais e regionais.

A Diretriz 18 é a de incorporar a perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas trabalhistas, sendo que os objetivos prioritários são garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres, tendo em conta o princípio de salários iguais para funções iguais; garantir às trabalhadoras domésticas o exercício de todos os direitos trabalhistas concedidos aos trabalhadores em geral, especialmente nas regiões fronteiriças; adotar medidas para avançar na valorização social e o reconhecimento do valor econômico do trabalho remunerado realizado pelas mulheres no âmbito doméstico e do cuidado familiar, e contribuir para superação da atual divisão sexual do trabalho.

O eixo 7 é Assegurar o Acesso ao Trabalho Decente e aos Direitos de Previsão Social,

sendo a Diretriz 19 a de Promover a geração de emprego produtivo e trabalho decente na formulação de programas de integração produtiva no Mercosul.

São objetivos prioritários, o de Avançar na implementação de Estratégias do Mercosul para o Crescimento do Emprego – EMCE -, criada pela Decisão CMC nº 04/06, mediante a elaboração de Planos Nacionais de Emprego e Trabalho Decente (PNETD) e Diretrizes Regionais para o Crescimento do Emprego; Promover Investimentos públicos e privados para a criação de unidades produtivas em setores estratégicos e intensivos em mão de obra, prioritariamente na região fronteiriça, especialmente para jovens e outros grupos em situação social desfavorecida; fortalecer os serviços de qualificação profissional com o objetivo de promover as capacidades dos trabalhadores, a inclusão digital, a melhoria remuneratória, a produtividade e sustentabilidade das empresas; prosseguir com a implementação do plano regional de inspeção de trabalho e formação conjunta de inspetores e fiscais e adotar medidas para promover as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos Tratados Internacionais sobre a matéria.

Na Diretriz 20 consta Fortalecer o Diálogo Social e a Negociação Coletiva, sendo que dentre os objetivos prioritários consta o de Prosseguir com a Revisão e Aperfeiçoamento da Declaração Sócio-Loboral do Mercosul; dotar a Comissão Sócio-Laboral de mecanismos ágeis para assegurar a aplicação dos direitos e compromissos inscritos na Declaração Sócio-Laboral e Fortalecer o Observatório do Mercado de Trabalho (OMTM).

A Diretriz 21 é a de Consolidar o sistema multilateral de previsão social, tendo como objetivos prioritários o de promover as medidas para a total implementação do Acordo Multilateral de Previsão Social do Mercosul; Promover medidas para a regularização dos trabalhadores informais, especialmente nas zonas de fronteira; estabelecer um programa regional de educação previsional; e modernizar os serviços de atenção aos assegurados de previsão social dos Estados Partes e compartir tecnologias.

O eixo 8, Promover a Sustentabilidade Ambiental, sendo a Diretriz 22 a de Consolidar a temática ambiental como eixo transversal das políticas públicas.

Dentre os objetivos prioritários está o de criar instrumentos regulatórios e econômicos adequados que facilitem a complementariedade entre as políticas produtivas e ambientais e entre as políticas sociais e ambientais; promover políticas públicas para a agricultura familiar apontando a sua sustentabilidade sócio-ambiental e adaptação às mudanças climáticas; e fortalecer as instâncias ambientais nos níveis regional, nacional

e local, nas conclusões do Acordo Marco sobre Meio-Ambiente do Mercosul.

A Diretriz 23 contempla Promover mudanças em direção a padrões mais sustentáveis de produção e consumo, sendo objetivos prioritários, elaborar e implementar estratégias nacionais e regionais de produção e consumo sustentável e facilitar o acesso da sociedade a informação sobre o tema; promover programas de conscientização sobre práticas de produção e consumo sustentável nos setores governamentais, produtivo e na sociedade civil; e fomentar a inovação no desenho e desenvolvimento de produtos e serviços que gerem o menor impacto ambiental e promovam o desenvolvimento sustentável, com equidade social.

O Eixo 9 é o de Assegurar o Diálogo Social, sendo a Diretriz 24 a de Promover o diálogo entre as organizações sociais e organismos responsáveis para a formulação e gestão de políticas sociais, sendo objetivos prioritários o de promover o diálogo com a sociedade sobre a implementação do PEAS entre outros da Unidade de Participação Social (UPS); e Garantir e fortalecer outros espaços institucionais de discussão e implementação de políticas públicas.

O Eixo 10 é o de Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais.

A Diretriz 25 é a de Garantir que os Projetos prioritários disponham de mecanismos regionais e nacionais de financiamento adequado, tendo como Objetivos Prioritários o de Criar e fortalecer fundos específicos para políticas e projetos sociais regionais; promover mecanismos regionais inovadores de financiamento do desenvolvimento regional e coordenar os pressupostos e aportes nacionais para o financiamento conjunto de políticas e projetos sociais regionais.

A Diretriz 26 é a de Fortalecer o Instituto Social do Mercosul (ISM) como organismo de apoio técnico para a execução do PEAS, sendo Objetivo Prioritário o de Dotar o ISM de instrumentos adequados para a implementação, monitoramento e evolução dos projetos sociais; promover e consolidar acordos e convenios de cooperação com instituições de investigação dos Estados Partes; Viabilizar associações para a implementação dos projetos sociais previstos.”

QUADRO 10 - PREMISSAS PARA UMA ESTRATÉGIA COMUM DA UNASUL SOBRE RECURSOS NATURAIS

Formulou-se um documento que defende que a Unasul deva estabelecer algumas premissas para o estabelecimento de uma estratégia comum junto aos Estados-Membros:

> PRIMEIRO: Existem condições reais de obter enormes benefícios para as nações sul-americanas através de uma política comum baseada no cumprimento do princípio já estabelecido pelas Nações Unidas em 1962 (Resolução nº 1803) sobre a propriedade soberana e permanente dos Estados sobre seus recursos naturais;
>
> SEGUNDA: Possibilidade certa de encontrar pontos comuns entre os países membros da Unasul, independentemente de regimes e políticas nacionais, para desenvolver uma estratégia e pensar um plano comum para o melhor aproveitamento de tais recursos. Isto implica um conjunto de meios e ações que permitam minimizar o impacto ambiental e social das atividades extrativas, de transformação e transporte assim como garantir o melhor proveito econômico e social, para superar a pobreza e a miséria, garantir a estabilidade política e manter a paz existente em nossa região;
>
> TERCEIRA: Abordar o tema de políticas e planos dirigidos, não somente a fase extrativa, mas também a de industrialização das matérias primas extraídas. Uma estratégia de transformação das matérias primas mediante a criação de empresas regionais, además da virtude de agregar valor e superar o tão criticado " extrativismo", representa a criação de centenas de milhas de fontes

de trabalho estável e de qualidade, meio eficaz para combater a pobreza. Se trata, pois, não somente de benefícios econômicos, mas de avançar conjuntamente o desenvolvimento social de toda a região;

QUARTA: A extração e transformação do recurso natural implica necessariamente, desenvolvimento tecnológico como meio eficaz, tanto para minimizar os impactos próprios de toda intervenção na natureza, como para elevar a produtividade nas distintas atividades relacionadas com os recursos naturais. Isto implica o desenho e aplicação de uma política e um plano específico adequado as condições particulares da nossa região, coordenando os avanços alcançados pelos distintos centros de estudo e investigação tecnológica já existente na mesma, assim como também de outras regiões, criando centros comuns que dêem resposta aos grandes desafios atuais do mundo contemporâneo;

QUINTA: Tomando como fundamento esta estratégia, se requer desenhar uma política setorial relativa ao sensível assunto do financiamento (Nova Arquitetura Financeira) para responder às demandas que se derivam dos projetos extrativos, industriais e tecnológicos. Uma breve observação às dificuldades que, por exemplo, encara o Conselho de Economia e Finanças, radica no fato de que a elaboração de políticas públicas e de iniciativas que se debatem ali, se encontram com a ausência de um plano estratégico da Unasul, que vincule políticas e iniciativas com as realidades que sirvam de suporte a um plano geral e a um plano de ação, indispensáveis para aclarar o rumo e obter os êxitos necessários e possíveis.

SEXTA: Formação dos recursos humanos necessários para o êxito deste projeto, mais ainda tratando-se da envergadura do que aqui se propõe, que implica um esforço conjunto de grandes proporções. Isto constitui um dos passos mais importantes para plasmar dois dos princípios mais significativos do Tratado Constitutivo da Unasul, o da identidade e da cidadania. Basta imaginar por um momento, a formação de milhares de jovens em distintas especialidades, em centros criados para tal finalidade, onde se concorra em igualdade de condições, independentemente do lugar de onde nasceram.

Imaginemos, ademais, que estes jovens pudessem viajar, também em igualdade de condições, em qualquer lugar desta grande região. A produção e o trabalho, estão chamados a converter-se em poderosos fatores objetivos e subjetivos para fazer realidade a integração e a união.

SETIMA: A elaboração de um mapa regional onde fiquem georeferenciados os recursos energéticos, minerais fósseis e não fósseis, reservas de água doce, bosques, biodiversidade, e ecossistemas potenciais agrícolas, reservas florestais e os recursos existentes nas áreas marítimas exclusivas. Este mapa dinâmico, com capacidade de atualização permanente, servirá como base para nossos planificadores que disponham assim de uma visão global e verdadeiramente integradora. Este mapa, obviamente, deverá conter informação sobre as populações locais. Poderá, então, mirar-se objetivamente a chamada integração física, mediante a interrelação entre as distintas fontes de recursos, e sua positiva combinação entre regiões, dentro de uma concepção de complementação econônica que cobrará muito maior força na medida em que se acometa o impulso da industrialização e transporte conjuntos. Brotará, por assim dizer, uma visão objetiva do plano para construção de vias férreas, estradas, linhas de gás e petróleo, de eletricidade, de portos, de aeroportos e tudo que seja necessário para uma integração física.

OITAVA:- Estudar e analisar as potencialidades do mercado interno regional baseado em quatro princípios elementares: complementação econômica, cooperação, solidariedade e estrito respeito à soberania dos Estados-Membros. Não existe dúvida que os resultados alcançaram enormes possibilidades para uma rápida e crescente expansão do intercâmbio interno que, quase de maneira espontânea, vem ocorrendo. Tem-se aqui um dos meios mais eficazes para superar boa parte das assimetrias que tanto preocupam estudiosos e analistas de nossas realidades. As possibilidades que abre o comércio compensado são, entre muitas outras, um meio para avançar em tal direção.

CONCLUSÕES

Para o Secretário-Geral, o documento aponta algumas conclusões que são importantes para o futuro da integração regional:

1) O êxito da Unasul passa por um desenho e aplicação de uma estratégia e um plano que tenha como base de sustentação sua principal fortaleza;
2) A principal fortaleza da região que compreende a Unasul, radica na vastidão e variedade de seus recursos naturais assim como de seu potencial humano;
3) O ótimo e racional aproveitamento de tais recursos é o meio mais eficaz para superar os altos níveis de pobreza e para criar as bases para superar desigualdades e assimetrias;
4) Uma estratégia para o desenvolvimento integral da região e sua concretização em um plano de médio e longo prazo, passa pelo desenvolvimento de uma política regional de industrialização das matérias primas, de desenvolvimento tecnológico, de financiamento com seus respectivos instrumentos, assim como pela elaboração de um inventário dos recursos existentes, de um mapa com a localização das reservas estimadas e provadas, das atividades extrativas e de transformação. A todo o qual se somam os meios de transporte e de comunicação;
5) Resulta indispensável um estudo sobre as potencialidades do mercado interno sul-americano e do aproveitamento de possibilidades existentes em outros mercados, começando pelos países do sul, que sirvam para expandir a cooperação e as relações econômicas, sociais e culturais, em igualdade de condições. A crescente importância e dinamismo das economias do sul estão impactando profundamente a economia mundial.

PROPOSIÇÕES

O documento apresenta algumas proposições que necessitam ser debatidas e aprofundadas pelas instâncias e organismos da Unasul:

1- Criar uma Comissão de Alto Nível que responda diretamente ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo para abordar o estratégico assunto dos recursos naturais.Esta Comissão estará em coordenação com Comissões similares a serem formadas em cada um dos Estados membros da Unasul;

2- Criar Comissões adstritas à anterior, para cada um dos seguintes assuntos:

A. O levantamento da informação relativa às reservas estimadas e provadas de recursos naturais existentes na região da Unasul;
B. Um estudo comparado sobre as políticas, legislações e esquemas contratuais com a outorga de direitos de exploração de recursos naturais no países da União, assim como os pontos de coincidência que sirvam como um primeiro passo para a definição de políticas e planos conjuntos;
C. Um estudo sobre déficits e excedentes correspondentes a cada um de nossos países, assim como as possibilidades de desenvolver políticas e planos de complementação no intercâmbio e a aplicação de mecanismos de comércio compensado;
D. Um estudo orientado a criação de um Serviço Geológico da Unasul;
E. Convocar um evento para o estudo e análise conjunta de uma estratégia de desenvolvimento regional da Unasul, com a participação de convidados especiais de países onde se desenvolvem processos similares ao desta região. Este evento se propõe para o final do primeiro trimestre de 2013, para o qual se deverá elaborar a agenda correspondente, assim como a estrutura temática interna.

A apresentação desta visão e apresentação de propostas se constituem em instrumento necessário para imprimir maior dinâmica à Unasul como um todo, e que permitirá articular os demais Conselhos existentes, facilitando sua interrelação através de um eixo e de um plano central.

As propostas são o resultado da análise da situação geral em nossa região, das experiências de integração sub-regional antes intentadas e do nosso processo vivido na Unasul até o momento. É da convicção da Secretaria-Geral que a adoção destas propostas, representarão uma revitalização do processo de integração, não somente sul-americano, mas em todo o continente, para realizar, desta forma, no curto prazo, o sonho anterior dos nossos povos ao longo da história, inclusive nos períodos de guerras e doenças, de almejar uma independência completa e que possibilite melhores condições de vida aos povos.

QUADRO 11 – CONSELHOS DA UNASUL

CONSELHO ENERGÉTICO SUL-AMERICANO

A integração energética sempre foi um tema relevante dentro da agenda da Unasul, até porque foi o ponto central do encontro de Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da aprovação da Declaração assinada pelos doze Chefes de Estado e de Governo da Região em 17 de abril de 2007, sendo parte integrante da Unasul e com a proposta de constituir-se numa importante estratégia de estudos e políticas para o aproveitamento dos recursos naturais e potencialidades da região.

Foi destacado naquela Declaração que:

" *La integración energética de la Comunidad Suramericana de Naciones debe ser utilizada como uma herramienta importante para promover el desarrollo social, econômico y la erradicación de la pobreza". En este sentido, foi registrado o compromisso " com la universalización del acceso a la energia como um derecho ciudadano."*

A integração energética se constitui num objetivo estratégico para a integração sul-americana. Entre 2008 e 2010, o Conselho Energético que tem a participação dos Ministros de Energia, Petróleo e setores correlatos dos doze Estados Membros, definiu um conjunto de princípios para orientar a futura integração energética, as quais resultaram na aprovação, em 2010, dos pilares da Estratégia Energética Sul-Americana e do Plano de Ação para a Integração Energética Regional. Assim mesmo, se deliberou a Estrutura do Tratado Energético Sul-Americano.

Na III Reunião do Conselho, realizada em Caracas, em 18 de maio de 2012, se acordou em implementar ações necessárias para efetivar o Tratado Energético da Unasul e o desenvolvimento do Plano de Ação no marco do que havia sido aprovado em Los Cardales, com o fim de construir um espaço de integração energética que garanta a cobertura e a segurança energética da região, para o curto, médio e longo prazo, e que assegure a

mobilidade da energia em suas distintas formas através da região, em articulação com os acordos vigentes e o marco normativo de cada país.

Foi destacado que a região concentra a maior quantidade de recursos naturais, com grandes reservas petrolíferas. Inclusive as recentes descobertas do pré-sal, grandes reservas de gás natural, além do grande potencial hidroelétrico, reservas de carbono e bioenergia e outras riquezas que implicam nestes países usarem o seu direito soberano de proteção destes recursos em benefício dos cidadãos destes países. Sem deixar de registrar que apesar desta riqueza, existe um grande número de cidadãos que sequer tem acesso à energia, enquanto elemento essencial para o bem-estar e o desenvolvimento econômico e social.

Foi destacada a importância de se avançar em políticas e estratégias conjuntas que permitam alcançar uma integração baseada nos princípios da solidariedade, complementariedade, pluralidade, participação voluntária, soberania, reciprocidade, benefício mútuo e o direito das nações ao uso e administração dos recursos naturais. Para fins de atingir este objetivo, a Unasul constituiu um Grupo *Ad Hoc* em matéria jurídico-política para elaborar propostas que pudessem dar um conteúdo normativo concreto à Estrutura do Tratado Energético Sul-Americano da Unasur.

O Grupo Especializado teria a missão de trabalhar de forma coordenada com o Grupo de Especialistas em Energía, com o apoio executivo da Secretaria Geral da Unasul e se reportarão conjuntamente ao Conselho Energético Sul-Americano. Estes especialistas que estarão integrando este Grupo serão designados pelos Governos dos países membros e apresentariam seus resultados em reuniões seguintes do Conselho Energético.

Além disto, os Ministros se comprometeram a revisar no menor tempo possível a proposta de Regulamento do GEE apresentada na XII Reunião do Grupo de Especialistas em Energia, realizada em 13 a 16 de março de 2012, e se ratificou a instrução a este Grupo de continuar trabalhando com a assessoria de OLADE no desenvolvimento das atividades para a integração energética regional. Desta forma, foi intensificado o cumprimento do primeiro documento " Diagnóstico e Balanço Energético de Longo Prazo" além de completar o balanço energético a partir de 2010.

Foi, também, solicitado ao GEE prosseguir os trabalhos sobre os quinze pontos dos Objetivos da Estratégia Energética Sul-Americana, a Empresa Grannacional e o Diálogo OPEP-Unasul e se solicitou avaliar a viabilidade de criação de um Instituto de Investigação da Unasul, com a finalidade de promover a participação dos melhores alentos em matéria energética da região, promoção do intercâmbio de estudantes e facilitar a preparação e o desenvolvimento tecnológico próprio.

Este mesmo Grupo deverá articular um Grupo de Trabalho de Planificação Energética que terá como tarefa prioritária a identificação de projetos estruturantes energéticos, inclusive no marco da empresa Grannacional, em conformidade com o decidido no Conselho Energético, para dar suporte ao crescimento econômico conjunto e apresentação de propostas para o desenvolvimento dos mesmos na seguinte reunião do Conselho Energético Sul-Americano.

Dentre os vários eventos para o intercâmbio de conhecimentos, seja na área operacional, comercial, regulatória, jurídica e de tecnologia, destacam-se:

* o Primeiro Encontro de Empresas Nacionais de Petróleo e Gás, programada para se realizar antes da Cúpula de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da Unasul na cidade de Caracas, Venezuela;

* O Primeiro Encontro de Empresas Nacionais de Eletricidade, a realizar-se em Bogotá, Colômbia;

* O primeiro Encontro de Tecnologia Energética, a realizar-se no Rio de Janeiro.

O Tratado Energético Sul-Americano possibilitará aprofundar os processos de cooperação e integração energética; aprofundar atividades de exploração e pesquisa científica para o estudo das fontes alternativas de energia, inclusive para ajuda aos países com emergência energética; o debate e aprovação de marcos legais e técnicos dentro de uma abrangência regional possibilitando intercâmbios nesta área, além da possibilidade de investimentos públicos e privados e a criação de um mecanismo de solução de controvérsia.

Cabe registrar a contribuição da Organização Latinoamericana de Energia (OLADE) mediante sua assessoria ao Grupo de Trabalho sobre o balanço energético na região, sendo que no dia 07 de junho de 2012, Olade e Unasul lançaram a publicação conjunta denominada: " UNASUL: Um espaço que consolida a integração energética."

O potencial de fontes de energia da região possibilita que se discuta a sua utilização sustentável, o controle dos recursos naturais, o inventário das fontes e a possibilidade, no futuro, de marcos regulatórios e preços conjuntos para sua utilização.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE SAÚDE

Levando-se em consideração a complexidade do tema e o déficit da assistência à saúde pública e de qualidade na região, a Unasul tem se proposto a ser um espaço de integração com forte vocação para uma análise desenvolvimentista e de mudança de paradigmas, de forma a possibilitaro maior intercâmbio e articulação de idéias, o que explica a criação de um Conselho na área de Saúde.

Este Conselho foi criado na Unasul, no dia 16 de dezembro de 2008, em Salvador, Brasil, com o objetivo de se constituir num espaço de integração em matéria de saúde, incorporando os esforços e atividades de outros mecanismos da integração regional, promovendo políticas públicas e ações coordenadas entre os países-membros.

No âmbito do Conselho Sul-Americano de Saúde (CSS), a aprovação do Plano Qüinqüenal para o período 2010-2015, continha objetivos estratégicos, resultados esperados e atividades planejadas em cinco eixos de trabalho; realização da Mesa de Colaboradores para a busca de financiamento do Plano; implementação, no âmbito do eixo de gestão de recursos humanos, de propostas de criação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, a ser sediado no Rio de Janeiro, e do Programa de Bolsas Unasul-Saúde, ambos com financiamento pelo governo do Brasil, sendo que um dos exemplos mais significativos dos avanços obtidos no período foi a criação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), ao ser criado em julho de 2011, no Rio de Janeiro, Brasil, com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz.

Durante este período, diversos temas foram debatidos como a coordenação em controle da Pandemia AH1V1, em programa de bolsas, redes governamentais e formação de recursos humanos na área da saúde.

A criação do Conselho permite que se tome posições comuns sobre diversos temas relacionados à saúde, tanto na esfera regional como em foros internacionais, propiciando posições conjuntas e que delimitem consensos.

O Conselho soube captar instituições de fomentos para possibilitar suporte financeiro e técnico a algumas estratégias de atuação, destacando-se a CAF – Banco de Desenvolvimento de América Latina e Organização Panamericana da Sáude – OPS, respectivamente. Na parte financeira, o Conselho tem buscado novos parceiros para apoiar as atividades que estão sendo debatidas e previstas no Plano Quinquenal.

A estrutura deste Conselho é a seguinte:

* Reunião de Ministros da Saúde (RMS);

* Comitê Coordenador de Saúde (CCS);

* Secretaria Técnica *Pro Tempore* (STPT)

* Grupos Técnicos: 1- Desenvolvimento de Sistema de Saúde Univesal; 2- Acesso Universal aos Medicamentos; 3- Desenvolvimento de Recursos Humanos; 4- Promoção de Saúde e Determinantes Sociais da Saúde; 5- Rede Sul-Americana de Vigilância e Resposta em Saúde.

* Redes de Trabalho, Redes Estruturantes e Institutos: 1- Rede de Oficinas de Relações Internacionais e Cooperação em Saúde (REDSSUR-ORIS); 2- Rede de

Institutos Nacionais de Saúde (RINS); 3- Rede de Escolas de Saúde Pública e Escolas de Governo em Saúde (RESP/REGS); 4- Rede de Escolas Técnicas de Saúde (RETS); 5- Rede de Institutos Nacionais de Câncer (RINC); 6- Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS).

O trabalho levado pelos Grupos Técnicos e as Redes de Trabalho se pauta no Plano Qüinqüenal de Saúde da Unasul (2010-2015) e os Planos Operativos Anuais correspondente ao ano de 2011, aprovados na Reunião de Ministros em Montevidéu.

Durante a Presidência *Pro Témpore* deste Conselho por parte do Uruguai (2010-2011), merece ser destacada a atuação do CSS em diversos foros continentais e globais, em que foram levadas posições consensuais.

Dentre as posições consensuais que foram tomadas, destaca-se:

* Na 64ª Assembléia Mundial da Saúde, o bloco defendeu uma posição comum no tocante a Medicamentos e Produtos Médicos Falsificados; Enfermidades Crônicas Não Transmissíveis (ECNT); o Regulamento Sanitário Internacional; Mortalidade Neonatal e o Financiamento da Organização Mundial de Saúde para o futuro;

* Na Conferência Global de Ministros sobre Estados de Vida Sã e Controle de Enfermidades, foi levada uma ação coordenada da Unasul, discutindo resoluções adotadas no CSS reativas a ECNT;

* A Declaração Final da Conferência de Alto Nível de Enfermidades Não Transmissíveis das Nações Unidas incluiu várias propostas trazidas pela Unasul, dentre elas, o reconhecimento destas enfermidades como um problema a ser enfrentado nos próximos cinqüenta anos, especial atenção aos índices nos países e acompanhar os problemas e conseqüências destas enfermidades;

* A solicitação da Unasul para inscrever-se como bloco regional junto à OPS/OMS, o que acaba sendo um claro exemplo de participação conjunta e ação coletiva;

* Houve, também, um trabalho como bloco na preparação da Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde, que ocorreu de 19 a 21 de outubro de 2011 no Rio de Janeiro.

Na reunião do Conselho ocorrida em 07 de dezembro de 2011, foram aprovadas quatro Resoluções com objetivo de:

* Fortalecer os sistema nacionais de saúde e desenvolver sistemas universais de saúde, com o objetivo de reforçar as políticas públicas destinadas a aprofundar o acesso equitativo e universal a todos os serviços de saúde. Foi registrado que os governos da região tem conseguido avanços significativos em equidade, acesso, cobertura e

qualidade na atenção à saúde;

* Criação de uma Comissão *ad-hoc* de " Cooperação Unasul/União Européia na Área de Saúde ", com o objetivo de elaborar uma proposta detalhada de cooperação a ser apresentada na VII Cúpula Interregional União Européia-América Latina e Caribe (EU-ALC);

*Estabelecer uma Comissão *ad-hoc* " Saúde e Ambiente em Desenvolvimento Sustentável" para conseguir uma posição comum da Unasul, tendo em vista a Cúpula Rio +20 para assegurar um permanente compromisso politico com o desenvolvimento sustentável e a atenção primária de saúde, o controle de enfermidades transmissíveis, a proteção de grupos vulneráveis e a educação dos riscos de saúde relacionados com a contaminação e os perigos ambientais;

* Ratificar a Carta do Rio 2011, estabelecida no I Foro Sul-Americano de Cooperação em Saúde, que teve lugar no Rio de Janeiro em novembro de 2011.

Nesta mesma reunião, foram tratadas algumas propostas objetivando o estabelecimento de uma rede de donativos e transplantes de órgãos, tecidos e células da Unasul, a erradicação do sarampo e a elaboração de um plano de ação regional relativo à raiva transmitida por morcegos, além de outros temas.

A VI Reunião do Conselho ocorreu em 20 de abril de 2012 em Assunção, durante a Presidência *Pro Tempore* do Paraguai. O principal ganho desta reunião foi a consolidação do processo de institucionalização do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), através da assinatura do Acordo que estabeleceu o compromisso para a sede do Instituto, através da presença do Ministro de Estado da Saúde, representando o Governo do Brasil, e a Secretaria Geral Maria Emma Mejía, representando a Unasul. O outro ponto de destaque foi a aprovação do orçamento para 2013 e o Plano de Ação Trienal do ISAGS.

Foi aprovada a Resolução nº 2/2012, pela qual se reafirma a importância da abordagem regional estratégica da investigação, desenvolvimento e produção de ingredientes farmacêuticos ativos e medicamentos de qualidade que atendam as necessidades dos países da Unasul. O objetivo é o de trabalhar iniciativas conjuntas que tendem a estimular as capacidades produtivas dos países da Unasul, a fim de obter soberania produtiva para conseguir acesso universal e oportuno a medicamentos e vacinas, conforme o disposto na Resolução nº 02/2012.

Outras Resoluções adotadas foram a da aprovação do Plano Operativo Anual 2012 do Grupo Técnico de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (Resolução nº 1/2012); o pronunciamento em relação a prevenção e luta contra medicamentos falsificados, de

qualidade duvidosa e propaganda enganosa (Resolução nº 3/2012), e se recomendou o estabelecimento de uma rede de gestão de riscos e prevenção de desastres no âmbito da Unasul (Resolução nº 04/2012).

Os objetivos gerais desse Conselho foram definidos no art. 5º, a saber,

> " Consolidar a América do Sul como um espaço de integração em Saúde que contribua para o Saúde para todos e para o desenvolvimento, incorporando e integrando os esforços e realizações sub-regionais do Mercosul, Oras Conhu e Otcá."

Os objetivos específicos desse Conselho foram definidos no art. 6º , nos seguintes termos:

> a) Fortalecimento da unidade promovendo políticas comuns, atividades coordenadas e cooperação entre os países do Unasul Saúde; b) Fortalecimento dos Ministérios da Saúde; c) Identificar determinantes sociais críticos para a Saúde e propiciar políticas e ações inter-setoriais, tais como: segurança alimentar, ambiente saudável, mudança climática e outros; d) Fortalecimento das instituições de Saúde dos Estados Membros, tais como: instituições provedoras de serviços de Saúde, instituições reguladoras, institutos e escolas de Saúde Pública, instituições de formação e capacitação; e) Promover a criação e o desenvolvimento de redes de trabalho por áreas temáticas de instituições afins; f) Promover a resposta coordenada e solidária perante situações de emergência e catástrofes; g) Promover a investigação e o desenvolvimento de inovações em Saúde; h) Promover a criação de sistemas de informação e comunicação integrais; i) Avançar no processo de harmonização e homologação de normas; j) Privilegiar as ações da Unasul Saúde no âmbito das fronteiras; k) Priorizar as ações da Unasul Saúde em populações vulneráveis e excluídas, bem como em áreas geográficas de alto risco (Chaco sul-americano, Altiplano, Amazônia, Escudo Guianense, entre outras).

CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), iniciativa da então Presidente Michele Bachelet, do Chile, foi criado na Cúpula Extraordinária da Unasul realizada na Cidade de Salvador, Bahia, Brasil, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008, para ser uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, em harmonia com as disposições do Tratado Constitutivo da Unasul e conforme os princípios de respeito irrestrito a soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, a não intervenção em assuntos internos e respeito à autodeterminação dos povos.

No espaço de três anos (2008-2011), o Conselho decidiu sobre medidas que objetivavam estabelecer uma relação de confiança entre os países sul-americanos e o enfrentamento sobre a questão da Segurança, além da criação de uma metodologia comum para medição de gastos militares, que se efetivou através do Registro Sul-Americano de

Gastos em Defesa, que expressa um exercício de transparência de informações nesta área sem precedentes no continente e no mundo.

Na perspectiva de se consolidar como um instrumento de fortalecimento da estabilidade, paz e cooperação na América do Sul, em duas reuniões realizadas em setembro e novembro de 2009, no Equador, o Conselho adotou um conjunto de medidas nas áreas de intercâmbio de informação e transparência (sistema de defesa e gastos de defesa), atividades militares intra e extraregionais, medidas no âmbito da segurança, garantia, cumprimento e verificação.

Uma das mais significativas conquistas do Conselho, enquanto instância ativa da Unasul, foi a aprovação, na Reunião Extraordinária de Ministros de Defesa realizada em Guayaquil em 06 e 07 de maio de 2010, no âmbito da aplicação das diretrizes aprovadas, as " Medidas de Fomento da Confiança Mútua e Segurança", em cumprimento ao Mandato Presidencial estabelecido na Decisão de Bariloche de agosto de 2009, sendo também aprovados pelos Ministros de Relações Exteriores, em reunião realizada em Georgetown, na Guiana, ocorrida em novembro de 2010.

Os objetivos gerais desse Conselho de Defesa foram definidos no art. 4º, nos termos seguintes:

a) Consolidar a região como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral dos povos sul-americanos, como uma contribuição à paz mundial;

b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que tome em conta as características subregionais e nacionais e contribua ao fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe.

c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa.

Os objetivos específicos desse Conselho foram definidos no art. 5º , nos seguintes termos:

> a) Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa; b) Promover o intercâmbio de informação e análise sobre sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar os fatores de risco e ameaça que possam afetar a paz regional e mundial; c) Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, no marco do artigo 14 do Tratado Constitutivo da Unasul; d) Avançar a construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e do Caribe; e) Fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e difundir as lições apreendidas; f) Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa; g) Estimular o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as Forças Armadas e promover a cooperação

> acadêmica entre os centros de estudo de defesa; h) Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias, como a desminagem, a prevenção e mitigação de desastres naturais e a assistência às suas vítimas; i) Compartilhar experiências em operações de manutenção de paz das Nações Unidas; j) Intercambiar experiências sobre os processos de modernização dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas e k) Promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa.

Com base nestes princípios, em 2011, o Conselho obteve avanços importantes como aprovação do Informe Final do Grupo de Trabalho encarregado de elaborar a Metodologia Comum de Medição de Gastos de Defesa, com vistas a estabelecer o Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, onde foi dado pleno conhecimento na Jornada sobe Pensamento Estratégico da América do Sul, que se realizou em Quito, em 10 e 11 de maio de 2012.

Neste contexto, uma das mais efetivas iniciativas do Conselho Sul-Americano de Defesa foi a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS), no dia 10 de março de 2009, com o objetivo de gerar um pensamento estratégico a nível regional, que promovesse a coordenação e harmonização em matéria de políticas de Defesa na América do Sul, tendo sido aprovado na II Reunião Ministerial, realizada em Guayaquil em 07 de maio de 2010, o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED-CDS).

O Centro iniciou o seu funcionamento no dia 27 de maio de 2011, em Buenos Aires. Já o Conselho durante o ano de 2011 implementou procedimentos de aplicação do Mecanismo de Medidas de Fomento da Confiança e Segurança, adotado em 2010, o qual favorece a identificação das capacidades dos Estados Membros para consolidar e preservar, a partir de uma visão conjunta dos Estados-Membros, a região como uma Zona de Paz.

Estas medidas consistem em um conjunto de procedimentos que promovem o intercâmbio de informações e geram transparência, com o fim de superar percepções negativas, principalmente em decorrência de rivalidades históricas entre os países da América do Sul, de forma a possibilitar um ambiente de diálogo e cooperação. Incluem neste intercâmbio de informação o relativo a conformação e organização dos sistemas nacionais de defesa, aos gastos financeiros que derivam, as atividades militares intra e extra-regional que realizam as Forças Armadas dos países membros, com os correspondentes mecanismos de notificação das manobras, exercícios de terra, mar e ar, zonas de fronteira, além de exercícios conjuntos entre as forças dos Estados-membros e países de fora da região.

Existe também o envio de observadores militares dos países da Unasul para exercícios conjuntos; visitas voluntárias a instalações militares; programas de contatos e cooperação militar; assim como um importante conjunto de garantias relativas às políticas e cursos de ação para a possibilidade do uso da força; a conservação de uma área livre de armas

nucleares; e a não utilização dos acordos de cooperação em defesa, subscritos ou a subscrever-se no futuro por algum Estado regional com outro extra-regional, em questão de soberania, segurança, estabilidade e a integridade territorial dos demais Estados da Unasul.

O Plano de Ação do Conselho pertinente ao ano de 2011, programou uma atividade sobre " Diagnóstico da Indústria da Tecnologia da Defesa na região", organizado pelo Equador, sendo que concluiu-se pela necessidade de se delinear as prioridades da região, pertinente ao desenvolvimento de projetos multilaterais de tecnologia para a defesa, com ênfase no desenvolvimento tecnológico intrarregional. A informação e os resultados deste diagnóstico permitem afiançar os laços de confiança mútua alcançado pelos Estados-Membros, o que possibilita a coninuidade de um intercâmbio permanente de informações oficiais e que se possa, no médio prazo, ter um diagnóstico mais concreto e atualizado da indústria de defesa de cada país da região.

O Conselho de Defesa Sul-Americano aprovou um Plano de Ação em 2012, a partir de quatro eixos temáticos:

* Política de Defesa;
* Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz;
* Indústria e Tecnologia de Defesa;
* Formação e Capacitação.

Dentro deste ambicioso Plano de Ação de 2012 se inclui a criação de um Grupo de Trabalho de Especialistas, para possibilitar o desenho e fabricação regional de um avião de treinamento básico e de outro Grupo de Trabalho de Especialistas para estudar a técnica de desenho, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aviões não tripulados, missões conjuntas à Antartida, cooperação espacial e intercâmbio de informação para desenvolver a indústria e a tecnologia militar.

Em conformidade ao mandato dos Presidentes, o Conselho estabeleceu um Grupo de Trabalho para elaborar um Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação da Unasul.

No campo externo, foi estabelecida uma política conjunta de cooperação com Haiti, através do envio de um contingente estipulado em 4.929 efetivos para o ano de 2012, em cooperação com a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, MINUSTAH.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRA-ESTRUTURA E PLANEJAMENTO

O Conselho Sul-Americano de Infra-Estrutura e Planejamento, denominado COSIPLAN, é integrado pelos Ministros de Infra-Estrutura e Obras Públicas dos doze países

membros da Unasul. Este Conselho foi criado em agosto de 2009, como instância de discussão política e estratégica para fomentar projetos de interconexão da infra-estrutura física sul-americana, que foi um dos pilares fundamentais que levou ao nascimento da Unasul, por ocasião da criação no ano 2000 da Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, enquanto estratégia de criação de eixos para o desenvolvimento através de grandes obras de infra-estrutura.

No ano de 2011, o COSIPLAN acrescentou na sua agenda o tema da Conectividade em matéria de telecomunicações na região. Além disto, o Conselho procurou trabalhar na identificação de um conjunto de obras de forte impacto para a integração e o desenvolvimento sócio-econômico regional que integram a Agenda Prioritária de Projetos de Integração (API).

Foi aprovado pelos Ministros, em 30 de novembro de 2011, em Brasília – DF, Brasil, o Plano de Ação Estratégico (PAE) para o período de 2012-2022 e a Agenda Prioritária de Projetos de Integração (API), que compreende 88 projetos individuais, agrupados em 31 grandes projetos de infra-estrutura, os quais implicam um investimento de cerca de 15 bilhões de dólares e deverão ser disponibilizados no decênio 2012-2022.

Os projetos que compõe a API foram selecionados com base na Carteira da IIRSA, já incorporada como foro técnico da COSIPLAN, a partir de rigorosos critérios técnicos. Estes projetos foram estruturados com base nos eixos centrais de Integração e Desenvolvimento: Eixo Amazonas; Eixo Andino; Eixo Capricórnio; Eixo Escudo Guianês; Eixo Hidrovia; Eixo Interoceânico Central; Eixo Mercosul-Chile; e Eixo Peru-Brasil-Bolívia, sendo que a Agenda Prioritária de Projetos de Integração deve ser revista a cada cinco anos.

A aprovação do Plano de Ação Estratégica 2012-2022, a Agenda Prioritária de Projetos de Integração (API) e a contribuição da IIRSA ao processo de conectividade sul-americano conta, atualmente, com o valioso apoio das instituições financeiras que participam do Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, destacando-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a CAP-Banco de Desenvolvimento da América Latina e o Fundo para o Desenvolvimento da Cuenca do Prata (FONPLATA).

A constituição de uma Agenda Prioritária e a Progressiva execução do Plano de Ação 2012-2022 se constitui em ponto fundamental para a concretização de uma agenda física regional, que poderá reverter um passado de conflitos e instabilidade entre países vizinhos, além da falta de articulação para a conexão entre os Oceanos Pacífico e Atlântico, ultrapassando os problemas meramente geográficos, mas também políticos e estratégicos.

Se os objetivos forem cumpridos, estes projetos poderão melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, com destaque especial para as áreas de fronteira, além de redução gradual da

desigualdade social e a diminuição das assimetrias entre os países, além do aumento do fluxo comercial, de serviços e de circulação de pessoas.

Por uma iniciativa conjunta da Secretaria Geral da Unasul, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Agenda Prioritária de Projetos de Integração (API), foi apresentada pela primeira vez para o setor privado , os agentes financeiros e a mídia no " Foro de Infra-estrutura de Sul-América-8 Eixos de Integração", que foi realizado no dias 24 e 25 de abril de 2012 na FIESP, em São Paulo, Brasil. Este Foro contou com a ampla presença do setor privado, destacando-se os setores de transporte e telecomunicações, e dos representantes dos Estados-Membros.

No que tange a Conectividade em Telecomunicações, houve uma reunião em Brasília-DF do Conselho Sul-Americano de Infra-Estrutura e Planejamento, onde foi aprovada a criação de três Grupos de Trabalho com o objetivo de acometer três áreas de forte efeito multiplicador, a saber o Grupo de Integração Ferroviária Sul-Americana; Grupo de Trabalho sobre Mecanismos de Financiamento e Garantias; e o Grupo de Telecomunicações, que funcionarão como instâncias de apoio ao Conselho, nestas respectivas áreas temáticas.

Em cumprimento ao mandato outorgado pela COSIPLAN, em 30 de janeiro de 2012, o Grupo de Trabalho de Telecomunicações definiu como prioridade o " Anel de Fibra Ótica Sul-Americano", ao qual foi posteriormente aprovado na II Reunião dos Ministros de Telecomunicações que teve lugar em 09 de março de 2012, em Assunção, Paraguai. Nesta reunião foi, inclusive, aprovada a " Rede de Conectividade Sul-Americana para a Integração", que integra distintos tipos de meios, tais como a conexão terrestre, através dos cabos, conteúdos, normativas, entre outros meios, sendo que as conexões mais complexas seriam através dos cabos submarinos.

A Rede de Conectividade Sul-Americana para a Integração está sendo pensada com o objetivo de otimizar o trânsito da comunicações através da internet e modernizar o fluxo das comunicações de dentro da região, ao invés de ser originária de outros países de outras regiões, permitindo que se defenda e assegure a soberania nas comunicações e favorecendo o intercâmbio com outras regiões sem submissão ou dependência.

Desta forma, esta iniciativa pretendeu intensificar o uso de Tecnologias de Informação e de Comunicações (TIC), fomentando não somente o melhoramento da infraestrutura de comunicações, bem como a ampliação do conteúdo disponível nas redes, o progresso das condições de *roaming* internacional e o acesso deste serviço, enquanto ferramenta para o desenvolvimento e acesso das populações.

Além disto e com o objetivo de implementar sistemas de televisão digital aberta e de

telecomunicações como facilitadoras do intercâmbio de conteúdos culturais, se avançou na proposta de criação de uma rede sul-americana de meios públicos de comunicação, proposta esta da Secretaria de Informação e Comunicação (SICOM) do Paraguai.

Na reunião de setembro de 2012, os Ministros de Telecomunicações continuaram a debater estas propostas, enquanto atividade de grande relevância técnica para a integração regional.

As principais obras debatidas e aprovadas junto aos eixos de integração:

* Eixo Amazonas – eixo viário Paita-Trapoto-Yurimaguas, portos, centros logísticos e hidrovías; eixo viário Callao-La Oroya-Pucallpa, portos, centros logísticos e hidrovias; acesso oriental ao Rio Amazonas;

* Eixo Andino – corredor viário Caras-Bogotá-Buenaventura/ Quito; interconexão fronteiriça Colômbia-Equador; sistema de conectividade fronteiriço Colômbia-Venezuela; Centro Binacional de Atenção de Fronteira (CEBAF) Desaguadero; Auto-estrada do Sol: melhoramento e reabilitação do tramo Sullana-Águas Verdes (inclue via de evitamento de Tumbes);

* Eixo Capricórnio – construção de ponte binacional Salvador Mazza – Yacuiba e centro de fronteira; melhoramento da conectividade viária no eixo interoceânico central; corredor ferroviário bioceânico Paranagua-Antofagasta; conexão viária Foz de Iguaçu- Ciudad del Este – Assunção – Clorinda; Linha de transmissão 500kv (Itaipú-Assunção-Yacyreta);

* Eixo Escudo Guianês – rehabilitação da estrada Caracas-Manaus; Rota Boa Vista – Bonfim – Lethem – Lindem – Georgetown; Rotas de Conexão entre Venezuela (Ciudad Guayana) – Guayana Georgetown – Suriname (south drain – apurazanderij – moengo – albina), incluindo a construção da ponte sobre o Rio Corentine;

* Eixo Hidrovia – Melhoramento da navegabilidade dos rios da Cuenca da Prata; interconexão ferroviária Paraguai – Argentina – Uruguai; reabilitação do ramal ferroviário Chamberlain – Fray Bentos; entroncamento viário de Nueva Palmira e sistema de acessos terrestres ao porto;

* Eixo Interoceânico Central – Aeroporto distribuidor de carga e passageiros para América do Sul (aeroporto internacional Viru-Viru em Santa Cruz); melhoramento da conectividade vail no eixo interoceânico central; estrutura de fronteiro infante Rivarola – Cañada Oruro; corredor ferroviario biocêanico central (tramo boliviano);

* Eixo Mercosul-Chile – gasoduto do noroeste argentino; construção da ponte internacional Jguarão – Rio Branco; transporte multimodal em sistema Laguna Merín

e Lagoa dos Patos; Corredor Ferroviário Montevidéo-Cacequí; Otimização do sistema passo de fronteira Cristo Redentor; Túnel binacional Água Negra;

* Eixo Peru-Brasil-Bolívia – conexão PortoVelho – costa peruana;

CONSELHO SUL-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Como a temática social vem se mostrando uma preocupação permanente das instâncias constituídas da Unasul, foi criado o Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social (SCDS), o qual congrega os Ministros da área social dos países membros da Unasul, com o objetivo de materializar a cooperação nesta área e de redução do déficit social que sempre caracterizou esta região.

A estrutura organizacional conta com um Grupo Técnico sobre Instrumentos de Cooperação, coordenado pelo Brasil, e três Grupos Temáticos encarregados de aprofundar o intercâmbio de idéias e experiências em três áreas principais: 1) Economia Social e Solidária (co-coordenado por Argentina e Paraguai); Segurança Alimentar e Luta contra a Fome e a Desnutrição (coordenado pelo Uruguai) e 3) Proteção, Promoção e Segurança Social (co-coordenado por Equador e Venezuela). Os grupos se reuniram ordinariamente durante o ano de 2011, e obtiveram avanços significativos em matéria de cooperação horizontal e na definição das diretrizes estratégicas de cada área.

O Grupo de Segurança Alimentar e Luta contra a Fome e a Desnutrição conseguiu uma definição consensual para o conceito de segurança alimentar, estabeleceu o seu caráter de direito fundamental e recomendou a criação de Sistemas Nacionais de Segurança Alimentar aos países que ainda não contam com este conceito.

O Grupo de Economia Social e Solidária priorizou difundir o conceito de economia social ou solidária como um mecanismo integral da economia e se propôs promover o intercâmbio de marcos jurídicos normativos e tributários que afetam a economia social e solidária na região. [118]

O Grupo de Trabalho de Proteção, Promoção e Segurança Social priorizou em 2011 a ratificação por parte dos países da Unasul do Convênio Multilateral Iberoamericano de Segurança Social, que nasceu da necessidade de se estabelecer a proteção de direitos individuais dos trabalhadores migrantes e suas famílias, possibilitando a acumulação dos períodos realizados em distintos Estados para a obtenção das prestações ou mesmo recebê-las por parte de outro Estado distinto.

O Convênio Multilateral Iberoamericano de Segurança Social foi ratificado por Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Uruguai e dentro do grupo de trabalho se defendeu

a elaboração de mecanismos para homologar a adesão ao Convênio de Guiana e Suriname, que não são Estados-parte da Conferência de Países Iberoamericanos.

O Grupo de Trabalho Técnico, na reunião de junho de 2012, apresentou uma Matriz de cooperação horizontal para a identificação da oferta e procura de Cooperação Sul-Sul na área de desenvolvimento social, de modo que se abram os espaços para que outros países demandem a apropriação e o intercâmbio desse conhecimento no marco da Unasul.

Ainda na Presidência paraguaia, o CSDS teve sua III Reunião Ministerial, em 10 de abril de 2012, em Assunção e aprovou o documento " Bases e Lineamentos" do Plano de Ação 2012-2014, que definirá os aportes para a Agenda de Ações Sociais Prioritárias.

Este Plano está dividido em cinco eixos de ação: Pobreza e Desigualdade Social; Segurança Alimentar e Luta contra a Malnutrição; Economia Social, Solidária e Comunal com Inclusão Produtiva e Geração de Oportunidades; Participação cidadã no âmbito do Desenvolvimento Social da Unasul; e Cooperação Regional para a Implementação e Financiamento das Políticas Sociais.

Em seguimento ao mandato presidencial adotado em 28 de julho de 2011 em Lima, o Conselho segue avançando na elaboração da "Agenda de Ações Sociais prioritárias da Unasul" e do " Plano de Ação 2012-2014 do CSDS", os quais seriam objeto de discussão e aprovação pelas Chefas e Chefes de Estado em reunião ocorrida em novembro de 2012.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE EDUCAÇÃO

O Conselho Sul-Americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (COSECCTI), então integrado pelos Ministros de Educação, Cultura e Ciência dos países-membros, foi criado em 10 de agosto de 2009, com o objetivo de fomentar uma educação includente e de qualidade em todos os níveis que desenvolva capacidades e competências para uma melhor inserção social e no mundo do trabalho; promoção de políticas e estratégias regionais que incentivem e difundam as contribuições da cultura e da ciência, da tecnologia e inovação aos diversos campos do conhecimento, com enfoques diversos e pluriculturais.

O COSECCTI foi desmembrado em novembro de 2012 para melhor desempenhar os importantes temas de agenda para o desenvolvimento social dos países da região e que reflete o interesse dos países-membros em avançar numa agenda muito mais ampla do que meramente econômica e comercial, ou seja, se avançar num agenda que possa contribuir para incluir os cidadãos destes países, tendo como fundamento que a inserção de qualquer país a nível internacional passa pela prioridade em educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação.

Existem grupos temáticos que se reuniram em várias ocasiões durante o ano de 2011 e existe uma Agenda de Compromisso nestes grupos que registra as decisões assumidas por cada Estado-Membro para o ano em curso. Ao final de cada período se faz um balanço do que se debateu e evoluiu no ano em curso, para se pensar os objetivos para o ano seguinte.

Nos debates travados no Grupo de Trabalho de Educação ocorreram avanços em matéria de reconhecimento de títulos acadêmicos universitários entre países, como no caso da Colômbia e Chile e dentre os países membros do Mercosul, possibilitando um maior intercâmbio entre universidades e facilidades de deslocamento para o estudo em áreas acadêmicas importantes.

No Grupo de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrem discussões e avanços significativos em aspectos organizacionais, relacionados com a proposta sobre a possibilidade de criação de um Conselho Independente ou mesmo a possibilidade de estabelecer planos de trabalho conjunto com outros blocos regionais, enquanto ferramenta utilizada para aprofundar o processo de integração regional.

Na reunião geral da então COSECCTI ocorrida em 07 de dezembro de 2011 em Quito, o diretor da Colciencias de Colombia, Jaime Restrepo Cuartas, na condição de Coordenador do Grupo, propôs a criação de um Fundo da Unasul para levar a cabo projetos conjuntos de investigação entre países e destacou as áreas de biotecnologia, biodiversidade, tecnologias de informação, segurança alimentar e modelos de inovação social, enquanto áreas prioritárias, inclusive com a possibilidade de contato e intercâmbio com o Observatório Nacional de Ciência, Tecnologia e Investigação.

Já o Grupo de Cultura, nesta reunião ministerial ocorrida no dia 07 de dezembro de 2011, em Quito, decidiu discutir para o ano seguinte de 2012, diversos temas importantes como o incentivo às indústrias culturais da região, a possibilidade de desenvolver um mercado cinematográfico comum, a promoção e divulgação de conteúdos culturais compartilhados junto às televisões públicas, a criação de uma plataforma de informação cultural compartida e a promoção dos direitos culturais na Unasul.

Tendo em vista a necessidade de aprofundamento de temas importantes, decidiu-se por submeter às instâncias da Unasul, a possibilidade de criação de três Conselhos independentes a partir dos Grupos existentes.

Nos primeiros meses de 2012, e depois de várias videoconferências, os três Grupos optaram pela Presidência do Paraguai, sendo que no caso do Grupo de Cultura, a Bolívia ficou responsável por acompanhar a Secretaria Executiva do Grupo.

Na reunião ocorrida em março de 2012, os Chanceleres da Unasul decidiram

encaminhar ao Conselho de Delegadas e Delegados, a oportunidade de apresentar um informe sobre a possibilidade de divisão do COSECCTI em três Conselhos Ministeriais independentes a partir dos Grupos existentes, devido à sua composição tripartite que dificulta em determinadas ocasiões a representação ministerial adequada e a definição de uma agenda comum.

Foi, desta forma, aprovada a criação de um Conselho específico para a Cultura e para Ciência, Tecnologia e Informação.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE CULTURA

Foi criado para ser o órgão responsável por desenvolver programas em matéria de cultura na região, tendo sido desmembrado em novembro de 2012, no âmbito do que foi justificado junto ao Conselho de Educação.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Foi criado para ser o órgão responsável por desenvolver programas em matéria de ciência, tecnologia e inovação na região, tendo sido desmembrado em novembro de 2012, como foi explicitado junto ao Conselho de Educação para justificar o desmembramento da então COSECCTI em três Conselhos.

CONSELHO SUL-AMERICANO SOBRE O PROBLEMA MUNDIAL DAS DROGAS

O Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas (CSPMD), criado em 04 de maio de 2010, foi pensado como uma instância de consulta, cooperação e coordenação para enfrentar o problema mundial das drogas a partir de um enfoque integral, multidisciplinar e equilibrado para que se estabeleça estratégias para redução da oferta e da demanda, levando-se em conta, também, o seu impacto junto à segurança, saúde e bem-estar dos seus povos e o desenvolvimento da região.

Durante os dois primeiros anos de funcionamento, priorizou-se o debate sobre sua organização e funcionamento, em particular a definição das regras e o seu alcance. A Cooperação no âmbito do Conselho produziu um resultado concreto na Reunião da Instância Executiva do CSPMD realizada em La Paz, nos dias 17 e 18 de novembro de 2011, na medida em que os Delegados dos Estados-Membros decidiram criar o Mecanismo de Consultas Regulares de natureza permanente, em cumprimento do mandato presidencial consignado na Declaração de Georgetown, de 26 de novembro de 2010.

O citado Mecanismo reúne autoridades judiciais, policiais, financeiras, aduaneiras e

órgãos de combate às drogas dos países sul-americanos.

A primeira reunião de discussão de temas relevantes para a Agenda do órgão, ocorreu anteriormente à reunião do CSPMD, no dia 21 de março de 2012, em Assunção, no Paraguai. O Mecanismo permanecerá sob uma supervisão de uma instância executiva, tendo uma coordenação tripartite, observando o país que exerce a PPT, o que o antecedeu na Presidência do Conselho e o próximo país a exercê-la, sendo nesse caso Bolívia, Paraguai e Peru, respectivamente.

Nesta reunião ocorrida em março, debateu-se a proposta de criação do " Observatório Sul-Americano de Drogas" com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma política comum sul-americana, que contemple a temática social e eixos de investigação, que propiciam debates conceituais de forma a complementar as recomendações do Conselho para articular e promover convênios e acordos regionais de cooperação nesta matéria.

No entanto, o Conselho avaliou os resultados da Reunião Preparatória de Ministros de Defesa, Justiça, Interior e Relações Exteriores da Unasul, levada a cabo no dia 16 de fevereiro de 2012, em Bogotá, sobre o papel da CSPMD na definição de uma estratégia comum em matéria de segurança e o combate ao Crime Organizado Transnacional e novas ameaças.

Trata-se de uma estratégia comum que poderá definir políticas públicas a serem implementadas de forma conjunta, evitando medidas extremas que buscam criminalizar o problema e, inclusive, justificar medidas que acabam atingindo a região, de forma aleatória e depreciativa.

O caso do cultivo de coca em países cercado pela região dos Andes, com diversas cidades em altitudes acima de 2.000 metros e que mastigam a folha, traduz-se num hábito cultural e da medicina tradicional local para reduzir os efeitos do mal da altura, conhecido como " soroche ", não podendo ser confundido com cultivo de coca para fins de negociação com o tráfico de drogas internacional, realizado por quadrilhas e ramificações criminosas.

Assim como não pode ser justificado de forma simplista, conforme posição já externada pelos Estados Unidos, de que a região da Tríplice Fronteira, que reúne Argentina, Brasil e Paraguai, seja uma área potencial para o ingresso de terroristas internacionais na América do Sul, até porque a região de Foz do Iguaçu, Brasil, é um local de convivência pacífica, tendo muitos integrantes da colônia árabe, síria, judia, palestina, bem como igrejas, sinagogas e mesquitas, com pessoas destas religiões convivendo harmonicamente e sem conflitos a muitas décadas. [120]

CONSELHO SUL-AMERICANO DE ECONOMIA E FINANÇAS

O Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças (CSEF), que congrega os Ministros de Economia e os Diretores dos Bancos Centrais dos Estados Membros da Unasul, foi criado no dia 26 de novembro de 2010 com o objetivo de aprofundar a coordenação na área econômica e financeira entre os países-membros e estabelecer uma instância de diálogo, reflexão, consulta e cooperação ao redor de três eixos centrais:

1- Discussão de políticas públicas que permitam fortalecer o sistema econômico e financeiro da região e atenuar o impacto de crises externas, através, entre outras, de um intercâmbio permanente de idéias, compilação e sistematização de dados e informações, elaboração de diagnósticos e análises, construção de indicadores comuns e impulso de políticas públicas harmonizadas;

2- Promoção do desenvolvimento de uma nova arquitetura financeira regional para redução da vulnerabilidade regional, através do estímulo ao uso de moedas locais, da promoção de estratégias para aprofundar a coordenação entre Bancos Centrais no controle das reservas, do desenvolvimento de um mercado regional de capitais e da coordenação de fundos regionais;

3- Incremento do intercâmbio comercial regional através da identificação de setores produtivos com potencialidade de integração, de soluções para financiamento dos processos de integração regional e do aperfeiçoamento dos sistemas de pagamento existentes.

A I Reunião do Conselho ocorreu no dia 12 de agosto de 2011, ocasião em que foi discutido e aprovado o seu Estatuto e Plano de Ação. Os Ministos de Economia e Finanças e Presidentes de Banco Central acordaram no objetivo de se estabelecer medidas conjuntas, com a finalidade de proteger a região dos graves efeitos da crise financeira internacional, que contaminou, principalmente, os Estados Unidos, enquanto país originário da crise, e a União Européia, com graves consequêcias para os países da zona do euro.

Com fundamento no mandato conferido pelos Chefes de Estado e de Governo da Unasul, a partir de 28 de julho de 2011, os Ministros estabeleceram três grupos de trabalho para debater e apresentar propostas, nos seguintes temas: 1) Coordenação no manejo e mobilização de reservas internacionais; 2) Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos; 3) Fomento do Comércio Intra-regional.

Com base noa avanços a serem alcançados pelos grupos de trabalho nas áreas acima, o Conselho teve uma segunda reunião ministerial no dia 25 de novembro de 2011 e baseando-se nas deliberações destes grupos, optou-se por adotar medidas para manter e ampliar os atuais

níveis de crescimento e desenvolvimento da região, nas seguintes perspectivas:

* Consolidar uma estratégia financeira para dar resposta às potenciais crises de financiamento e de balança de pagamentos dos países ou da região em seu conjunto, para o qual se vem analisando várias opções como fortalecer e redimensionar o Fundo Latinoamericano de Reservas (FLAR) ou criação do fundo de reserva da Unasul;

* Melhorar os mecanismos de pagamento intrarregional, como acontece com o sucre e o CCR, com o objetivo de evitar a dependência de moedas externas e, desta forma, reduzir os custos financeiros das transações de forma a incentivar o comércio intrarregional;

* Melhorar e diversificar as condições estruturais do comércio intrarregional para que fique menos dependente de fatores externos. Se propõe melhorar a integração dos setores produtivos dos Estados membros e a infraestrutura regional, para que os produtos possam ser comercializados com eficiência. Está sendo avaliado, também, os produtos importados desde os países membros da União. Igualmente, foi proposta a criação de um centro estatístico da Unasul para produção de dados detalhados sobre a região;

* Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento ao comércio e ao desenvolvimento regional, incluindo a consolidação do Banco do Sul que foi aprovado por alguns Estados-membros como Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia e Uruguai, o que viabilizaria o início de suas atividades. Existem alguns aspectos que devem ser aprofundados como o limite de endividamento, as garantias a serem exigidas para acesso ao crédito e, no que tange especificamente ao desenvolvimento da Unasul, os critérios para a escolha dos projetos de integração a serem contemplados para o financiamento, os quais encontram-se em discussão em vários grupos técnicos que estão debatendo estes pontos. O ponto central é que existe uma convicção do potencial de um Agente financeiro vinculado à Unasul para se tornar um vetor fundamental para impulsionar o desenvolvimento regional.

O Grupo de Integração Financeira (GTIF), que estava sob a coordenação argentina, se reuniu em Buenos Aires, Argentina, em 17 e 18 de maio de 2012, com o objetivo de estabelecer um cronograma de atividades e avançar na adoção de medidas necessárias para a proteção da região dos efeitos da crise financeira internacional, com o apoio da CEPAL. Os grupos de trabalho estão mantendo reuniões de trabalho com a CEPAL para detalhar o apoio que poderá ser prestado pela Comissão, tendo tido avanços na reunião do Conselho de Economia e Finanças, ocorrida em outubro de 2012.

CONSELHO SUL-AMERICANO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA CIDADÃ, JUSTIÇA E COORDENAÇÃO CONTRA A DELINQUÊNCIA ORGANIZADA TRANSNACIONAL

Trata-se de uma instância de consulta, coordenação e cooperação entre os Estados-Membros em matéria de segurança, justiça e ações contra o crime transnacional. Os representantes dos países enfatizam que a palavra " cidadã " foi incluída para o fomento da inclusão social, participação e equidade de gênero, incluindo na agenda os temas de interesse direto da sociedade.

Defende-se uma atuação articulada com o Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas.

CONSELHO ELEITORAL

Este Conselho se constitui numa instância funcional e técnica de pesquisa e intercâmbio de experiências, observação e acompanhamento dos processos eleitorais, da promoção da cidadania e da democracia.

Está constituído de organismos ou instituições estatais de competência eleitoral. Na Declaração de Bogotá, de junho de 2012, este Conselho foi incorporado à institucionalidade da Unasul.

Neste mesmo ano, o Peru apresentou a proposta de estabelecer o Centro de Estudos de Promoção da Democracia e Transparência Eleitoral em Lima, naquele país.

CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E COORDENAÇÃO DE AÇÕES CONTRA A DELINQUÊNCIA TRANSNACIONAL

Trata-se de instância recente, comandada pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, em junho de 2012, na chamada " Declaração de Bogotá", que planeja políticas públicas que tem como objetivo a proteção dos Estados Membros e o combate coordenado aos grupos e quadrilhas transnacionais, devendo trabalhar de forma articulada com outras instâncias da Unasul.

QUADRO 12 - PARTICIPAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS

Em relação ao comércio de bens, nas últimas seis décadas, a América do Sul teve um desempenho fraco nas exportações mundiais de bens. Entre o período 1946/1950 até 1998/2000 teve uma redução considerável da participação.

Já na primeira década deste milênio, a demanda asiática e os elevados preços de vários produtos básicos exportadores pela região, fenômeno que se acelerou a partir de 2003, tem contribuído para elevar sua participação nas exportações mundiais até uma porcentagem que é superior aos períodos 1980/2000, mas inferior ao período 1968/1970

O quadro abaixo da UNCTAD, revela a seguinte situação da América do Sul, no que é pertinente à sua participação nas exportações mundiais, em dados percentuais:

Tabela 7 – PARTICIPAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS

Período	Exportação de bens	Exportação de serviços	Exportação de bens e serviços
1948/50	8.32		
1958/60	5.47		
1968/70	3.73		
1978/80(.)	3.14	2,22	
1988/90	2.54	1,61	2,37
1998/00	2.49	1,71	2,33

2008/10	3.34	1,84	3,04

Segundo dados do economista José Manuel Quijano, em trabalho de 2008 sobre países da América Latina e Caribe, alguns países da América do Sul exportam mais do que importam, citando expressamente Brasil e Argentina. A relação exportação/importação da Argentina com os demais países da América do Sul era de 1.3 e, caso excluísse o Brasil saltaria para 4.2. Isto também se aplica ao Brasil. No caso do Chile e da Comunidade Andina de Nações compram mais do que vendem na América Latina e Caribe e a relação exportação/importação do Chile e da Comunidade Andina de Nações com os demais países da América do Sul se estabelecia em torno de 0.8.

Interessante frisar que, em 2010, a Argentina era superavitária com oito países no intercâmbio de bens na América do Sul, excluindo o intercâmbio com o Brasil. O Brasil era superavitário sete países da América do Sul, sendo que o " Indicador de Distribuição de Benefícios" da UNCTAD, baseado em superávits e déficits comercias dentro da região, mostra que os benefícios se orientaram para Argentina e Brasil.

O problema do *superavit* continuado, muitas vezes tem como base políticas públicas para setores da economia que aumenta as vendas na região, mas restrições tarifárias ou falta de vantagens competitivas acaba levando a uma situação desigual na região.

Um aspecto que deve ser melhor analisado é a questão ds preferências tarifárias, que foram sendo modificadas ao longo de décadas de negociações no âmbito regional e que implicaram em mudanças no fluxo de comércio. Dados da ALADI sobre o comércio e sua evolução no período de 1993-2008 são importantes para compreender as relações comerciais intraregional. Um dos mais significativos dados diz respeito a que os Acordos de Alcance Regional foram perdendo importância para Acordos de Alcance Parcial. Foram assinados 120 Acordos de Alcance Parcial que estabeleceram preferências entre os países membros, sendo que cerca de 58 destes AAP foram assinados como Acordos de Complementação Econômica (ACE) que resultaram os de maior relevância para a expansão do comércio intrarregional.

Desde os anos noventa que as ACE incorporaram os cronogramas técnicos de questões tarifárias e incorporaram disciplinas e normas como a defesa comercial, os obstáculos técnicos e as disposições sanitárias e fitosanitárias. Em 1995, os itens liberados do comércio intraregional chegava a 22% do total; em 2003 a 35% e em 2008 a 54%.

O comércio de bens, no ano de 1993, entre as dez nações da América do Sul alcançava 19.135 milhões de dólares, sendo que deste total 9.424 milhões, ou cerca de 49,3% era comércio que se havia feito por meio de acordos escritos entre as partes. Em 2008, o comércio

se situava em cerca de 117.100 milhões e 77.297 milhões, ou seja 66% era negociado.

Não existe um critério harmônico aplicado por todos os países nos indicadores de comércio e nos níveis tarifáarios utilizados, ou seja, as preferências concedidas estão em torno de 12,2% em 2008 para todos os membros da ALADI, inclusive Cuba e México. Identifica-se uma realidade distinta que correlaciona o aproveitamento das preferências e o tamanho da economia. Nesse caso, o Brasil utiliza 36% das preferências; Argentina 26,9%; Colombia 14,9%; Chile e Peru 12,5% e os demais países com menos de 6%.

A principal razão para que cinco dos dez países da América do Sul não utilizarem ou pouco utilizarem as preferências concedidas é a pouca opção de exportação. A concessão de preferências e o comércio negociado, desta forma, não contribiu para que a América do Sul se convertesse em uma região de desenvolvimento mais homogêneo, mas sim acentuar a distância entre as grandes e pequenas economias.

No quadro das importações, nos anos de descenso do PIB, as importações intrarregionais, tanto as totais como as negociadaas, tiveram um comportamento cíclio em relação às importações totais. Este fator é provocado em virtude de países como Argentina e Brasil com importante papel no comércio intrarregional, suas importações são mais cíclicas que outros países da região, aprofundando as perdas. É possível compreender este fenômeno através da política macroeconômica destes países, a partir dos anos setenta, se convertendo num fator de instabilidade cíclica. Os países que tem experimentado as preferências tarifárias, são os que projetaram ciclos mais amplos e expansão e queda em relação ao resto da região.

No que tange aos bens finais e as cadeias de valor, existem debilidades e dificuldades que tem caracterizado a América do Sul na comparação com o Sudeste Asiático, onde o comércio é dominado por cadeias de valor e existe enorme intercâmbio de peças e de partes.

Estudo da UNCTAD aponta que o eixo do comércio internacional dos países da ASEAN está diretamente relacionado com as redes de produção, o que explica em grande parte o seu dinamismo. O comércio total e intrarregional da ASEAN aumentou a taxas mais elevadas durante esta primeira década do novo século e a estrutura de comércio de toda a região da Ásia Oriental e Sul-oriental reflete a maneira em que está organizada a sua estrutura de produção. Esta região importa bens de alta e média intensidade de tecnologia, incluídos bens de capital, principalmente de países desenvolvidos, aliado a peças e componentes de produtos eletrônicos, principalmente do interior da região e produtos primários, principalmente em outras regiões em desenvolvimento.

Os asiáticos exportam uma grande proporção de manufaturas de grande intensidade de mão de obra e produtos eletrônicos acabados para os países desenvolvidos e peças e

componentes de produtos eletrônicos são objeto de comércio em grande parte na região, já que cerca de 60% do comércio internacional dos países asiáticos é realizado na própria região.

As diferenças entre as regiões é significativa, porque a América do Sul porque apesar de décadas de Acordos regionais, subregionais ou bilaterais de integração não prosperaram as cadeias de valor em América do Sul, com seu dinâmico intercâmbio de peças entre os países. Dentre estas razões está a debilidade das empresas de América do Sul, a forte prença de empresas transnacionais até a carência ou insuficiência de políticas públicas.

Existe dificuldades, também, de acesso aos mercados maiores das regiões. Segundo documento da CEPAL a América do Sul está subutilizando o potencial que oferece o comércio intrarregional, nos termos seguintes:

> *" Diferentes estimaciones de las exportaciones intrarregionales e intrasubregionales potenciales, basadas tanto em los flujos históricos como en las características estructurales de los sócios de los esquemas de integración (nivel de ingreso, distancia y grado de apertura, entre otros) arrojan niveles más altos que los efectivamente observados para todos los esquemas. Estas brechas serían más elevadas em los casos de Mercosur y la Comunidad Andina. Si bien la brecha entre el comercio intrarregional observado y el potencial sería del orden del 20% para toda la región, estimaciones alternativas basadas em modelos de gravedad que incorporan um mayor número de variables arrojan uma brecha cercana ao 30% (BID/CEPAL/Banco Mundial, 2011)"*

No que tange à tendência do perfil exportador dos países da América do Sul, nos itens alimentar, de minério, petroleiro e manufatureiro, os dados oficiais da CEPAL apontam:

Tabela 8 – PERFIL EXPORTADOR DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Perfil	Ascendente	Estável	Descendente
Alimentar			
	Brasil (28,5%) (33,9%)	Argentina (49,8%) (49,5%)	Equador (51,8%) (35,5%)
	Paraguai (43,9%)(84,8%)	Bolívia (19,1%)(19,2%)	Colômbia (30,8%)(14,8%)
	Uruguai (44,2%)(63,6%)		Peru (28,8%)(17,1%)
			Chile (23,7%)(20,5%)
Minério			
	Perú	Colômbia	Bolívia

	(50,2%)(61,9%)	(6,8%)(6,6%)	(42,6%)(34,8%)
	Chile		Venezuela
	(49,5%)(58,8%)		(9,3%)(3,4%)
	Argentina		
	(1,6%)(5,7%)		
	Brasil		
	(11,3%)(13,4%)		
Petroleiro			
	Venezuela	Argentina	
	(70,0%) (78%)	(10,3%)(10,2%)	
	Equador		
	(35,1%)(50,7%)		
	Colombia		
	(27,2%)(48,0%)		
	Bolívia		
	(12,9%)(39,1%)		
	Brasil		
	(0,9%)(8,9%)		
	Perú		
	(4,9%)(7,7%)		
Manufatureiro			
		Argentina	Brasil
		(33,9%)(32,0%)	(52,8%)(38,2%)
		Venezuela	Colombia
		(17,2%)(18,0%)	(30,0%)(27,2%)
		Chile	Uruguai
		(11,7%)(10,5%)	(38,7%)(23,7%)
		Perú	Paraguay
		(13,6%)(12,2%)	(19,3%)(10,7%)
			Bolívia
			(16,5%)(5,7%)

Com base nos dados estatísticos, o Professor José Quíjano assinala sobre o comércio na América do Sul:

* três dos países do Mercosul (Brasil, Paraguai e Uruguai) apresentaram, entre 1995 e 2009, um aumento das exportações de alimento, sendo que a Argentina mantém uma certa estabilidade a partir de uma porcentagem incial elevado (49%);

* no mesmo período todos os países andinos, com exceção da Bolívia, mostram participação descendente em relação às exportações de alimentos;

* dois países andinos (Chile e Perú) e dois países do Mercosul (Argentina e Brasil) registram aumento da participação das exportações minerais;

* todos os países andinos, com a exceção do Chile, mostram aumento na participação das exportações petroleiras;

* no que tange às exportações manufatureiras nenhum dos dez países apresenta aumento da participação, dois mantém a porcentagem estável (Argentina e Venezuela) e dois descendentes, sendo significativa a queda do Brasil, que entre 1995 e 2009, reduziu a participação nas exportações manufatureiras em cerca de 14.6 pontos percentuais.

Outro ponto a ser destacado é o peso estratégico do mercado regional no setor exportador da América do Sul. Os dez países daAmérica do Sul destinam elevado percentual de suas exportações de manufaturas (entre um mínimo de 44,8% e um máximo de 89,5%) à América Latina e ao Caribe. O mercado regional atualmente é mais importante para as exportações com maior valor agregado e uso intensivo do conhecimento e emprego. Estas conduzem a um desenvolvimento inclusivo, sustentável e baseado na criação de vantagens dinâmicas (em contraposição às tradicionais vantagens comparativas estáticas da região, associada a sua abundante dotação de recursos naturais com baixo custo de mão de obra).

Para Quíjano, no caso dos países da América do Sul que aprofundaram nos últimos anos, sua vocação exportadora em produtos básicos, uma maior integração econômica regional ajudaria a equilibrar a crescente demanda asiática destes produtos, o que poderia reduzir a exposição a volatilidade de seus preços e promoção do desenvolvimento de setores exportadores de maior sofisticação. Para isto se requer a existência de

* um espaço econômico integrado;

* a liberação plena do comércio de bens e um avanço mais acelerado até a liberação regional do comércio de serviços;

* a adequação da política macroeconômica (monetária, cambial, fiscal) ao objetivo, que deve ser prioritário, de produção e exportação com valor agregado e conteúdo tecnológico;

* a distribuição equitativa dos benefícios do intercâmbio entre todos os países do

espaço sul-americano

De qualquer forma, alguns desafios estão sendo enfrentados, sem necessariamente ter atingido a solução para todos os problemas, com instrumentos mais consistentes no âmbito do desenvolvimento econômico e social, como o elevado volume de reservas internacionais, atualmente mais de U$S 370 bilhões de dólares; menor endividamento externo público; certa capacidade de atração de investimento estrangeiro direto, embora o nível das taxas de juros ainda atraia capital especulativo; a estrutura produtiva com uma pauta de exportações diversificada, embora com problemas de infra-estrutura.

Entretanto, alguns desafios se baseiam em dados concretos como a participação das exportações brasileiras no total mundial, por exemplo, ter alcançado 1,24% em 2006, se constituindo num valor inferior à média da década de 1980, quando se observou participação de 1,37%.

A própria pauta de exportações do país, ainda permanece baseada em *commodities* agrícolas e industriais com elevada volatilidade de preços e situações atípicas, como condições climáticas e problemas de infra-estrutura, tornando as exportações dependentes da dinâmica do mercado internacional. Ademais, existe uma crítica à valorização do real, que associada à volatilidade da taxa de câmbio, poderia comprometer a formação de expectativas favoráveis aos investimentos produtivos, particularmente aqueles destinados às exportações de produtos de maior valor agregado.

Nesse sentido, a alteração para uma taxa de câmbio real mais favorável às exportações e à substituição de importações, poderia torna-se ainda mais significativa, neste contexto geoeconômico, em que a demanda da China ainda impulsiona os preços e as exportações de *commodities* primárias, nas quais países como Brasil e Argentina detém grandes vantagens comparativas.

Registra-se, ainda, a possibilidade de descoberta e exploração de novas reservas de petróleo e gás natural nas bacias do pré-sal brasileiro.

QUADRO 13 – ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

A estratégia internacional do Banco reflete a importância das economias emergentes no cenário global, mas também uma estratégia para ser um intrumento anti-crise, com conseqüências positivas no Brasil e em outros países.

Foram destacados como fóruns internacionais que o Banco se sobressaiu, a participação no Fórum Econõmico Mundial, em Davos, Suíça, e na sessão da América Latina, no Rio de Janeiro; o Fórum Internacional de São Petersburgo ; a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Durban; a Reunião Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington; a Reunião Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, em Washington; a Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Calgary; e a missão de divulgação do mercado financeiro brasileiro, no Best Brazil, na Ásia.

Uma estratégia tida como positiva foi a de captação internacional de recursos para complementar o orçamento do Banco para as operações de empréstimos com entidades internacionais, quanto para atuação junto ao mercado financeiro, ampliando o contato do BNDES com os investidores estrangeiros. As diretrizes estratégicas de diversificação proporcionaram que o Banco voltasse a acessar os mercados de francos suíços e de empréstimos bancários, depois de uma década de ausência, implicando em menores custos e abrindo oportunidades para captações futuras.

Foi destacado que houve uma mudança de foco dos organismos internacionais, de questões de âmbito nacional, para questões de interesse global, incluindo a sustentabilidade e o meio-ambiente; problemas da governança global; e vinculação e apoio às energias renováveis e limpa, no que se relaciona aos projetos financiados.

Foram contratados US$ 970 milhões, dos quais US$ 300 milhões, do *Japan Bank for Internacional Cooperation* (JBIC), no âmbito de uma nova linha de crédito, denominada *Global Action for Reconciling Economic Growth and Environmental Preservation* (*GREEN*), destinadas a projetos que favoreçam a preservação ambiental global, a eficiência energética, a utilização de energias renováveis e a redução do efeito estufa, e, aproximadamente, US$ 670 milhões (EU$ 500 milhões), do Banco Europeu de Investimentos (BEI), com vistas a apoiar projetos que favoreçam a sustentabilidade ambiental e que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas globais. Esse contrato foi assinado em outubro de 2011 sem necessidade de garantia soberana, refletindo a percepção de menor risco atribuído ao BNDES.

As oportunidades para atuação das empresas brasileiras no exterior serve de diretriz e incentivo para consolidar as estratégias de atuação do Banco para apoiá-las, em especial no que tange ao processo de internacionalização.

A relação de acordos, convênios e memorandos assinados pelo BNDES envolve inúmeras entidades de países desenvolvidos e emergentes, onde foram destacados: *Japan Bank for International Cooperation e Nippon Export and Investment Insurance* (Japão), *Mubadala Development Company* (Emirados Árabes Unidos), *Garanti-Instituttet for Eksportkreditt* (Noruega), *The Export-Import Bank of Korea, Banco de La Nación* e *Banco de Inversión y Comercio Exterior Sociedad Anônima* (Argentina), *Société Fédérale de Participations et d'Investissement* (Bélgica) e com os membros da associação de bancos de desenvolvimento dos BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

No objetivo de ampliar o conhecimento sobre a sua atuação internacional, e a economia mundial, o Banco tem elaborado infomativos que, além de acompanhar os investimentos das empresas brasileiras no exterior, auxiliam na análise de suas estratégias de internacionalização e seus impactos no acesso aos novos mercados, às práticas de gestão, recursos tecnológicos e à inovação e seus efeitos sobre a economia brasileira.

Em relação à área de comércio exterior, destaca-se no relatório do Banco que no ano de 2011, o total desembolsado por meio de linhas de financiamento às exportações foi de R$ 11,4 bilhões, dos quais 63% relativos aos segmento de bens de capital.

Em face às diretrizes estabelecidas pelo Banco em 2010, em particular a de que o financiamento à comercialização de bens e serviços no exterior deva ser conduzido de forma

ágil e competitiva, o que possibilitou ampliar a rede de bancos como parceiros no exterior, por meio do produto BNDES Exim Automático, que consiste na abertura de linhas de crédito para bancos no exterior para utilização na concessão de financiamento a importadores de bens e serviços brasileiros. Foram, desta forma, habilitados a repassar recursos do BNDES 11 bancos no exterior, no montante total de US$ 625 mlhões, já tendo havido o apoio a mais de trinta operações de exportações de bens de capital para seis países da América Latina, conforme se verifica nas informações que constam no sítio do BNDES.

Por sua vez, a participação das empresas brasileiras em projetos de infra-estrutura na América Latina e na África conta com o apoio do BNDES, sendo fundamental para constituir-se num diferencial de competitividade nas licitações internacionais, além de fator importante de apoio e suporte financeiro.

Estas linhas de financiamento às exportações permite a diversificação dos mercados e a ampliação da escala de produção, o que amplia as possibilidades de apoio às exportações.

No ano de 2011, foi aprovada nova linha de crédito para o governo de Angola, no valor de U$S 1 bilhão, para o financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços destinados à implantação de projetos de infra-estrutura rodoviária e urbana, saneamento, abastecimento de água, geração e distribuição de energia, centros de formação profissional, equipamentos para o corpo de bombeiros e defesa e construção de aeroportos.

Outra linha de crédito que merece destaque foi a operação de financiamento à exportação de até 14 aeronaves Embraer, dos modelos 170, 175, 190 ou 195 (E-Jets) à empresa de arrendamento de aeronaves *Aldus Aviation Limited*, localizada na Irlanda. Trata-se da primeira operação do BNDES em favor de uma empresa de arrendamento, não lastreada no risco de crédito do arrendador, mas sim no risco das linhas aéreas arrendatárias das aeronaves. Este tipo de operação é considerada estratégica pela quantidade de linhas aéreas arrendatárias, além de incluir as aeronaves da linha E-Jets, considerada estratégica pela ótica exportadora brasileira, registrando-se ainda que cerca de 33% das aeronaves no mundo são propriedade de empresas de arrendamento, proporção essa que vem crescendo nos úlimos anos.

Ainda no ano de 2011, merece destaque o financiamento à comercialização de ônibus da Scania para compor o Sistema Integrado de Transporte Público de Bogotá, o Sistema TransMilenio. Esse sistema é considerado um dos mais importantes exemplos de *Bus Rapid Transit* (BRT) do mundo, construído e gerenciado pela Prefeitura de Bogotá, Colômbia, desde dezembro de 2000. Com sua implantação, o tempo de deslocamento dos usuários foi reduzido em 32% e a emissão de poluentes diminuiu 40%. Em 2010, a prefeitura iniciou a ampliação do sistema para toda a cidade de Bogotá. Nesta segunda fase do sistema, as empresas

brasileiras fornecerão ao Brasil 159 chassis de ônibus e 295 ônibus completos, propiciando que os fabricantes de chassis e carrocerias brasileiros consolidem e mantenham a posição de destaque conseguida junto ao mercado sul-americano.

A consolidação institucional teve importante sequência através da assinatura entre os Presidentes do BNDES e do Banco do Brasil (BB), em 01 de junho de 2011, firmando um contrato inédito de financiamento a exportações brasileiras de máquinas e equipamentos a países da América Latina, através do BNDES Exim Automático.

Foi estabelecida uma Linha de Crédito no valor equivalente a até US$ 200 milhões, podendo o Banco do Brasil, utilizando suas agências no exterior, financiar importadores de bens de capital brasileiros, inicialmente nos mercados da Argentina, do Chile e do Paraguai.

Este produto foi desenvolvido pela Área de Comércio Exterior do BNDES, tendo sido criado por demanda de exportadores, buscando dar maior agilidade operacional ao financiamento às exportações brasileiras de máquinas, equipamentos e demais itens de maior valor agregado, mediante a concessão de linha de crédito a bancos no exterior.

Desta forma, todas as agências do Banco do Brasil, no Brasil e no exterior, passaram a ser habilitadas a atender as empresas interessadas nesta linha de crédito, sendo que no momento inicial de lançamento, as agências do Banco do Brasil em Santiago, no Chile, de Assunção, no Paraguai e a nova operação do Banco do Brasil, na Argentina, através do Banco Patagônia, adquirido pelo Banco do Brasil S/A, se constituiriam nos principais agentes de concessão de linhas de crédito.

Estas linhas de crédito teriam prazos de pagamento de até cinco anos, contribuindo para ampliar a competitividade e o desempenho das empresas brasileiras no exterior, em especial o segmento de bens de capital, que enfrenta a concorrência internacional em operações de crédito de médio e longo prazos. Entre as exportações que deverão ser beneficiadas, encontram-se máquinas e implementos agrícolas; máquinas industriais; ônibus e caminhões; máquinas rodoviárias; geradores e transformadores; e equipamentos de telecomunicações brasileiros.

Este contrato firmado entre o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, foi o primeiro na modalidade *buyer's credit* do BNDES Exim Automático, sendo que o Banco do Brasil, em Nova Iorque, figura como tomador do financiamento, ao assumir o risco da operação e viabilização do crédito ao importador.

O sistema funciona através do desembolso de recursos provenientes do BNDES, em reais, diretamente aos exportadores no Brasil, que receberão antecipadamene por suas vendas

externas, sem correr riscos de natureza comercial e política. Não haveria remessa de recursos do BNDES para o exterior em tais operações.

A estratégia do BNDES é ampliar o sistema de parcerias com bancos credenciados na América Latina e no continente africano, criando uma rede de bancos credenciados no exterior. O BNDES está em processo de negociação com cerca de 20 bancos, em sete países na América Latina (Uruguai, Perú, Panamá, República Dominicana, Argentina, Chile e Paraguai), até por ser a região de maior demanda por bens de capital do Brasil, além da África, com potencial de concessão de linhas de crédito no valor total de mais de US$ 600 milhões.

A ampliação da estratégia de atuação do BNDES ocorreu em março de 2012 por ocasião da assinatura, em conjunto com os presidentes de bancos de desenvolvimento da China, Rússia, Índia e África do Sul, de dois acordos que abrem caminho para a intensificação das relações econômicas entre as potências emergentes.

O primeiro acordo, o *Master Agreement* (“ acordo guarda chuva ”), estabelece os princípios gerais para a concessão de linhas de crédito em moeda local; o outro, *Letter of Credit Agreement* (acordo de carta de crédito), define as regras para a confirmação de cartas de crédito em operação de exportação entre os cinco países. Estes acordos foram assinados por ocasião do Quarto Encontro dos Líderes dos BRIC’S, em Nova Delhi, Índia, e tem vigência de cinco anos.

O chamado acordo guarda-chuva define os mecanismos para que as cinco instituições signatárias negociem empréstimos em moeda local. O objetivo é o de ampliar a cooperação financeira e a expansão do intercâmbio comercial e dos investimentos entre os países, inclusive com operações de crédito nas moedas locais. Estas operações se constituiriam em empréstimos a serem examinados sobre a sua viabilidade, inclusive em relação às legislações e normas jurídicas dos respectivos países. Uma vez concedido, os empréstimos em moeda local diminuirão os riscos cambiais das empresas em suas operações internacionais.

A assinatura do documento foi assinada entre o BNDES, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), O Banco de Desenvolvimento da Rússia (Vnesheconombank), o Eximbank da Índia e o Banco de Desenvolvimento da África do Sul (DBSA). Diante da crescente internacionalização das empresas brasileiras e da participação e importância do Brasil no cenário internacional, a iniciativa apresenta mais uma alternativa ao BNDES para participar do processo de inserção e crescimento das empresas brasileiras no cenário econômico internacional. No que concerne ao segundo acordo, foram determinadas as condições para a adoção de mecanismos que possibilitem a confirmação de carta de crédito em operações de

exportação. Os bancos de desenvolvimento se comprometeram a discutir caso a caso instrumentos bilaterais para a concessão da carta de crédito, ou seja, as instituições envolvidas poderiam estabelecer acordos bilaterais pelo qual se comprometeriam a confirmar carta de crédito expedida por bancos comerciais do país do importador. Em contrapartida, a outra parte garantirá ou indenizará esse pagamento ao banco confimador.

QUADRO 14 - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ARTIGO 416 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO EQUADOR (*Título VIII – RELAÇÕES INTERNACIONAIS no Capítulo I: PRINCIPIOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS)*

Art. 416 – As relações do Equador com a comunidade internacional responderão aos interesses do povo equatoriano, ele se reportará a seus gestores e executores e em consequência:

1. Proclama a independência e igualdade jurídica dos Estados, a convivência pacífica e a autodeterminação dos povos, assim como a cooperação, a integração e a solidariedade.

2. Propugna a solução pacífica das controvérsias e os conflitos internacionais, e refuta a ameaça ou o uso da força para resolvê-los.

3. Condena a ingerência dos Estados nos asuntos internos de outros Estados, e qualquer forma de intervenção, seja incursão armada, agressão, ocupação ou bloqueio econômico ou militar.

4. Promover a paz, o desarme universal; condena o desenvolvimento e uso de armas de destruição em massa e a imposição de bases ou instalações com propósitos militares de uns Estados no território de outros.

5. Reconhece os direitos dos distintos povos que coexistem dentro dos Estados, em especial o de promover mecanismos que expressem, preservem e protejam o caráter diverso de sua sociedade e rejeita o racismo, a xenofobia e toda forma de discriminação.

6. Propugna o principio de cidadania universal, a livre mobilidade de todos os habitantes do planeta e o progressivo fim da condição de estrangeiro como elemento transformador das relações desiguais entre os países, especialmente Norte-Sul.

7. Exige o respeito dos direitos humanos, em particular dos direitos humanos, em particular dos direitos das pessoas migrantes e propicia seu pleno exercício mediante o cumprimento das obrigações assumidas com a subscrição de instrumentos internacionais de direitos humanos.

8. Condena toda forma de imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, e reconhece o direito dos povos a resistência e liberação de toda forma de opressão.

9. Reconhece o direito internacional como norma de conduta, e demanda a democratização dos organismos internacionais e a equitativa participação dos Estados ao interior deles.

10. Promove a conformação de uma ordem global multipolar com a participação ativa de blocos econômicos e políticos regionais, e o fortalecimento das relações horizontais parala construção de um mundo justo, democrático, solidário, diverso e intercultural.

11. Impulsa prioritariamente a integração política, cultural e econômica da região andina, de América dol Sul e da América Latina.

12. Fomenta um novo sistema de comercio e investimento entre os Estados que se sustente na justiça, a solidareidade, a complementariedade, a criação de mecanismos de controle internacional às corporacões multinacionais e o estabelecimento de um sistema financiero internacional, justo, transparente e equitativo. Rejeita que controversias com empresas privadas estrangeiras se convertam em conflitos entre Estados.

13. Impulsiona a criação, ratificação e vigência de instrumentos internacionais para a conservação e regeneração dos ciclos vitais do planeta e a biosfera.

TABELA 9

ÍNDICES DE CRESCIMENTO DO BRASIL – 1985 A 2012

1985 7,8%; (SARNEY – mandato de março de 1985 a março de 1990)

1986 7,5%; (SARNEY)

1987 3,5%; (SARNEY)

1988 0,1%; (SARNEY)

1989 3,2%; (SARNEY)

1990 - 4%; (SARNEY)

1991 1,0%; (COLLOR – mandato de março de 1990 a outubro de 1992)

1992 0,5%; (COLLOR)

1993 4,9%; (ITAMAR – mandato de outubro de 1992 a dezembro de 1994)

1994 5,9%; (ITAMAR)

1995 4,2%; (FHC – mandato de janeiro de 1995 a dezembro de 1998)

1996 2,7%; (FHC)

1997 3,3%; (FHC)

1998 0,1%; (FHC)
1999 0,8%; (FHC – mandato de janeiro de 1999 a dezembro de 2002)
2000 4,3%; (FHC)
2001 1,3%; (FHC)
2002 2,7% (FHC)
2003 1,1% (LULA – mandato de janeiro de 2003 a dezembro de 2006)
2004 5.7% (LULA)
2005 3,2% (LULA)
2006 4,0% (LULA)
2007 5,7% (LULA – mandato de janeiro de 2007 a dezembro de 2010)
2008 5,1% (LULA)
2009 - 0,3% (LULA)
2010 7,5% (LULA)
2011 2,7% (DILMA – mandato de janeiro de 2011 a dezembro de 2014)
2012 0,9% (DILMA)

TABELA 10
PAÍSES SELECIONADOS: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NO PIB (Em %)

Região/ano	1995	2000	2005
América Latina e Caribe	18,8	18,4	17,8
Argentina	17,2	16,0	16,4
Chile	16,2	17,6	17,0
Brasil	20,0	18,8	19,6
México	19,0	21,2	20,8
Sul e Sudeste Asiático	21,8	23,8	25,2
China	33,4	34,8	36,0
Taiwan	25,4	25,2	26,4
Índia	16,4	15,8	15,6
Indonésia	24,2	26,8	28,0
Malásia	26,4	31,0	31,8
Filipinas	23,0	22,2	22,0

Coreia do Sul	25,0	29,4	33,0
Cingapura	23,2	25,2	25,8
Tailândia	29,8	33,4	36,6

Fonte: Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT)/Instituto de Economia (IE)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

TABELA 11

PAÍSES ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS, POR PAÍS %

	1950	1970	1980	1990	2000	2002	2003	2004	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
China	0,97	0,73	0,88	1,80	3,86	5,02	5,77	6,43	8,00	8,71	8,88	9,62	10,35	11,75
EUA	16,61	13,63	11,06	11,40	12,11	10,67	9,54	8,84	8,47	8,20	7,99	8,45	8,39	9,69
Alemanha	3,22	10,79	9,49	12,21	8,55	9,49	9,90	9,87	9,15	9,43	8,97	9,02	8,33	9,13
Japão	1,29	6,09	6,39	8,32	7,42	6,42	6,22	6,14	5,34	5,10	4,85	4,65	5,05	4,69
Holanda	2,58	4,19	3,64	3,83	3,61	3,76	3,90	3,87	3,83	3,94	3,96	3,99	3,75	3,87
França	5,00	5,71	5,70	6,29	5,08	5,11	5,17	4,90	4,09	3,99	3,82	3,87	3,41	3,56
Coréia	0,00	0,25	0,88	1,89	2,66	2,50	2,56	2,76	2,68	2,65	2,62	2,91	3,06	3,46
Itália	1,94	4,16	3,84	4,93	3,72	3,91	3,86	3,84	3,44	3,57	3,37	3,25	2,94	2,87
Bélgica	2,58	3,66	3,20	3,42	2,91	3,33	3,36	3,33	3,03	3,08	2,93	2,96	2,70	2,69
Reino Un.	10,16	6,12	5,41	5,37	4,42	4,31	4,02	3,76	3,71	3,13	2,85	2,83	2,66	2,63
Rússia	2,90**	4,04**	3,74**	2,38**	1,64	1,65	1,78	1,99	2,50	2,54	2,93	2,42	2,63	3,31

HongKong	0,97	0,79	0,99	2,38	3,13	3,10	3,00	2,87	2,66	2,49	2,30	2,63	2,63	2,94
Canadá	4,84	5,30	3,34	3,71	4,29	3,88	3,59	3,44	3,20	3,01	2,83	2,54	2,55	2,56
Singapura	1,61	0,47	0,93	1,53	2,12	1,93	2,10	2,15	2,24	2,14	2,10	2,15	2,30	2,50
México	0,81	0,44	0,88	1,19	2,57	2,48	2,18	2,04	2,06	1,94	1,81	1,84	1,96	2,31
Taiwan	0,16	0,44	0,99	1,94	2,34	2,08	1,98	1,97	1,85	1,76	1,58	1,63	1,80	2,06
Arábia Sd	0,48	0,76	5,36	1,28	1,19	1,11	1,23	1,37	1,74	1,68	1,94	1,54	1,64	2,13
Espanha	0,65	0,76	1,03	1,62	1,78	1,94	2,06	1,99	1,77	1,81	1,74	1,75	1,61	1,44
Índia	1,77	0,63	0,44	0,52	0,65	0,76	0,78	0,83	1,01	1,07	1,21	1,31	1,44	1,97
Emir. Arab	0,00	0,16	1,08	0,67	0,78	0,80	0,88	0,99	1,20	1,27	1,48	1,48	1,44	1,62
Brasil	2,26	0,85	0,99	0,90	0,85	0,92	0,96	1,04	1,14	1,15	1,23	1,22	1,33	1,60
África Sul	1,77	1,04	1,23	0,67	0,46	0,46	0,47	0,50	0,48	0,50	0,50	0,50	0,54	0,56
Argentina	1,94	0,57	0,39	0,35	0,40	0,40	0,38	0,38	0,39	0,40	0,43	0,45	0,45	0,50
Demais	35,49	28,42	28,12	21,40	23,46	23,97	24,31	24,70	26,02	26,44	27,68	26,99	27,04	20,16
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: OMC Elaboração: AEB **URSS *Previsão

TABELA 12

PAÍSES ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS, POR PAÍS - %

	1950	1970	1980	1990	2000	2002	2003	2004	2006	2007	2008	2009	2010	2011**
EUA	15,00	12,89	12,39	14,60	18,72	17,80	16,58	15,95	15,42	14,13	13,13	12,66	12,78	13,50
China	0,94	0,70	0,96	1,50	3,35	4,38	5,25	5,86	6,36	6,69	6,86	7,93	9,06	10,55
Alem.	4,22	9,09	9,06	10,05	7,39	7,27	7,68	7,48	7,29	7,38	7,18	7,40	6,93	7,91
Japão	1,56	5,74	6,80	6,63	5,65	5,00	4,87	4,76	4,66	4,35	4,62	4,35	4,50	4,78
França	4,84	5,81	6,51	6,61	5,04	4,88	5,06	4,92	4,36	4,41	4,34	4,41	3,94	3,86
Rei.Un.	1,41	6,65	5,59	6,30	5,18	5,40	5,07	4,91	4,83	4,36	3,83	3,80	3,64	3,56
Holanda	3,75	4,77	3,76	3,56	3,24	3,25	3,37	3,35	3,35	3,45	3,52	3,51	3,36	3,50
Itália	2,34	4,56	4,87	5,14	3,55	3,66	3,78	3,71	3,56	3,58	3,40	3,26	3,14	3,07
H.Kong	1,09	0,88	1,78	2,40	3,18	3,07	2,96	2,84	2,69	2,59	2,37	2,78	2,87	3,25
Coréia	0,16	0,61	1,06	1,98	2,38	2,25	2,28	2,34	2,48	2,50	2,63	2,55	2,76	3,19
Canadá	4,84	4,35	2,99	3,47	3,64	3,37	3,12	2,93	2,89	2,73	2,54	2,60	2,61	2,64

Bélgica	3,12	3,46	3,47	3,36	2,65	2,94	2,99	2,99	2,83	2,87	2,82	2,77	2,53	2,51
Índia	1,72	0,64	0,72	0,68	0,76	0,83	0,92	1,03	1,43	1,60	1,94	1,97	2,12	2,45
Espanha	0,63	1,43	1,64	2,48	2,32	2,45	2,64	2,70	2,65	2,72	2,55	2,26	2,04	1,78
México	0,78	0,76	1,06	1,24	2,66	2,57	2,23	2,11	2,11	2,03	1,93	1,91	2,02	2,09
Cingap.	1,72	0,76	1,16	1,72	1,99	1,72	1,73	1,81	1,91	1,84	1,93	1,93	2,01	2,21
Taiwan	0,16	0,46	0,96	1,55	2,08	1,68	1,63	1,77	1,62	1,53	1,45	1,37	1,63	1,78
Rússia	2,34*	3,56*	3,33*	1,86*	0,67	0,89	0,97	1,01	1,32	1,56	1,77	1,51	1,62	1,84
Brasil	1,72	0,85	1,20	0,62	0,88	0,74	0,65	0,69	0,77	0,88	1,10	1,06	1,24	1,39
Em.Arab	0,16	0,06	0,43	0,31	0,48	0,62	0,66	0,75	0,80	0,92	1,07	1,18	1,04	1,10
Ar.Saud.	0,16	0,21	1,44	0,68	0,45	0,47	0,47	0,49	0,56	0,63	0,70	0,76	0,63	0,80
ÁfricaSul	1,41	1,15	0,96	0,51	0,45	0,43	0,51	0,55	0,64	0,62	0,61	0,58	0,61	0,74
Argent.	1,56	0,52	0,53	0,11	0,37	0,13	0,18	0,23	0,27	0,31	0,35	0,31	0,36	0,43
Demais	34,37	30,09	27,33	22,64	22,92	24,20	24,40	24,82	25,20	26,32	27,36	27,14	26,56	21,07
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: OMC Elaboração: AEB **Estimativa *URSS

TABELA 13

RANKING DE PAÍSES NA EXPORTAÇÃO MUNDIAL

	1950	1970	1990	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
China	28	29	14	7	5	4	3	3	3	2	2	1	1	1
EUA	1	1	2	1	1	2	2	2	2	3	3	3	2	2
Alemanha	5	2	1	2	2	1	1	1	1	1	1	2	3	3
Japão	20	4	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4
Holanda	9	7	7	9	9	7	6	6	6	6	5	5	5	5
França	3	5	4	4	4	5	5	5	5	6	6	6	6	6
Coréia -	49	12	12	12	12	12	12	11	11	12	9	7	8	8
Itália	11	8	6	8	7	8	7	8	8	7	7	7	8	9
Bélgica	8	10	9	11	10	10	10	10	10	9	8	8	9	10
Reino Un.	2	3	5	5	6	6	8	7	7	8	10	10	10	11
Rússia	6**	9**	1	3**	17	17	17	14	13	13	12	9	13	12	7
Canadá	4	6	8	6	8	9	9	9	9	10	11	12	13	12
México	30	40	20	13	13	13	13	15	15	15	16	15	15	14

Arábia Sd	38	27	17	21	23	23	20	18	18	18	15	18	17	16
Espanha	38	25	17	16	15	14	17	17	17	16	17	16	18	20
Índia	14	30	33	32	31	31	31	29	28	26	23	21	20	17
Brasil	10	20	23	28	26	25	25	23	23	24	22	24	22	21
África Sul	13	17	30	37	38	38	37	39	41	38	41	38	37	36
Argentina	12	32	43	42	42	42	42	46	46	45	45	42	42	40
Venezuela	18	18	34	34	43	44	46	38	38	39	38	39	44	42

Fonte: OMC Elaboração: AEB *Previsão **URSS

TABELA 14

ESPERANÇA DE VIDA EM PAÍSES SELECIONADOS – 2006

Argentina	75
Brasil	72
Colômbia	74
Chile	78
China	73
Índia	63
Rússia	66
Uruguai	75
Venezuela	74

Fonte: World Health Statistics, 2008; World Health Organization (HTTP://www.who.int/whosis)

TABELA 15

BENEFICIADOS POR PAÍSES –

PROGRAMAS CONDICIONADOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Em milhões de pessoas

Países	2001	2005	2010
Argentina	0	1,12	11,79
Bolívia	0	0	5,69
Brasil	21,57	46,13	52,39
Chile	0	0,78	1,3
Colômbia	0,38	2,32	11,69
Costa Rica	0,05	0	0,19
R. Dominicana	0	0,77	2,98
Equador	0	4,71	6,13
El Salvador	0	0,06	0,57
Guatemala	0	0	3,25

Honduras	0,63	0,76	1,07
Jamaica	0	0,41	0,83
México	15,58	24,5	27,25
Nicarágua	0,06	0,14	0
Panamá	0	0,02	0,36
Paraguai	0	0,02	0,55
Peru	0	0,18	2,59
Trinidad e Tobago	0	0	0,04
Uruguai	0	0,31	0,76

Fonte: BID/ El Comercio